

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – FCI**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCIN**

Angelica Alves da Cunha Marques

**INTERLOCUÇÕES ENTRE A ARQUIVOLOGIA NACIONAL E A  
INTERNACIONAL NO DELINEAMENTO DA DISCIPLINA NO BRASIL**

Brasília  
2011

ANGELICA ALVES DA CUNHA MARQUES

**INTERLOCUÇÕES ENTRE A ARQUIVOLOGIA NACIONAL E A  
INTERNACIONAL NO DELINEAMENTO DA DISCIPLINA NO BRASIL**

Tese apresentada ao curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração:  
Transferência da Informação

Linha de pesquisa:  
Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgete Medleg Rodrigues

Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fernanda Antonia da Fonseca Sobral

Brasília

2011

---

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil/ Angelica Alves da Cunha Marques. – Brasília: FCI/UnB, 2011.

399 fl. (Tese de Doutorado). Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgete Medleg Rodrigues.

1. Arquivologia nacional. 2. Arquivologia internacional. 3. Interloquções arquivísticas. 4. Práticas arquivísticas. 5. Disciplina científica. I. Título.

M357I

---



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** “Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil”.

**Autor (a):** Angélica Alves da Cunha Marques

**Área de concentração:** Transferência da Informação

**Linha de pesquisa:** Gestão da Informação do Conhecimento

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de **Doutor** em Ciência da Informação.

Tese aprovada em: 24 de janeiro de 2011.

**Aprovado por:**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Georgete Medleg Rodrigues  
Presidente - (UnB/PPGCINF)

Prof.<sup>a</sup> Dra Lena Vânia Ribeiro Pinheiro  
Membro Externo – (IBICT/RJ)

Prof.<sup>a</sup> Dra Maria Teresa Navarro de Britto Matos  
Membro Externo – (UFBA/ICI)

Prof.<sup>a</sup> Dra Fernanda Antônia da Fonseca Sobral  
Membro Externo – (UnB/SOL)

Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa  
Membro Interno – (UnB/PPGCINF)

Prof.<sup>a</sup> Dra Elmira Luiza Melo Soares Simeão  
Suplente – (UnB/PPGCINF)

*De nouveau je me sentis glacé par le sentiment de l'irréparable.  
Et je compris que je ne supportais pas l'idée de ne plus jamais entendre ce rire.  
C'était pour moi comme une fontaine dans le désert.  
(Antoine de Saint-Exupéry, 1945)*

À minha mãezinha Alice (*in memoriam*), ainda e sempre pelo amor incondicional.

Ao meu amor Otacilio, pelo colo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua infinita bondade e misericórdia, manifestadas nas pessoas que me apoiaram na realização desta tese.

À minha família: mãe, pai, Ruber e Otacilio, por estarem sempre comigo. D. Lourdes e Sr. Joaquim, pelo carinho. Tiguele, tia Sônia, Hudson, Abadia e Bete, pelo acolhimento. Gisa, pela alegria. Rena, pelos conselhos.

À minha querida Jô: pelo projeto de iniciação científica, pelo mestrado, pelo doutorado e pelas entrelinhas.

À Fernanda, pela orientação leve sobre textos tão áridos.

Aos professores Malheiro, Renato e Miriam, por terem contribuído com a qualificação da pesquisa.

Às professoras Lena Vânia, Maria Teresa e Elmira, por terem aceitado compor a banca final, tão gentilmente.

A todos os meus professores do curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UnB, mestres que tiveram a generosidade de compartilhar conhecimento.

Aos meus colegas de curso, em especial, ao Vander, à Eliane, à Patrícia, à Shirley e à Marli, pelas conversas informais e pela troca de experiências.

A todos os professores e pesquisadores da Arquivologia e secretárias dos cursos que encaminharam dissertações e teses, objetos de análise da pesquisa.

A Sátiro Nunes, pelo apoio à pesquisa no Arquivo Nacional.

Aos colegas de trabalho que compreenderam minhas ausências.

Aos meus alunos, desafiadores e incentivadores. Especialmente a Fernando Gabriel, Thiane, Kelly, Jaqueline e Bruna, que tanto ajudaram na tabulação dos dados.

À Flavinha e Ana Lúcia, pela amizade, cumplicidade e doação.

À Flaviana, pelo apoio fraterno.

A Deus, mais uma vez, por ter me permitido cumprir esta etapa de profundo aprendizado.

*A nudez total, que será sempre a de quem se vê no que vê, resultará das configurações de analogias que soubermos imaginar: afinal, o jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu autor. [...] Nessa situação confluem sentidos e constelações de sentido vindos, tal qual rios, das nascentes das nossas práticas locais e arrastando consigo as areias dos nossos percursos moleculares, individuais, comunitários, sociais e planetários. Não se trata de uma amálgama de sentido (que não seria sentido mais ruído), mas antes de interações e de intertextualidades organizadas em torno de projectos locais de conhecimento indiviso.*

(Boaventura de Souza Santos, 1987).

## RESUMO

Esta tese tem por objeto de estudo as interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional, contemplando aspectos práticos e científicos que perpassam a formação e a configuração da área, conforme definições de autores da Sociologia e da Filosofia. Norteada pela hipótese de que existem intercâmbios nos dois contextos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, qualitativa e quantitativa. O objetivo é demonstrar essas interlocuções no delineamento da Arquivologia como disciplina científica no Brasil. Para realizá-lo desdobra-se nas seguintes etapas: levantamento da bibliografia da área, mapeando as principais obras que marcaram a sistematização e a comunicação do pensamento arquivístico; pesquisa documental no Fundo Arquivo Nacional e na Revista Arquivo & Administração, identificando as relações de cooperação internacional entre o Brasil e outros países; pesquisa documental nos *Archives Nationales* da França, identificando os brasileiros que participaram do *Stage Technique International d'Archives*; pesquisa nos documentos do Arquivo Nacional e na bibliografia da área, mapeando a participação de brasileiros em cursos promovidos pela Organização dos Estados Americanos; pesquisa nos anais do Congresso Brasileiro de Arquivologia, identificando a participação de estrangeiros; levantamento, na biblioteca do Arquivo Nacional, das obras arquivísticas, identificando a sua publicação no exterior e no Brasil, além das traduções para o português; mapeamento dos autores e obras referenciados nas dissertações e teses arquivísticas produzidas nos programas de pós-graduação do Brasil; e mapeamento no diretório de grupos de pesquisa do CNPq daqueles com temáticas arquivísticas e dos pesquisadores que os constituem. A partir dessas etapas, a pesquisa retoma a trajetória do pensamento arquivístico mundial, destacando os diálogos entre a Arquivologia nacional e a internacional, no âmbito das disciplinas relacionadas à gênese, organização, comunicação e recuperação da informação. Identifica parcerias e conflitos entre a Arquivologia e essas disciplinas e compreende a sua aproximação à Ciência da Informação como uma estratégia de inserção no campo da informação. Analisa a tradução do pensamento arquivístico internacional pela Arquivologia brasileira, que dele se utiliza e para ele contribui, impulsionando o desenvolvimento da disciplina no cenário nacional. Apresenta os resultados das visitas de profissionais, professores e pesquisadores estrangeiros e as contribuições de brasileiros para a Arquivologia internacional, com as suas participações em eventos e cargos de instituições de outros países, com a realização de eventos arquivísticos internacionais no Brasil e com a utilização de estudos de brasileiros no exterior. Apesar de identificar uma variedade de obras e autores estrangeiros, ressalta a presença de autores brasileiros nesse universo, apontando para indicadores quantitativos e qualitativos da produção arquivística nacional. As traduções aparecem como mediadoras dos diálogos entre a Arquivologia no Brasil e no exterior, assim como a presença dos autores e (co)orientadores das pesquisas brasileiras em periódicos e eventos internacionais. Embora constata um número pequeno de grupos de pesquisa com temáticas propriamente arquivísticas, reconhece o delineamento científico da área no País, permeável aos avanços internacionais.

**Palavras-chave:** Arquivologia nacional. Arquivologia internacional. Interlocuções arquivísticas. Práticas arquivísticas. Disciplina científica.



## ABSTRACT

This thesis aims to study the interlocutions between national and international Archival Science, contemplating practical and scientific aspects that pervade the formation and configuration of this field, as per definitions from authors in Sociology and Philosophy. Conducted by the hypothesis that there are exchanges in these two contexts, this research is characterized as descriptive, qualitative, and quantitative. The goal is to show these interlocutions in the outline of Archival Science as a scientific discipline in Brazil. In order to carry out this work, it was unfolded in the following stages: survey of the field's bibliography, mapping of the main works that marked the systematization and communication of Archival Science thinking; document research in the National Archive Fund (*Fundo Arquivo Nacional*) and in the journal *Revista Arquivo & Administração*, identifying international cooperation relations between Brazil and other countries; document research in France's *Archives Nationales*, identifying Brazilians who participated in the *Stage Technique Internationale d'Archives*; research in National Archive documents and in the field's bibliography, mapping of the participation of Brazilians in courses promoted by the Organization of American States; research in the annals of the Brazilian Congress of Archival Science, identifying the participation of foreigners; surveying in the National Archive's library for Archival Science works, identifying their publication abroad and in Brazil, in addition to works translated into Portuguese; mapping of authors and works referenced in Archival Science dissertations and theses produced in post-graduation programmes in Brazil; and mapping in the groups directory in the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq) of Brazilian research groups with Archival Science theme and the agents that constitute them. From these stages, the research retakes the course of global Archival Science thinking, underscoring dialogues between national and international Archival Science, in the scope of disciplines related to information genesis, organization, communication, and retrieval. It identifies partnerships and conflicts between Archival Science and these disciplines, and understands its approximation towards Information Science as a strategy for insertion in the information field. It analyzes the translation of international Archival Science thinking by Brazilian scholars in this field, who make use of and contribute to it, leveraging the development of this discipline in the national scenario. This thesis presents the results of visits from foreign professionals, professors, and researchers, and the contribution from Brazilians to international Archival Science, with their participations in events and their positions in other countries' institutions, with international events related to Archival Science taking place in Brazil, and with studies from Brazilians being utilized abroad. Despite having identified a variety of foreign works and authors, it highlights the presence of Brazilian authors in this universe, pointing out to quantitative and qualitative indicators of national Archival Science production. Translations are shown as mediators of the dialogues between Brazilian Archival Science and Archival Science abroad, as well as the presence of authors and (co-)advisers from Brazilian researches in international journals and events. While it finds a small number of research groups with namely Archival Science themes, it acknowledges the scientific outline of the field in Brazil, pervading international advances.

**Keywords:** National Archival Science. International Archival Science. Archival interlocutions. Archival practices. Scientific discipline.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Referenciais teóricos para a compreensão das interlocuções entre a Arquivologia internacional e a nacional

Figura 2: O campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia

Figura 3: Configuração do (sub)campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia no campo da informação

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1: Síntese dos referenciais teóricos
- Quadro 2: Instituições arquivísticas por país (721-1969)
- Quadro 3: Princípio da Proveniência e demais princípios arquivísticos: natureza, aplicação e importância
- Quadro 4: Cursos de formação em Arquivologia por país (1821-1992)
- Quadro 5: Síntese da legislação arquivística internacional por país (1766-2008)
- Quadro 6: Obras de padronização da terminologia arquivística (1952-2005)
- Quadro 7: Congressos Internacionais de Arquivos (1950-2008)
- Quadro 8: *Conférences Internacionales des Tables Rondes des Archives* (1954-2009)
- Quadro 9: Outros eventos internacionais de Arquivologia (1951-1992)
- Quadro 10: Periódicos com temáticas arquivísticas por instituição/país de publicação
- Quadro 11: Associações de arquivistas no mundo (1904-2006)
- Quadro 12: Cooperação arquivística internacional (déc.1980)
- Quadro 13: Características e marcos das práticas e do pensamento arquivístico internacional por período
- Quadro 14: Tendências práticas e teóricas da Arquivologia por período
- Quadro 15: Tendências práticas e teóricas da Arquivologia por autor
- Quadro 16: Proposta de tronco comum nos estudos de documentalistas, bibliotecários e arquivistas
- Quadro 17: Paradigmas da Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação no campo da informação
- Quadro 18: Visitas de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil (1944-1987)
- Quadro 19: Participação de brasileiros no STIA (1951-2007)
- Quadro 20: Participação de brasileiros em cargos/comitês no exterior (1949-1988)
- Quadro 21: Participantes brasileiros nos cursos da OEA, como bolsistas (1974-1982)
- Quadro 22: Participantes brasileiros nos cursos da OEA, como não bolsistas (1974-1978)
- Quadro 23: Participantes estrangeiros do CBA (1972-2010)
- Quadro 24: Cursos de Arquivologia no Brasil (1960-2009)

Quadro 25: Avanços e marcos da institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil por período (século XIX-XXI)

Quadro 26: Traduções brasileiras de obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN

Quadro 27: Traduções brasileiras de obras arquivísticas estrangeiras como Publicações Técnicas do AN (1959-1970)

Quadro 28: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área por programa de pós-graduação (1972-2006)

Quadro 29: Principais tendências arquivísticas mapeadas nas dissertações e teses com temáticas na área, produzidas em universidades que abrigam cursos de graduação em Arquivologia (1986-2006)

Quadro 30: Indicadores predominantes nos currículos *lattes* dos autores e orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas

Quadro 31: Linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa do CNPq de interesse direto da Arquivologia, recuperados com os descritores *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descritores utilizados na pesquisa das obras arquivísticas na biblioteca do AN

Tabela 2: Período de publicação das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN

Tabela 3: Países de publicação das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN

Tabela 4: Autores recorrentes das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN

Tabela 5: Período de publicação das obras arquivísticas nacionais identificadas na biblioteca do AN

Tabela 6: Autores recorrentes das obras arquivísticas nacionais identificadas na biblioteca do AN

Tabela 7: Idioma das comunicações orais/pôsteres com temáticas relacionadas à Arquivologia, apresentadas no ENANCIB (2003 – 2008)

Tabela 8: Referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas (1972-2006)

Tabela 9: Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)

Tabela 10: Período de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)

Tabela 11: Idiomas de publicação das referências arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, por Programa de Pós-graduação (1972-2006)

Tabela 12: Cursos de graduação dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 13: Cursos de especialização dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, por país

Tabela 14: Cursos de especialização dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 15: Artigos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, por país/instituição

Tabela 16: Periódicos dos artigos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 17: Trabalhos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, em decorrência de eventos científicos, por país

Tabela 18: Eventos científicos no exterior nos quais foram publicados trabalhos pelos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 19: Grupos de pesquisa do CNPq nos quais participam os autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 20: Cursos de graduação dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 21: Cursos de especialização dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, por país

Tabela 22: Cursos de especialização dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas

Tabela 23: Artigos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, por país/instituição

Tabela 24: Periódicos dos artigos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 25: Trabalhos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, em decorrência de eventos científicos (por país)

Tabela 26: Eventos científicos no exterior nos quais foram publicados trabalhos pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Tabela 27: Capítulos de livros publicados pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, por país

Tabela 28: Grupos de pesquisa do CNPq nos quais participam os orientadores/coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação dos Arquivistas Brasileiros

AAC – *Associació d'Arxivers de Catalunya*

AAPA – *Asociación de Archiveros del Principado de Asturias*

AAQ – *Association des Archivistes du Québec*

AAS – *Association des Archivistes Suisses*

ABARQ – Associação Brasileira de Arquivologia

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACA – *Association of Canadian Archivists*

ACAR – *Asociación Colombiana de Archivistas*

ADAI – Apoyo al Desarrollo de los Archivos Iberoamericanos

ADI – *American Documentation Institute*

AEUDF – Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal

ALA – *Asociación Latinoamericana de Archivos*

AN – Arquivo Nacional

ANABAD – *Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas* (hoje *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas*)

ANAI – *Associazione Nazionale Archivistica Italiana*

ANCIB – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação

APB – Associação Paulista de Bibliotecários

APHA – Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística

APBAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

ARIST – *Annual Report Informations Science and Technology*

ARMA – *American Records Managers and Administrators*

ASA – *Australian Society of Archivists*

ASLIB – *Association of Special Librerie and Information Bureaux*

Bebsi – *Bulletin des Étudiants de Bibliothéconomie et Sciences de L'information*

BN – *Biblioteca Nacional*

CAM – *Congresso de Arquivologia do Mercosul*

CAPES – *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*

CBA – *Congresso Brasileiro de Arquivologia*

CCA – *Curso breve de capacitación archivística para America Latina*

CDD – *Classificação Decimal de Dewey*

CDU – *Classificação Decimal Universal*

CESJF – *Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora*

C&T – *Ciência e Tecnologia*

CFB – *Conselho Federal de Biblioteconomia*

CFE – *Conselho Federal de Educação*

CI – *Ciência da Informação*

CIBAL – *Centre International d'Information sur les Sources de l'Histoire Balkanique et Méditerranéenne*

CIDA – *Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos*

Ciência da Informação – CI

CIFA – *Centro Interamericano de Formación de Archiveros*

CIGH – *Confédération Internationale de Généalogie et d'Héraldique*



CITRAS – *Conférences Internacionales des Tables Rondes Internacionales des Archives*

CLADEA – *Consejo Latinoamericano de Escuela de Administración*

CNA – Conselho Nacional de Arquivos (déc. 1960)

CNA – Congresso Nacional de Arquivologia

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAR – Comissão Nacional de Arquivo

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

CPA – Curso Permanente de Arquivos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CRIDI – Cultura, Representação e Informação Digitais

CSA – *Czech Society Archives*

CTNDA – Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DPAHN – Departamento Histórico Artístico Nacional

EBSI – *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information*

EDIBCIC – *Encuentro Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe*

EEES – Espaço Europeu de Educação Superior

ENA – Escola Nacional de Arquivística

ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

ENBA – Escuela Nacional de Bibliotecarios y Archivistas

ESID – *École Supérieure d'Information Documentaire*

FAINC – Faculdades Integradas Coração de Jesus

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FATEA – Faculdades Integradas Teresa D'Ávilla

FATEMA – Faculdades Tereza Martin

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FEBAB – Federação de Associações de Bibliotecários

FEFIEG – Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara

FEFIERJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FESP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIA – Federação Iberoamericana de Arquivistas

FIAF – *Fédération Internationale des Archives du Filme*

FIAT – *Fédération Internationale des Archives de la Télévision*

FID – *Fédération Internationale de Documentation*

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FOIA – *Freedom of Information Act*

FUNLEC – Fundação Lowtons de Educação e Cultura

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FUOM – Fundação Educacional Comunitária Formiguense

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau

FURG – Fundação Universidade do Rio Grande

GED – Gestão Eletrônica de Documentos

GEDOCH – Grupo de Estudos e Documentação Histórica

GEMMUS – Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio

GIRA – *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique*

GPEJ – Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição

GREC – Grupo de Estudos sobre Cibermuseus

GREI – Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem

HISOCULT – História Regional: Sociedade e Cultura

IAC – Instituto Agrônomo de Campinas

IACODLA – *International Advisory Committee on Documentation, Libraries, and Archives*

IADA – *Internationale Arbeitsgemeinschaft der Archiv-, Bibliotheks-, und Graphik-restauratoren*

IAMCR – *International Association for Media and Communication Research*

IASA – *Association Internationale des Archives Sonores*

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBERSID – *Encuentros Internacionales sobre Sistemas de Información y Documentación*

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ICA – *International Council on Archives*<sup>1</sup>

ICAM – *International Conference of Architectural Museums*

ICEE – *International Conference on Engineering Education*

ICOFOM – *International Committee for Museology*

ICOM – *International Council of Museums*

IDORT – Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros (USP)

IESF – Instituto de Ensino Superior da Funlec

IFLA – *International Federation of Library Associations*

---

<sup>1</sup> Antes conhecido como CIA.

IIB – *Institut International de Bibliographie*

IIS – *Institute of Information Scientists*

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia

IPGH – Instituto Panamericano de Geografia e História

IRMC – *International Records Management Council*

ISA – *International Studies Association*

ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families*

ISAD(G) – *General International Standard Archival Description*

ISCHE – *International Standing Conference for the History of Education*

ISD – *Institut Supérieur de Documentation*

ISDF – *International Standard for Describing Functions*

ISDIAH – *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*

ISKO – *International Society for Knowledge Organization*

ISO – *International Organization for Standardization*

IUPAC – *International Union on Pure and Applied Chemistry*

LIAME – Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação

LINSP – Linguagem, Sociedade e Produção de conhecimento

MAN – Mensário do Arquivo Nacional

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MECA – Memória, Educação, Cultura e Arquivística

MHN – Museu Histórico Nacional

MHTX – Modelagem Conceitual para Organização Hipertextual de Documentos

MIDisC – Memória, Informação, Discurso e Ciência

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MRE – Ministério das Relações Exteriores

NARA – *National Archives and Records Administration*

NARS – *National Archives and Records Service*

NATIS – *National Information System*

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

NUBAM – Núcleo Brasileiro de Musicologia

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODECA – *Organización de Estados Centroamericanos*

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIM – *International Museums Office*

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PBDCT – Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

PERLI – Percursos literários brasileiros

PGI – *General Information Programme*

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PLEA – *Passive and Low Energy Architecture*

PNM – Política Nacional dos Museus

PRIA – *Primera Reunión Interamericana sobre Archivos*

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUCCAMP – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RAMP – *Records and Archives Management Program*

SAA – *Society of American Archivists*

SASA – *South African Society of Archivists*

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEAPAVAA – *Southeast Asia Pacific Audio Visual Archives Association*

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento

SESI – Serviço Social da Indústria

SISG – Sistema de Serviços Gerais

SINAR – Sistema Nacional de Arquivos

SNA – Sistema Nacional de Arquivos (déc. 1960)

SNICT – Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STIA – *Stage Technique International d'Archives*

TAC – Tabela de Áreas do Conhecimento

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UDF – Centro Universitário do Distrito Federal

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

UIA – *Union Internationale des Architectes*

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIBAVE – Fundação Educacional Barriga Verde

UNICA – Centro de Educação Superior

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

UNINCOR – Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações

UNIPAC – Universidade Presidente Antônio Carlos

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIRONDON – Faculdades Integradas Cândido Rondon

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

UNISIST – *UNESCO's World Scientific Information Programme*

UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira

UNOCHAPECO – Universidade Comunitária da Região de Chapecó

URCA – Universidade Regional do Cariri



URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – *United States Agency for International Development*

USP – Universidade de São Paulo

USU – Universidade Santa Úrsula

UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú

VINITI – *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii*

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	28
2 REFERENCIAIS TEÓRICOS .....	43
2.1 Sistema de profissões .....	44
2.2 Campo dos acontecimentos discursivos .....	47
2.3 Disciplina científica.....	53
2.4 Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade.....	55
2.5 Ciência normal, revoluções científicas, comunidade científica, paradigmas e matriz disciplinar .....	56
2.6 <i>Habitus</i> , campo científico e capital científico .....	59
2.7 Campo transc científico.....	65
3 O CAMPO DA INFORMAÇÃO .....	75
3.1 Tendências históricas da Arquivologia internacional: das práticas ao delineamento científico .....	79
3.2 Trajetória da Museologia.....	148
3.3 Trajetória da Biblioteconomia .....	155
3.4 Trajetória da Documentação.....	163
3.5 Trajetória da Ciência da Informação .....	167
3.6 A Arquivologia: alianças e conflitos no campo da informação .....	171
3.6.1 Por uma harmonização das disciplinas da informação .....	177
3.6.2 Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: a informação como um campo perpassado por paradigmas comuns? .....	187
4 DELINEAMENTOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL A PARTIR DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL .....	197
4.1 Obras arquivísticas no Brasil.....	254
5 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: AVANÇOS NACIONAIS E REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO INTERNACIONAL .....	262
5.1 Dissertações e teses com temáticas arquivísticas no Brasil: presença de autores estrangeiros.....	265
5.2 Grupos de pesquisa brasileiros em torno de temáticas arquivísticas.....	277
5.2.1 Currículos <i>lattes</i> dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas .....	278
5.2.2 Currículos <i>lattes</i> dos orientadores e coorientadores das dissertações e teses arquivísticas.....	283
5.2.3 Grupos de pesquisa arquivísticos .....	293
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	295
7 RECOMENDAÇÕES.....	306
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	307
9 FONTES PRIMÁRIAS .....	328
9.1 Arquivo Nacional .....	328
9.1.1 Fundo Arquivo Nacional .....	328
9.1.2 Fundo ALA.....	338
9.2 AAB.....	339
9.3 ANCIB.....	341
9.4 CNPq .....	342
9.5 UNESCO .....	343
9.6 Archives Nationales de France .....	344

10 APÊNDICES .....	345
APÊNDICE A – Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898-2000).....	345
APÊNDICE B – Obras arquivísticas nacionais conforme pesquisa online na biblioteca do AN .....	366
APÊNDICE C – Dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia (1972 a 2006).....	369
APÊNDICE D – Estudos RAMP (1976-1998).....	377
APÊNDICE E – Relação dos ENANCIB's (1994-2008).....	381
APÊNDICE F – Comunicações orais e pôsteres com temáticas arquivísticas apresentadas no ENANCIB (1994-2008) .....	383
APÊNDICE G – Trinta maiores frequências de autores nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas (1972-2006).....	385
APÊNDICE H – Trinta obras mais recorrentes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas dos Programas de Pós-graduação (1972-2006) .....	391
Apêndice I – Grupos de pesquisa do CNPq, recuperados com os descritores Arquivologia, Arquivística e arquivo .....	397

## 1 INTRODUÇÃO

[...] as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento etc.; essa história está inserida na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade.  
(MORIN, 2005, p. 105)

Esta tese é fruto de alguns anos de pesquisa voltados para o estudo da trajetória da Arquivologia<sup>2</sup> como disciplina científica no Brasil. Inicialmente, desenvolvemos um projeto no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), atual Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília (UnB), intitulado “A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras” (CUNHA; RODRIGUES, 2003).

A partir daquele projeto, produzimos alguns artigos, publicados em periódicos e apresentados em eventos da área, e a dissertação, realizada no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da mesma Universidade (MARQUES, 2007). Essa pesquisa teve como objeto de estudo o processo de formação e configuração da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, contemplando sua trajetória, sua configuração como campo científico e suas relações com as outras disciplinas nesse processo. A hipótese norteadora foi a de que a configuração do campo científico da Arquivologia é igual à interação entre o seu campo disciplinar e extradisciplinar.

Nesse sentido, a dissertação objetivou compreender a trajetória dessa formação e configuração, os espaços e vínculos da Arquivologia na Universidade, seus movimentos e diálogos com as outras disciplinas e áreas do conhecimento e o papel das associações de arquivistas nessa trajetória. Mais especificamente, buscou retrair a história da criação dos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil; identificar o *locus* acadêmico-institucional da disciplina e avaliar as razões dos seus vínculos nas universidades; mapear a formação dos

---

<sup>2</sup> Segundo Duchain (1993, p. 21), a palavra *Archivistique* tem um uso recente na França (1950), relacionada, como adjetivo, aos *archives*. Como substantivo – *Science de la Gestion des Archives* –, o termo já teria sido usado em 1928, por Eugenio Casanova, tendo chegado à França antes da Segunda Guerra Mundial e sendo incluído no Dicionário da Academia Francesa em 1987. Em inglês, usa-se *Archives Administration* (título do livro de Jenkinson, de 1922) e também *Archival Science*, para designar o significado francês de *Archivistique*. Por muito tempo, os termos *Archivología* e *Arquivologia* foram utilizados em espanhol e em português. No Brasil, *Arquivística* e *Arquivologia* são usados indistintamente, como pode ser observado nos dois dicionários da área mais utilizados (CAMARGO; BELLOTTO, 1996; ARQUIVO NACIONAL, 2005). Embora no cenário internacional se use com frequência o termo *Arquivística* e o tenhamos feito nos trabalhos anteriores, nesta pesquisa utilizamos o termo *Arquivologia* como sinônimo de *Arquivística*, conforme a denominação institucionalizada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelas universidades, na denominação dos cursos de graduação do País.

docentes desses cursos, os eventos de caráter científico promovidos pelas associações de arquivistas e a produção científica com temáticas relacionadas à área.

A análise da trajetória da Arquivologia no Brasil demonstrou que a sua formação, como disciplina, foi consequência direta e imediata da necessidade prática de habilitação de profissionais especializados para o tratamento e organização dos arquivos brasileiros, com grande participação do AN e das associações de arquivistas, com destaque para a Associação dos Arquivistas Brasileiro (AAB). Diante dessa necessidade, a realização de diversos cursos por aquela instituição foi essencial para a implementação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), que, por sua vez, subsidiou a conquista de espaços universitários pela Arquivologia. Evidentemente, essa conquista definiria os rumos e a configuração da disciplina no Brasil.

Além disso, observamos que a sua configuração atual parece ser decorrente dos diálogos estabelecidos com outras disciplinas, quanto aos vínculos institucionais dos seus cursos de graduação, à formação/titulação dos docentes desses cursos e à produção científica, com temáticas relacionadas à área. Esses três aspectos apontaram para uma intensa proximidade entre a Arquivologia e a CI (sobretudo institucional), embora a sua trajetória seja marcada pela tradição histórica, decorrente da atuação do AN. Desse modo, constatamos que, em algum momento, e provavelmente permeada por vários processos históricos, sociais, econômicos, culturais, políticos etc., essa vertente histórica teria dado espaço à CI, propiciando o “casamento” entre as duas disciplinas, que nos pareceu promissor, apesar de não ter aceitação unânime entre os pesquisadores.

Os vínculos tradicionais entre a Arquivologia e a História e a sua configuração próxima da CI são quadros já descritos internacionalmente, como o fez Gagnon-Arguin (1992). Segundo ela, no Canadá (mais especificamente no Quebec), na França e nos Estados Unidos, é a formação em História que dá bases para o desenvolvimento da formação em Arquivologia. Fora das universidades, existem casos de associações de arquivistas concebidas a partir de associações de historiadores.

Todavia, como veremos adiante, essa relação tradicional foi, aos poucos, se reconfigurando e libertando a Arquivologia da sua submissão à História, propiciando-lhe relativa autonomia, com o desenvolvimento da profissão de arquivista e do pensamento científico da área. Além de afinidades teóricas, observamos uma aproximação da área com a CI, perpassada por vários aspectos e aparentemente ocorrida em todo o mundo (conforme particularidades de cada país) e que, evidentemente, teria seus reflexos no Brasil, com algumas particularidades. Como constata Fonseca, essas disciplinas têm construído fortes relações, sobretudo pelo acolhimento de pesquisas com temas arquivísticos em programas de

pós-graduação em CI, ou seja, existe “um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais” (2004, p. 161).

De toda forma, as aplicações práticas e as contingências históricas da Arquivologia, dois dos critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina, propostos por Heckhausen (1972), incitaram-nos a pensar se haveria, por um lado, uma acomodação acadêmica, ou um “consenso apático”, ao qual se referem Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33) da Arquivologia como uma subárea da CI – de acordo com a Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq ainda em vigor<sup>3</sup> – e/ou, por outro lado, uma afinidade maior das duas disciplinas, em termos teóricos, epistemológicos, ontológicos, políticos, simbólicos, etc que pudessem justificar o abrigo institucional da Arquivologia na CI, mediante seus diálogos e interações. Essas duas questões relacionam-se, assim, em maior ou menor grau, às abordagens práticas, científicas e epistemológicas dessas disciplinas, considerando que uma acomodação institucional não contempla, necessariamente, uma ênfase epistemológica.

Os resultados da dissertação demonstraram que esses diálogos da Arquivologia com outras disciplinas, especialmente com a CI, não afetam sua identidade como disciplina científica: afinal, como apontam Rousseau e Couture, “Autonomia não significa isolamento” (1998, p. 73). O amadurecimento da disciplina parece ter se traduzido na necessidade de criação dos cursos de graduação e, posteriormente, no desenvolvimento de pesquisas com temáticas arquivísticas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Dessa forma, no campo extradisciplinar<sup>4</sup>, pudemos considerar que os vínculos institucionais da Arquivologia na universidade e a formação do quadro docente dos seus cursos de graduação são aspectos que demonstram as interfaces das suas relações com outras disciplinas, influenciando na sua produção científica e propiciando a afirmação de sua identidade como disciplina científica.

Os dados levantados naquela pesquisa também permitiram-nos concluir que, no Brasil, a Arquivologia como disciplina já começa a delinear uma “comunidade científica”, no sentido inicialmente atribuído por Kuhn (2005) e ampliado por Knorr-Cetina (1981). O número de

---

<sup>3</sup> A tabela do CNPq atualmente em vigor – fruto muito mais de arranjos políticos e orçamentários que propriamente científicos – concebe nove grandes áreas: 1) Ciências Exatas e da Terra; 2) Ciências Biológicas; 3) Engenharias; 4) Ciências da Saúde; 5) Ciências Agrárias; 6) Ciências Sociais Aplicadas; 7) Ciências Humanas; 8) Linguística, Letras e Artes; e 9) Outros. A Ciência da Informação aparece como uma das áreas da grande área n. 6 e abarca três subáreas, dentre elas, a Arquivologia.

<sup>4</sup> Na dissertação, inspirados em Morin (2005), denominamos “campo extradisciplinar” as relações que a Arquivologia estabelece com outras disciplinas no seu processo de formação e configuração, no âmbito dos seus vínculos institucionais, da formação dos docentes dos cursos de graduação e da sua produção científica na pós-graduação.

dissertações e teses com temáticas relacionadas à área<sup>5</sup> pode parecer insignificante apenas se comparado àquele de outras disciplinas já consolidadas. Tratando-se de um campo recente na área acadêmica, esse resultado adquire outra dimensão, representando uma amostra significativa que evidencia um duplo aspecto: a sua relativa autonomia, sem perder de vista as suas relações extradisciplinares, ou seja, seus laços e diálogos com outras disciplinas e áreas do conhecimento.

Verificamos que as pesquisas relacionadas à área não se limitam à pós-graduação: o mapeamento dos projetos de iniciação científica com temáticas arquivísticas, produzidos pelos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia do Brasil, reforça essas conclusões. Em última análise, esses projetos dos cursos de Biblioteconomia sugerem uma reflexão quanto à proximidade entre a Arquivologia e aquela disciplina, que, conseqüentemente, desdobra-se até a sua aproximação com a CI.

Em síntese, observamos que o percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, até sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando certas particularidades. De uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como uma subárea da CI, a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica.

A configuração do campo científico da Arquivologia numa abordagem disciplinar e extradisciplinar nos permitiu observar que a sua busca por autonomia não é definida por limites fechados, mas por fronteiras entreabertas. Afinal, sua autoafirmação ainda se encontra em formação e os diálogos dessa disciplina com outras não colocam em risco a sua identidade: ao contrário, subsidiam-na. Nesse sentido, o campo disciplinar e o extradisciplinar são dois lados de uma mesma moeda, ou seja, do seu *campo científico* (conceito que ampliaremos e aprofundaremos a partir dos nossos referenciais teóricos).

Assim realçamos que o fato de a Arquivologia ter um viés prático parece ter contribuído para a expansão dos cursos de graduação da área, com uma perspectiva promissora em relação ao mundo do trabalho. Concomitantemente, a inserção dos cursos de graduação em universidades públicas tem favorecido uma “cultura de pesquisa”, uma vez que os docentes dessas universidades têm, em geral, um compromisso com a investigação científica. A formação da disciplina no Brasil está, portanto, em transformação, de uma área

---

<sup>5</sup> À época da dissertação, mapeamos 77 dissertações e dez teses com temáticas relacionadas à Arquivologia, produzidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* de universidades públicas, privadas e de outras instituições.

eminentemente técnica/prática, para uma disciplina que tem conquistado seus espaços científicos, por meio dos seus diálogos configurados em pesquisas abrigadas em várias outras áreas.

Entretanto, pelas próprias limitações do mestrado, não foi possível contemplar diversos aspectos relacionados à trajetória da Arquivologia no Brasil já identificados na pesquisa, tais como os reflexos das principais tendências arquivísticas internacionais na formação e configuração brasileira da disciplina e as possíveis interlocuções entre esses dois contextos. Considerando essencial a investigação desses pontos para a compreensão do *campo científico* (BOURDIEU, 1983a), e/ou *campo transcienceífico* (KNORR-CETINA, 1981) da área, concebemos, então, esta tese a partir dos resultados da dissertação, aqui sintetizados, e dos estudos de Fonseca (2004) e Santos (2010), que também abordam a trajetória de formação e configuração da Arquivologia no Brasil, sem, contudo, detalhar os intercâmbios e contribuições internacionais.

Retomando, portanto, os resultados da pesquisa de mestrado quanto a) à predominância da formação/titulação em CI dos docentes dos cursos de Arquivologia do Brasil; b) à vinculação dos cursos de graduação em Arquivologia a departamentos e faculdades de CI/Documentação<sup>6</sup>; c) ao compartilhamento do mesmo espaço acadêmico-institucional entre cursos de Arquivologia e programas de pós-graduação em CI; d) à presença simultânea de professores nos cursos de graduação em Arquivologia e nesses Programas; e) e à produção científica relacionada à Arquivologia nos mesmos programas, observamos que há um intenso diálogo extradisciplinar no nível da pós-graduação entre as duas disciplinas, bem representado pelas pesquisas voltadas para a Arquivologia no Brasil, que convergem, majoritariamente, para a CI.

Apesar da tradição histórica da Arquivologia, marcada pela atuação do AN, sua atual proximidade com a CI, perpassada pelo seu processo de autoafirmação como disciplina científica, nos sugere, como **pressuposto**, que, em algum momento da sua trajetória, a Arquivologia se aderiu à CI (ou, pelo menos, aos seus discursos) para se acomodar no campo da informação.

---

<sup>6</sup> Embora nem todos os cursos estejam vinculados, administrativamente, a algum departamento.



Partindo desse pressuposto e diante dos resultados apresentados acerca da configuração atual da Arquivologia como disciplina no Brasil, alguns **questionamentos** passaram a nos inquietar:

- Se a Arquivologia, na sua formação no Brasil, tem uma relação tradicional com a História, por que as suas relações com a CI fortaleceram-se tanto nas últimas décadas?
- O fortalecimento dessas relações no cenário nacional teria sido resultado de reflexos do pensamento arquivístico predominante nos Estados Unidos, a partir da Segunda Guerra Mundial?

Quanto a esta questão, é interessante um parêntese. Como nos lembra Schwartzman (1979), nesse contexto há um forte movimento de importação da ciência, dos padrões e dos sistemas profissionais dos Estados Unidos. Numa perspectiva mais específica, observamos que, durante esse conflito, cresceram as preocupações quanto ao tratamento, controle e preservação da informação, que, vertiginosamente, expandia a sua produção em todo o mundo. Com o aumento das massas documentais, intensificaram-se os estudos, investimentos e normas tendo em vista a sua organização e controle (DUCHEIN, 1993), o que culminaria em trabalhos acerca da gestão de documentos.

Com a vitória dos Estados Unidos, essas preocupações passam a se moldar conforme o pensamento norteamericano (ou a partir dele), tendo repercussão internacional. Exemplo disso, no Brasil, é a visita do arquivista Theodore Roosevelt Schellenberg na década de 1960, convidado pelo AN com o objetivo de relatar e aconselhar sobre os problemas arquivísticos brasileiros (RODRIGUES, 1974).

Lembremos ainda que, em 1964, no âmbito da Missão Norte-americana de Cooperação Econômica e Técnica do Brasil da *United States Agency for International Development* (USAID), é publicada no Brasil uma obra resultante de um acordo entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade do Sul da Califórnia, que reúne artigos de vários estudiosos, brasileiros e estrangeiros, sobre a administração de arquivos e de outros documentos (JAMESON, 1964).

Diante desses primeiros questionamentos e da necessidade de aprofundar os resultados da dissertação, as **questões centrais** que passaram a nos nortear foram:

- Quando e como a Arquivologia (no contexto internacional e nacional) teria deixado de ser um simples conjunto de técnicas para a organização empírica de arquivos e teria sido concebida como uma disciplina, com um objeto próprio de estudo?

- Como e em que medida a sistematização e a comunicação do pensamento arquivístico mundial, marcado por algumas tendências históricas, refletiram no desenvolvimento da Arquivologia como disciplina científica no Brasil, ou seja, na sua formação e configuração?
- Na busca do seu desenvolvimento no País, a Arquivologia brasileira teria contribuído para a Arquivologia internacional? Nesse sentido, poderíamos identificar interlocuções entre esses dois contextos?

Decorrentes destas questões centrais, as **questões secundárias** que perpassam esta pesquisa são:

- Quais foram as obras que marcaram o pensamento arquivístico internacional e nacional?
- Quais foram os estudiosos estrangeiros que contribuíram para a trajetória da Arquivologia no Brasil? Quais foram as suas contribuições?
- Quais foram as participações de brasileiros na Arquivologia internacional?
- Qual(is) tendência(s) internacional(is) predomina(m) na produção científica brasileira relacionada à Arquivologia?
- Quais são os grupos de pesquisa brasileiros voltados para a área e qual a formação dos pesquisadores que os constituem? Nessa formação, é possível identificar traços do pensamento arquivístico internacional?

Nossa **hipótese central** é que existem interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional, das suas práticas à sua institucionalização acadêmica no Brasil. Subjacentes a esta hipótese, tecemos mais três:

- a formação e a configuração da Arquivologia como disciplina no Brasil são perpassadas por (re)apropriações (traduções) das principais tendências históricas do pensamento arquivístico internacional;
- a constituição e o fortalecimento da CI como *campo (trans)científico*, após a Segunda Guerra Mundial (mais especificamente na década de 1970 no Brasil, com o primeiro mestrado na área) propiciou uma maior aproximação entre essa disciplina e a Arquivologia, que como uma área tradicionalmente marcada por uma forte vertente prática, busca na CI o abrigo institucional para o desenvolvimento do seu viés acadêmico, sobretudo pela produção de dissertações e teses pelo seu pertencimento ao campo da informação;

- considerando o desenvolvimento dessas duas disciplinas e o seu papel social, os paradigmas e o *campo científico-transcientífico-discursivo* da Arquivologia no Brasil alinham-se àqueles da CI (e das demais disciplinas que têm por objeto a informação), na sua acomodação no campo da informação, aos moldes da própria Arquivologia internacional, relativamente aos processos de gênese, organização, comunicação e recuperação da informação.

O **objetivo geral** é demonstrar como as interlocuções entre as práticas/tendências teóricas arquivísticas internacionais e as nacionais perpassam a institucionalização acadêmica da Arquivologia e o consequente delineamento da área como disciplina científica no Brasil.

Esse objetivo geral desdobrar-se-á nos seguintes **objetivos específicos**:

- a) mapear as principais obras e autores que marcaram a sistematização e a comunicação das práticas profissionais e do pensamento arquivístico internacional e nacional, ao longo do tempo;
- b) fazer o levantamento das fontes documentais quanto às relações de cooperação arquivística entre o Brasil e outros países e às participações de brasileiros em cursos de aperfeiçoamento no exterior;
- c) identificar as principais obras arquivísticas estrangeiras que circulam no Brasil e as suas traduções brasileiras, assim como as obras brasileiras que circulam no exterior;
- d) identificar as principais tendências históricas do pensamento arquivístico internacional que predominam na produção científica relacionada à Arquivologia no Brasil;
- e) mapear os grupos de pesquisa brasileiros que congregam os pesquisadores da área, identificando a sua formação/titulação e atuação internacionais.

Quanto à **metodologia**, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, simultaneamente qualitativa e quantitativa. Ressaltamos que todas as informações quantitativas serão avaliadas em conjunto, a partir das hipóteses e objetivos apresentados.

Considerando a abordagem de Foucault (2005) acerca da materialidade do discurso presente nos documentos, o principal instrumento de coleta de dados foi as fontes documentais, analisadas conforme nossos referenciais teóricos e a partir do *Método da História Cruzada*, proposto por Werner e Zimmermann (2003). Esse método pertence à família dos procedimentos relacionais, como a comparação e os estudos de transferência, mas questiona os elos, materializados na esfera social ou simplesmente projetados, entre diferentes

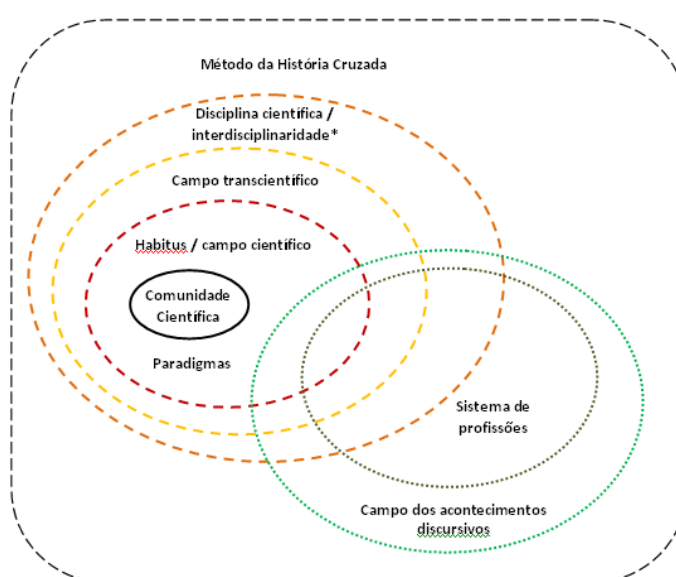
formações historicamente constituídas. Num viés particular, aborda questões gerais como escalas, categorias de análise, relação entre sincronia e diacronia, regimes de historicidade e de reflexividade. Sua principal contribuição para os propósitos da presente pesquisa justifica-se na sua aceção que interrelaciona abordagens diversas, sem, contudo, simplificá-las. Desse modo, “O estudo das trocas produz, é certo, uma abordagem mais rica da cultura de recepção; ele evidencia os aportes estrangeiros e contribui para historicizar o conceito de cultura nacional” (WERNER; ZIMMERMANN, 2003, p. 95).

Considerando essa aceção, os dados coletados serão analisados, mais especificamente, a partir do entrecruzamento dos seguintes conceitos:

- *Sistema de profissões* (ABBOTT, 1988);
- *Campo dos acontecimentos discursivos* (FOUCAULT, 2005; 2007; 2008a; 2008b);
- *Ciência normal, paradigmas, revoluções científicas e Comunidade científica* (KUHN, 2005);
- *Habitus, campo científico e capital científico* (BOURDIEU, 1983a; 1983b; 1983c; 2001; 2004);
- *Campo transcienceífico* (KNORR-CETINA, 1981).

Também retomaremos as definições de *disciplina científica, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade*, utilizadas na dissertação.

A fim de compreender nosso objeto – as interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil – articulamos esses conceitos e definições, cujas relações são aqui ilustradas:



\* Interdisciplinaridade e definições afins (multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade)

Figura 1: Referenciais teóricos para a compreensão das interlocuções entre a Arquivologia internacional e a nacional  
Fonte: elaboração própria.

Como veremos nos próximos capítulos, a produção/acumulação de acervos no mundo, desde a Antiguidade, culminou na necessidade de profissionalização de pessoal habilitado para organizar e disponibilizar documentos, sobretudo a partir do século XVIII. Essa necessidade consolidou-se nas escolas de formação, que, por sua vez, passaram a abrigar pesquisas que dariam uma vertente mais teórica à Arquivologia, sem perder de vista as suas raízes práticas, que continuam demandando a habilitação e aperfeiçoamento profissional. Essa trajetória parece seguir caminhos semelhantes no contexto internacional e no Brasil, com reapropriações teóricas e práticas segundo a realidade do País. Portanto, é imprescindível contemplar aspectos práticos e científicos para o entendimento da formação e configuração da área e suas repercussões nacionais e internacionais. Os referências serão, assim, apresentados da lógica prática à científica, abordando a perspectiva social nos dois contextos.

Diante dos objetivos propostos e perpassado por esses conceitos e definições, esta tese desenvolve-se nas seguintes etapas:

a) levantamento da bibliografia nacional e internacional da Arquivologia, a fim de mapear as principais obras que marcaram a sistematização e a comunicação do pensamento arquivístico no mundo e no Brasil. O ponto de partida para esse levantamento foi o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, publicado em 1898 (MUELLER; FEITH; FRUIN, 1960) e considerado, por vários estudiosos (COOK, 1997; DUCHEIN, 1992; SILVA et al, 1999; FONSECA, 2004) como a obra que marca os rumos científicos da área, como será apresentado no capítulo três. A partir desse Manual, buscamos, em autores da Arquivologia, referências às demais obras internacionais (apêndice A). Para a identificação das obras arquivísticas brasileiras e daquelas traduzidas para o português no Brasil, fizemos uma pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN<sup>7</sup>, entre 28 de abril e 04 de maio deste ano. As palavras utilizadas como filtros para recuperação dos materiais descritos como livros, livros técnicos e livros raros foram: *arquivologia*, *arquivística(o)*, *arquivo(s)*, *archivistique*, *archival science*, *archivística*, *archivología*, *archives*, *archivo*, *arquivista*, *archiviste*, *archivero* e *archivólogo* (apêndice B). Nos dois casos, das obras nacionais e internacionais, consideramos apenas os livros. A opção pela pesquisa nessa biblioteca deve-se ao fato de que a instituição mantém-se atualizada quanto à bibliografia arquivística internacional, decorrente das suas traduções de obras estrangeiras e da participação de seus servidores e diretores em instâncias de organizações internacionais, tais como o ICA e a ALA.

---

<sup>7</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.an.gov.br/scripts/sysbibli/sysportal.exe/index#0>>. Acesso em 04 maio 2010.

b) Pesquisa documental: b.1) no Fundo Arquivo Nacional e na Revista Arquivo & Administração, a fim de identificar as relações de cooperação arquivística, entre o Brasil e outros países, com a vinda de professores, pesquisadores e profissionais de arquivo ao País e a participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais no exterior; b.2) nos *Archives Nationales* da França, para identificação dos brasileiros que participaram do *Stage Technique International d'Archives* (STIA)<sup>8</sup>; b.3) nos documentos do AN e na bibliografia da área, com o objetivo de mapear a participação de brasileiros em cursos promovidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na Argentina e Espanha<sup>9</sup>; b.4) e nos anais e resumos do Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), para identificar a participação de estrangeiros nesse evento.

c) Mapeamento, na Internet e nas bibliotecas universitárias, dos autores e obras referenciados nas dissertações e teses arquivísticas (ou com temáticas de interesse direto da área e que são comuns a outras disciplinas do campo da informação), identificadas na pesquisa de mestrado (MARQUES, 2007), produzidas nos programas de pós-graduação do Brasil entre 1972 (primeira dissertação identificada) e 2006, ano que precede o início desta tese.

Atualizamos o levantamento dessas pesquisas a partir de novas consultas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o uso das palavras *arquivologia*, *arquivística* e *arquivos*, novamente seguindo a metodologia de Fonseca (2004). Quando tivemos acesso às referências bibliográficas contidas nessas pesquisas, verificamos se realmente apresentavam autores e obras da área, o que delimitou ainda mais o nosso mapeamento. De um total de 112 dissertações e teses identificadas, daquelas que tivemos acesso (106) selecionamos 101 (apêndice C), que constituíram o universo da nossa análise, a partir de um pré-teste apresentado no X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) (MARQUES; RODRIGUES, 2009).

O pré-teste consistiu no mapeamento das referências bibliográficas das comunicações orais e pôsteres, com temas arquivísticos, apresentados nos ENANCIB's de 2003 a 2008. Seu

---

<sup>8</sup> Essa pesquisa foi feita pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgete Medleg Rodrigues no período em que esteve na França realizando seu pós-doutoramento. Agradeço à professora pela gentileza de trazer os documentos necessários para a compilação dos dados referentes ao STIA.

<sup>9</sup> Temos conhecimento da participação de profissionais brasileiros da área em cursos promovidos pelo *Modern Archives Institute* (parceria do *National Archives and Records Administration* – NARA – e da *Library of Congress* dos Estados Unidos) e pelo Arquivo Nacional do Canadá. Informações disponíveis em: <<http://www.archives.gov/preservation/modern-archives-institute/>> e <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/72.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/72.pdf)>. Acesso em 01 fev. 2011. No entanto, diante da disponibilidade dos registros, nos restringimos à pesquisa acerca da participação desses profissionais nos cursos da França, Espanha e Argentina, conforme as fontes documentais analisadas.

objetivo era identificar as origens institucionais e o idioma de publicação das obras referenciadas e, conseqüentemente, contribuir para a compreensão dos reflexos do pensamento arquivístico internacional na formação e configuração da Arquivologia no Brasil, objeto desta pesquisa.

A opção pelos trabalhos do ENANCIB, como universo do pré-teste, justificou-se pela relevância desse evento para a CI e para a Arquivologia brasileira, considerando a sua realização pela ANCIB, desde 1994, como um desdobramento das primeiras reuniões daquela Associação do final da década de 1970 e início de 1980 (MUELLER; MIRANDA; SUAIDEN, 1999-2000). Embora os congressos nacionais de Arquivologia tenham uma grande representação das pesquisas desenvolvidas na Academia, eles ainda são um misto de evento acadêmico e profissional, com um peso muito grande das associações e dos profissionais que atuam na área. Mesmo que a opção pelas comunicações apresentadas no ENANCIB não contemple todos os diálogos entre essa disciplina e a CI (por vários fatores que ultrapassam o âmbito desta pesquisa, muitos trabalhos não chegam a ser apresentados ou publicados nos anais do evento), a escolha pelo ENANCIB justifica-se, sobretudo, por sua relevância para as disciplinas que têm por objeto a informação no Brasil.

Do total de comunicações orais e pôsteres apresentados até o IX ENANCIB (2008) – 1.100 trabalhos (apêndice E) – mapeamos 35 trabalhos com temáticas arquivísticas. O mapeamento dessas comunicações foi feito com base na análise dos anais do I ao IX ENANCIB, cujas temáticas foram identificadas a partir dos seus títulos e/ou resumos. As comunicações efetivamente analisadas correspondem aos 23 trabalhos apresentados do V ao IX ENANCIB, uma vez que nos anais dos eventos anteriores não foram publicados os textos completos desses trabalhos, mas apenas os seus resumos, o que impossibilitou a análise das referências bibliográficas das comunicações orais/pôsteres apresentados nos quatro primeiros Encontros.

Considerando os resultados desse pré-teste, analisamos todas as referências arquivísticas identificadas nas dissertações e teses da área, especificando os casos das pesquisas produzidas em universidades que abrigam os cursos de Arquivologia e daquelas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em CI.

d) Mapeamento dos grupos de pesquisa brasileiros, com temáticas arquivísticas, no diretório de grupos do CNPq<sup>10</sup> e dos atores que os constituem, em três situações: e.1) dos currículos

---

<sup>10</sup> Informações disponíveis em: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso 17 ago. 2010.

*lattes* dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas; e.2) dos currículos *lattes* dos orientadores e coorientadores dessas dissertações e teses; e.3) e, por fim, dos grupos de pesquisa em torno dos interesses da Arquivologia e dos arquivos. Nos dois primeiros casos, identificamos os cursos de graduação e especialização no Brasil e no exterior; os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado realizados em outros países; as publicações em periódicos estrangeiros, a apresentação de trabalhos em eventos realizados fora do País; as publicações de livros e capítulos de livros no exterior e a participação em grupos de pesquisa do CNPq. Os grupos de pesquisa na Plataforma *Lattes* do CNPq foram pesquisados com as palavras *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*, quando localizamos 63 grupos.

Na perspectiva do *Método da história cruzada* e dos nossos referenciais teóricos, o **universo** desta pesquisa contempla as instituições, profissionais, professores, pesquisadores, cursos, eventos, obras e pesquisas arquivísticas (ou de áreas próximas à Arquivologia que tenham contribuído para o desenvolvimento da disciplina) nacionais e internacionais.

Destacamos a atuação das instituições que, no âmbito nacional e internacional, propiciam, desde a sua criação, a cooperação entre esses agentes e a produção de pesquisas: é o caso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do *International Council on Archives* (ICA), da *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA), do Arquivo Nacional do Brasil, do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)<sup>11</sup>, das universidades que abrigam cursos e pesquisas na área, além das associações profissionais.

As obras e pesquisas arquivísticas serão apresentadas conforme explicitado nos procedimentos metodológicos. Todavia, ressaltamos que a pesquisa extrapola os marcos temporais apresentados (1898 e 2006), uma vez que as práticas arquivísticas, apresentadas no capítulo três, datam da Antiguidade e que grande parte das informações relativas à configuração da área são bastante recentes, na dinâmica de atuação e das relações tecidas entre as instituições, profissionais e pesquisadores que a constituem. Assim, o **recorte temporal** inicial mais específico diz respeito ao século XVIII, quando do reconhecimento da necessidade de profissionalização do arquivista e das primeiras iniciativas para a sistematização do pensamento arquivístico mundial; o recorte final contempla o mês de agosto de 2010, quando fizmos as últimas pesquisas empíricas e incluímos as informações sobre o CBA, realizado naquele mês.

---

<sup>11</sup> Atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).



Contextualizada a pesquisa de mestrado e considerando os seus resultados, neste capítulo apresentamos o objeto desta tese, explicitando o pressuposto, as questões, as hipóteses, os objetivos e a metodologia que a perpassam na compreensão dos diálogos entre a Arquivologia internacional e nacional.

O capítulo 2 contempla os referenciais teóricos que entrecruzam diferentes abordagens, mediante o estudo de várias definições e conceitos que particularizarão nossa análise, das práticas arquivísticas à configuração da Arquivologia como disciplina científica.

No capítulo 3, é apresentado o campo da informação em duas partes: a primeira diz respeito às tendências históricas da Arquivologia internacional, das suas práticas ao seu delineamento científico nesse campo, isto é, a sistematização e circulação do pensamento arquivístico no mundo, seus principais marcos, ideias, obras, periódicos, eventos e instituições que contribuíram para a formação da disciplina e do arquivista; a segunda parte contempla a trajetória da Museologia, Biblioteconomia, Documentação e CI, disciplinas que compartilham os espaços do campo da informação com a Arquivologia, mediante relações de parcerias e conflitos em torno de variações de um mesmo objeto<sup>12</sup>.

A trajetória da Arquivologia no Brasil é contextualizada no capítulo 4, inserida no quadro de desenvolvimento da ciência e tecnologia nacional. Nesse contexto, destacamos as suas relações de cooperação com outros países (presença de estudiosos estrangeiros, realização de trabalhos técnicos, eventos, estudos, participação de brasileiros em cargos e eventos no exterior, etc.), bem como os seus esforços e iniciativas de formação dos profissionais da área. Além disso, mapeamos as obras arquivísticas brasileiras, estrangeiras e aquelas traduzidas para o português, identificadas na biblioteca do AN.

Em seguida, no capítulo 5, apresentamos os marcos do pensamento arquivístico internacional e nacional na produção científica brasileira, a partir dos autores e obras referenciados nas dissertações e teses com temáticas voltadas para a área, produzidas nos programas de pós-graduação do País. Esse quadro é complementado com o mapeamento dos grupos de pesquisa, com as mesmas temáticas, na plataforma *Lattes* do CNPq. Diante desses mapeamentos, buscamos compreender a circulação (e reapropriação) do pensamento arquivístico internacional no Brasil e os avanços das pesquisas brasileiras.

Esses seis capítulos convergem para as considerações finais, apresentadas no capítulo 6, que buscam entrecruzar os quadros apresentados na compreensão das práticas, da

---

<sup>12</sup> Reconhecemos que outras disciplinas, como a Comunicação e a Ciência da Computação, por compartilharem essas variações também poderiam ser aqui estudadas no âmbito do campo da informação. No entanto, restringimo-nos à Museologia, Biblioteconomia, Documentação e CI em razão dos vínculos institucionais que geralmente as agregam nesse campo, especialmente no Brasil.

profissionalização, formação, institucionalização e configuração de uma disciplina que transita entre a técnica e a cientificidade, a Arquivologia no Brasil, em (busca de) sintonia com a Arquivologia internacional.

E no capítulo 7 apresentamos algumas recomendações de pesquisa decorrentes deste estudo.

## 2 REFERENCIAIS TEÓRICOS

*Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam.*  
(FOUCAULT, 2005, p. 30).

Partindo do *Método da História Cruzada* (WERNER; ZIMMERMANN, 2003), esta pesquisa desenvolver-se-á com reflexões decorrentes do estudo simultâneo das propostas de alguns autores, por sua vez ligadas a definições e conceitos imprescindíveis para o entendimento do nosso objeto.

Para compreendermos o desenvolvimento das práticas arquivísticas, ou seja, a sua gênese discursiva, até a sua configuração como disciplina científica, que passa por um processo de profissionalização, buscamos as contribuições de Diniz (2001) e Mueller (2004), que introduzem o estudo de Abbott (1988), quanto à formação do *sistema de profissões*.

Baseamo-nos nas reflexões de Foucault (2005; 2007; 2008a; 2008b) acerca da formação discursiva e da sua circulação no âmbito das relações de poder e da institucionalização do saber, somadas às contribuições de Bourdieu (1983a) e de Knorr-Cetina (1981) em relação aos conflitos inerentes à noção de *campo científico* e *campo transcientífico*.

Quanto às definições *disciplina científica*, *interdisciplinaridade*, *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*<sup>13</sup>, retomamos a pesquisa de mestrado (MARQUES, 2007, p. 54-67), na qual referenciamos vários autores para compreender a formação da Arquivologia como disciplina e suas relações com outras áreas.

Complementarmente, utilizamos as principais definições de Kuhn (2005): *ciência normal*, *paradigmas*, *revoluções científicas* e *comunidade científica*. A partir dessas definições, tentamos, então, identificar os pontos de divergência e convergência entre este autor e Bourdieu (1983a; 1983b; 1983c; 2001; 2004), sobretudo quanto às definições de *habitus*, *campo científico* e *capital científico*. Buscando ampliá-las, recorreremos a Knorr-Cetina (1981), na sua definição de *campo transcientífico*.

---

<sup>13</sup> Como existem diversas definições sobre as diferentes relações entre disciplinas, optamos por utilizar como referência uma obra compilada pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fruto das discussões e reflexões de diversos estudiosos, num encontro que aconteceu em Nice (França), no ano de 1970 (CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT, 1972). Apesar de ter sido publicada há quase quarenta anos, suas definições pareceram-nos bastante adequadas para a compreensão das atuais relações disciplinares.

Ressaltamos que a análise entrecruzada desses autores, nas suas distintas abordagens (convergentes e divergentes), decorre, sobretudo, da sua complementação. Considerando a complexidade do nosso objeto, julgamos essencial estudá-lo sob diversos ângulos, ou seja, pelo olhar de diferentes autores.

Passemos, então, à análise pormenorizada das propostas desses autores.

## **2.1 Sistema de profissões**

Inicialmente, consideremos a dinâmica das práticas e saberes arquivísticos no âmbito da formação das profissões. Nessa perspectiva, Diniz (2001) nos apresenta duas abordagens distintas (mas em alguns aspectos, complementares): 1) as teorias atributivas-funcionalistas; 2) e as historicocomparativas.

As primeiras teorias são concebidas a partir dos anos 1930, pelos sociólogos funcionalistas americanos, que buscavam demonstrar os valores associados ao desempenho de “papéis ocupacionais” no âmbito do sistema valorativo da sociedade (DINIZ, 2001, p. 17). A definição de *profissão* relacionava-se a esses papéis, diferenciados por elementos específicos e valorizados por sua utilidade social.

Nessa perspectiva, os atributos que constituem a formação da profissão são: um corpo de conhecimento abstrato e complexo que sustente a formação profissional, uma cultura profissional amparada por associações, uma orientação para as necessidades da clientela e um código de ética. A profissionalização se dá num processo ordenado de eventos e esses atributos são conduzidos pela busca de prestígio e *status*, visão que, nesses termos, se aproxima da proposta de Bourdieu (1983a), analisada adiante.

Todavia, a vertente atributivo-funcionalista é criticada por aqueles que discordam dessa “ideologia do profissionalismo” e defendem a perspectiva histórica e o enfoque cultural que perpassam a formação das profissões. Diniz pontua que essa vertente seria insuficiente para o estudo de todas as profissões no Brasil, considerando que elas seguem um modelo híbrido (com traços do modelo anglo-americano e do europeu, sobretudo no que tange à intervenção estatal).

Essas críticas convergem para as teorias historicocomparativas, que, com algumas ressalvas, nos interessam por sua aproximação à proposta de Knorr-Cetina (1981) e de Heckhausen (1972). Nessa abordagem, destaca-se o estudo de Abbott (1988), que julga inadequado estudar as profissões isoladamente, considerando que o seu surgimento e desenvolvimento inserem-se num sistema de interdependências, numa disputa por jurisdição.

As profissões começam quando as pessoas passam a se dedicar, em tempo integral, àquilo que elas precisam fazer. Com a necessidade de treinamento, escolas são criadas. Pessoas de fora das universidades, imediatamente procuram filiar-se ao mundo acadêmico. Quando os cursos tornam-se mais longos, há o aprofundamento do nível dos estudos e a inclusão de assuntos mais complexos, de forma a fortalecer a base do conhecimento, elevar a qualidade dos serviços e o nível de compromisso dos membros do grupo envolvidos na área. Com os cursos universitários, forma-se um corpo docente dedicado ao ensino e ao estudo, com professores que atuam em tempo integral e que contribuem para o aumento das pesquisas. Em seguida, é constituída uma associação, congregando os professores e os novos profissionais graduados. Às vezes, a base de conhecimento formada e as conseqüentes reflexões sobre a área levam a uma alteração do nome da profissão e dos próprios cursos, aumentando o rigor na exclusão daqueles praticantes que não são graduados nos cursos credenciados. Nesse estágio, a disputa com profissionais de outras áreas pelo mesmo mercado de trabalho pode mostrar-se mais evidente. É publicado um código de ética que busca estabelecer regras para os pares, eliminar a competição interna, impedir a prática pelos não credenciados e garantir a proteção de clientes.

Nessa perspectiva, o mesmo autor também considera que a formação de uma profissão é decorrente das necessidades sociais. O conjunto das profissões que constituem um *sistema*, seu contexto de desenvolvimento (inclusive considerando os conflitos entre os grupos profissionais pela disputa de poder), contempla a história das profissões no âmbito das suas lutas: a interdependência das profissões caracteriza o sistema, no qual cada profissão luta pelo domínio e controle da sua *jurisdição*. Ou seja, cada profissão se dedica a um conjunto de tarefas às quais está ligada pelos “laços de jurisdição” (ABBOTT, 1988, p. 33, tradução nossa). Esses laços são influenciados por forças internas e externas ao *sistema de profissões* (a exemplo do *campo transcientífico*), criando, extinguindo ou remodelando as tarefas profissionais.

É no âmbito legal, da opinião pública e do mundo do trabalho que a profissão reivindica seu espaço e exclusividade. A perspectiva legal varia contingencialmente, conforme as leis e costumes de cada país. No Brasil, é o Estado que confere o reconhecimento de uma profissão, por meio de leis que a definem, regulamentam e circunscrevem sua jurisdição. Muitas vezes, esse espaço legítimo de atuação profissional está atrelado aos certificados de cursos de graduação na área. A regulamentação da profissão de arquivista no Brasil, em 1978, é um exemplo da exigência de exclusividade no domínio das jurisdições

profissionais e no exercício dos controles culturais e legais. Hoje, os concursos públicos restringem a ocupação dos cargos de arquivista (nível superior) aos diplomados na área.

Ao estudar a obra de Abbott, Mueller (2004) explica que o controle social e cultural são frutos da busca por essa exclusividade e passam pelo crivo da sociedade, que deve aceitá-la. Quanto mais necessária e reconhecida socialmente, quanto mais objetiva e coesa em termos de conhecimento abstrato, maior é a capacidade de resistência de uma profissão diante dos desafios de profissões rivais (lutas internas), mas, também, são mais vulneráveis a fatores externos. Por outro lado, as profissões que lidam com problemas/objetos de natureza subjetiva, cujo corpo de conhecimento seja inconsistente, suscitam mais questionamentos e conflitos internos ao seu próprio sistema; no entanto, são menos expostas à opinião pública. Dessa maneira, quanto mais organizadas forem as profissões, mais resistentes aos ataques rivais e maiores as chances de manterem-se dominantes nos sistema. É, portanto, a sociedade que dá, a uma determinada profissão, direitos exclusivos de solucionar determinados problemas sociais. O reconhecimento social decorre do sucesso da profissão na resolução dos problemas, muitas vezes exposto no discurso do grupo profissional.

Segundo o autor, existem acordos e ajustes (tácitos e legais) entre as profissões em luta por jurisdição. Interessa, aqui, a identificação dos grupos dentro da profissão (unidos por interesses comuns), dos mecanismos de controle sobre os profissionais e do local de trabalho em relação ao seu impacto na organização da profissão.

Considerando a análise de Abbott, seria oportuno investigarmos se a Arquivologia segue o caminho proposto pelo autor na sua trajetória de formação profissional e científica. No caso dos arquivistas brasileiros, a profissão é regulamentada em 1978 (a Lei 6.546, de 04 de julho de 1978, regulamenta a profissão de arquivista e de técnico de arquivo<sup>14</sup> e o Decreto 82.590, de 06 de novembro de 1978, a complementa). Esses marcos legais conferem, de fato, aos profissionais formados na área o seu espaço legítimo de atuação no campo da informação, que comporta outras disciplinas como a Biblioteconomia, a Museologia e a CI. As lutas desses profissionais inserem-se, assim, na “jurisdição da informação” (MUELLER, 2004, p. 42), ou seja, no âmbito daquelas profissões que lidam com a gênese, organização, comunicação e recuperação da informação, como examinaremos adiante.

---

<sup>14</sup> Além dos arquivistas diplomados em cursos superiores e dos técnicos de arquivo (que concluíram o ensino médio), a Lei contempla aqueles que, embora não habilitados nesses cursos, contassem com pelo menos cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados, na data de início da sua vigência, nos campos profissionais da Arquivologia ou da Técnica de Arquivo. Informações disponíveis em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em 08 nov. 2009.

## 2.2 Campo dos acontecimentos discursivos

Para compreendermos as interações entre as práticas e teorias arquivísticas internacionais e nacionais na aproximação da Arquivologia à CI no Brasil, julgamos conveniente nos apoiar, também, nos estudos de Michel Foucault, que abandona as analogias e, numa abordagem historicofilosófica, tece suas reflexões acerca da constituição e circulação do *discurso* na correlação entre *saber* e *poder*, ou seja, nos “jogos de verdade”. Sua abordagem comporta duas dimensões, que representam precauções metodológicas complementares: a *arqueologia dos saberes*, a qual delinea a forma das problematizações por meio da investigação do surgimento e transformação dos saberes, explicitando o nível do discurso; e a *genealogia*, que se volta para a prática que contempla as relações de poder, isto é, o caráter estratégico dos discursos. Nessa relação, “o saber gera saberes e o saber gera poderes” (PORTOCARRERO, 1994a, p. 53)<sup>15</sup>.

A primeira dimensão pode ser observada na obra *Histoire de la Folie à l'Âge Classique*, de 1972, na qual Foucault discorre sobre as transformações do papel do internamento no século XVIII. Inicialmente isolados coletivamente, os indivíduos nocivos à sociedade eram excluídos no universo do desatino. Com a Revolução Industrial, há uma classificação da loucura de modo a aproveitar a mão-de-obra daqueles que fossem úteis e, conseqüentemente, o estabelecimento de um objeto de estudo:

Doravante, estamos na posse do fio da meada. A partir do momento em que vemos, do fundo do século XVIII, os loucos que dividindo-se entre si mesmos e ocupando um lugar que lhes pertence de fato, compreendemos como se tornaram possíveis o asilo do século XIX, a psiquiatria positivista, a loucura afirmada enfim em seus direitos. Tudo está em seu lugar, de um século a outro: primeiro o internamento, do qual procedem os primeiros asilos de loucos; daí nasce essa curiosidade – logo transformada em piedade, depois em humanismo e solicitude social – que permitirá a existência de Pinel e Tuke, os quais por sua vez provocarão o grande movimento de reforma – inquéritos dos comissários, constituição dos grandes hospitais, os quais finalmente dão início à época de Esquirol e à felicidade de uma ciência médica da loucura. (FOUCAULT, 2008a, p. 392).

Semelhantemente, na *Histoire de la Sexualité I: la volonté de savoir*, de 1976, o autor parte da ideia do sexo reprimido e o apresenta como discurso, ao analisar os “mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 83). As técnicas de saber sobrepõem-se às estratégias de

---

<sup>15</sup> Diante das dificuldades de interpretação das obras de Foucault, utilizamos leituras complementares que facilitaram nossa análise.

poder na divulgação (comunicação, permeabilidade e permanência) e regulação desse discurso, que passa por disputas políticas.

Sobral (1995), ao analisar os estudos de Foucault, realça as várias formas nas quais o poder do saber é apresentado nas suas obras: a) nem todos têm acesso ao saber, daí o seu poder. Há procedimentos de controle de acesso ao discurso, que limitam a sua divulgação; b) o poder do saber é verificável na constituição de outros saberes; c) e o poder do saber também se evidencia por meio do controle que ele permite.

Essas reflexões nos sugerem indagações sobre as relações de poder e saber que perpassam o nosso objeto de estudo, ou seja, quando e como a Arquivologia teria deixado de ser um simples conjunto de técnicas para a organização empírica de arquivos e teria sido concebida como uma disciplina, com um objeto próprio de estudo? Essa concepção teria lhe outorgado poder? De que forma?

Em sua segunda abordagem, no âmbito daquilo que denomina “arqueologia do saber”, Foucault sintetiza a ideia de *discurso* e analisa as suas propriedades e desdobramentos. Inicialmente, recorre a Platão, contemplando a “verdade do discurso” naquilo que ele diz. Relativiza a proposta de Kuhn, considerando que as grandes mutações científicas também podem ser decorrentes de “novas formas de saber a verdade”, apoiando-se num suporte institucional e num poder de coerção. Para ele, “o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2008b, p. 7), isto é, no funcionamento das instituições. Todavia, sua análise da formação dos acontecimentos discursivos distancia-se das preocupações de Kuhn quanto à distinção entre significados aplicados em épocas e locais diversos. Foucault destaca, portanto, a identificação dos relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva, suas formações e deformações, aparecimento e dissolução na “pluralidade emaranhada – ao mesmo tempo superposta e lacunar – dos objetos” (FOUCAULT, 2005, p. 54), desapegada da análise linguística da significação e mais voltada para a relação saber-poder.

Foucault analisa, também, as regras de formação dos objetos de discurso, ou seja, o seu regime de existência, cujas delimitações contemplam: a demarcação das superfícies da sua emergência, as conjunturas que variam de acordo com as diferentes sociedades, épocas e formas de discurso; a descrição das instâncias de sua delimitação; e a análise das grades de especificação, dos sistemas de separação, oposição, associação, reagrupamento, classificação, derivação. No âmbito do nosso objeto de estudo, devemos considerar, portanto, as instituições arquivísticas, o conjunto de indivíduos que configuram a comunidade de arquivistas, o seu saber e práticas que perpassam as diferentes tendências históricas arquivísticas internacionais e nacionais em interação e que são, muitas vezes, institucionalizados.



O *discurso* é assim compreendido a partir da *dispersão* dos sujeitos e instituições, como “um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade” (FOUCAULT, 2005, p. 61). Controlado, selecionado, organizado e redistribuído mediante sistemas de exclusão, procedimentos internos e restrição de acesso, no “esoterismo do saber”, o discurso tem seus poderes limitados por estratégias de coerção que dominam suas aparições aleatórias e selecionam os sujeitos que falam. Nesse aspecto, as “sociedades de discurso” de Foucault parecem aproximar-se das “comunidades científicas” de Kuhn, embora menos radicais que estas, mas ainda assim bastante fechadas, ao conservarem e produzirem discursos de acordo com regras estritas (FOUCAULT, 2008b).

Além dessas sociedades, há os “rituais da palavra”, os “grupos doutrinários” e as “apropriações sociais”, que funcionam como “grandes procedimentos de sujeição do discurso”, mantendo ou de modificando a sua apropriação com os saberes e os poderes que o constituem (FOUCAULT, 2008b, p. 44).

A partir dessas considerações, a síntese do pensamento de Foucault pode ser observada na sua definição de *discurso*, sempre situada historicamente e que prevê “um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2005, p. 132-133). Objetivando essa definição, sua proposta se articula no conjunto regularidade–casualidade–descontinuidade–dependência–transformação do discurso, naquilo que ele denomina “teoria das sistematicidades descontínuas” (FOUCAULT, 2008b, p. 57-59). Diante da necessidade de um posicionamento crítico, esses conceitos são perpassados pelas noções de: *tradição*, que funciona como “um fundo de permanência”; *desenvolvimento e evolução*, que propiciam a coerência da análise; *mentalidade/espírito*, que se relacionam às ligações simbólicas, caracterizadas por um princípio de unidade e de explicação (FOUCAULT, 2005, p. 24).

O autor ainda apresenta três propriedades que perpassam o discurso: 1) a raridade, como “coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar” (FOUCAULT, 2005, p. 136); 2) a exterioridade, que dá mais ênfase ao lugar do qual se fala do que quem fala; 3) e as formas específicas de acúmulo – a leitura, o traço, a decifração e a memória.

Desse modo, a *arqueologia* descreve a regularidade dos discursos, compreendida como o “conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define a sua existência” (FOUCAULT, 2005, p. 163). Ao tratar de *homogeneidades enunciativas*, ou seja, da coexistência de discursos, essa proposta novamente se distancia de Kuhn, na sua definição de *paradigma*, concebida como domínio espaço-temporal de um único

modelo. Assim, Foucault defende que as homogeneidades e heterogeneidades enunciativas se entrecruzam no *campo dos acontecimentos discursivos*, entendido como:

[...] o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas seqüências lingüísticas que tenham sido formuladas; elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória ou de leitura: elas, constituem, entretanto, um conjunto finito. (FOUCAULT, 2005, p. 30).

O aparecimento de um determinado enunciado e não de outro é a questão a ser investigada nesse *campo*, à luz das relações primárias ou reais do discurso (quem fala? de onde fala? de quais instituições? qual a situação que ocupa?) e das relações secundárias ou reflexivas (externas ao discurso), constituindo um *sistema de relações discursivas*. Essas últimas são estabelecidas no limite do discurso (não são internas nem exteriores a ele) e se configuram como “o próprio discurso enquanto prática” (FOUCAULT, 2005, p. 52).

As *regras de formação*, por sua vez, contemplam os objetos, conceitos e escolhas temáticas perpassadas por condições de coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento dos discursos. A intervenção aos enunciados pode ser feita por meio de técnicas de reescrita, transcrição, tradução, aproximação, delimitação, transferência, sistematização e redistribuição, que propiciam a sua circulação. Assim, o espaço regular da formação dos enunciados é dado por sua atribuição, articulação, designação e derivação, tendo em vista a sua validade, normatividade e atualidade, denominados de “estratégias” no âmbito da “economia da constelação discursiva” (FOUCAULT, 2005, p. 74). Nessa perspectiva, são concebidas as relações entre discursos diversos: o sistema formal que outros discursos aplicam em campos semânticos distintos; o modelo concreto tomado por outros discursos mais abstratos; a analogia, oposição, complementaridade e delimitação recíproca entre diferentes discursos.

Nesta pesquisa, as técnicas as quais se refere Foucault podem ser utilizadas para compreender a comunicação do pensamento arquivístico, especialmente por meio da tradução de obras consideradas como referenciais científicos. Essas estratégias, por sua vez, seriam o que, na visão de Bourdieu (1983b), daria coesão ao discurso dos indivíduos de um dado grupo científico, nas suas práticas regulares (*habitus*). Essas interações são propiciadas pela característica lacunar das formações discursivas e poderiam explicar, em parte, as relações recentes entre a Arquivologia e a CI, na qual a primeira busca ampliar suas definições de “informação” e desenvolver suas pesquisas, hoje abrigadas, em sua maioria, na segunda.

Desse modo, existe um “jogo de relações” no qual a formação discursiva é individualizada pela definição do sistema de formação das distintas estratégias que nela se

desenrolam. O entrecruzamento entre instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diferentes configura um “sistema vertical de dependências”: o *sistema de formação* que perpassa esse “jogo de relações”, como “um feixe complexo de relações que funcionam como regra”, prescritivo da singularidade de um discurso (FOUCAULT, 2005, p. 81-82).

A formação discursiva então delinea um *sistema de regras* que estabelece correspondências entre diversas séries temporais, para que objetos se transformem, enunciações novas apareçam, conceitos se elaborem e se modifiquem. Esse sistema reside no próprio discurso, como “regularidades pré-terminais”, não acabadas do discurso (FOUCAULT, 2005, p. 85).

A existência material do enunciado constitui-lhe com substância, suporte, lugar e data. Todavia, é mais na ordem institucional que na localização espaço-temporal que se dá o regime de materialidade, isto é, nas “possibilidades de reinscrição e transcrição” do enunciado (FOUCAULT, 2005, p. 116). Na articulação entre o seu conteúdo informativo, a sua materialidade, o sujeito e as possibilidades da sua utilização tece-se o *campo de coexistências*, no qual se pode

Definir o regime geral a que está submetido o *status* desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual se tornam objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia. (FOUCAULT, 2005, p. 131).

A prática discursiva, definida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2005, p. 133), funciona, assim, como um *habitus* (BOURDIEU, 1983b) comungado por uma *comunidade* (KUHN, 2005), no âmbito de um *campo científico* (BOURDIEU, 1983a) ou *transcientífico* (KNORR-CETINA, 1981) e que tem seus movimentos diversamente reapropriados, diante da sua reinscrição, transcrição e tradução por países diferentes, como acontece com os variados contextos arquivísticos em interlocução, mais ou menos focalizados na preservação da memória e/ou da gestão informacional.

Nessa perspectiva, a *arqueologia do saber* comporta a análise das ciências na sua diversidade, contemplando as “disciplinas duvidosas, informes ainda e destinadas, talvez, a permanecer sempre abaixo do limiar da cientificidade”, as “pseudociências”, as “ciências em estado pré-histórico”, o “quase-científico” (FOUCAULT, 2005, p. 199-200). Ela descreve

*formações discursivas*, que transbordam as disciplinas, mas não as precedem; comporta uma multiplicidade de registros, com suas lacunas e desvios, justaposições, separações e embates, numa “configuração interdiscursiva”, que abrange relações internas e externas, num “jogo de analogias e diferenças” (FOUCAULT, 2005, p. 178-181).

A partir desse “jogo”, podemos compreender, por exemplo, as convergências, divergências e lacunas das relações da Arquivologia com outras disciplinas pertencentes ao campo da informação, ou mesmo da trajetória e configuração dessa disciplina no Brasil diante dos movimentos do pensamento arquivístico internacional. O estudo do surgimento, do desenvolvimento e dos desdobramentos das formações discursivas permite, assim, a análise da forma e do grau de permeabilidade ou impermeabilidade dos diferentes discursos que perpassam a institucionalização da disciplina no cenário nacional.

Ao deixar de lado o *a priori* histórico, concebendo a constituição das práticas discursivas, as formas que assumem, as suas relações e o domínio que estabelecem, ou seja, ao contemplar o discurso em suas “asperezas múltiplas” (FOUCAULT, 2005, p. 176), a *arqueologia* de Foucault suspende as sequências temporais no que dizem respeito à linearidade da linguagem e do curso da consciência. Desse modo, o discurso é concebido como “uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão” (FOUCAULT, 2005, p. 191), regidas pelo princípio da sua multiplicidade e dispersão.

Desse modo, a *arqueologia* “percorre o eixo prática discursiva-saber-ciência” (FOUCAULT, 2005, p. 205) e ultrapassa os limites das disciplinas, da estrutura específica da Ciência, ao descrever o *saber* como o “conjunto de elementos formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar” (FOUCAULT, 2005, p. 204). O que importa, portanto, é a análise do *saber* propiciado pelas práticas discursivas, na medida em que ele assume o *status* e o papel da ciência.

Diante dessas considerações, as contribuições de Foucault para esta pesquisa deixam para trás a concepção das tendências históricas do pensamento arquivístico internacional como modelos fechados, passando a compreendê-las como séries discursivas em articulação e construção num contexto maior (embora limitado) de circulação, comunicação e reapropriação (tradução), conforme a realidade de cada país ou região.

### 2.3 Disciplina científica

Para a definição de *disciplina científica* retomamos o quadro sintético da dissertação (MARQUES, 2007, p. 54), utilizado como o ponto de partida para as nossas reflexões acerca do delineamento científico da Arquivologia no Brasil. Nele observamos que alguns autores, como Heckhausen (1972) e Geertz (apud GOMES, 2001) distinguem as definições de *disciplina curricular* e de *disciplina científica*. Embora a Arquivologia tenha sido uma disciplina curricular por muito tempo, no âmbito de outros cursos (principalmente de Biblioteconomia e História), a abordagem contemplada nesta pesquisa aproxima-se daquelas apresentadas por Berger (1972), Boisot (1972), Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), Morin (2005), Boutier, Passeron e Revel (2006), alinhadas em torno da conjugação do objeto e dos métodos que singularizam uma disciplina científica.

Desse modo, Bourdieu contempla três níveis do trabalho científico: a disciplina, o subcampo e a especialidade. Todavia, no âmbito da sua análise, os três níveis são tomados como sinônimos e ele explica que: “Cada disciplina (como campo) é definida por um *nomos* [lógica] particular de visão e de divisão, um princípio de construção da realidade objetiva irreduzível àquele de uma outra disciplina” (BOURDIEU, 2001, p. 103, tradução nossa). Para esse autor, a disciplina é um campo relativamente estável e delimitado e, portanto, em princípio fácil de identificar: ela tem um nome reconhecido escolar e socialmente; ela está vinculada a instituições e laboratórios, a departamentos universitários, a revistas, a instâncias nacionais e internacionais (congressos), a procedimentos de certificação de competências, de sistemas de retribuição, de preços.

Nesse sentido, ele aponta que a noção de *campo científico*, analisada adiante, retoma, simultaneamente, a unidade existente na ciência e as diversas posições que as diferentes disciplinas ocupam no espaço, isto é, sua hierarquização. O que acontece no *campo* depende dessas posições e este pode ser descrito como um conjunto de campos locais (disciplinas), que têm em comum interesses e princípios mínimos. Conforme apresentado no próximo capítulo, acreditamos, com base nesse autor, que as disciplinas que têm por objeto a informação constituem um campo comum, espaço de parcerias, mas também de conflitos.

Assim, Bourdieu explica que uma disciplina não é definida somente por suas propriedades intrínsecas, mas pelas propriedades que ela deve à sua posição no espaço (hierarquizado de disciplinas). Dentre os princípios de diferenciação entre as disciplinas, destacam-se a importância do capital de recursos coletivos que elas tenham acumulado (e, em particular, os recursos teoricoformais) e a autonomia que elas dispõem em relação às

limitações externas, políticas, religiosas ou econômicas, o que parece ir ao encontro da definição de *campo transcienceífico* (KNORR-CETINA, 1981).

Heckhausen (1972), por sua vez, apresenta sete critérios para a caracterização da natureza de uma disciplina: domínio material, domínio de estudo, nível de integração teórica, métodos, instrumentos de análise, contingências históricas e aplicações práticas, conforme quadro detalhado apresentado na dissertação (MARQUES, 2007, p. 56). Desses critérios, gostaríamos de realçar os dois últimos, considerando as particularidades do delineamento científico da Arquivologia em sintonia às demandas práticas profissionais. Quanto às contingências históricas, esse autor afirma que:

Cada disciplina é fruto de uma evolução histórica e se encontra, a todo momento, numa fase de transição. Algumas disciplinas evoluem e se modificam mais rapidamente, enquanto outras parecem esgotar todas as suas possibilidades de evolução. As contingências históricas que aceleram ou freiam o desenvolvimento e o progresso de uma disciplina não são todas devidas à lógica interna do domínio de estudo explorado pelos homens de ciência qualificados. As disciplinas são, igualmente, submissas às forças externas, em constante evolução, tais como o prestígio do acordo da opinião pública, os valores sociais e culturais, as ideologias políticas e as condições econômicas. Essas forças exógenas não determinam somente os recursos materiais, como também criam um clima, mais ou menos propício ao seu desenvolvimento. Enfim, as contingências externas se conjugam por modelar a mentalidade dos homens da ciência, orientando seus gostos em matéria de pesquisa e suas preocupações teóricas. (HECKHAUSEN, 1972, p. 86-87, tradução nossa).

As aplicações práticas, segundo ele, relacionam-se à utilização da disciplina em atividades profissionais.

Em regra geral, as disciplinas orientadas para aplicações práticas e para domínios de atividades profissionais bem estabelecidas são mais ecléticas que puras, na concepção epistemológica que elas têm de seu valor como ciências. A obrigação de encontrar aplicações práticas tem uma considerável influência na organização da sua estrutura, de suas atividades de pesquisa e de seus programas nas universidades. As disciplinas estreitamente ligadas à prática profissional se caracterizam por um “atraso científico” considerável entre o exercício da profissão (e mesmo o ensino pluridisciplinar da universidade) e o atual estado da pesquisa “pura” no domínio de estudo correspondente. (HECKHAUSEN, 1972, p. 86, tradução nossa).

Esses critérios, que se entrecruzam em condições material e espacialmente demarcadas e singularizadas, determinando o desenvolvimento do conhecimento humano, relacionam-se, intimamente, com as reflexões de Bourdieu (1983a; 1983b; 2001; 2004) acerca da definição de *campo científico* e de *habitus*; de Knorr-Cetina (1981), na sua análise das condições sociocognitivas da produção científica e de Foucault (2005; 2007; 2008a; 2008b), que discorre sobre as relações entre o poder e o saber, que perpassam as formações discursivas na definição de uma disciplina.

## 2.4 Interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade

Para a compreensão das relações da Arquivologia com outras disciplinas e, sobretudo, para o estudo da hipótese proposta quanto à aproximação entre esta e a CI, tomaremos por base as definições de *multidisciplinaridade*, *pluridisciplinaridade*, *interdisciplinaridade* e *transdisciplinaridade* apresentadas na dissertação (MARQUES, 2007) e entendidas como variações da intensidade dessas relações.

Apesar da diversidade de definições encontradas naquela pesquisa, observamos que a *multi* e a *pluridisciplinaridade* são, geralmente, definidas de formas muito próximas ou comuns. Quanto à primeira, Berger (1972) a referencia como uma “justaposição de disciplinas diversas”. Essa acepção aproxima-se daquela de Japiassu (1976) para esse termo e daquela proposta por Michaud (1972), para a *pluridisciplinaridade*. Ainda quanto à *multidisciplinaridade*, Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994) aponta um “simples intercâmbio de idéias”; Piaget (1972), por sua vez, tendo em vista a solução de problemas práticos, considera a contribuição de várias disciplinas, sem alterá-las ou enriquecê-las. Essa concepção parece confundir-se com as definições de *pluridisciplinaridade* de Dellatre, Gusdorf e de Resweber<sup>16</sup> (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994).

A *pluridisciplinaridade* ainda é concebida como uma “justaposição de disciplinas, mais ou menos vizinhas” (BERGER, 1972); ou como relação de cooperação entre disciplinas, mas sem coordenação (JAPIASSU, 1976), ou sem integração conceitual interna entre elas (PALMADE apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, no âmbito do ensino, como qualquer tipo de associação, que suponha coordenação entre professores (POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994); ou, ainda, de forma geral, como a “colaboração, em equipe, de especialistas de diversas disciplinas” (THOM<sup>17</sup> apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 96).

Definida de forma ampla, a *interdisciplinaridade*, é assim contemplada por alguns estudiosos que não apontam condições específicas para a sua ocorrência, como é o caso de Morin (2005), Pombo, Guimarães e Levy (1994), Berger (1972), Jantsch (1972), Piaget

---

<sup>16</sup> RESWEBER, Jean-Paul. *La méthode interdisciplinaire*. Paris: Puf, 1981.

<sup>17</sup> THOM, René. Vertus et dangers de l'interdisciplinarité. In: *Apologie du Logos*. Paris: Hachette, 1990, p. 636-643.

(1972), Marion<sup>18</sup>, Thom, Delattre<sup>19</sup> e Resweber, estes quatro últimos referenciados por Pombo, Guimarães e Levy (1994).

Outros autores apresentam algumas características para defini-la, como Japiassu (1976, p. 74), que indica a “intensidade das trocas” e o “grau de integração real” de duas ou mais disciplinas no âmbito da pesquisa como condições necessárias para uma relação interdisciplinar; Pinheiro (1999), que sugere uma reciprocidade de contribuições quanto a conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias; Follari (1982), que aponta a constituição de uma nova disciplina como uma necessidade; e Palmade (apud POMBO; GUIMARÃES; LEVY, 1994), que fala de uma “axiomática nova e comum”.

Acerca da *transdisciplinaridade* parece haver um consenso da sua definição: Berger (1972) refere-se à uma “axiomática comum a um conjunto de disciplinas”; Gusdorf (1972) fala de “transcendência” e de “objeto comum”; Jantsch (1972), Pombo, Guimarães e Levy (1994) aproximam-se, numa abordagem centrada no ensino, na qual a transdisciplinaridade seria o último grau de coordenação entre disciplinas, num sistema de níveis e objetivos múltiplos; e Piaget (1972) faz referência a um “sistema total, sem fronteiras estáveis entre as disciplinas”.

Esses níveis de relações entre disciplinas demonstram as suas diferentes intensidades e objetivos e perpassarão o capítulo três, na análise das relações entre a Arquivologia e as outras disciplinas que têm por objeto a informação.

## **2.5 Ciência normal, revoluções científicas, comunidade científica, paradigmas e matriz disciplinar**

O estudo da ciência contemporânea tem como um dos principais referenciais a análise de Thomas S. Kuhn, na sua obra *The structure of scientific revolutions*, de 1962. Inspirado na apresentação da Física, como ciência, para os não-cientistas e preocupado com os problemas filosóficos da “ciência historicamente orientada”, o autor norte-americano formula algumas concepções fundamentais para a compreensão daquilo que, para ele, é a “história das idéias científicas”, numa abordagem predominantemente internalista, mas que não ignora a relevância dos fatores extrínsecos à Ciência. Com a pretensão de “saber o que é a Verdade”,

---

<sup>18</sup> MARION, Jean-Luc. A interdisciplinaridade como questão para a Filosofia. *Presença Filosófica*, v. IV, n. 1, p. 15-27, 1978.

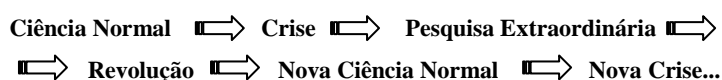
<sup>19</sup> DELATTRE, Pierre. Recherches interdisciplinaires. In: *Encyclopedia Universalis*. Paris: Organum, 1973, p. 387-394.



isto é, “saber o que é ser verdadeiro” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 336-337)<sup>20</sup>, preocupa-se com o uso dos significados associado à mudança de valores nesse sentido e defende que “Não são apenas as estruturas que mudam, é a estrutura das disciplinas que estão trabalhando com elas” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 350).

Distante da tradição epistemológica tradicional<sup>21</sup>, a ciência é por ele apresentada como “uma sucessão de períodos ligados à tradição e pontuados por rupturas não-cumulativas” (KUHN, 2005, p. 258), os *paradigmas*. Nessa perspectiva, Kuhn parte da História da Ciência, passa por generalizações a respeito das condições psicossociais do seu desenvolvimento, para alcançar uma nova proposta de epistemologia (OLIVA, 1994), cujas principais definições – *comunidade científica, paradigmas, ciência normal e revoluções científicas* – referem-se aos parâmetros de desenvolvimento das Ciências Naturais (Física, Biologia, Astronomia, etc), ou seja, ao que ele chama de “Ciência Normal”. Todavia, o autor não tem a intenção de rotular o que seja “ciência” ou “pseudociência”, apesar de buscar entender a construção da cientificidade na sua vertente histórica, numa abordagem considerada, por ele mesmo, como conservadora (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006).

Embora esta pesquisa esteja no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas<sup>22</sup>, consideramos apropriado, a exemplo de muitos estudos da área, retomar e utilizar como referência essas definições de Kuhn, encadeadas no esquema da evolução científica, sintetizado por Oliva (1994, p 75), que analisa a obra clássica do autor:



O desenvolvimento científico é, assim identificado por Kuhn em três períodos:

- *pré-paradigmático*: há uma proliferação de interpretações e enfoques, prevalecendo um total desacordo a ponto de impedir que a pesquisa apresente avanços cumulativos; falta unidade de propósitos investigativos por ainda não se terem estabelecido certos problemas e seus respectivos modelos de solução;

<sup>20</sup> Esses autores entrevistaram Kuhn em Atenas, entre 19 e 21 de outubro de 1995.

<sup>21</sup> Oliva (1994) lembra que Kuhn foi influenciado pela epistemologia francesa, diferentemente da maioria dos filósofos angloamericanos, que se centraram no estudo das razões logicoempíricas, esquecendo-se dos fatores extrínsecos à “razão científica”, indispensáveis à compreensão do funcionamento das comunidades científicas.

<sup>22</sup> Considerando a Arquivologia na classificação das áreas do conhecimento do CNPq atualmente em vigor, disponível em: <<http://www.cnpq.br/areasconhecimento/6.htm>>. Acesso 13 out. 2010.

- *revolucionário*: “a revolução científica eclode quando o paradigma deixa de funcionar adequadamente na exploração explicativa de algum aspecto da natureza anteriormente identificado pelo próprio paradigma” (OLIVA, 1994, p. 95);
- *paradigmático/científico*: domina um paradigma endossado e compartilhado por toda a comunidade científica no âmbito da *Ciência Normal*.

É, então, o *paradigma* que, ao impor práticas de observação e teorização formuladoras de uma tácita visão de mundo, dá origem à tradição de investigação (*Ciência Normal*), a qual representa um tipo de pesquisa que diferencia a *ciência* da *não-ciência* (OLIVA, 1994).

Mais tarde, Kuhn esclarece essa sua primeira análise, explicando que: a) a noção de *ciência normal* ligava-se à resolução de quebra-cabeças, aperfeiçoando e estendendo a correspondência entre teoria e prática no desenvolvimento do campo (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006; KUHN, 2006), ou seja, “é aquilo que produz os tijolos que a pesquisa científica está sempre adicionando ao crescente acervo de conhecimento científico” (KUHN, 2006, p. 23-24); b) as *revoluções científicas*, por sua vez, “envolvem descobertas que não podem ser acomodadas nos limites dos conceitos que estavam em uso antes de elas terem sido feitas. A fim de fazer ou assimilar uma tal descoberta, deve-se alterar o modo como se pensa, e se descreve, algum conjunto de fenômenos naturais” (KUHN, 2006, p. 25). A principal característica das revoluções científicas é, portanto, que elas alteram o conhecimento intrínseco à própria linguagem (KUHN, 2006); c) e a ideia tradicional de *paradigmas* era a de modelos, “especialmente modelos gramaticais da maneira correta de fazer as coisas” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 360), bem como a noção de exemplos no âmbito da estrutura e a de “base hermenêutica para a ciência de um dado período” (KUHN, 2006, p. 270).

Desse modo, o autor centra-se no funcionamento da *comunidade científica*, ao ressaltar as técnicas da argumentação persuasiva que a perpassam. Para ele, a constituição de uma área está atrelada à definição daquilo que será considerado um autêntico problema ou uma adequada solução no seu interior (OLIVA, 1994). Kuhn concebe uma cultura na qual o conceito do objeto a ser exemplificado/estudado esteja disponível, isto é, seja transmitido de uma geração à outra (KUHN, 2006). Ele tenta descrever, no âmbito das Ciências Naturais, “a maneira pela qual uma tradição trabalhava em termos de *consenso*” (BALTAS; KOSTAS; KINDI, 2006, p. 360), partindo do princípio de que “as ciências naturais de qualquer período são fundamentadas em um conjunto de conceitos que a geração corrente de praticantes herda de seus predecessores imediatos” (KUHN, 2006, p. 271).

No seu posfácio de 1969, o estudioso substitui o termo “teoria” por “matriz disciplinar”, explicando que: “‘disciplinar’ porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; ‘matriz’ porque é composta de elementos de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada” (KUHN, 2005, p. 228-229).

É assim que a abordagem de *Ciência Normal*, caracterizada pelo domínio de um *paradigma*, inevitavelmente compartilhado no âmbito de uma *comunidade científica*, embora ainda presa às Ciências Naturais, parece se aproximar, pelo menos em alguns aspectos e guardadas as suas singularidades, daquela de Bourdieu (1983b; 2001) quanto à definição de *habitus*, no *campo* das Ciências Sociais, analisada no próximo item.

Considerando as relevantes reflexões e contribuições de Kuhn acerca do desenvolvimento científico, retomaremos algumas das suas principais ideias, sempre nos lembrando das suas limitações quando recontextualizadas nas Ciências Sociais, como o fazem Nehmy et al (1996) e Eugênio, França e Perez (1996), no estudo da CI. Ainda que o autor defenda a existência de apenas um paradigma em um dado período, podemos nos questionar sobre a coexistência de paradigmas e revoluções científicas na constituição da comunidade arquivística no mundo e no Brasil, a exemplo de Oliveira (1997).

Tendo em vista a compreensão da Antropologia como disciplina, diante dos seus paradigmas, escolas (perspectiva temporal – ou sincrônica) e seus desdobramentos (perspectiva atemporal – ou diacrônica<sup>23</sup>), esse autor faz sua leitura de Kuhn e apresenta sua definição de *matriz disciplinar*, adequando-a às ciências Humanas: “uma matriz disciplinar é a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes” (OLIVEIRA, 1997, p. 15).

## **2.6 *Habitus*, campo científico e capital científico**

Outro estudioso essencial para a compreensão do nosso objeto de estudo é Pierre Bourdieu, que, ao conceber os conceitos de *habitus*, *campo científico* e *capital científico*, rompe com a tradição dominante da Sociologia da Ciência, ainda ligada à visão de “comunidade científica” (CHAMPAGNE, 2004) e busca uma abordagem que alia condições socioinstitucionais às cognitivas do mundo científico.

---

<sup>23</sup> Para Oliveira, a perspectiva sincrônica “neutraliza ou põe entre colchetes o tempo, reduzindo-o a zero”; na diacrônica, “o tempo, resgatado e determinante, conforma a perspectiva” (1997, p. 16).

Ao explicitar a noção de *habitus*, o pesquisador articula passado (reprodução de estruturas objetivas) e futuro (objetivos contemplados num projeto): a estrutura objetiva que define as condições sociais de sua produção é conjugada com as condições de exercício desse “*habitus* como transcendental histórico”, no qual ele está *a priori*, como estrutura estruturada e produzida por toda uma série de aprendizagens comuns ou individuais (BOURDIEU, 2001).

Nesse sentido, o *habitus* distancia-se da noção de *paradigma* como “modelo”, apresentada por Kuhn e, de forma mais dinâmica, parece se aproximar da proposta discursiva de Foucault, ao funcionar como elemento de coesão do grupo:

É porque elas são o produto de disposições objetivamente concertadas, por constituírem a interiorização das mesmas estruturas objetivas, que as práticas dos membros de um mesmo grupo ou numa sociedade diferenciada, de uma mesma classe, são dotadas de um sentido objetivo ao mesmo tempo unitário e sistemático, transcendendo às intenções subjetivas e aos projetos conscientes, individuais ou coletivos. (BOURDIEU, 1983b, p. 74).

Arelada a essa definição, está a de *campo científico*. Este é perpassado por uma lógica interna de funcionamento, na qual se “produz e supõe uma forma específica de interesse”. Esse “interesse” diz respeito às práticas orientadas para a aquisição de autoridade científica (prestígio, reconhecimento, celebridade, etc). O *campo* é, portanto, concebido como um “espaço objetivo de um jogo onde compromissos científicos estão engajados” (BOURDIEU, 1983a, p. 123-124), como explica o autor numa abordagem muito próxima da proposta de Kuhn<sup>24</sup>:

A objetividade é um produto intersubjetivo do campo científico: fundada nos pressupostos compartilhados no campo, ela é o resultado do acordo intersubjetivo no campo. Cada campo (disciplina) é o lugar de uma legalidade específica (*nomos*) que, produto da história, está encarnado nas regularidades objetivas do funcionamento do campo e, mais precisamente, nos mecanismos que regem a circulação da informação, na lógica da distribuição de recompensas, etc., e nos *habitus* científicos produzidos pelo campo, que são a condição do seu funcionamento. As regras epistemológicas são as convenções estabelecidas em termos de controvérsias. (BOURDIEU, 2001, p. 163, tradução nossa).

Assim, Bourdieu reconhece que nos *campos científicos* existem estruturas objetivas e lutas em torno dessas estruturas, movidas por disposições adquiridas (*habitus*): “maneiras de

---

<sup>24</sup> Embora Bourdieu tenha um posicionamento crítico no que diz respeito à epistemologia da ciência, considerando a sua dependência aos documentos e ao discurso que os estudiosos elaboram no âmbito da prática da Ciência; à Filosofia da Ciência do momento ou de uma época anterior; à reprodução de discursos epistemologicofilosóficos inadequados ou ultrapassados. Assim, o autor defende a legitimidade da Ciência e do seu uso no contexto da luta no mundo social e no mundo da própria Ciência. Pautado na produção historicocognitiva do conhecimento, ele apresenta uma história social da Sociologia da Ciência, ancorada nas diferenças e nos conflitos, bem como nos pontos comuns da prática da acumulação (BOURDIEU, 2001).

ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 27-28).

É assim que Bourdieu retoma e reinterpreta, numa obra mais recente, a definição de *campo científico*, a partir de (e criticando) Kuhn e explicando que as ações dos estudiosos, a emergência e a cristalização de paradigmas científicos são influenciadas por fatores sociais intra e extrateóricos. O autor defende, dessa maneira, a inseparabilidade do caráter científico e social das estratégias dos pesquisadores, na afirmação de uma construção simbólica e política, fundamentada nas técnicas de persuasão e artifícios voltados para a formação de alianças (BOURDIEU, 2001).

Desse modo reinterpreta a noção de *campo científico*, rompendo com alguns pressupostos tacitamente aceitos por grande parte dos estudiosos. A primeira ruptura relaciona-se à ideia de “ciência pura”, perfeitamente autônoma, bem como à noção de “comunidade científica”, como concebida por Kuhn, isto é, como grupo unificado, homogêneo.

A segunda ruptura diz respeito à visão idealista do mundo científico no âmbito da observação das lutas e das competições internas às estruturas de dominação. Aqui cabe um parêntese quanto ao alerta do autor sobre a concepção relativizada da vida científica como “guerra”: ele explica que os pesquisadores são unidos pelas lutas que os opõem e as próprias alianças que os unem relacionam-se às posições que eles ocupam nessas lutas.

Por esse caminho, o autor busca compreender as trajetórias individuais e coletivas acerca das mudanças das relações de força simbólicas no interior de um *campo*, defendendo uma análise conjugada sob duas perspectivas: a interna (própria da Epistemologia, quando se propõe a restituir a lógica segundo a qual a ciência engendra seus próprios problemas) e a externa (que relaciona esses problemas às condições sociais do seu aparecimento). Para ele, o que está em jogo é o “poder de impor uma definição de ciência”: a delimitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias científicas.

Existe assim, a cada momento, uma hierarquia social dos campos científicos – as disciplinas – que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as “escolhas” de “vocações”. No interior de cada um deles há uma hierarquia social dos objetos e dos métodos de tratamento. (BOURDIEU, 1983a, p. 128).

Os critérios de legitimidade são inerentes ao próprio *campo*: eles representam os interesses dos agentes em luta. E nesse sentido, a autoridade científica funciona como “uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies” (BOURDIEU, 1983a, p. 130). Essa acumulação

de capital dá-se pelos movimentos do *campo científico* em torno da sua estrutura, das suas regras, das estratégias dos agentes e dos *habitus* que os agregam. E é assim que a ordem científica se estabelece: a partir do funcionamento do *campo*, ou seja, “da estrutura da distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes na luta” (BOURDIEU, 1983a, p. 136).

Mesmo com sua lógica própria de funcionamento, o *campo científico* é perpassado por relações sociais, filtradas segundo essa lógica. Como espaço relativamente autônomo, o *campo* é, desse modo, apresentado como um microcosmo dotado de leis próprias, embora não esteja livre das imposições do macrocosmo. Submete-se às leis sociais, mas com certa autonomia: há mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar das imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas determinações internas (BOURDIEU, 2004).

Segundo o estudioso, quando nos questionamos sobre a cientificidade de um *campo*, referimo-nos às propriedades que se relacionam ao seu grau de autonomia. E uma das características que distinguem a maior parte dos *campos* e os seus graus de autonomia é a força e a forma do direito de entrada, implícita ou explícita, imposta aos recém-chegados (BOURDIEU, 2001). Esse direito de entrada consiste nas “condições de acesso ao campo científico e ao sistema de ensino que a ele dá acesso” (BOURDIEU, 1983a, p. 143), compreendendo a competência, o capital científico incorporado, a *libido científica*, a crença no que está em jogo e no próprio jogo (BOURDIEU, 2001).

A relação entre cientificidade e autonomia diz respeito à distribuição das disciplinas segundo o grau de autonomia do campo de produção científica diante das diversas formas de pressão externa, econômica, política, etc. Assim, campos com frágil autonomia estão profundamente imersos em relações sociais e as grandes revoluções fundadoras são, também, revoluções religiosas ou políticas, as quais podem ser combatidas politicamente, mudando a visão do mundo em todas as suas dimensões. Um exemplo disso, no que diz respeito ao nosso tema, são os impactos desencadeados no mundo arquivístico pela Revolução Francesa, apresentados no próximo capítulo.

Por outro lado, quanto mais uma ciência é autônoma, mais ela tende a ser o palco de uma verdadeira revolução permanente. Todavia, esta é cada vez mais desprovida de implicações políticas ou religiosas (BOURDIEU, 2001). Assim, o poder de refração ou de retradução é proporcional ao grau de autonomia do *campo*, com a criação de barreiras na entrada, a exclusão das armas não-específicas e o favorecimento de formas reguladas de competição submetidas às imposições da coerência lógica e da verificação experimental (BOURDIEU, 2004).

Nesse contexto, a definição de *campo científico* é contemplada sob duas vertentes complementares: “como outros campos, é um *campo de forças*, dotado de uma estrutura e também um *campo de lutas* para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2001, p. 69, tradução nossa, grifos nossos). A expressão “campo de forças” verifica-se, segundo o autor, na relação simbólica entre os diversos agentes, mais ou menos dotados de capital científico. Como “campo de lutas”, o *campo científico* é o produto do encontro entre duas histórias: uma história incorporada sob a forma de disposições e uma história objetivada na própria estrutura do campo e nos seus objetos técnicos (instrumentos), escritos etc. Nesse sentido, a margem de liberdade de atuação deixada às estratégias dos agentes depende da estrutura do campo, caracterizada, por exemplo, por um degrau mais ou menos elevado de concentração do capital.

Nessa abordagem, a noção de *habitus* é retomada num sentido prático dos problemas a tratar, isto é, da maneira adaptada de tratá-los. Desse modo, as duas definições se entrecruzam: o *campo científico* é como outros campos, o lugar de lógicas práticas, com o diferencial de se constituir numa teoria realizada, incorporada (o *habitus*), formalizada em instrumentos, formas e fórmulas. Coexistem, portanto, duas formas de determinação: uma, do agente, sua trajetória, sua carreira; outra, do *campo*, do espaço objetivo, dos efeitos estruturais que agem sobre o agente, estruturando e condicionando percepções, visões, crenças, expectativas, etc. Relativa e socialmente, esses agentes obedecem a uma lei que define o princípio de sua variação – a lei da correspondência entre posições e os próprios posicionamentos (BOURDIEU, 2001). Nessa dinâmica sociocognitiva,

A ciência é um imenso aparelho de construção coletiva, coletivamente utilizado. Num campo científico muito autônomo, onde o capital coletivo de recursos acumulados é enorme, é o campo que escolhe os *habitus* próprios a realizar suas tendências próprias, [...] enquanto que um campo cuja autonomia está sempre ameaçada, [...] os *habitus* contribuem fortemente, salvo vigilância especial, a orientar as práticas. (BOURDIEU, 2001, p. 139, tradução nossa).

A estrutura do *campo* é constituída e perpassada, portanto, pela acumulação de *uma forma específica de capital*, o capital científico. Todavia, este não é o único fator mobilizador desse espaço: as estratégias de proteção contra “intrusos” e as imposições de sanções positivas ou negativas determinam os seus contornos (BOURDIEU, 2004). Dessa maneira, a estrutura da distribuição do capital determina a estrutura do campo, ou seja, as relações de força entre os agentes específicos (BOURDIEU, 2001).

Um último aspecto da análise de Bourdieu que nos interessa diz respeito aos dois princípios de dominação/diferenciação entre as disciplinas no *campo científico*, também

reconhecidos como “espécies de capital científico”: 1) o temporal, ou político, que contempla os interesses comuns, o consenso mínimo, a defesa de interesses coletivos e os eventos internacionais; 2) e o intelectual ou propriamente científico.

Esses princípios têm, segundo o autor, diferentes formas de acumulação: o capital científico “puro”, predominantemente internacional, é adquirido pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, como as invenções ou descobertas e diz respeito às habilidades pessoais. Por isso, é difícil de transmitir na prática; o capital científico temporal, por sua vez, é adquirido por estratégias políticas e distintas formas de transmissão e segue as mesmas regras de transmissão que qualquer outra espécie de capital burocrático, embora possa assumir a aparência de uma “eleição” (BOURDIEU, 2004). Esse tipo de capital relaciona-se mais às instâncias nacionais, às instâncias temporariamente dominantes e dependentes de autoridades temporais, sejam elas econômicas ou políticas (BOURDIEU, 2001).

Como a estrutura da ligação de forças que é constitutiva do *campo* é definida pela estrutura da distribuição dessas duas espécies de capital, a sua autonomia não pode ser total. O autor então conclui que a estrutura tem sempre dupla face: uma função puramente científica e uma função social no *campo*, em relação aos agentes nele engajados. Dessa forma, a estrutura científica pode ser acumulada por vias que não são diretamente científicas (ou seja, por meio de instituições que o mundo científico comporta e que são o princípio burocrático de poderes temporais sobre o *campo científico*, como é o caso do CNPq e do AN no Brasil). É importante salientar que esses poderes temporais são, sobretudo, nacionais: ligados a instituições nacionais, notadamente àquelas que regem a reprodução do corpo de cientistas, como as academias, os comitês, as comissões etc (BOURDIEU, 2001).

No caso da Arquivologia, Duchein (1993) a divide em três campos: 1) o teórico ou científico, que inclui os estudos arquivísticos gerais e especializados, próprios de algumas categorias de documentos ou instituições, com os princípios e bases teóricas da área e os textos legislativos ou regulamentares fundadores da prática profissional; 2) o campo técnico, voltado para a conservação dos documentos, a construção e equipamento dos locais de arquivo, bem como o uso de tecnologias; 3) e o campo da gestão, que diz respeito à organização administrativa e ao funcionamento interno dos serviços de arquivo. Segundo ele, o campo técnico é o mais propício à internacionalização e o campo da gestão, aquele que mais se diferencia de acordo com a realidade de cada país.

Todavia, cabe um parêntese quanto ao caráter internacional do campo da gestão: como o texto de Duchein é do início dos anos 1990, as questões teóricas da área provavelmente



avançaram e, desse modo, acreditamos que o campo científico tem se configurado no plano internacional, propiciando, inclusive, a circulação do conhecimento produzido nas experiências nacionais em torno da gestão e técnicas arquivísticas, o que corrobora a constatação de Bourdieu acerca da coexistência do capital intelectual e do temporal.

Em sua pesquisa, Lopes (1997-1998) considera, na formação da Arquivologia como disciplina, a relevância e influência dos contextos históricos de cada país (aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais), da sua produção teórica e aplicada e da formação profissional em universidades ou em outros tipos de instituições. Contudo, o autor pontua que o grau de cientificidade das correntes do pensamento arquivístico pode ser mensurado a partir da importância dada a cada proposição teórica e prática; dos esforços despendidos em relação à formação, à pesquisa, às experiências e à produção de textos; do desenvolvimento de padrões profissionais internacionais; e da utilização extensiva do conhecimento produzido por outras disciplinas. Desse modo, o pensamento arquivístico internacional comporta, concomitantemente, aspectos indicadores da sua universalidade e especificidades de países e culturas, caracterizadoras de correntes teóricas.

Considerando que os *habitus* passam por contínuas transformações para se adequarem à lógica de funcionamento do *campo científico* e que essa lógica é relativamente autônoma diante dos movimentos sociais, apresentamos, a seguir, o conceito de *campo transcienceífico* a fim de relacionarmos essas duas lógicas, a interna do *campo* e as externas do mundo social.

## 2.7 Campo transcienceífico

Karin Knorr-Cetina questiona as abordagens de Kuhn e Bourdieu, criticando os *a priori* colocados, respectivamente, pela comunidade científica no desenvolvimento histórico da ciência e pela apropriação da teoria capitalista de mercado para a compreensão do funcionamento do campo científico ou “modelo quase-econômico da ciência” (HOCHMAN, 1994, p. 223), ambos numa visão internalista.

Nesse sentido, sua proposta ultrapassa a visão da construção da ciência em torno de si própria e dos seus agentes, concebendo as suas relações com outras instituições e agentes não-científicos. A definição de *campo transcienceífico* ou *arena transepistêmica*<sup>25</sup> insere-se na

---

<sup>25</sup> Em seus primeiros textos, Knorr-Cetina utiliza a expressão *campo transcienceífico*. Posteriormente, ela reelabora a expressão para *arena transepistêmica* (HOCHMAN, 1994). Entretanto, aqui optamos pelo uso da expressão *campo transcienceífico* para facilitar as suas comparações com o *campo científico*, proposto por Bourdieu.

perspectiva construtivista<sup>26</sup> e se baseia nos movimentos (seleções) efetuados pelos agentes científicos inseridos em instituições (laboratórios), que, por sua vez, estão em contextos sociocognitivos perpassados por uma teia de variáveis econômicas, culturais, políticas etc.

Knorr-Cetina se preocupa tanto com as contingências institucionais como com os contextos sociais que as perpassam, centrando-se nos grupos de filiação profissional (chamados “comunidades científicas”) como “unidades relevantes da organização social e cognitiva na ciência” (KNORR-CETINA, 1981, p. 68, tradução nossa). A autora então pontua que se torna relevante identificar os mecanismos de integração dessas comunidades, isto é, seus domínios de estudo, áreas e redes de pesquisa que as identificam.

Assim desenvolve uma análise que busca conjugar fatores internos e externos à Ciência, ampliando as propostas de Kuhn e Bourdieu e considerando o entrecruzamento dos interesses das comunidades, instituições e indivíduos envolvidos na sua construção: reconhecimento, reputação, origem, descendência, qualidade do cientista e (por que não?) investimento financeiro, ou seja, credibilidade e crédito. Nessa mesma perspectiva, Maranhão pontua que:

Fazer ciência ou produzir conhecimento científico é um empreendimento coletivo interinstitucional e interdisciplinar. [...] Diante das dificuldades existentes, os atores do campo científico buscam em suas redes de relacionamento viabilizar seus interesses de pesquisa. Isso significa dizer que, além de buscarem diversas fontes de financiamento [...], cientistas procuram lidar com as condições existentes. (MARANHÃO, 2010, p. 26).

Com o propósito de “determinar o *locus* da produção científica para além do concreto local de produção”, Knorr-Cetina afirma que o *campo transcientífico* “remete a redes de relacionamentos simbólicos que em princípio vão além dos limites de uma comunidade científica ou do campo científico” (KNORR-CETINA, 1981, p. 81-82, tradução nossa). A definição é então delineada, levando em conta a interação de diversos agentes, além do cientista no laboratório: o reitor da universidade, os funcionários do governo, os funcionários administrativos do instituto de pesquisa, os membros ou representantes da indústria e o editor-executivo de uma editora.

Knorr-Cetina ainda explica a flexibilidade do conceito, mais precisamente, a sua *indeterminação* nos campos de relações sociais, considerando que “Esses campos não só atravessam as fronteiras de um grupo de especialidade, mas também encolhem e expandem em resposta às questões em jogo”, cuja dinâmica desdobra-se na simétrica relação “recursos-relacionamentos” (KNORR-CETINA, 1981, p. 83, tradução nossa). Ela alerta que essa

<sup>26</sup> “Teoria dos atores em redes” (MARANHÃO, 2010, p. 19).

relação não pode ser dada *a priori*, porque envolve a mobilização de recursos no processo de produção de pesquisas e sua reprodução no âmbito de repercussões passadas e futuras (promessas, expectativas e antecipações). Desse modo, oscilações entre conflito e cooperação, entre a cisão e fusão de interesses, estão presentes (muitas vezes implicitamente) na rotina dos processos de negociação dos agentes e nessa relação complexa e sempre contextualizada entre os recursos e relacionamentos. É assim que o caráter transepistêmico destacado pela estudiosa diz respeito à tradução, ou seja, à negociação entre os diversos agentes em torno dos problemas da pesquisa, suas soluções e avaliações (HOCHMAN, 1994).

A partir dessas considerações, Knorr-Cetina conjuga aspectos científicos e sociais, que desencadeiam seleções definidoras da produção científica pelas instituições e pelos próprios pesquisadores. Ao analisar essa proposta, Sobral ressalta que o *campo científico* ultrapassa o estudo da organização cognitiva centrado nos grupos de especialistas e apreende a contextualidade da ciência, com a participação de diversos atores (SOBRAL, 2001, p. 206).

Essa perspectiva nos parece bastante adequada para o entendimento da classificação das áreas do conhecimento do CNPq e a sua conseqüente política de fomento à pesquisa. No caso da Arquivologia, como veremos nos próximos capítulos, a instituição a concebe no âmbito da CI (até porque é essa área que abriga grande parte dos cursos de graduação em Arquivologia e das pesquisas arquivísticas na pós-graduação), o que vem causando algumas reações de pesquisadores da área, defendendo a sua autonomia em relação a essa disciplina, como observamos na dissertação (MARQUES, 2007).

Assim, para a compreensão dos diálogos entre a Arquivologia internacional e a nacional, objeto desta tese, devemos relacionar as condições internas de desenvolvimento da área às condições sociais que a perpassam nos dois contextos: a atuação das instituições de arquivo (e das políticas direcionadas aos arquivos, sobretudo quanto ao acesso à informação), das associações de arquivistas, dos cursos de formação, da produção científica da disciplina, das interferências políticas, sociais e culturais dessas instituições e dos acontecimentos que marcam a história do País, interferindo na formação da identidade profissional, acadêmica e institucional arquivística, variáveis que se somam no seu delineamento científico.

Essas preocupações retomam a questão da relativa autonomia do *campo científico*, inicialmente numa abordagem mais ampla, relacionada à sua dependência do Estado (BOURDIEU, 2004); e numa perspectiva mais específica, representada pelo “princípio da integração dinâmica” (SILVA et al, 1999, p. 222), segundo o qual “todo o Arquivo integra e é integrado pela dinâmica do universo sistêmico que o envolve (interligação e relação com outros sistemas conexos)”. Inevitavelmente remetemos essas preocupações aos estudos de

Foucault (2005; 2008b) quanto às relações de poder e saber, bem como às diversas relações entre disciplinas apresentadas (interdisciplinaridade e definições correlatas).

Considerando as diferentes opções metodológicas e definições dos autores apresentados, além da complexidade da sua análise entrecruzada, gostaríamos de sintetizar suas principais contribuições para esta pesquisa. Ao analisar os estudos de Kuhn, Bourdieu e Knorr-Cetina, Hochman (1994) considera as críticas que cada um faz aos demais. Concordamos com esse autor quando ele pontua que se trata de dimensões analíticas diferentes, mas não irreconciliáveis. Nesse sentido, em muitos aspectos, são complementares e é assim que os analisamos neste trabalho.

Todos eles se afastam da visão positivista<sup>27</sup> ao analisarem, cada um à sua maneira, a organização e interação entre os cientistas. Esses estudiosos vão além da abordagem epistemológica tradicional e contemplam, em maior ou menor grau, as perspectivas sociais, econômicas e políticas da ciência. No âmbito do construtivismo, Bourdieu, Knorr-Cetina e Foucault entendem a legitimação dos conhecimentos científicos na sua construção historicossocial, na análise contextual da Ciência (no caso de Foucault, a análise contempla não apenas os conhecimentos científicos, como, também, os saberes por meio dos discursos; Knorr-Cetina reconhece a atuação dos agentes não-científicos). Kuhn, por sua vez, prende-se mais aos conteúdos científicos, ou seja, à sua evolução cognitiva. Seus estudos, apesar de serem ponto de partida, divergem, em muitos aspectos, daqueles dos demais estudiosos analisados, conforme síntese apresentada no quadro 1.

---

<sup>27</sup> Entendida como o “ideal de unidade, objetividade, progresso e, sobretudo, pela noção de verdade científica como bem social” (PORTOCARRERO, 1994b).

Quadro 1: Síntese dos referenciais teóricos

DEFINIÇÕES	AUTORES	CONVERGÊNCIAS / DESDOBRAMENTOS	DIVERGÊNCIAS	CONTRIBUIÇÕES PARA A TESE
<i>Sistema de profissões</i>	Abbott (1988); Dimiz (2001); Mueller (2004)	<p>A história das profissões, sua formação em sistemas e a sua busca por jurisdição alinham-se às definições de <i>interdisciplinaridade</i>, <i>multidisciplinaridade</i>, <i>pluridisciplinaridade</i> e <i>transdisciplinaridade</i>, ao contemplar a interação entre as profissões.</p> <p>Considerando as influências de forças internas e externas ao <i>sistema de profissões</i>, essa abordagem se aproxima à proposta de <i>campo transcienceífico</i> de Knorr-Cetina (1981).</p> <p>Comunga com Bourdieu (1983a; 2001; 2004) quanto às lutas internas ao <i>campo científico</i>, que necessitam do respaldo social para a definição da lógica de funcionamento desse campo.</p> <p>Além disso, aproxima-se de Foucault em suas reflexões acerca do discurso (2005; 2008b) que perpassa as áreas do conhecimento.</p>	Afasta-se da proposta de Kuhn ao voltar-se para a dinâmica social (utilidade das profissões para a resolução de problemas sociais e a consequente anuência social para o exercício das profissões).	<p>A compreensão das interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional demanda o estudo das suas práticas até a institucionalização acadêmica da disciplina, caminho que perpassa a profissão de arquivista e a sua profissionalização.</p> <p>No caso do Brasil, semelhantemente ao que acontece em outros países, a trajetória das práticas arquivísticas até a sua regulamentação como profissão na década de 1970 é permeada por lutas e alianças, tendo em vista o seu reconhecimento no âmbito das disciplinas que têm por objeto o estudo da gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação. A proposta de Abbott (1988) propicia a compreensão desses conflitos e parcerias na busca do que ele chama de <i>jurisdição</i> no <i>sistema de profissões</i>.</p>
<i>Campo dos acontecimentos discursivos</i>	Foucault (2005; 2008b)	<p>A proposta de Foucault se relaciona: a) às definições de <i>interdisciplinaridade</i>, <i>multidisciplinaridade</i>, <i>pluridisciplinaridade</i> e <i>transdisciplinaridade</i>, ao contemplar as relações entre os saberes e suas configurações; b) de forma relativa, aos apontamentos de Kuhn quanto à <i>comunidade científica</i> (Foucault fala de “sociedades de discurso”, que os fazem circular em um espaço fechado e os distribui somente segundo regras restritas); c) à definição de <i>campo transcienceífico</i> de Knorr-Cetina, quanto às apropriações sociais dos discursos e o rompimento das barreiras disciplinares, contemplando, também, os <i>saberes</i>, ou seja, os agentes e instituições não-científicos; d) e às <i>práticas discursivas</i> dos indivíduos de um dado grupo científico, nas suas práticas regulares (o que Bourdieu chamaria de <i>habitus</i>).</p>	Também se afasta da análise de Kuhn quanto aos modelos válidos ( <i>paradigmas</i> ) para a <i>Ciência Normal</i> . A <i>Ciência como lugar da verdade</i> é deixada de lado e entra em cena a formação, manifestação e transformação dos saberes, inseridos em condições políticas, no funcionamento de instituições. Diferentemente dos <i>paradigmas</i> , os <i>campos enunciativos</i> coexistem. Além disso, Foucault distancia-se da análise dos significados proposta por Kuhn e se volta para a identificação dos relacionamentos que caracterizam uma prática discursiva.	<p>Contribui para a compreensão da formação, sistematização e circulação das tendências históricas do pensamento arquivístico internacional como discursos (acontecimentos regulares e em série, decorrentes e propiciadores de condições de possibilidades) e suas marcas na trajetória da Arquivologia no Brasil, num emaranhado de relações, enunciados, saberes e poderes, reveladores de tradições, por vezes reapropriadas em contextos diversos, via tradução de obras.</p> <p>Nessa perspectiva, utilizamos a definição de <i>disciplina</i> no âmbito do grupo de procedimentos internos aos discursos, para entender essa dinâmica entre os movimentos nacionais e internacionais da área.</p>

<p><i>Disciplina científica</i>  <i>Interdisciplinaridade</i>  <i>Multidisciplinaridade</i>  <i>Pluridisciplinaridade</i>  <i>Transdisciplinaridade</i></p>	<p>Berger (1972); Boisot (1972); Jantsch (1972); Heckhausen (1972); Michaud (1972); Piaget (1972); Japiassu (1976); Bourdieu (2001); Follari (1982); Pinheiro (1999); Pombo, Guimarães e Levy (1994); Gomes (2001); Morin (2005); Bourdieu, Passeron e Revel (2006)</p>	<p>A maioria dos autores considera <i>ciência</i>, <i>disciplina</i>, <i>subcampo</i> e <i>especialidade</i> próximos da definição de <i>disciplina científica</i>, contemplando, no seu âmbito, a <i>disciplina curricular</i> (HECKHAUSEN, 1972; GEERTZ apud GOMES, 2001). Heckhausen aprofunda sua definição, apresentando os critérios para caracterização da natureza de uma disciplina. As definições de <i>interdisciplinaridade</i>, <i>multidisciplinaridade</i> e <i>pluridisciplinaridade</i>, apesar da ausência de consenso dos autores em torno das suas delimitações, convergem para os diferentes níveis/graus de relações entre diferentes disciplinas, cujo ápice é a <i>transdisciplinaridade</i>. Essas definições nos propiciam adentrar os estudos de Kuhn, Bourdieu e Knorr-Cetina acerca da <i>comunidade científica</i>, <i>campo científico</i> e <i>campo transcientífico</i>, respectivamente, compreendendo os movimentos de fechamento e abertura das fronteiras entre as disciplinas, conforme a sua busca por autonomia e reconhecimento.</p>	<p>Restringem-se, em sua maioria (com exceção de Heckhausen, que contempla as aplicações práticas), ao mundo científico e, portanto, não alcançam as propostas de Abbott e Foucault quanto às demais práticas do conhecimento que acontecem fora das universidades.</p>	<p>A definição de <i>disciplina científica</i>, suas propriedades e desdobramentos (níveis de relações entre disciplinas) contribuem para a delimitação científica da Arquivologia e das suas relações com outras áreas ao longo da sua trajetória. Mais especificamente, contribui para a análise da nossa hipótese no que tange à recente aproximação entre essa disciplina e a CI.</p>
---	---	---	---	---

<p style="text-align: center;"> <i>Ciência normal</i>  <i>Revoluções científicas</i>  <i>Comunidade científica</i>  <i>Paradigmas</i>  <i>Matriz disciplinar</i> </p>	<p style="text-align: center;">Kuhn (2005)</p>	<p>Se tomarmos os <i>paradigmas</i> como modelos, estes somente são compreendidos no âmbito de uma <i>comunidade científica</i> para atender às suas necessidades. Ao deixar de atendê-las de forma satisfatória e esgotadas todas as possibilidades de adequação, as <i>revoluções científicas</i> emergem como processos que, perpassados por <i>crises</i>, culminam em novos <i>paradigmas</i>. Dessa forma, essas definições se entrecruzam e aproximam, parcialmente, das abordagens de: Bourdieu quanto à análise microssocial e à definição de <i>habitus</i> e de <i>campo científico</i>, considerando a sua lógica própria de funcionamento no contexto de um grupo; e de Foucault, pelas técnicas da argumentação persuasiva que perpassam as <i>sociedades de discurso</i>.</p>	<p>A definição de <i>comunidade científica</i> de Kuhn é bem mais fechada que as referidas definições de Bourdieu. Para aquele autor, é em “nome do progresso” que se dá a evolução e as <i>revoluções científicas</i> (enquanto que para Bourdieu, os conflitos ocorridos no <i>campo</i> decorrem da necessidade de <i>capital científico</i>). A <i>comunidade</i> é composta por indivíduos homogêneos, neutros, desinteressados e cooperativos quanto à aceitação de um <i>paradigma</i> (diferentemente, Bourdieu concebe a desigualdade de posições entre os agentes em luta num jogo dinâmico de interesses). Embora reconheça as interferências sociais no mundo científico, Kuhn não as analisa como Knorr-Cetina e Foucault. Além disso, o estudioso não concebe as relações entre disciplinas diversas no campo profissional; seu estudo é focado na ciência, diferentemente de Abbott.</p>	<p>Parece ser, a partir da proposta de Kuhn, que os demais sociólogos da ciência tecem suas reflexões, seja para ratificá-lo ou criticá-lo. Embora sua análise referencie o desenvolvimento das Ciências Naturais, suas afirmações são parâmetros inclusive para as Ciências Sociais, quando suas singularidades são cuidadosamente observadas. Nesse sentido, relativizando a condição da Arquivologia como Ciência Social Aplicada, tomamos as definições de Kuhn para nos auxiliar a compreender o desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional, ou seja, seus modelos (tomados como referências), crises, revoluções e evoluções no âmbito de diversas comunidades ou países. Nesse caso, diferentemente das Ciências Naturais, todas essas definições coexistem de forma não linear, decorrentes das práticas e demandas sociais, políticas e culturais, melhor trabalhadas por Knorr-Cetina. Além disso, a concepção dos manuais científicos como “fontes de autoridade” nos auxilia a compreendê-los como sínteses das tendências históricas do pensamento arquivístico, mesmo que num sentido peculiar, contingencial e operacional.</p>
---	--	--	---	--

<p><i>Habitus</i> <i>Campo científico</i> <i>Capital científico</i></p>	<p>Bourdieu (1983a; 1983b; 1983c; 2001; 2004)</p>	<p>Ao avançar e aprofundar o pensamento de alguns estudiosos, dentre os quais destacamos Kuhn, Bourdieu concebe o <i>campo científico</i> como um microcosmo, relativamente autônomo em relação ao mundo social, que possui uma lógica própria de funcionamento, perpassada por um <i>habitus</i>, no âmbito de um grupo. Sua análise se aproxima das reflexões de Foucault, considerando as relações de força científica que se realizam por meio de relações de conhecimento e comunicação numa comunidade intersubjetiva. Sintoniza-se com Knorr-Cetina quanto à dinâmica social, embora a considere no âmbito específico dos agentes científicos, condizidos por conflitos e alianças na sua busca de reconhecimento, legitimidade e investimento.</p>	<p>Bourdieu critica a visão ingenuamente idealizada de <i>comunidade científica</i>, na qual existe apenas um <i>paradigma</i> dominante (a noção de <i>campo</i> não é tão fechada quanto à de <i>comunidade</i> de Kuhn). Na sua visão, as rupturas são constantes e as revoluções, permanentes (sem distinções entre as fases revolucionárias e a <i>Ciência Normal</i>). Ao reler os estudos de Foucault, ainda afirma que a crítica sociológica substitui a noção de <i>gramaticalidade</i> pela de <i>aceitabilidade</i>; as <i>relações de comunicação</i>, pelas <i>relações de força simbólica</i> e o <i>sentido</i> do discurso, pelo seu <i>valor e poder</i> (BOURDIEU, 1983c).</p>	<p>Podemos, a partir de Bourdieu, estudar os <i>habitus</i> da Arquivologia, suas tradições (autores/obras/instituições/eventos), considerando que as práticas e o pensamento internacional germinam e se propagam nessas condições, possibilitando o intercâmbio de ideias entre os países. A noção de <i>campo científico</i> é ponto de partida para a compreensão do <i>campo transc científico</i>.</p>
<p><i>Campo transc científico</i></p>	<p>Knorr-Cetina (1981)</p>	<p>Sua análise microssociológica (que permite observar a emergência das macroestruturas) retoma e transborda o conceito de <i>campo científico</i> de Bourdieu, numa abordagem voltada para a contextualidade da ciência e participação dos vários atores que a constituem. Em certa medida, vai ao encontro da proposta de Foucault, ao apreciar as interferências políticas que circunscrevem a produção científica.</p>	<p>Também diverge de Kuhn quanto aos <i>paradigmas</i> (modelos) e às <i>comunidades científicas</i> (grupos fechados, estáveis e acrícos), substituindo-os por métodos e práticas científicas contingentes. O <i>campo transc científico</i> considera as coletividades científicas, perpassadas por relações sociais que ultrapassam as abordagens daquele autor e de Bourdieu, na sua analogia da Ciência ao mercado capitalista e seus desdobramentos).</p>	<p>A partir dessa perspectiva, podemos incluir o papel e atuação do Estado, da política científica, das escolhas e negociações dos agentes (científicos e não-científicos) na sua produção do saber arquivístico. Um bom exemplo para o caso brasileiro é a TAC do CNPq, que em parte intervem na produção científica, mediante a distribuição de investimentos na pesquisa.</p>

Fonte: elaboração própria, com base nos autores analisados.



A partir da interação entre essas definições e conceitos, podemos conceber o *campo científico-transcientífico-discursivo* da Arquivologia. Nele, as tendências históricas ultrapassam os limites do *campo científico*, concebem as interferências sociocognitivas no *campo transcientífico*, dialogam-se e se entrecruzam como enunciados entreabertos, apreendendo as práticas e saberes que estão além dos espaços da ciência. Assim influenciada pelos movimentos sociais, econômicos, culturais e políticos, a trajetória da Arquivologia como disciplina delinea-se, conjugando práticas, estudos, pesquisas, formações e discursos em movimento. Ilustrativamente:

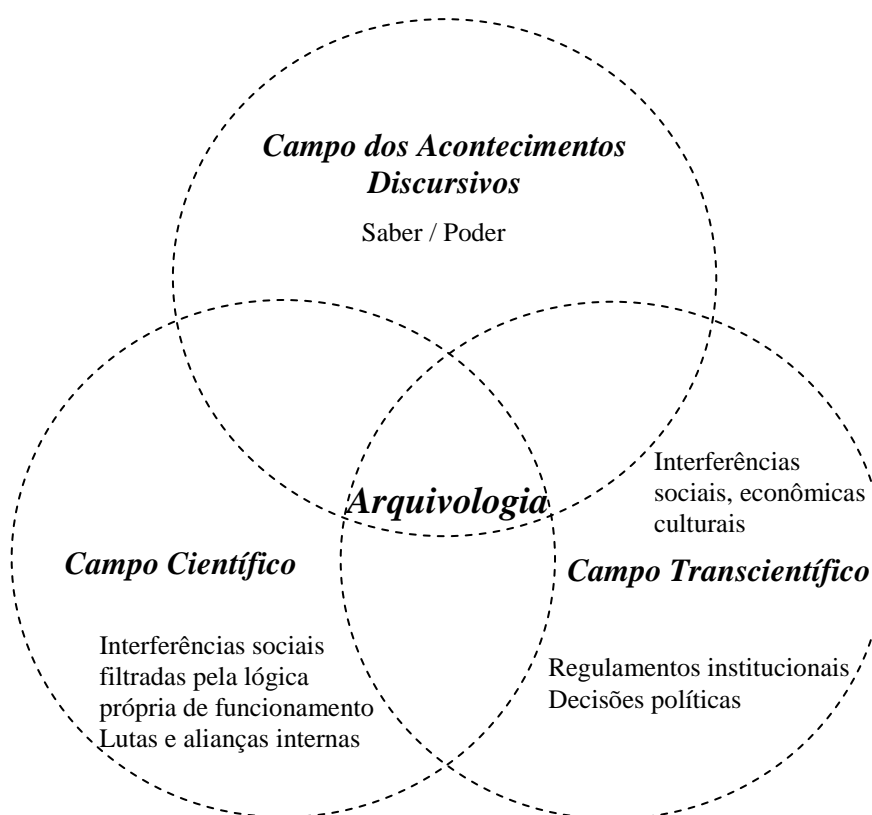


Figura 2: O campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia  
Fonte: elaboração própria.

Nessa perspectiva, o *sistema de relações discursivas* de Foucault (2005) se aproxima do *campo transcienceífico* proposto por Knorr-Cetina (1981), na configuração do *campo científico* (BOURDIEU, 1983a; 2001) da Arquivologia, que também pode ser compreendido, numa abordagem mais específica, como um subcampo da informação, como veremos adiante. À luz dessas definições, o pensamento arquivístico forma um campo discursivo no âmbito do mundo científico, perpassado por práticas sociais (KNORR-CETINA, 1981) e *habitus* regulares (BOURDIEU, 1983b; 2001), com as suas singularidades históricas e contingenciais no contexto de cada país ou região (HECKHAUSEN, 1972), isto é, considerando os nexos regulares que regem a sistematização e circulação do discurso arquivístico internacional, legitimado por demandas sociais a serem atendidas. Parte do capítulo três caminha nesse sentido.

### 3 O CAMPO DA INFORMAÇÃO

*Cada disciplina tem suas tradições e suas particularidades nacionais, suas problemáticas obrigatórias, suas formas de pensar, suas crenças e evidências compartilhadas, seus rituais e consagrações, suas limitações em matéria de publicação de resultados, sem falar de todo o conjunto de pressupostos inscritos na história coletiva da especialidade (o inconsciente acadêmico). (BOURDIEU, 2001, p. 183, tradução nossa)*

A Arquivologia, como todas as disciplinas e áreas do conhecimento, é marcada por modelos, crises, avanços e retrocessos, configurados em tendências históricas, que lhe conferem identidade no espaço das ciências ao longo do tempo. Todavia, como veremos adiante, a área guarda algumas peculiaridades decorrentes das suas práticas diferenciadas em algumas regiões e países.

A profissão do arquivista desenvolveu-se ao longo do tempo nas diversas sociedades, na medida em que evoluía a concepção da natureza dos documentos que deveriam ser conservados e o tipo de informação que se procurava. Sua especialização diante de outras profissões parte de uma origem mais ou menos indistinta entre as profissões de notário, ajudante de notário, escrivão, bibliotecário e documentalista. Aos poucos, as regras vão se formando, ligadas às práticas administrativas próprias de cada instituição e de cada país. A partir do século XIX, os estudiosos e profissionais da área começam a redigir obras sobre a sua prática, na tentativa de consolidar os princípios gerais<sup>28</sup>. No final daquele século, as técnicas de gestão de arquivos começam a dar espaço a um corpo teórico, aparecendo os grandes manuais que consubstanciariam as bases teóricas da Arquivologia (DUCHEIN, 1993).

Diante dos referenciais teóricos apresentados, a análise das tendências históricas do pensamento arquivístico internacional, considerando as práticas que as configuram, é a base para o desdobramento desta pesquisa e será feita mediante a compreensão da trajetória da Arquivologia, desde os primeiros registros humanos até a sua inserção nas universidades e sua atual configuração como *campo científico-transcientífico-discursivo*. Parte-se da ideia que essa trajetória, de forma muito geral, foi marcada, ao longo do tempo, por discursos mais ou menos homogêneos/articulados, perpassados por *habitus* decorrentes de contingências históricas, que, por sua vez, passaram a caracterizar paradigmas, modelos, correntes, tradições e tendências do pensamento arquivístico internacional.

---

<sup>28</sup> Segundo Fonseca (2004), alguns estudiosos afirmam que essas obras datam do século XVI.

A fim de se compreender a articulação dessas práticas, discursos, *habitus* e tendências na configuração do campo, este capítulo desdobra-se em duas partes complementares: 1ª) sistematização e comunicação do pensamento arquivístico no mundo (perpassado por práticas e avanços teóricos), por meio do mapeamento da tradição arquivística registrada nos manuais e das instituições, periódicos e eventos que lhe dão voz; 2ª) compreensão da trajetória, lutas e alianças que configuram o campo da informação, entendido como o campo científico e profissional que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação. Desse modo, defendemos que nesse campo estão entrecruzadas as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da CI, como (sub/inter)campos simultaneamente parceiros, cooperativos, conflitantes, relativamente comuns e singulares.

Nessa perspectiva, os movimentos que afetam a natureza dos arquivos, os seus produtores, os sistemas de gestão de documentos, a sua utilização, bem como as mudanças da sociedade nos seus domínios culturais, jurídicos, tecnológicos, sociais e filosóficos interferem nas práticas e teorias arquivísticas e tudo isso está imbricado nos diferentes discursos que sustentam a prática profissional (COOK, 1997). Cada país tem a sua própria legislação, organização e regulamentação dos arquivos e, como bem lembra Duchein (1993, p. 37), “nós ainda estamos bem longe [...] de um sistema arquivístico internacional”.

Embora a gestão e as técnicas arquivísticas tenham aplicações contingenciais, há que se considerar que, do início dos anos 1990 para cá, houve avanços quanto ao compartilhamento das experiências nacionais, por meio de publicações e eventos da área, e estamos caminhando para a internacionalização do pensamento arquivístico: as ações do ICA e da UNESCO ilustram os esforços de padronização da terminologia e descrição arquivística em todos os países.

Reconhecemos que não seria possível, nos limites de uma tese, estudarmos a trajetória da Arquivologia em cada país. Assim buscamos a síntese dos diversos discursos que são sustentados por paradigmas que perpassam e configuram o campo arquivístico internacional e que podem ser apreendidos por meio de autores, obras, instituições e eventos que marcaram e sedimentaram tendências históricas conforme determinadas condições politicossociais.

Assim entendemos que essas tendências aliam práticas e estudos no atendimento a demandas sociais de informação, no contínuo intercâmbio entre o mundo do trabalho e o científico. Cook (1997) nos aconselha a revisitar as principais discussões profissionais dos arquivistas, buscando compreender seus contextos, ideias e conceitos, ou seja, considerando

uma análise contingencial. Ele mesmo busca as tendências históricas que, de forma abrangente, caracterizaram o mundo arquivístico.

Julgamos importante tecer a trajetória do pensamento arquivístico internacional a partir das contribuições de estudiosos de alguns países. Evidentemente, seria impossível esgotar os autores que apresentam o tema e a sua seleção se deu, sobretudo, pela possibilidade de acesso às suas obras.

Começamos por **Posner** (1972), autor norte-americano que tem uma obra de referência sobre os arquivos na Antiguidade<sup>29</sup>. Ele é utilizado por **Silva et al** (1999), pesquisadores portugueses, num livro de referência para a compreensão da Arquivologia no mundo. Além desses pesquisadores, os principais autores nos quais nos apoiamos foram:

- **Favier** (2001), francês que também analisa a trajetória dos arquivos da Antiguidade à contemporaneidade;
- **Cook** (1997), canadense que tece uma importante reflexão dos principais marcos teóricos da área e suas relações na configuração da Arquivologia como disciplina;
- **Rastas** (1992), finlandês que, sob a proposta da Seção de Formação Profissional do ICA, publica um estudo RAMP (*Records and Archives Management Program*) sobre a literatura arquivística internacional adequada à formação profissional, mapeando 185 manuais e livros-textos<sup>30</sup>;
- **López Gómez** (2002), espanhol que apresenta a evolução dos estudos em Arquivologia no seu País, especificando as obras de referência, publicações periódicas, atas de congressos e manuais;
- **Couture, Ducharme e Rousseau** (1988), canadenses que retomam a trajetória de evolução da Arquivologia tradicional até a sua configuração moderna, conforme as necessidades sociais e o delineamento recente da sua identidade;
- **Gagnon-Arguin** (1992), canadense que dentre tantos aspectos, discorre sobre as tendências do pensamento arquivístico do seu País, traçando a trajetória da

---

<sup>29</sup> Posner, “alemão erudito que influenciou a arquivologia americana de pós-guerra”, foi professor de brasileiros que cursaram uma especialização nos Estados Unidos (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1993).

<sup>30</sup> O autor considera livro-texto (*textbook*) o trabalho diretamente utilizado ou utilizável na formação de arquivistas. O manual é considerado como a obra que pode ser usada no dia-a-dia por arquivistas e que lhes fornece informações detalhadas sobre a prática profissional (RASTAS, 1992, p. 3). As obras por ele mapeadas são distribuídas em dez categorias: 1) manuais gerais (obras de referência, manuais clássicos, coletâneas de artigos); 2) terminologia; 3) legislação e organização de serviços de arquivo; 4) teoria arquivística; 5) prática de gestão de arquivos; 6) conservação e restauração de documentos; 7) organização de arquivos específicos, como de empresas, privados, etc; 8) tratamento de suportes especiais, como audiovisuais e eletrônicos; 9) novas tecnologias; 10) e formação e treinamento arquivístico. Todavia, o autor alerta que esse levantamento não é consistente, considerando que os termos *manual* e *textbook* são definidos distintamente em diferentes países.

Arquivologia no Quebec a partir de 1960 e apresentando o contexto político, legal, institucional e acadêmico do desenvolvimento da área;

- **Scott** (1966), australiano que critica alguns pressupostos do conceito de *record group*<sup>31</sup>, propondo novos posicionamentos em torno do Princípio da Proveniência;
- **Fonseca** (2004), brasileira que em sua tese apresenta as relações interdisciplinares entre a CI e a Arquivologia, mapeando suas trajetórias, seus interesses e espaços comuns. A partir desse mapeamento, a autora focaliza a formação do campo do conhecimento arquivístico, em parte abrigado naquela disciplina;
- **Britto** (1995), outra brasileira, que desenvolveu sua pesquisa de mestrado no Canadá com o objetivo de compreender as tendências na formação em Arquivologia no Brasil, a partir dessa formação nas Américas.

Tendo em vista o maior detalhamento das trajetórias regionais da Arquivologia, utilizamos os seguintes autores para o mapeamento dos cursos de formação, legislação, periódicos e associações profissionais<sup>32</sup>:

- **Duchain** (1992), que, com propriedade, faz uma síntese da história dos arquivos europeus e do desenvolvimento da profissão de arquivista naquele Continente;
- **Arlettaz** (2003-2004), que apresenta a história da área na França e na Suíça;
- **Burgy e Roth-Lochner** (2002-2003), que também contam a história dos arquivos suíços, apresentando minuciosamente suas particularidades;
- **Galland** (2002-2003), que apresenta a organização institucional dos arquivos franceses;
- **Defrance** (2002-2003), que analisa a formação em Arquivologia na França, destacando a atuação do *Bureau des Métiers* e da *Direction des Archives de France*;
- **Depoortere** (2002-2003), que apresenta os arquivos da Bélgica, ao detalhar sobre a legislação e associação profissional;
- **Couture** (2000-2001), que a exemplo de Gagnon-Arguin, analisa a evolução da Arquivologia quebequense;

---

<sup>31</sup> É uma divisão hierárquica que às vezes é equivalente à proveniência, o que representa todos os registros de uma instituição e suas divisões subordinadas. No entanto, o conjunto de registros de uma organização grande pode ser dividido em grupos de registros diversos, tratando os documentos de divisões diferentes como coleções separadas e não como uma série. Informações disponíveis em: <[http://www.archivists.org/glossary/term\\_details.asp?DefinitionKey=71](http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=71)>. Acesso em 15 nov. 2010 (tradução nossa).

<sup>32</sup> Muitos desses estudos foram publicados na seção *Note et bilan d'expérience* da Revista *Archives* da Associação dos Arquivistas do Quebec, considerada um dos periódicos de referência da área.

- **Bertini** (2002-2003), que apresenta os arquivos da Itália, suas práticas, estruturas, legislação e associações profissionais;
- **Karapetians e Nahuet** (1998-1999), que tratam das singularidades da realidade da Arquivologia na Rússia;
- **Khouaja** (2002-2003), que analisa a Arquivologia e os arquivos da Tunísia, ao destacar as instituições públicas e a legislação relativa à área;
- **Wagner** (1985), que discorre sobre o desenvolvimento do Arquivo Nacional e dos serviços de arquivo de Serra Leoa;
- **Lopes** (2000-2001), que tem um estudo sintético da trajetória da Arquivologia no Brasil, marcada por contribuições de alguns estudiosos estrangeiros.

Para a compreensão do desenvolvimento do pensamento arquivístico internacional e a configuração do campo arquivístico, na segunda parte deste capítulo retomamos as reflexões de **Bourdieu** (1983a; 1983b; 2001) na tentativa de aproximá-las às contribuições de **Abbott** (1988) no âmbito da formação e definição de uma profissão, uma das variáveis do delineamento científico da área. Os movimentos da profissão de arquivista no *campo da informação* são, assim, apresentados a partir da contextualização das outras disciplinas que permeiam esse campo.

### **3.1 Tendências históricas da Arquivologia internacional: das práticas ao delineamento científico**

*A perspectiva histórica mostra que não há necessariamente evolução contínua e inevitável, em etapas bem marcadas; mas, ao contrário, há mutações pontuais, rupturas, descontinuidades, retrocessos e, especialmente, esta ignorância profunda que marca as práticas arquivísticas em diferentes países, pelo menos até o século XVI.*

*(DELSALLE, 1998, p. 249, tradução nossa)*

Seria impossível descrevermos todas as práticas e teorias arquivísticas, considerando a sua enorme variedade, configurada em muitas tradições que conjugam a disciplina, seu objeto e seus desdobramentos. Reconhecendo a necessidade de uma análise das influências de um país a outro (DELSALLE, 1998), nosso recorte privilegiará as obras, instituições, eventos e periódicos internacionais que abrigam essas tradições.

Na perspectiva das reflexões de Foucault, o que nos interessa são os discursos reais, efetivamente pronunciados e que se apresentam sob uma materialidade. Consideramos, assim,

uma multiplicidade e dispersividade discursiva, nas quais os enunciados são concebidos não por suas intenções, mas pelas diferenças que os articulam com outros que lhe são contemporâneos ou aos quais se opõem no decorrer do tempo (PORTOCARRERO, 1994a).

A opção pelos manuais para o entendimento da formação do pensamento arquivístico internacional retoma a importância que Kuhn dá aos manuais científicos como “fontes de autoridade”. Segundo ele, “Referem-se a um corpo já articulado de problemas, dados e teorias, e muito frequentemente ao conjunto particular de paradigmas aceitos pela comunidade científica na época em que esses textos foram escritos” (KUHN, 2005, p. 176). Nesse sentido, o autor complementa que, a partir dos manuais, a ciência parece ser cumulativa (KUHN, 2005). Analisando seu pensamento, Oliva (1994) complementa que os manuais científicos acomodam a dependência que a pesquisa atual tem da passada, por meio de um “fio condutor” que lhes dá unidade e identidade.

É assim criada uma unanimidade, um acordo profundo que caracteriza a pesquisa *normal* (OLIVA, 1994) ou, na expressão de Bourdieu, um *habitus* (1983b; 2001), definição mais apropriada para a apreensão da dinâmica das Ciências Sociais. E esse acordo é perpassado por paradigmas, como modelos partilhados, geralmente registrados em manuais, caracterizando a evolução científica, marcada pelo o que aqui denominamos “tendências históricas”.

No caso da Arquivologia, Fonseca nos chama a atenção quanto às limitações da tradição manualística, alertando-nos sobre a “generalização do particular e império da norma” (FONSECA, 2004, p. 78). Rastas, por sua vez, afirma que o uso de manuais também depende da sua destinação, a um cidadão ou a um público internacional. Segundo ele,

Em um contexto nacional, um arquivista deve ter conhecimento, por exemplo, das fontes arquivísticas, da estrutura das instituições arquivísticas e sua história, da legislação que regulamenta a área e do uso de arquivos. Como estes temas diferem substancialmente de país para país, os manuais são muitas vezes, apenas parcialmente utilizáveis no contexto internacional. (RASTAS, 1992, p. 5, tradução nossa).

Considerando esta afirmação, podemos apreender a peculiaridade dos manuais arquivísticos, relacionada às contingências históricas de cada país ou região, muito ligada às demandas práticas de organização e disponibilização dos acervos.

Guardadas suas limitações e particularidades, julgamos relevante o mapeamento desses manuais, como obras, estudos, autores e pensamentos que balizaram o desenvolvimento da Arquivologia na sua configuração disciplinar, no exterior e no Brasil (sintetizados nos apêndices A e B). Desse modo, entendemos que esses manuais sintetizam os



referenciais socioculturais, ideológicos e políticos, temporal e espacialmente configurados e são, ainda, perpassados por processos discursivos que caracterizam os movimentos do pensamento arquivístico.

Para delinear as contingências históricas arquivísticas, conforme sugerido por Heckhausen (1972), ou seja, “a passagem das práticas a uma tomada de consciência disciplinar” (SILVA et al, 1999, p. 222), a partir dos manuais que marcaram a sua trajetória, precisamos retomar um pouco da história dos arquivos e da Arquivologia.

Posner reconhece a importância dos arquivos para a humanidade desde a sua concepção na Antiguidade, decorrente das primeiras práticas da escrita, afirmando que a manutenção de documentos “constitui um aspecto importante da experiência da humanidade na sua organização; sem esses arquivos, na verdade, a história do nosso passado não poderia ser contada” (POSNER, 1972, p. 1, tradução nossa). Desse modo, o estudo dos arquivos antigos como instituições é importante para o entendimento da formação e expansão do próprio pensamento arquivístico. O autor busca, então, descrever as práticas relativas à administração e manutenção dos documentos gerados pelos diferentes povos antigos, inclusive com a criação de instalações e o desenvolvimento de técnicas para esse fim, conforme o papel representado pelos arquivos de cada cultura e em cada época.

Nas práticas greco-romanas, a ideia de arquivo ligava-se a uma entidade respeitável, a ser protegida pelos deuses e foi aí que o termo *archeion* foi concebido (inicialmente voltado para tornar públicos os documentos oficiais) e, mais tarde, ao ser divulgado no Ocidente pelos responsáveis pela Igreja, passou a ser utilizado na forma latina de *archivum*, como um espaço para a guarda de documentos de valor de prova ou memória do passado (SILVA et al, 1999).

A sistemática organização dos rolos de papiro, com seu conteúdo datado, revela certo grau de maturidade técnica arquivística já naquela época. Nesse sentido, os autores portugueses lembram que “alguns pressupostos da moderna ciência arquivística estavam já pragmaticamente resolvidos na alta Antiguidade e não apenas no espaço europeu” (SILVA et al 1999, p. 58). Os diversos significados de “arquivo” que, em alguns casos, foram reapropriados por outras culturas, chegam a embasar o desenvolvimento da Arquivologia no Oriente e mesmo no Ocidente, onde a experiência persa influenciaria a administração financeira até o século XVIII.

Na passagem da Antiguidade para a Idade Média, o conceito de *arquivo* cristaliza-se, mas, também, se vulgariza devido à confusão entre biblioteca e arquivo. A natureza enciclopédica das bibliotecas leva à concepção de arquivos de procedências diversas, interferindo na sistemática orgânica arquivística. Como aquelas, os arquivos tornaram-se

itinerantes, embora a preocupação com a sua organização continuasse muito ligada à preservação da memória (SILVA et al, 1999).

Mais tarde, a Arquivologia europeia ganha vigor com o surgimento dos tipos documentais oriundos da evolução do conceito de *administração*: a partir do século XII, com o renascimento do Direito Romano, os arquivos, a exemplo da escrita, retomam seu papel. Os documentos passam, então, a ser conservados para além da perspectiva jurídica e patrimonial: entre esse século e o próximo, os documentos passam a ter, também, valor por sua utilidade administrativa e por registrarem ações políticas. Acontece o primeiro grande movimento de nomeação de arquivistas oficiais nas cortes europeias (FAVIER, 2001). É ainda dessa época a primeira noção do **Princípio da Territorialidade** (SILVA et al, 1999), relevante para a consolidação da Arquivologia, como veremos adiante.

No século XV, funcionários especializados tomam frente dos principais arquivos, os quais passam a ser concebidos como instrumentos, não meramente administrativos. A partir do século XVI, há uma considerável evolução no mundo dos arquivos, relacionada: à especialização de diferentes instituições públicas, ao fortalecimento da monarquia em diversos países (com destaque para a França), à forte curiosidade histórica, ao desenvolvimento de pesquisas eruditas (intensificadas no século XVIII) e ao surgimento de novas tecnologias. Esses fatores levam à constituição de vários arquivos, sob distintas noções conceituais e metodológicas (FAVIER, 2001). O vocábulo “arquivista” começa a ser utilizado nesse período, embora no Brasil esse profissional somente fosse reconhecido pelo Estado em 1823, com a criação da Câmara dos Deputados e seu Arquivo (SOUZA, 2010a).

Guardadas as particularidades da evolução do conceito de *Estado* e as contingências do seu tipo de organização, alguns traços comuns passam a configurar os arquivos, conforme as suas funções: a origem administrativa dos documentos; a concepção jurídica do serviço; a noção dos arquivos como fontes de informação, inclusive sobre o passado; e o caráter privado dos acervos, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano. A noção de *arquivo público* ganha forma, quando se torna frequente os monarcas reclamarem seu direito de propriedade sobre os acervos reunidos por altos funcionários. Assim, “A natureza mais ou menos secreta do arquivo, a maior ou menor abertura aos privados e a concepção instrumental dos fundos arquivísticos, como suporte político e memória de factos antigos, é que vão sofrendo oscilações, de acordo com o tipo de regime” (SILVA et al, 1999, p. 88).

Embora o **Princípio de Respeito aos Fundos** somente mais tarde se consolidasse, na prática já era conhecido, no século XVI, em razão das demandas advindas da concentração administrativa dos documentos. É nessa época que surgem, na Europa, os primeiros tratados

que poderiam ser chamados de “manuais”, “portadores de uma concepção jurídica da realidade arquivística”, apesar de muitos deles excluírem os acervos privados do mundo dos arquivos (SILVA et al, 1999). Essas obras objetivam formalizar os conhecimentos práticos para garantir a sua transmissão e difusão em maior escala (RASTAS, 1992). Fonseca (2004, p. 47) nos lembra que “alguns autores, notadamente autores europeus, consideram que os primórdios do que se poderia chamar de Arquivologia situa-se a partir do século XVI”. Nesse contexto, há uma busca pela definição da profissão de arquivista e Duchein (1992) observa que é a partir desse período que se pode pensar na Arquivologia como uma disciplina científica.

Todavia, as tradições arquivísticas, ainda arraigadas no mundo medieval, não se renovam nesse período, levando a um repensar das suas práticas, que seriam questionadas a partir do próximo século, com os primeiros passos do desenvolvimento da teoria arquivística. A partir daí, verifica-se a formação de tradições, das quais são exemplos a corrente germânica, cuja evolução culminou no estabelecimento de planos prévios, com a classificação dos documentos oriundos das administrações; e a corrente latina, com classificações mais retardatárias e delicadas<sup>33</sup>.

É nessa época que a tradição arquivística latinoamericana começa a se configurar, a partir da colonização espanhola e portuguesa. O desenvolvimento da organização documental relaciona-se às práticas europeias e norteamericanas (TANODI, 1985). Todavia, como veremos no próximo capítulo, a Arquivologia no Brasil, como disciplina científica, somente desenvolver-se-ia na segunda metade do século XX.

A regulamentação das rotinas da profissão também inicia sua consolidação ao longo do século XVI, quando são perpassadas por princípios gerais de natureza arquivística que mais tarde se tornariam postulados, “levando ao nascimento de uma nova disciplina – a Arquivística – como construção conceptual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos” (SILVA et al, 1999, p. 93). Esses princípios já poderiam ser observados na ordenação sistemática dos documentos e nos primeiros instrumentos de pesquisa, como os inventários.

Nesse contexto, o Estado passa a se interessar pela definição dos documentos domínio de público, além de se preocupar com o registro e a conservação regular dos documentos. Na

---

<sup>33</sup> “O *registratur* é uma prática em uso na Alemanha e Europa Central, pela qual cada documento administrativo é ‘registrado’ com um número de registro correspondente a uma lista metódica, conhecida como o *Aktenplan*. Já na sua criação ou recebimento, cada documento pertence a um arquivo, que é pré-numerado conforme um sistema predeterminado. Por outro lado, no *non-registratur* de países como a França, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha ou Espanha, os arquivos produzidos administrativamente por instituições não têm um número predeterminado ou lista de classificação, de modo que os arquivistas têm que arranjá-los e classificá-los depois sua transferência para os arquivos” (DUCHEIN, 1992, p. 18-19, tradução nossa).

França do século XVIII, os oficiais responsáveis pelo arquivamento dos documentos os conservavam mesmo depois de cessadas as suas atividades. A noção de *arquivo público* tem as primeiras aplicações importantes, quando, com o fortalecimento do poder monárquico, há a distinção entre documentos públicos e privados, considerando, inclusive, quais seriam de interesse público, independentemente da sua propriedade (FAVIER, 2001). A classificação e a avaliação documental passam a ser objeto de atenção, mesmo que pautadas quase que exclusivamente no seu valor histórico – critério que permanecerá em muitos países até a Segunda Guerra Mundial (DUCHEIN, 1992).

Ainda que alguns aspectos relacionados à organização e ao acesso tivessem avançado, determinados problemas do Antigo Regime persistiam às vésperas da Revolução, como: a dispersão de documentos em muitos depósitos, sem hierarquização sistemática; a falta de controle quanto à proliferação de depósitos, que, em sua maioria, eram desprovidos da necessária organização; a falta de regulamentação técnica e científica, somada ao empirismo; e a não publicidade dos atos estatais (FAVIER, 2001).

A partir daí, a procura pelos arquivos é intensificada, em função do caráter histórico dos documentos. Sob essa demanda, acelera-se o movimento de elaboração de instrumentos de pesquisa. Paralelamente, há uma deturpação da realidade arquivística, que leva à organização não orgânica dos documentos, de forma temática ou cronológica, mais próxima do modelo enciclopédico que do arquivístico, desarticulando importantes arquivos, como nos lembram Silva et al (1999).

A Revolução Francesa marcaria a trajetória da Arquivologia com a hierarquização dos depósitos; a nacionalização e centralização dos arquivos, que, até então, eram conservados por instituições e pessoas de forma independente; a triagem; a divulgação e proteção dos acervos; e, sobretudo a concepção dos arquivos nacionais, mantenedores da memória na perspectiva do significado histórico dos documentos (SILVA et al, 1999; FAVIER, 2001; DUCHEIN, 1992), num processo de acumulação de capital simbólico (BOURDIEU, 1983c), perpassado por relações de poder e saber. Nesse sentido, Foucault lembra a relevância da Revolução, ao considerar que os discursos decorrentes desse movimento representam “um conjunto complexo, articulado, descritível, de transformações que deixaram intactas um certo número de positivities” (FOUCAULT, 2005, p. 198).

No Brasil, as repercussões desse movimento são evocadas no *Seminário Latinoamericano sobre Archivos Nacionales* (Brasília, 1982), pelo então Ministro da Justiça, que afirma que

[...] o reconhecimento dos arquivos como fonte histórica, como patrimônio público, se deve à Revolução Francesa, que estabeleceu pela primeira vez a responsabilidade do Estado na preservação, na conservação e restauração destas fontes do passado e permitiu como direito inalienável do cidadão, o acesso de qualquer deles a esta fonte como instrumento de pesquisa para compreensão do passado. (ARQUIVO NACIONAL, 1982a, p. 366).

É no contexto do Iluminismo, portanto, que os arquivos passam a ter relevância, como auxiliares da administração pública. A criação do Arquivo Nacional da França (1789) marca o surgimento das instituições arquivísticas, com o “estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Para estes depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França” (FONSECA, 2004, p. 63).

De acordo com essa autora, é importante lembrar que a partir de então foram constituídos depósitos centrais em vários países, precursores das diversas instituições arquivísticas nacionais que seriam criadas nos séculos XIX e XX, conforme apresentamos no quadro 2.

**Quadro 2: Instituições arquivísticas por país (721-1969)<sup>34</sup>**

PAÍS	ARQUIVO	ANO DE CRIAÇÃO
Argentina	Archivo General de la Provincia de Buenos Aires	1821
	Archivo General de la Nación	1884
Alemanha	República Federal - <i>Bundesarchiv de Coblença</i>	1815
	República Democrática – Depósito central de <i>Potsdam</i>	1867
Áustria	Arquivos de <i>Habsbourg</i> e do Governo Imperial	1918
Bélgica	<i>Archives Générales du Royaume / Archives de l'État</i>	1796
Bolívia	<i>Archivo General de la Nación</i>	1825
Brasil	Arquivo Nacional	1838
Canadá	<i>Archives Nationales du Québec (ANQ)</i>	1969
Chile	<i>El Archivo Nacional</i>	1927
Costa Rica	<i>Archivos Nacionales</i>	1881
Colômbia	<i>El Archivo Nacional</i>	1868
Cuba	<i>El Archivo Nacional</i>	1841
Equador	<i>El Archivo Nacional de Historia</i>	1938
Espanha	<i>Archivo de Simancas</i>	1540
	<i>Archivo de la Corona de Aragón</i>	1318
	Arquivos da Coroa de Navarra	1836
	<i>Archivo de Indias</i>	1788
	<i>Archivo Histórico Nacional</i>	1866
França	<i>Archives Nationales</i>	1789
Guatemala	<i>Archivo General del Gobierno</i>	1937
Haiti	<i>Archives Nationales</i>	1860
Holanda	Arquivos gerais	1802
Honduras	<i>Archivo Nacional</i>	1880
Índia	<i>National Archives of India</i>	1891
Inglaterra	<i>State Paper Office</i>	1578
	<i>Public Record Office</i>	1838

<sup>34</sup> Conforme os autores referenciados, este quadro não é exaustivo.

PAÍS	ARQUIVO	ANO DE CRIAÇÃO
Itália	Mundio	721
México	<i>Archivo General de la Nación</i>	1823
Nicarágua	<i>Archivo Nacional</i>	1896
Panamá	<i>Archivo Nacional</i>	1912
Paraguai	<i>El Archivo Nacional</i>	1871
Peru	Archivo Nacional	1919
Portugal	Arquivo da Torre do Tombo	1325
	Arquivo Geral da Marinha	1736
	Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território	1852
	Arquivo Histórico Militar	1911
	Arquivo Histórico Ultramarino	1931
	Arquivo Histórico do Ministério das Finanças	1937
República Dominicana	<i>Archivo General de la Nación</i>	1884
Rússia	<i>Fonds d'archives de la Fédération de Russie</i>	1918
Serra Leoa	<i>National Archives of Sierra Leone</i>	1965
Suíça	<i>Archives des cantons</i>	1798
	<i>Archives fédérales</i>	1848-1849
Uruguai	<i>El Archivo General de la Nación</i>	1927
Vaticano	<i>Archivo Secreto del Vaticano</i>	1611
Venezuela	<i>Archivo Nacional</i>	1914

Fonte: elaboração própria, com base em Hill (1945), Duchein (1992), Favier (2001), Gagnon-Arguin (1992), Arlettaz (2003-2004), Bertini (2002-2003), Burgy e Roth-Lochner (2002-2003), Depoortere (2002-2003), Galland (2002-2003), Karapetians e Nahuet (1998-1999), Kecskeméti (1966), Ribeiro (1998), Souza (2010a), Wagner (1985) e nos sítios eletrônicos dessas instituições.

Na pretensão de servir tanto à Administração como à História, inicia-se a distinção entre a documentação administrativa e a histórica (FAVIER, 2001). Diante dessa arbitrariedade, a unidade estrutural dos arquivos é quebrada, com a desarticulação da sua organicidade (SILVA et al, 1999). Nessa conjuntura, vários arquivos locais são transferidos para Paris, a partir da supressão de alguns distritos em 1796. O **Princípio da Territorialidade** então se consolida<sup>35</sup>, declarando que os documentos deveriam permanecer nas circunscrições a que estavam ligados (FAVIER, 2001).

Por outro lado, verifica-se a intenção de liberalizar o acesso dos arquivos à população. Entretanto, mesmo a França sendo um dos primeiros países a abrir seus arquivos aos cidadãos, sabemos que esse acesso é restrito a poucas pessoas, consideradas privilegiadas como, por exemplo, os responsáveis pelos arquivos e bibliotecas ligados à Igreja. Para o atendimento dos interesses reais são, inclusive, desenvolvidos grandes trabalhos arquivísticos, quando se destacam os inventários (FAVIER, 2001). O regulamento dos Arquivos Nacionais

<sup>35</sup> Mais tarde, a UNESCO apreciaria os problemas oriundos da transferência dos arquivos constituídos no território de outros países ou relativos à sua história, dentro de acordos bilaterais: “propunha-se uma declaração de princípios e normas, visando facilitar as negociações e acordos entre os Estados Membros, quando houver [sic] litígio com relação aos arquivos e particularmente, após a descolonização e recomenda-se [sic] um programa de ação nacional e internacional, para facilitar a solução de tais problemas” (ARQUIVO NACIONAL, 1979a, p. 34).

franceses (1856) atribuiria, ao diretor da instituição, a prerrogativa de autorizar ou recusar o acesso aos arquivos. Com exceção da Suécia, é assim que se dá o acesso durante todo o século XIX (DUCHEIN, 1983).

Desse modo, Silva et al (1999) observam que, ao mesmo tempo em que o Iluminismo contribuiu culturalmente para o reconhecimento da Arquivologia, propiciou alguns desvios dos seus fundamentos, levando a uma necessidade de reconstrução prática e teórica da disciplina em formação, em direção à sua autonomia científica.

O modelo pioneiro criado na França, guardadas as especificidades de cada país, seria reproduzido na Europa e no continente americano até meados do século XX, em, pelo menos, três aspectos: 1) uma instituição criada para cobrir a rede de repartições públicas produtoras de documentos; 2) o reconhecimento, pelo Estado, da sua responsabilidade quanto à preservação do patrimônio documental e dos documentos produzidos por ele; 3) e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos (FONSECA, 2004).

No caso da Espanha, Martín-Pozuelo Campillos (1998) pontua a importância dada aos acervos arquivísticos e à sua conservação no século XVIII, quando as preocupações se voltam para o usuário dos arquivos e, logo, para a relevância da sua organização.

Imune aos desdobramentos da Revolução Francesa, a Inglaterra criaria seu arquivo nacional, o *Public Record Office*, em 1838, para gerir a grande quantidade de documentos produzidos pela administração pública, que deveriam ser conservados física e culturalmente, em razão do interesse dos historiadores (SILVA et al, 1999).

Nesse mesmo ano, é criado o Arquivo Nacional do Brasil, à época denominado *Arquivo Público do Império*, que teria, sob a sua responsabilidade, a guarda dos documentos públicos produzidos e acumulados pelo governo brasileiro<sup>36</sup>. De acordo com a pesquisa realizada (MARQUES, 2007) e conforme retomaremos mais à frente, essa instituição exerceu, ao longo da sua trajetória, um papel fundamental na formação de pessoal habilitado para o tratamento de arquivos, na produção bibliográfica da área e na tradução e divulgação de obras essenciais para a Arquivologia.

Voltando à França, a política de incorporações em massa e a subsequente reordenação dos arquivos baseada em concepções ideológicas atingem proporções que tornam incontrolável e alarmante a situação, do ponto de vista arquivístico. Diante disso, são formuladas algumas instruções para se colocar em ordem e classificar os arquivos. Essas instruções são promulgadas por meio de uma circular do Ministério do Interior, em 24 de abril

---

<sup>36</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 21 out. 2009.

de 1841, inspiradas pelo arquivista e historiador *Natalis de Wailly*, que enuncia aquilo que desde então fica conhecido como o “**Princípio de Respeito aos Fundos**”<sup>37</sup>, base para o desenvolvimento do **Princípio da Proveniência** (SILVA et al, 1999; SCHELLENBERG, 1980), apropriado e ressignificado em muitos países.

Na Espanha, por exemplo, ao longo do século XIX diversas instituições o adaptaram às demandas dos grandes depósitos que se formavam e que, mais tarde, seriam os arquivos centrais espanhóis (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1998)<sup>38</sup>.

Independentemente das suas origens, o Princípio de Respeito aos Fundos foi rapidamente adotado por vários países da Europa, consagrando-se por meio do termo *fundo*, em contraposição à ordenação por assuntos defendida pelos iluministas<sup>39</sup>. Segundo esse Princípio, o “‘fundo’ era considerado uma entidade indivisível, mas a sua ordem interna ficava sujeita a critérios alheios à respectiva organicidade” (SILVA et al, 1999, p. 206). Essa situação desencadeou críticas e uma necessidade do aperfeiçoamento do Princípio<sup>40</sup>.

De toda forma, o Princípio de Respeito aos Fundos, depois Princípio da Proveniência, tornar-se-ia a base teórica da Arquivologia, articulando os demais princípios em torno da informação orgânica registrada, objeto da área<sup>41</sup>, como apresentamos no quadro 3.

---

<sup>37</sup> Schellenberg (1980), Silva et al (1999) e Fonseca (2004) chamam-nos a atenção quanto às controversas concepções acerca da origem desse Princípio, apontando, além da formulação francesa de Wailly, aquela do seu contemporâneo, Guizot, de 1839, bem como a concepção alemã, espanhola, italiana, dinamarquesa e, ainda, a do Manual dos Arquivistas Holandeses, de 1898.

<sup>38</sup> A autora lembra que, antes disso, algumas leis, obras e instituições já haviam reconhecido ou mesmo utilizado o Princípio da Proveniência. São exemplos dessas instituições: *Archivo de la Corona de Aragón*, *Archivo General de Simancas* e *Archivo de Indias* (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1998).

<sup>39</sup> A repercussão do Princípio de Respeito aos Fundos dar-se-ia a partir do holandês, inglês e italiano, com as obras de Muller, Feith e Fruin (1898), Jenkinson (1922) e Casanova (1928), apresentadas no apêndice A.

<sup>40</sup> Francesco Bonaini (1867) critica essa abordagem e propõe o “método histórico”, ou seja, do respeito à ordem original, conforme a história de cada instituição. A aplicação da sua teoria dar-se-ia na Itália entre 1874-1875 (SILVA et al, 1999).

<sup>41</sup> Embora não exista consenso sobre o objeto da área, considerando os diversos autores nacionais e internacionais. Há que se ressaltar, todavia, que a disciplina Arquivologia não está sozinha nesse aspecto. Atualmente, com a inter/multi/transdisciplinaridade, as disciplinas de diferentes áreas do conhecimento dificilmente têm um consenso sobre o seu objeto.



**Quadro 3: Princípio da Proveniência e demais princípios arquivísticos: natureza, aplicação e importância**<sup>42</sup>

PRINCÍPIO	NATUREZA DISCIPLINAR	APLICAÇÃO	IMPORTÂNCIA
Proveniência	Arquivologia	Princípio básico da Arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras.	Base para os demais princípios arquivísticos, estabelece critérios básicos para a organização dos arquivos e contribui singularmente para a formação científica da Arquivologia
Princípio do respeito à ordem original	História e Arquivologia	Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu	Organicidade e fidedignidade
Territorialidade	Direito, Administração, História e Arquivologia	Princípio segundo o qual os arquivos públicos, próprios de um território, seguem o destino deste último.	Memória, identidade
Três idades	Administração e Arquivologia	Contempla os arquivos correntes, intermediários e permanentes.	Racionalização e eficácia administrativas; gestão de documentos
Princípio da reversibilidade	História	Princípio segundo o qual todo procedimento ou tratamento empreendido em arquivos pode ser revertido, se necessário.	Conservação

Fonte: elaboração própria, com base no Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005), Rousseau e Couture (1998).

<sup>42</sup> À exceção do Princípio da Proveniência, os princípios arquivísticos reconhecidos no Brasil nem sempre coincidem com aqueles apontados pelos estudiosos internacionais. No caso da Teoria das Três Idades, embora o seu uso seja corrente no Brasil, não a identificamos nos dicionários brasileiros da área. O Princípio da Pertinência – “segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 136) – parece contrariar o Princípio da Proveniência e por isso não foi incluído neste quadro.

O século XIX assiste à aproximação entre a Arquivologia e a Diplomática, com a verificação metódica dos documentos, à disposição de um público erudito preocupado com a sua análise histórica. É assim que os arquivos se colocam a serviço da Paleografia e Diplomática, disciplinas em ascensão desde o final do século anterior. Com a supressão da maior parte dos mosteiros, tribunais e outros locais onde arquivistas aprendiam e desenvolviam seu trabalho antes da Revolução, tornou-se necessário criar escolas especiais, a fim de treiná-los na leitura e interpretação dos documentos (DUCHEIN, 1992).

Assim, são criadas escolas de Diplomática ligadas a arquivos em vários países da Europa, que seriam precursoras da formação em Arquivologia, desencadeando a criação de outros cursos, vinculados à História, Biblioteconomia e CI, sobretudo no século XX (quadro 4)<sup>43</sup>. A partir desse quadro, podemos inferir a variedade de perfis dessa formação.

Gagnon-Arguin (1992) lembra que naquelas primeiras escolas, a Arquivologia se estrutura como disciplina. Duchein (1992), por sua vez, discorda dessa afirmativa ao analisar que naquele período, a disciplina estava circunscrita à História, Diplomática, Paleografia, Filologia, Sigilografia e Heráldica, com ênfase nos documentos da Idade Média. Segundo ele, a *École de Chartes* é, nesse sentido, emblemática.

**Quadro 4: Cursos de formação em Arquivologia por país (1821-1992)**

PAÍS	ESCOLA/UNIVERSIDADE	ANO CRIAÇÃO
Alemanha	<i>Archivalisches Unterrichtsinstitut/ Bayerische Archivschule</i>	1821
	<i>Archivschule Marburg (Marburg) / Institut für Archivwissenschaft</i>	1949
	<i>Institut für Archivwissenschaft des Humboldt/Universität zu Berlin</i>	1950
	<i>Faschhule für Archivwesen</i>	1955
Argentina	<i>Escuela de Bibliotecarios y Archiveros (Universidad Nacional de Córdoba)<sup>44</sup></i>	1959
	<i>Universidad Nacional del Chaco (hoje Licenciatura en Ciencias de la Información)</i>	-
Austrália	<i>School of Librarianship / University of New South Wales (Kensington)</i>	-
Áustria	<i>Institut für Österreichische Geschichtsforschung</i>	1854
Bélgica	<i>Cours d'archivéconomie et stages<sup>45</sup></i>	1919
Botswana	<i>University of Botswana (Gaborone)</i>	1979
Bulgária	<i>Université de Sofia Klimenthe Ohridski</i>	1956
	<i>Mac Gill University Montréal</i>	1963
	<i>Certificat d'�tudes sup�rieurs en Archivistique/ Université Laval (Québec)</i>	1967
	<i>London Western / University of Western Ontario</i>	1967
Canad�	<i>�cole normale de Cap-Rouge</i>	1968
	<i>University of Alberta</i>	1972

<sup>43</sup> Os cursos brasileiros serão apresentados num quadro específico, no capítulo 4.

<sup>44</sup> Em 1971 a Arquivologia ganha a sua independência na *Escuela de Archiveros de Córdoba*, a qual passa a designar-se *Centro Interamericano de Formación de Archiveros (CIFA)* no ano seguinte. Na Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento de Arquivos (Washington, 1972), este passa a denominar-se *Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos (CIDA)* (ASSOCIA O DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1980a). Em 1998   reconhecida como *Escuela de Archiveros*.

<sup>45</sup> Era oferecido um curso de Arquivonomia ou de Organiza o de Arquivos em três universidades (*Catholique de Louvain, Vrije Universiteit Brussel* e *Katholieke Universiteit Leuven*), como uma introdu o   matéria para os futuros historiadores. Fora isso, n o identificamos outra escola forma o na  rea (LE MO L, 1984).

	<i>University of British Columbia (UBC)</i> <sup>46</sup>	1981
	<i>University of Toronto</i>	1990
	<i>École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information (EBSI) / Université de Montréal</i>	1983
	<i>Université du Québec (Montreal)</i>	1983
	<i>Université du Québec (Chicoutimi)</i>	1990
	<i>Université du Québec (Hull)</i>	1992
China	<i>Centre de formation des archives de l'Etat (Pequim)</i>	-
	<i>Département des études archivistiques / Université populaire de Chine</i>	1952
Colômbia	<i>Escuela de Bibliotecarios y Archivistas/Universidad Social Católica de La Salle</i>	1971
Costa Rica	<i>Escuela de Historia y Geografía – Sección de Archivistica / Universidad de Costa Rica</i>	1974
Dinamarca	<i>Rigsarkivet</i>	1582
El Salvador	<i>Escuela Salvadoreña de Archivismo</i> <sup>47</sup>	1961
Equador	<i>Escuela de Biblioteconomía, Archivología y Museología / Universidad de Guayaquil</i>	-
Eslováquia	<i>Univerzita Komensky (Bratislava)</i>	1950
Espanha	<i>Escuela de Diplomática de Madrid</i>	1856
	<i>Cursos para la Formación Técnica de Archiveros</i>	1954
	<i>Escuela de Documentalistas (Archiveros e Bibliotecarios)</i> <sup>48</sup>	1964
	<i>Facultad de Documentación y Traducción / Universidad de Salamanca</i>	1987
Estados Unidos	<i>University of Louisville (Louisville)</i>	-
	<i>Case Western Reserve University (Cleveland)</i>	1826
	<i>Washington University (Saint-Louis)</i>	1853
	<i>Augustana College (Rock Island)</i>	1860
	<i>Colorado State University (Fort Collins)</i>	1870
	<i>University of British Columbia</i>	1938
	<i>Rosary College Graduate School of Library Science (River Forest)</i>	1938
	<i>Archives Institute, Center for Technology and Administration of the American University (Washington)</i> <sup>49</sup>	1941
	<i>Institute of Archival Studies / University of Denver</i> <sup>50</sup>	1952/ 1953
	<i>Graduate Course in Archival Administration / Wayne State University (Detroit)</i>	1961
	<i>Auburn University Archives</i>	1964
	<i>School of Library and Information Science / University of Wisconsin (Milwaukee)</i>	1965
	<i>Course in Archival Administration / North Carolina State University</i>	1966
	<i>School of Library and Information Studies / University of Wisconsin (Madison)</i>	1967
	<i>Archives at Urbana-Champaign / University of Illinois</i>	1967
	<i>University Archives of Oregon (Eugene)</i>	1967
	<i>School of Library and Information Studies / University of Maryland (College Park)</i>	1970
	<i>History Department / Florida State University (Tallahassee)</i>	1970
	<i>School of Information and Library Studies / University of Michigan (Ann Arbor)</i>	1970
	<i>East Carolina University (Greenville)</i>	1974
	<i>University of Texas at Arlington</i>	1975
	<i>Graduate Program in Archival and Records Management Administration / Western Washington University (Bellingham)</i>	1972
	<i>Department of History, applied history program, and Collegial Library and Information Science / University of South Carolina</i>	1975
	<i>Department of History / Wright State University (Dayton)</i>	1975
	<i>North Dakota State University (Fargo)</i>	1975
	<i>University of Rhode Island Kingston (Kingston)</i>	1975
<i>Michigan State University (East Lansing)</i>	1976	

<sup>46</sup> Programa aprovado pela Associação dos Arquivistas Canadenses.

<sup>47</sup> A única escola criada por uma associação de arquivistas, no caso a *Asociación General de Archivistas de San Salvador*.

<sup>48</sup> Entre 1952 e 1962, funcionava sob a denominação *Cursos para la Formación Técnica de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*. Em 1980 passa a denominar-se *Escuela de Documentalistas*.

<sup>49</sup> Antes disso, em 1939, é criado o Departamento de História e Gestão de Arquivos (LE MOËL, 1984).

<sup>50</sup> Os estudos especializados datam de 1972.

	<i>History Department / University of Massachusetts</i>	1977
	<i>Department of History / Colorado State University</i>	1977
	<i>History Department / Bowling Green (Ohio)</i>	1977
	<i>Archival Management and Historical Editing Program (New York)</i>	1977
	<i>Graduate School of Library and Information Science – Archives concentration / Simmons College (Boston)</i>	1978
	<i>School of Library and Information Science / Catholic University of America (Washington)</i>	1980
	<i>Department of History / Loyola University of Chicago</i>	1981
	<i>Graduate School of Library and Information Science / University of Texas at Austin</i>	1986
	<i>School of Library and Information Science / University of Pittsburg</i>	1988
	<i>Palmer School of Library and Information Science / Long Island University</i>	1990
Finlândia	<i>Valtionarkisto (Archives Nationales de Finlande)</i>	-
França	<i>École Nationale de Chartes</i>	1821
Gana	<i>Department of Library and Archival Studies / University of Ghana (Legon)</i>	1975
Grã-Bretanha	<i>Bodleian Library (Oxford)</i>	1602
	<i>University of Liverpool</i>	1947
	<i>Scholl of Librarianship and Archives / University of London (pós-graduação)</i>	1947/1948
	<i>Bangor / University College of North Wales</i>	1954/1955
	<i>Aberystwyth / University College of Wales</i>	1956
	<i>Loughborough University of Technology (pós-graduação)</i>	1972
	<i>Society of Archives Correspondence, Course in Archives Administration (Kingston upon Thames)</i>	1980
Holanda	<i>Rijks Archiefschool (École Royale d'Archivistique)</i>	1955
Hungria	<i>University Eötvös Lorand (Budapeste)</i>	1945
Índia	<i>School of Archival Studies / Course in Archives Keeping (National Archives of India)<sup>51</sup></i>	1943
Irã	<i>Université de Téhéran (cursos para bibliotecários e arquivistas)</i>	-
Israel	<i>Graduate School of Library and Archive Studies / Hebrew University (Jerusalém)</i>	1956/1960
Itália	<i>Scuola del Grande Archivio (Nápoles)</i>	1811
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Torino)*</i>	1820
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Milano)</i>	1842
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Palermo)</i>	1843/1855
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Napoli)*</i>	1845/1860
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Venezia)</i>	1855
	<i>Scuola di Paleografia e Diplomatica (Florença)*</i>	1852/1857
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Modena)</i>	1861
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Genova)*</i>	1870/1873
	<i>Scuola di Archivistica, Paleographia e Diplomatica dell'Archivio di Stato di Milano</i>	1875
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Parma)*</i>	1875/1876
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Cagliari)*</i>	1877
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Rome)*</i>	1878
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Bologna)*</i>	1890
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Mantova)*</i>	1933/1954
	<i>Scuola di Archivistica, Paleografia e Diplomatica (Perugia)*</i>	1941/1959
	<i>Scuola Speciale per Archivisti e Bibliotecari (Rome)</i>	1952
	<i>Scuola di Specializzazione per Archivist / Université de Padova, Milano (pós-graduação)</i>	-
Iugoslávia	<i>Curso de técnico de arquivo nas faculdades de Ciências Sociais<sup>52</sup></i>	-
Marrocos	<i>École des Sciences de l'Information (Rabat)</i>	1974
México	<i>Escuela Nacional de Bibliotecarios y Archivistas (ENBA)<sup>53</sup></i>	1945
	<i>Universidad Nacional Autónoma de México</i>	1952
	<i>Colegio de Biblioteconomia y Archivonomia</i>	1956

<sup>51</sup> Em 1976 é criado o *Institut of Archival Training*.

<sup>52</sup> Onde a Arquivologia é disciplina obrigatória. Depois, os arquivistas fazem um estágio de seis meses nos arquivos.

<sup>53</sup> Essa escola passa a se denominar *Escuela Nacional de Biblioteconomia y Archivonomia* em 1966.

PAÍS	ESCOLA/UNIVERSIDADE	ANO CRIAÇÃO
Nigéria	<i>Department of Library, Archives and Information Studies / University of Ibadan</i>	1959
Polônia	<i>Université Nicolas Copernic (Torun)</i>	1951
	<i>Université de Varsovie</i>	-
	<i>Université Jagellonnm (Cracovie)</i>	-
	<i>Université B. Bierut (Wroclaw)</i>	-
Portugal	Universidade de Coimbra <sup>54</sup>	1796
	Curso de Especialização em Ciências Documentais / Faculdade de Letras de Lisboa	1983
Quênia	<i>Department of Archives and Records Management / Moi University (Eldoret)</i>	1984
República Tcheca	<i>Chaire de l'Histoire et des Chartes de la Faculté des Lettres (Université de Brno)</i>	1919
	<i>Université Charles IV</i>	1964
	<i>Université J. E. Purkyne (Brno)</i>	1947
Romênia	<i>Direction Générale des Archives de l'État</i>	1831
	<i>Université de Bucarest</i>	1950
Rússia	<i>Institut historique-archivistique de l'État (Moscou)</i>	1930
Senegal	<i>École des bibliothécaires, archivistes et documentalistes / Université Cheikh Anta Diop de Dakar</i>	1967/1971
Suécia	<i>Curriculum on Archival Science (Fiskartorpsvägen – Estocolmo)</i>	1983
Suíça	<i>École Supérieure d'Information Documentaire (ESID)<sup>55</sup></i>	1990
Tunísia	<i>Institut Supérieur de Documentation (ISD) / Université de La Manouba<sup>56</sup></i>	1981
Uruguai	<i>Escuela de Bibliotecología y Ciencias Auxiliares</i>	1983
Vaticano	<i>Scuola Vaticana de Paleografia e Diplomatica<sup>57</sup></i>	1884
Venezuela	<i>Escuela de Bibliotecología y Archivología / Universidad Central de Venezuela</i>	1956
	<i>Séccion de Bibliotecología y Archivología / Universidad de Zulia</i>	1962/1969
	<i>Escuela de Bibliotecología y Archivología / Universidad de Caracas</i>	1948
Zâmbia	<i>Department of Library and Information Studies / University of Zâmbia (Lusaka)</i>	1971

Fonte: elaboração própria, com base em Britto (1995), Tanodi (1979), Silva et al (1999), Couture (1993), Rodrigues (2006), Gagnon-Arguin (1992), Khouaja, (2002-2003), Burgy e Roth-lochner (2002-2003), Kecskeméti (1966) e Le Moël (1984).

\* Cursos italianos realizados nos respectivos *Archivos di Stato*.

No seu mapeamento dos cursos de formação de arquivistas, Kecsckeméti (1966) também identifica outros cursos na área, que segundo ele formam “subarquivistas” e não conferem diploma universitário: em Potsdam, Marburg e Munique (Alemanha); Madri (Espanha); Haia (Holanda); e Belgrado (Iugoslávia). Quanto aos cursos de especialização, esse estudioso identifica um na Holanda, de 1950. Ele sintetiza os cursos mapeados nas seguintes categorias: aqueles oferecidos por escolas especiais; aqueles de universidades (como graduação ou como pós); e os cursos e estágios de aperfeiçoamento.

Le Moël (1984) também realiza um mapeamento semelhante e verifica, a partir de um questionário, que a formação do pessoal de arquivo é, geralmente, de quatro a cinco anos (com a formação arquivística específica de dois anos). Segundo ele, predominam três sistemas de formação: 1) aquele vinculado ou não ao Estado, mas independente da tutela universitária

<sup>54</sup> Curso transferido para a Torre do Tombo, em 1801.

<sup>55</sup> A ESID, vinculada ao Instituto de Estudos Sociais (IES) de Geneva, forma profissionais em Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia. Criada em 1918, tem a sua primeira turma de arquivistas em 1990 (BURGY; ROTH-LOCHNER, 2002-2003).

<sup>56</sup> Instituto especializado na formação de profissionais da informação: arquivistas, bibliotecários e documentalistas (KHOUAJA, 2002-2003).

<sup>57</sup> O Curso de Arquivologia foi criado em 1923.

(Alemanha, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Índia, Itália, Holanda, Romênia e Vaticano; 2) as escolas que funcionam dentro das universidades (Argentina, Brasil, Canadá, China, Gana, Grã-Bretanha, Hungria, Israel, Senegal e Venezuela; 3) e os cursos oferecidos pelas universidades (Brasil, Bélgica, Bulgária, Colômbia, Polônia, Suécia, República Tcheca – à época, Tchecoslováquia – e EUA). De acordo com a classificação proposta, podemos considerar que nem todos os cursos que funcionam nas universidades possuem um estatuto universitário. No Brasil, entretanto, os curso de graduação em Arquivologia abrigados no espaço acadêmico o têm.

Voltando ao papel dos arquivos para além dos cursos de formação, devemos retomar sua função tradicional de depósito para recolhimento, conservação e divulgação de documentos de valor permanente, resultantes das atividades de pessoas e, sobretudo, de instituições, função essa relacionada à ideia de “nação” e da perpetuação da sua história (com destaque para o continente europeu a partir do século XIX), configurada em relações de poder e saber.

O papel dos arquivistas, por sua vez, varia de uma simples disponibilização dos documentos aos usuários à análise crítica das fontes (ARLETTAZ, 2003-2004). Com o fortalecimento da função científica dos arquivos, a mudança (ou o alargamento) do seu papel relaciona-se ao investimento em tecnologias (de restauração, por exemplo), cujo marco é, novamente, a *École de Chartes*. Num cenário de valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos, essa Escola se destaca pela formação de arquivistas-paleógrafos, desenvolvendo um modelo que influenciaria toda a Europa, com o desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de publicação de fontes que conciliariam o trabalho dos arquivistas e dos historiadores, contribuindo para a fundação de uma eventual política científica dos arquivos (SILVA et al, 1999; ARLETTAZ, 2003-2004). Nesse contexto, o arquivista é confundido com o conservador<sup>58</sup> erudito e o historiógrafo (SILVA et al, 1999), como um profissional capaz de apreciar o valor de um documento (FAVIER, 2001).

A acumulação de massas documentais para além dos interesses administrativos e com foco no interesse cultural, sobretudo pelos historiadores, leva à efetivação do acesso público aos documentos, que, por sua vez, propicia a promulgação de regulamentos para os arquivos e

---

<sup>58</sup> Na França, o conservador de arquivos pertence, geralmente, a um grande corpo do Estado relativo às profissões voltadas para a conservação do patrimônio (ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. *Rapport de 1989*).

a preparação sistemática de instrumentos de pesquisa. De acordo com a análise de Silva et al (1999), passa a predominar uma tendência tecnicista nos arquivos.

A segunda metade do século XIX é marcada pelo Historicismo, caracterizado pelo romantismo e nacionalismo. Os arquivos se colocam à disposição do saber histórico, configurando-se como os “novos laboratórios da história” (FAVIER, 2001, p. 37, tradução nossa) e a Arquivologia se torna auxiliar da História: “Tal como a Paleografia e a Diplomática, aquela limita-se a um estatuto de evidente subsidiaridade. Esta posição de disciplina auxiliar, embora sofrendo alterações de significado nos finais do século, vai-se manter, em parte, até a II Guerra Mundial” (SILVA et al, 1999, p. 114). Favier (2001) lembra que essa postura dos arquivos tem, pelo menos, dois desdobramentos: a realização de trabalhos consideráveis que visavam facilitar as pesquisas e a negligência em relação aos arquivos contemporâneos.

Na Itália da década de 1870, surgem fortes críticas aos métodos cronológico e temático de ordenação documental, que culminam no aperfeiçoamento do Princípio de Respeito aos Fundos, passando a ser também defendido o **Princípio de Respeito pela Ordem Original**, também reconhecido pelos arquivistas alemães por volta de 1880 (DUCHEIN, 1992). Assiste-se então ao afastamento do saber arquivístico do ensino da Paleografia e da Diplomática, delineando-se uma vertente mais teórica (SILVA et al, 1999).

Cabe ao arquivista avaliar e selecionar os documentos que deveriam ser conservados a partir daí e não mais conservá-los sistematicamente, como tradicionalmente era feito (FAVIER, 2001). Parece-nos, portanto, que nesse quadro estão as bases para o desenvolvimento da avaliação e dos arquivos intermediários, que tem repercussão a partir da Segunda Guerra Mundial.

Nessa conjuntura, o Arquivo Público do Império, no Brasil, passa por uma reorganização estrutural-administrativa (1876) com o estabelecimento de normas para o recolhimento de documentos e a preocupação de identificar, obter e conservar documentos importantes oriundos das províncias, do direito público, da legislação, da história e geografia brasileiras<sup>59</sup>.

A publicação do Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, mais conhecido como “Manual dos Arquivistas Holandeses”, pela Associação dos Arquivistas Holandeses, com a colaboração dos Arquivos de Estado do Reino da Holanda e do Ministério do Interior, apresenta cem regras para arranjo e descrição de arquivos (FONSECA, 2004) e marca a

---

<sup>59</sup> Conforme sítio eletrônico do Arquivo Nacional. Informações disponíveis em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 26 set. 2009.

trajetória do pensamento arquivístico internacional, ao abrir “uma nova era para a afirmação da disciplina” (SILVA et al, 1999, p. 115), a partir das suas traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português e chinês.

A sua tradução para o português dar-se-ia a partir de uma solicitação formal do Arquivo Nacional à Embaixada dos Países Baixos (MUELLER; FEITH; FRUIN, 1960). Segundo o então Diretor da Instituição, José Honório Rodrigues, no prefácio da tradução brasileira:

A obra era considerada como a mais séria publicação técnica sobre questões de classificações, arranjo e descrição arquivística, e conservava até hoje sua força original, não superada por nenhum trabalho posterior. [...] Temos, assim, a imensa satisfação de editar oficialmente, numa iniciativa pública e federal, para preparo de nossos quadros técnicos, o grande livro, cujas edições alemãs, francesas, italiana e inglesa atestam sua reputação e o colocam entre as obras fundamentais da arquivística moderna. (RODRIGUES, 1960, p. 5).

De fato, vários estudiosos da área reconhecem, nesse Manual, “o marco inaugural do que se poderia identificar como uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento” (FONSECA, 2004, p. 50)<sup>60</sup>.

Segundo Cook (1997), o Manual dos Arquivistas Holandeses apresenta as reflexões de Muller acerca da teoria arquivística francesa (quando com ela teve contato em sua passagem pela *École des Chartes* em 1873), bem como a introdução e a repercussão do Princípio da Proveniência nos arquivos holandeses. Apesar de suas limitações teóricas, revela-se pioneiro na sua proposta de codificação da teoria arquivística europeia e de metodologia na organização de arquivos.

Silva et al (1999) reconhecem os avanços e limitações da obra, afirmando que, de um lado, aspectos hoje considerados essenciais (conceito de arquivo, organização e descrição padronizada dos documentos) são nela apresentados; por outro lado, noções importantes não são contempladas, como a triagem, a eliminação e o arquivo privado. Quanto a este último aspecto, os autores portugueses lembram que o Manual centrou-se nos arquivos da administração pública e marcou o início de um novo período para a Arquivologia, agora caracterizada por um viés técnico, distante dos paradigmas historiográficos e mesmo biblioteconômicos, de forma a dar os seus primeiros passos para a definição de um campo de saber específico (SILVA et al, 1999; DUCHEIN, 1992).

---

<sup>60</sup> Para alguns autores, os primeiros aspectos da “doutrina arquivística” já estavam presentes em outras obras, como, por exemplo, Luciana Duranti, que os reconhece na obra de Dom Jean Mabillon (1681) sobre Diplomática (FONSECA, 2004, p. 48), ou o *De archivis liber singularis*, de Baldassare Bonifacio (1632) e o *Manuel de l'archiviste des préfectures, des mairies et des hospices*, de Aimé Champollion-Figeac, de 1860 (RASTAS, 1992).



Como podemos observar no apêndice A, o Manual dos Arquivistas Holandeses seria mesmo referência para os demais estudos que lhe sucederam, os quais avançaram em aspectos técnicos e reflexões críticas que acabaram por dar um rumo mais teórico à Arquivologia.

Mesmo com esses avanços, no cenário de transição do século XIX para o XX, as ideias decorrentes da Revolução Francesa se consolidam no mundo arquivístico, ainda numa perspectiva historicista e positivista, voltada para os serviços especializados que propiciam o acesso dos pesquisadores aos documentos e ao público em geral (SILVA et al, 1999). Para gerir esses serviços, é concebida em vários países, uma autoridade arquivística central, que, no caso brasileiro, já havia sido criada: o Arquivo Nacional (conforme quadro 2).

É também nessa virada de século que os arquivos europeus alcançam seu estatuto legal, definido por leis e regulamentos oficiais (DUCHEIN, 1992). No quadro 5, apresentamos uma síntese da legislação arquivística internacional, na qual podemos observar a variedade de concepções de leis de acesso à informação e, em alguns casos, de leis de arquivo.

**Quadro 5: Síntese da legislação arquivística internacional por país (1766-2008)<sup>61</sup>**

PAÍS	LEGISLAÇÃO	ANO
África do Sul	Lei de promoção de acesso à informação	2000
Albânia	Lei relativa ao Direito de Informação para Documentos Oficiais	1999
Alemanha	Lei sobre o direito à informação	2005
Angola	Lei sobre o direito à informação*	2002
Antigua e Barbuda	Lei sobre o direito à informação*	2004
Antilhas Holandesas	Portaria de abertura do Governo	1999
Armênia	Lei sobre Liberdade de Informação	2003
Aruba	Portaria de abertura do Governo	1999
Austrália	Lei sobre o direito à informação*	1982
Áustria	Lei sobre o direito à informação	1987
Azerbaijão	Lei sobre Acesso à Informação	2005
Bélgica	Lei de Arquivos	1955
	Lei de Comunicação Social	1994
Belize	Lei sobre o direito à informação*	1994
Bósnia Herzegovina	Lei sobre o direito à informação*	2002
Brasil <sup>62</sup>	Constituição Federal	1988
	Lei de Arquivos	1991
Bulgária	Lei de acesso à informação pública	2000
Canadá	Lei sobre o direito à informação	1982
	Lei de Arquivos	1983
Cazaquistão	Lei sobre o direito à informação*	1993
Chile	Constituição Federal	1980
	Decreto Lei n. 16. 653	2001
	Lei de transparência e acesso à informação	2008

<sup>61</sup> Embora nossa intenção inicial fosse contemplar apenas a legislação arquivística, observamos que muitos países não têm leis específicas de arquivo, mas leis mais gerais sobre direito e/ou acesso à informação, aqui apresentadas.

<sup>62</sup> O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) disponibiliza a legislação arquivística brasileira completa no seguinte endereço: < <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> >. Acesso em 01 nov. 2010.

PAÍS	LEGISLAÇÃO	ANO
China	Regulamentos sobre o direito à informação	2007
Colômbia	Lei de ordenação da publicidade atos e documentos inativos	1888
	Constituição Federal	1991
	Lei de direito à informação	1985
	Lei geral dos arquivos	2000
Coréia do Sul	Lei de divulgação de informações	1996
Costa Rica	Lei do Sistema Nacional de Arquivos	1990
Croácia	Lei sobre o Direito de Acesso à Informação	2003
Dianamarca	Lei de acesso aos arquivos da Administração Pública	1970
Equador	Lei de transparência e acesso à informação	2004
	Constituição Federal	2008
Escócia	Lei sobre o direito à informação*	2005
Eslováquia	Lei de livre acesso à informação	2000
Eslovênia	Lei de acesso à informação de caráter público	2003
Espanha	Lei do Patrimônio Histórico Espanhol	1992
	Lei sobre as regras para a Informação Pública	1992
Estados Unidos	Lei sobre o direito à informação*	1966
Estônia	Lei sobre informação pública	2000
Filipinas	Código de conduta	1987
Finlândia	Lei sobre abertura das atividades governamentais	1951
França	Lei do <i>messidor II 1794</i> – os depósitos de arquivos deveriam centralizar a documentação dos Arquivos Nacionais	1794
	“ <i>Circulaire de la Saint-Sylvestre</i> ” ou “ <i>circulaire W</i> ” – regulamentação ministerial detalhada sobre a elaboração de instrumentos de pesquisa	1841
	Decreto de 4 de fevereiro – os arquivistas paleógrafos, diplomados na <i>École Nationale des Chartes</i> , são reconhecidos como arquivistas dos departamentos	1850
	Decreto de 10 de julho – proíbe a eliminação de documentos sem a autorização da direção dos arquivos, inaugurando a “era moderna dos arquivos na França”	1936
	Decreto de 21 de julho – regulamenta o recolhimento de papéis do Estado aos arquivos nacionais e departamentais <sup>63</sup>	1936
	Decreto de 17 de junho – proteção aos arquivos privados	1938
	Decreto de 18 de agosto – criação da Direção dos Arquivos da França	1945
	Lei de acesso aos documentos administrativos	1978
	Lei de 3 de janeiro (“ <i>la charte des archives françaises</i> ”) – definição oficial de <i>archives / archives publiques</i>	1979
	Decreto nº 79-1037, de 3 de dezembro – define as competências dos arquivos da França e as idades dos arquivos públicos (correntes, intermediários e definitivos)	1979
Lei n. 695 e Lei n. 696, de 15 de julho – relativas aos arquivos	2008	
Geórgia	Código Geral de Administração, Capítulo III, da Liberdade de Informação	1999
Grécia	Código do Procedimento Administrativo	1986
Groenlândia	Lei sobre o direito à informação*	1994
Guatemala	Constituição Federal**	1985
	Lei de acesso à informação pública	2008
Holanda	Lei sobre o direito à informação pública	1978
Honduras	Constituição Federal**	1982
	Lei sobre o direito à informação*	2006
Hong Kong	Lei de acesso à informação	1995
Hungria	Lei de proteção aos dados de imprensa e acesso público aos dados de interesse público	1992
Índia	Lei sobre o direito à informação	2002
Ilhas Cayman	Lei sobre o direito à informação*	2007

<sup>63</sup> Congresso Internacional de Arquivos (1950): relatório geral sobre o controle de arquivos em formação, de Pierre Caillet.

PAÍS	LEGISLAÇÃO	ANO
Ilhas Cook	Lei sobre o direito à informação*	2008
Irlanda	Lei sobre o direito à informação*	1997
Islândia	Lei da informação	1969
Israel	Lei da liberdade de informação	1998
Itália	Lei de Arquivos	1963
	Lei de definição da estrutura nacional dos arquivos	1975
	Leis que buscam favorecer a concepção de um inventário do patrimônio cultural (público e privado, segundo critérios uniformes)	1990 / 1992
	Leis sobre direito de acesso à informação	1990 / 2005
Jamaica	Lei de acesso à informação	2002
Japão	Lei sobre acesso à informação	1999
Jordânia	Lei sobre o direito à informação*	2007
Kosovo	Lei de acesso a documentos oficiais	2003
Letônia	Lei de liberdade de informação	1998
Liechtenstein	Lei sobre o direito à informação	1999
Lituânia	Lei sobre a prestação de informações ao público	1996
Macedônia	Lei de acesso à informação pública	2006
México	Lei de transparência e acesso à informação pública	2002
Moldávia	Lei de acesso à informação	2000
Montenegro	Lei de acesso livre à informação	2005
Nepal	Lei sobre o direito à informação*	2007
Nicarágua	Constituição Federal**	1987
	Lei sobre o direito à informação*	2007
Noruega	Lei sobre o direito à informação*	1970
Nova Zelândia	Lei sobre o direito à informação oficial	1982
Panamá	Constituição Federal**	1972
	Lei de transparência da Administração Pública	2002
Paquistão	Decreto de liberdade de informação	2002
Peru	Constituição Federal	1993
	Lei da transparência	2002
Polônia	Lei de acesso à informação pública	2001
Portugal	Lei de acesso aos documentos administrativos	1993
Quirguistão	Lei sobre o direito à informação*	2007
Reino Unido	Lei sobre o direito à informação* (menos Escócia)	2000
República Dominicana	Constituição Federal	1994
	Lei sobre acesso à informação	2004
República Theca	Lei de acesso livre à informação	1999
Romênia	Lei de livre acesso à informação de interesse público	2001
Rússia	Decreto de criação do sistema de arquivos soviético	1976
	Bases da legislação da Rússia sobre o Fundo de Arquivos e os arquivos	1993
	Lei sobre o direito à informação*	2004
São Vicente e Granadinas	Lei sobre o direito à informação*	2003
Serra Leoa	Lei de Arquivos	1965
Sérvia	Lei de livre acesso à informação de interesse público	2004
Suécia	Lei de liberdade de imprensa	1766
Suíça	Lei federal sobre o arquivamento	1998
	Lei sobre o direito à informação	2004
Tailândia	Lei sobre informação oficial	1997
Taiwan	Lei sobre o direito à informação*	2005
Tajiquistão	Lei da informação*	2002
Trinidade e Tobago	Lei sobre o direito à informação*	1999
Tunísia	Lei de Arquivos	1988
Turquia	Lei sobre direito à informação	2003
Ucrânia	Constituição Federal e Lei de acesso à informação	1992

PAÍS	LEGISLAÇÃO	ANO
Uganda	Lei de acesso à informação	2005
Uruguai	Constituição Federal	1967
	Lei de direito de acesso à informação pública	2008
Uzbequistão	Lei sobre os princípios e garantias de acesso à informação	1997
Zimbabue	Lei de acesso à informação e proteção à privacidade	2002

Fonte: elaboração própria, com base em Duchein (1993), Britto (1995), Bertini (2002-2003), Burgy e Roth-Lochner (2002-2003), Couture (2000-2001), Depoortere (2002-2003), Galland (2002-2003), Karapetians e Nahuet (1998-1999), Khouaja (2002-2003), Wagner (1985), Mendel (2009), Vleugels (2008), Arquivo Nacional (1982a; 1976a).

\* Leis identificadas como *Freedom of Information Act* (FOIA).

\*\* Não garante forma específica de acesso à informação.

O ICA, desde sua criação em 1948, já anunciava a sua preocupação acerca do acesso aos documentos. Numa tendência de ampliação da tradicional ideia de “liberdade de informação”, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 e reforçada na Declaração Universal dos Direitos Humanos dois anos mais tarde, para a de “direito à informação” (MENDEL, 2009), observamos a adoção, por vários países, de leis sobre esse direito, que, num sentido amplo, acabam contemplando o direito de acesso aos arquivos. Esse movimento é lento e vem sendo delineado a partir de algumas ações internacionais lideradas por essa e outras instituições, como constata o autor:

A proposição de que o direito à informação é um direito humano fundamental encontra um forte respaldo em muitas iniciativas nacionais. Em muitos países, o direito à informação encontra o reconhecimento constitucional, enquanto que, em outros, as cortes de alto nível têm interpretado as garantias gerais de liberdade de expressão como base que inclui o direito à informação. Essas interpretações são especialmente importantes, já que as garantias constitucionais da liberdade de expressão são muito pertinentes para compreender o conteúdo de suas contrapartes internacionais. A importância do direito à informação também tem reflexo numa tendência mundial massiva acerca da adoção de leis nacionais para dar vigência a esse direito. (MENDEL, 2009, p. 24).

O referido reconhecimento constitucional acontece a partir do início do século XX em vários países (com exceção da Suécia, que é pioneira nessa legislação no século XVIII). Nas últimas décadas a “ética da informação” passa a ser uma preocupação recorrente, aliada à “transparência máxima” das ações governamentais, que acaba por ter desdobramentos na organização, disponibilização e acesso à informação e aos arquivos, mais especificamente. É assim que o direito à informação, entendido como garantia fundamental de toda pessoa obter informação, informar-se e ser informada, torna-se reconhecido e extensivo a todos. Díaz (2004) afirma que o acesso aos arquivos, registros e documentos públicos é, portanto, um dos meios de se concretizar esse direito. Galeana complementa que:

O acesso aos arquivos governamentais é uma forma de controle do poder. A transparência é indispensável para uma vida democrática. Sem arquivos que

funcionem conforme um marco normativo claro e preciso, a transparência é relativa e a informação pode ser manipulada. O que importa é assegurar o interesse de uma nação, não a notoriedade de um governo em um determinado momento político. (GALEANA, 2004, p. 84, tradução nossa).

Nessa perspectiva, é importante lembrarmos que é da Arquivologia que surge a conceituação das diferentes dimensões do acesso, via o texto RAMP de Hugh Taylor: acesso físico, intelectual e legal, em 1984 (RODRIGUES, 2005).

Pautado na ética informacional, Strentz (2004) nos recomenda a representação equilibrada dos interesses de acesso e de privacidade no âmbito das políticas públicas de arquivo, bem como o monitoramento contínuo das leis e dessas políticas, por parte de todos os envolvidos e interessados, via mecanismos formais e informais.

Todavia, Mendel (2009, p. 174) observa uma falta de consenso acerca da definição da informação e/ou dos documentos nas leis da América Latina, considerando que estas incluem vários termos como “informação”, “informação privada” e “informação documental”, gerando confusão.

Lembremos que, no Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 marca o processo de redemocratização do País. Três anos depois, a Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, nossa Lei de Arquivos, reconhece, de um lado, o dever do Estado acerca da gestão e preservação dos documentos públicos e, de outro, o direito de informação do cidadão. Nessa perspectiva, traz as definições de *arquivo*, *arquivos públicos* e *privados*, *gestão de documentos*, *documentos correntes*, *intermediários* e *permanentes*. A relevância dessa Lei é apontada por Sousa (2006), que lembra o estabelecimento da importância do documento de arquivo para a sociedade brasileira, a partir desse marco, além da responsabilidade do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) com a consolidação da política nacional de arquivos (SOUSA et al, 2006), mesmo não sendo explícitos seus objetivos, estruturação e abrangência (JARDIM, 1995) e com a reunião de pesquisadores em câmaras técnicas especializadas no estudo dos desdobramentos do objeto arquivístico.

No contexto internacional, é no desenrolar do século XX que nasce uma concepção dualista da Arquivologia, como “ciência administrativa ao mesmo tempo que histórica”, que se preocupa com a eficácia dos serviços, com a conservação e classificação dos arquivos e, paralelamente, respalda-se na História para conservá-los e elaborar instrumentos de pesquisa. A conservação de documentos que já tenham cumprido seu valor administrativo passa a ser um desafio para o arquivista, que deve disponibilizá-los quando demandado (FAVIER, 2001). As preocupações com a criação e perpetuação do saber num contexto de rapidez e inovação na chamada “sociedade da informação” (BRITTO, 1995) voltam-se para a recuperação da

informação, que ganharia forma científica no desenvolvimento da CI, a partir da Segunda Guerra Mundial, retomando as preocupações arquivísticas do início do século acerca da divisão dos arquivos em correntes, de depósito e histórico<sup>64</sup> e da seleção documental (SILVA et al, 1999).

O contato dos Estados Unidos com a Arquivologia europeia dá-se a partir do Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários (Bruxelas, 1910), organizado por uma Comissão Permanente de Congressos Internacionais de Arquivistas e Bibliotecários. As principais discussões que perpassam o evento são: a construção de depósitos para os arquivos, os princípios da seleção e avaliação de documentos, a formação dos arquivistas e a sua identidade (DUCHEIN, 1992). Estudiosos que lá estiveram (Waldo Leland e Arnold J. Van Laer) compartilham, nos Estados Unidos, reflexões sobre a importância da aplicação do Princípio da Proveniência nos arquivos americanos. A partir daí, iniciam-se as discussões acerca dessa aplicação e a *Public Archives Commission*<sup>65</sup> patrocina um manual de arquivos voltado para esse fim, que não seria concluído. Esse movimento culminaria na criação do *Archives National* de Washington, em 1934, responsável pelo depósito permanente dos documentos históricos do governo federal (SILVA et al, 1999).

Do outro lado do mundo, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) é montada uma rede de arquivos que passa a configurar um modelo próprio: o “Fundo Estatal Único” (1918), no qual, todos os arquivos do Estado teriam uma única proveniência e, logo, uma reclassificação, conforme seu grau de aproximação. Esse modelo seria adotado por outros países socialistas, como a Bulgária, Checoslováquia, Polônia e Romênia (SILVA et al, 1999).

Ainda de acordo com esses autores, outras iniciativas de classificação distanciada da lógica orgânica arquivística são adotadas por vários países, a partir da Classificação Decimal de Dewey (CDD), criada em 1876 e destinada aos acervos bibliográficos. Estados Unidos, Holanda, México, Bélgica, Hungria, Espanha e Portugal passam a utilizar a Classificação Decimal Universal (CDU), também bibliográfica<sup>66</sup>, além de outras classificações temáticas nos seus arquivos. Outro desvio dos pressupostos arquivísticos é a criação dos “arquivos temáticos” na Itália e em outros países.

---

<sup>64</sup> Embora imaginado para resolver problemas de espaço, diferenciava-se das particularidades do arquivo intermediário do pós Guerra.

<sup>65</sup> A *Public Archives Commission* foi criada em 1899 como resultado da ênfase dada pela Comissão de Manuscritos Históricos na distinção entre os papéis privados e os arquivos públicos. Entre 1900 e 1917, essa Comissão pesquisou os arquivos estaduais. Informações disponíveis em: <<http://www.archives.gov/about/history/milestones.html>>. Acesso em 01 nov. 2010.

<sup>66</sup> Elaborada a partir da CDD, pelos advogados belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine em 1895, a CDU vem sendo atualizada pela FID (GUINCHAT; MENO, 1994).

Seguindo seu caminho de busca por autonomia, a Arquivologia começa a questionar sua identidade, numa necessidade de autoafirmação. Sintomas dessa “crise existencial” são detectados na *École des Chartes*, que concebe um projeto de sua transformação em escola profissional (1904) e na obra de **Hilary Jenkinson** – *Manual of Archive Administration* (1922) – a qual tornar-se-ia o guia dos arquivos britânicos. De acordo com Cook (1997), a enérgica defesa do caráter probatório dos registros, por Jenkinson, influenciaria o pensamento arquivístico australiano e canadense, bem como muitos teóricos mais tarde preocupados com os registros eletrônicos e com as informações descontextualizadas de forma geral.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento do pensamento arquivístico vem do italiano **Eugenio Casanova**, com a obra *Archivistica* (1928). Sob a sua direção, é proposta a padronização da terminologia arquivística internacional e a publicação de um léxico.

Essa questão seria retomada, em 1930, quando a Sociedade das Nações, por meio do seu Comitê Consultivo Permanente de Arquivistas, apresenta uma proposta de unificação de terminologia e de publicação de um léxico (SILVA et al, 1999). Embora já discutidas pelos arquivistas holandeses, preocupações acerca da padronização terminológica seriam retomadas pelos membros do primeiro STIA (1951-1952) e debatidas no 2º Congresso Internacional de Arquivos, de 1953, mas somente se sistematizariam e começariam a se consolidar com as ações do ICA nos próximos anos. A partir das discussões promovidas naquele evento, é criado um Comitê de Terminologia Arquivística, composto por membros que representavam as línguas francesa, inglesa, espanhola, italiana, alemã e holandesa (SILVA et al, 1999; ARQUIVO NACIONAL, 2005). O resultado desse trabalho foi o *Elsevier's Lexicon of Archival Terminology*, de 1964, que propicia a publicação de outras obras de compilação terminológica arquivística, conforme quadro 6.

Quadro 6: Obras de padronização da terminologia arquivística (1952-2005)

AUTOR / OBRA	LOCAL	ANO	EDIÇÕES	LÍNGUAS
BACHULSKY, Aleksy et al. <i>Polsky stzownik Archiwalny</i>	Polônia	1952		Alemão, inglês, francês, russo, checo
BAUTIER, Robert-Henri. <i>Préparation d'un vocabulaire international de terminologie archivistique (Archivum, 4)</i>	França	1954		
ICA. <i>Archivum, 6</i>	França	1956		
ICA. <i>Archivum, 8</i>	França	1958		
ICA. <i>Archivum (fascicule bibliographique, 1)</i>	França	1964		
ICA. Comitê de Terminologia Arquivística. <i>Elsevier's Lexicon of Archival Terminology</i>	França	1964		Francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e holandês
DANNEMANN, Maria Luíza Stallard. et al. <i>Terminologia arquivística*</i>	Brasil	1972		
EVANS, Frank Bernard; HARRISON, Donald F.; THOMPSON, Edwin A. (Comp.). <i>A basic glossary for archivists, manuscript curators, and records managers</i>	Estados Unidos	-	1974 (reimpressão na <i>The American Archivist</i> )	
ICA. <i>Archivum (Bibliographie internationale fondamentale d'Archivistique)**</i>	França	1978		
BRICENO PEROZO, Mario. <i>Vademecum de archivología</i>	Venezuela	1979		
ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. Comité técnico consultivo de unidades de correspondencia y archivos. <i>Glosario de términos de micrografía</i>	México	1981	1999	
<i>Slovar' sovremennoi arkhivnoi terminologii socialisticheskikh stran</i>		1982	Reedição (1988)	
ICA. Committee on Automation. <i>Elementary terms in archival automation</i>		1983		
STICHTING ARCHIEFPUBLIKATIES. <i>Lexicon van Nederlandse Archieftermen</i>	Holanda	1983		
ICA. <i>Dictionary of Archival Terminology (DAT 1)</i>		1984	Reedições revisadas e ampliadas: DAT 2 (1988) e DAT 3 (2002).	Inglês e francês, com equivalências em alemão, espanhol, italiano, holandês e russo. O DAT 2 é traduzido para o português (Brasil) em 1988.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NOAMAS TÉCNICAS (ABNT). <i>NBR 9578: Arquivo – Terminologia***</i>	Brasil	1986		
<i>Vocabulaire des archives: Archivistique et Diplomatie contemporaine</i>		1987	Reedição revisada (1991)****	Francês (1987) e alemão (1991)
NOGUEIRA, Carmen Crespo. <i>Glossary of basic archival and library conservation terms</i>		1988		Espanhol, alemão, italiano, francês e russo
WALNE, Peter. <i>Dictionary of Archival Terminology (ICA Handbooks Series, v. 7)</i>		1988		Inglês e francês
NAGEL, Rolf; FREITAS, Maria José Rabello de. <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira</i> (“Dicionário da Bahia”)	Brasil / Alemanha	1989	Reedição (1991)	Português e alemão
MARTÍNEZ DE SOUSA, José. <i>Diccionario de la bibliología y ciencias afines</i>	Espanha	1989	2ª edição (1993)	



AUTOR / OBRA	LOCAL	ANO	EDIÇÕES	LÍNGUAS
<i>(terminología relativa a la archivística, bibliofilia, bibliografía [...]paleografía, papirología, etc)</i>				
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. <i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa</i>	Brasil	1990	Reedição (1996)*****	
SILVA, Jaime Antunes da (Coord.). <i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia brasileira</i>	Brasil	1991	1999	
ABRAHAM, Berarda Salabarría et al (Comp.). <i>Diccionario de terminologia archivística</i>	Colômbia	1992		
ALVES, Ivone et al. <i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	Portugal	1993		Português (de Portugal e do Brasil), alemão, espanhol, francês, inglês e italiano
COMISIÓN DE TERMINOLOGÍA DE LA DIRECCIÓN DE LOS ARCHIVOS ESTATALES. <i>Diccionario de Terminología Archivística</i>	Espanha	1993	2ª edição (1995)	
GRUPO IBEROAMERICANO DE TRATAMIENTO DE ARCHIVOS ADMINISTRATIVOS (GITAA). <i>Hacia un diccionario de terminologia arquivística</i>		1997		Convergência dos termos e conceitos utilizados na Espanha, Colômbia, Cuba, México, Brasil e Portugal
REQUES, Mª Azucena Moreno. <i>Diccionario inglés-español, español-inglés para archivística, biblioteconomía y museología</i>	Espanha	1999		
GARCÍA EJARQUE, Luis. <i>Diccionario del archivero bibliotecario: terminología de la elaboración, tratamiento y utilización de los materiales propios de los centros documentales</i>	Espanha	2000		
INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. <i>Norma portuguesa 4041:2005 - informação e documentação. Terminologia arquivística</i>	Portugal	2005		
ARQUIVO NACIONAL. <i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.</i>	Brasil	2005		

Fonte: Elaboração própria, com base em Silva et al (1999), Rastas (1992) e Arquivo Nacional (2005).

\* Glossário de 132 termos apresentado no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA).

\*\* Possui uma rubrica referente às obras de terminologia editadas.

\*\*\* Fruto do trabalho de vários grupos, entre eles do Comitê de Terminologia Arquivística da AAB.

\*\*\*\* Pela *École Nationale des Chartes* e *Association Française de Normalisation*, sob o título *Dictionnaire des archives: de l'archivage aux systèmes d'information*.

\*\*\*\*\* Organizado por Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto, sob o título *Dicionário de Terminologia Arquivística*.

De fato, é constatada uma dificuldade na utilização dos termos *arquivo*, *arquivista* e *Arquivologia*, respectivamente relacionados ao objeto, à profissão e à disciplina (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988) e que aqui são apresentados conjuntamente para a compreensão do da trajetória da área. A falta de padronização terminológica é um obstáculo para a cooperação internacional, como salienta Rastas (1992), ao reconhecer a relevância dos glossários e publicações internacionais de correspondência terminológica que propiciam ao arquivista encontrar uma linguagem comum e, conseqüentemente, compreender as diferenças existentes entre as tradições profissionais. Nesse sentido, Fonseca alerta que:

[...] há uma íntima relação entre a configuração da disciplina arquivística e a história política e administrativa de cada país; assim, a terminologia arquivística é um território bastante delicado, uma vez que a relação entre termo e conceito nem sempre é clara e ‘amigável’, porque se trata de traduzir termos e conceitos intrinsecamente associados a realidades político-administrativas muito específicas. (FONSECA, 2004, p. 155-156).

Ainda no âmbito da padronização, o ICA publica normas, desde a década de 1980, a partir das obras voltadas para a descrição arquivística: a *General International Standard Archival Description – ISAD (G)*<sup>67</sup>, a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families – ISAAR (CPF)*<sup>68</sup>, a *International Standard for Describing Functions (ISDF)*<sup>69</sup> e a *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH)*<sup>70</sup>. Frutos das preocupações acerca do acesso aos documentos, essas normas foram se complementando nos últimos anos, de forma a contemplar a descrição dos documentos, bem como as funções e produtores que os originam, e os custodiadores dos acervos (FONSECA, 2010).

Voltando aos anos 1930, num olhar mais ampliado, a vertente técnica arquivística ganha forma nessa década, com a atuação dos “arquivistas missionários” na França – que passam a intervir junto às administrações para a uniformização do tratamento dos documentos já na sua gênese – e dos arquivistas alemães, preocupados com a racionalização da organização, classificação e conservação documental (SILVA et al, 1999).

Essas preocupações também estão presentes no cenário norteamericano, que, diferentemente do europeu, não se baseia na análise meticulosa de um número limitado de

<sup>67</sup> A primeira edição da ISAD(G) é de 1994 e segunda, de 1999. Informações disponíveis em: <[http://www.ica.org/sites/default/files/isad\\_g\\_2e.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/isad_g_2e.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2009.

<sup>68</sup> A primeira edição da ISAAR(CPF) é de 1996 e a segunda, de 2004. Informações disponíveis em: <<http://www.ica.org/sites/default/files/ISAAR2EN.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2009.

<sup>69</sup> A ISDF foi publicada em 2008. Informações disponíveis em: <<http://www.ica.org/sites/default/files/ISDF%20ENG.pdf>>. Acesso em 16 nov. 2009.

<sup>70</sup> Em complemento à ISAD(G) e à ISAAR(CPF), a ISDIAH é publicada em 2008. Informações disponíveis em: <[http://www.ica.org/sites/default/files/ISDIAH%20Eng\\_0.pdf](http://www.ica.org/sites/default/files/ISDIAH%20Eng_0.pdf)>. Acesso em 16 nov. 2009.

documentos antigos, nem se prende a uma "ciência descritiva", defendida pelos autores holandeses (Muller, Feith e Fruin), Jenkinson ou Casanova. Os arquivistas americanos, diante da crescente produção de registros contemporâneos, deveriam dar conta de uma pequena fração daquilo que poderia ser preservado nos seus arquivos. A profissão de gestor de documentos (*records manager*) nasce para ajudar as instituições a lidarem com a avalanche de papel produzida/acumulada, de forma a reorientar a tradicional profissão do arquivista na América do Norte (COOK, 1997).

Após a Primeira Guerra Mundial, a produção documental intensifica-se – fenômeno conhecido como “explosão documental”<sup>71</sup>. Aumentam as incorporações de documentos pelos arquivos nacionais, acompanhadas de uma organização artificial. Consequentemente, acentuam-se as preocupações acerca da necessidade da avaliação. Cada país busca amenizar seus problemas de espaço e de recuperação de documentos conforme os recursos disponíveis, embora possamos verificar situações semelhantes na resolução de questões arquivísticas. Na Inglaterra, por exemplo, os documentos desprovidos de valor legal, histórico, estatístico ou econômico eram destruídos. De acordo com Jenkinson (1965), caberiam aos administradores as decisões quanto ao que guardar e ao que destruir. Os Estados Unidos, inspirados na proposta inglesa, concebem seus critérios de avaliação, também conferindo aos administradores um papel decisório.

Nesse cenário, o estudioso que mais se destaca é Schellenberg, ao desenvolver critérios para a seleção e avaliação documental, “num estudo que veio a ser a principal referência para os arquivistas americanos” (SILVA et al, 1999): *Modern archives: principles and techniques* (1956). Nessa mesma linha de pensamento, Cook (1997) lembra que Schellenberg se tornou o “pai da teoria da avaliação nos Estados Unidos”. Além disso, a obra teria servido de referência para os países europeus, que passaram a considerar os valores informativo e de prova na avaliação de documentos (RASTAS, 1992). Como veremos no próximo capítulo, as ideias desse autor teriam grande repercussão no Brasil.

Já os alemães primam pela preservação dos documentos e defendem o papel dos arquivistas na avaliação, cujos parâmetros deveriam estar pautados na idade, conteúdo e posição hierárquica da entidade produtora, no âmbito da administração. Conforme Silva et al (1999), essa tradição seria incorporada pelo mundo socialista (principalmente pela União

---

<sup>71</sup> Problemas relacionados à grande produção de documentos não são recentes: de acordo com Posner (1972), já na Antiguidade os profissionais responsáveis pelos arquivos se depararam com a produção em massa de documentos em papiro e argila, oriundos da burocracia vigente.

Soviética e Bulgária), numa reapropriação voltada para a preservação da história da classe operária.

A partir dos anos 1940 há uma evolução progressiva dos princípios teóricos e práticos da Arquivologia, em resposta aos novos métodos de pesquisa histórica e à utilização de métodos quantitativos e qualitativos (BRITTO, 1995). Nesse cenário acontecem algumas reformas administrativas na América Latina, das quais a implantação de vários cursos de Arquivologia é um exemplo (quadro 4).

Com as dificuldades decorrentes do aumento da produção documental, retoma-se a ideia italiana do “arquivo de depósito”, agora como “pré-arquivo” ou “arquivo intermediário”. Sua função seria a de preparar a documentação a ser integrada ao conjunto de documentos permanentes a partir da avaliação, triagem e eliminação daqueles desprovidos de valor primário ou secundário.

No contexto da “explosão documental”, é delineado o conceito de *record group*, uma versão americana do Princípio da Proveniência: estabelecido em 1941, no *National Archives* de Washington e pautado em fins práticos, esse conceito serviria para flexibilizar a organização dos documentos oriundos de diversas instituições, considerando a sua proveniência e o volume dos acervos. Essa concepção fomenta, assim, as discussões sobre a gestão de documentos e, mais especificamente, sobre a avaliação e seleção de documentos (SILVA et al, 1999). Cook (1997) lembra que essa perspectiva se aproximava bastante dos interesses históricos e, muitas vezes, chegava a descaracterizar a proveniência dos documentos. Silva et al, por sua vez, pontuam que:

Este conceito de *record group* difundiu-se rapidamente nos Estados Unidos e no Canadá, países de formação recente, em que os arquivistas se debatiam sobretudo com documentação ainda muito ligada à área administrativa e, portanto, ainda não considerada “de arquivo”, no sentido histórico do termo. (SILVA et al, 1999, p. 133).

O *record group* ainda seria a base do “fenômeno do *records management*”, a grande contribuição do pensamento arquivístico norteamericano, cuja tradução para “gestão de documentos” seria feita pelos canadenses, franceses e espanhóis, quanto à intervenção arquivística na produção documental. Nesse quadro, a gestão começa a se configurar como uma nova área, vinculando-se à Administração e, de certa forma, distanciando-se da Arquivologia, pelo menos em sua versão tradicionalmente ligada à História e da proposta canadense que se espalharia pelo mundo nos anos 1980.

Desse modo, a distinção norteamericana entre os arquivos administrativos e os históricos traria uma separação entre a Gestão de Documentos e a Arquivologia (FONSECA,

2004). Para os autores portugueses, “Os arquivos intermédios acabaram por constituir instrumentos de desarticulação da cadeia documental na sua natural evolução” (SILVA et al, 1999).

Na prática, a *Comission on Organization of the Executive Branch of the Governement*, mais conhecida como “Comissão Hoover”, em suas duas versões (1947 e 1955) efetiva a gestão de documentos por meio dos seus relatórios e recomendações (FONSECA, 2004). Essa comissão tinha por objetivo o estudo do custo das atividades administrativas do Governo e, mais especificamente, preocupava-se com a organização dos documentos administrativos (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988). Em 1948, é criado um grupo de trabalho, liderado por Schellenberg, para analisar os problemas relativos à gestão de documentos. Seu relatório apresenta os *records centers* (centros de arquivamento intermediário), que deveriam guardar os documentos de valor primário de uso menos frequente (SOUSA, 200?). É assim desenvolvida a noção da **Teoria das Três Idades**, alinhada às preocupações com a gestão de documentos. Ainda no âmbito dos trabalhos da Comissão, é criado o *National Archives and Records Service* (NARS), que passa a abrigar depósitos de documentos semicorrentes. Em 1985, essa instituição passa a denominar-se *National Archives and Records Administration* (NARA).

Semelhantemente ao caso dos Estados Unidos, é criada, no Canadá, a *Comissão Massey*, em 1949: suas preocupações gerais se voltam para as artes, literatura e ciências do País; estuda, particularmente, os arquivos públicos, chegando a tecer várias recomendações em relação a essas instituições (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988).

É importante lembrar que a concepção dos arquivos intermediários, (re)inaugurando a Teoria das Três Idades, traria certo consenso teórico para o pensamento arquivístico internacional, embora a sua aplicação seja contingencial, de acordo com as concepções de arquivo que se tem em cada país. Na França, por exemplo, a noção de *préarchivage* é inaugurada em 1952, com a criação dos *conservateurs en mission* e institucionalizada em 1969, com a *Cité interministérielle des archives*, mais tarde o *Centre des archives contemporaines*<sup>72</sup> (DUCHEIN, 1993).

Acerca dessa teoria, Silva et al ponderam que houve certa quebra da unidade disciplinar arquivística, acompanhada da desagregação dos sistemas arquivísticos, pautada em questões pragmáticas. Diante dessa situação, eles alertam que “a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por esta separação material” (SILVA et al, 1999, p. 155).

---

<sup>72</sup> Conforme informações disponíveis em? <[http://www.sceau-archives-ovni.org/index.php?option=com\\_Content&view=category&id=39&Itemid=62&lang=en](http://www.sceau-archives-ovni.org/index.php?option=com_Content&view=category&id=39&Itemid=62&lang=en)>. Acesso 08 dez. 2010.

A Teoria das Três Idades é, portanto, um exemplo emblemático de que o pensamento arquivístico é fundamentado nas reflexões oriundas das práticas de organização e gestão de documentos.

O contexto que sucede a Segunda Guerra Mundial assiste à “explosão documental” e à movimentação em massa de documentos, por questões políticas, ideológicas, militares ou conforme os interesses do Estado. Nos próximos anos, problemas quanto à restituição de documentos aos seus países de origem demandariam soluções acerca da sua territorialidade. De forma mais geral, interessa-nos lembrar que desde essa época, desenvolveram-se temas que propiciariam a retomada de alguns aspectos originais e a tomada de novos rumos para a Arquivologia: a administração de documentos como uma função arquivística; a ampliação dos usuários de arquivos; a proliferação de instituições e serviços arquivísticos, bem como as vantagens de treinamento profissional e técnico em todo o mundo; os esforços de assistência arquivística em favor do mundo em desenvolvimento (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1976a).

Num cenário de desarticulações e avanços, é criado o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), em 1948<sup>73</sup>, no âmbito da UNESCO, na forma de comitê de especialistas (DUCHEIN, 1993).

O Conselho Internacional de Arquivos foi criado por iniciativa de dois arquivistas dos Estados Unidos, srs. Buck e Brayer, logo apoiada pelos Arquivos Nacionais da França e pela Itália. A 9 e 11 de junho de 1948, em Paris, na sede da UNESCO e sob os auspícios dessa organização, teve lugar a sessão inaugural do conselho provisório tendo como presidente o sr. Charles Samaran e que adotou a ata constitutiva definindo os objetivos gerais e as atividades. (ARQUIVO NACIONAL, 1970a, p. 3).

Voltado para a coordenação e busca de consenso acerca dos conceitos e métodos de trabalho utilizados pelos profissionais da área, o ICA passa, então, a desempenhar o seu papel de integração internacional. Tendo por missão a promoção da preservação e acesso aos arquivos em todo o mundo, por meio da cooperação internacional, suas primeiras iniciativas se configuram nos Congressos Internacionais de Arquivos, realizados a cada quatro anos (desde 1950), conforme quadro 7.

Desde a sua primeira versão, os Congressos Internacionais de Arquivologia contemplam questões centrais para a área, que sintetizam preocupações comuns aos arquivos de vários países. No I Congresso, por exemplo, observou-se que a maioria dos países, com exceção dos Estados Unidos, padecia da má vontade ou indiferença dos administradores, da

---

<sup>73</sup> O Brasil passa a ter representação no ICA somente em 1970, pelo AN, como categoria A do Conselho (ARQUIVO NACIONAL, 1970a; 1970b; 1973a; 1974a).

exiguidade de locais e da falta de pessoal qualificado para o regular recolhimento regular de documentos públicos nos depósitos de arquivo do Estado<sup>74</sup>.

Em diversas ocasiões, algumas questões chegaram a incitar divergências, como aconteceu nesse mesmo evento, no qual as opiniões dissentiram quanto ao *Vocabulaire de Terminologie Archivistique*, principalmente pelos Estados Unidos e Canadá em relação à(s) língua(s) de publicação do vocabulário internacional<sup>75</sup>. Evidentemente, esses conflitos são movidos pelas relações entre o saber e o poder, defendidas por Foucault (2005) e que, nesse caso, são traduzidas na busca de hegemonia por meio da publicação de uma obra internacional num ou noutro idioma, desencadeadora de outras relações de poder, como intercâmbio, assistência, etc.

Além desses congressos, desde 1954 o ICA está à frente da organização das *Conférences Internationales dles Tables Rondes Internationales des Archives (CITRAS)*, realizadas anualmente, como apresentado no quadro 8.

---

<sup>74</sup> Congresso Internacional de Arquivos (1950): relatório geral sobre o controle de arquivos em formação, de Pierre Caillet.

<sup>75</sup> Congresso Internacional de Arquivos (1950): relatório geral sobre as publicações bibliográficas relativas aos arquivos, de Emilio Re.

**Quadro 7: Congressos Internacionais de Arquivos (1950-2008)**

VERSÃO	LOCAL	ANO	TEMAS
1ª	Paris (França)	1950	Os arquivos em formação; a microfotografia; os arquivos econômicos e a bibliografia dos arquivos. <sup>76</sup>
2ª	Haia (Holanda)	1953	Os problemas da terminologia arquivística; arquivos e documentação; os arquivos e a história da arte; os museus históricos de arquivos; a formação dos arquivistas; a comunicação dos documentos; o empréstimo dos documentos de arquivo.
3ª	Florença (Itália)	1956	As instalações para os arquivos; as triagens; eliminações; os arquivos privados
4ª	Estocolmo (Suécia)	1960	Arquivos do Estado; documentos e selos; reparação, conservação de mapas e planos; fotografia: técnicas de materiais e experiências, desde 1950; arquivos e pesquisa moderna em Economia e Sociologia.
5ª	Bruxelas (Bélgica)	1964	O problema dos métodos modernos de classificação.
* Congresso Extraordinário	Washington (EUA)	1966	A liberalização do acesso aos arquivos; arquivos escolares: incentivando uma maior facilidade de acesso. <sup>77</sup>
6ª	Madri (Espanha)	1968	A liberalização do acesso aos arquivos; a microfilmagem.
7ª	Moscou (Rússia)	1972	Os instrumentos de pesquisa nos arquivos; os arquivos da literatura e da arte; os arquivos audiovisuais; os arquivos e as ciências.
8ª	Washington (EUA)	1976	A revolução no acesso aos arquivos; as relações dos arquivos com a informática; a revolução Arquivística de nosso tempo.
9ª	Londres (Inglaterra)	1980	A utilização e a utilidade dos arquivos. <sup>78</sup>
10ª	Bonn (antiga Alemanha Oriental)	1984	O documento medieval e o computador.
11ª	Paris (França)	1988	A problemática dos novos arquivos; a profissão do arquivista na era da informação; a importância da informática como meio de gerar novos documentos; <sup>79</sup>
12ª	Montreal (Canadá)	1992	A problemática dos novos arquivos, a profissão do arquivista na era da informação. <sup>80</sup>
13ª	Pequim (China)	1996	Os arquivos ante ao final do século: balanços e perspectivas.
14ª	Sevilha (Espanha)	2000	Os arquivos do novo milênio na sociedade de informação.
15ª	Viena (Áustria)	2004	Arquivos, memória e conhecimento.
16ª	Kuala Lumpur (Malásia)	2008	Arquivos, governança e desenvolvimento: construindo a sociedade do futuro.

Fonte: Elaboração própria, com base em Branche (1961), Conselho Internacional de Arquivos (1984), Silva et al (1999), López Gómez (2002), Fonseca (2004), Wagner (1979), documentos do Fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional (1970a; 1970 b; 1978a), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1975a; 1993) e sítios eletrônicos dos eventos.

<sup>76</sup> Segundo Delsalle (1998), Casanova empenhou-se para a realização desse congresso quinze anos antes, em Roma. No entanto o evento somente concretizar-se-ia na década de 1950. Embora o Brasil tenha sido oficialmente convidado, não chegou a participar do mesmo (conforme cartas do Diretor do Arquivo da França/Presidente do Comitê do Programa do Congresso Internacional de Arquivos de 1950 para o Diretor do AN, de 29 de julho de 1949, de 4 de outubro de 1949 e de 25 de outubro de 1949. Carta de Charles Samaran, membro do ICA, para o Diretor do AN, de 18 de outubro de 1949).

<sup>77</sup> Carta de Pedro Moniz de Aragão para Wayne Grover, arquivista do NARS, de 08 de dezembro de 1965.

<sup>78</sup> Secundariamente, também foram discutidas questões relativas ao ICA, suas realizações e seu futuro (ARQUIVO NACIONAL, 1978a).

<sup>79</sup> Dentro dos temas secundários, sobre conservação dos novos materiais, participou uma brasileira: Ana Maria de Almeida Camargo, então diretora do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, São Paulo (*Fundo ALA, rolo 35-98, flash 1*).

<sup>80</sup> Nesse evento estiveram trinta brasileiros, que também tiveram oportunidade de participar do Fórum de Arquivistas de Língua Portuguesa, cujo presidente era o Diretor do AN, Jaime Antunes (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1993).



**Quadro 8: Conférences Internationales des Tables Rondes des Archives (1954-2009)**

VERSÃO	LOCAL	ANO	TEMAS
1ª	Paris (França)	1954	Terminologia arquivística; importância dos arquivos para a História; os arquivos e o ensino.
2ª	Namur (Bélgica)	1955	Os arquivos em formação.
3ª	Zagreb (Croácia)	1957	O lugar dos arquivos e arquivistas no Estado. <sup>81</sup>
4ª	Wisbaden e Frankfurt (Alemanha)	1958	História literária, geográfica e econômica atual.
5ª	Lisboa (Portugal)	1959	Os arquivos a serviço da pesquisa histórica.
6ª	Varsóvia (Polônia)	1961	Os arquivos no âmbito internacional.
7ª	Madri (Espanha)	1962	O conceito de arquivo e as fronteiras da Arquivologia.
8ª	Budapeste (Hungria)	1963	Os Arquivos e a história agrária; progressos recentes em matéria de construção de arquivos.
9ª	Londres (Inglaterra)	1965	A utilização dos arquivos; os locais dos arquivos; os arquivos e os tratamentos mecanográficos e automáticos de dados; o funcionamento da Mesa Redonda.
10ª	Copenhague (Dinamarca)	1967	A liberalização do acesso aos arquivos; microfilmagem; problemas práticos enfrentados pelos diretores de arquivo pelos projetos de liberalização sobre a difusão de documentos; problemas enfrentados pelos diretores de arquivo pelos novos desenvolvimentos em direitos autorais; problemas administrativos e jurídicos decorrentes da microfilmagem.
11ª	Bucareste (Romênia)	1969	A missão dos arquivos e o papel dos arquivistas; os arquivos das coletividades locais; a restauração dos documentos de arquivo.
12ª	Jerusalém (Israel)	1970	A missão dos arquivos e o papel dos arquivistas; os arquivos impressos.
13ª	Bonn (antiga Alemanha Oriental)	1971	As relações dos arquivos com a informática; arquivos de instituições internacionais.
14ª	Luxemburgo (Luxemburgo)	1973	Os orçamentos dos arquivos; a sigilografia, a heráldica e a simbólica administrativa dos arquivos.
15ª	Ottawa (Canadá)	1974	Os arquivos e as relações públicas.
16ª	Kiev (Ucrânia)	1975	A formação continuada e a promoção nos arquivos; os arquivos da literatura e da arte.
17ª	Cagliari (Itália)	1977	Constituição e reconstituição dos patrimônios arquivísticos nacionais.
18ª	Nairobi (Kênia)	1978	Normas para o estabelecimento e a organização de instituições de arquivo.
19ª	Guadalupe (Antilhas Francesas)	1979	Governo, administração e arquivo. <sup>82</sup>
20ª	Oslo (Noruega)	1981	A informação e a orientação aos usuários de arquivos.
21ª	Kuala Lumpur (Malásia)	1982	Políticas de microfilmagem.
22ª	Bratislava (antiga Checoslováquia)	1983	O arquivo e o crescimento dos arquivos contemporâneos.
23ª	Austin (EUA)	1985	Acesso aos arquivos e vida privada.
24ª	Helsinki (Finlândia)	1986	Centralização, descentralização e arquivos.
25ª	Gardone Riviera (Itália)	1987	Política de preservação do patrimônio arquivístico.
26ª	Madri (Espanha)	1989	Arquivos nacionais e federais: sistemas, problemas e perspectivas.
27ª	Dresde (Alemanha)	1990	Os arquivos e os arquivistas a serviço da proteção do patrimônio cultural e natural.
28ª	Haarlem (Holanda)	1991	O financiamento dos serviços de arquivo.
29ª	Cidade do México (México)	1993	A interdependência dos arquivos.

<sup>81</sup> Uma das questões abordadas foi o descompasso entre a preservação da memória, ligada à guarda permanente, e os arquivos correntes (ARQUIVO NACIONAL, 1979b).

<sup>82</sup> Esse tema foi desdobrado em três: inserção dos arquivos no aparelho administrativo; planificação do desenvolvimento das instituições arquivísticas; e otimização e avaliação das instituições de arquivos (ARQUIVO NACIONAL, 1979c; 1980a). Essa CITRA deveria ter acontecido em Santa Maria (RS), mas acabou sendo transferida para a Ilha de Guadalupe, por “motivos de ordem técnica” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b; 1979a).

VERSÃO	LOCAL	ANO	TEMAS
30 <sup>a</sup>	Thessaloniki (Grécia)	1994	A interdependência dos arquivos.
31 <sup>a</sup>	Washington (EUA)	1995	A interdependência dos arquivos.
32 <sup>a</sup>	Edimburgo (Escócia)	1997	Acesso aos arquivos: aspectos legais.
33 <sup>a</sup>	Estocolmo (Suécia)	1998	Acesso à informação: desafios tecnológicos.
34 <sup>a</sup>	Budapeste (Hungria)	1999	Acesso à informação: questões de preservação.
35 <sup>a</sup>	Reykjavík (Islândia)	2001	Arquivos e sociedade: o que preservar? Aquisição e avaliação.
36 <sup>a</sup>	Marselha (França)	2002	Como a sociedade percebe os arquivos?
37 <sup>a</sup>	Cidade do Cabo (África do Sul)	2003	Arquivos e direitos humanos.
38 <sup>a</sup>	Abu Dhabi (Emirados Árabes)	2005	Os arquivos na era da globalização.
39 <sup>a</sup>	Curaçao (Antilhas Holandesas)	2006	Compartilhamento da memória pela globalização.
40 <sup>a</sup>	Quebec (Canadá)	2007	Cooperação para preservar a diversidade.
41 <sup>a</sup>	Malta	2009	O arquivista do século 21 e as novas estratégias de treinamento.

Fonte: elaboração própria, com base no catálogo *online* da biblioteca do AN, Arquivo Nacional (1971a;1979b; 1979c; 1980a), Silva et al (1999), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1977a;1977b; 1978a; 1978b; 1979a; 1980a;1980b) e sítios eletrônicos dos eventos e dos Arquivos da França<sup>83</sup>.

Participam das CITRAs os chefes das administrações nacionais de arquivos e as personalidades eminentes da profissão (diretores dos arquivos centrais, inspetores gerais, presidentes de associações, etc). Suas atas são regularmente publicadas pela Direção dos Arquivos da França<sup>84</sup>.

Em nossa pesquisa documental, constatamos a participação do Brasil, representado pelo Diretor do AN, na 12<sup>a</sup> CITRA (1970)<sup>85</sup>, 13<sup>a</sup> (1971)<sup>86</sup>, 14<sup>a</sup> (1973)<sup>87</sup>, 15<sup>a</sup> (1974)<sup>88</sup> e 19<sup>a</sup> (1979)<sup>89</sup>. Além das CITRA's, o Brasil participou e foi palco de outros eventos arquivísticos internacionais (ou que se relacionassem ao campo da informação), conforme quadro 9:

<sup>83</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/gerer/publications/table/>>. Acesso em 01 nov. 2010.

<sup>84</sup> “CIA – Conseil International des Archives”. Informações sobre as atividades do ICA (1967?).

<sup>85</sup> Quando o Diretor do AN preocupou-se em obter exemplares da revista *Archivum* e da *Gazette des Archives* “de modo a equipar-nos de literatura técnica atualizada (ARQUIVO NACIONAL, 1970b; *12<sup>ème</sup> Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, Jérusalem, 31 août-3 septembre 1970*).

<sup>86</sup> “Em conversa informal, participantes manifestaram-se sobre a eventual realização de uma das futuras Mesas Redondas no Brasil” (ARQUIVO NACIONAL, 1971a, p. 5).

<sup>87</sup> Assim relata o Diretor do AN a relevância de participação do Brasil nesse evento: “Se ainda houvesse dúvidas sobre a conveniência de fazer-se o Brasil representar nessas Conferências, elas deveriam ser afastadas, pois, estando o país numa fase de grande afirmação em tantos campos da economia e da cultura, não pode omitir-se e precisa demonstrar que até mesmo num domínio em geral menos prestigiado, pela falta de crença na importância dos arquivos também no processo de desenvolvimento, está presente, prestando colaboração e sorvendo experiência” (ARQUIVO NACIONAL, 1973a, p. 22). Nesse evento, Raul Lima entrega proposta de filiação da AAB ao ICA.

<sup>88</sup> Arquivo Nacional (1974b; 1975a).

<sup>89</sup> De acordo com o relato do então Diretor do AN, “A maior participação do nosso país nas decisões de interesse da área geográfica em que se encontra é muito desejada, e, daí, o empenho em que se realize, aqui, no Rio de Janeiro, no meado do ano vindouro, seminário de que participem, ao lado de diretores de alguns Arquivos nacionais, autoridades de planejamento orçamentário com vistas à elevação do status profissional do arquivista, problema que o nosso país já equacionou no terreno das empresas privadas e, segundo se sabe, é matéria em real consideração no serviço público” (ARQUIVO NACIONAL, 1980b, s. p.).

**Quadro 9: Outros eventos internacionais de Arquivologia (1951-1992)**

EVENTO	LOCAL	DATA	CONTRIBUIÇÕES E REPERCUSSÕES
I Reunião Interamericana sobre Arquivos	Washington (EUA)	1951	Recomendação da elaboração de um glossário voltado para as atividades arquivísticas, considerando a inexistência de algum que satisfizesse aos requisitos profissionais.
Congresso Iberoamericano e Filipino de Arquivos, de Bibliotecas e da Propriedade Intelectual	Madri (Espanha)	1952	-
Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento de Arquivos	Washington (EUA)	1972	-
Seminário Interamericano de Integração dos Serviços de Informação de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação na América Latina e no Caribe	Washington (EUA)	1972	-
Seminário Multinacional para Planificação e Reorganização dos Arquivos Nacionais da América Latina	Lima (Peru)	1973	Organizado pela OEA e com participação brasileira, representado pelo AN.
Conferência sobre os problemas de planificação e organização dos arquivos, das bibliotecas e dos centros de documentação da África	Abidjan (Costa do Marfim)	1973	Organizada pela Associação para o Desenvolvimento da Documentação, das Bibliotecas e dos Arquivos na África.
Colóquio de redatores de revistas de documentação, de biblioteconomia e de arquivos	Paris (França)	1974	Reuniu redatores de 29 países, inclusive do Brasil, representado pela sra. H. E. Gomes, do IBBD. O Mensário do Arquivo Nacional (MAN) fez parte da exposição de periódicos do evento.
Reunião do Comitê de Arquivos do Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH)	Ottawa (Canadá)	1974	-
Conferência Geral sobre Planificação do Desenvolvimento Arquivístico no Terceiro Mundo	Dakar (Senegal)	1975	O Brasil participa do evento, no qual é discutido e aprovado o Plano Quadrienal para o Desenvolvimento de Arquivos no Terceiro Mundo, dividido em seis planos regionais, contemplando a América Latina. Esse plano previa, dentre outras medidas, bolsas para formação e aperfeiçoamento de docentes de Arquivologia e de pessoal para administração de arquivos, bem como a articulação com a ALA, para a instituição do ramo regional do ICA. Nessa Conferência seria criado um Fundo Internacional para o Desenvolvimento de Arquivos que custearia projetos de apoio aos arquivos de algumas regiões, inclusive da América Latina.
Reunião regional de especialistas para o desenvolvimento dos arquivos nacionais na América Latina	Bogotá (Colômbia)	1976	Essa foi a primeira reunião regional organizada pela UNESCO, como desdobramento do <i>National Information System</i> (NATIS), para avaliar e planificar o estabelecimento e desenvolvimento de sistemas nacionais de arquivos adaptados às necessidades das estruturas administrativas dentro desse Programa. Do Brasil, participou o prof. José Pedro Pinto Esposel, eleito membro do Comitê de Terminologia. Foi realçada a precária formação de arquivistas na América Latina, além da falta daqueles sistemas. Ainda observamos, nesse evento, a convergência de esforços para a preservação dos documentos na América Latina, com uma legislação que valorizasse a documentação histórica nacional como o patrimônio dos países, independentemente do seu proprietário legal. No centro do sistema nacional de informação, estaria o Arquivo Central da Nação, ao qual caberia formular política arquivística junto ao governo e executá-la a fim de garantir a conservação da documentação nacional. Essas recomendações parecem ter subsidiado a concepção da Lei de Arquivos no Brasil.

EVENTO	LOCAL	DATA	CONTRIBUIÇÕES E REPERCUSSÕES
Seminário Interamericano sobre cooperação regional para o desenvolvimento de arquivos	Washington (EUA)	1976	Promovido pela ALA e OEA. Marilena Leite Paes é designada para representar o Brasil nesse evento, integrando seu comitê de terminologia, “no sentido de estabelecer um vocabulário uniforme com vistas à elaboração pelo CIA, em contrato com a UNESCO, de um glossário arquivístico multilíngüe” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c, p. 20).
3º Seminário de Conservação para Arquivos e Bibliotecas	Boston (EUA)	1976	Os dois seminários anteriores, de 1971-1973, voltaram-se para os aspectos técnico-administrativos da conservação de documentos. Este preocupou-se com as diversas técnicas de conservação e restauração de documentos empregadas nos maiores centros do mundo. Participaram desse evento (no contexto de realização do VIII Congresso Internacional de Arquivos), José Pedro Esposel, Regina Alves Vieira, Nilza Teixeira (convidados pela OEA) e Astréa de Moraes e Castro.
Seminário Latino-americano sobre Arquivos Correntes	Cidade do México	1976	Regina Alves Vieira, funcionária do AN convidada para participar do evento, afirma que a Divisão de Pré-arquivo daquela Instituição teria sido inspirada na experiência dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França e Espanha.
2º Simpósio de Editores de Periódicos de Documentação, Bibliotecas e Arquivos	Berlim (Alemanha)	1978	Organizado pela UNESCO e com participação do ICA, seu propósito era promover a cooperação entre periódicos sobre essas áreas no âmbito do NATIS, tendo em vista a integração, em cada país membro, das instituições da área de informação científica, tecnológica e histórica. O MAN foi referenciado no evento e, inclusive, já era conhecido no “mais moderno e equipado Arquivo europeu – o de Alcalá de Henares”, da Espanha (ARQUIVO NACIONAL, 1978c, p. 35).
Reunião para a coordenação de programas internacionais sobre o desenvolvimento dos arquivos Iberoamericanos	Toledo (Espanha)	1979	Organizada pelo ICA. Nesse evento, o Brasil foi representado pelo então Diretor do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa e foram apresentados os avanços brasileiros na área, sua regulamentação legal, bem como a organização e atividades dos arquivos. Ficou acordado que a <i>Oficina Iberoamericana de Educación</i> deveria incrementar a formação e educação de pessoal da América Latina.
Reunião sobre o desenvolvimento dos arquivos no Terceiro Mundo	Berlim	1979	-
I Reunião do UNISIST sobre a cooperação regional em matéria de política de informação e planificação para o desenvolvimento na América Latina e Caribe	Lima (Peru)	1979	-
Colóquio sobre a situação dos arquivistas latinoamericanos	Rio de Janeiro	1980	Promovido pelo ICA, ALA e AN, dele participaram representantes dessas organizações, da OEA, do CIDA, dos arquivos nacionais/gerais da Argentina, México e Colômbia e ainda representantes de outras instituições de interesse da área do Chile e Espanha. O documento básico foi preparado pelo Dr. José Manuel Mata Castellón (então subdiretor geral dos Arquivos da Espanha e responsável pelo colóquio) e contemplava questões relacionadas à função dos arquivos e à profissão do arquivista, além da base para os correspondentes estatutos da profissão e da formação do arquivista. Verificou-se que “É imprescindível a integração da formação profissional arquivística no sistema educativo superior dos distintos países, tendo em conta as peculiaridades tanto dos ditos sistemas educativos como as necessidades de recursos humanos dos respectivos serviços arquivísticos” <sup>90</sup> . Nesse sentido,

<sup>90</sup> *Fundo ALA, rolo 37-98, flash 2, tradução nossa.*

EVENTO	LOCAL	DATA	CONTRIBUIÇÕES E REPERCUSSÕES
			recomenda a harmonização dos conteúdos de ensino de Arquivologia nos países da América Latina. No informe final do evento, seus participantes concordaram que era essencial que cada país definisse uma política arquivística com uma estrutura institucional própria, um sistema nacional que integrasse o conjunto dos documentos públicos e garantisse a proteção de todo o patrimônio documental da nação. Assim deveriam ser aplicados os meios financeiros necessários à adoção de normas adequadas para a racionalização da função pública arquivística ( ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1980c).
II Congresso Nacional de Arquivistas	Medelín	1980	Organizado pela <i>Asociación Colombiana de Archivistas (ACAR)</i> .
2ª Conferência Mundial sobre Arquivos	Salt Lake City (EUA)	1980	O tema do evento, “Preservação de Nossas Raízes”, enfatizou os arquivos pessoais e de família.
I Encontro Latino-americano de Estudantes de Arquivologia	Santa Maria (Brasil)	1980	-
Curso regional latinoamericano sobre recopilação, armazenamento, difusão e serviços de informação e dados socioeconômicos	-	1980	Com discussões sobre novas técnicas e métodos de indexação e tratamento de documentos, o curso “forneceu subsídios e informações para a montagem de sistemas nacionais e regionais de informação em ciências sociais na América Latina e países em desenvolvimento em geral” (ARQUIVO NACIONAL, 1980e, p. 35). Do Brasil, participaram funcionários do AN, do CPDOC e da Universidade Católica de MG.
Colóquio sobre a formação de arquivistas na América Latina	Buenos Aires	1981	Promovido pela ALA, com participação do ICA e delegados de vários países latinoamericanos, dentre eles, o Brasil, com Celina do Amaral Peixoto (AN) e José Pedro Esposel (UFF). Partiu das considerações do Colóquio sobre a situação profissional dos arquivistas latinoamericanos (Rio de Janeiro, 1980) e as temáticas discutidas contemplaram os graus de formação arquivística, classes de arquivistas, metodologia e programas de capacitação profissional no âmbito da ALA. Dentre as suas recomendações, estava a intensificação dos acordos internacionais de cooperação entre os governos, para facilitar a formação profissional de arquivistas.
Seminário Técnico sobre a Conservação de Documentos, Livros e Fotografias na América Latina e no Caribe	São Domingos (República Dominicana)	1981	Representantes de treze países, da OEA, da UNESCO, do ICA, da ALA e da CIDA discutiram prioridades para a busca de soluções para os não-desenvolvidos arquivisticamente. A partir dessas discussões foram propostas: a definição de políticas nacionais de arquivos e de uma política arquivística para a América Latina; o desenvolvimento de sistemas nacionais de arquivos; o estudo, desenvolvimento e a aplicação de legislações nacionais de arquivos; o delineamento de uma estratégia para coordenação de informações quanto ao material bibliográfico arquivístico e ao uso adequado das fontes de financiamento dos organismos internacionais; a definição de normas para a conservação de documentos arquivísticos, conforme as peculiaridades de cada país da América Latina; e a organização dos profissionais da área de restauração em torno de uma Associação de Conservadores Latinoamericanos e do Caribe. Foi ainda aprovada uma proposta de “Curso de alto nível para administradores de arquivos”, que deveria acontecer no Rio de Janeiro, em 1982.
2ª Reunião para a Coordenação de Programas Internacionais de Assistência para o Desenvolvimento dos Arquivos Interamericanos	São Domingos	1981	-
Seminário Latinoamericano sobre Arquivos	Brasília	1982	Aberto aos diretores dos Arquivos Nacionais da Argentina, México, Peru, Brasil, Chile, Equador e

EVENTO	LOCAL	DATA	CONTRIBUIÇÕES E REPERCUSSÕES
Nacionais			República Dominicana; especialistas nacionais e latinoamericanos das áreas de sistema de informação, legislação e administração; e especialistas internacionais da UNESCO e do ICA. Participaram do evento: a então Diretora do AN; o Presidente da ALA; o Secretário-executivo do ICA e o assessor especialista do <i>General Information Programme</i> (PGI) da UNESCO. Seu objetivo era: “Favorecer a cooperação entre os Arquivos Nacionais dos países participantes através do intercâmbio de informações, troca de experiências e soluções de problemas comuns”. Temas propostos: legislação e regulamentação de arquivos nacionais; legislação sobre proteção do patrimônio documental e cultural; estrutura, organização e funcionamento dos arquivos nacionais; gestão de documentos; gerência e funcionamento dos sistemas nacionais de informação. Esse Seminário, dentre outros aspectos, voltou-se para a necessidade da normalização terminológica arquivística nas línguas portuguesa e espanhola. Recomendou a colaboração entre os profissionais dos arquivos, bibliotecas e CI, tendo em vista a necessidade de formação multidisciplinar de pessoal.
Conferência Geral de Arquivos Latinoamericanos e Assembleia Geral da ALA	Madri	1982	-
Reunião do <i>Records and Archives Management Program</i> (RAMP)	Alemanha	1982	O Brasil foi o único país participante que representou um arquivo nacional da América Latina .
Seminário de administração e legislação de arquivos na América Central	São José (Costa Rica)	1983	-
Seminário para arquivos da América Latina sobre administração de documentos	Lima	1983	-
3ª Reunião de coordenação de planos internacionais de assistência para os arquivos latinoamericanos	San Carlos de Bariloche (Argentina)	1983	-
Encontro Hispanoamericano de Diretores de Arquivos da Administração Pública e Privada	Cali (Colômbia)	1986	Esse evento teve apoio do ICA e participação de representantes da França, Canadá, Japão, Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Portugal, China e União Soviética <sup>91</sup> . Na proposta de programa, o evento teria como objetivo “promover as relações internacionais e o intercâmbio científico entre os especialistas em Arquivologia dos diversos países que conformam o legado hispanoamericano” (s. p., tradução nossa). Mais especificamente, deveria “Conhecer melhor o trabalho dos organismos nacionais e internacionais da Ciência da Informação, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Documentação e o que poderiam oferecer e requerer no desenvolvimento das distintas atividades de intercâmbio e assistência internacional nesses campos, com a ajuda e intermédio de governos e organismos especializados” (s. p., tradução nossa). A então diretora do AN, Celina do Amaral Peixoto, é convidada a participar do evento como conferencista <sup>92</sup> .
4ª Reunião de Toledo	Toledo	1987	Um dos objetivos da reunião foi discutir os meios de melhorar a comunicação e coordenação entre as

<sup>91</sup> Carta do diretor geral do Encontro, de 10 de outubro de 1985.

<sup>92</sup> Carta do diretor geral do Encontro, de 4 de dezembro de 1985.

EVENTO	LOCAL	DATA	CONTRIBUIÇÕES E REPERCUSSÕES
			instituições arquivísticas do hemisfério ocidental. Participação de Celina do Amaral Peixoto, relatando as atividades da ALA. Apresentação do Programa de Intercâmbio Arquivístico entre o Brasil e o México.
Reunião dos Arquivos Compactos do ICA	Fontainebleau (França)	1987	Participação de José Maria Jardim <sup>93</sup> .
Seminário sobre o controle e tratamento dos arquivos administrativos	Paris (França)	1988	Dirigido por Michel Duchein, dele deveriam participar quatro arquivistas latinoamericanos, designados pela ALA <sup>94</sup> , uma vez que o evento voltava-se para os arquivistas que ainda não tivessem participado de eventos ou cursos desse tipo.
Conferência geral da ALA	Sevilha (Espanha)	1992	O tema geral foi “Os arquivos e os contatos entre os povos”. Dentre os projetos realizados, destaca-se aquele relativo ao estabelecimento de um programa de estudos arquivísticos de referência para o ensino nos diferentes países, de José Pedro Esposel e o glossário de terminologia arquivística em língua espanhola, de Manuel Vázquez (Argentina). Dos projetos em andamento, o glossário de terminologia arquivística em língua portuguesa, de Maria Odila Kahl Fonseca. Dos projetos permanentes, o projeto piloto de modernização dos arquivos históricos tradicionais (Brasil). Dos projetos complementares, a construção de uma metodologia iberoamericana para a gestão de documentos administrativos (Brasil, Canadá e Espanha) e a bibliografia de instrumentos de pesquisa manuscritos ou publicados nos arquivos latinoamericanos (Equador e Brasil).

Fonte: Elaboração própria, com base nos documentos do Fundo ALA<sup>95</sup>, do Fundo Arquivo Nacional, do Fundo *Archives Nationales de France*, Arquivo Nacional (1973b; 1973c; 1973d; 1975a; 1975b; 1976a; 1976c; 1977a; 1978b; 1978c; 1979a; 1979d; 1980c; 1980d; 1980e; 1981a; 1981b; 1982c), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1976a; 1976b; 1977c; 1979b; 1981; 1982) e Branche (1961).

<sup>93</sup> *ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. Rapport de 1987.*

<sup>94</sup> *Carta de Duchein a Celina do Amaral Peixoto, de 21 de janeiro de 1987.*

<sup>95</sup> *Histórico da ALA; Fundo ALA, rolo 35-98, flash 1; Fundo ALA, rolo 36-98, flash 1; Fundo ALA, rolo 36-98, flash 7; Fundo ALA, rolo 36-98, flash 10; Fundo ALA, rolo 37-98, flash 2.*

Henri Boullier de Branche ressalta a relevância dos eventos internacionais da área, afirmando que:

[...] as reuniões internacionais, graças à adoção de uma língua de trabalho, permitem aos países ou aos arquivistas cujo idioma é difícil e pouco estendido, dar a conhecer trabalhos e experiências que de outra maneira correriam o risco de não ser difundidos fora de um círculo muito restrito. (BRANCHE, 1961, p. 8, tradução nossa).

Ele enfatiza a necessidade de participação de todos os países nesses eventos, lembrando que: “A cooperação internacional existe hoje em todos os campos e não há razão para que os arquivos não se beneficiem com ela” (BRANCHE, 1961, p. 12, tradução nossa).

É importante ressaltar que, a partir das discussões e reflexões promovidas nesses eventos, a Arquivologia dá grandes passos, inclusive de cooperação internacional, conforme descrito no MAN, acerca da criação do ICA (1950) e do STIA (1950). Esse estágio, oferecido pelos *Archives Nationales* da França desde 1951, realiza-se, desde então na sede dos Archives Nationales em Paris, com visitas técnicas a arquivos de outras regiões do País<sup>96</sup>.

teria grande repercussão na formação técnica de arquivistas franceses e de outros países, inclusive do Brasil: “A primeira experiência reuniu modestamente 5 participantes. Entre eles figurava uma brasileira, arquivista da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo”. Considerando a diversidade dos seus participantes, o STIA deveria contemplar:

Formação igualmente técnica e prática de jovens ‘chartistas’ franceses, tribuna de comparação e trocas entre funcionários de países cuja tradição arquivística está solidamente estabelecida, seminário para os arquivistas de países em via de desenvolvimento que constitui, de então em diante, contingente notável entre os estagiários estrangeiros. (ARQUIVO NACIONAL, 1979e, p. 38).

Promovidas pelos *Archives Nationales*, com o apoio da Direção dos Assuntos Culturais do Ministério do Exterior da França (ARQUIVO NACIONAL, 1973e; 1976b), as atividades desse estágio destinavam-se aos eruditos, arquivistas e estudiosos franceses e estrangeiros, seu programa geral concebia as doutrinas, técnicas e métodos; história dos arquivos; conteúdo histórico dos arquivos; organização dos arquivos na França; organização dos arquivos no exterior; e organização administrativa da França. Apresentava, ainda, assuntos específicos. Dentre eles, os depósitos intermediários, que eram, como vimos anteriormente, uma preocupação norte-americana desde a Segunda Guerra.

O programa do estágio compreendia a realização de conferências nos Arquivos Nacionais e visitas diversas, na capital e nas províncias francesas, que deveriam promover o

<sup>96</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/action-internationale/formations/>>. Acesso em 31 jan. 2010.



contato direto com as atividades de microfilmagem, encadernação e restauração, etc. No fim do estágio, os bolsistas deveriam fazer uma viagem de estudos para “conhecer as mais recentes realizações dos arquivos, através das quais entrarão em contato com técnicos e funcionários dos centros de documentação, serviços educacionais, bibliotecas e outros setores da vida econômica, cultural e política da França” (ARQUIVO NACIONAL, 1973e, p. 20).

O ICA, por sua vez, a fim de reforçar a cooperação arquivística nas regiões fora da Europa, decide estabelecer filiais regionais. A primeira delas foi o Conselho Técnico Interamericano dos Arquivos, que começa a funcionar em 1961<sup>97</sup>.

O Conselho ainda se organiza em comitês especializados e permanentes, como aquele criado em 1969 para a prestação de assistência a arquivos de países em desenvolvimento (ARQUIVO NACIONAL, 1970a). Esse tipo de assistência técnica passa a ser, inclusive, temática de seus eventos e objetivo de alguns dos seus programas de desenvolvimento, como aquele da Fundação Internacional do Desenvolvimento da Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 1973b). Publica guias de fontes sobre a história das nações (a partir de 1959), dos quais se destacam: o da América Latina (desde 1956), o da África do Sul/África do Norte, o da Ásia/Oceania e o da Ásia e das capitais europeias (SILVA et al, 1999).

Como veremos adiante, o Conselho também participa da difusão de questões essenciais para a Arquivologia, por meio dos estudos RAMP e da publicação da revista *Archivum* a partir de 1951, uma das mais importantes da área<sup>98</sup>, conforme quadro 10.

---

<sup>97</sup> “CIA – Conseil International des Archives”. Informações sobre as atividades do ICA (1967?).

<sup>98</sup> As línguas oficiais reconhecidas pelo ICA são o alemão, espanhol, francês, inglês e, eventualmente, o russo (Carta de Michel Duchein, redator chefe da Revista *Archivum*, de 22 de outubro de 1971). Em 1978, o Conselho aprova projeto para publicações seriadas em Arquivologia (brochuras). As primeiras delas são: *The administration and its archives* (Bruno Delmas); *The conservation and reparation policy of archival institutions* (Carmem Crespo); *The archives and the rights of citizens* (Ralf Nagel); e *Education services* (T. Parkhill) (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1980b).

**Quadro 10: Periódicos com temáticas arquivísticas por instituição/país de publicação**

INSTITUIÇÃO/ PAÍS	PERIÓDICO	OBSERVAÇÃO
UNESCO	<i>Unesco journal of information science, librarianship and archives administration</i>	Antes Boletim da UNESCO para Bibliotecas (1953-1978). Publicado entre 1979 e 1983. Com periodicidade trimestral, deveria focalizar tema específico, a fim de suscitar debates no âmbito internacional.
ICA	<i>Archivum: Revue Internationale des Archives</i>	Fruto do 1º Congresso Internacional de Arquivos <sup>99</sup> , era publicado anualmente em uma das três línguas de trabalho da UNESCO (francês, inglês e espanhol) entre 1951 e 2000. Mas também aceitava artigos em alemão e italiano. Geralmente cada volume era dedicado a um tema, com uma série de notas e artigos em diferentes idiomas, sobre assuntos técnicos, inclusive discutidos nos congressos internacionais. Apresentava, ainda, as diversas experiências dos arquivos no mundo e uma parte com a bibliografia arquivística anual. Publicava pesquisas internacionais relativas aos problemas teóricos, técnicos e administrativos da Arquivologia <sup>100</sup> , bem como atas dos Congressos Internacionais de Arquivos, as bibliografias internacionais e as enquetes internacionais.
	<i>Janus</i>	Publicada desde 1985, reunia relatórios e estudos dos comitês e seções do ICA, além de artigos sobre todos os temas arquivísticos.
	<i>International Journal of Archives</i>	Publicação semestral do início da década de 1980, em inglês e francês, voltada para as questões técnicas e metodológicas da Arquivologia e Administração de Arquivos.
	<i>Bulletin du ICA</i>	Publicava os relatórios sumários sobre cada reunião organizada pelos organismos do Conselho (sessões regulares, colóquios, seminários).
	<i>Comma: Revue Internationale des Archives</i>	Substitui a <i>Archivum</i> e a <i>Janus</i> a partir de 2002. Principal publicação periódica do ICA, contempla as atas dos congressos e das CITRA's, os relatórios e estudos dos comitês e seções, além de números temáticos especiais.
	<i>Flash</i>	Publicado três vezes por ano, desde 2003, divulga notícias sobre as atividades do ICA.
ALA	<i>Revista de la Asociación Latinoamericana de Archivos</i>	Publicação trimestral entre 1987 e 1989 e semestral, de 1990 a 1999, com textos em espanhol e português. Até 1993, era conhecida como <i>ALA: órgano de comunicación de la Asociación Latinoamericana de Archivos</i> .
CIDA	<i>Anuario interamericano de archivos</i>	Publicado anualmente entre 1974 e 1981, era conhecido como <i>Boletín Interamericano de Archivos</i> .
Argentina	<i>Revista del Archivo General de la Nación</i>	Publicado anualmente desde 1971.
	<i>Boletín de la Asociación Archivística Argentina</i>	Publicado desde 1971.
Austrália	<i>Archives &amp; Manuscripts: the Journal of the Australian Society of Archivists</i>	Publicado pela <i>Australian Society of Archivists</i> (ASA), em maio e novembro. Aborda questões relativas à prática e teoria arquivística.

<sup>99</sup> “Após a dispersão inevitável após a conclusão de todo Congresso, a *Revue* vai continuar a ser o ponto de encontro para arquivistas de todo o mundo e será o ponto de partida para as várias iniciativas do Conselho Internacional de Arquivos” (Congresso Internacional de Arquivos (1950): relatório geral sobre as publicações bibliográficas relativas aos arquivos, de Emilio Re).

<sup>100</sup> “CIA – Conseil International des Archives”. Informações sobre as atividades do ICA (1967?).

INSTITUIÇÃO/ PAÍS	PERIÓDICO	OBSERVAÇÃO
Brasil <sup>101</sup>	Mensário do Arquivo Nacional (MAN)*	Periódico mensal do AN, “surgido em janeiro de 1970, sob a própria supervisão do diretor do órgão federal, com uma tiragem de 1500 exemplares, [...] e 17.300 exemplares editados e distribuídos, como as demais publicações, para todo país, Europa, América do Norte, América do Sul e América Central, além de países isolados nos restantes continentes” (ARQUIVO NACIONAL, 1976d, p. 26). Circulou até 1982 (ARQUIVO NACIONAL, 1986).
	<i>Arquivo &amp; Administração*</i>	Primeiro periódico brasileiro especializado na área, publicado pela AAB, com periodicidade regular até 1986. Último número publicado em 2007.
	<i>Acervo*</i>	Publicado pelo AN desde 1986, substituiu o MAN, contribuindo para o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia da pesquisa histórica. A partir de 1993, cada número passa a se dedicar a um tema específico e, a partir de 1996, a artigos exclusivamente historiográficos.
	<i>Arquivo e História*</i>	Publicado desde 1994 pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro.
	<i>Anais do Arquivo Público*</i>	Publicado como <i>Anais da Biblioteca e do Arquivo Público do Pará</i> desde 1902, sua nova versão é publicada anualmente, desde 1995, com uma seção sobre Arquivologia.
	<i>Anais do Arquivo Público do Estado do Ceará</i>	Publica, desde 2005, pesquisas, artigos e documentos históricos relacionados com o acervo documental do Arquivo do Estado Ceará, e de outras instituições que trabalham com a preservação da história e memória daquele Estado.
	<i>Anais do Arquivo do Estado da Bahia</i>	Primeiro número publicado em 1917.
	<i>Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul</i>	Primeiro número publicado em 1977.
	<i>Boletim do Arquivo do Paraná</i>	Primeiro número publicado em 1976.
	<i>Revista do Arquivo Público de Alagoas</i>	Primeiro número publicado em 1962.
	<i>Revista do Arquivo Público Mineiro</i>	Criada em 1896, é publicada até hoje.
	<i>Revista do Arquivo Municipal de São Paulo</i>	Primeiro número publicado em 1934.
	<i>Revista do Arquivo Público Estadual de Pernambuco</i>	Publicada de 1946 até hoje.
	<i>Estudos Históricos*</i>	Publicação semestral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), desde 1988.
<i>Cenário Arquivístico</i>	Publicada pela Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), desde 2000, como o primeiro periódico brasileiro especializado na área.	
<i>Arquivística.net*</i>	Publicação eletrônica semestral, desde 2005, que contempla trabalhos relacionados à área e aos demais campos ligados à CI.	
Canadá	<i>Archives</i>	Publicado pela Associação dos Arquivistas do Quebec desde 1969, com escopo temático que inclui todos os aspectos

<sup>101</sup> No início dos anos 1980, de um total de 47 publicações periódicas da América Latina, no domínio dos arquivos, dezenove eram editadas no Brasil (ARQUIVO NACIONAL, 1982d).

INSTITUIÇÃO/ PAÍS	PERIÓDICO	OBSERVAÇÃO
		relativos à informação registrada e orgânica.
	<i>Archivaria</i>	Desde 1975 é publicado pela Associação dos Arquivistas Canadenses, semestralmente.
	<i>The Archivist</i>	Editada pelo Arquivo Nacional do Canadá com o objetivo de divulgação de acervo. Atualmente está suspensa.
	<i>Cursus</i> *	Publicado semestralmente, desde 1995, pelos alunos da EBSI. É o único periódico associado a um programa de formação universitária.
Colômbia	<i>Carta de Archivo</i>	Circulou na década de 1980.
	<i>Revista del Archivo Nacional</i>	Circulou nos anos 1970.
	<i>Archiblios</i>	Publicado em janeiro, abril e julho de 1986.
	<i>Boletín de la ANABAD</i> *	Publicado de 1990 até hoje, reúne artigos de interesse para a Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia.
	<i>Lligal</i>	Revista da <i>Associació d'Arxivers de Catalunya</i> , especializada em arquivos de associações territoriais.
	<i>Acal y Tria</i>	Especializado em arquivos de associações territoriais; periodicidade irregular.
	<i>Irargi</i>	Atualmente suspenso, era publicado pelo <i>Servicio de Publicaciones del Gobierno Vasco</i> .
	<i>Memoria Ecclesiae</i>	Editada desde 1990, pela <i>Asociación de Archiveros de la Iglesia en España</i> , a revista é especializada em arquivos eclesiásticos.
	<i>Boletín Informativo de Archivos Estatales</i>	Ligado ao Ministério da Cultura, é publicado desde 1999.
Estados Unidos	<i>The American Archivist</i>	Publicado desde 1937 pela Associação dos Arquivistas Americanos. De 1937 a 1997 sua periodicidade foi quadrimestral. A partir de 1998, passa a ser publicado semestralmente. Tem por escopo a teoria e prática arquivísticas.
	<i>Archival Science</i>	Publicação iniciada em 2001, com periodicidade trimestral. Interessa-se por abordagens interdisciplinares e interculturais.
	<i>Prologue: the Journal of Archives</i>	Editado pelo NARA para divulgação de acervo. Publicação quadrimestral.
França	<i>Gazette des Archives</i>	O mais antigo periódico especializado na área, publicado desde 1947 pela Associação dos Arquivistas Franceses. Sua periodicidade é quadrimestral e aberta aos métodos, experiências e fontes relacionadas aos arquivos.
Itália	<i>Archivi per la storia</i>	Publicado pela <i>Associazione Nazionale Archivistica Italiana</i> (ANAI), desde 1988, volta-se para o tratamento arquivístico de fontes primárias para a pesquisa histórica.
	<i>Il mondo degli Archivi</i>	Publicação quadrimestral da ANAI, desde 2006.
Nigéria	<i>African Journal of Library, Archives and Information Science</i> *	Publicado semestralmente, desde 1998, prioriza pesquisas empíricas, mas também contempla artigos teóricos.
Peru	<i>Revista del Archivo General de la Nación</i>	Publicada desde 1972, era conhecida como <i>Revista del Archivo Nacional del Perú</i> .
Portugal	<i>Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação</i>	Publicado desde o início dos anos 1990, pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), volta-se para temáticas críticas acerca do exercício profissional, abordando aspectos teóricos. Hoje tem

INSTITUIÇÃO/ PAÍS	PERIÓDICO	OBSERVAÇÃO
	<i>(BAD)*</i>	duas publicações por ano.
Reino Unido	<i>Journal of the Society of Archivists</i>	Publicado pela Associação de Arquivistas do Reino Unido, semestralmente. Suas temáticas relacionam-se aos interesses dos arquivistas, conservadores e administradores de arquivos, às mudanças e oportunidades decorrentes das tecnologias da informação e às práticas profissionais e pesquisas atuais.
	<i>Records Management Journal*</i>	Publicado desde 1989, volta-se, exclusivamente, para aspectos da gestão de documentos.
Suíça	<i>Études et Sources</i>	Série ligada aos Arquivos Federais Suíços, dedica-se aos relatos dos pesquisadores que trabalham com esses arquivos.
	<i>Inventaires</i>	Também vinculada aos Arquivos Federais Suíços, a série publica descrições de fundos para facilitar sua pesquisa.

Fonte: elaboração própria, com base em Arlettaz (2003-2004), López Gómez (2002), Fonseca (2004), Duchein (1992), Galland (2002-2003), Branche (1961), Delsalle (1998), documentos do Fundo ALA<sup>102</sup>, Arquivo Nacional (1976d; 1979f; 1980e; 1982d; 1986), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1978b; 1978c; 1979a; 1980a; 1980b) na base ABCDM<sup>103</sup>, nos próprios periódicos e *sites* das instituições.

\* Periódicos que acolhem artigos com temáticas arquivísticas, mas não exclusivamente.

<sup>102</sup> *Fundo ALA, rolo 35-98, flash 1; Fundo ALA, rolo 36-98, flash 10.*

<sup>103</sup> Base desenvolvida pelo Prof. Jayme Leiro da Faculdade de Ciência da Informação da UnB, no âmbito da sua pesquisa de doutorado. A base contempla referências de artigos de Arquivologia, Biblioteconomia, CI, Documentação e Museologia, publicados em periódicos brasileiros e portugueses. Agradecemos ao professor por nos ter disponibilizado, gentilmente, as referências dos artigos arquivísticos.

Ainda no âmbito do ICA ou paralelamente às suas atividades, observamos também a atuação de algumas instituições que colaboraram para o desenvolvimento da área. Nessa perspectiva, destacam-se os projetos arquivísticos da UNESCO na América Latina, com suas iniciativas de elaboração de normas específicas (seleção e eliminação de documentos, construção de edifícios de arquivos), organização sistemática da remessa de microcópias de documentos sobre a história dos países em desenvolvimento, formação profissional (inclusive de técnicos em restauração e auxiliares de arquivos), realização de eventos sobre técnicas de arquivos, desenvolvimento de programas culturais por arquivos, bibliotecas e centros de documentação, além da produção e difusão de estudos (ARQUIVO NACIONAL, 1974c). Exemplo dessas últimas preocupações é um número especial de *O Correio*, dedicado ao patrimônio arquivístico da humanidade (ARQUIVO NACIONAL, 1976a).

Branche (1961) menciona a atuação da *Organización de Estados Centroamericanos* (ODECA) por meio do *Comité de Archivos de la Habana*, uma organização membro do Instituto Panamericano de Geografia e História, cuja primeira reunião aconteceu em 1950<sup>104</sup>.

Mediante seus avanços (criação de arquivos, associações, legislação própria, cursos de formação, eventos especializados, obras teóricas etc), a Arquivologia internacional sistematiza-se em torno de algumas correntes, dentre as quais observamos aquelas da década de 1960 quanto à definição dos arquivos, assim descritas por Silva et al (1999, p. 139)<sup>105</sup>:

- a corrente liderada por Schellenberg (dos Estados Unidos): o conceito de “arquivo” contemplava tanto os documentos da administração pública como aqueles das instituições privadas;
- a corrente defendida pelos holandeses e alemães: baseada no tradicional Manual dos Arquivistas Holandeses, excluía os arquivos privados do tratamento arquivístico;
- a corrente representada pelos Países do Leste Europeu (socialistas): contemplava os arquivos temáticos, bem como os manuais literários e científicos, ainda que não inseridos num contexto orgânico;
- a corrente da América Latina: os materiais de arquivo correspondiam àqueles impressos considerados indispensáveis para o conhecimento da história da nação.

---

<sup>104</sup> Esse comitê tomou a iniciativa de reunir o texto de todas as leis e regulamentos em vigor em arquivos da América, bem como as informações sobre os seus equipamentos em microfato e microfilme e planos de todos os edifícios de arquivos. Previu, ainda, a criação de uma escola interamericana de arquivistas e a publicação de uma revista.

<sup>105</sup> É importante ressaltar que a classificação das correntes ou tendências do pensamento arquivístico internacional varia de autor para autor, de acordo com os diferentes critérios utilizados.

Assim, Silva et al observam que, apesar de os debates convergirem para um conceito de “arquivo” que contemplasse a documentação produzida por instituições (nos seus setores de trabalho e acumulada nos seus depósitos) e pessoas físicas, ainda não se tinha uma definição consensual daquilo que deveria ser “material de arquivo” nos diferentes países. Corroborando a análise desses autores, podemos observar que a procura de definição do objeto arquivístico persistia diante das diversas interpretações movidas por necessidades pragmáticas ou por valores ideológicos.

Exemplo dessa falta de consenso é a coexistência de diversos métodos de classificação de documentos: o sistema *filig* dos norte-americanos, baseado na ordenação alfabética; os *dossiers* dos franceses, que permitiam o agrupamento por assuntos nas administrações e uma posterior reclassificação nos arquivos históricos; o *registratur* alemão, pautado num plano prévio de classificação; as classificações decimais utilizadas na Holanda, Dinamarca, Bélgica, etc; e a planificação soviética, que concebia uma classificação nem sempre orgânica. Essa confusão parece justificar-se pela separação entre os arquivos administrativos e os históricos, desprezando-se, em muitos casos, o Princípio da Proveniência, que havia se afirmado no século XIX (SILVA et al, 1999).

Todavia, observamos alguns indícios de sistematização e circulação do pensamento arquivístico no meio de tanta diversidade. Esse pensamento é marcado pelas obras de Schellenberg, nos anos 1960, que passa a constituir, como já apontamos, “a expressão arquivística americana desta época que, em grande medida, veio a influenciar países da América Latina, incluindo o próprio Brasil” (SILVA et al, 1999, p. 143-144).

Esses autores ainda lembram a predominância de questões práticas nessas obras, com poucas contribuições teóricas para a área, mas reconhecem a sua importância, como difusoras da tradição arquivística da Europa no continente americano. Schellenberg conhecia a Arquivologia daquele Continente, nomeadamente a francesa e italiana, revelando sua familiaridade com o “paradigma custodial, patrimonialista e historicista desenvolvido pela tradição francesa dos Archives Nationales e da École National des Chartes”<sup>106</sup>. Nesse contexto, tanto os arquivistas canadenses como os americanos ainda estavam mais preocupados com as questões práticas de organização e descrição dos acervos e, de modo geral, prevalecia a vertente técnica.

Pautados no pensamento de Schellenberg, os norte-americanos, até o final da década de 1970, limitavam a sua utilização do conceito de proveniência no arranjo e descrição de

---

<sup>106</sup> Informações fornecidas por Armando Malheiro da Silva, por mensagem eletrônica de 26 abr. 2010.

atividades (COOK, 1997). Diante da confusão entre o método e as aplicações técnicas, a teoria arquivística começa a ser criticada, mas de forma difusa.

Exemplo dessas críticas é o texto de Scott (1966), australiano que questiona o conceito de *record group*, diante da complexidade administrativa contemporânea. Nesse sentido, o autor propõe a substituição desse conceito, como a primeira categoria de classificação e arranjo de um acervo, pela série, entendida na sua organicidade maior de controle do contexto de produção e acumulação de documentos.

Os próprios norte-americanos, antes voltados para as questões práticas, passam a discutir os aspectos teóricos com mais veemência, como pode ser observado nos vários artigos publicados pela Revista *The American Archivist*, apresentando as diversas visões acerca do tema.

Nessa busca por fundamentação teórica, a concepção norte-americana dos arquivos dá-se no âmbito dos sistemas de informação, sob duas correntes: 1) daqueles que defendem uma revisão dos princípios fundamentais da Arquivologia, sobretudo a partir das questões relativas aos documentos eletrônicos; 2) e daqueles que defendem a manutenção dos princípios da área, independentemente dos suportes. Além disso, a sua valorização do Princípio da Proveniência a partir da década de 1980 tem repercussão no contexto canadense na busca de preservação da identidade da informação arquivística nos documentos eletrônicos (SILVA et al, 1999).

Em 1987 é criado o *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* (GIRA), na *École de Bibliothéconomie et des Sciences de l'Information* (ESBI), da Universidade de Montreal, no Canadá. Segundo Fonseca (2004),

O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L'archivistique a-et-elle trouvé son identité*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em torno das especificidades do fenômeno internacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística. (FONSECA, 2004, p. 13-14).

De fato, como veremos adiante, esse artigo apresenta a Arquivologia livre da sua submissão tradicional à História, numa configuração recente no mundo da informação, quando passa a estabelecer parcerias com outras disciplinas para dar conta das demandas de recuperação da informação (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988). Desse modo, esse artigo parece ter marcado a entrada da Arquivologia no campo da informação.

Como pontuam Silva et al (1999), embora ainda não existisse consenso, no final dos anos 1970, a Arquivologia se fortalece teoricamente, sobretudo nos Estados Unidos e no Canadá.



Na Espanha, a incorporação dos profissionais às tendências norteamericanas (com destaque para as contribuições de Schellenberg) está alinhada à generalização dos princípios e técnicas arquivísticos (sobretudo quanto à proveniência), à implantação de normas internacionais e novas tecnologias, à atuação docente nas universidades e à proliferação de pesquisas por esses docentes. Mais especificamente, a influência dos Estados Unidos pode ser percebida na avaliação, seleção e eliminação de documentos no âmbito da sua gestão, cujas preocupações básicas se voltam para a unicidade do documento arquivístico e controle das massas documentais (LÓPEZ GÓMEZ, 2002).

Segundo esse autor, na trajetória da Arquivologia espanhola, não podemos nos esquecer, também, das contribuições francesas, sintetizadas por Duchein. Destacam-se, ainda, as relações entre a Arquivologia e a gestão de documentos e, mais recentemente, o entendimento global ou, para usar uma expressão canadense, “integral” dos arquivos, vinculados ao mundo da informação. Em contrapartida, Silva et al (1999) salientam que a grande contribuição dos espanhóis diz respeito ao conceito de *documento de arquivo*, numa abordagem diplomática, a qual valoriza o seu valor de prova. Nessa perspectiva, a Arquivologia espanhola teria influenciado com bastante peso os países latinos.

As interlocuções arquivísticas entre os diferentes países são apontada pelos estudiosos portugueses, com destaque para o caso de Portugal, que tinha seu ensino baseado em manuais estrangeiros (particularmente as obras de Schellenberg e o *Manuel d'Archivistique* da França) e que, a partir do 1º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (Porto, 1985), passa a ter contato com outras realidades e pesquisas arquivísticas (SILVA et al, 1999)<sup>107</sup>. Daí pode ser novamente inferida a relevância dos eventos científicos para a troca de experiências e, logo, para o avanço do pensamento arquivístico.

Ainda sobre as contribuições canadenses, devemos nos lembrar da concepção dos “arquivos totais”, que ganha forma nos anos 1960-1970 e cuja premissa assenta-se na integração dos documentos públicos e privados, produtos das atividades de indivíduos e da sociedade como um todo, no âmbito da função dos arquivos como guardiães da memória social e da identidade histórica (COOK, 1997; COOK, 1998; DUCHEIN, 1993).

Os canadenses fazem, portanto, uma reapropriação das bases arquivísticas, com a utilização do Princípio da Proveniência mais voltada para a informação, o conhecimento e o contexto de produção dos documentos. Nesse cenário, é criada a *Association des Archivistes*

---

<sup>107</sup> Por outro lado, com a criação do Instituto Português de Arquivos (1988), a Arquivologia portuguesa teria grande projeção internacional (SILVA et al, 1999).

*du Québec* (1967) que, dois anos mais tarde, lança a Revista *Archives*, uma referência na Arquivologia.

Gagnon-Arguin (1992) afirma que a Arquivologia quebequense se desenvolveu a partir das influências francesa e norteamericana, configurando-se, a partir da década de 1970, como uma disciplina que contempla todo o ciclo de vida documental. Essa vertente vem sendo difundida no mundo com obras de Carol Couture, Jean-Yves Rousseau e Daniel Ducharme, pesquisadores vinculados à *Université de Montréal*. Entretanto, outras tendências, como a norteamericana, perpassam a Arquivologia de Quebec, o que tem propiciado diversas discussões favoráveis ao aprofundamento da disciplina.

De toda forma, a Arquivística Integrada tem grande repercussão mundial nas últimas décadas do século XX, contribuindo valiosamente para os avanços da disciplina (ver produção canadense no apêndice A). Ao tomar rumos diferentes daqueles apontados pelos holandeses ou mesmo por Jenkinson, sobretudo a partir dos anos 1990, essa abordagem amplia o tradicional Princípio da Proveniência, numa tentativa de reconhecer e respeitar a intenção por trás desse tradicional princípio, relacionando a informação registrada com o contexto da atividade orgânica (pessoal ou institucional). O foco passa a estar nas propriedades do documento como testemunho de ações e transações do seu produtor e, portanto, no contexto orgânico da produção e manutenção dos registros, de forma que se analise e avalie a importância das funções estatais, seus programas, atividades e operações, bem como as interações com os cidadãos, ou seja, por que os documentos são criados. Nessa perspectiva, a avaliação deriva de uma leitura "hermenêutica" dos registros, num processo de macroavaliação, entrecruzando a análise funcional (orgânica) e a diplomática (individual) dos documentos para contextualizar a sua produção (COOK, 1997).

A partir dessa análise, Cook aponta os desdobramentos da “redescoberta” do Princípio da Proveniência pelos canadenses, em relação a, pelo menos, três questões:

- a estratégica macroavaliação no âmbito do recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional do Canadá, adotada em alguns outros países e jurisdições. Esta estratégia busca, segundo ele, articular as funções (proveniência) com a variedade de suportes, de modo a refletir, no registro de arquivamento dos documentos, as funções, os programas e atividades dos produtores e da sociedade com os quais interagem ou cujos valores indiretamente refletem;
- o desenvolvimento de um sistema de normas de descrição que substitui a proposta de *record group*: com a proveniência centrada no conceito de *fundo* de arquivo, esse sistema concebe uma descrição multinível (considerando as unidades de arquivo do

geral para o particular) e com o multirrelacionamento de suportes para todas as entidades de registro num fundo único<sup>108</sup>. Essa proposta ainda defende a necessidade de proteger a proveniência por meio do controle de autoridade, para iluminar as relações entre produtores diversos<sup>109</sup>, bem como a codificação de regras precisas para descrever os arquivos dentro desse reordenado universo<sup>110</sup>;

- e a criação de vários programas de pós-graduação voltados para a Arquivologia, que propiciam a expansão desses avanços.

A leitura que os europeus fazem da proposta canadense de ressignificação do Princípio da Proveniência diz respeito à sua interpretação contingencial, mais que literal; e conceitual, mais que física, para dar conta das novas formas documentais que vêm surgindo (COOK, 1997). Na França, por exemplo, essa proposta é aceita considerando a intervenção na produção do documento de hoje como garantia do trabalho do historiador de amanhã (FAVIER, 2001, p. 50). E mesmo com publicações mais voltadas para a prática (apêndice A), as preocupações teóricas não deixam de existir. Algumas obras de Bruno Delmas<sup>111</sup> e de Michel Duchein<sup>112</sup>, quanto à trajetória e ensino arquivísticos, são referências nesse sentido.

Observa-se, portanto, a adesão da tradição francesa (“chartista”) à tendência de ampliação da área, contemplando os arquivos administrativos no Canadá, EUA, Reino Unido e na própria França (SANTOS, 1977, p. 7-8). É assim que os arquivistas buscam mudar sua postura, deixando de ser meros receptores de documentos e assumindo um papel mais dinâmico, colaborando com as administrações na gênese documental e no ciclo de vida documental, da sua criação à sua destinação final. Conseqüentemente, verifica-se o fortalecimento da autoridade central, com pessoal especializado sob sua orientação e controle; a organização de depósitos de arquivamento intermediário; e a expansão das atividades do arquivista.

<sup>108</sup> Como pode ser constatado na ISAD(G), publicada em 1994, traduzidas para o português em 2000. Informações disponíveis em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad\\_g\\_2001.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isad_g_2001.pdf)>. Acesso em 23 out. 2009.

<sup>109</sup> A ISAAR(CPF), publicada em 1996, complementa a ISAD(G), regulando a descrição do produtor. Sua tradução para o português deu-se em 2004. Informações disponíveis em: <[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar\\_cpf.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/isaar_cpf.pdf)>. Acesso em 23 out. 2009.

<sup>110</sup> Lacasse e Lechasseur (1996-1997) explicam que no Canadá foram então criados *record groups* coletivos (reunindo arquivos de pequenas organizações públicas) e *record groups* temáticos (para agrupar documentos produzidos por instituições de domínios afins, com o objetivo de facilitar a sua recuperação por pesquisadores).

<sup>111</sup> DELMAS, Bruno. Trente ans d’enseignement de l’Archivistique en France. *La Gazette des Archives*. Paris, 1988.

<sup>112</sup> DUCHEIN, Michel. The history of European Archives and the developments of archival profession in Europe. *The American Archivist*, Chicago, 55, 1992; DUCHEIN, Michel. *Études d’Archivistique, 1957-1992*. Paris: Association des Archivistes Français, 1992.

Apesar de a Arquivologia ter tecido uma forte tradição na França, Duchein (1993) afirma que até os anos 1970 o País não havia produzido qualquer manual arquivístico. As orientações práticas vinham de circulares da Direção dos Arquivos da França (publicadas em 1884, 1922, 1931 e 1958) e de publicações “essencialmente práticas” como aquelas de Champollion-Figeac<sup>113</sup>, de Richou<sup>114</sup> e de Desjardins<sup>115</sup>. É a partir dessa década que o pensamento francês começa a ter repercussão teórica no mundo, com obras conhecidas pelos argentinos, australianos, canadenses e russos<sup>116</sup>.

A importância da abordagem canadense, por sua vez, é reconhecida por Lopes (1997-1998), como uma tendência contemporânea no processo de internacionalização da Arquivologia, ou seja, no desenvolvimento de estudos por pesquisadores oriundos de diversos países.

Quanto aos australianos, estes questionam a validade da tradição do Princípio da Proveniência, pontuando as múltiplas relações existentes entre os documentos e seus produtores e dos produtores entre si. Eles alertam para o conceito de *accountability* no mundo dos arquivos, demonstrando os avanços acerca de questões éticas, sobretudo quanto ao acesso às informações. Essas preocupações têm repercussão no pensamento francês e canadense, como aponta Cook (1997), reconhecidas no conceito do *continuum*.

No caso da América Latina, Silva et al (1999) identificam a influência espanhola e norte-americana. Quanto ao Brasil, buscaremos compreender os diálogos entre as práticas e teorias arquivísticas internacionais e nacionais a partir do próximo capítulo.

De toda forma, considerando esses avanços do pensamento arquivístico e a sua circulação, os estudiosos da área reconhecem que a década de 1970 é um marco para a história da Arquivologia internacional, quando as preocupações teóricas ganham forma, numa abordagem mais científica. As principais questões que passam a compor os eventos da área são: a relação entre os arquivos e seus usuários, a liberdade de informação e o direito à privacidade, a necessidade de preservação e segurança dos documentos, a reconstituição dos patrimônios arquivísticos internacionais<sup>117</sup> (SILVA et al, 1999).

---

<sup>113</sup> *Les archives départementales de France, Manuel de l'archiviste des prefectures, des mairies et des hospices* (1860).

<sup>114</sup> *Traité théorique et pratique des archives publiques* (1983).

<sup>115</sup> *Le service des archives départementales* (1890).

<sup>116</sup> Embora saibamos que bem antes desse período o pensamento arquivístico francês já fosse reconhecido como referência na área, uma vez que o STIA já acolhia profissionais de arquivo de todo o mundo desde os anos 1950. No Brasil, esse pensamento já tinha sua repercussão nessa época, quando um professor francês é convidado para dar palestras sobre a organização dos arquivos do seu País, como veremos no próximo capítulo.

<sup>117</sup> As necessidades de reconstituição de acervos levam a UNESCO e o ICA a instituírem as “missões” de arquivistas para ajuda técnica aos países descolonizados.

A UNESCO, que desde o final dos anos 1940 já vinha atuando em prol dos arquivos por meio do ICA, em 1972, na sua Conferência Geral (Paris), anuncia que

[...] a maior parte dos Estados membros da UNESCO compartilha das preocupações do Conselho em matéria de desenvolvimento das infraestruturas de arquivos, particularmente do Terceiro Mundo. Tornou-se igualmente evidente, que as direções dos Arquivos dos diferentes países deveriam estreitar relações com as comissões nacionais da UNESCO tendo em vista facilitar a concretização da nova política arquivística aprovada pela XVIIa. Sessão da Conferência Geral. (ARQUIVO NACIONAL, 1974d, p. 7).

A partir dessa década o movimento associativo se fortalece internacionalmente e no Brasil, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), conforme quadro 11. A importância dessas associações é assinalada por Gagnon-Arguin (1992), que lembra sua derivação, em alguns casos, de associações de historiadores (como no Canadá e nos Estados Unidos) e o seu papel para a configuração e os avanços da profissão, o que nos remete às reflexões de Abbott (1988) sobre a jurisdição das profissões.

**Quadro 11: Associações de arquivistas no mundo (1904-2006)**

ASSOCIAÇÃO	PAÍS	ANO DE CRIAÇÃO
<i>Association professionnelle des archivistes français</i>	França	1904
<i>Archives et Bibliothèques de Belgique - Archief- en Bibliotheekwezen van België</i>	Bélgica	1921
<i>Association des Archivistes Suisses (AAS)</i>	Suíça	1922
<i>Society of American Archivists (SAA)</i>	Estados Unidos	1936
<i>Fédération Internationale des Archives du Film (FIAF)</i>	Bélgica	1938
<i>Society of Archivists</i>	Reino Unido	1947
<i>Society of Finnish Archivists</i>	Finlândia	1947
<i>Associazione Nazionale Archivistica Italiana (ANAI)</i>	Itália	1949
<i>Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas (ANABAD)</i>	Espanha	1949
Associação dos arquivistas croatas	Croácia	1954
Associação dos Arquivistas Eclesiásticos	Itália	1956
<i>South African Society of Archivists (SASA)</i>	África do Sul	1960
<i>Asociación Peruana de Archiveros</i>	Peru	1961
<i>Association des Archivistes du Québec (AAQ)</i>	Canadá	1967
<i>Association des Archivistes Françaises</i>	França	1969
Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB)	Brasil	1971
Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD)	Portugal	1973
<i>Association of Canadian Archivists (ACA)</i>	Canadá	1975
<i>Australian Society of Archivists (ASA)</i>	Austrália	1975
Associação dos arquivos diocesanos da Áustria	Áustria	1976
<i>Associació d'Arxivers de Catalunya (AAC)</i>	Espanha	1985
<i>Czech Society Archives (CSA)</i>	Nigéria	1990
<i>Southeast Asia Pacific Audio Visual Archives Association (SEAPAVAA)</i>	Austrália, Nova Zelândia e Ilhas do Pacífico	1996
Associação dos arquivistas sérvios	Sérvia	2000
<i>Asociación de Archiveros del Principado de Asturias (AAPA)</i>	Espanha	2006

Fonte: elaboração própria, com base em Gagnon-Arguin (1992), Couture (2000-2001), Couture, Ducharme, Rousseau, (1988), Bertini (2002-2003), Burgy e Roth-Lochner (2002-2003), Depoortere (2002-2003), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1977c) e nos sítios eletrônicos da UNESCO<sup>118</sup> e das próprias associações.

<sup>118</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.unesco-ci.org/cgi-bin/portals/archives/page.cgi?g=Communities%2FAssociations>>. Acesso em 02 nov. 2010.

Em 1976 é criado o PGI, voltado para as atividades da UNESCO em matéria de informação especializada, de documentação e de arquivos. No ano seguinte, no âmbito desse Programa e do ICA, é criado o *Records and Archives Management Programme* (RAMP), que deveria abarcar as políticas de arquivos, regras e normas, infraestruturas, formação e investigação para o desenvolvimento nacional, regional e internacional. As publicações dos estudos desse Programa são apresentadas no apêndice D.

Os diversos temas desenvolvidos no âmbito do RAMP convergem para: a criação da consciência e promoção da compreensão, entre e dentro dos Governos dos Estados-Membros, do valor e da utilidade dos documentos de arquivo como recursos de informação de base; o auxílio aos países, na organização e desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de arquivos e serviços necessários para a efetiva utilização desses recursos de informação; a promoção e divulgação do conhecimento por meio da formação de profissionais na área de arquivos e gestão de documentos, como base sólida para as políticas de arquivos e de desenvolvimento (RASTAS, 1992).

Couture faz uma pesquisa junto às escolas de Arquivologia e CI vinculadas às universidades na Europa Ocidental, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania, América do Sul e América do Norte, com o fim de verificar os impactos dos estudos RAMP na formação de arquivistas. Dentre os seus resultados, o pesquisador constata a grande utilização desses estudos para: a preparação de cursos/palestras ou de trabalhos práticos, sendo, inclusive, distribuídos aos estudantes; trabalhos de pesquisa teórica; e desenvolvimento de programas de ensino. Por um lado, são observadas dificuldades de acesso a essas publicações, geralmente decorrentes das limitações de leitura em inglês e francês. Por outro, as opiniões (inclusive do Brasil) convergem para o reconhecimento desses estudos como documentos de referência para os arquivistas e gestores de documentos, que lhes permitem aprofundar e atualizar suas competências técnicas e profissionais. Desse modo, na sua repercussão internacional, “Os estudos RAMP muito contribuem para o desenvolvimento e difusão da Arquivística no mundo inteiro” (COUTURE, 1993, p. 8, tradução nossa).

Além dessas publicações, a UNESCO toma a iniciativa de empreender, no âmbito do PGI, um projeto para formulação de normas, regras e diretrizes na área de arquivos e pré-arquivamento, em 1980. Nesse contexto, a ABNT, pelo Subcomitê de Documentação, constitui uma comissão de estudos de Arquivologia, com grupos de trabalho voltados para a terminologia em língua portuguesa e controle e arranjo de documentos (ARQUIVO NACIONAL, 1980f), conforme apresentado no quadro 6.

Diante dessas iniciativas e avanços internacionais, Silva et al (1999) lembram os impactos tecnológicos nos arquivos e a aproximação da Arquivologia à CI, intensificadas nos anos 1980 e 1990.

No entanto, ainda havia países da América Latina que não tinham arquivistas formados em cursos regulares; em outros países, existiam apenas um ou dois arquivistas. Diante desse quadro, na Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento dos Arquivos (Washington, 1972), a OEA, no âmbito do seu Projeto Multinacional de Desenvolvimento de Arquivos, decidiu oferecer um programa arquivístico para a América Latina, que contemplasse cursos de capacitação em Córdoba (Argentina) e Madri (Espanha). Esse programa tinha por objetivo: “Formar e aperfeiçoar pessoal especializado na organização e direção de arquivos históricos e administrativos, e na organização e catalogação de seus acervos a fim de ser preservado o patrimônio histórico e cultural dos povos da América” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a).

Em Madri, os *Cursos sobre Organización y Administración de Archivos* eram realizados pela Direção Geral de Arquivos e Bibliotecas, com o patrocínio da OEA, do Ministério dos Negócios Exteriores e do Ministério da Educação e Ciência da Espanha, na *Escuela de Documentalistas* e iniciaram em 1973. Dirigidos pela prof<sup>a</sup> Vicenta Cortés Alonso, prepararam doze funcionários de arquivos de dez países iberoamericanos, incluindo o Brasil, representado por Regina Alves Vieira (ARQUIVO NACIONAL, 1974c). Em seu relato de participação nesse Curso, Regina menciona a criação, pelos bolsistas do mesmo, da Federação Iberoamericana de Arquivistas (FIDA, hoje FIA) (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974a). Ela ainda descreve “A construção do arquivo: uma experiência trazida da Europa” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975b).

A programação das atividades contemplava teoria e prática das técnicas arquivísticas, visitas a diversos arquivos do País e “intenso intercâmbio de conhecimentos e experiências com os profissionais espanhóis” (ARQUIVO NACIONAL, 1974e, p. 12). Esses cursos tiveram um boletim informativo, de publicação anual, a *Gacetilla*.

Em Córdoba, os *Cursos Interamericanos de Capacitación Archivística* começaram em 1974 e eram realizados no *Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos* (CIDA), que funcionava na *Escuela de Archiveros* da *Universidad Nacional de Córdoba*. Seu programa contemplava: teoria dos arquivos; produção e administração de documentos; ordem e classificação; descrição e catalogação de edifício e equipamento; conservação e restauração; legislação e consulta; e Paleografia latinoamericana. Os participantes do curso ainda deveriam

fazer estágio de um mês no *Archivo General de la Nación*, em Buenos Aires (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973a).

A partir desses cursos, seus participantes ainda deveriam compartilhar e multiplicar os conhecimentos adquiridos em seus países de origem. Tanto que a preferência de participação era dada a docentes, tendo em vista a estruturação da carreira de arquivistas na América Latina. Como veremos no próximo capítulo, vários brasileiros participaram desses cursos, em vários casos como bolsistas da OEA.

Nos anos 1980, a OEA continua oferecendo bolsas de estudo para o Curso de Habilitação em Arquivos da Administração Pública, na Universidade de Córdoba (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979b).

Além do STIA e dos cursos oferecidos pela OEA, em convênio com o CIDA, havia cursos oferecidos pelo governo alemão em colaboração com a Escola de Arquivo de Marburg, no final dos anos 1970, com bolsas de estudo (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978c).

A cooperação arquivística internacional no início da década de 1980 foi assim descrita pelo ICA:

**Quadro 12: Cooperação arquivística internacional (déc. 1980)**

DOMÍNIO PROFISSIONAL	ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS	FORMA DE COOPERAÇÃO
Formação profissional	IFLA, FID	Reuniões periódicas; elaboração de programas de formação
Formação especializada (arquivos audiovisuais)	FIAT, FIAF, ISA	Seminários
Arquivos correntes e gestão de documentos	IRMC	Cooperação permanente
Conservação e restauração	IFLA, IADA	Estudo de programa conjunto
Arquivos audiovisuais	FIAT, FIAF, IASA, IFLA	Mesas redondas periódicas
Arquivos de arquitetura	ICAM, UIA	Mesas redondas periódicas
Educação de usuários	CIGH	Seminários e publicações
Estudos balcânicos	CIBAL	Seminários, instrumentos de trabalho, microfilmagem
Normalização	ISO	Participação nos trabalhos de comitês técnicos de informação e documentação, de processos, dados e documentos no comércio, indústria e administração e aplicação de gestão de documentos.

Fonte: Conselho Internacional de Arquivos (1984, p. 24, tradução nossa).

Ao longo dessa trajetória, observamos o surgimento e configuração de algumas tendências em razão das demandas sociais que reformularam e/ou deram vazão a novas práticas, estudos e reflexões, muitas vezes criticando ou se reposicionando em relação à



tradição arquivística. O papel tradicional dos arquivos (subordinados aos interesses da História e da Administração) é criticado e realinhado pelas crescentes demandas de informação, sobretudo a partir das duas guerras mundiais. Buscando parcerias com outras disciplinas, a Arquivologia se reconfigura contemporaneamente, abrigando pressupostos, princípios e ideias antigas e acolhendo outros aspectos e questionamentos, oriundos das demandas mais atuais.

Como já apontaram Silva et al as correntes no entendimento da Arquivologia e dos próprios arquivos coexistem:

Por um lado, há os que continuam a ver a Arquivística essencialmente confinada à problemática dos arquivos históricos, considerando o *records management* como uma área distinta; por outro, há os que, invocando a “era da informação”, se afastam dos princípios estruturantes da disciplina e vêem a Arquivística como um corpo de doutrinação empírica (ou somatório de técnicas), cujo único objectivo é responder pragmaticamente às solicitações informativas da sociedade; finalmente, ainda, surgem os defensores de uma nova corrente que encontra na informação arquivística uma individualidade própria, articulada com um modelo teórico preciso – é a defesa da Arquivística como Ciência da Informação. (SILVA et al, 1999, p. 156).

Lopes (1997-1998) considera a coexistência de três correntes no pensamento arquivístico internacional: 1) a da Arquivologia tradicional, que se preocupa predominantemente com os arquivos históricos e é representada pela França e outros países do continente europeu ocidental; 2) a da *records/information management*, voltada para os arquivos correntes e representada pelos Estados Unidos; 3) e a da Arquivística Integrada, corrente que se consolidou no Canadá, sobretudo no Quebec. Quanto à tradição arquivística nos países latinos, o autor (1997-1998) aponta a sua fragilidade ou até mesmo a falta de sua configuração.

A leitura atual da gestão de documentos – que ganha força nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial, como apontamos nas questões que orientam esta pesquisa – pelas diversas tradições arquivísticas, é sintetizada por Cruz Mundet (1996)<sup>119</sup> no pensamento dos europeus, canadenses e australianos.

Vivas Moreno (2004) sintetiza esses movimentos, reconstruindo a história da Arquivologia em períodos particulares que marcam a sua trajetória: 1) a Arquivologia como instrumento indutivo e funcional, quando a disciplina é tida como procedimento empírico e, o arquivo, como um sujeito individual, agente da função administrativa; 2) a Arquivologia como doutrina patrimonial e juridicoadministrativa, quando a disciplina, como doutrina jurídica, está a serviço da administração, há o desenvolvimento da organização administrativa

<sup>119</sup> Cruz Mundet (2006, p. 35) explica que essas diferenças são mais políticas que geográficas.

e, conseqüentemente, a complexidade da prática documental; 3) a Arquivologia como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa, com destaque para o Princípio da Proveniência e de Respeito aos Fundos e o desenvolvimento da descrição e da elaboração dos instrumentos de pesquisa; 4) e a Arquivologia na Sociedade do Conhecimento, com um campo de atuação ampliado, com sua cientificidade expandida até o âmbito da CI.

Ao analisar a evolução do conceito de *arquivo* Silva (2009) identifica três visões não excludentes: a histórica, que focaliza o valor histórico dos documentos como bens culturais; a gerencial, centrada no serviço técnico dos arquivos administrativos; e a informacional, preocupada com a recuperação da informação.

Armando Malheiro da Silva (2006, p. 19-20), por sua vez, distingue dois paradigmas na trajetória da área: o custodial e o pós-custodial. O primeiro, também chamado de “historicista”, “empírico-patrimonialista”, “tecnicista” ou “estático”, sobrevaloriza a guarda e conservação dos documentos; contrapõe o papel do arquivo (seu serviço e missão) entre a erudição e a cultura popular; realça a memória como fonte legitimadora do Estado-Nação; valoriza o acesso ao conteúdo documental, via instrumentos de pesquisa, mais que o seu “imperativo informacional”; é perpassado pelo “espírito corporativo”, que, de acordo com o estudioso, confunde profissão e ciência, equivocadamente concebendo disciplinas autônomas (a Arquivologia e a Biblioteconomia) a partir de profissões (arquivista e bibliotecário).

O segundo paradigma, também reconhecido pelo autor como “dinâmico, informacional e científico” (SILVA, 2006, p. 21), é assim por ele caracterizado: valoriza a informação mais que o suporte; prioriza o acesso público, como justificativa e legitimação da custódia e preservação; valoriza os modelos teoricoscientíficos no conhecimento da informação social; situa o quadro teoricofuncional na compreensão do social e do cultural nos modelos formativos dos profissionais da informação; concebe a “lógica científico-compreensiva da informação na gestão”, articulando a gestão organizacional às práticas e informações sociais. Nessa nova configuração, ainda que inserida no âmbito das Ciências da Informação, a Arquivologia tornar-se-ia uma disciplina diferente, independente, sem, contudo, perder seus elos anteriores (SILVA et al, 1999).

Os arquivos são então considerados como sistemas de informação e o arquivista assume o papel de um profissional da informação. Quando a Arquivologia começa a ter sua individualidade defendida no âmbito das “Ciências da Informação”, busca-se a sistematização do conhecimento arquivístico, bem como a normalização do acesso aos arquivos e à informação. Nesse sentido, esses estudiosos defendem uma concepção sistêmica dos arquivos, articulados entre si e com outros sistemas (politicoeconômicos, juridicoadministrativos e

culturais). Essa abordagem parece favorecer o entendimento do *campo transcienceífico* da Arquivologia, a partir das reflexões de Knorr-Cetina (1981), embora o analisemos na perspectiva do campo da informação e não propriamente da Ciência da Informação, como o fizeram os portugueses.

Michael Cook, por sua vez, distingue cinco modelos de formação em Arquivologia no plano internacional: a tradição europeia, a ítalo-hispânica, a britânica, a norte-americana e aquelas dos países em desenvolvimento, que tem um grau de homogeneidade, embora predominem características contingenciais de cada país (apud BRITTO, 1995). Britto (1995) sintetiza as cinco correntes apresentadas por Cook, em duas: uma baseada na concepção de uma Arquivologia historicoerudita e a outra, bibliodocumentária. Segundo a autora, a Arquivística Integrada, anunciada pelos canadenses, se tece a partir da interrelação entre essas duas correntes.

Segundo Terry Cook (1997), essas tendências resumem a trajetória do pensamento arquivístico internacional e retomam as ideias de estudiosos que marcaram esse pensamento: Muller, Feith e Fruin (holandeses), com a articulação formal dos princípios teóricos arquivísticos; Jenkinson (inglês), com a defesa do documento como prova; Schellenberg (norte-americano), com as suas tentativas de solução dos problemas decorrentes da produção e acumulação dos grandes volumes documentais; Hans Booms (alemão) e Helen Wila Samuels (norte-americana), acerca da ampliação do contexto arquivístico para a sociedade; Hugh Taylor (canadense), com uma visão mais perspectiva dos arquivos, menos presa ao passado histórico; canadenses e australianos, com a sua releitura do Princípio da Proveniência direcionada para a complexidade de produção dos documentos contemporâneos; e David Bearman (norte-americano), defendendo o papel de “auditor” que o arquivista deve exercer, tendo em vista a preservação da proveniência e transparência dos documentos eletrônicos.

A partir dessa análise, Cook apresenta cinco questões, que, no seu entendimento, marcaram e mudaram os rumos das bases teóricas arquivísticas:

- as razões de existência dos arquivos, que ultrapassaram o âmbito do Estado e passaram para o contexto privado, isto é, das, para e pelas pessoas;
- o direcionamento do discurso arquivístico no sentido da preservação da autenticidade e fidedignidade dos documentos como provas de ações e transações, saindo de uma proteção custodial que privilegiava alguns documentos em detrimento de outros, para a preservação dos documentos que registrem ações e transações como um todo. Com os documentos eletrônicos, a preservação passa a ser mais funcional (intelectual) que física;

- o entendimento dos princípios da teoria arquivística, que agora se voltam para a análise do registro dos processos de produção em vez do arranjo e descrição dos produtos registrados nos arquivos. Ou seja, a Arquivologia passa a ser mais interpretativa do contexto funcional e menos descritiva;
- a superação da ideia do papel passivo e imparcial do arquivista, como não interventor. Nesse sentido, o arquivista passa de um mero guardador de papéis a um construtor da memória;
- e a compreensão essencial de que a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto de leis científicas imutáveis, desinteressadamente constituídas e irrefutavelmente aplicáveis em todos os tempos. Os principais pensadores do mundo arquivístico contemporâneo reinventaram o conceito de *arquivo* de forma crítica, conforme as demandas e discursos vigentes em seus países.

Na França, por exemplo, os arquivos nacionais passam por uma “crise” de identidade na década de 1990, cujo principal questionamento era a falta de uma política científica diante das demandas sociais em expansão. A resposta a essa crise, segundo Guerreau<sup>120</sup> (apud ARLETTAZ, 2003-2004, p. 9) pode ser resumida na nova postura da *École des Chartes*: “considerar os arquivos como um fato social, político e científico global”.

A partir da síntese de alguns autores sobre os movimentos da trajetória dos arquivos e da Arquivologia, podemos traçar os marcos da trajetória das práticas e do pensamento arquivístico internacional e da sua configuração contemporânea (sintetizados no quadro 13), que, perpassados por tendências decorrentes das demandas por organização e acesso aos documentos, acabaram por delinear concepções teóricas diversas da Arquivologia, de acordo com diferentes aspectos práticos e teóricos considerados (quadro 14) e mais ou menos homogêneas, conforme a sua circulação e apropriação pelos diversos países, conforme apresentado por alguns autores da área (quadro 15).

Podemos verificar, nesses três quadros, certa confusão entre as práticas, as teorias, o estatuto científico e o objeto da área, na definição das tendências históricas arquivísticas. Entretanto, parece haver um tênue consenso acerca da crescente complexidade e dinâmica dos arquivos em relação às demandas sociais por informação, que acaba por influenciar os contornos da disciplina em torno de um objeto mais intelectual e menos físico.

---

<sup>120</sup> GUERREAU, Alain. *L'avenir d'un passé incertain: quelle histoire du Moyen Âge au XXIe siècle*. Paris: Seuil, 2001.

**Quadro 13: Características e marcos das práticas e do pensamento arquivístico internacional por período**

PERÍODO	CONTEXTO INTERNACIONAL	CARACTERÍSTICAS E MARCOS DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO
Antiguidade	<p>- Os museus, bibliotecas e arquivos são concebidos como lugares sagrados, destinados à guarda da memória;</p> <p>- já existem grandes volumes de documentos registrados em argila e papiro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As bases dos sistemas de organização e manutenção dos arquivos estão configuradas em documentos escritos oriundos dos sistemas burocráticos que perpassam as sociedades greco-romanas;</li> <li>- uso indiferenciado do termo <i>arquivo</i> para documentos correntes e não correntes;</li> <li>- noção de organicidade no âmbito diplomático e arquivístico, mas não de proveniência, como entendemos hoje;</li> <li>- estrutura organizacional, com critérios seletivos de classificação e preservação;</li> <li>- reconhecimento do valor informativo dos documentos (tabuinhas de argila);</li> <li>- controle dos documentos acumulados via instrumentos de referência;</li> <li>- preocupação com a autenticação dos documentos por instituição oficial;</li> <li>- preocupação com a publicidade dos documentos;</li> <li>- preocupação com os documentos privados de interesse público;</li> <li>- ideia de arquivo central;</li> <li>- sistema de manutenção dos documentos públicos (preservação e acesso).</li> </ul>
Idade Média	<p>Preocupações com a exaustividade nos diversos campos do conhecimento: as compilações de obras por assuntos específicos eram comuns.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cristalização e vulgarização do conceito de <i>arquivo</i>;</li> <li>- confusão entre biblioteca e arquivo;</li> <li>- confusão em relação aos arquivos privados e públicos;</li> <li>- concepção de arquivos centrais para os depósitos governamentais;</li> <li>- revitalização do papel dos arquivos, voltados para a conservação dos documentos para além da sua perspectiva jurídica e patrimonial (séc. XII);</li> <li>- os arquivos passam a servir aos interesses da História (séc. XIII);</li> <li>- reconhecimento do valor político e administrativo dos documentos;</li> <li>- preocupações com o controle do registro do recebimento e expedição de documentos;</li> <li>- os arquivos passam a servir aos interesses da Administração (séc. XIV);</li> <li>- movimentos de nomeação de arquivistas oficiais nas cortes europeias;</li> <li>- preocupação com a concepção de inventários;</li> <li>- importância dos arquivos notariais;</li> <li>- noção do Princípio da Territorialidade;</li> <li>- concepção instrumental dos arquivos (séc. XV).</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO INTERNACIONAL	CARACTERÍSTICAS E MARCOS DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO
Século XVI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renascentismo;</li> <li>- Humanismo;</li> <li>- preocupação em guardar testemunhos do passado para resgatar sua genealogia social e cultural – “civilização da inscrição” – com acepções enciclopédicas (universais) e classificatórias (por semelhanças).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concepção do documento de arquivo como fonte autêntica para o desenvolvimento do trabalho erudito;</li> <li>- intensificação da procura dos arquivos em função do valor secundário dos documentos;</li> <li>- constituição de vários arquivos, com distintas noções de <i>arquivo</i> e de métodos;</li> <li>- aumento considerável dos depósitos de documentos (em número, extensão e diversidade de acervos);</li> <li>- fusão de diversos acervos num mesmo espaço;</li> <li>- generalização e regulamentação dos arquivos estaduais;</li> <li>- reconhecimento da origem administrativa dos documentos;</li> <li>- concepção jurídica do serviço de arquivo;</li> <li>- noção de <i>arquivo</i> como fonte de informação, inclusive sobre o passado;</li> <li>- caráter privado do acervo, cujo acesso deveria ser outorgado pelo soberano;</li> <li>- a noção de <i>arquivo público</i> ganha forma;</li> <li>- desenvolvimento dos arquivos privados;</li> <li>- existência de noções práticas quanto ao que mais tarde denominar-se-ia “Princípio de Respeito aos Fundos”;</li> <li>- surgimento dos primeiros manuais, na tentativa de formalizar os conhecimentos práticos para garantir a sua transmissão e difusão em maior escala;</li> <li>- manutenção do caráter prático da profissão, com a regulamentação das suas rotinas, perpassadas por princípios gerais de natureza arquivística;</li> <li>- início da tradição arquivística latino-americana, sob influência dos países europeus e dos Estados Unidos;</li> <li>- raízes da Arquivologia como disciplina.</li> </ul>
Século XVII	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Crítica à classificação baseada nas “semelhanças” – Francis Bacon e Descartes propõem a comparação e a ordem (método);</li> <li>- ruptura entre sujeito e objeto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Concepção do documento de arquivo como fonte autêntica para o desenvolvimento do trabalho erudito;</li> <li>- interesse do Estado em estabelecer quais documentos seriam de domínio público e preocupações quanto ao registro e conservação regular dos documentos;</li> <li>- dispersão de documentos em muitos depósitos, sem hierarquização sistemática;</li> <li>- falta de controle quanto à proliferação de depósitos, que, em sua maioria, eram desprovidos da necessária organização;</li> <li>- falta de regulamentação técnica e científica (empirismo);</li> <li>- não publicidade dos atos estatais;</li> <li>- intensificação da procura pelos arquivos, em função do caráter histórico dos documentos;</li> <li>- intensificação da elaboração de instrumentos de pesquisa;</li> <li>- organização não orgânica dos documentos (temática ou cronológica);</li> <li>- análise crítica do documento (destaque para a obra <i>De re Diplomática</i>, de Jean Mabillon, 1681).</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO INTERNACIONAL	CARACTERÍSTICAS E MARCOS DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO
Século XVIII	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revolução Industrial Inglesa;</li> <li>- Iluminismo e Revolução Francesa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceção do documento de arquivo como fonte autêntica para o desenvolvimento do trabalho erudito;</li> <li>- contribuições da Revolução Francesa: hierarquização dos depósitos, nacionalização dos fundos, triagem, divulgação e proteção dos acervos, concepção dos arquivos nacionais como mantenedores da memória nacional;</li> <li>- distinção entre os valores primário e secundário, na perspectiva arquivística de servir à Administração e à História;</li> <li>- quebra da unidade estrutural dos arquivos, com a desarticulação da sua organicidade;</li> <li>- desvios dos fundamentos arquivísticos (como a desorganização causada pelas reclassificações);</li> <li>- consolidação do Princípio da Territorialidade;</li> <li>- intenção de liberalizar o acesso dos arquivos à generalidade da população;</li> <li>- fortalecimento da noção de <i>arquivo público</i>;</li> <li>- demanda pelo Princípio de Respeito à Ordem Original;</li> <li>- investimento na formação paleográfica.</li> </ul>
Século XIX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão das cidades;</li> <li>- fragmentação das áreas de conhecimento;</li> <li>- surgimento de novos meios de comunicação e expansão de outros;</li> <li>- crescimento da produção de novas informações;</li> <li>- Modernismo europeu;</li> <li>- conceito de <i>documentação</i> de Paul Otlet e Henri La Fontaine;</li> <li>- Historicismo;</li> <li>- Positivismo;</li> <li>- Romantismo;</li> <li>- Nacionalismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os estudiosos e profissionais da área começam a redigir, de forma mais sistematizada, obras sobre a sua prática, na tentativa de consolidar os princípios gerais;</li> <li>- configuração do corpo teórico, com os grandes manuais que consubstanciarão as bases teóricas da Arquivologia;</li> <li>- aperfeiçoamento e consolidação do Princípio de Respeito aos Fundos e concepção do Princípio de Respeito pela Ordem Original;</li> <li>- aproximação entre a Arquivologia e a Diplomática tendo em vista a análise histórica dos documentos;</li> <li>- criação de escolas para atender as demandas de leitura de interpretação de documentos (vertente diplomática e paleográfica);</li> <li>- os arquivos se colocam a serviço da História;</li> <li>- fortalecimento da função científica dos arquivos;</li> <li>- o papel do arquivista relaciona-se à disponibilização dos documentos aos usuários e à análise crítica das fontes;</li> <li>- o arquivista é confundido com o conservador erudito e o historiógrafo;</li> <li>- predominância da tendência tecnicista dos arquivos: promulgação de regulamentos para os arquivos e preparação sistemática de instrumentos de pesquisa;</li> <li>- críticas aos métodos de ordenação documental (cronológico e temático);</li> <li>- mais tarde, afastamento do saber arquivístico do ensino da Paleografia e da Diplomática;</li> <li>- delineamento de uma vertente mais teórica da Arquivologia;</li> <li>- início das preocupações com a seleção e avaliação de documentos;</li> <li>- publicação do “Manual dos Arquivistas Holandeses”, que marca o desenvolvimento teórico do pensamento arquivístico mundial.</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO INTERNACIONAL	CARACTERÍSTICAS E MARCOS DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO
Século XX	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Traité de Documentación</i> de Paul Otlet (1934);</li> <li>- Primeira e Segunda Guerras Mundiais;</li> <li>- Guerra Fria;</li> <li>- inovação tecnológica acelerada;</li> <li>- aumento da produção documental;</li> <li>- maiores demandas sociais de informação;</li> <li>- preocupações em torno da recuperação da informação, perpassadas por questões éticas que envolvem o acesso aos documentos;</li> <li>- complexidade administrativa das instituições contemporâneas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disseminação das ideias oriundas da Revolução Francesa;</li> <li>- concepção da Teoria das Três Idades;</li> <li>- durante a Segunda Guerra Mundial, a Arquivologia passa a ser concebida como descritiva, quando entra em crise de “identidade” com a História, com o predomínio de uma vertente tecnicista ao longo do século (mais forte a partir dos anos 1930);</li> <li>- concepção da Arquivologia simultaneamente administrativa e histórica;</li> <li>- fortalecimento e difusão do Princípio de Respeito aos Fundos, mesmo com algumas aplicações contingenciais distanciadas das suas orientações básicas;</li> <li>- questionamentos da identidade arquivística;</li> <li>- preocupações com a gênese documental e com a racionalização da sua organização e classificação;</li> <li>- a partir da década de 1940 há uma evolução progressiva dos princípios teóricos e práticos da Arquivologia, em resposta aos novos métodos de pesquisa histórica e à utilização de métodos quantitativos e qualitativos;</li> <li>- Estados Unidos: grandes massas documentais acumuladas, atuação do gestor de documentos nos arquivos administrativos e reorientação da profissão de arquivista para os arquivos históricos;</li> <li>- todo o mundo conhece o fenômeno da “explosão documental” e cada país busca amenizar seus problemas de espaço e de recuperação de documentos de formas diversas;</li> <li>- após a Segunda Guerra Mundial, os arquivos europeus dividem-se em dois extremos: os centralizados e os não centralizados, conforme as tradições de alguns países;</li> <li>- elaboração do conceito de <i>record group</i> (uma versão americana do Princípio da Proveniência);</li> <li>- preocupações quanto à padronização da terminologia arquivística internacional;</li> <li>- preocupações acerca da normatização da descrição arquivística internacional;</li> <li>- diferentes concepções da Arquivologia e do seu objeto, conforme a produção, organização e utilização dos arquivos nos diversos países e regiões (como, por exemplo, aqueles que a concebem mais próxima da Histórica; ou conjunto de técnicas para recuperar documentos; ou como uma (das) Ciência(s) da Informação);</li> <li>- repercussão da proposta canadense da Arquivística Integrada, reapropriada e implementada por vários países e posterior circulação dessas reapropriações;</li> <li>- criação das associações de arquivistas e fortalecimento do movimento associativo;</li> <li>- crítica ao conceito de <i>fundo</i> e de <i>record group</i> (sobretudo pelos australianos);</li> <li>- aprofundamento dos estudos em torno do objeto arquivístico;</li> <li>- fortalecimento das preocupações com a seleção, avaliação, preservação e recuperação (acesso) aos documentos;</li> <li>- as preocupações teóricas arquivísticas ganham forma, numa abordagem mais científica (as publicações RAMP são um exemplo importante);</li> </ul>



PERÍODO	CONTEXTO INTERNACIONAL	CARACTERÍSTICAS E MARCOS DAS PRÁTICAS E DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- intensificação das relações entre a Arquivologia e Ciência da Informação.</li> <li>- realização de eventos arquivísticos internacionais que congregam profissionais e pesquisadores da área, seus interesses, preocupações e reflexões;</li> <li>- interferências das novas tecnologias na produção, manutenção e recuperação documental;</li> <li>- generalização dos princípios e técnicas arquivísticos (embora as suas aplicações sejam, em sua natureza, contingenciais);</li> <li>- concepção da importância da transparência dos arquivos, como provas de ação;</li> <li>- a Arquivologia passa a ser mais interpretativa do contexto funcional e menos descritiva;</li> <li>- concepção do conceito de <i>arquivo</i> de forma crítica, conforme as demandas e discursos vigentes nos diversos países.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, com base em Posner (1972), Silva et al (1999), Duchein (1993), Favier (2001), Cook (1997), Fonseca (2004), Lara Filho (2006) e Castro (2009).

**Quadro 14: Tendências práticas e teóricas da Arquivologia por período<sup>121</sup>**

PERÍODO	ASPECTO CONSIDERADO / AUTOR	PAÍS(ES) / REGIÃO(ÕES)	TENDÊNCIAS
Séc. XVI	Classificação <sup>122</sup> (DUCHEIN, 1992; SILVA et al, 1999)	Europa Central, Alemanha	Germânica: planos prévios de classificação ( <i>registratur</i> ).
		França, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha e Espanha	Latina: classificações retardatárias ( <i>non-registratur</i> ).
Séc. XX (1930)	Avaliação (JENKINSON, 1965; SCHELLENBERG, 1974; SILVA et al, 1999)	Inglaterra e Estados Unidos	Conferem ao administrador papel decisório na avaliação.
		União Soviética, Alemanha e Bulgária	Conferem esse papel ao arquivista.
Séc. XX (1940)	Princípio da Proveniência (COOK, 1997; SILVA et al, 1999)	Europa	Considera o Princípio da Proveniência como base teórica
		EUA e Canadá	Flexibilizam o Princípio da Proveniência. Os EUA ressignificam esse Princípio, concebendo a ideia de <i>record group</i> e <i>records management</i> , a partir da qual decorre a Teoria das Três Idades nesse País e a gestão de documentos, no Canadá, França e Espanha.
Séc. XX (Pós 2ª Guerra Mundial)	Centralização dos arquivos (SILVA et al, 1999; DUCHEIN, 1992; ESPOSEL, 1994)	Bulgária, Checoslováquia, Polônia, Romênia, URSS	Sistemas centralizados num arquivo do Estado.
		Suíça e Alemanha	Sistemas não centralizados.
Séc. XX (1960)	Concepção dos arquivos (SILVA et al, 1999)	EUA	Arquivos: instituições públicas e privadas.
		Holanda e Alemanha	Arquivos: somente as instituições públicas.
		Leste Europeu	Arquivos temáticos e manuais literários e científicos.
		América Latina	Arquivos: material impresso relativo à história da nação.

Fonte: elaboração própria, com base nos autores analisados.

<sup>121</sup> A diversidade de aspectos e autores inviabiliza uma análise mais completa dessas tendências. Desse modo, apresentamo-nas ilustrativamente e não exaustivamente.

<sup>122</sup> Em relação à classificação, métodos diversos são utilizados por diferentes países: os *dossiers*, por assuntos, na França; as classificações decimais, na Holanda, Dinamarca e Bélgica; e a classificação não orgânica, na União Soviética.

**Quadro 15: Tendências práticas e teóricas da Arquivologia por autor**<sup>123</sup>

AUTOR	ASPECTO CONSIDERADO	TENDÊNCIAS
COOK (apud BRITTO, 1995)	Modelos de formação em Arquivologia	Europeia
		Ítalo-hispânica
		Britânica
		Norteamericana
		Países em desenvolvimento
Britto (1995)	Modelos de formação em Arquivologia	Historicoerudita
		Bibliodocumentária
Silva et al (1999); Lopes (1997-1998)	Proximidade entre a Arquivologia e outras disciplinas	Tradicional, próxima à História (Europa Ocidental e França)
		<i>Records/information management</i> , próxima à Biblioteconomia e CI (Estados Unidos)
		Arquivística Integrada, que alia as duas tendências anteriores (Canadá)
Silva (2006)	Paradigmas na trajetória da Arquivologia	Custodial
		Pós-custodial
Vivas Moreno (2004)	Períodos da história da Arquivologia e sua proximidade com outras disciplinas	A Arquivologia como instrumento indutivo e funcional (função administrativa)
		A Arquivologia como doutrina patrimonial e juridicoadministrativa (função administrativa)
		A Arquivologia como desenvolvimento historiográfico e teoria especulativa
		A Arquivologia na Sociedade do Conhecimento (contemplando a CI)
Silva (2009)	Evolução do conceito de <i>arquivo</i> e proximidade entre a Arquivologia e outras disciplinas	Histórica
		Gerencial
		Informacional

Fonte: elaboração própria, com base nos autores analisados.

<sup>123</sup> Novamente esclarecemos que o quadro é ilustrativo e não exaustivo, diante da variedade de concepções dos muitos estudiosos da área.

### 3.2 Trajetória da Museologia

Considerando as antigas relações entre os arquivos, bibliotecas e museus e, conseqüentemente, entre a Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, podemos observar que a estruturação desta como campo de estudo também é recente (segunda metade do século XX), a exemplo da Arquivologia. No entanto, a história dos museus é muito anterior a essa época, sempre articulada com os conceitos de patrimônio, memória e identidade. A partir da trajetória da disciplina, podemos compreender o seu desenvolvimento e atual configuração, com a ampliação do seu objeto de estudo, com foco mais social.

Desde sua origem mitológica na Antiguidade, o museu (do grego *muséion* / *mouseion*) relaciona-se à imagem do templo das nove musas, que representavam as palavras cantadas, isto é, as artes, filhas de *Zeus* (poder) e *Mnemósine* (memória). As musas, como nos lembra Scheiner (2008), vinculavam-se à manutenção da identidade do seu próprio universo, inspirando poetas. Não eram, pois, o lugar; existiam quando chamadas para recriar o mundo com seu canto.

Já naquela época, o museu era um “lugar de memória”, que, embora restrito a um seleto grupo de indivíduos, funcionava como espaço de reflexão e contemplação. Assim é mantido em Alexandria (entre os séculos III e I A. C.), frequentado por sábios e poetas, também lugar de pesquisa e educação. Desse modo o mito manifestava-se, numa instituição evocadora das Musas, que inspirava os artistas e protegia a memória, juntamente das bibliotecas, pinacotecas e outros centros de estudos.

A escrita no mundo grego, egípcio e romano propicia a expansão do conhecimento, bem como a configuração da feição museológica, cujo desdobramento no Medievo relaciona-se à intocabilidade dos acervos e à exaustividade das coleções, formadas em razão de temáticas bem específicas.

Tendo o homem no centro de todas as preocupações artísticas, filosóficas e morais, o século XVI volta-se para a guarda de testemunhos do passado para reconstruir sua genealogia social e cultural. Na “civilização da inscrição”, as coleções ocupavam salas onde pudessem ser admiradas e estudadas por artistas e eruditos.

O período seguinte é marcado pelos “espelhos do mundo conhecido”, os “gabinetes de curiosidades” que, segundo Castro (2009), eram locais ou exposições que privilegiavam o traço clássico ou o exotismo tropical num conjunto desarmônico, acessível somente ao olhar, à contemplação. As visitas restringiam-se a convidados ilustres e a personalidades

credenciadas. Como locais de estudo e pesquisa, esses gabinetes eram “verdadeiros tesouros particulares de príncipes e reis” (LARA FILHO, 2006, p. 31). O modelo em voga no período Renascentista estende-se com coleções constituídas por diversas tipologias, conjugando Ciência e Arte.

Nossa concepção contemporânea de museu relaciona-se ao movimento do século XVIII, com a configuração do museu moderno a partir da formação dos Estados Nacionais e da construção das identidades nacionais. No âmbito da Revolução Francesa, assiste-se a uma transformação intelectual que culmina na necessidade de reunir conhecimentos, ou seja, num trabalho enciclopédico. Nesse cenário, as enciclopédias são os tesouros da humanidade, quando predomina a ideia de passado e memória na construção de identidades (SANTOS, 1988).

Schwarz (2001) lembra as contribuições da Revolução quanto à necessidade de preservação das memórias coletivas das nações e à conseqüente criação de monumentos evocativos de lembranças (como foi a criação dos Arquivos Nacionais). Em decorrência desse processo, Le Goff (1994) relaciona a concepção dos museus contemporâneos ao progresso da memória escrita e figurada e a uma nova “civilização de inscrição”, que culmina, no século XIX, com a “explosão do espírito comemorativo”. Nesse contexto, os museus nascem com um caráter explicitamente comemorativo: herdeiros da Revolução Francesa, “encarnam um poder totalitário da instituição sobre o passado morto” (POULOT, 2003, p. 53).

Com o deslocamento da esfera privada e principesca dos museus para a pública, são concebidos os grandes museus: Louvre (1793), Museu de História Natural (1794), Conservatório Nacional de Artes e Ofícios (1796), Museu dos Monumentos Franceses (1796), Museu de História da França (1833), Museu de Antiguidades Nacionais (Berlim, 1830), Museu Nacional do Bargello (Florença, 1859) (FONSECA, 2004). Esses museus são contemporâneos dos depósitos centrais de arquivos constituídos no século XVIII para servir ao ensino da história (FAVIER, 2001).

Na perspectiva de criação de uma identidade nacional, a atuação do Estado diante do novo conceito de *patrimônio público* preocupa-se em dar um caráter educacional ao museu, comparando-o a uma biblioteca, na qual as pessoas encontravam trabalhos de vários autores e épocas. A função primeira do museu era a de instruir e, portanto, deveria apresentar, de forma ordenada, o que a natureza mostrava em conjunto e desordenadamente. A organização desses espaços deveria atender às demandas do mundo científico, porém, sem se afastar da própria natureza.

A herança do século XVIII para o XIX é o reconhecimento do papel social dessas instituições: conservar a memória de uma cultura por meio da seleção e do isolamento de objetos retirados de seu contexto de origem para formar um patrimônio (público).

Circundadas pela valorização do tempo, crença no progresso e busca da inovação, as sociedades do século XIX assistem à ida do historiador ao antiquário, aliando o colecionismo de antiguidades à narração histórica. Busca-se uma história universal; é a história da nação, da qual o Museu do Louvre consagra um universalismo imaginário (POULOT, 2003). Nesse cenário, Guimarães (2003) afirma que, no antiquário, o passado é transformado em presença materializada nos objetos que o representam. Mesclando história e etnografia, os museus reúnem objetos do trabalho e do lazer, geralmente “objetos de família” que se tornam peças de museu ao prestarem depoimento sobre “um mundo que perdemos” (LASLETT<sup>124</sup> apud POULOT, 2003, p. 52). Assim, a legitimidade da instituição repousa na consciência de “um fardo de memória”: reescrever a história da memória e suas representações (POULOT, 2003).

Entre os monumentos e o passado, busca-se a efetivação do seu papel social: “Os monumentos são considerados parte orgânica do passado e, na medida em que os possuímos ou os olhamos, estabelecemos, por seu intermédio, uma relação de continuidade com esse passado” (SANTOS, 1988, p. 123). Desse modo, os monumentos tomam para si o papel de mediação dos bens culturais entre as diferentes dimensões temporais: garantem a “continuidade” da nação no tempo.

Nesse período, passam a coexistir dois modelos de museus: 1) os de caráter celebrativo, cuja base era a história nacional e cultural (ex: Louvre); 2) e aqueles que surgiram como resultado do movimento científico (ex: Museu Britânico).

E é nesse contexto, no final do século XIX, que são fundados os primeiros museus nacionais<sup>125</sup>, inaugurando “a era dos museus no Brasil”, que se estende até a primeira metade do século XX (1930). Marcada pela trajetória institucional do Museu Real (1818), Museu Goeldi (1866) e Museu Paulista (1894), essa primeira fase dos museus no Brasil acolhe pesquisadores estrangeiros, sobretudo naturalistas que para cá vinham realizar suas pesquisas e constituir suas coleções. As ideias predominantes dessas instituições ligavam-se à preocupação desses pesquisadores quanto à classificação correta dos objetos antes mesmo da preservação dos conjuntos das peças. Considerando que o Brasil era o local privilegiado para a obtenção de coleções e matérias-primas necessárias aos modernos museus europeus, as

---

<sup>124</sup> LASLETT, Peter. *The world we have Lost: England before the Industrial Age*. United States of America : Charles Scribner's Sons, 1971.

<sup>125</sup> Embora tenha sido registrada, por Chagas (2006), uma experiência isolada de museu no século XVII em Pernambuco, durante o governo holandês de Maurício de Nassau.

teorias europeias eram reelaboradas num contexto específico, pensando na sua aplicação local. Assim, os museus se transformaram, no decorrer do século, “em centros de ciência”, para onde vinham diversos naturalistas daquele continente (SCHWARCZ, 2001).

Nesse período, o movimento dos museus brasileiros está sintonizado com o internacional. Embora os principais museus nacionais sejam fundados em datas diversas, os momentos de gênese e apogeu coincidem, bem como seus modelos enciclopédicos, evolutivos, comparativos e classificatórios.

A decadência desses museus (por volta de 1920) diz respeito ao enfraquecimento do seu caráter enciclopédico e à sua dedicação às Ciências Naturais. O contexto geral brasileiro era do sucesso da ciência aplicada, o que não comungava com o papel desses museus. A crítica à teoria da evolução, que lhes sustentava, afeta suas atividades. Inevitavelmente, os museus são desmembrados, perdem sua autonomia e são vinculados a outros institutos.

Em 1922, com a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência, no governo de Epitácio Pessoa, é concebido o Museu Histórico Nacional (MHN), com o objetivo maior de comunicar: “receptáculo da gloriosa memória nacional, um elo permanente da história do passado com o presente, do Estado moderno com seu passado de tradição e glória” (TOSTES, 2003, p. 65). As “reliquias” representativas da Nação tinham sua efemeridade nas exposições comemorativas e sua permanência no museu-monumento. Os intelectuais (dentre os quais se destacava Gustavo Barroso) entendiam o tempo passado como instrumento de legitimidade dos homens frente ao grupo social. Demandaram a criação do Museu como uma forma de “ensinar o povo a amar o passado” (TOSTES, 2003, p. 66-69) e de fabricar o imortal na produção do sagrado nacional, como bem lembra Regina Abreu (1996): sangue, nobreza e política sintetizavam as fontes básicas dos objetos acolhidos no Museu, que por sua vez representavam a antiguidade, a raridade e a civilização. Saudosamente, a imortalidade de pessoas-símbolos da nacionalidade cultuava as tradições. Ainda assim, um propósito didático era anunciado, respaldado na “expressão de uma consciência nacional”, uma consciência cívica.

É importante destacar que, é no espaço do Museu Histórico Nacional, que é criado o primeiro *Curso Technico* (1923), “com a finalidade de formar bibliotecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos” (CASTRO, 2000, p. 27). Segundo o autor, esse curso interrompe o funcionamento do Curso de Biblioteconomia oferecido pela Biblioteca Nacional (BN), desde 1911. Todavia, o *Curso Technico* não chega a funcionar em razão da “lei dos adidos”, cujo conteúdo “mandava aproveitar os funcionários em disponibilidade, [para os cargos de Bibliotecários, arquivista, arqueólogo e paleógrafos] que fez com que nunca funcionasse este

curso tecnico para bibliothecários, paleógrafos, arquivistas e arqueólogos” (BIBLIOTECA NACIONAL<sup>126</sup> apud CASTRO, 2000, p. 59).

O primeiro curso superior de Museologia é também implantado nesse espaço<sup>127</sup>: o *Curso Técnico de Museus*, de 1932, pioneiro nas Américas e que integraria a Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em 1991. Inspirado na estrutura da Escola do *Louvre*, o Curso focalizava o processamento técnico do acervo, bem como o estudo das coleções da instituição. É assim que começa a se configurar, no Brasil, o campo da Museologia, tendo seus estudos centrados no objeto.

Até então, longe de ter uma política patrimonial, o País dá os primeiros passos para a sua consolidação: o Decreto-Lei 25 de 1937 cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o instituto do tombamento, que se torna o principal instrumento jurídico utilizado pelo serviço do patrimônio, válido até hoje. Por meio desse instrumento é, então, normatizada a atividade de preservação (ou pelo menos de proteção), de forma a delimitar, em função do interesse público, os direitos individuais de propriedade sobre os bens móveis e imóveis (FONSECA, 1997).

A partir desse marco legal, tece-se a política nacional voltada para a preservação do patrimônio, reflexo do reconhecimento da necessidade de protegê-lo, inclusive diante do crescimento urbano que, consideravelmente, se acentua depois da Guerra.

Internacionalmente, a primeira tentativa de se criar uma entidade que reunisse os museus e seus profissionais de todo o mundo dá-se em 1926, com o *International Museums Office* (OIM), cujos objetivos eram: estabelecimento de vínculos entre todos os museus do mundo; organização de intercâmbios e congressos e a unificação dos catálogos.

Com a Segunda Guerra Mundial, a Sociedade das Nações e seus organismos param de atuar, inclusive o OIM. Alguns diretores de museus da França, Suíça, Holanda, Bélgica, Inglaterra e membros da UNESCO, liderados pelo norteamericano Chauncey J. Hamlin (presidente do comitê político da *American Association of Museums*), reúnem-se em Londres e criam o *International Council of Museums* (ICOM), em 1946, num cenário de destruição de grande parte do patrimônio arquitetônico e monumental, de pilhagens das obras entre países e do desenvolvimento do comércio de arte (CRUZ, 2008).

---

<sup>126</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. Relatório que ao Ministro de Estado dos Negócios do Interior e Justiça apresentou em 27 de abril de 1915 o Diretor Geral Interino Dr. Aurélio Lopes de Souza. *Anaes da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 38, p. 360-388, jan./dez. 1916.

<sup>127</sup> Como veremos no próximo capítulo, o primeiro curso regular de formação de arquivistas é criado somente em 1960 no espaço do AN.



Trata-se de uma organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO (também criada em 1946), executando parte de seu programa para museus e com *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU<sup>128</sup>. Suas atividades correspondem às necessidades e desafios enfrentados pelos profissionais dos museus e são orientadas em torno dos seguintes temas: cooperação e intercâmbio profissional; difusão de conhecimentos e aumento da participação do público em museus; formação de pessoal; prática e promoção de ética profissional; atualização de padrões profissionais; preservação do patrimônio mundial e combate ao tráfico de bens culturais. Cruz (2008) nos lembra que o Brasil participa das atividades promovidas pelo ICOM desde a sua criação e, em 1956, é criada a Organização Nacional do ICOM. Nesse mesmo ano é realizado o 1º Congresso Nacional de Museus, em Ouro Preto.

É na década de 1950 que se inicia a concepção “moderna” dos museus, como órgãos de ensino e consulta (TRIGUEIROS, 1958) e que emergem as discussões acerca da Museologia como disciplina acadêmica: com o estudo das bases científicas e filosóficas da área, a Museologia passa a estruturar-se como campo científico. Os museus passam a ser concebidos em relação com o meio e não mais isolados em si mesmos. São realizados eventos internacionais, que marcam a trajetória e os avanços da área: o *Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus* (Rio de Janeiro, 1958); a *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (1972); o *I Atelier Internacional da Nova Museologia* (Quebec, 1984); a *Reunião de Oaxtepec* (México, 1984) e a *Reunião de Caracas* (Venezuela, 1992) (PRIMO, s.d.). Esses eventos sintetizam o alargamento do objeto museológico, mais próximo das preocupações socioculturais, evidentes no Movimento da Nova Museologia a partir dos anos 1980.

Paralelamente, são promovidas ações e eventos que marcariam os movimentos de preservação patrimonial no mundo, como a Carta de Veneza (1964), a Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (México, 1982) e a Carta de Nairobi (1976).

Sintonizadas a esses eventos, inquietações sociais marcam a década de 1960 e se ampliam com a criação do primeiro ecomuseu (1968) e com os trabalhos de Hugues de Varine e Rivière sobre *ecomuseu*, a partir de 1978. Nessa perspectiva, Varine concebe a gestão partilhada do patrimônio, contemplando a sua identificação e criação, manutenção e salvaguarda, utilização e “consumo” (COSTA, 2006, p. 73).

---

<sup>128</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.icom.org.br/index.cfm?canal=icom>>. Acesso em 28 fev./2009.

No cenário brasileiro da década de 1970, é dado, à educação, um papel que redimiria o museu de todas as suas culpas anteriores, como suporte ideológico das elites. Agora, o museu seria instrumento essencial de transformação da sociedade, pela educação (MENESES, 2000).

Nesse mesmo período, as discussões acerca da delimitação e estruturação da Museologia no mundo são facilitadas com a instalação do *International Committee for Museology* (ICOFOM), em 1976/1977: um comitê específico para articular o potencial da Museologia como campo do conhecimento, considerando o estudo da especificidade do seu objeto de estudo (CERÁVOLO, 2004). No âmbito desse Comitê, o museu é definido como fenômeno e a Museologia, como a ciência que estuda a relação específica entre homem e realidade, cujo objeto de estudo é a musealidade (aspecto específico da realidade). Mais especificamente, no *Subcomitê Regional da América Latina e Caribe* (ICOFOM LAM), criado em 1989, as preocupações se direcionam para o desenvolvimento da Museologia como campo disciplinar, bem como com o reconhecimento da diversidade étnica e/ou cultural e a sua influência no desenvolvimento dos países latinoamericanos. Nesse subcomitê, os teóricos desses países oficializam sua adesão ao conceito fenomenológico de *museu* e ao meio ambiente integral.

Sintonizado a esses movimentos, ao longo da sua trajetória, o Museu Histórico Nacional passa por transformações conforme as demandas sociais: tem de se adequar às limitações do Estado diante da permeabilidade das novas tecnologias; mudar seus conceitos diante da opinião pública mais bem (in)formada; apaziguar os conflitos entre os novos e os antigos heróis; e reler a história da sociedade e da nação de acordo com a atuação de novos grupos, com novas identidades (BENCHETRIT, 2003). Preocupado com os postulados da Declaração de Santiago quanto a uma atuação mais dinâmica dos museus, a instituição inicia um processo de revitalização nos anos 1990 (BITTENCOURT, 2003).

É importante lembrar que, nesse contexto de reflexões, é regulamentada a profissão de museólogo no Brasil, por meio da Lei n. 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Paralelamente, aparece uma “geração espontânea” de museus e iniciativas comunitárias ligadas ao patrimônio, à procura de respostas para as tensões que se manifestam na sociedade (VARINE, 2000).

Também em sintonia com as preocupações mundiais, a Política Nacional dos Museus (PNM), liderada pelo Ministério da Cultura a partir de 1993, reconhece o papel social dessas instituições, na perspectiva da sua democratização.

Somados ao curso de Museologia de 1932, passam, então, a existir no Brasil doze cursos de graduação<sup>129</sup> (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2010), sendo que ainda há dois previstos<sup>130</sup> e quatro em análise<sup>131</sup>. Acerca da pós-graduação, existe um Mestrado em Museologia e Patrimônio na Unirio, que funciona em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), desde 2006.

Quanto às instituições museológicas nacionais, atualmente há mais de 2.900 museus presenciais e virtuais mapeados, segundo o Sistema Brasileiro de Museus<sup>132</sup>.

A partir dessa breve trajetória dos museus e da configuração da Museologia como área de estudos, podemos observar a interferência dessas instituições na formação da disciplina e na expansão do próprio objeto de estudo, perpassado por paradigmas diferenciados ao longo do tempo, que parecem ter comuns às instituições que constituem o campo da informação.

### 3.3 Trajetória da Biblioteconomia

A origem das bibliotecas, semelhantemente àquela dos arquivos, associa-se à produção e registro do conhecimento desde a Antiguidade, quando cabia a esses e a outros espaços (principalmente arquivos e museus), o papel de preservação (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005). Desse tempo são conhecidas as grandes bibliotecas, como a de Nipur (Babilônia), Assurbanipal (Assíria) e a de Alexandria (Egito). As tabuinhas de argila em escrita cuneiforme eram, assim, materiais abrigados tanto em bibliotecas como em arquivo<sup>133</sup>.

Silva et al (1999) detectam que, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, o conceito de *arquivo* cristaliza-se, mas, também, se vulgariza devido à confusão entre essa instituição e a biblioteca. É de responsabilidade das igrejas e mosteiros a guarda dos acervos dessas instituições (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

---

<sup>129</sup> UNIRIO (1932), Universidade Federal da Bahia – UFBA (1970), Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE (2004), Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB (2006), Universidade Federal de Pelotas – UFPEL (2006), Universidade Federal de Sergipe – UFS (2007), Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP (2007), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS (2008), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2009), UnB (2009), Universidade Federal do Pará – UFPA (2010), Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2010) e Universidade Federal de Goiás – UFG (2010).

<sup>130</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>131</sup> Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade de São Paulo (USP).

<sup>132</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.museus.gov.br/>>. Acesso em 03 nov. 2010.

<sup>133</sup> A sua distinção somente seria feita pelo bibliotecário Fritz Milkau em uma obra de 1935 (POSNER, 1972).

Ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, verifica-se um interesse em colecionar peças originais e cópias de documentos. É quando muitos oficiais se dedicam à constituição das coleções reais, mantidas em bibliotecas e arquivos (FAVIER, 2001).

A Bibliotomia, por sua vez, advem da Bibliografia, como um conjunto de processos voltados para a produção de livros, sua história, descrição e utilização. Esta foi institucionalizada na França (1792) e a primeira escola para a formação de bibliotecários é criada em 1886, nos Estados Unidos, onde havia uma abundância de livros e bibliotecas. Alguns anos mais tarde, a *British Library Association* seria criada, em 1893, quando a França começa a formar bibliotecários (UNESCO, 1951).

No Brasil, as primeiras bibliotecas são criadas a partir de ordens religiosas. Com a Companhia de Jesus (1549), voltada para a catequização de índios e colonos, são implantadas escolas e bibliotecas, que se difundem em todo o País, a exemplo das bibliotecas franciscanas, beneditinas e carmelitas (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2005).

Com a vinda da Corte Portuguesa, são trazidos para o Brasil arquivos das repartições públicas e da Coroa, além da Biblioteca Real da Ajuda, que passa a receber doações, além do depósito legal de tudo o que era publicado no território nacional.

O acervo trazido para o Brasil, de sessenta mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, foi inicialmente acomodado numa das salas do Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua Primeiro de Março. A 29 de outubro de 1810, decreto do Príncipe Regente determina que no lugar que serviu de catacumba aos religiosos do Carmo se erija e acomode a Real Biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se à custa da Fazenda Real toda a despesa conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. A data de 29 de outubro de 1810 é considerada oficialmente como a da fundação da Real Biblioteca que, no entanto, só foi franqueada ao público em 1814. Quando, em 1821, a Família Real regressou a Portugal, D. João VI levou de volta grande parte dos manuscritos do acervo. Depois da proclamação da independência, a aquisição da Biblioteca Real pelo Brasil foi regulada mediante a Convenção Adicional ao Tratado de Paz e Amizade celebrado entre o Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825<sup>134</sup>.

Até a República, a divulgação da cultura não se restringia às bibliotecas e conventos: vários institutos de estudos superiores criados pelo governo deveriam, segundo seus estatutos, criar bibliotecas para esse fim. Essas instituições então se multiplicam com o desenvolvimento do sistema educacional, a criação de agências de fomento e de cursos nas universidades.

Ao prefaciá-la obra de Castro (2000), Antônio Miranda enumera alguns elementos mínimos para a consolidação de uma profissão, no caso a de bibliotecário:

---

<sup>134</sup> Informações disponíveis em: <[http://www.bn.br/portal/?nu\\_pagina=11](http://www.bn.br/portal/?nu_pagina=11)>. Acesso em 02 nov. 2009.

- um espaço na sociedade para desenvolver as suas atividades e exercer a sua função social;
- um programa de pesquisa para ampliar os horizontes teóricos e técnicos que garantam o aperfeiçoamento profissional contínuo;
- uma literatura própria, orientadora de sua base teórica e prática;
- um sistema de ensino capaz de transmitir os conhecimentos necessários ao exercício profissional, em diferentes níveis de capacitação;
- uma legislação que garanta os direitos dos usuários e preserve as conquistas profissionais da área.

Ao considerando esses aspectos, Castro analisa a trajetória da Biblioteconomia no Brasil, destacando, nos anos 1950 e 60, os movimentos fundadores do ensino da área. Nesse sentido, retoma o histórico desse ensino, marcado, segundo ele, por três períodos: 1) liderança da Biblioteca Nacional (BN), de influência francesa (1879-1879)<sup>135</sup>; 2) transferência da influência francesa (humanista) para a americana (pragmática), iniciada em São Paulo (1929-1962); 3) e uniformidade dos conteúdos pedagógicos com a instalação do currículo mínimo (1962-1969) (FONSECA<sup>136</sup> apud CASTRO, 2000, p. 22). Da década de 1970 para cá, o estudioso constata a “busca da maturidade teórica da área a partir de novas abordagens tomadas de empréstimo de outros campos de saber” (CASTRO, 2000, p. 29).

A demarcação desses períodos varia de autor para autor, mas o que se percebe nas obras analisadas por Castro é, em síntese, uma passagem da influência europeia (conservadora, enciclopedista e humanista francesa, cujo ícone é a *École des Chartes*) para a americana (essencialmente técnica, representada pela *Columbia University*)<sup>137</sup>, a partir da qual se configura a Biblioteconomia brasileira. Tradicionalmente, a primeira corrente é assumida pela BN – isso acontece quando os bibliotecários franceses já começavam a se interessar pela proposta americana – e a segunda, pelo Instituto Mackenzie de São Paulo, criado em 1929 (cujas preocupações voltam-se para as bibliotecas escolares) e pelo curso da Biblioteca Municipal de São Paulo (1937). Desse modo, “Uns defendiam a biblioteca guardiã, e outros, a

<sup>135</sup> Exemplo dessa influência é o relatório “Bibliotecas Públicas na Europa”, fruto da viagem (1875) de Benjamin Franklin Ramiz Galvão – diretor da BN por doze anos (1870 a 1872) –, no qual descreve a organização dessas bibliotecas e como o deveria ser no Brasil (CASTRO, 2000, p. 48).

<sup>136</sup> FONSECA, Edson Nery da. *Reformulação do Currículo de Biblioteconomia no Brasil*. Brasília: Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da UnB. [196?]. mimeo

<sup>137</sup> A comunicação e disseminação do pensamento norteamericano dão-se por algumas obras que chegam ao Brasil ou mesmo por brasileiros que sintetizam esse pensamento, como modelo a ser seguido pelos bibliotecários do País. Exemplos dessas obras são: *Las bibliotecas en los Estados Unidos*, de Ernesto Nelson (1927); *A lição das bibliotecas americanas*, de Rubens Borba de Moraes (1942); *Documentation*, de Bradford (1953) e *Bibliographic Organisation*, de Shera e Egan (1953) (CASTRO, 2000).

de livre acesso e democrática” (CASTRO, 2000, p. 200). De toda forma, o autor pontua que as pretensões eram restritas e não tinham como prioridade o estabelecimento de uma base teórica, nem o atendimento de necessidades sociais mais amplas.

Posteriormente, em 1944, a BN substitui a vertente humanista pela preparação técnica, o que reflete o novo movimento dos bibliotecários (MONTELLO<sup>138</sup> apud CASTRO, 2000). Esse movimento é acentuado pelas contribuições trazidas por brasileiros que fizeram cursos de especialização nos Estados Unidos. É nesse sentido que “o ensino centraliza-se em discursos ideais, geralmente tomando como parâmetro a literatura e as experiências norte-americanas” (CASTRO, 2000, p. 128), as quais, vale ressaltar, são as bases teóricas dos profissionais da área no Brasil, que os sustentariam juntamente da literatura inglesa, mesmo que não uniformemente.

Ainda é importante salientar que o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1911) é o segundo da América Latina – depois do curso de Buenos Aires, de 1903 – e o primeiro de 34 cursos de graduação que se espalharam pelo País (OLIVEIRA, 2005)<sup>139</sup>. Ele veio para “sanar as dificuldades existentes na biblioteca, há gerações, quanto à qualificação de pessoal” (CASTRO, 2000, p. 53). Embora seja interrompido em 1922, volta a funcionar em 1931 e conquista estatuto universitário na década de 1960, quando a profissão de bibliotecário é reconhecida como de nível superior<sup>140</sup>.

---

<sup>138</sup> MONTELLO, Josué. Explicação. In: DIAS, Antonio Caetano. *Formação profissional: análise da conjuntura*. Guanabara: ABB, 1967.

<sup>139</sup> Segundo a autora, esses cursos estão distribuídos nas seguintes instituições: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), UFAM, UFBA, Universidade Federal do Ceará (UFC), UnB, UFES, UFG, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Faculdades Integradas Cândido Rondon (UNIRONDON), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Instituto de Ensino Superior da Funlec (IESF), Fundação Educacional Comunitária Formiguense (FUOM), UFMG, Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (UNINCOR), UFPA, UFPB, Universidade Estadual de Londrina (UEL), UFPE, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG), UFRS, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Universidade Federal Fluminense (UFF), UNIRIO, Universidade Santa Úrsula (USU), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), UFSC, Faculdades Integradas Coração de Jesus (FAINC), Faculdades Integradas Teresa D'Ávilla (FATEA/Lorena), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e USP. Além desses cursos específicos, ainda existem outros de denominações semelhantes, como o de Gestão da Informação, da UFPR e do Centro de Educação Superior (UNICA/Florianópolis); de Administração da Informação, das Faculdades Tereza Martin (FATEMA/São Paulo); Ciência da Informação, com habilitação em Biblioteconomia, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas) e da USP (*Campus* Ribeirão Preto).

<sup>140</sup> Resolução de 16 de novembro 1962, do CFE, fixa o currículo mínimo e determina a duração dos cursos de Biblioteconomia no Brasil (CALDIN et al, 1999).

A trajetória das bibliotecas e da Biblioteconomia no Brasil, com destaque para a profissão de bibliotecário, é descrita por Caberlon (apud CASTRO, 2000)<sup>141</sup>, que resume os seus marcos:

- **1550:** implantação das bibliotecas por meio dos colégios jesuítas;
- **1810:** criação da Biblioteca Nacional na cidade do Rio de Janeiro;
- **1900-1930:** concentração das bibliotecas brasileiras no Distrito Federal e em outros Estados (RS, SP, MG, BA, PE);
- **1938:** criação da Associação Paulista de Bibliotecários (APB), primeira associação profissional da área no Brasil;
- **1940:** o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) cria dois níveis de carreira na Biblioteconomia: o de Bibliotecário auxiliar e o de Bibliotecário;
- **1948:** filiação da APB à FID e à *Association of Special Librarie and Information Bureaux* (ASLIB);
- **1958:** definição da Biblioteconomia como profissão liberal de nível superior (Portaria n. 162/58);
- **1961:** criação da Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB);
- **1962:** regulação da profissão de bibliotecário e seu exercício (Lei 4.084/62)<sup>142</sup>, além da instituição do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB);
- **1965:** regulamentação da Lei 4.084/62 pelo Decreto n. 56.725/65, que ratifica a profissão de bibliotecário como liberal, de nível superior;
- **1986:** aprovação do Código de Ética (Resolução 327/86 do CFB).

Nessa trajetória, é importante realçar o papel do DASP, que no final dos anos 1930 participa da cooperação e intercâmbio bibliográfico por meio da sua biblioteca. Nessa instituição destaca-se a atuação de Lydia de Queiroz Sambaquy, que, como diretora dessa biblioteca, foi porta-voz do desenvolvimento que se projetava (CORRÊA, 2008). Como veremos no próximo capítulo, o DASP, além de oferecer cursos na área de arquivos, promovia concurso para bolsas de estudos para várias áreas da Administração<sup>143</sup>.

<sup>141</sup> CABERLON, Vera Isabel. *O processo de produção de racionalidades e suas mediações: o curso de Biblioteconomia da URG em questão*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 215 p.

<sup>142</sup> Essa lei passa a ser objeto de estudos para sua reformulação no final dos anos 1970, quando arquivistas e bibliotecários reúnem-se para estudar projeto de lei para a regulamentação das suas profissões e daquelas de técnico de arquivo e de biblioteca (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c).

<sup>143</sup> Nilza Teixeira, bibliotecária que contribuiu de forma relevante para a criação e manutenção do Núcleo da AAB de Brasília, afirma ter sido selecionada para um curso nos Estados Unidos, quando eram oferecidos cursos na *American University*, sobre arquivos correntes e permanentes, além de estágios na Biblioteca do Congresso e no Arquivo Nacional (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1993).

Essas iniciativas convergem para a disposição dos bibliotecários em defender seu espaço no mercado profissional, até mais perceptível que nos outros profissionais da informação: “Enquanto a CI brasileira trabalha para definir sua teoria e sua prática, a Biblioteconomia utiliza as armas que possui para garantir seu lugar de honra na hierarquia das ciências que lidam com a informação” (CORRÊA, 2008).

Nessa perspectiva, o objetivo maior é de “resguardar o campo de *possíveis intrusos*”<sup>144</sup> (CASTRO, 2000, p. 268) e como ressalta o mesmo autor, todas essas conquistas profissionais são frutos das “lutas para legitimar o campo, dando-lhe respaldo legal, maneiras pelas quais os bibliotecários garantiriam o seu espaço profissional” (CASTRO, 2000, p. 42). Ele ainda reflete sobre as dificuldades teóricas da área, lembrando “O motivo da desproporção entre o saber e o fazer biblioteconômico, [que] estaria no modo como a profissão é concebida: uma atividade de apoio, uma técnica e não um campo de saber” (CASTRO, 2000, p. 119), como também acontece com a Arquivologia.

Outro aspecto considerado por Castro e que muito nos interessa são as contribuições de estudiosos estrangeiros. Nessa trajetória, ele lembra as visitas de:

- Henry Koster, português que vem ao Brasil no início do século XIX e constata o contrabando de livros nos portos brasileiros;
- Dorothy Murriel Gropp, norte-americana que vem no final dos anos 1930 e início da década de 1940 para reorganizar acervos, introduzir processos novos nos catálogos e na localização de livros nas estantes, além de ministrar um *Curso Elementar de Biblioteconomia* para funcionários da biblioteca, professores e bibliotecários de instituições públicas<sup>145</sup>;
- Herbert Coblans, bibliotecário sul-africano que visita o Brasil em 1954, em missão da UNESCO, participando dos estudos de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) (COBLANS, 1990) e escreve o livro *Introdução ao Estudo da Documentação* e o primeiro artigo sobre documentação publicado em revista científica brasileira – *Técnica de documentação na organização da literatura brasileira*. Além disso, o engenheiro profere dez conferências na BN, que constituem o primeiro curso sobre Documentação promovido no País;

---

<sup>144</sup> Castro (2000) lembra a atuação de físicos, químicos e engenheiros que criam estratégias de organização e recuperação de informações nos seus acervos, diante do seu descontentamento com o trabalho dos bibliotecários.

<sup>145</sup> O Decreto-lei n. 6.440, de 27 de abril de 1944 aponta a necessidade de “difundir conhecimentos dos progressos realizados no país e no estrangeiro, no campo da Biblioteconomia” (NEVES apud CASTRO, 2000, p. 86).



- Zeferino Paulo, documentalista português, que facilita a entrada do Brasil na FID e a sua participação na Comissão Internacional da CDU, bem como as edições brasileiras desse sistema. Profere palestras e ainda ministra cursos em várias cidades brasileiras;
- Jesse Shera, que também vem ao Brasil (1957), como professor convidado, trazendo as ideias da Documentação e, inclusive, ministrando aulas para a primeira turma do mestrado do IBBD;
- Hipólito Escobar, também em missão da UNESCO, vem ao Brasil em 1968 e detecta alguns atrasos na Biblioteconomia brasileira.

Além desses, o autor menciona a vinda de outros professores ingleses e norte-americanos que ministram cursos e orientam os primeiros mestres em Biblioteconomia/Ciência da Informação no Brasil (CASTRO 2000; FONSECA, 1988).

Em sua análise, Castro (2000) destaca a presença da Documentação nos estudos da Biblioteconomia no Brasil: inicialmente trazida por Coblans, Zeferino Paulo e Shera, a Documentação é difundida no Brasil nos anos 1950, passando inclusive a compor os títulos de alguns cursos, juntamente da Biblioteconomia. Suas obras são leitura obrigatória e a Documentação chega a aparecer no currículo do curso da BN na década de 1960.

Essa primeira repercussão da Documentação junto à Biblioteconomia brasileira causa impactos e repulsa em alguns bibliotecários, inseguros com a incorporação de novos saberes. Além disso, verifica-se uma falta de integração entre esses profissionais e pouca divulgação da própria área. O campo não se definia, o que se estendia para os seus profissionais e se agravava pela falta de clareza quanto às disciplinas que deveriam compor os currículos escolares.

Além da lacuna teórica (muito relacionada ao viés técnico predominante na área), na Biblioteconomia ainda existiriam questões polêmicas quanto à sua identidade, sobretudo aquelas relacionadas à Documentação: enquanto alguns não reconheciam esse campo, que não teria em nada inovado quando comparado à Biblioteconomia, outros não enxergavam diferenças entre as duas áreas e outros, ainda, os consideravam completamente distintos. Assim as interpretações se dividiam, sobretudo, segundo as duas últimas ideias.

Todavia, a Biblioteconomia não deixa de traçar a sua história no País: amplia suas escolas e associações de classe<sup>146</sup>, promove eventos científicos e se consolida como profissão de nível superior.

---

<sup>146</sup> Quanto às associações de bibliotecários, identificamos dezessete, espalhadas pelo Brasil. Informações disponíveis em: <<http://www.febab.org.br/>>. Acesso em 03 nov. 2010.

Isso se dá até mais aceleradamente que no caso da Arquivologia no Brasil. Podemos perceber os avanços da Biblioteconomia numa Portaria do CFE (n. 326 de 21 de novembro de 1962) que aponta a “necessidade de os bibliotecários atuarem em arquivos por não haver cursos de Arquivologia na mesma proporção que Biblioteconomia” (CASTRO, 2000, p. 232). De fato, como veremos detalhadamente no próximo capítulo, nessa década existia apenas um curso de Arquivologia no Brasil, que funcionava no AN. Nesse sentido, Souza lembra que “A ausência de uma formação formal e da regulamentação das funções do arquivista permitiu a inserção de outros profissionais no exercício laboral” (2010a, p. 85, tradução nossa).

É também nessa década que os bibliotecários propõem a inclusão da Arquivologia nos cursos de Biblioteconomia. Mas há que se destacar que essa proposta se insere numa perspectiva ainda próxima da Paleografia, embora no currículo mínimo da área, aprovado em 1962, a Arquivologia apareça vinculada à organização e administração de bibliotecas e organismos de documentação (CASTRO, 2000), ou seja, numa vertente mais voltada para a gestão.

Gomes observa mais a cisão que a união entre os profissionais dessas áreas, na sua formação, nas suas associações e instituições. No entanto, afirma que “A inclusão de uma disciplina sobre Arquivo em alguns currículos de Biblioteconomia demonstra, ainda que de maneira tênue, o interesse por uma integração” (GOMES, 1973, p. 21).

Os cursos de pós-graduação (mestrados em Biblioteconomia, que mais tarde seriam os mestrados em Ciência da Informação), somente apareceriam na década de 1970, com a implantação do primeiro deles no IBBD em convênio com a UFRJ. Esse curso, segundo Barreto, refletia as preocupações européias e americanas quanto à formação de pessoal para organizar as informações científicas e tecnológicas. “Foi o início da conscientização, no Brasil, para a necessidade de organizar e controlar a informação como uma ferramenta para o próprio desenvolvimento da ciência e tecnologia” (BARRETO, 1995, p. 8).

Para Corrêa, o curso tinha o propósito de disseminar as novas ideias e práticas encontradas por bibliotecárias brasileiras que estiveram no exterior, ou seja, “criar uma nova formação e uma nova mentalidade” (CORRÊA, 2008, p. 97). O curso foi, inclusive, oferecido em inglês, já que ministrado por professores estrangeiros, como Tefko Saracevic, Jesse Shera e Jack Mills, que chegaram a orientar pesquisas. Sua importância é reconhecida com o convênio firmado entre o IBBD (hoje IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que oficializou o estabelecimento da CI no Brasil. Esse Instituto passa, então, a promover Cursos de Documentação Científica para suprir as demandas por documentalistas

no Brasil. Considerando a importância do IBBD para a formação e configuração da área no País, retomaremos a sua trajetória na próxima seção.

Percebemos, portanto, o compartilhamento de espaços entre as bibliotecas e arquivos, desde a Antiguidade, com o desempenho de papéis comuns pelos seus profissionais. Contemporaneamente, essa relação se desenrola em torno da luta por jurisdição entre esses profissionais e as próprias disciplinas no campo da informação.

### 3.4 Trajetória da Documentação

O aparecimento da Documentação é bem anterior ao século XX. Segundo Shera e Egan (1961), as raízes dessa área estão na Biblioteconomia do século XV, quando foram detectadas preocupações com a constituição de bibliografias universais. A partir desse período proliferam bibliografias, tornando a Biblioteconomia sinônimo delas. A sua diferenciação somente dar-se-ia no século XVIII, com a Revolução Industrial: com o deslocamento dos trabalhadores para as cidades, a necessidade de sua capacitação e o papel das bibliotecas em relação à leitura pública e à educação de adultos nesse processo (CASTRO, 2000).

Ao considerar as outras disciplinas que trabalham com documentos e informação no cenário seguinte, Ortega nos lembra que o desenvolvimento “em grande parte inseparável” da Biblioteconomia e da Documentação. A autora aponta seus conflitos, afirmando que:

Havia, no entanto, uma tentativa dos documentalistas em evitar os instrumentos e até mesmo os termos adotados pela Biblioteconomia, o que levou, muitas vezes, a que aqueles seguissem os caminhos já trilhados e até descartados por esta. A diferença da Documentação era que pretendia fazer uma análise de conteúdo mais profunda. Da mesma forma, os arquivos apresentavam problemas semelhantes de organização. A Biblioteconomia, a Documentação e a custódia dos arquivos [...] eram tratadas de forma única: no entanto, interesses particulares começaram a dividir estas atividades em grupos separados, os quais passaram a adotar atitudes de intolerância entre si. (ORTEGA, 2004).

De fato, até fins do século XIX, a Arquivologia e a Biblioteconomia eram áreas complementares, embora sempre específicas. Exemplo disso são os arquivos impressos que, no século XVIII, ultrapassam os espaços dos arquivos para serem conservados nas bibliotecas (FAVIER, 2001). Entretanto, em 1892 surge, formalmente, uma nova disciplina, com preocupações acadêmicas e científicas: a Documentação, que, apesar de interdisciplinar, era diferente da Biblioteconomia.

Os juristas belgas Paul Otlet e Henri La Fontaine são os responsáveis pelas iniciativas de estruturação e conceitualização da nova área. Fundam o Escritório Internacional de Bibliografia (Bruxelas), onde começam a organizar um catálogo mundial em fichas (FONSECA, 1988) e o *Institut International de Bibliographie* (IIB), em 1895, com o objetivo de “[...] estudar as questões concernentes ao livro e à organização sistemática da documentação em bases internacionais e universais” (MATTELART, 2002, p. 233).

Em 1931, o IIB transforma-se no Instituto Internacional de Documentação e, posteriormente, em 1938, na *Fédération Internationale d'Information et de Documentation* (FID), tornando-se determinante no desenvolvimento de técnicas de tratamento e análise do conteúdo dos documentos. Nesse cenário, a “documentação”, num sentido amplo, passa a se relacionar à “reunião ou coleção de documentos de qualquer natureza, devidamente conservados e organizados para fins de consulta, estudo ou prova”. Mais especificamente, consiste nas “operações de análise do conteúdo dos documentos escritos ou textuais – livros, artigos, relatórios, teses, etc. – com o objetivo de preparar resumos e índices temáticos” (FONSECA, 1988, p. 87). É assim que os estudiosos portugueses reconhecem a especificidade da área, centrada na organização e tratamento de documentos voltados para a investigação científica e tecnológica (SILVA et al, 1999).

Há que se destacar que não somente os documentalistas se ocupavam dessas tarefas. A falta de padronização terminológica da área acabava abrigando profissionais diversos que trabalhavam com documentos:

**Arquivista, arquivologista,** bibliotecário, biblioteconômo, bibliógrafo, documentarista, documentalista, criptólogo, documentador, técnico em documentação, especialista em documentação, coordenador de informação, especialista da informação, bibliotecário pesquisador, bibliotecário especial, bibliotecário técnico, analista da literatura, cientista da literatura, encarregado de comunicação científica. (SILVA<sup>147</sup> apud CASTRO, 2000, p. 145, grifos nossos).

No contexto de crescimento e disseminação de informações da Revolução Industrial (fim do século XIX), os juristas belgas também desenvolveram a CDU a partir da CDD. Todavia, o sonho do catálogo universal que Otlet e La Fontaine sustentavam é interrompido pela Primeira Guerra Mundial e a FID assume a coordenação das atividades internacionais de documentação, com a ajuda de outros institutos nacionais (FONSECA, 1988).

---

<sup>147</sup> SILVA, Benedicto. Problemas de documentação moderna. *IBBD: Boletim Informativo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3/9, p. 159-177, maio/ago. 1968.

Em 1934, Paul Otlet publica o *Traité de Documentation*, apresentando noções gerais sobre o livro e a documentação<sup>148</sup> e os desafios da sua organização:

Para disponibilizar a quantidade de informações e artigos doados a cada dia nos jornais, nas revistas, para manter brochuras, relatórios, folhetos, documentos oficiais, para recuperar o material solto nos livros, para fazer homogênea uma massa incoerente, são necessários novos processos, muito diferentes daqueles da antiga biblioteca, tais como são aplicados. (OTLET, 1934, p. 6, tradução nossa).

Sua proposta objetiva, assim, oferecer a maior quantidade possível de conhecimento e informação registrada, atendendo aos requisitos de universalidade, segurança, confiabilidade, completude, rapidez, atualização, facilidade de obtenção, prontidão para comunicação e disponibilidade.

Como métodos próprios da Documentação, o jurista propõe: a coleção sistemática dos documentos; a sua classificação; a preparação de fichas e o seu arquivamento; o sistemático arquivamento de dossiês formando conjuntos organizados; a utilização de fichas catalográficas que referenciem os documentos nas diversas séries fundamentais, segundo a sua classificação; e a utilização de processos químicos para reproduzir documentos.

Todavia, mesmo reconhecendo as peculiaridades da Arquivologia (numa acepção ligada à História), não distingue o tratamento dispensado aos documentos de arquivo (antigos) daqueles de biblioteca (OTLET, 1934, p. 348).

Dentre as orientações da sua proposta de organização universal estão contempladas as responsabilidades das instituições nacionais (públicas e privadas) e internacionais (associações, representantes oficiais dos governos) quanto à organização dos documentos.

No Brasil, a Documentação institucionaliza-se com o Serviço de Bibliografia e Documentação, criado pelo jurista e diretor da BN (1900-1921), Manuel Cícero Peregrino da Silva, em consonância com o IIB. Embora seus propósitos fossem grandiosos, de forma a contemplar praticamente todas as peças dos centros de documentação da época, seus sucessores não dão continuidade ao Serviço e demora a existir uma instituição que retome as suas ideias. Verificam-se iniciativas isoladas, voltadas para a análise de publicações periódicas com o fim de extrair informações divulgadas em resumos e índices (FONSECA, 1988).

---

<sup>148</sup> Otlet (1934) considerava que a Documentação se constituía de sete partes complementares: os documentos particulares, a biblioteca, a bibliografia, os arquivos documentais (dossiês e materiais da documentação), os arquivos administrativos (todas as cartas, relatórios, estatísticas, etc. de uma instituição), os arquivos antigos (os títulos jurídicos das instituições públicas e os papéis privados das famílias e estabelecimentos comerciais), outros documentos bibliográficos e gráficos, as coleções museográficas e a enciclopédia.

A criação do IBBD nos anos 1950 alinha-se à proposta da UNESCO quanto à criação de centros de bibliografia e documentação nos países-membros e acaba retomando a ideia de Manuel Cícero, além de estimular essas iniciativas individuais. Enquanto bibliotecárias brasileiras visitavam os principais serviços de bibliografia e documentação da Europa e Estados Unidos, vinha ao Brasil, enviado pela UNESCO, Herbert Coblans.

A partir dos cursos de aperfeiçoamento que traziam ao Brasil estudiosos estrangeiros, o Instituto ganha repercussão nacional e internacional, chegando a dar alguns frutos, como a publicação de artigos sobre Documentação, a realização de eventos e disseminação dos cursos especializados. A relevância do IBBD para a área é constatada por Carneiro:

O papel que desempenhou o IBBD no quadro do nosso desenvolvimento foi altamente benéfico. Devemos-lhe tanto a remodelação dos nossos métodos de documentação e bibliografia, como a formação de pessoal qualificado para os serviços das nossas bibliotecas e dos nossos arquivos. (CARNEIRO, 1977, p. 4).

O seu sucessor, o IBICT, herda não somente o seu acervo, como também a responsabilidade de “promover convênios e acordos com entidades que utilizam esse tipo de informações, e garantir um efetivo processo de transferência de conhecimento, em escala nacional e internacional” (CARNEIRO, 1977, p. 4). O próprio Instituto reconhece esse seu papel, ao divulgar em seu sítio eletrônico as seguintes informações:

A transformação do IBBD em Ibict, em 1976, teve como objetivo preencher uma lacuna do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico quanto à necessidade de fornecimento de informações em ciência e tecnologia. A ênfase era desenvolver uma rede de informação no País, envolvendo entidades atuantes em C&T, adotando-se para tanto um modelo de sistema de informação descentralizado.<sup>149</sup>

Com um olhar direcionado para o conceito de “informação científica”, o IBBD abre as portas para a Ciência da Informação no Brasil, a partir do seu mestrado na área (em convênio com a UFRJ), a partir da década de 1970 (CORRÊA, 2008). A partir desse curso, são criados mais onze cursos de pós-graduação *stricto sensu*<sup>150</sup>, antes mesmo dos cursos de graduação na área, que são bem mais recentes.

<sup>149</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=O%20IBICT>>. Acesso em 02 nov. 2009.

<sup>150</sup> Esse número representa os cursos de pós-graduação atualmente reconhecidos pela CAPES: UFBA, UFPB, UFPE, UFF, UFSC, USP, UNESP/Marília, UFRJ, UnB, UFMG e UEL. Atualmente existem, distribuídos nessas universidades, dez mestrados acadêmicos, seis doutorados e um mestrado profissionalizante. Sua variação decorre dos conceitos recebidos pelas instituições, que podem ser descredenciadas caso não alcancem a nota recomendada por aquela Coordenação. Informações disponíveis em: <<http://conteudoweb.capes.gov.br>>. Acesso em 03 nov. 2009.

### 3.5 Trajetória da Ciência da Informação<sup>151</sup>

As preocupações com a criação e perpetuação do saber num contexto de rapidez e inovação na chamada “sociedade da informação” convergem para a recuperação da informação, que ganha contornos científicos no desenvolvimento da CI a partir da Segunda Guerra Mundial, em sintonia com as inquietações que perpassam as outras disciplinas do campo da informação, inclusive a Arquivologia, já no início do século XX (BRITTO, 1995).

O conceito de *Ciência da Informação*, inicialmente confundido com a Informática e voltado para a informação científica na Rússia (PINHEIRO, 2002), é assim concebido num momento de avanços tecnológicos e transformações sociais, para designar um novo campo de estudo, que tem como objetivo abranger o contexto da produção do conhecimento humano, no qual a apropriação e a recuperação da informação e do conhecimento tornar-se-iam forças estratégicas.

Os esforços para a sua formação e estruturação se concentram, em nível mundial, nas instituições, na comunidade científica e nos eventos por elas promovidos. No âmbito das instituições, destacam-se: na Bélgica, a FID (1931); nos Estados Unidos, a *American Library Association* (1936) e o *American Documentation Institute* (ADI), fundado em 1937; na URSS, o *Vserossiisky Institut Nauchnoi i Tekhnicheskoi Informatsii* (VINITI), de 1952; na Inglaterra, o *Institute of Information Scientists* (IIS), fundado em 1958.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Congresso Americano e outras agências governamentais aprovam projetos visando controlar a explosão informacional em ciência e tecnologia, e, posteriormente, em outras áreas. Essas medidas pautam-se no entendimento de que a ciência e a tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade em termos econômicos, sociais, educacionais e culturais, tornando-se necessário prover meios para o fornecimento de “informações relevantes para indivíduos, grupos e organizações” (SARACEVIC, 1996, p.43).

Dentre os eventos que marcam a trajetória da CI e suscitam debates teóricos entre cientistas, pesquisadores e profissionais, destacam-se: a *Conference on Scientific Information* da *Royal Society* (Londres, 1948); a Conferência do *International Union on Pure and Applied Chemistry* (IUPAC) (Londres, 1955); a *International Conference on Scientific Information* (Washington, 1958); e o *Second International Congress on Information System Sciences*,

---

<sup>151</sup> Esta parte da pesquisa está baseada num estudo desenvolvido no âmbito da disciplina Fundamentos da Ciência da Informação, cursada no primeiro semestre de 2008 e que gerou um artigo (MARQUES et al 2008).

promovido pelo *Georgia Institute of Technology* (Estados Unidos, 1962). É dessa data, inclusive, o registro teórico oficial da CI (PINHEIRO, 2002).

Os estudos desenvolvidos por pesquisadores e cientistas também são vitais para a inserção da disciplina no campo das ciências, pelo estabelecimento de aportes conceituais.

Desde Paul Otlet, a informação passa a movimentar-se para além de seu suporte físico, e os termos que seguiram sua análise também foram sendo construídos a partir de cada momento histórico, tais como *information work* e *information bureau* (início do século XX), *information retrieval* (dec. 1950, com o desenvolvimento da área da computação), chegando ao termo *information scientist* (1953) e, finalmente, ao de *information science*, cunhado em 1955 pelo inglês Farradame e institucionalizado na Conferência Internacional de Informação Científica de Washington, em 1958. (CORRÊA, 2008, p. 38).

Vannevar Bush (1945) ressalta a preocupação em tornar acessível um crescente volume de informações, particularmente aquelas produzidas em ciência e tecnologia, chegando à conclusão que isso só seria possível por meio do uso da tecnologia. Para tanto, imagina uma máquina, chamada “memex”, que seria capaz de armazenar os conteúdos de livros, discos e comunicações de uma pessoa e, ao mesmo tempo, possibilitar sua recuperação com rapidez e flexibilidade.

Mikhailov<sup>152</sup>, em 1959 (apud PINHEIRO, 2002) apresenta as finalidades e problemas de informação científica em substituição à Documentação.

Jesse Shera e Margaret Egan, por sua vez, avançam ao defender a institucionalização da Biblioteconomia e da CI como uma disciplina acadêmica. Nesse sentido, chegam a publicar um livro sobre a teoria da bibliografia, em 1952, um dos muitos estudos desses pesquisadores no âmbito do seu projeto de epistemologia social (ZANDONADE, 2003).

O artigo de Robert Taylor, publicado em 1966 no *Annual Report Informations Science and Technology* (ARIST), guarda importância por ter retomado as discussões do *Georgia Institut* e fornecido, a Borko, os elementos necessários para a elaboração da definição de Ciência da Informação:

É a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação. (BORKO, 1968).

Além de definir a CI no âmbito do processamento, organização, acesso e uso da informação, esse autor a concebe como uma ciência interdisciplinar, simultaneamente pura e

---

<sup>152</sup> MIKHAILOV, A. I. Finalidades y problemas de la información científica. *Boletín de la UNESCO para las Bibliotecas*, v. 13, p. 267-270, 1959.



aplicada. Para ele, suas origens estão intimamente ligadas ao desenvolvimento da Biblioteconomia e da Documentação.

Ao analisar os principais autores da CI, Pinheiro complementa que:

Na civilização que se preparava para uma nova era, pós-industrial ou sociedade da informação, a Ciência da Informação foi sendo germinada, tendo como vetor a já mencionada “explosão bibliográfica” ou “caos documentário”, duas expressões, cantadas e decantadas na literatura da área que nos remetem, mais uma vez, à Bibliografia e Documentação. (PINHEIRO, 2002, p. 72).

A partir dos anos 1970, a área passa a ter uma abordagem mais humana e social (LE COADIC, 1996), voltada para o usuário e aberta aos diálogos extradisciplinares. Os estudiosos da disciplina passam a reconhecer que o seu núcleo central não reside na tecnologia da informação em si, mas nos instrumentos capazes de efetivar a comunicação da informação desejada entre o produtor e o usuário. Na vertente social da CI, a tecnologia exerce um papel importante, mas não o de protagonista; aparece como um meio, para se atingir um fim, nesse caso, social, coletivo.

Nos anos 1980, a área se abre ainda mais aos diálogos com outras disciplinas, a ponto de se chegar a um consenso teórico em torno da sua “interdisciplinaridade por natureza”. É nessa década, inclusive, que a Arquivologia tende a se posicionar no âmbito da CI, como apontam Silva et al (1999).

Mesmo com essa trajetória, HjØrland (2000) considera, numa análise retrospectiva, que a literatura da área é caracterizada por um ‘caos conceitual’, com definições inconsistentes, analogias inapropriadas, definições circulares e vagas, contraditórias e estranhas noções do termo *informação*; por conflitos entre os estudos e a prática; pela necessidade de um *status* científico; e pela limitada visão tecnológica. Esse “caos” parece ser decorrente da incipiência qualitativa da pesquisa em CI, a qual, se bem fundamentada, não somente serviria de fonte de reflexão, como de amadurecimento da disciplina e padronização dos seus conceitos.

Desse modo, a falta de clareza e unanimidade no significado de *informação* para a CI talvez pode ser explicada pelas origens da disciplina no complexo contexto da pós-modernidade, o qual é marcado pelo *olhar extradisciplinar*, por *invasões e migrações interdisciplinares*, por *objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares*, por *esquemas cognitivos reorganizadores* a fim de tecer reflexões *para além das disciplinas*, como alerta Morin (2005). Diante desse contexto, Pombo (2010) considera a CI “uma disciplina indisciplinada”.

Por outro lado, Pinheiro reconhece a singularidade disciplinar da área, afirmando que:

a temática de eventos técnico-científicos e de publicações, sobretudo periódicos, e conteúdos programáticos de cursos da área, reforçados por pesquisas, produzidas em número significativo no exterior e ainda incipientes no Brasil, refletem um corpo de conhecimentos ou uma unidade disciplinar, articulada e integrada, representativa e identificadora da Ciência da Informação, nas suas “delimitações internas”. (PINHEIRO, 2002, p. 62).

Mesmo imbuída de indefinições teóricas, conceituais e metodológicas, a consolidação da CI em termos institucionais comprova que a área se apresenta como uma proposta nova de disciplina científica que parece contribuir para o campo da informação, ao procurar:

se aproximar de uma “ciência pós-moderna”, superando os limites do modelo até então dominante, buscando superar seus impasses metodológicos simplificadores e abarcar um pensamento pautado pela complexidade, que a ciência da informação evolui para novas etapas de diálogo e inserção nas ciências sociais. (ARAÚJO, 2003, p. 26).

O “caráter político-estratégico da informação” é então reconhecido e Corrêa (2008), que pontua a convergência dos autores da CI em concebê-la como uma área interessada no objeto informação por parte do mundo científico; de interesse dos governos; com desenvolvimento tecnológico acentuado; de interesse crescente das pessoas (inclusive pesquisadores) ligadas à criação e uso de informação científica e tecnológica; perpassada inicialmente pelo aumento de publicações e pelos esforços de guerra. E, acrescentemos, movida, mais recentemente, por fortes demandas sociais.

Ao tentar identificar as origens da CI no Brasil, a autora retoma o contexto de criação do IBBD na década de 1950, atual IBICT. Desse modo, concebe a disciplina como aprimoramento e ampliação da Biblioteconomia e da Documentação. Pinheiro (2002) lembra que, nesse cenário, o debate se dá em torno da nova disciplina e das suas interfaces com a Informática, embora poucos foram os estudos na literatura brasileira sobre os conceitos de Documentação e suas relações com a CI.

Como vimos, o Instituto, desde a sua criação, atua como eixo da Documentação e depois, da CI, com a oferta de cursos desde 1955 (inclusive de pós-graduação a partir de 1970, com a UFRJ), o desenvolvimento de pesquisas, a disponibilização de instrumentos tecnológicos, além de publicações na área. Dessas publicações, destaca-se a *Revista Ciência da Informação*, em circulação desde 1972.

Outras instituições se espelham na atuação do IBICT. Aqui destacamos a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB), criada em 1989, cujas contribuições reforçam o fortalecimento da disciplina no Brasil. A promoção do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB)

desde 1994, é um exemplo da consolidação dessas contribuições, como veremos no capítulo cinco.

### 3.6 A Arquivologia: alianças e conflitos no campo da informação

*O campo científico é sempre o lugar de uma luta, mais ou menos desigual, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis.*

(BOURDIEU, 1983a, p. 136)

Considerando a luta concorrencial que perpassa o campo científico, buscamos aqui situar e compreender a formação e configuração da Arquivologia, no âmbito das disciplinas que tem por objeto a gênese, organização, comunicação e recuperação da informação e que comungam paradigmas comuns em torno desses processos. Assim vamos, num primeiro momento, ao encontro do campo científico e profissional da CI, entendido como subcampo, entrecruzado com os daquelas disciplinas que lhe são próximas e que também lidam com a informação (a Biblioteconomia, a Documentação e a Museologia); e, num segundo momento, do campo da informação, que congrega essas disciplinas, numa abordagem mais ampla.

Nesse sentido, é relevante ressaltar que não temos por objetivo distinguir os (sub)campos definidos por essas disciplinas (o que exigiria um estudo epistemológico mais profundo), mas entender suas relações de parceria, cooperação e conflitos, como profissões que passaram por processos de profissionalização e institucionalização até conquistarem seu espaço e estatuto científico.

Retomamos, dessa maneira, nossos referenciais teóricos, partindo de Abbott (1988), que apresenta e analisa a história das profissões, sua formação em sistemas na sua busca por “jurisdição no sistema de profissões”. O autor considera as influências de forças internas e externas ao sistema de profissões, ideia que parece ser compatível com a proposta de *campo transcienceífico* de Knorr-Cetina (1981) e com Bourdieu (1983a), quanto às lutas internas ao campo científico.

Para compreender os aspectos internos da formação das profissões/disciplinas, também recorreremos a Friedson (1986) que apresenta como etapas para a legitimação de uma profissão: 1) reconhecimento pelo estabelecimento de uma associação profissional; 2)

reconhecimento da formação por outras instituições de ensino; 3) reconhecimento do diploma como a base de estudos superiores; 4) e reconhecimento do diploma pelos empregadores<sup>153</sup>.

Complementarmente, Gagnon-Arguin (1992) elenca como aspectos que apoiam o desenvolvimento de uma disciplina: a presença de um corpo científico, o desenvolvimento de programas de estudo, a instalação de uma estrutura para a pesquisa e a escolha de um campo de saber, que, no nosso entendimento, relaciona-se a um campo do conhecimento, caracterizado pela produção científica da disciplina. Como aspectos secundários, mas não menos importantes, ela destaca que se deve considerar o aumento do número de estudantes, a melhoria na infraestrutura de ensino, o financiamento ao ensino e à pesquisa, o aparecimento de um número significativo de cargos de professores universitários e a existência de lugares de encontros e de trocas de experiências científicas. Ou seja, parece existir um caminho natural, das práticas profissionais à formação da disciplina, perpassado pela profissionalização.

A partir das reflexões desses autores, podemos buscar compreender a trajetória da profissão de arquivista e a sua formação acadêmica. Como vimos, a concentração dos documentos em arquivos centrais a partir do século XVI demandou profissionais especializados para gerir as grandes massas documentais acumuladas. Nesse sentido, Silva et al (1999) explicam que a partir daí a profissão de arquivista começa a ser regulamentada, com normas que, em alguns casos, já contemplariam os postulados da disciplina que desenvolver-se-ia mais tarde.

A partir do século XVII,

Como as administrações locais e centrais multiplicaram e se tornaram mais especializadas, sua produção de registros cresceu em importância. Tornou-se necessário criar sistemas de conservação, arranjo, descrição e gestão geral em larga escala para as novas massas de pergaminhos e papéis. Gradualmente, a profissão de arquivista tornou-se reconhecida como uma atividade distinta, exigindo um *savoir-faire* especializado. (DUCHEIN, 1992, p. 16, tradução nossa).

É assim que a profissão de arquivista, uma prática tão antiga, passa por distintas configurações de acordo com as mudanças ocorridas, sobretudo a partir do século XIX: a criação dos grandes depósitos dos arquivos nacionais, que desprezavam o Princípio da Proveniência em nome de uma centralização; o aumento da produção e acumulação de documentos, agravado com o aparecimento da fotografia que favoreceu a multiplicação das cópias; o surgimento dos documentos eletrônicos e os desafios quanto ao seu acesso

---

<sup>153</sup> Buscaremos identificar essas etapas na formação da Arquivística como disciplina no Brasil no próximo capítulo.

(DUCHEIN, 1993). Segundo esse autor, uma das consequências dessa evolução foi a crescente especialização e autonomia dos arquivistas, com a criação de instituições arquivísticas cada vez mais especializadas e de escolas de formação em vários países a partir da segunda metade daquele século (conforme quadros 2 e 4), além da maior sensibilização em torno dos princípios básicos da Arquivologia (DUCHEIN, 1992).

Couture, Ducharme e Rousseau (1988) lembram que é um pouco mais tarde, na primeira metade do século XX, que estão as bases da profissionalização do pessoal da Arquivologia:

Tributária de um estatuto de ciência auxiliar que lhe fora atribuído pela História positivista do século dezenove, a Arquivística tradicional, submetida às pressões exercidas pela criação massiva de documentos pelas administrações, teve de inventar novos métodos e pensar novas intervenções para canalizar e racionalizar o fluxo incessante. (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988, p. 51, tradução nossa).

A área então se divide em dois segmentos: um para atender às demandas administrativas, mais voltadas para a gestão de documentos; e outro para dar conta das demandas de pesquisas históricas. Essa divisão apresenta-se de forma mais clara nos Estados Unidos<sup>154</sup>, embora a partir da Segunda Guerra Mundial tenha se repercutido no mundo, o que subsidia parte das nossas hipóteses acerca da aproximação da Arquivologia à CI.

À frente da especialização da profissão do arquivista estariam, grosso modo, duas correntes de formação: 1) aquela liderada pelos países europeus, fiéis aos arquivos históricos, cuja formação dava-se independentemente da Biblioteconomia<sup>155</sup>; 2) e aquela de fora da Europa, que tende a conceber a formação do arquivista mais próxima à do profissional da informação (principalmente do bibliotecário/documentalista). Para Duchein (1993), essas correntes, aparentemente antagônicas, sintetizam de forma complementar dois papéis dos arquivos, como conservadores da memória histórica e como elementos da informação corrente.

Essa constatação parece ir ao encontro das reflexões canadenses, difundidas sobretudo a partir dos anos 1980 por meio da proposta da “Arquivística Integrada”, quando se verifica uma tendência geral de valorizar os arquivos como recursos de informação vitais nas instituições. Decorrentes dessa valorização, são verificadas lacunas na organização de

---

<sup>154</sup> Exemplo emblemático dessa distinção é a atuação da SAA, voltada para a Arquivologia tradicional e da *American Records Managers and Administrators* (ARMA), que priorizava as questões administrativas dos arquivos.

<sup>155</sup> Com exceção do *Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecários y Anticuarios*, criado em 1858, na Espanha.

documentos administrativos, que, segundo Couture, Ducharme e Rousseau (1988), aguçariam os problemas de identidade da área.

Entretanto, esses estudiosos lembram que, se por um lado as associações profissionais distinguem os arquivos em dois segmentos, as instituições e a legislação arquivística não o faziam. Essa tendência de integração da Arquivologia tradicional com a gestão de documentos configuraria a natureza da profissão do arquivista. Nessa perspectiva, a Arquivologia, por meio de um programa centrado na missão institucional e integrado à sua política de gestão da informação, passa a contribuir, de forma particular, para a organização de documentos. É nesse sentido que os autores defendem a perspectiva integrada da área, bem como suas definições internas estratégicas e suas alianças com outras disciplinas.

De fato, a informação orgânica registrada, objeto do olhar arquivístico, embora não seja a única definidora das decisões tomadas pelas instituições, contribui valiosamente para tal, como nos lembra Moreno:

Considerando-se que a informação estratégica é aquela capaz de apoiar às principais atividades de uma organização; é essencial para a tomada de decisão, reduzindo incerteza; e a informação arquivística, por sua vez, também apresenta características similares, então é possível afirmar que as informações estratégicas ou gerenciais amplamente utilizadas pelos administradores para a tomada de decisão nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, podem ter uma parcela significativa de informações com característica e natureza arquivística. (MORENO, 2007, p. 9).

Podemos, dessa maneira, apreender o singular papel do arquivo no contexto organizacional: na contribuição do documento arquivístico como prova que apoia a administração e auxilia a preservação da memória. É válido lembrar que o valor de prova dá-se, sobretudo, pela conjugação das características do documento apontadas por Duranti (1994) no contexto da organização<sup>156</sup>. Ou seja, o documento de arquivo é prova porque é produzido, recebido e acumulado no desenvolvimento das atividades de uma instituição/pessoa e, portanto, permite o registro da sua memória como processo. É dessa forma que se dá a construção do conhecimento pela preservação não fragmentada dos registros de memória, que Derrida (1997) chama de “blocos mágicos do passado”<sup>157</sup>. É como informação orgânica registrada que o documento de arquivo contribui, singularmente, para a gestão da informação

---

<sup>156</sup> As características do documento de arquivo apontadas pela autora são: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, interrelacionamento e unicidade (DURANTI, 1994).

<sup>157</sup> Referência de Derrida à maneira pela qual Freud pensava representar a sua memória, isto é, por meio dos seus escritos.

nas organizações: como um auto-retrato institucional, não completo, mas único (RODRIGUES; MARQUES, 2008)<sup>158</sup>.

A configuração integrada da Arquivologia como uma das mais recentes tendências, além de propiciar a unidade das intervenções arquivísticas nos documentos, a articulação e estruturação das atividades arquivísticas sob uma política organizacional e agregar os valores primário e secundário dos documentos, de forma a ampliar a definição de *arquivo*, permite, segundo os canadenses, uma imagem mais forte da área e, conseqüentemente, o seu reconhecimento social (COUTURE; DUCHARME; ROUSSEAU, 1988).

Se, ao longo da sua trajetória, a Arquivologia teve contribuições relevantes da História na formação dos seus profissionais, estas não foram exclusivas: como afirmam esses autores, outros elementos de formação lhe foram indispensáveis, como aqueles oriundos da Administração, Informática, Ciência da Informação e outras disciplinas especializadas que auxiliam a área na organização de tipos específicos de arquivos. Evidentemente, a exemplo desses autores, vislumbramos relações de parceria, cooperação (e por quê não de conflito?) entre a Arquivologia e essas disciplinas, sem, contudo, concebê-las como de subordinação desta a qualquer outra área. Afinal, a interdisciplinaridades (e suas variações) parece ser uma característica intrínseca à Arquivologia, considerando que os arquivos são produzidos/acumulados por atividades institucionais e pessoais diversas.

Há que se acrescentar, ainda, que as percepções acerca da profissão de arquivista variam conforme o país ou região. Assim, as diferenças se dão em razão da tradição arquivística nacional, mais ou menos próxima da História e da erudição ou da Ciência da Informação (MARÉCHAL; EICHENLAUB<sup>159</sup> apud LIMON, 1999-2000).

Se, por um lado, a prática arquivística é antiga, por outro, a formação especializada, ou seja, a profissionalização, consolida-se a partir das escolas europeias do século XIX e dos cursos universitários (de graduação e pós-graduação) que se espalham no mundo ao longo do século XX (LIMON, 1999-2000). A partir desse século e, sobretudo a partir das duas guerras mundiais, a formação em Arquivologia desenvolve-se em razão das demandas das instituições arquivísticas e do mundo do trabalho, preocupadas com a gestão de grandes volumes documentais.

---

<sup>158</sup> Reflexões desenvolvidas num artigo sobre a constituição científica da Arquivologia no Brasil e seus impactos na formação do arquivista contemporâneo.

<sup>159</sup> MARÉCHAL, Michel; EICHENLAUB, Jean-Luc. La formation des archivists en Europe. In: *Les archives françaises à la veille de l'intégration européenne: actes du XXXIe Congrès National des Archives Français*, 1990. Paris: Archives Nationales, 1992.

É nessa perspectiva que Schaeffer afirma que “O campo arquivístico hoje é, como o foi nas suas origens, uma profissão de praticantes” (SCHAEFFER, 1994, p. 32). Essa afirmação pode, em parte, justificar o viés técnico assumido pela área, que na maioria dos países resume-se nas demandas por classificação, avaliação e descrição documental. Evidentemente, esse viés abriga necessidades e desafios teóricos e metodológicos, que, mesmo vagarosamente, têm se desenvolvido assimetricamente no mundo, sobretudo a partir do século XIX. Schaeffer complementa que é a partir da base teórica, que o arquivista pode avaliar os documentos e disponibilizá-los ao pesquisador ou ao administrador, conforme os interesses de cada um. E é assim que esse profissional pode distinguir-se dos demais que lhe cercam na área da informação: com a regulamentação da profissão, acompanhada da formação profissional.

Todavia, o autor lembra que, diferentemente das profissões consolidadas há mais tempo, a Arquivologia não tem uma tradição que associe formação universitária com a profissionalização. Como vimos, essa associação acontece tardiamente e acaba desencadeando um distanciamento entre a teoria e a prática.

Esse distanciamento, por sua vez, retoma as questões iniciais, demandando uma aproximação entre as duas vertentes, como novamente pontua Schaeffer (1994, p. 27): mesmo no âmbito da formação acadêmica, não se deve dispensar a prática, que, nesse caso, realiza-se por meio de estágios. Essa afirmação é corroborada por uma pesquisa de mestrado realizada no Brasil (COSTA, 2008), que teve por objeto a relação entre a formação acadêmica dos arquivistas e o mundo do trabalho, analisando, mais especificamente, as relações da teoria e da prática apresentadas pelos estágios curriculares supervisionados do Curso de Arquivologia da UnB.

Antes de analisarmos o desenvolvimento da Arquivologia brasileira, entremeados pelos avanços da área no contexto internacional, vamos tentar compreender as parcerias, os conflitos e interesses diversos que marcaram a sua trajetória e que nos parecem ter desdobramentos na configuração da área no Brasil.

Nessa perspectiva, algumas questões nos inquietam: se existem profissões e, mais recentemente, disciplinas que estão envolvidas com a gênese, organização, comunicação e recuperação de documentos/informações, os paradigmas da Arquivologia alinhar-se-iam àqueles dessas disciplinas no campo da informação? Ou, mais especificamente e tendo em vista as hipóteses desta tese, o *campo científico* e os paradigmas arquivísticos brasileiros alinhar-se-iam àqueles da Arquivologia internacional, considerando a sua convergência para o campo da informação que os abriga?



### 3.6.1 Por uma harmonização das disciplinas da informação

As preocupações em torno das relações de cooperação entre essas disciplinas são sistematizadas em 1934, por Paul Otlet, no *Traité de Documentation*. A UNESCO as valida com a criação do ICA, em 1948; com a aproximação entre a FID e a IFLA; e com a realização da Conferência Inter-governamental sobre a Planificação das Infra-estruturas de Documentação, que marca um “pacto” entre as bibliotecas e os arquivos (MATOS; CUNHA, 2003).

No relatório apresentado à IFLA e à FID, acerca do inquérito sobre a formação profissional dos bibliotecários e documentalistas, Suzanne Briet pontua que

O problema da formação profissional dos agentes de informação ("documentalistas") não surge em tempos idos, mas pertence inteiramente ao nosso tempo. Ele contempla tanto a formação dos "trabalhadores científicos" como dos especialistas na preservação e ampliação das coleções iniciais (arquivistas, bibliotecários e curadores de museus). (UNESCO, 1951).

A partir da década de 1960, são realizados alguns eventos internacionais com foco na integração dos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos: em Quito (Equador, 1966), Colombo (Sri Lanka, 1967), Kampala (Uganda, 1970) e Cairo (Egito, 1974). Nessa perspectiva, são também feitas consultas sobre a planificação, métodos aplicáveis e formação de pessoal desses serviços – Paris, 1972, 1973 e 1974 (CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LA PLANIFICATION DES INFRASTRUCTURES NATIONALES EN MATIÈRE DE DOCUMENTATION, DE BIBLIOTHÈQUES ET D'ARCHIVES, 1974).

Em 1972 é realizado, em Washington, o Seminário Interamericano de Integração dos Serviços de Informação de Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação na América Latina e no Caribe, no âmbito da UNESCO, OEA, Departamento de Estado e Comissão Nacional dos Estados Unidos para a UNESCO, *American Library Association* e *Council on Library Resources*. Foram declarados os princípios, conclusões e recomendações aos governos dos países americanos, considerando-se a responsabilidade do Estado em promover o acesso à informação. Nesse sentido, foi defendido:

- o preparo de um plano nacional integrado de serviços de informação, que priorizasse a formação de pessoal voltada para o ensino comum de arquivistas, bibliotecários e técnicos em comunicação social;

- o preparo de um plano nacional de desenvolvimento dos serviços de informação, compatível com os planos regionais e internacionais, retomando o planejamento de Estruturas Nacionais de Informação Científica e Técnica, organizado pela Diretoria de Educação Iberoamericana (Madri, 1970). Quanto aos arquivos, deveriam ser contemplados nesse plano os administrativos, intermediários e permanentes do setor oficial, bem como do setor privado, quando considerados de interesse público;
- o estudo da legislação vigente sobre arquivos, bibliotecas e centros de documentação que proporcionasse “um marco jurídico atualizado”;
- a criação de um grupo, em cada país, que integrasse arquivistas, bibliotecários e técnicos em comunicação social para as decisões em nível nacional;
- a constituição de grupos de trabalho nacionais para a coordenação e estudos de programas-piloto relativos a técnicas e serviços auxiliares;
- e, por fim, a organização de exposições, conferências e visitas para a difusão dos serviços de informação (ARQUIVO NACIONAL, 1974f).

Para facilitar a permuta e a transferência internacional de informação, é criado, em 1973, o UNISIST no âmbito da UNESCO (CARNEIRO, 1977).

Alinhado às propostas dessas iniciativas, nos anos 1970, o movimento pela integração das instituições voltadas para a organização e disponibilização de documentos (inicialmente os arquivos, bibliotecas e institutos/centros de documentação) se fortalece, liderado pela UNESCO, no sentido de “estabelecer uma forma mais eficaz e flexível, base da cooperação e assistência em apoio aos esforços dessas organizações” (INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON THE PLANNING OF NATIONAL DOCUMENTATION, LIBRARY AND ARCHIVES INFRASTRUCTURES, 1974, p. 28, tradução nossa).

Exemplo desse esforço é a realização da *Intergovernmental Conference on the Planning of National Documentation, Library and Archives Infrastructures*, em Paris, no ano de 1974, com o objetivo de

proporcionar um quadro para os governos dos Estados-Membros, em vários estágios de desenvolvimento e com diferentes estruturas sociais e políticas, para trocar opiniões e experiências sobre o planejamento coordenado da documentação nacional, políticas de bibliotecas e arquivos, métodos e serviços ao longo de toda a gama de atividades humanas, ou seja, as ciências humanas, cultura, sociologia, economia, direito, administração e ciências pura e aplicada. (INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON THE PLANNING OF NATIONAL DOCUMENTATION, LIBRARY AND ARCHIVES INFRASTRUCTURES, 1974, p. 2, tradução nossa).

O Brasil participa desse evento, no qual é proposto o NATIS, como um sistema relacionado às ações da UNESCO voltadas para o entrosamento entre os arquivos e bibliotecas nas infraestruturas nacionais<sup>160</sup> (CARNEIRO, 1977). “O conceito NATIS objetiva ação nacional e internacional como base para uma estrutura geral que abrangerá todos os serviços, que proporcionarão assim informação a todos os setores da comunidade e a todas as categorias de usuários” (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 16). Nesse sentido, o mesmo documento pontua que:

Devem ser feitas campanhas inspiradas pelas linhas diretrizes da UNESCO, dentro do conceito NATIS, no sentido de considerar-se toda informação como um dos fundamentos essenciais sobre o qual se apoiam o progresso da civilização e a sociedade humana. **É preciso considerar os Arquivos como parte integrante dos serviços de comunicação.** A informação é parte essencial dos recursos de uma Nação e o acesso a esta informação constitui um dos direitos fundamentais do ser humano. O desenvolvimento pessoal, profissional e social do indivíduo está em razão direta à quantidade e qualidade da informação recebida e assimilada. (ARQUIVO NACIONAL, 1976c, p. 13, grifos nossos).

O ICA, por sua vez, reconhece a necessidade de organização das estruturas de arquivos e de gestão de documentos como responsabilidade do Governo e se coloca à disposição da UNESCO para colaborar em seus esforços para a execução do Programa (ARQUIVO NACIONAL, 1976e)<sup>161</sup>.

Especificamente, o NATIS deveria desdobrar-se em ações que abrangessem: uma política nacional de informação; o estímulo da consciência do usuário; a promoção do hábito da leitura; a avaliação das necessidades dos usuários; a análise da existência de recursos de informação; a análise dos recursos humanos; o planejamento da estrutura organizacional do próprio sistema, inclusive com a disponibilização de recursos humanos; o planejamento das suas necessidades tecnológicas; o estabelecimento da sua base legal; o financiamento das suas atividades; e controle bibliográfico universal. A Conferência de 1974 ainda aponta ações

<sup>160</sup> No entanto, as conotações e denominações dessas estruturas, próprias de cada país, deveriam ser respeitadas (ARQUIVO NACIONAL, 1975c). Além disso, o NATIS foi discutido mais especificamente na Reunião Regional de Especialistas para o Desenvolvimento dos Arquivos Nacionais na América Latina. Em 1975, o IBBD realiza, no Rio de Janeiro, uma reunião de especialistas, visando à implantação do sistema, mediante a adoção dos princípios de controle bibliográfico universal. Nessa perspectiva, foram aprovadas recomendações para o aperfeiçoamento do controle bibliográfico no âmbito nacional, de forma a intensificar o intercâmbio de informações entre o Brasil e outros países (ARQUIVO NACIONAL 1976c).

<sup>161</sup> Ainda em 1974, o Conselho encaminha uma carta circular aos seus membros nacionais, apresentando as discussões ocorridas na 18ª sessão da Conferência geral da UNESCO, relativas ao programa e orçamento dessa instituição. Retoma as ações da UNISIST, do ano anterior, em torno da integração de todas as atividades relativas à documentação científica e técnica, ou seja, da documentação, das bibliotecas e dos arquivos. Nessa perspectiva, encaminha um programa de ações voltadas para essa integração, articulando sua atuação com a FIAB e da FID. Dentre as ações apresentadas nesse programa, devemos destacar os projetos arquivísticos propostos para o desenvolvimento dos arquivos da América Latina, reconhecidas pelo ICA como necessidades prioritárias (Carta circular aos membros nacionais do Conselho Internacional de Arquivos, de 25 de junho de 1974).

internacionais como a assistência aos Estados Membros para o planejamento e desenvolvimento do NATIS; a promoção do controle bibliográfico universal; a elaboração de um programa de ação a longo prazo; e a realização de uma conferência intergovernamental.

Pautados nessas ações, são então desenvolvidos os seguintes temas: planificação integrada de infraestruturas nacionais em matéria de documentação, bibliotecas e arquivos; organização da aplicação da tecnologia a serviço dessas áreas; e planificação quanto ao seu pessoal. Em relação aos arquivos, as preocupações centram-se na gestão dos documentos administrativos, intermediários (com destaque para a avaliação) e nos arquivos nacionais, além da microfilmagem e autenticação de documentos (CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LA PLANIFICATION DES INFRASTRUCTURES NATIONALES EN MATIÈRE DE DOCUMENTATION, DE BIBLIOTHÈQUES ET D'ARCHIVES, 1974).

Embora a reunião de especialistas para estudar a aplicação desse Sistema no Brasil (Rio de Janeiro, 1975) tenha cogitado apenas os problemas relacionados às bibliotecas (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b), como veremos no próximo capítulo, parte da justificativa de criação do Sistema Nacional de Arquivos brasileiro é amparada na recomendação dessa Conferência, isto é, “num Sistema Nacional de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, ao qual caiba o comando normativo da política arquivística no País” (ARQUIVO NACIONAL, 1975a, p. 2).

É importante ressaltar que o Brasil participa dessa Conferência como estado-membro, representado por seu embaixador e delegado na UNESCO, pelo então diretor do Arquivo Nacional, pelo ministro dos Negócios Exteriores e pelos consultores técnicos do IBBD e do Ministério das Minas e Energia (CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LA PLANIFICATION DES INFRASTRUCTURES NATIONALES EN MATIÈRE DE DOCUMENTATION, DE BIBLIOTHÈQUES ET D'ARCHIVES, 1975).

Tendo em vista um tronco comum para o ensino da Documentação, Biblioteconomia e Arquivologia, é apresentado o seguinte quadro:

**Quadro 16: Proposta de tronco comum nos estudos de documentalistas, bibliotecários e arquivistas**

	<b>Documentação</b>	<b>Biblioteconomia</b>	<b>Arquivologia</b>
<b>Fundamentos</b> (histórico, desenvolvimento, evolução dos conceitos)	Sociologia da informação História da da Informação Científica Teoria da comunicação Métodos de pesquisa	A biblioteca na sociedade História das bibliotecas e educação a esse respeito Legislação relativa às bibliotecas Estudos de usuários Métodos de pesquisa	Organização administrativa (passado e presente): geografia histórica História dos arquivos Legislação relativa aos arquivos Teoria da Arquivologia Métodos de pesquisa
<b>Materiais</b>	Formas de documentação: periódicos, relatórios, novas mídias, bases de dados Serviços de informação	Formas de documentação: publicações, livros, periódicos, novas mídias Ferramentas bibliográficas História das artes do livro	Formas de documentação: dossiês, registros, manuscritos, cartas, material audiovisual, dossiês legíveis por máquinas, etc. Categorias de dossiês: públicos, privados, notariais, etc. Sistemas de registro (organização dos arquivos intermediários)
<b>Métodos</b> (organização, interpretação, avaliação e utilização dos materiais)	Indexação, resumos analíticos, análise de conteúdo, armazenamento, linguagens documentárias e sistemas de pesquisa documentária Organização de bases de dados Difusão de informação Serviços destinados aos usuários	Processos de consulta Organização do conhecimento Indexação, resumos analíticos, análise de conteúdo Serviços de leitores Análise sistêmica	Gestão de dossiês e depósitos intermediários Triagem Classificação e inventário, instrumentos de pesquisa Operações e serviços destinados aos usuários
<b>Gestão</b> (fixação de objetivos e métodos)	Gestão e administração Pessoal Aspectos jurídicos Planificação de sistemas	Gestão e administração Pessoal Tipos de operações Organização de sistemas	Gestão e administração Pessoal Aspectos jurídicos Organização e planificação de sistemas
<b>Tecnologia</b>	Aplicações informáticas Reprografia	Aplicações informáticas Reprografia Conservação e restauração	Aplicações informáticas Reprografia Conservação e restauração

Fonte: adaptação do quadro apresentado na Conférence Intergouvernementale sur la Planification des Infrastructures Nationales en matière de Documentation, de Bibliothèques et d'archives (1974, tradução nossa).

A partir desse quadro, há a recomendação de uma formação regular comum, complementada com cursos de aperfeiçoamento, atualização e reciclagem, reforçada pelo movimento para a harmonização das formações nessas áreas de informação, que ganha fôlego com a multiplicação dos estudos e dos encontros (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999).

Em 1976, a UNESCO ratifica essa proposta de harmonização por meio do PGI. Depois disso, ocorre o *Seminaire International sur les stratégies pour le développement des*

*archives dans le Tiers Monde*, organizado pelo ICA em cooperação com a UNESCO (Berlim, 1979), que, a partir de uma terminologia geopolítica, reconhece a importância da integração parcial das disciplinas e profissionais do domínio da informação e documentação. Sintonizado a essas preocupações, o IV CBA (Rio de Janeiro, 1979) contemplaria, nas sessões plenárias, *a integração dos arquivos nos centros de informação* (ARQUIVO NACIONAL, 1980a).

No mesmo ano é realizada a *Reunión d'experts sur l'harmonisation des programmes de formation en matière d'archives* (Paris, 1979), com o fim de se estudar os programas de formação em Arquivologia e as suas relações com os programas de formação teórica e prática em Biblioteconomia e CI. Além dessa reunião, a UNESCO, por meio do programa RAMP, realiza uma consulta junto aos especialistas da área (também em Paris, 1979), com o objetivo de melhorar a gestão de documentos (além da sua preservação como herança cultural). As recomendações decorrentes dessa consulta voltam-se para a implementação de políticas e planos, normas e padrões, infraestrutura de desenvolvimento, formação e treinamento de profissionais (EXPERT CONSULTATION ON THE DEVELOPMENT OF A RECORDS AND ARCHIVES MANAGEMENT PROGRAMME (RAMP) WITHIN THE FRAMEWORK OF THE GENERAL INFORMATION PROGRAMME, 1979).

Esses estudos também recebem atenção dos profissionais e estudiosos da Biblioteconomia, que discutem o tema num seminário da IFLA (Filipinas, 1980). A relevância dos arquivos é, portanto, reconhecida:

Os arquivos públicos, cuidadosamente conservados, são o instrumento indispensável para administração de uma comunidade. Por sua vez, consignam a gestão dos assuntos públicos e a facilitam, ao mesmo tempo que descrevem as vicissitudes da história humana; por conseguinte, são de interesse para pesquisadores e administradores. Quer sejam secretos ou públicos, constituem um patrimônio e uma propriedade por cuja existência pública inalienável e imprescritível, em geral, zela o Estado<sup>162</sup>.

Em 1980, a FID, o ICA e a IFLA se reúnem na Itália para definir as ações e os programas comuns viáveis. Essas instituições voltam a se reunir em Viena (1983) em torno do tema *Gestion des professions de l'information: incidences sur l'enseignement et la formation*, quando discutem questões teóricas e práticas que o perpassam (WASSERMAN, 1984).

Nessa perspectiva, a UNESCO organiza, em Paris, o *Colloque International sur l'harmonisation des programmes d'enseignement et de formation en Sciences de*

---

<sup>162</sup> *Rigth Report on Succession of States in Respect of Matters Other than Treatices. Draft Articles with Commentaries on Succession to State Property, by Mohammed Bedjaoui, Special Rapporteur, Document A/DN. 4/292, 8 de abril de 1976, p. 35.*

*l'Information, Bibliothéconomie et Archivistique* (1984a; 1984b), que, como o próprio nome indica, focaliza a integração do ensino dessas áreas, em nível nacional e regional, considerando que os seus serviços têm em comum a aquisição, preservação e comunicação da informação registrada e, em graus variados, a análise e difusão das informações contidas em seus fundos e coleções. Todavia, são consideradas suas peculiaridades, determinadas, em grande medida, pela origem e natureza dos materiais tratados. Dessa maneira,

O objetivo final dessas atividades é de melhorar e facilitar o acesso à informação para todos os usuários de sistemas e de serviços de informação, graças à elaboração de programas de ensino e formação projetados para atender às demandas que se exprimem no ambiente informacional atual (COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HARMONISATION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT ET DE FORMATION EN SCIENCES DE L'INFORMATION, BIBLIOTHECONOMIE ET ARCHIVISTIQUE, 1984a, p. 2).

Dentre as vantagens dessa integração estariam: os benefícios econômicos, a redução de barreiras psicológicas e sociais entre os grupos, a preparação dos estudantes para um mercado flexível, a implementação de uma base tecnológica comum às três disciplinas e o fortalecimento do *status* representativo das profissões diante do Governo (TEES<sup>163</sup> apud MENDES, 1992, p. 16).

Em relação a esse evento, cabe-nos destacar a presença da Prof<sup>a</sup> Susana Mueller, então chefe do Departamento de Biblioteconomia da UnB, representando o Brasil no âmbito dessas preocupações (COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HARMONISATION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT ET DE FORMATION EN SCIENCES DE L'INFORMATION, BIBLIOTHECONOMIE ET ARCHIVISTIQUE, 1984b). Ao relatar as discussões e conclusões do evento, Mueller reflete sobre uma possível reunião

em um só conselho profissional [de] todos esses setores envolvidos com serviços de informação, resguardadas a identidade e a especialidade de cada um, mas todos colaborando para uma mesma causa – a aquisição, preservação, organização e difusão de material informacional em vários formatos e suportes. (MUELLER, 1984, p. 164).

O relatório final do evento ressalta a harmonização dos programas de estudos dessas áreas em matéria de gestão, aplicações tecnológicas e estudos sobre usuários. Ainda recomenda atividades que contemplem a divulgação dos seus resultados, como: as publicações; a concepção de projetos piloto sobre a formação harmonizada nas áreas em

---

<sup>163</sup> TEES, Miriam. Harmonisation of education and training programmes for library, information and archival personnel: a report of the colloquium held in London, 9-15 August 1987. *IFLA Journal*, v. 14, n. 3, p. 243-246, 1988.

questão; a realização de pesquisas comparativas das experiências integradas e de cursos nessa perspectiva de harmonização.

Complementarmente, é realizado o Colóquio Internacional sobre Harmonização de Programas de Ensino e Treinamento de Pessoal de Biblioteca, Informação e Arquivo no ano de 1987, em Londres (MENDES, 1992).

Esses eventos propiciam a elaboração de alguns documentos que sintetizam suas preocupações em torno da harmonização das profissões e disciplinas da informação e propõem programas comuns nesse sentido.

Sob encomenda da UNESCO, Olier e Delmas (1974) estudam a planificação nacional das estruturas nacionais de documentação, bibliotecas e arquivos, visando à formulação de uma política geral que a sustente conforme as orientações formuladas nos eventos sobre a harmonização das profissões e disciplinas da informação. Na Reunião sobre Harmonização dos Programas de Formação em Matéria de Arquivos (Paris, novembro de 1979), também foram apresentados estudos de Michael Cook e Bruno Delmas<sup>164</sup>, nessa mesma linha de pensamento.

Beraquet (1981) desenvolve uma tese cujo tema é o desenvolvimento e a importância de um currículo comum nos estudos de arquivos, bibliotecas e informação. A brasileira considera as interferências das inovações tecnológicas e sociais nos serviços de informação, práticas e procedimentos que constituem essas instituições na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Brasil e que têm impacto nos padrões educacionais dessas áreas.

Wasserman (1984) prepara um detalhado documento sobre o ensino da gestão como tema para a formação de bibliotecários, documentalistas, arquivistas e outros especialistas em informação. O autor se baseia nas experiências de outras áreas mais consolidadas, como a Administração, para sugerir princípios e teorias para a formação desses profissionais.

Fontaine e Bernhard (1988) o fazem na tentativa de orientar professores dessas áreas quanto aos seus objetivos de aprendizagem.

Bowden (1989), por sua vez, preocupa-se com o estabelecimento de princípios para a gestão de associações profissionais de arquivistas, bibliotecários e documentalistas, reconhecendo o papel essencial que essas instituições desempenham no reconhecimento e legitimação social de uma profissão.

Alinhada a essa proposta de integração das disciplinas da informação, mais recentemente Martín Pozuelo (2006) retoma alguns debates recentes acerca da formação em

---

<sup>164</sup> Fundo ALA, rolo 36-98, flash 1.



Arquivologia no mundo<sup>165</sup> e se respaldando nas Diretrizes de Bolonha<sup>166</sup>, nos planos flexíveis de estudo e na necessidade de atualização e renovação desses planos, apresenta uma proposta internacional de harmonização da formação em Arquivologia, relacionada à Biblioteconomia e à CI. Sua proposta assenta-se em três dimensões: docência, investigação e desenvolvimento profissional, que devem ser estudadas ontológica, epistemológica, metodológica, ética e politicamente.

Também nessa perspectiva de harmonização, que Couture, Martineau e Ducharme (1999) concebem a formação em Arquivologia, mediante o desenvolvimento de pesquisas, como a base necessária para a teorização e normalização das práticas e, logo, para o fortalecimento disciplinar da área.

Os assuntos contemplados pelos editores da Revista *Archivum* também contemplam a relação entre arquivos, bibliotecas e museus (ARQUIVO NACIONAL, 1980d).

Por todas as iniciativas descritas, podemos perceber que a atuação da UNESCO, desde a sua criação em 1946, sempre foi de grande relevância para o desenvolvimento, organização, padronização, estudo e reflexão das disciplinas da informação. Devemos lembrar que, além dessas ações, e mais especificamente em relação à valorização dos arquivos, a instituição, já no seu primeiro programa, propõe um projeto de criação, em cada estado membro, de um centro de informação sobre os seus arquivos. A criação do ICA, o mais importante órgão de cooperação internacional da área, também ocorre no seu âmbito.

Tão importante foi essa medida que se pode datar dela a ressurreição dos arquivos em quase todas as partes do mundo. Multiplicaram-se, a partir de então, os congressos internacionais consagrados aos problemas técnicos, jurídicos e funcionais dessas instituições. (CARNEIRO, 1977).

Outro exemplo das relevantes contribuições da UNESCO é o fundo internacional para o desenvolvimento de arquivos, na tentativa de auxiliar os países em desenvolvimento a adotar sistemas nacionais de arquivos eficazes (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 1974).

No Brasil, como veremos no próximo capítulo, desde 1923 já existiam preocupações explícitas quanto à necessidade de cooperação entre os profissionais de arquivos, bibliotecas e

---

<sup>165</sup> I Encontro entre Profissionais e Docentes (Espanha, 2001), *Encuentro Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología, Ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe* (EDIBCIC) (Cuba, 2002 e Costa Rica, 2003), Encontro de Educadores em Arquivologia (Argentina, 2003) e IFLA (Argentina, 2000).

<sup>166</sup> A Declaração de Bolonha foi assinada, em 1999, por Ministros de Educação de 29 países europeus, marcando o início oficial do processo de convergência de um Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Informações disponíveis em: <<http://ees.universia.es/>>. Acesso em 03 nov. 2007.

museus: naquele ano, a BN e o MHN abrem inscrições para o Curso Técnico, comum a essas duas instituições e ao AN.

No plano politicoinstitucional, a agência brasileira de fomento que faz a classificação das áreas do conhecimento com finalidades práticas, o CNPq, já contemplava a Ciência da Informação, desde 1976, como uma subárea da Comunicação na sua TAC. Nessa classificação, a CI tinha duas especialidades: 1) os Sistemas da Informação e 2) a Biblioteconomia e Documentação (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978a). Na TAC de 1984, a CI aparece como área, denominada “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia”. Já na TAC em vigor<sup>167</sup>, a CI compõe, com outras áreas, a grande área das Ciências Sociais Aplicadas e tem como subáreas, a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia (FERNANDEZ, 2008). Essa classificação demonstra a emancipação da CI no campo científico e o seu “domínio” sobre as subáreas que a compõem. Além disso, parece ir ao encontro da proposta internacional de conceber a Ciência da Informação no plural, de forma a agregar as áreas que têm por objeto a informação.

Em 2005, o CNPq, a CAPES e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) compõem uma comissão especial de estudos para propor uma nova TAC<sup>168</sup>. Considerando a defasagem da tabela em vigor e a “forte tendência de interdisciplinaridade das áreas do conhecimento”, essa comissão deveria, em sintonia com as tendências internacionais e com a comunidade científica, estudar as profissões com base na Organização Internacional do Trabalho (OIT), mapear os problemas das grandes áreas e definir as bases epistemológicas para a nova tabela. Para essa comissão,

A classificação das Áreas do Conhecimento tem finalidade eminentemente prática, objetivando proporcionar aos órgãos que atuam em C&T uma maneira ágil e funcional de agregar suas informações. As atuais estruturas de dados dos Comitês Assessores das agências de fomento refletem necessidades de agrupamentos de áreas em função de recursos. A nova Tabela deve ter em conta estas necessidades<sup>169</sup>.

Retomando os nossos referenciais teóricos, podemos observar que nesse quadro a epistemologia diz respeito às regras e regularizações sociais inscritas nas estruturas e/ou *habitus* quanto à maneira de conduzir uma discussão e de ajustar um conflito (BOURDIEU, 2001).

<sup>167</sup> As informações quanto à atual TAC encontram-se disponíveis em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em 17 nov. 2009.

<sup>168</sup> Portaria conjunta do CNPq, CAPES e FINEP, de 2 de março de 2005.

<sup>169</sup> Memória da 1ª reunião da comissão especial de estudos das áreas do conhecimento realizada em Brasília, na sede do CNPq, no dia 18 de março de 2005.

Em decorrência dos trabalhos da comissão, o CNPq propõe uma classificação que diferencia, nitidamente, a Arquivologia da CI. No entanto, essa proposta ainda não foi aprovada<sup>170</sup>, embora a comissão tenha previsto a conclusão dos trabalhos para dezembro do mesmo ano<sup>171</sup>.

De toda forma, a proposta de separação das duas disciplinas nos instiga à reflexão. Talvez, a nova concepção da Arquivologia como uma área do conhecimento, independente da CI e diretamente ligada à nova grande área *Ciências Socialmente Aplicáveis* – ainda que seja questionável esta última denominação –, dê um novo rumo à sua configuração como disciplina no Brasil. Afinal, “Não há ‘escolha’ científica [...] que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes” (BOURDIEU, 1983a, p. 126-127).

Delsalle (1998) nos lembra que a especificidade e autonomia da Arquivologia em relação a outras áreas aparecem nuançadas nos diferentes países. Todavia, não entraremos na discussão sobre a definição de fronteiras entre as disciplinas da informação, uma vez que não há consenso entre seus estudiosos sobre essa questão. Optamos assim por reconhecer suas relações extradisciplinares, permeadas por encontros e desencontros.

### **3.6.2 Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: a informação como um campo perpassado por paradigmas comuns?**

Como vimos, as relações entre os arquivos, bibliotecas e museus são antigas e muito ligadas ao papel desses espaços na salvaguarda da memória por meio da preservação de documentos.

Os contornos e as normas da profissão do arquivista começam a se fixar no século XX, entre uma visão funcionalista (voltada para as demandas administrativas) e uma científica, que valoriza os arquivos históricos (ARLETTAZ, 2003-2004). Mais precisamente durante a Segunda Guerra Mundial, a Arquivologia passa a ser concebida como descritiva, quando entra em crise de identidade com a História, passando a abrigar uma vertente tecnicista ao longo do século.

---

<sup>170</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.memoria.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>>. Acesso em 4 maio/2008.

<sup>171</sup> Memória da 2ª reunião da comissão especial de estudos das áreas do conhecimento realizada no Rio de Janeiro, na sede da Academia Brasileira de Ciências, nos dias 30 e 31 de maio de 2005.

Nesse processo evolutivo há uma nítida sobreposição da teoria relativamente à prática: os diversos *constructo* sócio-culturais – Arquivo, Biblioteca e Museu – foram tendo uma correlação com disciplinas científico-técnicas legitimadoras de profissões emergentes e exercidas nesses *constructo*, ou seja, nesses ‘lugares de memória’ institucionalizados. (SILVA, 2002, p. 576).

Nesse sentido, a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia “surgiram e têm girado na órbita do desenvolvimento positivista da História, adquirindo, de início, a condição subsidiária de ‘ciências auxiliares’”, relacionada ao paradigma “historicista, empírico-tecnicista, documentalista, empírico-patrimonialista, etc.”. Esse paradigma enfatiza a “experiência sensorial (empirismo) dos artefactos e bens culturais (património) que substancializam o Arquivo, a Biblioteca e o Museu” e “que, mais tarde, foi posta em causa e substituída por uma infrene [...] estratégia autonomista” (SILVA, 2002, p. 56-57).

Mais recentes são as relações dessas áreas com a Documentação e a CI, não apenas no âmbito da memória<sup>172</sup>, mas também, da gênese, organização, comunicação e recuperação da informação, sobretudo sob demandas sociais. Nesse sentido, a proposta da CI, parece abrigar as preocupações das disciplinas aplicadas, como pontua Oliveira (1998) na mesma perspectiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1978b):

A Ciência da Informação é vista como uma grande área onde estão abrigadas subáreas como a biblioteconomia e arquivologia, disciplinas voltadas para a aplicação de técnicas, o que não quer dizer, como afirma o documento, que no âmbito dessas disciplinas não se realizem pesquisas ou se produzam novos conhecimentos. (OLIVEIRA, 1998, p. 25).

Essa perspectiva subjetiva da CI parece ter como eixo o seu estatuto social, cuja singularidade seria a centralidade da informação, realçada pela maioria dos estudiosos da área. Freire lembra que já num documento da FID de 1969, “a dimensão social é apontada como fundamental para a questão informacional” (FREIRE, 2006, p. 11).

No contexto soviético, o que hoje, por aproximação, denominamos “Ciência da Informação”, era chamado de “Informática”, contemplando somente a informação científica, como uma informação lógica obtida durante o processo de conhecimento, no âmbito de uma “atividade multifacetada num contexto social mais significativo” (FOSKETT<sup>173</sup> apud FREIRE, 2006, p. 11), ou seja, superando uma concepção puramente tecnológica. É apoiado nessas origens da CI que Freire justifica sua perspectiva social atual, diante da enumeração de algumas condições básicas para a sua existência: ambiente social,

<sup>172</sup> Embora Oliveira (2010) tenha constatado, em sua pesquisa, que a apropriação do conceito de memória na CI é pouco expressiva, relacionando-se à informação como componente da memória social, verificada em contribuições pontuais de alguns autores.

<sup>173</sup> FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da Informação ou Informática?* Rio de Janeiro: Calunga, 1980

agentes e canais. Na conjugação desses elementos, estaria a dinâmica da recuperação da informação e a responsabilidade social da área, como seu fundamento.

É importante lembrar que, no Brasil, no final dos anos 1960 e início da década de 1970, há uma indefinição teórica da área, que transita entre os conceitos de CI e Informática, nas vertentes russa e francesa. No entanto, com a criação do primeiro mestrado pelo IBBD, passa a predominar o primeiro termo, conforme a abordagem anglo-saxônica, mais relacionada à recuperação da informação (SANTOS JÚNIOR, 2010).

Araújo (2003) lembra a inspiração da CI nas Ciências Exatas, que dá lugar a uma transição dessa disciplina para as Ciências Humanas e Sociais, nos anos 1970, quando o foco é o usuário. Nessa perspectiva, busca-se a superação de modelos metodológicos simplificadores, com a apreensão do pensamento complexo.

Rayward (1996) também reconhece, na trajetória histórica da área, sua abrangência para além dos instrumentos tecnológicos e estuda sua dimensão social, a qual, segundo ele, consolida-se gradualmente:

*A raison d'être de uma história da ciência da informação [...] torna-se não somente a iluminação a partir de um ponto de vista histórico de desenvolvimentos disciplinares importantes, mas a nova luz que ela pode lançar sobre aspectos fundamentais da sociedade humana. (RAYWARD, 1996, p. 15, tradução nossa).*

Capurro (2003), por sua vez, apresenta, dentre os paradigmas da CI, o paradigma social como uma “evolução” dos paradigmas físico e cognitivo, ponderando que:

*[...] o trabalho informativo é um trabalho de contextualizar ou recontextualizar praticamente o conhecimento. O valor da informação, sua mais-valia com respeito ao mero conhecimento, consiste precisamente da possibilidade prática de aplicar um conhecimento a uma demanda concreta. (CAPURRO, 2003).*

No Brasil, a classificação das áreas do conhecimento pelo CNPq, embora seja pautada muito mais em questões políticas e práticas que epistemológicas, aponta para uma vertente social da CI, como o fazem os estudos mais recentes da área.

Quanto à Arquivologia, as suas relações com a CI podem ser verificadas a partir das contribuições dos teóricos das duas disciplinas no que concerne às suas fronteiras (interdisciplinaridade e conceitos afins), objeto (a informação) e funções sociais (geralmente abarcadas pelas preocupações em torno da recuperação da informação).

Pinheiro (1999), ao delimitar o campo interdisciplinar da CI, apresenta um diagrama, no qual a Arquivologia aparece, juntamente da Biblioteconomia, Museologia, Filosofia e Linguística. Ela argumenta que:

Três áreas surgem como mais fortes nas suas relações de interdisciplinaridade com a Ciência da Informação: Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Excetuando a primeira, com a qual a interdisciplinaridade é reconhecida pela quase totalidade dos estudiosos, as outras duas têm sua presença acentuada provavelmente por um equívoco entre interdisciplinaridade e aplicações. (PINHEIRO, 1999, p. 174-175).

Mais tarde, a autora propõe as disciplinas que fariam parte da CI, além das áreas interdisciplinares que lhe são próximas, incluindo a Arquivologia como uma dessas áreas, em duas temáticas: nas necessidades e usos da informação e na representação da informação (PINHEIRO, 2006).

Já os estudiosos portugueses procuram definir a Arquivologia numa abordagem transdisciplinar, na qual aquela faz parte da(s) Ciência(s) da Informação.

Concebida a informação como objecto impreciso, as disciplinas científicas correlativas, de que ressaltam, numa primeira linha, a Biblioteconomia e a Arquivística, são obrigadas a convocar um intercâmbio metodológico com outras ciências sociais, especialmente com a Sociologia e a História. Gera-se, desta forma, uma multi e interdisciplinaridade que se estende e supera num sentido claramente transdisciplinar, confinado ao campo específico da informação social e fundado, sobretudo, na interação das práticas e das teorias biblioteconômicas e arquivísticas, agregando-se-lhe contributos procedentes da Informática, das disciplinas ligadas à Comunicação Social e às Ciências Sociais. (SILVA et al, 1999, p. 36).

Considerando as necessidades de uso da informação do mundo contemporâneo, numa visão sistêmica e analisando esses autores, Masson propõe:

o deslocamento de um cenário de interdisciplinaridade para outro, mais profundo e radical, de transdisciplinaridade, no qual a Arquivística é convocada para construir uma Ciência da Informação unitária, envolvendo-se e misturando-se e até fundindo-se com a Biblioteconomia, a Documentação e os Sistemas Tecnológicos de Informação, de forma que a Ciência da Informação, sem perder sua interessante vocação interdisciplinar no campo das Ciências Sociais, consiga afirmar-se teórica e, academicamente, como uma ciência com identidade própria, dentro do paradigma das ciências pós-modernas. (MASSON, 2006, p. 88-89)<sup>174</sup>.

As concepções dos estudiosos portugueses, ratificadas por Masson, parecem confundir o campo da informação com as disciplinas que o constituem, especialmente com a CI. No nosso entendimento, esse campo não se restringe a essas disciplinas (que possuem trajetórias, objetos e métodos particulares em torno da gênese, organização, comunicação e recuperação da informação) e contempla práticas, políticas, discursos e demandas sociais que o definem singularmente, para além dessas áreas.

A fim de ilustrar os vínculos entre essas disciplinas, Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da UNESCO, quanto às relações entre as Ciências da Informação, a

---

<sup>174</sup> Sílvia Mendes Masson (2006) discorre sobre *A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação*, título do seu texto, em relação à proposta de Silva e Ribeiro (2002).

Biblioteconomia e a Arquivologia, segundo a qual, os três domínios possuem o mesmo objeto, isto é, a informação registrada num suporte, embora de forma distinta.

Por outro lado, são encontrados na literatura, sobretudo da CI, exemplos de autores que não veem relação sólida entre essa disciplina e a Arquivologia, sobretudo no seu aspecto epistemológico, conforme identificamos na dissertação (MARQUES, 2007). Nesse mapeamento, o estudioso mais radical parece ser Le Coadic, quem afirma que a Arquivologia é uma:

disciplina auxiliar da história, [que] preocupa-se com a preservação dos documentos que resultam da atividade de uma instituição ou de uma pessoa física ou jurídica. **Os arquivos não passam de documentos conservados**, enquanto as bibliotecas são constituídas de documentos por elas reunidos. (LE COADIC, 1996, p. 14, grifos nossos).

Para ele, as "primeiras disciplinas" que se envolveram com o estudo da informação foram a Biblioteconomia, a Museoeconomia, a Documentação e o Jornalismo. Dessa forma, o autor exclui categoricamente a Arquivologia do âmbito da Ciência da Informação. Saracevic (1996) ratifica essa exclusão, ao considerar o diálogo dessa disciplina apenas com a Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva e a Comunicação.

Para Jardim e Fonseca, pesquisadores brasileiros da Arquivologia, a informação registrada constitui-se no ponto comum entre essa área e a CI. No entanto, considerando seus objetos, tipos de informação, categorias de usuários e métodos, eles assinalam uma “débil interação entre ambas as disciplinas” (JARDIM; FONSECA, 1995, p. 47).

No entanto, em outro artigo, esses mesmos autores recorrem a Deschatelet, que reconhece a CI “como uma área em gestação constituída por várias ciências da informação como, por exemplo, a **Arquivística**, a **Biblioteconomia**, a **Informática**, o **Jornalismo** e a **Comunicação**, as quais têm como objeto de pesquisa imediato a transferência da informação” (DESCHATELET<sup>175</sup> apud JARDIM; FONSECA, 2000, grifos do autor).

Silva (1996), a partir de Saracevic e de Jardim e Fonseca, enumera critérios de comparação entre as duas áreas: definição, princípios, áreas de concentração e de interesse e objeto de estudo. Baseada nesses critérios e em parâmetros de interação e de relação interdisciplinar (modalidade de interação e tipo de relação disciplinar), a autora não constata “evidências fortes de uma relação significativa entre as duas disciplinas, exceto pelo papel social dos arquivos e pela função também social da informação” (SILVA, 1996, p. 8).

---

<sup>175</sup> DESCHATELET, Gilles. L'Archivistique et la Bibliothéconomie: deux disciplines soeurs dans l'arbre genealogique des sciences de l'information. In: GIRA. *La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches*. Montreal: Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Québec, 1990.

Embora não exista consenso quanto à interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a CI, a recuperação da informação nos parece ser um objetivo em comum para as disciplinas que têm por objeto a informação, que acaba por delinear seus paradigmas no campo da informação.

Diante dos diversos posicionamentos descritos, Belkin (1978) considera a necessidade de um autoconhecimento da CI, na busca de um conceito de *informação* útil para os seus propósitos, que supere a visão reducionista de adequar essa disciplina aos modelos tradicionais da Ciência. Nesse sentido, propõe alguns atributos, pautados na relevância e na operacionalidade, direta ou indiretamente relacionados à recuperação da informação quanto a três aspectos: metodológicos, comportamentais e conceituais.

Saracevic (1996) reconhece a recuperação da informação como núcleo da CI, ao entender que, para solucionar o problema da explosão informacional, essa área impulsionou o desenvolvimento da disciplina. Com base no conceito de *recuperação da informação* fundado por Mooers, o estudioso lembra que esta “engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação” (MOOERS<sup>176</sup> apud SARACEVIC, 1996, p. 44). Para Saracevic, os problemas da CI estão centrados no humano e não no tecnológico, independente do nome que se dê às suas atividades: “Sob qualquer nome ou patrocínio, as atividades profissionais e científicas desempenhadas pela CI são necessárias” (SARACEVIC, 1996, p. 60).

Essa perspectiva é ratificada pela pesquisa de Corrêa, a qual constata que as relações da CI brasileira com a tecnologia dão-se pelo papel instrumental desempenhado pelo computador, que não lhe atribui usos novos e exclusivos. “Portanto, o computador não pode ser considerado ator construtivo na constituição da CI brasileira enquanto ciência autônoma e nem instrumento de delimitação deste campo diante da Biblioteconomia” (CORRÊA, 2008, p. 235).

No seu papel social de analisar, organizar, recuperar e disponibilizar informações, parece se localizar o campo comum da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e mais, recentemente, da CI. Essa perspectiva retoma a tradicional proposta de Paul Otlet (documentação universal) e Shera (epistemologia social) e hoje aproxima essas disciplinas nas suas preocupações com a criação de memórias e de recuperação da informação num sentido mais amplo (SILVA et al, 1999).

---

<sup>176</sup> MOOERS, C. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. *American Documentation*, v. 2, p. 20-32, 1951.



Se o objeto da CI é “a informação como um fenômeno inscrito na realidade humana e social” (SILVA et al, 1999, p. 31), esse objeto coincide com o da Arquivologia, o qual se refere ao conjunto dos documentos produzidos e acumulados ao longo das atividades organizacionais ou individuais (e/ou de famílias), isto é, das atividades do homem em sociedade. Nesse sentido, os sistemas (semi-) fechados de informação social são objeto de estudo dessa disciplina, que, nessa abordagem é concebida como uma ciência da informação social: “[...] o dispositivo metodológico da Arquivística, em última instância, tem de visar de forma problematizante as leis ou princípios intrínsecos à dinâmica da informação social, estruturada em sistemas (semi-) fechados” (SILVA et al, 1999, p. 211).

Desse modo, os posicionamentos acerca dos diálogos entre as duas disciplinas se assentam no deslocamento da noção estática de “documento”, como conceito operatório e como objeto de estudo, para o enfoque na “informação”, que marca “a entrada dos arquivos e da Arquivologia na chamada era pós-custodial e científica” (MASSON, 2006, p. 99). Essa inserção da Arquivologia na CI (ou no campo da informação, na nossa perspectiva) é decorrente da percepção de que o quadro conceitual daquela, vigente desde a Revolução Francesa (1789), vem apresentando sinais de crise na nova era, denominada “pós-custodial” ou “informacional”. Esses movimentos resultam, sobretudo, da emergência das tecnologias de informação e de comunicação e da conseqüente geração dos documentos eletrônicos, além das redes internacionais de comunicação. Vale lembrar que essas são preocupações que originaram e fundamentaram a CI na sua perspectiva social.

Os conflitos, ameaças, incertezas, lutas, crises, rupturas, concorrências, controvérsias, negociações e parcerias subjacentes às disciplinas da informação emergem, justamente, da sua disputa por jurisdição, reconhecimento, legitimação, socialização, credibilidade, crédito e autonomia em torno de um mesmo objeto, que, dependendo do contexto, pode ser tratado sob um ou outro enfoque. Como afirma Corrêa,

As argumentações apresentadas pelos profissionais empenhados em fortalecer o campo da CI traduzem, na verdade, o esforço de uma comunidade científica que procura estabelecer um novo paradigma e autonomizar-se, mas que encontra resistências óbvias por parte de outra comunidade de profissionais da mesma área, os quais procuram proteger sua disciplina, mantendo assim seu *status* dentro da comunidade científica como um todo. (CORRÊA, 2008, p. 50).

Retomando nossos referenciais teóricos, esses movimentos relacionam-se à dinâmica da comunidade que contorna a disciplina.

Podemos compreender a ascensão ou o declínio de uma disciplina levando em conta sua história intelectual e sua história social, a partir das características sociais do

líder e do seu meio inicial até as propriedades coletivas do grupo, como sua atração social e sua capacidade de ter seguidores. (BOURDIEU, 2001, p. 136, tradução nossa).

Portanto, a lógica das lutas científicas não pode ser compreendida ignorando a dualidade dos princípios de dominação, como os recursos propriamente científicos e os recursos financeiros (BOURDIEU, 2001). Exemplo das convergências e divergências entre as disciplinas da informação são, como vimos, as diferentes classificações das áreas do conhecimento pelo CNPq, bases para o fomento à pesquisa no Brasil.

A regulamentação das profissões de bibliotecário, arquivista e museólogo e o seu reconhecimento no âmbito dos cursos superiores ratificam essa disputa, que mesmo não sendo apresentada de forma explícita na literatura analisada, perpassa as trajetórias e a configuração dessas disciplinas no campo da informação. Mais uma vez, como ressalta Bourdieu,

A institucionalização progressiva na universidade desses universos relativamente autônomos é o produto de lutas pela independência, visando a impor a existência de novas entidades e fronteiras destinadas a lhes delimitar e proteger (as lutas de fronteira são, frequentemente, pelo jogo de monopólio de um nome, com todo tipo de consequência, de linhas de investimento, de postos, de créditos etc.). (BOURDIEU, 2001, p. 100, tradução nossa).

É assim que acreditamos que as relações de parceria, cooperação e conflito vivenciadas por essas áreas decorrem do compartilhamento de um objeto comum – a informação –, perpassado por paradigmas comuns, diferenciados ao longo do tempo (conforme quadro 17) e que acabam por se desdobrar em relações (muitas vezes explicitadas em discursos) de hierarquização ou submissão, denunciadoras da sua luta por sobrevivência num campo tão competitivo.

**Quadro 17: Paradigmas da Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação no campo da informação**

Disciplina	Paradigmas
Arquivologia	Foco inicial na organização e preservação física de documentos, tendo em vista a manutenção da memória; preocupação com o arquivo como instituição de guarda de documentos; preocupação com o aperfeiçoamento e compartilhamento de técnicas voltadas para a organização e disponibilização de documentos; preocupações recentes com seu desenvolvimento como disciplina científica e seus desdobramentos: formação profissional, produção de pesquisas, criação de cursos de graduação e pós-graduação, etc.
Museologia	Foco inicial no museu, como lugar de contemplação, estudo e pesquisa; foco nas coleções, como agrupamentos de relíquias ou peças exóticas; foco no museu como lugar de culto à memória; preocupações mais recentes relativas à multiplicidade dos tipos de museus derivados da diversidade étnica, cultural e social; preocupações da área com o seu desenvolvimento científico e formação profissional.

Disciplina	Paradigmas
Biblioteconomia	Foco inicial na biblioteca como espaço de estudo, contemplação e preservação da memória; preocupação em propiciar acesso aos documentos bibliográficos; proliferação de cursos para a formação de profissionais habilitados na organização e recuperação de documentos; desenvolvimento de pesquisas.
Documentação	Preocupações com o controle e classificação universal do conhecimento registrado; criação de instituições que propiciassem a transferência de informações entre cientistas e pesquisadores; compartilhamento de interesses e propostas com a CI.
Ciência da Informação	Volta-se para os processos que abarcam os movimentos da informação em um sistema de comunicação humana, abrigando os interesses da Documentação e indo ao encontro daqueles das demais disciplinas do campo da informação; preocupações com a recuperação da informação conforme as demandas dos usuários; busca da compreensão da informação em si mesma, inicialmente numa aproximação matemática e, mais recentemente, de acordo com o contexto social; produção de pesquisas, contemplando, inclusive, temáticas de outras disciplinas que lhe são próximas.

Fonte: elaboração própria.

Podemos observar, nesse quadro, que os paradigmas comuns dessas disciplinas voltavam-se para a preservação da memória, centrados no papel desempenhado por instituições legimadas para tal: os arquivos, as bibliotecas e os museus. Ainda centrados nas práticas, esses paradigmas convergiram para a gestão de documentos, ou seja, o papel dessas instituições quanto à sua organização e disponibilização. E é somente a partir do século XIX que se constata um movimento mais sistematizado em torno da organização de disciplinas para formar profissionais que atendam às crescentes demandas de informações sociais, interligando, então, o mundo do trabalho e o acadêmico. Esses movimentos parecem alinhar-se àqueles da Arquivologia, apresentados no quadro 13.

Evidentemente, essas adesões geram encontros e desencontros de interesses no âmbito do sistema de profissões, como nos lembra Abbot (1988), e da própria ciência, como pontua Bordieu.

Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo o espaço. Mas, contrariamente, cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto mais brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. (BOURDIEU, 2004, p. 24).

A partir dos objetivos gerais de recuperação e disponibilização de informações, podemos observar que não há fronteiras rígidas entre as disciplinas voltadas para esse fim. Exemplo disso é, novamente, a TAC do CNPq em vigor, que apresenta relações de cooperação entre elas, hierarquizadas dentro da grande área Ciência da Informação. Esse quadro parece ser tributário dos históricos diálogos entre essas disciplinas, que a cada dia não

diferenciam, com precisão, os limites entre os documentos de arquivo e a documentação (como um todo), produzida nas administrações contemporâneas (DUCHEIN, 1993).

Um exemplo prático de tentativa de harmonização dessas áreas no Brasil é o da Escola de Ciência da Informação da UFMG, que propôs um tronco comum para as atividades acadêmicas dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, a fim de que os alunos obtenham sua formação em turmas heterogêneas (DUMONT, 2008).

Cabe-nos lembrar que “A autonomia não é um dado, mas uma conquista histórica, que está sempre a recomençar” (BOURDIEU, 2001, p. 96, tradução nossa). E mais que isso: como bem pontuam Couture, Ducharme e Rousseau, “Autonomia não significa isolamento” (1988, p. 58).

Assim entendemos que os particulares enfoques na gênese, natureza e proposta de organização da informação pela Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia e CI são propulsores para o agrupamento de profissionais em comunidades, na perspectiva de Kuhn, ou em (sub)campos científicos (Bourdieu) ou, ainda, campos (sub)transcientíficos (Knorr-Cetina), que nos parece ser a definição mais confortável para o complexo contexto extradisciplinar que perpassa essas disciplinas. Desse modo, “não existe um único paradigma que possa ou deva persuadi-los todos. Mais que uma conversão de um único grupo, o que ocorre é uma crescente alteração na distribuição de adesões profissionais” (KUHN, 2005, p. 202).

#### **4 DELINEAMENTOS CIENTÍFICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL A PARTIR DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

Além dos marcos teóricos da trajetória arquivística no contexto mundial, apresentados e sintetizados em obras, eventos e outras iniciativas de instituições (com destaque para o ICA), devemos nos atentar aos intercâmbios promovidos por meio das viagens de arquivistas e estudiosos e às traduções de obras da área na consolidação da cooperação internacional. No Brasil, essas ações são, em grande medida, frutos dos esforços do AN, catalisadores da configuração científica da Arquivologia.

Neste capítulo, buscamos contemplar algumas formas de interlocução entre o pensamento arquivístico internacional e o nacional, a partir das contribuições de profissionais e pesquisadores estrangeiros no Brasil, com as suas visitas, estudos, relatórios e cursos técnicos, além da publicação de obras estrangeiras e suas traduções no País. Apresentamos, ainda, a participação de brasileiros no exterior: no STIA, nos cursos promovidos pela OEA (em Córdoba e Madri) e em cargos/comitês de instituições internacionais.

Ao pesquisar sobre os intercâmbios e, mais particularmente sobre os reflexos das práticas e teorias arquivísticas internacionais na formação e configuração da Arquivologia como disciplina no Brasil, parece-nos importante compreender, simultaneamente, o desenvolvimento da ciência brasileira, para identificar até que ponto ou em quais aspectos esta é marcada pelo pensamento internacional. Afinal, como nos lembra Schwartzman:

A história social das ciências pode ser vista, em suma, como a história dos esforços de estabelecer, no país, comunidades científicas que possam funcionar com os padrões, temáticas e estilos de trabalho próprios das ciências de cada época. [...] Além de seus eventuais produtos, a atividade científica, em qualquer país, está intimamente relacionada com seu sistema educacional, com as possibilidades de mobilidade social de determinados grupos e com os valores que acompanham os grandes processos de transformação econômica e social pelos quais o país, porventura, passe. [...] Em cada época, busca-se caracterizar quais são as principais tradições de trabalho científico que se estabelecem no país, em função do panorama científico internacional e dos desenvolvimentos institucionais do próprio país, particularmente no que se refere ao sistema de educação superior e ao estabelecimento de instituições de pesquisa. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 24).

Nessa perspectiva, buscamos a contribuição desse autor (SCHWARTZMAN, 1979; 2001), Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), bem como de outros que estudam a trajetória da ciência no Brasil de forma ampla, como Azevedo (1994), Fernandes (1990; 1994), Rocha (1994), Nunes (1994), Miceli (2001) e Takahashi (2000). Salientamos que não pretendemos,

com essas leituras, esgotar o tema, mas nos situar no contexto brasileiro (sintetizado no quadro 25) e buscar compreender o cenário no qual a Arquivologia traça a sua trajetória<sup>177</sup>.

Ao estudar o desenvolvimento da ciência no Brasil, desde a sua colonização até os anos 1950, Azevedo observa o contraste entre o intenso progresso científico da Europa Ocidental em comparação à situação brasileira, alheia aos movimentos daquele continente.

O espírito científico e os verdadeiros métodos faltaram ao Brasil. Foi tão pequena e, salvo exceções, tão mesquinha, em tão longo período, a participação do país na corrente do pensamento científico que se teve, em certa época, por sinal de inferioridade, o atraso nacional no tempo das ciências físicas e experimentais e, de modo geral, nas ciências e, se não chegou a passar em julgado a inaptidão do brasileiro para os estudos científicos, certamente se manteve por muito tempo uma atitude de ceticismo em face de perspectivas de progressos nesse vasto setor do universo cultural. A visão pessimista, que provinha da constatação dessa longa “demora cultural”, estava porém tanto mais longe de justificar-se quanto **é certo que o motor do progresso não é a capacidade dinâmica de cada cultura, mas o fato histórico dos contatos entre culturas diferentes.** (AZEVEDO, 1994, p. 18, grifos nossos).

Segundo esse autor, tanto na Espanha como em Portugal, prevaleceu o desinteresse pela pesquisa nesse período. Assim, nos países de colonização lusitana ou espanhola, toda a ordem de conhecimentos continuava subordinada à Igreja, ou seja, segundo os “velhos padrões”. A religião exercia um “papel conservador” que se somava a um determinado “tipo de cultura” predominante nas instituições de ensino e à constante reação de uma camada social, a qual, consciente dos seus privilégios, resistia a outras concepções de vida ou elementos culturais vindos de fora.

Portanto, no Brasil do século XVI, cabiam à Igreja, além da sua função espiritual, as atividades intelectuais e pedagógicas. Num insulamento desprovido de qualquer tipo de renovação, o País não mantinha contato com outras culturas (AZEVEDO, 1994). Internacionalmente, aquele século marca o início da institucionalização da ciência europeia com a *Royal Society* (Inglaterra) e a *Académie des Sciences* (França), além da síntese newtoniana (SCHWARTZMAN, 1979).

O século XVII é marcado pelos trabalhos dos naturalistas, quando aparecem as teorias evolucionistas e a química moderna. É nessa época que o monge beneditino francês, Jean Mabillon, publica o *De Re Diplomática Libri VI*, um tratado que estabelecia as regras

<sup>177</sup> Grande parte das informações apresentadas sobre a trajetória da Arquivologia no Brasil foi extraída da dissertação (MARQUES, 2007), que é nosso ponto de partida para esta tese. Os resultados dessa pesquisa que aqui nos interessam são referentes ao mapeamento de documentos no Arquivo Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, em abril de 2006 e complementados com pesquisa bibliográfica e entrevistas (pessoalmente e por correspondência) com pessoas que participaram do processo de criação e implantação do curso de Arquivologia da UnB, a partir de um roteiro semiestruturado de perguntas. Nosso intuito é aprofundar essa análise, de acordo com os documentos mapeados numa nova consulta ao Fundo Arquivo Nacional, realizada em 2008, e numa pesquisa nos números da Revista Arquivo & Administração da AAB e nos anais do CBA.

fundamentais da crítica textual (DURANTI, 1995)<sup>178</sup>. Esta obra seria um dos pilares teorico-metodológicos da Arquivologia, mesmo que fundamentada na Diplomática. Como vimos no capítulo anterior, a Revolução Francesa altera a feição da tradição arquivística vigente, com a criação de órgãos nacionais e independentes para os arquivos, com a promessa de liberar o seu acesso à população (SILVA et al, 1999).

Nessa época, as “profissões cultas” ligadas às universidades mais tradicionais estavam a ponto de desaparecer, cedendo espaço a uma nova concepção de ensino que incorporasse, às antigas profissões, os conhecimentos produzidos pela ciência experimental em emergência e que cortasse os privilégios das antigas profissões e corporações profissionais. Na França, essa transformação foi dramática, extinguindo a antiga universidade e a substituindo por escolas profissionais. Com Napoleão, o ensino clássico é retomado em detrimento da orientação científica e há uma divisão entre as escolas de formação especializada voltadas para a elite técnica e administrativa (as *grandes écoles*) e os estabelecimentos de ensino para a formação de professores ou profissionais liberais (as *facultés*), modelo que repercutiria na estrutura oficial de educação superior no Brasil (SCHWARTZMAN, 1979). Algumas décadas mais tarde, é criada a *École des Chartes* (1821), que tem uma projeção na Europa, devida à qualidade do ensino de Paleografia e Diplomática, relevante para os estudos históricos da época (SILVA et al, 1999).

No Brasil, nem mesmo a atuação de Dom João VI (1808-1821) – inauguração do ciclo das viagens e das expedições científicas; abertura às trocas de mercadorias, à imigração de pessoas, às experiências e aos costumes e à transformação dos velhos hábitos coloniais; lançamento das bases para as escolas tecnicoprofissionais – e a emancipação política do País (1822) alteram a situação de falta de renovação (AZEVEDO, 1994).

Ao fazer um balanço das iniciativas e realizações do Segundo Império, o autor pontua que o desenvolvimento científico era irregular e se destacava num ou noutro setor, como na Botânica, Zoologia, Astronomia e Matemática. Azevedo lembra que a única ciência com uma tradição brasileira é a Botânica. Nesse quadro, ele retoma as contribuições de vários estrangeiros que vieram ao Brasil em expedições desde 1810. No entanto, destaca a limitação dessas contribuições, observando que:

se nada foi capaz de sustar o passo ou esfriar o zelo dessa legião de sábios e exploradores, picados de curiosidade científica e aparelhados de todo um equipamento conceptual e metodológico, adquirido na Europa, nem se interessaram

---

<sup>178</sup> Mabillon era responsável pela publicação das vidas de santos beneditinos e respondeu à acusação de Daniel Van Papenbroeck sobre a falsidade dos diplomas merovíngios, preservados no Monastério de São Denis (DURANTI, 1995).

eles, em geral, pela cultura do país, por onde andavam de passagem, e que lhes abria um campo maravilhoso para suas pesquisas individuais ou de grupos, nem contribuíram, por isso mesmo, para modificar a mentalidade do brasileiro que continuava em sua atitude de deslumbramento ou de indiferença em face da natureza, se não na de espectador, um pouco espantado, diante das aventuras desses estranhos forasteiros... (AZEVEDO, 1994, p. 35).

As atividades científicas desses estrangeiros são verificadas em ações isoladas, uma vez que estes, na maioria dos casos, não faziam escola e nem deixavam discípulos. A criação de institutos, que até chegarem a ter projeção internacional, não estava subordinada a uma política de cultura e se relacionava mais à busca de solução de problemas urgentes.

É nesse contexto, do Brasil Império, que o Arquivo Nacional é criado, em 1838, sob a denominação *Arquivo Público do Império*<sup>179</sup>, contemporâneo ao *Public Record Office*, de Londres. À instituição brasileira, cabia “guardar os documentos públicos”<sup>180</sup>, semelhantemente à função da instituição britânica, “o arquivo oficial do Governo”<sup>181</sup>.

Maia analisa a concepção do AN, afirmando que:

No processo de criação e ordenação da nação brasileira era preocupação latente a recomposição do passado e levar a efeito a contrução da história da nação, decorrendo, daí, a necessidade de buscar solução que viabilizasse a preservação do acervo documental produzido através da criação de órgãos ou instituições, das quais destacamos o Arquivo Público do Império e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/IHGB, ambos criados em 1838. Ao primeiro, de acordo com seu ato constitutivo, são definidas funções de arquivo público para atendimento das demandas do Estado, enquanto que ao segundo são atribuídas funções atinentes à memória e à história brasileiras. (MAIA, 2006, p. 46).

Poucos anos depois, em 1841 é enunciado, pelo arquivista e historiador *Natalis de Wailly*, na França, o Princípio de Respeito aos Fundos, conhecido como “princípio da

<sup>179</sup> Em nossa pesquisa documental verificamos a concepção da Instituição anteriormente a essa data: “O ARQUIVO NACIONAL, forçoso é afirmar, nasceu desde que foi feita a separação do Brasil da subordinação administrativa de Portugal, isto é, nasceu com a nossa propria Independencia a 7 de setembro de 1822, porque, quando seu nome foi incluído na Constituição jurada a 25 de março de 1824, de acordo com que preceituava o art. 70, do Capítulo IV, a ideia da necessidade da sua criação já estava latente no espírito de um dos primeiros constituintes brasileiros, o deputado por Pernambuco – Pedro de Araujo Lima” (Documento *Instituição do Arquivo Público do Império*, p. 35a). Com a sua criação, passaria a ser obrigatória a remessa de todos os atos emanados da administração pública central e os eclesiásticos para a instituição, provisoriamente estabelecida na Secretaria do Império, de forma a aproveitar o pessoal dessa Secretaria para fazê-la funcionar. Legalmente concebido em 1823, o Arquivo Público torna-se, então, realidade, em 1838 (conforme o Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838). Sua autonomia administrativa, ou seja, o seu desligamento da Secretaria do antigo Ministério do Império, acontece por meio do Decreto n. 47, de 25 de abril de 1840. Vincula-se, então, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (*Legislação*, AN 579). À semelhança dos Arquivos da França, o NA seria dividido em três seções: Administrativa, Histórica e Legislativa e Judiciária (*Despacho do Sr. Ministro*, de 22 de agosto e 1905).

<sup>180</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 09 nov. 2009.

<sup>181</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.nationalarchives.gov.uk/about/default.htm?source=about>>. Acesso em 09 nov. 2009.



proveniência” e que viria a se tornar o fundamento da teoria arquivística (SILVA et al, 1999), conforme apresentamos no capítulo anterior.

Voltando ao cenário brasileiro, onde a atividade científica era precária, marcada pelas atividades de alguns europeus atraídos pelas vantagens oferecidas pelo Imperador, os contatos com a Europa intensificavam-se:

É da França e da Alemanha que chegam, muitas vezes com atraso e distorcidos, os modelos intelectuais e institucionais que são adotados no Brasil. É nestes países, particularmente no primeiro, que vão estudar nossas elites intelectuais. É destes países, particularmente do segundo, que vem um grande contingente de cientistas e pesquisadores assumir a liderança de muitas de nossas instituições de pesquisa. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 86).

Já nessa época, mais especificamente em 1873, o então Diretor do AN, Machado Portela, apresenta em seu primeiro relatório, um tópico sobre “A necessidade, do estabelecimento de uma ESCOLA DE CARTAS ou de AULA DE DIPLOMÁTICA E PALEOGRAFIA”, como “complemento necessário de um Arquivo de certa importância”<sup>182</sup>.

Uma Portaria de 2 de março de 1874 determinava que os funcionários daquele Arquivo deveriam ter conhecimento da leitura de manuscritos antigos, de Geografia, Cronologia e História (especialmente do Brasil) e da tradução de Língua Inglesa para a nacional. Desse modo:

A especialização da função atribuída aos funcionários da nossa velha e respeitável instituição Nacional, pela sua natureza toda técnica, estava a exigir, sem dúvida, e já naquela recuada época cuidava-se disso, a criação de um CURSO PREPARATÓRIO, específico, destinado ao seu funcionalismo ou aos candidatos aos cargos iniciais, com a exigência de outras noções próprias às funções arquivísticas.<sup>183</sup>

O Regulamento do AN de 1876 apontava, como condição para o preenchimento do cargo de amanuense<sup>184</sup>, a habilitação em caligrafia e redação; gramática da língua nacional; leitura de manuscritos antigos; elementos de Cronologia, Geografia e História (especialmente do Brasil); Aritmética (até a teoria das proporções); tradução das línguas francesa e inglesa para o português.

No seu Regulamento de 1893, o mesmo Diretor “insistia, inutilmente, na criação da sua AULA DE DIPLOMÁTICA, isto é, no ensino da arte da leitura de Diplomas antigos,

<sup>182</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”, vol. 2, o Arquivo da República. Autor: Bacharel Pandiá H. de Tautphdeus Castelo Branco. (Continuação da publicação n. 35 s. d.) [196?].

<sup>183</sup> Novamente conforme o Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>184</sup> Entendido como aquele funcionário de repartição pública que geralmente fazia cópias, registros e cuidava da correspondência, escrevia textos à mão; ou seja, o escrevente, copista, secretário (MAIA, 2006).

matéria esta, depois classificada sob a denominação de PALEOGRAFIA”. Esse desejo assim aparece no Regulamento: “Oportunamente será instituído no Arquivo Público uma Aula de Diplomática, em que se ensinarão a Paleografia com exercícios práticos, a Cronologia e Crítica Histórica, a Tecnologia Diplomática e Regras de Classificação”. Nesse mesmo documento, o cargo de subarquivista substitui o de amanuense e, dentre os requisitos para o seu preenchimento está a frequência à aula de Diplomática: “Depois que houver a Aula de Diplomática ninguém poderá entrar em concurso para sub-arquivista sem ter cursado a dita aula”.

Enquanto no Brasil o AN caminhava a passos lentos, no contexto internacional a Arquivologia dava um grande salto, com a publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses (1898), reconhecidamente um grande avanço na teorização da disciplina.

Nas primeiras décadas do século XX, a expansão da atividade científica trouxe a ideia germânica da unidade do ensino e da pesquisa, levando à criação. O cenário brasileiro caracterizava-se: pelo predomínio de temas de pesquisa essencialmente europeus; por diversas tradições científicas no País que dependiam da presença de pesquisadores estrangeiros que aqui se radicavam ou de brasileiros formados no exterior; pela ciência que estava fora de um sistema de ensino superior, o qual não contemplava a pesquisa científica, nem escolas onde se pudessem formar futuros cientistas; pela grande transformação da ênfase da pesquisa, de acadêmica para mais aplicada, além da busca por educação especializada e a criação de instituições de tipo técnico; e pela manutenção de vínculos estreitos com o ambiente científico francês (SCHWARTZMAN, 1979). Mais especificamente, contribuições estrangeiras marcam os museus brasileiros: o Museu Paulista e o Paraense são obras de cientistas de outros países, estreitando contato com o ambiente europeu.

Por outro lado, a expansão da indústria e do comércio abre caminho para a revolução intelectual. Na formação de grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, despontam tradições científicas no campo da Matemática, Astronomia, Geologia, Zoologia, Física, Química, Biologia, Fisiologia experimental, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia e História. Agora a atuação e a contribuição dos estudiosos estrangeiros (franceses, alemães, italianos, dentre outros), seja como professores titulares ou como visitantes, começam a deixar marcas com a criação de escolas e a formação de discípulos. Quanto à Arquivologia brasileira, identificamos inquietações mais consistentes quanto ao seu desenvolvimento nessa época. Mediante a pesquisa documental realizada no fundo Arquivo Nacional, observamos que em 1911 havia uma preocupação, por parte dessa instituição, quanto à formação especializada dos seus funcionários, tendo em vista o tratamento adequado

dos documentos por ela custodiados. Retomando as iniciativas do século passado, o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores expede uma circular criando o Curso de Diplomática no AN. Instituído por meio do Decreto n. 9.197, de 9 de dezembro de 1911<sup>185</sup>, esse Curso deveria “proporcionar cultura prática e theorica [sic], aos que se destinarem às funções específicas dos cargos desse estabelecimento”<sup>186</sup>. Sua duração seria de dois anos e contemplaria aulas de Paleografia e exercícios práticos; Cronologia e Crítica Histórica; Tecnologia Diplomática; e Regras de Classificação<sup>187</sup>.

As instruções de 1914 conferem como recompensas àqueles que frequentassem as suas aulas: o certificado decorrente da frequência às aulas, o direito de concorrer ao cargo de amanuense do AN, além da preferências nas nomeações para esse cargo e para outros, como auxiliares, copistas, etc.

De acordo com o Regulamento do AN de 1916, era condição para ocupar o cargo de amanuense<sup>188</sup>, a frequência ao curso de Diplomática oferecido pelo AN.

A criação do MHN (Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922) e a reforma do Regulamento da Biblioteca Nacional (Decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1923) culminam na proposta de um Curso Técnico, comum àqueles instituições e ao AN. São, então, abertas as inscrições para esse curso<sup>189</sup>, que teria a duração de dois anos e a exemplo dos cursos técnicos dos arquivos europeus da época, exigia dos candidatos uma preparação para trabalhar, ao mesmo tempo, em bibliotecas, museus e arquivos: “O ensino das matérias era dividido entre aqueles estabelecimentos a que era comum, cabendo ao Arquivo Nacional o de história política e administrativa do Brasil e de cronologia e diplomática”<sup>190</sup>.

Ainda na expectativa do Regulamento de 1923, Alcides Bezerra, então diretor do AN, insistia no “apostolado pedagógico”, conforme a experiência do MHN. Ele então inclui, nesse Regulamento, um capítulo inteiro sobre a organização do Curso Técnico de Arquivos, de forma a disciplinar o seu funcionamento, assim defendendo seus propósitos:

---

<sup>185</sup> Além dos conhecimentos exigidos anteriormente, agora os amanuenses/subarquivistas deveriam ser aprovados em concurso que comprovasse a sua habilidade em redação de peças oficiais e noções de Direito Público e Administrativo.

<sup>186</sup> Conforme o documento *Instruções para o curso de Diplomática no Arquivo Nacional*, s/d, e outros documentos relacionados a esse curso: Minuta n. 245, de 6 de outubro de 1912, do *Arquivo Público Nacional*; Minuta n. 276, de 9 de dezembro de 1913, do *Arquivo Nacional*; documento n. 82, de 14 de janeiro de 1914, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; e Minuta n. 198, de 29 de agosto de 1919, do *Arquivo Nacional*.

<sup>187</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>188</sup> Segundo esse Regulamento, cabia ao amanuense: a numeração e carimbamento dos documentos, restaurações, cópias e demais serviços de que pudessem ser encarregados pelos chefes de seção, além da tiragem das certidões que tivessem de ser conferidas pelos mesmos chefes.

<sup>189</sup> Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Arquivo Nacional*.

<sup>190</sup> Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Arquivo Nacional*, remetida pelo Diretor dessa instituição ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores da época.

Antevejo, todavia, para o Curso Técnico, si êle fôr algum dia posto em prática, uma benéfica influência sôbre todo o País. [...] Pela sua natureza o Arquivo é uma Repartição técnica, e não dispensa funcionários especializados. Ora, essa especialização não se adquire sem estudo técnico, seguido de aplicação prática. A teoria enriquece os horizontes do espírito, dá ao indivíduo confiança para avançar no desconhecido, libertando-o do empirismo dos fatos isolados, das conjeturas sem base, do apalramento instintivo, e, quiçá, advinhatório<sup>191</sup>.

O Regulamento do AN de 1923 ratifica a condição do regulamento anterior, apontando que a nomeação de amanuenses continuava dependente de concurso, comum à BN e ao MHN. Para tal, os candidatos deveriam fazer o curso técnico e submeter-se-iam a provas escritas, práticas de descrição e classificação de objetos das coleções dessas instituições. “Aos amanuenses, cabe-lhes extrair as certidões que tenham de ser conferidas pelos chefes de secção; e, também, a entrada de papeis em livros especiaies e as buscas de documentos para consulta”<sup>192</sup>.

No entanto, os propósitos do Diretor do AN não foram concretizados:

Enquanto os Cursos daquelas duas Repartições começaram logo a funcionar, sem interrupção até hoje, o do Arquivo Nacional, continuou, como já o dissemos, apenas no papel, pois não foi possível estabelecer o pagamento dos aludidos Professores, que, com absoluta razão, não queriam lecionar gratuitamente<sup>193</sup>.

Diante dessa situação, Eduardo Marques Peixoto, quando na direção interina do AN, observa em seu relatório:

Precisamos executá-lo [o curso], do contrário, por muitos anos lutaremos com a falta de funcionários competentes, e capazes de cumprir as funções estabelecidas no Regulamento. Acresce, ainda, uma circunstancia. O Curso Técnico será um crivo moralizador e selecionador só permitindo que faça carreira àquêles que, realmente tenham vocação e competência para as melindrosas funções de lidar com documentos. Formará o gosto do funcionário, a ponto de torná-lo um apaixonado do emprego e não méro orçamentívoro, mais preocupado em pôr-se na rua ao término do enfadonho expediente, do que do cumprimento exato dos seus devêres.<sup>194</sup>

O Projeto 141 de 1926<sup>195</sup>, que cria, no quadro funcional do AN, o cargo de amanuense, em substituição ao de auxiliar, corrobora que esse curso deveria habilitar os

<sup>191</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>192</sup> Os amanuenses têm as suas funções ampliadas: além da numeração, carimbamento, restauração, cópias e “mais serviços de que possam ser incumbidos pelos chefes de seção”, cabia-lhes a extração e conferência de certidões. Ainda deveriam substituir os subarquivistas (Regulamento do AN, 1923, p. 24-25).

<sup>193</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>194</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>195</sup> Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926, do *Archivo Nacional*.

candidatos ao novo cargo. Apesar de regulamentado<sup>196</sup>, o curso, por razões diversas, não chega a funcionar<sup>197</sup>.

Esforços pessoais continuavam sendo dispendidos a fim de suprir o aperfeiçoamento do pessoal técnico do AN. Exemplo disso foi a ida de Mario Melo, funcionário do *Instituto Archeologico de Pernambuco*, ao AN, para compartilhar os conhecimentos adquiridos durante uma viagem aos Estados Unidos, sobre conservação e guarda de documentos, inspirada na experiência do Vaticano<sup>198</sup>.

Nilza Teixeira lembra que, nessa época, “não havia especialistas em arquivo. Em Biblioteconomia havia muita gente já se especializando, se destacando. Inclusive o Curso da Biblioteca Nacional progrediu e o Arquivo Nacional ficou bastante parado, muito tempo sem apresentar resultados”<sup>199</sup>.

Com a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1930, o diretor do AN pleiteia a inclusão do curso de arquivo à universidade (BOTTINO, 1994). Em 1932, ainda na sua luta para a implantação do Curso, ele afirma que:

Os Arquivos não são meras repartições burocráticas.  
Pelo menos se deve presumir que aliam a uma parte puramente administrativa, outra, em que o estudo do passado nacional prepondera.  
[...] O Curso Técnico, visa, sobretudo, desenvolver o gosto de viver no passado e dar os meios indispensáveis para nele se penetrar com segurança<sup>200</sup>.

Num cenário de desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais (1930 a 1964), o Brasil assiste à organização universitária, à concessão de recursos estatais para a concepção de centros de debate e investigação fora do ensino superior, concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro. A criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1961, propicia o florescimento das Ciências Sociais nos espaços acadêmicos, num contínuo processo que culmina numa acelerada profissionalização, reflexo do modelo europeu e norteamericano. O traço comum do desenvolvimento dessas Ciências, nos dois contextos, é a abertura de horizontes intelectuais e acadêmicos pelos docentes e pesquisadores estrangeiros em missão oficial no Brasil (MICELI, 2001). As atividades de investigação experimental convergem para as associações de especialistas, mas as

<sup>196</sup> Conforme Decreto (s. n.), de março de 1932, que “Modifica, no Arquivo Nacional, o curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense e dá outras providências”.

<sup>197</sup> Minuta n. 381, de 7 de dezembro de 1926; Minuta n. 222, de 22 de março de 1932, do *Archivo Nacional e documento* (s/d.), manuscrito ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>198</sup> Carta de Mario Melo para Alcides Bezerra, de 24 de junho de 1926; Minuta n. 283, de 16 de agosto de 1928. Ainda quanto à experiência do Vaticano, observamos o interesse do AN em conhecer as suas *Normas para Catalogação de Impressos* (Portaria 1583-216, de 24 de outubro de 1945).

<sup>199</sup> Em entrevista que nos foi concedida no dia 13 de dezembro de 2005.

<sup>200</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

generalizações, a superficialidade, a unilateralidade de visão e o diletantismo continuam, dificultando o desenvolvimento do espírito crítico e da cultura nacional (AZEVEDO, 1994).

O AN, por sua vez, ratifica, no seu regimento interno, a regulamentação do funcionamento do Curso Técnico, destinado a habilitar candidatos ao cargo de arquivista (Decreto n. 20.673, de 17 de novembro de 1931). Esse curso dividir-se-ia em dois anos, sendo que, no primeiro, os alunos cursariam disciplinas inicialmente ministradas por funcionários da própria Instituição, sobre História do Brasil, Bibliografia (especialmente do Brasil), Paleografia e Diplomática; no segundo ano, seriam oferecidas Arquivística e História Administrativa do Brasil<sup>201</sup>.

Pandiá Castelo Branco analisa as recorrentes iniciativas do AN nesse sentido, lembrando que a insistência dos seus diretores quanto a esse Curso “demonstrava a grande importancia que eles davam à realidade da implantação definitiva, e, não apenas no papel, isto é, nas leis, desse tão reclamado Curso Técnico”<sup>202</sup>. Exemplo disso é a solicitação de providências, do então diretor do AN, Alcides Bezerra, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para a formação dos técnicos da Instituição, argumentando que a proposta de organização do *Curso Técnico* não atendia às suas necessidades quanto às especificidades dos documentos custodiados. É, então, realçada

a necessidade de uma disciplina de conjunto sobre Arquivos, na qual se estude a história dos Arquivos, os métodos de sua organização, os problemas de classificação dos documentos, os cuidados para a bôa [sic] conservação destes, a arte de restaurá-los, de estrata-los [sic], enfim o modo de considerá-los como parte de um todo orgânico, que é o Arquivo. Essa disciplina é a Arquivística, matéria que não pode deixar de figurar num Curso Técnico destinado à formação teórico-prática de funcionários de Arquivo<sup>203</sup>.

Embora a demanda por habilitação dos funcionários do AN para o cargo de amanuense persistisse ainda sem solução<sup>204</sup>, a carreira de arquivista já existia em alguns quadros (Lei 284, de 28 de outubro de 1936), mas não de forma escalonada. Em 1941, com a reforma dos quadros ministeriais, essa carreira é desdobrada em: a) arquivologista, a quem cabia as funções de planejamento, organização e orientação; b) e arquivista, que seria o auxiliar do arquivologista. Em 1960, o arquivologista passaria a ser reconhecido como “documentarista” (Lei 3.780, de 12 de julho de 1960) e somente em 1978, as profissões de arquivista e de técnico de arquivo seriam regulamentadas (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979b): este substituiria o antigo arquivista; o arquivista da Lei de 1978

<sup>201</sup> Ante-projeto do Regimento Interno do Arquivo Nacional.

<sup>202</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

<sup>203</sup> Exposição de Motivos (s/d.), que aparentemente acompanhava a Minuta n. 222, de 22 de março de 1932.

<sup>204</sup> De acordo com Minuta n. 498, de 25 de junho de 1934, do Arquivo Nacional.

assumiria as funções antes destinadas ao arquivologista. Prevalece, portanto, para o profissional de nível superior, um termo mais relacionado à técnica.

Como não havia qualquer curso regular para se formarem, restava, aos funcionários do AN, aproveitarem os cursos eventualmente promovidos pelo DASP, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), pelo Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (IDORT/SP) e pela FGV.

Visam êsses [sic] Cursos a formação de especialistas, preparando-os para o desempenho das atribuições relacionadas à moderna técnica de arquivos, administração de documentos e Arquivologia, incluindo esta última, parte de um estudo sôbre [sic] o arquivo público e sua função em face da História e da administração do país<sup>205</sup>.

Estávamos próximos da Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil nesse conflito, embora não muito intensa, “propiciou a oportunidade de tentar um primeiro programa de mobilização e planejamento na história do país” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 255). Tendo modificado seus padrões tradicionais de comércio, o País torna-se um importante fornecedor de materiais estratégicos para os Aliados Ocidentais. Nesse contexto, continua Schwartzman, há uma conscientização por parte dos cientistas, tendo em vista uma mobilização política.

Esses cientistas precisavam se organizar e o primeiro passo para isso é a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948. Essa instituição abrigaria discussões diversas, inclusive políticas, até a década de 1970, durante o regime militar (FERNANDES, 1990).

É essencial salientar que os contatos do Brasil com a Inglaterra e Estados Unidos<sup>206</sup> durante a Guerra abrem espaços para as influências desses países na Ciência brasileira (SCHWARTZMAN, 1979). A atuação da Fundação Rockefeller<sup>207</sup> na área de saúde pública brasileira é um exemplo disso. Além da implantação de cátedras na Faculdade de Medicina de

---

<sup>205</sup> *Cursos de Administração de Documentos e Arquivologia*, promovidos pela Fundação Getúlio Vargas, segundo DE 433, de 10 de fevereiro de 1947.

<sup>206</sup> Antes disso já observamos iniciativas brasileiras no sentido de conhecer os avanços norteamericanos, como a solicitação de informações e cópias fotográficas do Arquivo Nacional de Washington, tendo em vista o projeto do novo Arquivo Nacional do Brasil (D. A./S. O./1430, de 17 de fevereiro de 1943; Carta n. 411, de 21 de setembro de 1944; Carta n. 467, de 28 de outubro de 1944).

<sup>207</sup> Instituição criada em 1909 para “promover o bem-estar e o avanço da civilização dos povos dos Estados Unidos, seus territórios e possessões e de países estrangeiros na aquisição e disseminação do conhecimento, na prevenção e alívio do sofrimento e na promoção de todos e quaisquer elementos do progresso humano” (SHAPLEN apud SCHWARTZMAN, 1979, p. 242-243). No contexto arquivístico, apoiou, juntamente da União Panamericana e do Departamento de Estado, a 1ª Reunião de Arquivistas Americanos, promovida pelo Arquivo Nacional de Washington (conforme Carta do Diretor do Arquivo Nacional para Kecskemèti (ICA), de 5 de junho de 1961).

São Paulo e a vinda de professores norte-americanos, essa Fundação fornecia bolsas de estudos a médicos brasileiros nos Estados Unidos.

Nunes nos lembra que as origens institucionais do desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro datam de 1949, quando o Presidente Dutra envia uma mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas, “com o objetivo de situar o país perante as demais nações que experimentaram significativo progresso econômico no pós-guerra, em especial os Estados Unidos da América, a Inglaterra, o Canadá e a França” (NUNES, 1994, p. 43).

Nesse cenário é criado o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, representando “a primeira iniciativa do governo em dotar o país de uma instituição voltada para a promoção de auxílios à pesquisa e à formação do cientista” (NUNES, 1994, p. 44). Paralelamente, é criada a CAPES, com o objetivo de capacitar o docente universitário e que, mais tarde, torna-se “a principal alternativa de financiamento à pesquisa no País” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 259).

Do ponto de vista dos objetivos desta pesquisa, a cooperação arquivística internacional se intensifica no Brasil, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros, que aqui deixam muitas contribuições, conforme sintetizamos no quadro 18.



**Quadro 18: Visitas de professores e pesquisadores estrangeiros no Brasil (1944-1987)<sup>208</sup>**

VISITANTE	DATA DA VISITA	CONTRIBUIÇÕES
Charles Lyon Chandler (historiador norte-americano) <sup>209</sup>	1944	Conferência no AN; mediação junto ao Diretor do Arquivo Nacional de Washington para prestar informações arquivísticas de interesse para o Brasil.
Roscoe Hill e Allan K. Manchester (norte-americanos) <sup>210</sup>	1954	Palestras divulgadas integralmente na imprensa periódica por meio de transcrição.
John P. Harrison (especialista em assuntos latino-americanos do Arquivo Nacional dos Estados Unidos)	1955 e 1956	Primeira visita: palestra ilustrada sobre a organização e as funções do Arquivo Nacional dos Estados Unidos da Unidos no Rio de Janeiro e São Paulo; conferências informais com historiadores interessados nos registros relativos ao Brasil que se encontravam naquela instituição; estudo dos materiais existentes nos arquivos brasileiros que fossem de interesse para os estudiosos nos Estados Unidos; acordos com o Brasil para o intercâmbio de microfilmes e outras cópias de documentos <sup>211</sup> . Sua segunda visita tem por fim a cooperação cultural no uso internacional de documentos históricos e exibição do filme sobre o Arquivo Nacional dos Estados Unidos <sup>212</sup> .
Henri Boullier de Branche (professor francês)	1959	Diversos cursos ministrados no preparo de pessoal para trabalhar em arquivos (Curso de Aperfeiçoamento para pessoal de arquivos, organizado por intermédio do DASP; treinamento destinado aos servidores do AN, com o aproveitamento de material do seu próprio acervo); planejamento e início do levantamento de vários fundos; organização de um repertório de toda documentação da Marinha de Guerra existente no AN; revisão de diversas coleções de documentos históricos <sup>213</sup> ; e intermediação para a tradução de obras francesas no Brasil.

<sup>208</sup> Além dessas visitas, ainda tivemos as indicações de outras, embora estas não tenham sido detalhadas nos documentos pesquisados: Guilherme Garcés Contrera (Universidade Nacional Autônoma do México), que esteve no Brasil em 1974; Prof. Emilio Peruzzi (Florença), em 1974; Maria A. Vilches (Escola de Arquivologia da Universidade de Córdoba), em 1974; Michael Conniff (*Stanford University*), em 1974; George Martin Cunha (especialista em restauração dos EUA), em 1976; Vicente Viña (especialista em restauração da Espanha), em 1976; Alberto Lee Lopez (então diretor do Arquivo Nacional da Colômbia e Secretário-geral da ALA), em 1976; Consuelo Pescador (Diretora do *Archivo General de Administracion* da Espanha), em 1977; Morris Rieger (Presidente do Comitê de Desenvolvimento dos Arquivos do ICA), em 1977; Rolf Nagel (Diretor do Arquivo de Dusseldorf da Alemanha), em 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1975a; 1977a; 1978d).

<sup>209</sup> Carta (n. 411), de 21 de setembro de 1944; Carta de 11 de outubro de 1944.

<sup>210</sup> Carta do Diretor do AN para o Diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (Washington), [1954].

<sup>211</sup> No âmbito do programa de cooperação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos com instituições arquivísticas das Américas, as visitas desse especialista tiveram o propósito de “familiarizar-se com os registros, organização e pessoal dos principais arquivos da América Latina” (Carta do Diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (Washington) para o Diretor do AN, de 12 de outubro de 1954, tradução nossa).

<sup>212</sup> Carta do Adido Cultural Adjunto (Embaixada Americana) para o Diretor do AN, de 11 de abril de 1956; Carta do Diretor do AN para o Adido Cultural Adjunto da Embaixada Americana, de 14 de abril de 1956; Carta do Adido Cultural Adjunto (Embaixada Americana) para o Diretor do AN, de 20 de abril de 1956.

<sup>213</sup> Ofício do Diretor do AN para o Diretor Geral dos Arquivos da França, de 5 de agosto de 1960; Ofício do Diretor do AN para o Conselheiro Cultural da Embaixada da França, de 5 de agosto de 1960. Henri Boullier de Branche também foi convidado, pelo Diretor da *Escuela Superior de Admnsitración Pública* e pela *Administración de la Asistencia Técnica de las Naciones Unidas*, para ministrar uma série de conferências sobre os problemas que afetam os arquivos, os métodos e técnicas empregados para a “organização perfeita dos arquivos” (BRANCHE, 1961).

VISITANTE	DATA DA VISITA	CONTRIBUIÇÕES
Theodore Roosevelt Schellenberg (professor e vice-diretor do Arquivo Nacional Americano)	1960	Orientações sobre o estabelecimento de uma política de arquivos, definindo a posição do AN na estrutura governamental, tendo em vista a defesa e administração dos documentos públicos e da criação de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; visita a arquivos; palestras sobre assuntos de sua especialidade <sup>214</sup> .
René Maheu (Diretor da UNESCO)	1971	Dentre os assuntos tratados com o diretor do AN, destacam-se as necessidades da instituição, inclusive quanto aos problemas de aperfeiçoamento de pessoal e outras formas de assistência técnica por meio do ICA.
Elio Lodolini (Arquivo do Estado de Roma) <sup>215</sup>	1971 e 1972	Em missão da OEA / ICA, quando visita cinco países da América Latina, Lodolini observa a evolução das instituições arquivísticas brasileiras, sobretudo do AN. Ressalta os resultados positivos alcançados pelos cursos promovidos por essa instituição. Chega a publicar um artigo, numa revista italiana, sobre suas impressões acerca dos arquivos e da Arquivologia no Brasil (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b). Reconhece a importância do MAN.
Vicenta Cortés Alonso (diretora do Gabinete de Documentação da Biblioteca e Arquivo do Ministério da Educação e Ciência da Espanha)	1972	Em missão da OEA, visita o AN, fazendo alguns contatos e entrevistas, tendo em vista a criação da Escola Multinacional de Arquivistas num dos países americanos, no âmbito do programa assistencial dessa Organização.
Frank B. Evans (presidente da <i>The Society of American Archivists</i> e diretor do Programa Latino Americano para 1974 da NARS) <sup>216</sup>	1974	Viagem de estudos promovida pela <i>The Society of American Archivists</i> , iniciada em Lima, tendo em vista um contato mais direto e melhor conhecimento das fontes documentais representadas pelos arquivos, bibliotecas e instituições congêneres da América Latina.
Vicenta Cortés Alonso	1975	Antes de seguir para a Argentina, onde ministraria um curso sobre Planejamento e Organização de Arquivos, na Escola Multinacional de Córdoba, Cortés Alonso fica no Brasil uma semana. Visita o AN algumas vezes (que já conhecia há três anos), chegando a proferir uma conferência sobre “O terceiro mundo dos arquivos” (ARQUIVO NACIONAL, 1975d, p. 11-12). Também visita Brasília para conhecer o projeto do novo prédio do AN.
Frank B. Evans (funcionário do <i>National Archives</i> de Washington)	1976	Vem ao Brasil a convite da AAB, quando visita os arquivos brasileiros e sugere que o País observe as soluções encontradas pelos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá quanto ao problema de espaço. Tece, ainda, recomendações sobre a transferência do AN para Brasília, a preservação e conservação de documentos, além do uso de microfimes. Participa do Curso Técnico de Arquivo, promovido pela AAB no Rio de Janeiro e em Brasília.

<sup>214</sup> Ofício do Diretor do AN para o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de 30 de março de 1960.

<sup>215</sup> Visitas relatadas na revista *Rassegna degli Archivi di Stato* (32, 1972, p. 388-393; 35, 1974, p. 633-645; 36, n. 2, maio/ago. 1976, p. 474-494), conforme Arquivo Nacional (1978e).

<sup>216</sup> Evans veio num grupo de 22 arquivistas norte-americanos, dirigentes de departamentos e órgãos especializados de importantes instituições dos EUA.

VISITANTE	DATA DA VISITA	CONTRIBUIÇÕES
Michel Duchein (professor e Inspetor Geral dos <i>Archives Nationales</i> da França)	1978	A convite do Governo do Estado de São Paulo e como consultor da UNESCO, vem a São Paulo, onde estuda o problema da localização e construção da sede do Arquivo do Estado; em Brasília, assiste à inauguração da Divisão de Pré-Arquivo do AN e ministra palestra no Ministério da Justiça; em Minas Gerais, visita o Arquivo Público Mineiro; e no Rio de Janeiro, visita o AN e ministra palestra na AAB sobre “O papel da Arquivologia na sociedade de hoje”. Nessa palestra, enfatiza a relevância de implantação do SINAR.
Aurelio Tanodi (Diretor do <i>CIDA</i> e da <i>Escuela de Archiveros</i> de Córdoba)	1979	Participa da <i>I Semana Internacional de Arquivos</i> do Brasil, proferindo palestra.
Michel Duchein	1979	Ao vir de uma viagem à Argentina, Duchein passa no Brasil e, a convite do CPDOC da FGV, ministra palestra sobre a “construção e instalação de arquivos”. Essa visita se dá em razão do estudo dos prédios dos arquivos <sup>217</sup> .
Carmem Crespo Nogueira (Espanha)	1979	De passagem para a Argentina, a professora visita o Rio de Janeiro, onde faz contatos com a AAB, Fundação Casa de Rui Barbosa e MHN, tendo em vista atividades conjuntas na área de conservação e restauração.
Charles Kecskeméti (Secretário-executivo do ICA)	1981	A convite do AN, visita o Brasil, reunindo-se com diretores de divisão e assessores técnicos da Instituição, quando toma conhecimento dos projetos de modernização e mudança da sua sede. Sobre essa mudança, tece considerações e chega a emitir parecer. Na FGV, participa de debate com especialistas da área de Documentação, sobre “a experiência internacional de arquivos” e profere palestra sobre “O papel de um arquivo nacional em países em desenvolvimento” (ARQUIVO NACIONAL, 1981, p. 40).
Salvatore Carbone (Professor da Universidade de Calábria, da Itália)	1981	A convite do AN, visita a Instituição, tomando conhecimento dos problemas relacionados à sua reorganização e projetos de mudança. Também dá palestra na FGV sobre “O papel de um arquivo nacional em países em desenvolvimento”.
Ivan Cloulas ( <i>Archives Nationales</i> da França)	1981	Visita Brasília, Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro, onde ministra o “Curso de Automação nos Arquivos” e visita vários órgãos.
Michel Duchein	1982	Subsidiada pelo CNPq, sua visita volta-se para a mudança do Arquivo de sua sede para outras instalações (antiga Casa da Moeda).
Frank Evans e Charles Kecskeméti	1982	Discutem questões relacionadas à estrutura organizacional e ao perfil de pessoal para arquivos, especialmente do AN; além do arranjo, descrição e especificidades da preservação, conservação e restauração de documentos em países de clima tropical.
Michel Duchein	1987	Vem ao Rio de Janeiro, entre agosto e setembro de 1987, quando assiste a um estágio de formação de arquivistas do Estado e orienta o arquiteto responsável pela construção do novo prédio do AN ( <i>Rapport de 1987</i> ).

Fonte: elaboração própria, com base nos documentos do Fundo AN, do Fundo *Archives Nationales de France*, Schellenberg (1959), Arquivo Nacional (1971d; 1972a; 1974g; 1974h; 1975a; 1975d; 1976c; 1977a; 1978d; 1978f; 1978e; 1979g; 1980g; 1981a; 1981c; 1982c) e Associação dos Arquivistas Brasileiros (1978b; 1975a; 1976b; 1979a; 1980a; 1980b; 1981).

<sup>217</sup> ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. *Rapport de CSA*, de 22 de outubro de 1980.

Paralelamente a essas visitas, brasileiros começam a procurar, no exterior, o aperfeiçoamento da formação que lhes faltava no Brasil (sobretudo até o final dos anos 1970), frequentando o STIA desde a sua implantação, como apresentamos no quadro 19.

**Quadro 19: Participação de brasileiros no STIA (1951-2007)**

Ano	Brasileiro(a) participante	Instituição de origem	Área de formação/atuação
1951	Celisa Ulhoa Ten'Orio	*	*
1958	Aida Furtado	*	*
1961	Nilza Teixeira Soares	Câmara dos Deputados (Direção da Coordenação de Arquivos)	Arquivologia
1962	Edir Cordeiro	*	*
1963	Esther Bernstein	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Arquivologia
1964	Maria Ribeiro da Costa	Ministério da Marinha	Biblioteconomia
	Regina Alves Vieira	AN (chefe de seção)	Arquivologia
1965	Lélia Coelho Frota	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Arquivologia
1966	Selma Nabuco Barreiros	Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Arquivologia
	Alda Celia Machado	MRE	Arquivologia
	Wilma Schaffer Correa	AN (assessora do diretor)	Arquivologia
1967	Carvalho Coutino	Ministério das Finanças	Arquivologia
	Maria Goulart Bastos	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Arquivologia
1973	Hermelindo Castello Branco	*	Arquivologia
1976	Bernadeth Argôlo Carôso	*	Biblioteconomia
	Maria Menezes	Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia	Biblioteconomia
1977	Beatriz de Magalhães	*	*
	Eliza Baptista Paes	Bibliotecária aposentada	Biblioteconomia
1979	Heloísa Liberalli Bellotto	USP / Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (diretora e professora do Curso Organização de Arquivos)	Arquivologia
	Regina Maria Wanderley	AN (responsável pelas pesquisas)	Arquivologia
	Marisa Marques Zanatta	Universidade de Campinas	Arquivologia
1980	Mariza Bottino	Universidade de Santa Úrsula (professora de Arquivologia)	Arquivologia
1981	Georgina Koifman	AN (chefe da Seção de Arquivos Privados)	Arquivologia
	Luis Roberto Silva	Ministério da Justiça (diretor)	*
1982	Josélia do Carmo Tavares	AN (assistente)	Arquivologia
	Caio César Boschi	UFMG (professor)	*
	Amélia Clausell	*	Biblioteconomia
	Ivanilda Fernandez Costa Rolim	UFPE (professora)	*
	Eneida Izabel Schirmer Richter	UFMS (professora)	*
1988	Maria Helena Costa Pereira de Lyra	AN (bibliotecária)	Biblioteconomia
	Antonio Carlos Gonçalves Valério	AN (técnico)	Arquivologia
	Celia Maria Leite Costa	FGV (responsável pelo Setor de Arquivos)	Arquivologia
1990	Antonietta Aguiar Nunes	Arquivo Público do Estado da Bahia	História
	Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos Santos	IPAC (diretora da Seção de Documentação Histórica – Arquivo Fotográfico)	Arquivologia
	Laura Oliveira Gudes	AN (técnica em assuntos culturais)	Arquivologia
	Luciana Quillet Heymann Vianna	CPDOC	*

Ano	Brasileiro(a) participante	Instituição de origem	Área de formação/atução
1991	Maristher Moura Vasconcellos	Empresa Energética do Estado de Sergipe	Arquivologia
	Maria Teresa Navarro de Britto	Arquivo Público do Estado da Bahia	Arquivologia
1992	Maria Isabel de Oliveira	AN	Arquivologia
	João Martins Rodrigues Neto	Departamento de Patrimônio Histórico	Arquivologia
1995	Carlos A. P. Bacellar	Arquivo do Estado de São Paulo	Arquivologia
1996	Ema Maria Franzoni	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) / Arquivo Edgard Leuenroth	Arquivologia
1997	Tereza Eleuterio de Sousa	Centro de Pesquisas e História Oral – DF (chefe)	*
1999	Cícero Antonio Fonseca de Almeida	Museu da República / Arquivo Histórico	Museologia
2000	Celina Soares de Mello e Silva	MAST (chefe do Serviço de Arquivos)	Arquivologia
2002	Alice Oliveira de Siqueira	Arquivo Público Mineiro (diretora de Comunicação e Pesquisa)	Arquivologia
	Antonio Carlos Austregesilo de Athayde	Arquivos Gerais da Cidade do Rio de Janeiro (diretor geral)	Arquivologia
2003	Junia Guimarães e Silva	Arquivos Gerais da Cidade do Rio de Janeiro	Museologia
2004	André Luis Gomes Pinto Peixoto	Secretaria de Urbanismo da Cidade do Rio de Janeiro	Arquitetura e informática
	Claudia Carvalho Masset Lacombe Rocha	AN (responsável pelo Programa de Gestão de Documentos Eletrônicos)	Arquivologia
2006	Cleia Marcia Gomes Amaral	Universidade Católica de Minas Gerais	*
2007	Maria Teresa Navarro de Britto	Fundação Pedro Calmon / Arquivo Público da Bahia (diretora)	Arquivologia

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do STIA, pesquisados nos *Archives Nationales* da França.

\* Instituição não informada.

A partir desse quadro, podemos observar uma interface docente e profissional e que, dos 52 brasileiros participantes do STIA, a maioria (60%) é formada ou atua na área de Arquivologia, seguida da Biblioteconomia (11%).

Quanto às contribuições norteamericanas, em 1956 é publicada uma importante obra para a Arquivologia mundial: *Modern Archives: principles and techniques*, de Schellenberg. Esta seria traduzida para o português por Nilza Teixeira, em 1973<sup>218</sup>. Também, desse autor, destacam-se: o *Manual de Arquivos*<sup>219</sup>, traduzido no Brasil a partir de um compêndio das apostilas do curso *Syllabus*, ministrado pelo autor na *American University*, em Washington (SCHELLENBERG 1959) e o livro *Public and private records: their arrangement and description*, traduzido para o português, em 1963.

<sup>218</sup> Nilza Teixeira também traduziria o *Manual de Arquivos Correntes* (publicado pelo AN), obra sobre *Avaliação de Documentos*, do Governo Canadense (que não chegou a ser publicada) (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1993). Essa bibliotecária, que muito contribuiu para a Arquivologia brasileira, fez estágios na França e Inglaterra, além de um curso no Arquivo Nacional Francês, com Boullier de Branche.

<sup>219</sup> Esta obra e “Documentos públicos e privados: arranjo e descrição” foram utilizadas no CPA (ARQUIVO NACIONAL, 1970c).

Schellenberg tem importante papel na trajetória da Arquivologia no Brasil, não apenas por essas obras, como também pela sua visita, em 1960, quando, a convite do AN, ministra cursos<sup>220</sup> e palestras e chega a escrever um relatório sobre os problemas arquivísticos do Governo brasileiro, publicado no mesmo ano (LOPES, 2000-2001), na série Publicações Técnicas, sob o título *Archival Problems of the Federal Government of Brazil*. Como bem lembra José Honório Rodrigues:

Sua visita e sua lição autorizada chegaram-nos na hora exata, não só porque a transferência para Brasília e o desenvolvimento econômico exigiam cuidadosa atenção pelo problema da avaliação documental e da eficiência e boa organização dos Arquivos, instrumentos indispensáveis da boa e eficiente organização administrativa.

Ele nos ofereceu um relatório, *Problemas arquivísticos do Governo Brasileiro*. Porque havia a real ameaça de eliminação indiscriminada ou recolhimento desordenado, publicou o Arquivo Nacional o seu *O Preparo de Listas de Documentos*. Publicou o Arquivo, ainda, *A avaliação dos Documentos Públicos Modernos* e o *Manual de Arquivos*, todas obras de real merecimento e que muita influência tiveram e continuarão a ter na formação do arquivista brasileiro. (RODRIGUES, 1974, p. XIII).

Em seu relatório, Schellenberg recomenda:

1) a necessidade de legislação apropriada, que salvaguarde a documentação federal e faça reconhecer a preeminência do Arquivo, não como instituição do Ministério da Justiça, mas como órgão da Nação; 2) a organização provisória no Rio de Janeiro e a futura transferência para Brasília; 3) a coordenação dos arquivos correntes com o Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos; 4) a unidade do Arquivo Nacional, evitando-se a multiplicação de arquivos históricos, como os do Itamarati e do Ministério da Guerra, pois os custos de manutenção se elevam, sem falar no absurdo dos equipamentos técnicos extremamente caros reproduzidos em vários arquivos e muitas vezes abandonados por falta de pessoal competente, raro no país; 5) a necessidade de literatura arquivística especializada, que deve ser atendida atualmente antes das publicações eruditas; 6) a organização de inventários; 7) a programação de cursos de formação e aperfeiçoamento de pessoal e finalmente a preservação e restauração dos documentos recolhidos (ARQUIVO NACIONAL 1970c, p. 11-12).

Nessa perspectiva, ele ainda aconselha, dentre outras medidas, a adoção de disposições legais para a salvaguarda e proteção dos documentos valiosos; o treinamento dos funcionários técnicos, dando continuidade aos cursos oferecidos e enviando funcionários técnicos aos Estados Unidos para treinamento especial em restauração e nas técnicas fotográficas; e o desenvolvimento e publicação de literatura especializada sobre a administração de documentos nas fases corrente e permanente.

Ao analisar os “Problemas arquivísticos do Governo Brasileiro”, o estudioso examina a situação do AN, considerando suas implicações culturais, técnicas, políticas e

<sup>220</sup> Nos EUA, Schellenberg ministrou cursos na *University of Texas (Graduate School of Library Service, 1960)*, na *University of Washington (School of Librarianship, 1962 e 1966)*, na *Columbia University (School of Library Service, 1965)* (KECSKEMÉTI, 1966).

administrativas. Menciona, ainda, a “errônea concepção de situar o AN como uma simples dependência do Ministério da Justiça, quando já devia ter a sua autonomia como órgão central do Governo Federal”. Dentre as suas sugestões, destaca-se aquela relativa à urgente política nacional de arquivos, à semelhança do que se faz nos países mais adiantados<sup>221</sup>.

A visita de Schellenberg representa, assim, uma das muitas contribuições de professores e pesquisadores estrangeiros que aqui estiveram, conforme sintetizamos no quadro 18.

Aos moldes internacionais, a proposta de regulamento do AN de 1958 apresenta, dentre as mudanças administrativas, a criação da Divisão de Documentação Audiovisual e de Microfilmagem, inspirada no Arquivo Nacional de Washington, com filmacoteca, discoteca e laboratórios de microfilmagem e preservação. Propõe, ainda, o Serviço de Registro Nacional de Arquivos, de acordo com o modelo inglês<sup>222</sup>. O Decreto nº 44.682, de 21 de novembro de 1958, prevê que o AN deveria “manter cursos de formação de pessoal especializado em arquivo e pesquisadores de História”.

Todavia, a situação da Arquivologia no final da década de 1950, em termos de formação profissional, continuava insatisfatória. A falta de critérios de qualificação efetivos no recrutamento de pessoal do AN é apontada por José Honório Rodrigues, ao lembrar que, quando assumiu a direção, não havia servidor com formação de nível superior (RODRIGUES, 1959). Ainda na ausência de um curso específico para a formação dos funcionários da principal instituição pública do País custodiadora de documentos arquivísticos, ele escreve à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um arquivista francês para conferências sobre a organização dos arquivos franceses, que eram modelo à época. Desse modo,

O professor francês nos ajudaria a formar o pessoal técnico de que necessitamos para nossas tarefas iniciais. Nosso curso de preparação deverá ser iniciado em março de 1959, mas seria preferível contarmos com o Professor Arquivista francês de junho a novembro. O envio de pessoal brasileiro para cursar o Stage International seria feito posteriormente e como aperfeiçoamento<sup>223</sup>.

Haveria, portanto, um *Curso de aperfeiçoamento de arquivistas*, acerca das doutrinas, das técnicas, dos métodos, da história e organização dos arquivos na França e na Europa<sup>224</sup>.

<sup>221</sup> “Informação” (s. d.) – Do assessor (Leandro Tocantins) para o Chefe do Gabinete (?).

<sup>222</sup> Documento n. 509, de 19 de setembro de 1958. Do Diretor do Arquivo Nacional para o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>223</sup> Carta de José Honório Rodrigues, então Diretor do AN, a Gabrielle Mineur, adida cultural da Embaixada da França [1958?].

<sup>224</sup> A organização dos arquivos nos Estados Unidos também era modelo internacional da época, tanto que George S. Ulibarri, dos Arquivos Nacionais daquele País, também foi convidado para vir ao Brasil, mas não pôde vir (RODRIGUES apud SCHELLENBERG, 1959).

Sua duração seria de quatro meses e meio e o restante do tempo seria “aproveitado para o estudo da situação do Arquivo Nacional e elaboração de sugestões para sua solução”<sup>225</sup>.

Alguns meses depois, os jornais noticiam que:

O Arquivo Nacional, com o apoio da Divisão de Cursos do D.A.S.P, inicia a 24 de agosto o 2º Curso de Arquivos, destinado a aperfeiçoar arquivistas e revelar dirigentes. O 2º Curso terá a colaboração do Prof. Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de la Sarthe (França), obtida através da ajuda da Embaixada da França. O Curso, que contará com a colaboração de professores brasileiros, constará da classificação de Arquivos, Organização e Administração de Arquivos, História Administrativa do Brasil, Paleografia e Diplomática, Pesquisa Histórica e Noções de Historiografia<sup>226</sup>.

Mediante o Decreto de 1958, todos os esforços empreendidos pelos seus diretores ao longo de décadas e a colaboração do professor Henri Boullier de Branche<sup>227</sup>, os cursos de especialização da instituição passam a funcionar regularmente (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973b), com a oferta de dois cursos: os avulsos, de Técnica de Arquivo; e o regular, o CPA, que entra em funcionamento em 1960. Ambos visavam à “habilitar pessoal para o exercício das funções arquivísticas, aperfeiçoar os que já exercem as mesmas, capacitando-os para uma organização sistemática e racional de documentação de caráter oficial e privado” (ARQUIVO NACIONAL, 1979g, p. 40).

No primeiro semestre de 1959, a Direção do AN, verificando certas falhas de conhecimentos indispensáveis ao pessoal que se dedica a pesquisas e a trabalhos dos arquivos gerais, realiza um curso rápido de *noções das disciplinas auxiliares da História*, a fim de que os servidores pudessem acompanhar melhor as aulas do professor francês. As disciplinas ofertadas foram: História do Brasil, Genealogia, Paleografia e Diplomática, Historiografia do Brasil, Pesquisa Histórica, Organização e técnica de arquivo (ARQUIVO NACIONAL, 1970c).

Então, com a colaboração do DASP, os cursos do AN começam a funcionar em abril do mesmo ano, com o *Curso de Preparação do Pessoal Auxiliar de Arquivo*, cuja duração é de quatro meses e se direciona ao pessoal das repartições públicas dos institutos educacionais da época. Poucos meses depois, é oferecido o *Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo*, “destinado não só aos servidores do Arquivo Nacional, como aos que terminaram o curso

<sup>225</sup> Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à Carta de José Honório Rodrigues a Gabrielle Mineur, adida cultural da Embaixada da França.

<sup>226</sup> Documento identificado como *Notícia p/ jornal* [1959?].

<sup>227</sup> A vinda desse professor é decorrente da Cooperação Técnico-administrativa entre o Brasil e a França, aprovada em 6 de outubro de 1959 (Ofício do Diretor do AN para o Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, de 8 de agosto de 1962). Também com a colaboração do Adido Cultural da França, passaram a ser concedidas duas bolsas anuais de estudo para funcionários do AN estagiarem nos Arquivos Nacionais da França (MAN, 1970c).



anterior e a todos os servidores lotados em setores de Documentação”. Aproveitando a presença de Branche, o AN ainda realiza dois cursos: um de treinamento intensivo, no primeiro semestre de 1960 e outro, no segundo semestre daquele mesmo ano, nos moldes do primeiro curso de 1959<sup>228</sup>.

Com a chegada do Prof. Branche foi grande a procura de matrículas e o próprio DASP concedeu algumas bôlsas a funcionários dos arquivos públicos estaduais.

As aulas do professor francês despertaram grande interesse e contribuíram para o preparo de um grupo muito homogêneo, do qual infelizmente muito pouco restou à Casa, tendo sido a maior parte dos seus elementos aproveitados depois pelo Itamarati.

Durante as aulas de treinamento em serviço, realizadas pelo referido professor, elaborou-se o INVENTÁRIO PRELIMINAR DA MARINHA (ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 5).

Nesse ínterim, Branche prepara um *Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil* (1960), no qual examina os principais problemas dessa instituição. Em relação ao seu pessoal, o professor descreve a situação do AN:

O pessoal científico e técnico do Arquivo está em fase de formação e, sob este aspecto, as perspectivas são excelentes. Elementos jovens e dinâmicos, recrutados recentemente, estão prontos a colaborar sob o impulso de seu Diretor na renovação dos Arquivos. Apesar da formação especializada que vem sendo ministrada ao pessoal, há um ano, falta-lhe também, na maioria das vezes, uma formação geral de base nas ciências anexas e conhecimentos indispensáveis ao trabalho do arquivista: história, geografia histórica, história do direito e das instituições brasileiras e portuguesas, organização administrativa do Brasil, bibliografia. (BRANCHE, 1975, p. 5).

Ainda nesse relatório, o professor considera os problemas comuns do Brasil e da França, no que diz respeito à história administrativa. Observa que nos dois países, aconteceram desdobramentos e reagrupamentos sucessivos de ministérios que acabam por fragmentar em excesso a documentação relativa a uma mesma atividade, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, onde se nota mais estabilidade na organização administrativa.

Êste detalhe é importantíssimo para a formulação da política administrativa dos chamados fundos, cuja noção francesa difere da concepção norte-americana, demasiadamente rígida para o nosso país, porque considera ‘como fundo indivisível toda a documentação proveniente de um mesmo ministério, de uma mesma administração durante toda a duração de sua atividade’.

A opção entre os dois sistemas é muito importante para a formulação do desejável Sistema Nacional de Arquivos, e básico para o funcionamento do Arquivo Nacional. E foi baseado na concepção francesa – torne-se a repetir, mais adaptável ao caso brasileiro – que o Professor Boullier estabeleceu, em seu ‘Relatório’ um quadro de classificação lógica dos fundos, e outras medidas necessárias à implantação de uma reforma no Arquivo, nesse Setor<sup>229</sup>.

<sup>228</sup> De acordo com o *Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?].

<sup>229</sup> “Informação” (s. d.) – Do assessor (Leandro Tocantins) para o Chefe do Gabinete (?).

Em outra oportunidade, Branche pontua a necessidade de cursos de formação com duração de dois anos, além de recomendar um estágio no exterior, para que os futuros arquivistas estudassem a história, organização e legislação dos arquivos de outros países (da América Central, México, Estados Unidos, Canadá, América do Sul e Antilhas, Europa – exceto Espanha e Vaticano –, Ásia (Turquia e Índia). Assim, ele defende que:

O arquivista deve ser, em efeito, como na maioria dos países europeus ou americanos, um funcionário importante, colaborador imediato do Ministro ou do chefe de serviço e para ocupar um posto semelhante, possuir uma base suficiente de conhecimentos gerais. Além disso, um arquivista deve saber pelo menos um idioma estrangeiro, alemão, inglês ou francês, que são os três idiomas nos quais está escrita a maioria dos livros sobre arquivos e que é indispensável que um arquivista conheça. (BRANCHE, 1961, p. 24, tradução nossa).

A partir dessas contribuições, o ensino de Arquivologia no Brasil ganha força, com as instruções baixadas pela Portaria nº 5, de 1º de agosto de 1960, acerca da realização dos cursos pelo AN, “dentro das suas possibilidades”, como publicado no MAN (ARQUIVO NACIONAL, 1970c, p. 5): “A afluência de alunos tem sido relativamente boa, levando-se em conta o muito pouco que a carreira de Arquivista ora oferece”.

Nesse contexto, são realizados debates e dispendidos esforços que culminam no Curso Permanente de Arquivos (CPA), que começa a funcionar, em 1960, no AN. Este curso deveria “especializar pessoal na técnica de arquivo, não só servidores públicos como auxiliares de empresas e de organizações que desejarem melhorar as suas condições” e teria a duração de dois anos, com aulas semanais. Já os *cursos extraordinários* continuariam sendo ministrados conforme as conveniências da instituição<sup>230</sup>.

Todavia, esses cursos, especialmente o CPA, passariam por várias dificuldades:

Apesar do baixo nível salarial atribuídos à carreira Arquivística, como já o dissemos anteriormente, esse Curso tem sofrido dificuldades financeiras com a falta de verbas orçamentárias para pagamento dos professores com a regularidade que seria desejável, mas, malgrado alguns contratemplos ele vem cumprindo galhardamente as suas finalidades<sup>231</sup>.

Ainda em 1960, é publicada, pelo AN, a tradução do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (Manual dos Arquivistas Holandeses, de Mueller, Feith e Fruin, de 1898), a qual já havia sido traduzida para o alemão, francês, inglês e italiano, facilitando a sua tradução para o português (RODRIGUES, 1960). Essa publicação representa um importante passo para a Arquivologia no Brasil, que já contava com a tradução e publicação do *Manual de Arquivo*,

<sup>230</sup> De acordo com o *Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia* [1960?].

<sup>231</sup> Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”.

de Schellenberg. “Considerando a inexistência de bibliografia especializada na Espanha, em Portugal ou na América Latina, em língua portuguesa ou espanhola, estas duas coleções davam início a um programa de formação e aperfeiçoamento do pessoal de arquivos” (RODRIGUES, 1980).

Em 1961 é instituída, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, uma Comissão<sup>232</sup> com o fim de estudar a situação dos arquivos brasileiros e as diretrizes adotadas em países estrangeiros. A partir desse estudo, essa Comissão deveria conceber o Sistema Nacional de Arquivos. O relatório das suas atividades descreve os arquivos do País como desprovidos de material e pessoal, necessitados de assistência e orientação técnica e normativa e de uma política de recolhimento. Quanto às diretrizes praticodoutrinárias internacionais, esse relatório assinala que:

O estudo das experiências arquivísticas na França, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na União Soviética possibilitou, principalmente, os elementos que permitiram uma comparação de resultados da aplicação de diversas tendências. [...] Essa informação teórica valeu como subsídio, pois se visou, simultaneamente, a atender às condições peculiares da situação dos arquivos nacionais, partindo-se da reforma que se vem processando no órgão central. Procurou-se encontrar soluções próprias, adaptadas à conjuntura brasileira, afastada a cópia de um sistema existente, por mais satisfatório que se apresentasse<sup>233</sup>.

A Comissão então apresenta anteprojeto inspirado nas orientações de Schellenberg acerca da incumbência do AN de representar o poder público, mantendo e supervisionando a uniformidade de organização e funcionamento dos arquivos da União. Como resultado dos trabalhos dessa Comissão e reconhecendo a responsabilidade do Estado na proteção ao documento, é concebido, em 1962, o Anteprojeto de Lei<sup>234</sup>, que dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Arquivos (SNA), assim definido:

Entende-se por sistema nacional de arquivos o conjunto de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, existentes ou a serem criados, bem como de organizações particulares, destinados a recolher, selecionar, conservar e tornar acessíveis os documentos de valor permanente para a vida da Nação.

O anteprojeto também define a política desse Sistema, como “o conjunto de princípios, diretrizes, normas e métodos para a administração, organização e funcionamento dos arquivos

<sup>232</sup> Os decretos 48.936, de 14 de setembro de 1960 e 50.614, de 18 de maio de 1961, criam um grupo de trabalho para estudo dos problemas arquivísticos no Brasil. Embora tenhamos encontrado registros de que esses decretos não chegaram a ter desdobramentos práticos (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a), essa informação nos parece imprecisa diante dos demais documentos analisados.

<sup>233</sup> Relatório de atividades da Comissão instituída pela Portaria n. 316-B, de 7 de novembro de 1961, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

<sup>234</sup> Todavia, esse anteprojeto não teve desdobramentos práticos e “desapareceu” no DASP (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a).

do país”. Concebe, ainda, o registro das coleções de documentos dos museus e bibliotecas no AN, considerando seu valor histórico.

É assim concebido o SNA, voltado para a proteção física dos documentos, por meio da centralização técnica e normativa do AN, a quem caberia prestar assistência técnica e, mesmo, financeira.

Tal centralização ocorre através do Conselho Nacional de Arquivos, composto de modo a refletir todos os interesses envolvidos no SNA. A representação dos respectivos integrantes, com as diversas perspectivas dos problemas a considerar, fortalece o Conselho no estabelecimento de uma política arquivística nacional.

A nova estrutura administrativa do AN, aos moldes EUA deveria ter, na cúpula diretiva, as funções vinculadas ao SNA, que seriam divididas entre o Diretor e um diretor-adjunto. A inspiração norteamericana também perpassava as preocupações daquela Comissão com a organização do pessoal tecnicoadministrativo do Sistema, buscando a sua valorização segundo parâmetros internacionais. Nesse sentido, o mesmo relatório sublinha que:

O preparo desse pessoal especializado não pode ser deixado ao acaso, mormente, quando a Administração se adianta aos planos vigentes de formação universitária. A ENA [Escola Nacional de Arquivística], recomendação expressa do 1º Congresso Interamericano de Arquivos – (1961), naturalmente surge dos Cursos do Arquivo Nacional, com as mudanças qualitativas providas de seus novos fins.

Funcionando num regime de grande autonomia, apesar de subordinada administrativamente ao Arquivo Nacional, a ENA se ordena em nível universitário. De fato, ministrará os cursos de formação exigidos ao ingresso nas séries de classe de Arquivista e Documentarista, ambos desse nível, bem como os de aperfeiçoamento necessário ao provimento dos cargos de Historiógrafo, Paleógrafo e Pesquisador, para os quais é requisito prévio a formação universitária.

Nesse sentido, a ENA deveria formar pessoal habilitado a executar serviços técnicos de arquivo; realizar outros cursos afins para o seu aperfeiçoamento e especialização; difundir os conhecimentos arquivísticos via conferências e cursos de extensão; e incentivar estudos na área. Tendo em vista a legitimação dessa Escola, “O provimento dos cargos de Arquivista e Documentarista fica subordinado à conclusão dos cursos correspondentes da Escola Nacional de Arquivística, ou universitários com idênticos requisitos de ingresso e currículo escolares”. Quanto as cargos de Historiógrafo, Paleógrafo e Pesquisador, estes deveriam ser providos por diplomados nos cursos de especialização daquela Escola.

Por fim, a Comissão defende a implantação do SNA considerando o seu papel no desenvolvimento econômico:

O Sistema Nacional de Arquivos representa uma etapa da reforma administrativa, visando modernizar e tornar eficiente o serviço público. Ao implantar um sistema nacional de arquivos, em bases técnicas e uniformes visa-se, não somente a proteção

dos documentos históricos de valor permanente, mas os arquivos correntes com os quais se operam os negócios públicos. A relação entre arquivos eficientemente organizados e o desenvolvimento econômico é exemplificada pela História. A criação e reforma dos arquivos associados aos nomes de Napoleão, Rainha Vitória, Lenine e Roosevelt no começo e apogeu da expansão e do crescimento econômico mostra que não há nação bem organizada e eficiente sem arquivos ordenados e arranjados.

Nesse contexto, o então Diretor do AN sugere a continuidade do Acordo sobre Cooperação Técnicoadministrativa entre o Brasil e a França, de 1959, com a vinda de dois técnicos franceses (um especialista em conservação e restauração e um arquivista), para trabalharem na Instituição, durante um semestre. Indica, inclusive, a volta de Henri Boullier Branche ao Brasil<sup>235</sup>. No entanto, não constatamos essas visitas em nossa pesquisa documental (quadro 18).

Seis anos depois, em 1968, retomando as preocupações do início da década no sentido de “instituir o SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS, e a preencher uma lacuna que se observa na Administração federal”, o AN encaminha, ao Ministro de Estado da Justiça, anteprojeto de decreto sobre o estabelecimento de uma política de recolhimento de documentos oriundos dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, por aquela Instituição<sup>236</sup>:

A lição dos países culturalmente em adiantado estágio de desenvolvimento é de seguir-se, sem demora, para a salvaguarda de um patrimônio insubstituível, conectado com as próprias raízes da nacionalidade e com sua afirmação histórica. O Arquivo Nacional, consciente de seu encargo de guardião dessa riqueza do Brasil, não pode ficar à margem de medidas de resultados definitivos e incontornáveis, como o são as pertinentes à eliminação de documentos públicos<sup>237</sup>.

A necessidade de atenção aos arquivos públicos brasileiros é ratificada e mais uma vez amparada na experiência internacional:

As nações portadoras de experiência de civilização que se credenciam a desempenhar papel de relevo no campo da cultura, como a França, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Itália, a União Soviética, souberam organizar um sistema de arquivos que mantém viva e atuante a memória nacional. O Brasil precisa acompanhar esse progresso, e sobretudo fazer o ordenamento de um sistema ainda empírico, sujeito a normas particulares e obsoletas, muitas vezes omissas em aspectos importantes, o que importa quase sempre na perda ou no desvio do documento<sup>238</sup>.

O Decreto de 1968 institui, então, o SNA, assim definindo:

<sup>235</sup> Ofício do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, de 8 de agosto de 1962.

<sup>236</sup> Arquivo Nacional. Da Comissão Especial da Reforma do Arquivo Nacional. Ao Ministro da Justiça. Assunto: relatório (1967?).

<sup>237</sup> Ofício n. 210, do Diretor do AN para o Ministro de Estado da Justiça, de 24 de maio de 1967.

<sup>238</sup> GM/405-B, do Ministro da Justiça para o Presidente da República, de 17 de maio de 1968. Encaminha o Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967(?) conforme documento intitulado “informação”.

As atividades de arquivos da Administração Direta e Autárquica dos Poderes Públicos da União serão organizadas sob a forma de sistema com denominação de Sistema Nacional de Arquivos.

[...] O Órgão Central do Sistema Nacional de Arquivos é o Arquivo Nacional.

[...] Junto ao Arquivo Nacional haverá o Conselho Nacional de Arquivos (CNA) que funcionará como órgão de consulta e colaboração no que diz respeito à política de arquivos do Governo Federal<sup>239</sup>.

Esse decreto parece antecipar as preocupações elencadas na Lei 8.159 de 1991 em relação à avaliação e destinação dos documentos públicos. Além disso, é interessante observar, dentre as competências do CNA, a definição dos termos técnicos empregados nos vocabulários dos arquivos.

Todavia, o SNA não é implantado e é elaborada nova proposta em 1975, que novamente aponta o AN como órgão central do Sistema, o qual deveria normatizar sobre todos os arquivos públicos, eclesiásticos e privados, considerados “indispensáveis à preservação do patrimônio documental e histórico insubstituível” (ARQUIVO NACIONAL, 1976f, p. 3). De fato, alguns passos foram dados para a criação do Sistema, embora muitas indefinições ainda comprometessem a sua efetiva efetivação, que somente ocorreria em 1994 (JARDIM, 1995).

O prof. Michel Duchein e o prof. Rolf Nagel escrevem ao então Diretor do AN, realçando a relevância do Sistema Nacional de Arquivos. Nagel chega a relatar a evolução arquivística brasileira num número da Revista *Archivalische Zeitschrift*, de Munique (ARQUIVO NACIONAL, 1978c). Ainda sobre esse Sistema, no Encontro Nacional de Cultura (Salvador, 1976), foi justificada a sua instituição, retomando os propósitos do NATIS e das reuniões que ocorreram no seu escopo (a última teria sido em Bogotá, em março de 1976).

A Política Nacional de Cultura contemplava o incentivo à preservação dos arquivos nacionais, em especial os eclesiásticos e privados, segundo manifesto governamental lançado pelo Ministro da Educação e Cultura (ARQUIVO NACIONAL, 1976c).

Quanto à concepção de uma lei de arquivos brasileira, que somente seria promulgada no início dos anos 1990, já existiam estudos comparativos de outras legislações, nos quais se destacaram o *Plan de Conservation et d'Elimination des Documents*, do *Conseil du Trésor* (Canadá, 1972) e o decreto 1.749/1966, do Governo canadense sobre Documentos Públicos (ARQUIVO NACIONAL, 1976g).

---

<sup>239</sup> Decreto de 1968 que institui o Sistema Nacional de Arquivos.

No âmbito internacional, a OEA organiza, com o ICA, o *Seminario Multinacional de Planificación y Reorganización de Archivos da América Latina*, em Lima (Peru, 1973), quando é criada a *Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA)*. Desde então, a Associação funciona como entidade autônoma, filial regional desse Conselho. As duas instituições estão, portanto, vinculadas e voltadas para o desenvolvimento dos arquivos no mundo. Conforme seus estatutos, aprovados em 1976,

o fim da Associação é servir de instrumento para uma efetiva colaboração entre os associados, mediante a unificação de critérios e o intercâmbio de experiências que acelerem o desenvolvimento integral do labor arquivístico e assegurem uma efetiva conservação e utilização do Patrimônio Documental Latinoamericano<sup>240</sup>.

Essa Associação passa a se preocupar então com o desenvolvimento dos arquivos latinoamericanos e a formação dos seus arquivistas. Nesse sentido, seus projetos e atividades se voltam para as políticas gerais, conservação do patrimônio arquivístico, formação de pessoal, acessibilidade e informação. No âmbito da cooperação internacional, estabelece contato com outros organismos, sobretudo com os espanhóis<sup>241</sup>, a fim de estreitar a integração iberoamericana, como o faz o programa *Apoyo al Desarrollo de los Archivos Iberoamericanos (ADAI)*<sup>242</sup>.

A ALA assim afirma seu papel, “mediante a unificação de critérios de intercâmbio de experiências que acelerem o desenvolvimento integral das atividades arquivísticas”, de forma a “assegurar uma efetiva preservação do patrimônio documental latino-americano” (ARQUIVO NACIONAL, 1980h, p. 28).

Quanto à atuação brasileira na Associação, o então Diretor do AN, Raul Lima, foi seu primeiro vice-presidente entre 1974-1980. Essa atuação, dentre outras apresentadas no quadro 20, demonstra a efetiva participação de brasileiros nas atividades arquivísticas internacionais, o que nos chama a atenção para as interlocuções entre os dois contextos que ultrapassa o âmbito das influências exteriores no Brasil.

<sup>240</sup> Histórico da ALA. Fundo ALA, rolo 35-98, flash 6 (tradução nossa).

<sup>241</sup> Identificamos que a Associação também obteve financiamento de instituições norteamericanas, como a *Tinker*, que o fez na década de 1980 (conforme documento *Histórico da ALA*).

<sup>242</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.ala.or.cr/adai.htm>>. Acesso em 6 nov. 2010.

**Quadro 20: Participação de brasileiros em cargos/comitês no exterior (1949-1988)<sup>243</sup>**

<b>BRASILEIRO</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO</b>
Vilhena de Moraes (Diretor do AN)	Membro da comissão de programas do ICA <sup>244</sup>	1949
José Honório Rodrigues (Diretor do AN)	Correspondente do Brasil junto à <i>Archivum</i> <sup>245</sup>	1954
José Honório Rodrigues	Conselheiro do comitê técnico do ICA para elaboração do guia de fontes históricas da América Latina <sup>246</sup>	1960
Pedro Moniz de Aragão (Diretor do AN)	Correspondente do Brasil junto à <i>Asociación Venezolana de Archiveros</i> <sup>247</sup>	1965
Celia Ribeiro Zaher (docente em documentação no IBBD)	Diretora da Divisão para o Desenvolvimento de Bibliotecas e Serviços de Arquivo da UNESCO	1972
Raul Lima (Diretor do AN)	Vice-presidente da ALA	1974-1980
Raul Lima	Membro do Comitê Executivo do ICA <sup>248</sup>	1974
Raul Lima	Representante da área de Arquivologia no <i>International Advisory Committee on Documentation, Libraries, and Archives</i> (IACODLA) da UNESCO	1975-1976
José Pedro Pinto Esposel (professor da UFF)	Membro do Comitê de Terminologia do ICA	1976
José Pedro Pinto Esposel	Substitui o Diretor do AN no Comitê Executivo do ICA	1976-1978
José Pedro Pinto Esposel	Membro do Comitê Consultivo do PGI da UNESCO	1977-1978
Celina do Amaral Peixoto (Diretora do AN)	Membro do Comitê Executivo do ICA	1980
Celina do Amaral Peixoto	Secretária geral da ALA	1981
Regina Alves Vieira (funcionária do AN)	Presidência dos comitês permanentes da ALA	1981
José Pedro Pinto Esposel	Vice-presidente do <i>International Records Management Council</i>	1982
Celina do Amaral Peixoto	Vice-presidente do Comitê Diretor da ALA	1982
Celina do Amaral Peixoto	Membro do Comitê Executivo do ICA	1982-1986
Celina do Amaral Peixoto	Presidente da ALA	1985-1988

Fonte: elaboração própria, com base em documentos do Fundo Arquivo Nacional, Fundo ALA<sup>249</sup>, Arquivo Nacional (1974f; 1975a; 1975e; 1976c; 1980), Associação dos Arquivistas Brasileiros (1975a; 1977c; 1981), Souza (1995) e Esposel (1994).

O AN, à época, um dos poucos da América do Sul filiados ao ICA, foi eleito membro do comitê provisório, juntamente da Argentina, Peru, Porto Rico e Venezuela. Nesse sentido, cabia-lhe convidar os arquivos não representados no ICA a se filiarem (ARQUIVO NACIONAL, 1973b).

O Seminário que cria a ALA também recomenda a implantação de um Sistema Nacional de Arquivos nos países membros (o que ratifica as iniciativas brasileiras nesse

<sup>243</sup> Sabemos que as participações apresentadas neste quadro estão aquém da realidade. No entanto, adotamos o recorte segundo os documentos pesquisados.

<sup>244</sup> Carta (n. 252) do Diretor do AN para o Secretário Geral do Conselho Internacional de Arquivos, de 28 de junho de 1949.

<sup>245</sup> Carta de Pierre Marot (em nome da Revista Internacional publicada pelo ICA) para o Diretor do AN, de 24 de junho de 1954.

<sup>246</sup> Tratava-se de um projeto lançado pelo ICA e apoiado pela UNESCO, conforme Carta do Diretor do AN para Kecskeméti (secretário adjunto do ICA), de 23 de março de 1960.

<sup>247</sup> Carta do Diretor do AN para o Presidente da Associação Venezuelana de Arquivistas, de 04 de agosto de 1965.

<sup>248</sup> Esse era o único representante da América Latina que ocupava um dos quinze lugares que compunham o Comitê (ARQUIVO NACIONAL, 1975a).

<sup>249</sup> Conforme documento *Histórico da ALA*; *Fundo ALA*, rolo 35-98, *flash* 1; *Fundo ALA*, rolo 36-98, *flash* 1; *Fundo ALA*, rolo 36-98, *flash* 10.



sentido), voltado para um “programa geral de administração e disposição de documentos públicos”, assim descrito:

A implementação do Sistema Nacional de Arquivos pelos instrumentos legais adequados – lei complementar, lei, decreto-lei, etc. – será feita atendendo com adequada previsão quanto busque a sua real eficácia, já que a experiência ensina que não basta a lei: as disposições normativas, por exemplo, que atribuem ao Arquivo Geral a condição de destinatário final da documentação administrativa de valor permanente são absolutamente inúteis se não se proporcionam ao mesmo edifício, equipamento, pessoal e meios adequados à sua alta missão arquivística. (ARQUIVO NACIONAL, 1973b, p. 20).

Considerando, portanto, a relevância da formação de pessoal, as principais recomendações nesse sentido foram:

- 1) Que se realizem periodicamente pequenos cursos de treinamento e atualização nos próprios locais de trabalho;
- 2) Que se generalize a prática de incluir matéria de arquivística – naturalmente com um mínimo de nível científico – em diferentes cursos e carreiras mais ou menos a ela vinculados, especialmente naqueles onde se capacita para a administração pública.
- 3) Que é desejado [que] cada país conte pelo menos com uma escola de arquivistas e administradores de documentos de hierarquia acadêmica com programas e métodos modernos, que confira graus diversos cujos títulos sejam equivalentes aos de categorias semelhantes de outras disciplinas, além do que poderia ser útil reforçar e aperfeiçoar alguns centros para funcionarem como pólos regionais de desenvolvimento. (ARQUIVO NACIONAL, 1973b, p. 20-21).

Nessa perspectiva, o Centro Multinacional de Arquivistas, recomendado pela Reunião Técnica de Desenvolvimento de Arquivos (Washington, 1972) deveria priorizar os funcionários dos arquivos gerais ou nacionais e incluir, no seu plano de trabalhos, cursos intensivos de três meses, semelhantemente ao STIA. Complementarmente, dever-se-ia incrementar e aperfeiçoar os programas de bolsas na América Latina, não excluindo as oportunidades de acesso aos centros de formação da Europa e outras partes do mundo.

É nessa época que brasileiros começam a participar dos Cursos da OEA, oferecidos em Madri e Córdoba, conforme apresentamos nos quadros 21 e 22.

Esses cursos originaram-se de preocupações e discussões do final da década de 1950 quanto à formação de arquivistas, formalizadas na *Primera Reunión Interamericana sobre Archivos* (PRIA), realizada em Washington, em 1961. Em razão desse evento, a OEA converteu sua unidade de Desenvolvimento de Bibliotecas em Desenvolvimento de Bibliotecas, Bibliografia e Arquivos.

Na *Reunión Técnica sobre el desarrollo de Archivos* (Washington, 1972), foi recomendada a designação da *Escuela de Archiveros de la Universidad de Córdoba* como *Centro Multinacional de Formación de Archiveros*. Como a Espanha se dispôs a colaborar

com este projeto de formação, passou, então, a oferecer o *Curso sobre Organización y Administración de Archivos*, coordenado por Vicenta Cortés Alonso (CORTÉS ALONSO, 1985).

**Quadro 21: Participantes brasileiros nos cursos da OEA, como bolsistas (1974-1982)**

PAÍS	ANO	BOLSISTA	CARGO/INSTITUIÇÃO
Espanha	1974	Regina Vieira Alves	Funcionária do AN Professora de <i>Técnica de Arquivo</i>
Espanha	1975	Maria Marlene Souza	Funcionária do arquivo do MRE
Argentina	1975	Marcos Antonio Coelho	Funcionário do arquivo regional da <i>Shering Corporation</i>
Argentina	1976	Lourdes Aglouros Martins dos Santos	Professora à disposição do Arquivo Histórico do Estado do RS
Argentina	1976	Virginia Neves Sales	Funcionária do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico
Espanha	1977	Heloísa Liberalli Bellotto	Funcionária do arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros
Espanha	1977	Angela Carmem Nobre Machado	Funcionária da SEPLAN/PR (assessora especializada)
Espanha	1978	Maria Carreiro Fernandes	Funcionária do Governo do Estado do ES (assistente administrativo)
Espanha	1979	Clara Goldfarb Padilha Sodré	Funcionária do Arquivo do MHN
Espanha	1981	Elena Liberato	Funcionária da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo (RS)
Espanha	1981	Rosely Curi Rondinelli	Estagiária do AN
Espanha	1982	Ana Regina Berwanger	Professora da UFSM
Espanha	1982	Maria Correa Vaz da Silva	Funcionária do Arquivo Público do Estado de SP

Fonte: Elaboração própria, com base em Cortés Alonso (1985) e conforme documento *Bolsas Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos* e Associação dos Arquivistas Brasileiros (1977c).

**Quadro 22: Participantes brasileiros nos cursos da OEA, como não bolsistas (1974-1978)**

PAÍS	ANO	BOLSISTA	CARGO/INSTITUIÇÃO
Argentina	1974	Jupea Eugênia Figueiredo Melo	Funcionária do Departamento de Estradas e Rodagens/MG (assessora de planejamento e organização)
Argentina	1974	Terezinha Furst Teixeira	Funcionária do Departamento de Estradas e Rodagens/MG (assistente executivo)
Argentina	1974	Waldir Moreira Marques	Funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens/MG (assistente dos serviços de protocolo e arquivo)
Argentina	1974	Luís Pereira de Souza	Funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens/MG (assistente dos serviços de protocolo e arquivo)
Espanha	1978	Ana Maria Gonçalves dos Santos Pereira	Bibliotecária
Espanha	1978	Ana Maria Leite Rodrigues	Funcionária do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
Espanha	1979	Nívia Frossard Santos	Professora universitária (Fundação Valeparaibana de Ensino)
Espanha	1982	Adelma Maria de Freitas	Funcionária do Centro de Restauração da Escola de Belas Artes (UFMG)

Fonte: Elaboração própria, com base em Cortés Alonso (1985) e conforme documento *Bolsas Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos*.

No cenário brasileiro, as décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela Ditadura, período que tem uma face autoritária, mas também abre novos espaços para a Ciência, a tecnologia e a educação superior. A infraestrutura de apoio à industrialização é prioridade do Governo, com a conseqüente criação da FINEP (1967) e a transformação do CNPq em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e sua nova jurisdição junto ao Ministério do Planejamento (SCHWARTZMAN, 2001). Em 1975 é prevista a criação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), como órgão central daquele Conselho e cujo objetivo era “planejar e coordenar toda atividade de informação científica e tecnológica efetuada no País” (SANTOS, 1977, p. 7).

Além disso, uma moderna rede de pesquisa federal e estadual é criada, além da concepção do primeiro Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I PBDCT), em 1973, com o objetivo de promover o incremento de esforços governamentais quanto à viabilização de recursos financeiros para a aplicação em pesquisa (NUNES, 1994).

O II PBDCT (1976) contempla a informação como “um elemento básico de apoio para a formulação de políticas e estratégias de Governo”. Nessa perspectiva, “As atividades integram os elementos de um processo de comunicação, permitindo a organização adequada dos mesmos, num fluxo contínuo entre as fontes e os usuários da informação” (SANTOS, 1977, p. 5). O Plano retoma, dessa maneira, as preocupações da UNESCO com a proposta do NATIS, quanto à organização dos sistemas nacionais de informação “como suporte valioso à pesquisa científica”. Quanto aos arquivos, mais particularmente, Santos afirma que:

[...] os reflexos da programação integrada dos vários recursos a serviço da informação, apregoados no plano internacional, devem fazer-se sentir em nosso meio, e pode-se notar que uma tendência nesse sentido já se prenuncia. Os arquivos – área esquecida pelos administradores brasileiros – têm sido objeto de atenção no quadro atual. Os estudos que estão sendo elaborados no Ministério da Justiça pretendem imprimir às atividades arquivísticas um tratamento integrado, desde a produção dos documentos até sua destinação final. (SANTOS, 1977, p. 6-7).

O CPA, por sua vez, alcança um número recorde de inscritos, em 1970:237. Esse número corrobora a necessidade de formação na área, expressa pelo então diretor do AN, na aula inaugural do curso:

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento deste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de frequência e conclusão. [...] O problema da formação de especialistas necessários aos arquivos está relacionado intimamente com o tratamento aviltante que lhes é dispensado na sistemática das carreiras do serviço público. (ARQUIVO NACIONAL, 1970d, p. 19-20).

Recentemente criada, a Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística (APHA) passa a acolher os alunos do CPA, proporcionando-lhes assistência, oferecendo-lhes apostilas e material didático e “atuando como uma espécie de diretório acadêmico” (ARQUIVO NACIONAL, 1971b, p. 8).

Paralelamente, um grupo de arquivistas, “desejosos de afirmarem cada vez mais a importância de sua profissão”, reúnem-se no salão Nobre do AN, no dia 20 de outubro de 1971, com o propósito de fundar uma entidade representativa – a AAB –, cujos objetivos seriam:

- a) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural do arquivista;
- b) **cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos;**
- c) promover por todos os meios a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas redondas;
- d) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- e) manter e estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre seus membros;
- f) enaltecer os méritos de seus associados e de pessoas que, sem pertencer a AAB, tenham realizado trabalhos em seu favor e ou da profissão;
- g) pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural (ARQUIVO NACIONAL, 1971a, p. 20-23, grifos nossos).

Ainda é importante lembrar, quanto à cooperação internacional, a vinda ao Brasil, no final dos anos 1970, do professor e pesquisador francês, Michel Duchein, em missão oficial de estudo sobre a situação arquivística do País (LOPES, 2000-2001). Ele visita vários depósitos de arquivos públicos distribuídos em alguns estados brasileiros, descrevendo sua situação num relatório publicado, junto à UNESCO, no mesmo ano:

- ausência de legislação e regulamentação de arquivos, deplorada por todos os arquivistas;
- ausência ou insuficiência de prédios e equipamentos técnicos (salvo Belo Horizonte para o Arquivo Público Mineiro);
- abundância de realizações e experiências interessantes, obra de equipes de estudantes sob a direção de arquivistas (Arquivo Público Mineiro, Arquivo do Estado de São Paulo);
- necessidade, unanimemente ressentida, de normas técnicas e arquivísticas a nível nacional, para evitar dispersão de esforços;
- necessidade de uma formação profissional homogênea, com normas de caráter nacional;
- necessidade de um estatuto profissional assegurando aos arquivistas e seus colaboradores salários correspondentes à importância de suas responsabilidades e seu desempenho na vida do país (ARQUIVO NACIONAL, 1979h, p. 40).

Diagnosticada a situação dos arquivos brasileiros, Duchein então ratifica a necessidade de criação de um Sistema Nacional de Arquivos, lembrando que este fora mencionado por

Geisel em 1975, em mensagem ao Congresso Nacional. Prevista sua implantação para 1978, esse Sistema deveria ter um caráter mais normativo que regulamentador. Duchein ainda aponta a necessidade da ajuda de técnicos estrangeiros para o funcionamento do SINAR: “Uma vez assegurada esta base indispensável, o Brasil poderá, rapidamente, inspirando-se nas experiências estrangeiras e de sua própria tradição histórica, assegurar de maneira exemplar a conservação e utilização de seu patrimônio documental nacional” (ARQUIVO NACIONAL, 1979h, p. 41).

O professor francês realça, também, a atuação da AAB, no seu papel de reaproximação dos arquivistas, propiciando trocas e experiências e divulgação de informações de seu interesse. Defende a promulgação de uma lei sobre arquivos federais no País, como “medida das mais necessárias, para que seja assegurado o bom funcionamento do sistema, da documentação administrativa e boa conservação do patrimônio documental da nação” (ARQUIVO NACIONAL, 1979h, p. 34). Em suas recomendações, novamente ressalta a necessidade de intercâmbio entre especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive com o estudo das normas internacionais, para a melhoria da situação arquivística brasileira. Além disso,

Duchein se encontrou com várias pessoas e tratou de diversos assuntos, notadamente sobre a situação da profissão de arquivista, regulamentada por uma lei em 1978. Ele fez algumas proposições sobre todos os assuntos discutidos. Ele forneceu uma avaliação dos cursos universitários em Arquivologia existentes. Ele sugeriu estratégias, mudanças, currículos, etc., e sobretudo, ele argumentou a importância de convidar um especialista de “alta competência internacional” para ajudar o governo na implantação do ensino da profissão, que era o primeiro aspecto estratégico, na sua opinião. (LOPES, 2000-2001, p. 64, tradução nossa).

É, então, instituído, pelo Governo, novo grupo de trabalho, a Comissão Nacional de Arquivo (CONAR), presidida pelo Diretor do AN e integrada por representantes da Secretaria de Planejamento, do DASP, das Forças Armadas, do MEC e da AAB (ARQUIVO NACIONAL, 1978c). Quando da posse dessa Comissão, o Diretor rememora os esforços empreendidos para a concepção do SNA:

Velha de mais de vinte anos a idéia de instituição do Sistema Nacional de Arquivo foi especialmente revigorada em 01/09/1976, no Encontro Nacional de Cultura, promovido pelo Conselho Federal de Cultura, em Salvador, juntamente com a de Sistemas Nacionais de Bibliotecas e Museus.

Dos três, só o de Arquivos veio a concretizar-se o que merece ser salientado, embora talvez por se ter ambicionado menos na formulação dos passos iniciais como estipulados no decreto.

[...] Antes de fazê-lo, cuidou de preencher a mais grave omissão para essa implantação, isto é, a disciplina do recolhimento da documentação que tenha perdido total ou parcialmente o interesse administrativo nos órgãos do Poder Executivo, instalando a Divisão de Pré-Arquivo no Distrito Federal em espaço cedido pela

Universidade de Brasília e já hoje um grande depósito de papéis públicos que estariam condenados ao perecimento (ARQUIVO NACIONAL, 1979g, p. 34-35).

A Portaria nº 1.005, de 3 de outubro de 1979, do Ministério da Justiça, aprova o regimento interno da CONAR (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1980a), como órgão deliberativo do SINAR: “Com a finalidade de preservar os documentos do Poder Público, a CONAR, junto ao Arquivo Nacional, órgão central, visa a [sic] prestação de assessoramento de ordem técnica, jurídica, histórico-cultural e a introdução de modificações aprimoradas do sistema” (ARQUIVO NACIONAL, 1980b, s. p.). Mais especificamente, caberia à Comissão: examinar as instruções normativas do AN; prestar assessoramento técnico, jurídico e histórico-cultural ao AN; propor medidas para a integração das atividades dos arquivos correntes, intermediários e permanentes (ARQUIVO NACIONAL, 1979f).

Alinhada a essa última finalidade, mensagem presidencial destitui o DASP do seu papel normatizador quanto ao uso, guarda, conservação e destinação dos documentos, passando a atribuí-lo ao Ministério da Justiça. O projeto de decreto do SINAR é entregue ao Ministro da Justiça e a expectativa era de que o Sistema fosse criado até janeiro de 1978 (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b).

De fato, nesse ano é publicado o Decreto que institui o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)<sup>250</sup>, cujo órgão central é o AN. Constitui-se, desse modo, a infraestrutura preliminar, integrada ao subsistema de comunicações administrativas do Sistema de Serviços Gerais (SISG) (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977b; 1978b). As responsabilidades quanto à gestão e guarda dos arquivos continuam, respectivamente, divididas entre o DASP e o AN (ARQUIVO NACIONAL, 1978c).

Num quadro de centralização política e de avanços nas políticas de planejamento, certamente existiriam problemas na localização, acesso e uso dos arquivos. Apesar de instituídos os cursos de formação em Arquivologia no AN, esta ainda se encontrava fragilizada, como assinala Raul Lima, então Diretor daquela Instituição:

O ensino da Arquivística e da Arquivologia deverá passar por uma sensível transformação. De imediato vamos procurar obter o reconhecimento deste próprio Curso de modo a podermos conceder diplomas suscetíveis de registro no Ministério da Educação e Cultura e não apenas certificados de frequência e conclusão. (LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1970d, p. 19)<sup>251</sup>.

---

<sup>250</sup> Diário Oficial de 26 de setembro de 1978, p. 15.556.

<sup>251</sup> Palavras de Raul Lima, Diretor do AN, na aula inaugural do CPA, no dia 6 de abril de 1970, para as quatro turmas matriculadas naquele ano.

O referido Diretor ainda menciona a existência de um projeto de Decreto, em tramitação no Ministério da Justiça, que previa, na nova estrutura do AN, a *Escola de Arquivística e Pesquisa Histórica*, além de uma recomendação constante do Compromisso de Brasília<sup>252</sup>, quanto à “formação de arquivologistas, em nível superior, sob a orientação deste órgão”, justificada pelo “problema da formação de especialistas necessários aos arquivos [que] está relacionado intimamente com o tratamento aviltante que lhes é dispensado na sistemática das carreiras do serviço público” (ARQUIVO NACIONAL, 1970d, p. 19-20).

Em outra oportunidade, na cerimônia de formatura da turma de 1971 do CPA, Raul Lima lembra o pronunciamento do Departamento de Ensino Superior, reconhecendo, nesse Curso, as mesmas características dos cursos de Biblioteconomia e de Museologia – todos oriundos do Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Recorda, também, o parecer do então CFE, que inclui a formação de arquivistas no sistema universitário.

Não possuindo a estrutura escolar necessária nem podendo atender a todo o país, o Arquivo Nacional deseja inspirar a sede educacional média e superior para formação de pessoal destinado aos arquivos correntes, no primeiro caso, e para, no segundo caso, que não desapareçam os profissionais de alto nível necessários aos arquivos de custódia, indispensáveis à pesquisa histórica nas fontes. De modo que se rompa o círculo vicioso da falta de atrativo salarial por inexistência de formação universitária desses profissionais e a ausência dessa formação por não haver aquele atrativo. (LIMA apud ARQUIVO NACIONAL, 1972b, p. 9).

Apesar do interesse de diversas instituições públicas em matricular seus funcionários no CPA<sup>253</sup>, o Diretor lamentava-se pela falta de reconhecimento do certificado do curso pelo MEC e pela ausência de perspectiva salarial atraente para a profissão. Lembrava ainda que o andamento do projeto de reorganização do AN, no qual se criava a ENA, encontrava-se parado (ARQUIVO NACIONAL, 1971b).

---

<sup>252</sup> O Compromisso de Brasília é o documento resultante do "Primeiro Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais", representando um dos esforços empreendidos para a conservação preventiva dos bens culturais, em abril de 1970. “Esse documento enfatiza que o acervo arquivístico e o acervo bibliográfico merecem cuidados especiais segundo as suas peculiaridades e conforme as regulamentações técnicas dos órgãos federais especializados na utilização e na proteção e desse patrimônio. Nesse sentido, destaca-se, entre as conclusões desse Encontro a orientação dada quanto à criação de cursos superiores – segundo orientações do Departamento Histórico Artístico Nacional (DPHAN) e do Arquivo Nacional – para a formação de arquitetos restauradores, conservadores de pintura, escultura e documentos, arquivologistas e museólogos” (CALDEIRA, 2006).

<sup>253</sup> Esse interesse em torno dos cursos do AN persiste, inclusive quanto à progressiva inscrição *ex officio* de funcionários de diversos ministérios e autarquias. Houve uma proposta de um novo curso, que substituisse aquele de Técnica de Arquivo. Esse curso seria essencialmente prático e oferecido semestralmente, com as seguintes matérias: técnica de arquivo; organização e administração de arquivos; e mais outra matéria complementar, que poderia ser português, por exemplo. Seriam encaminhados a ele todos aqueles que não preenchessem as condições exigidas no CPA. No final do curso, seriam escolhidas as especializações que se pudessem oferecer (ARQUIVO NACIONAL, 1972c).

Pouco tempo depois, a distribuição das disciplinas oferecidas pelo CPA é alterada (Portaria nº 10, de 7 de abril de 1971), como uma tentativa de acomodar as demandas por formação: no primeiro ano seria ofertada Diplomática, Genealogia, História do Brasil, Organização da Administração Brasileira, Técnica de Arquivo; e no segundo ano, Diplomática, Genealogia, Heráldica, História do Brasil, Notariado, Organização e Administração de Arquivo e Paleografia (ARQUIVO NACIONAL, 1971b).

A reforma de 1968 traz inovações à luz do modelo das universidades norte-americanas como: os departamentos, eliminando o sistema de cátedras; o sistema de créditos, acabando com os cursos seriados e anuais; as instituições de pesquisa; os programas de pós-graduação, com novos programas de mestrado e doutorado; e um “ciclo básico nas universidades, a fim de prover uma educação geral nos dois primeiros anos de aula” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 282). A partir desse ano, a matrícula nos cursos de graduação se eleva e há grande investimento em pesquisa.

Ratificando o interesse nacional pelos arquivos, em 1972 o CFE autoriza a criação de cursos de Arquivologia em nível superior. O parecer da Câmara de Ensino Superior sobre a criação de uma Escola Superior de Arquivo é, então, aprovado.

A Chefe do Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados, em ofício protocolado neste Conselho, sob nº 456/70, sugere a criação de uma Escola Superior de Arquivo. Em aditamento, assinala que o Curso teria três anos, divididos em 2 (dois) períodos letivos cada um, obedecendo a programação que consta dos autos.

**Esclarece a Proponente que biblioteconomia e arquivo, embora tenham pontos de contato, não podem ser confundidos, e, em reforço de sua tese, cita T. R. Schellenberg, Vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América do Norte, quando distingue uma atividade da outra.**

**Menciona, a seguir, grandes centros de arquivística na França, Espanha, Itália, Inglaterra, para salientar que a inexistência desses estudos, em nível superior, no Brasil, é responsável por prejuízos insanáveis:** inclusive no “descarte”, quando são destruídos documentos antigos para dar espaços a novos, sem uma análise de interesse que possam os mesmos ter para cultura em geral. (ARQUIVO NACIONAL, 1972a, p. 5, grifos nossos).

Diante do exposto, o parecer do Diretor do Departamento de Assuntos Universitários do MEC reconhece os cursos do AN como de nível superior, a exemplo daqueles de Museologia e Biblioteconomia (ARQUIVO NACIONAL, 1972b, p. 40). Cumprindo a recomendação do I CBA, quanto à definição de um currículo mínimo para esses cursos, a AAB encaminha, ao CFE, um projeto de currículo<sup>254</sup> (BOTTINO, 1994).

<sup>254</sup> Esse projeto de currículo foi elaborado com a colaboração de: José Pedro Esposel (UFF / AAB); Astréa de Moraes e Castro (Câmara dos Deputados); Marcelo de Ipanema (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro); Carminda Nogueira de Castro Ferreira (Universidade de São Carlos); Dora Maria Pereira Rego Correia (Museu Imperial); Hâmida Rodrigues Helloy (SENAI); Heloísa Liberalli Belloto (Instituto de Estudos Brasileiros); Maria Amélia Porto Miguéis (Museu Imperial); Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de Matos (PUCCAMP);



Aqui é interessante um parêntese, para lembrar a relevância desse primeiro CBA<sup>255</sup> para a Arquivologia brasileira. Já na sua sessão de abertura, o então Diretor do AN lembra o papel do Estado, bem como a articulação dos organismos internacionais, destacando a OEA e UNESCO, num programa de desenvolvimento dos arquivos latinoamericanos. Nesse sentido, aponta a redação da Carta dos Arquivos Americanos<sup>256</sup>, cujo conteúdo ia ao encontro das recomendações do evento. Ele ainda afirma que “A valorização profissional do arquivologista, no país e no hemisfério, crescerá por certo com base no nível de aperfeiçoamento, em grau universitário, que se está firmando” (ARQUIVO NACIONAL, 1973e, p. 4-10).

Dentre as recomendações do evento, algumas antecipam as questões regulamentadas pela Lei de Arquivos de 1991 em relação às funções do Estado na proteção dos documentos: a criação de um Sistema Nacional de Arquivos; os critérios de avaliação de documentos oficiais, sua eliminação, preservação e recolhimento, reconhecendo, inclusive, a importância das comissões de avaliação. Essas últimas preocupações também foram temas de discussão no VII Congresso Internacional de Arquivos do mesmo ano (Moscou, 1972) (ARQUIVO NACIONAL, 1973b).

A repercussão do I CBA na Câmara dos Deputados dá-se por meio do discurso de um Deputado de São Paulo, Alfeu Gasparini, que faz apelo aos órgãos competentes a fim de que as recomendações do evento fossem consideradas, justificando que “o seu atendimento representa o atendimento do próprio interesse do Estado” (ARQUIVO NACIONAL, 1973e, p. 10).

A partir desse primeiro evento, aconteceriam mais dezesseis, reunindo profissionais, professores e pesquisadores brasileiros de Arquivologia, além de estrangeiros, como apresentamos no quadro 23.

---

Maria José Rabello de Freitas (UFBA); Maria Luiza Stallard (ex funcionária do AN e DASP); Marilena Leite Paes (FGV); Mercedes Mangeon Gonçalves (SESI); Myrtes da Silva Ferreira (AN); e Suzana Moraes (UFRS) (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974b).

<sup>255</sup> O I Congresso Brasileiro de Arquivistas deveria ter acontecido no âmbito das comemorações do primeiro centenário do estabelecimento do AN (1938). Mas é adiado, diante da situação política do País à época (instauração do Estado Novo) e seus desdobramentos que teriam dificultado o envio de trabalhos por parte dos participantes do evento, sobretudo professores (Minuta n. 459, de 24 de dezembro de 1937).

<sup>256</sup> Elaborada na Reunião Técnica sobre o Desenvolvimento de Arquivos (Washington, 1972), recomendava a criação de uma associação de arquivistas na América Latina (ARQUIVO NACIONAL, 1987).

**Quadro 23: Participantes estrangeiros do CBA (1972-2010)**

LOCAL / ANO	TEMAS	PARTICIPANTE ESTRANGEIRO* / ORIGEM INSTITUCIONAL
I Rio de Janeiro (1972)	- <b>Temas gerais:</b> Sistema Nacional de Arquivos A formação e a profissão do arquivista no Brasil Terminologia arquivística As modernas técnicas aplicadas aos arquivos A importância dos arquivos para a pesquisa histórica O valor do arquivo na administração A significação dos arquivos para as atividades técnico científicas - <b>Temas especiais:</b> Arquivos médicos	Nenhum estrangeiro
II São Paulo (1974) <sup>257</sup>	Conservação e restauração de documentos Critérios de eliminação de documentos A importância dos arquivos na empresa Arquivos hospitalares Os arquivos de imprensa	* Aurelio Tanodi / Argentina
III Rio de Janeiro (1976)	- <b>Sessões plenárias:</b> Política Brasileira de Arquivos/Plano Nacional de Cultura Recursos humanos na área de arquivo Teoria das Três Idades do arquivo Conservação e restauração de documentos Automação e microfilmagem nos arquivos - <b>Temas especializados:</b> Arquivos médicos Arquivos de plantas, mapas, desenhos e fotografias Arquivos judiciais Arquivos pessoais e familiares Arquivos impressos	George Mantin Cunha / EUA Fraze G. Poole / EUA Vicente Torner Viñas / Espanha
IV <sup>258</sup> Rio de Janeiro (1979)	Os arquivos e sua utilização	Nenhum estrangeiro
V Rio de Janeiro (1982)	Os arquivos na realidade brasileira	*

<sup>257</sup> O SINAR foi assunto recorrente no II CBA (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977a). Suas recomendações também insistiram na campanha para criação do Sistema Nacional de Arquivos, “visando torná-lo um subsistema do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento sócio-econômico dos países membros dessa organização” (ARQUIVO NACIONAL, 1975b, p. 13). Foram realçadas, ainda, as providências para a superação da recomendação do MEC ao CFE que proibia a instalação de todo e qualquer curso até que se procedesse ao levantamento das necessidades dos distritos geoeleucionais. “Tal medida, se de aplicação indiscriminada impediria a imediata formação de profissionais no campo da arquivologia, profundamente carente de recursos humanos necessários ao seu pleno desenvolvimento” (idem). O reconhecimento da necessidade de regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, de adoção de critérios adequados de avaliação de documentos, bem como da sua preservação não foram esquecidos, de alguma forma antecipando as questões regulamentadas pela Lei 8.159/1991.

<sup>258</sup> Em termos práticos, a adesão do Brasil à Arquivística Integrada pode ser observada nas recomendações do IV CBA, nas quais constava a devida reformulação, pelo Governo, da legislação referente ao SINAR e ao SISG, tendo em vista a integração dos arquivos nas três idades documentais (ARQUIVO NACIONAL, 1980a).

<b>LOCAL / ANO</b>	<b>TEMAS</b>	<b>PARTICIPANTE ESTRANGEIRO* / ORIGEM INSTITUCIONAL</b>
<b>VI</b> Rio de Janeiro (1986)	Arquivos: política, administração, cultura	Bernard Weilbrenner / Canadá Charles Dollar / EUA Klaus Hendrickes / Canadá
<b>VII</b> Brasília (1988)	Nova Arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação	Aida Luz Mendonza Navarro / Peru Albert Brown-Gort / EUA Ignacio Delfin Marquez / México Luiz Wilman Gutierrez Morales / Peru Manuel Vázquez / Argentina Nelly Peralta de Moreno / Equador Rolf Nagel / Alemanha Vicenta Cortés Alonso / Espanha
<b>VIII</b> Salvador (1990)	Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas	Albert Brown-Gort / EUA Luiz Wilman Gutierrez Morales / Peru Maria Concepcion Contel Borea / Espanha Maria Luiza Conde / Espanha Maria Madalena Garcia / Portugal Maria Pia Rinaldi Mariani / Itália Rolf Nagel / Alemanha
<b>IX</b> Santa Maria (1992)	O arquivista na era da informação	Alicia Casas de Barrán / Uruguai Manuel Vázquez / Argentina Maria João Pires de Lima / Portugal
<b>X</b> São Paulo (1994)	Rumos e consolidação da Arquivologia	Ainda Luz Mendonza Navarro / Peru Alicia Casas de Barrán / Uruguai Antonia Heredia Herrera / Espanha Bruno Delmas / França David B. Gracy II / EUA Elza Raquel Bertozzi / Argentina Ivan Guerrero Rodríguez / Chile João Sabóia / Portugal Julia María Rodríguez Barredo / Espanha Louise Gagnon-Arguin / Canadá Manuel Luís Real / Portugal Manuel Vázquez / Argentina Mireya Callejas de Echeverría / Uruguai Paola Carucci / Itália Pedro López Gómez / Espanha Ramón Alberch i Fugueras / Espanha Rosa Kuan Carrero de Brigneti / Peru Sheila Pastigo de Colin / Peru Susana P. Martínez / Argentina Teresa Carrasco Caveró / Peru Vicenta Cortés Alonso / Espanha
<b>XI</b> Rio de Janeiro (1996)	Dimensões emergentes da Arquivologia	Alicia Casas de Barrán / Uruguai Antonio González / Espanha Branka Maria Tanodi de Chiapero / Argentina Jorge Palacios Preciado / Colômbia Julia María Rodríguez Barredo / Espanha Luciana Duranti / Canadá Maria Borarda Salabarría Abraham / Cuba Maria Helena Cruz Coelho / Portugal Patricia Galeano / México Peter Horsman / Holanda Ramón Alberch i Fugueras / Espanha Raquel Monteiro / Cabo Verde

<b>LOCAL / ANO</b>	<b>TEMAS</b>	<b>PARTICIPANTE ESTRANGEIRO* / ORIGEM INSTITUCIONAL</b>
<b>XII</b> João Pessoa (1998)	Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio	Alfonso Diaz Rodriguez / Espanha Alfredo Caldeira / Portugal Alicia Casas de Barrán / Uruguai Ana Flávia Fonseca / EUA Ana Franqueira / Portugal Antonia Heredia Herrera / Espanha Armando Malheiro da Silva / Portugal Julia María Rodríguez Barredo / Espanha Manuel Luís Real / Portugal Maria Teresa Sánchez Rivera / Cuba Ramón Alberch i Fugueras / Espanha
<b>XIII</b> Salvador (2000)	Os Arquivos e o Descobrimento de um Novo Brasil	Alicia Casas de Barrán / Uruguai Armando Malheiro da Silva / Portugal Charles Kecskeméti / França Gilson Sérgio Matos Reis / Portugal Heather Mac Neil / Canadá José Joaquim de Sintra Martinheira / Portugal Wendy Duff / Canadá
<b>XIV</b> Rio de Janeiro (2006)	A Arquivologia e a construção social do conhecimento	Adrian Brown / Reino Unido Elisabeth Kaplan / EUA Fynette Eaton / EUA María Luisa Conde Villaverde / Espanha Maria Paz Pozuelo / Espanha Theo Thomassen / Holanda Trudy Huskamp Peterson / EUA
<b>XV</b> Goiânia (2008)	A Arquivologia no Brasil: diversidades, desigualdades e perspectivas	Didier Grange / Suíça Eugenio Osvaldo Bustos Ruz / Chile Maria Jose Justo Martin / Espanha Peter Van Garderen / Canadá Randall Jimerson / EUA Robert Horton / EUA
<b>XVI</b> Santos (2010)	O lugar do arquivo	Bruno Delmas / França Marie-Claude Delmas / França Geoffrey Yeo / Inglaterra João Sabóia / Portugal Francisco Barbedo / Portugal Michael Carden / Austrália Tom Nesmith / Canadá Kate Theimer / EUA

Fonte: elaboração própria, com base nos anais e cadernos de resumos dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, Associação dos Arquivistas Brasileiros (1975c; 1976c; 1977a), Arquivo Nacional (1975b; 1980a) e CD comemorativo do XIV CBA (2006).

\* Conferencistas, professores, moderadores, presidentes de mesa, ministrantes de cursos e apresentadores de comunicações livres.

\*\* Não tivemos acesso aos anais do evento.

Retomando a trajetória do ensino de Arquivologia no País, em 1972 é aprovado o Parecer que a reconhece como habilitação profissional no Ensino de 2º grau<sup>259</sup>. Esse Parecer destaca a demanda pelos cursos ministrados pelo AN e assim justifica a sua aprovação:

pela demanda que se verifica, todos os anos, de matrícula nos cursos ministrados pelo Arquivo Nacional, há, pelo menos neste Estado, acentuado interesse pelas técnicas de arquivo como qualificação profissional para empregos de empresa

<sup>259</sup> Parecer n. 249, de 08 de março de 1972, da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus.

privada. [...] Acresce que, além do mercado de trabalho empresarial, há também, para profissionais de Arquivística, um campo bastante atraente e em ampliação, que é o dos Museus, das Bibliotecas e dos Arquivos Públicos que, com a mudança dos métodos educacionais, repartem cada vez mais com a escola as tarefas do ensino, recebendo multidões de alunos, cujas pesquisas exigem monitores e assessores capazes de manusear documentos e peças os mais variados. Seriam eles, esses profissionais de nível médio, os técnicos auxiliares dos Historiógrafos, Arquivologista, dos Museólogos e dos Documentaristas. (ARQUIVO NACIONAL, 1972a, p. 4).

No ano seguinte, é firmado um acordo regulando o mandato universitário, concedido pelo Conselho da UFRJ, ao CPA (ARQUIVO NACIONAL, 1973)<sup>260</sup>.

Em decorrência de convênio firmado entre o órgão [AN] e a referida Universidade [UFRJ], o currículo cumprido pelo portador do certificado de conclusão do curso, anteriormente a 23 de setembro de 1973, foi declarado equivalente ao do CPA, ao qual foi conferido mandato universitário (ARQUIVO NACIONAL, 1976e, p. 15).

No início de 1974, a UFF e o AN firmam um convênio, para cooperação conjunta das duas instituições em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos (ARQUIVO NACIONAL, 1974c). Nesse mesmo ano, é fixada a duração do Curso Superior de Arquivo e o seu currículo mínimo, cujo conteúdo seria, de acordo com a Resolução nº 28 de 1974 do CFE: Introdução ao Estudo do Direito, Introdução ao Estudo da História, Noções de Contabilidade, Noções de Estatística, Arquivo I-IV, Documentação, Introdução à Administração, História Administrativa, Econômica e Social do Brasil, Paleografia e Diplomática, Introdução à Comunicação, Notariado e uma língua estrangeira moderna (ARQUIVO NACIONAL, 1979g).

No entanto, em termos práticos, o CPA ainda não era reconhecido como habilitação para o segundo grau (atual ensino médio), tampouco como habilitação para o ensino superior. O AN continuava aguardando o posicionamento da UFRJ quanto às condições relativas ao seu reconhecimento universitário.

Paralelamente, em Brasília, um projeto de implantação do Curso de Arquivologia era proposto, embora sem êxito, na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF), atual Centro Universitário do Distrito Federal – UDF (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1974a)<sup>261</sup>. Além dessa iniciativa, houve outras duas: uma no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), a qual, segundo Castro, foi recusada; e outra, na UFMG, para a implantação do Curso de Arquivologia na sua Escola de Biblioteconomia

<sup>260</sup> Cópia do termo de acordo entre a UFRJ e o AN, de 28 de setembro de 1973 (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, v. 1, n. 3, 1973).

<sup>261</sup> E conforme a entrevista que nos foi concedida pela Sr<sup>a</sup> Ástrea de Moraes e Castro, em dezembro de 2005.

(ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1975c). No entanto, esse curso também não foi implantado nessa época e somente o seria em 2008.

O cenário das instituições de arquivo do Brasil, na década de 1970, ratificava a necessidade de institucionalização acadêmica da disciplina. De acordo com os dados coletados pelo Serviço de Registro e Assistência do AN, criado em 1958, existiam, no País, em meados dessa década, 3.800 arquivos cadastrados.

Verificamos que, naquele total de arquivos cadastrados (3.800), somente 2.136 responderam aos questionários enviados, mas, mesmo assim, dão [sic] para visualizar a importância e possibilidades desse setor do mercado de trabalho, desde que considerada a função do arquivista, como de resto na maioria dos países do mundo, dentro de sua importância e papel prioritário. (ARQUIVO NACIONAL, 1976d, p. 25).

Diante dessa situação, o professor Henri Boullier de Branche alerta:

A formação de pessoal qualificado, de um corpo de funcionários especializados nos problemas de arquivos, é essencial para o futuro dos arquivos brasileiros. Mas este trabalho, para dar resultados satisfatórios, deverá prosseguir sem interrupção e conduzir normalmente à criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tem necessidade premente, ou pelo menos de uma série de cursos permanentes, nos quais serão ensinadas as diferentes matérias indispensáveis. Só deste modo poderá o Brasil recrutar os arquivistas qualificados que lhe serão cada vez mais indispensáveis. (BRANCHE apud ARQUIVO NACIONAL, 1976d, p. 17).

As preocupações quanto à formação de arquivistas no Brasil alinhavam-se às internacionais. Dentre as várias sugestões do ICA quanto ao Projeto de Programa e de Orçamento da UNESCO, aquela relacionada à formação de auxiliares de arquivo preconizava que “Programas-padrões de cursos de formação intensiva de auxiliares de arquivos deveriam ser elaborados com urgência, a fim de facilitar a organização dos mesmos nos Estados-membros” (ARQUIVO NACIONAL, 1974b, p. 7-8).

Perante essas demandas e da conscientização que se formou em torno da sua relevância, os esforços do AN, felizmente, dão resultados essenciais para a Arquivologia Brasileira: a aprovação do currículo mínimo e da duração do curso superior de Arquivologia<sup>262</sup> é estendida ao CPA<sup>263</sup> (ARQUIVO NACIONAL, 1975a).

É, então, formada uma comissão composta por representantes do AN, Ministério da Justiça, Ministério da Educação e Cultura (MEC) e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG) – depois Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ) –, visando a transferir o CPA para o âmbito do MEC, como

<sup>262</sup> Resolução n. 23, de 13 de maio de 1974, do CFE.

<sup>263</sup> Portaria n. 37 de 6 de setembro de 1974.

unidade filiada àquela Federação (ARQUIVO NACIONAL, 1976e). Em seguida, o AN aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos<sup>264</sup> (ARQUIVO NACIONAL, 1976f).

É assim que, depois de tanto tempo e de tantos esforços, a Arquivologia conquista, pelo menos no âmbito legal, seu espaço na Universidade. No entanto, a referida transferência ainda não ocorrera: “Lamentavelmente as últimas informações recebidas através das Secretarias-Gerais dos Ministérios da Justiça e da Educação e Cultura esclarecem que o processo, em fase final de tramitação, carece de estudos mais demorados que possibilitem avaliar sua viabilidade” (ARQUIVO NACIONAL, 1977b, p. 74-75).

A partir dos documentos pesquisados, observamos uma convergência de esforços (das associações de arquivistas e das instituições públicas – sobretudo do AN e das universidades) para a institucionalização da Arquivologia na Academia. Como efetuamos um recorte no universo da pesquisa, os seus resultados apontaram para uma hegemonia dos discursos em defesa da conquista do espaço universitário, o que não descarta a existência de outros discursos divergentes<sup>265</sup>.

Somente em março de 1977 o CPA é transferido para a FEFIERJ (atual UNIRIO), com a denominação de *Curso de Arquivologia*<sup>266</sup>. A integração do CPA ao Centro de Ciências Humanas daquela Universidade, com a nomeação de professores, pelo seu presidente, acontece no mesmo ano<sup>267</sup>. Com essa transferência, o Curso, que funcionava no AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior<sup>268</sup>, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, como o primeiro de quinze cursos de graduação em Arquivologia que passariam a existir no Brasil (quadro 24).

---

<sup>264</sup> Portaria n. 5, de 15 de março de 1976.

<sup>265</sup> Encontramos um exemplo de discurso divergente, por parte da então Chefe da Seção de Cursos do AN, Myrtes da Silva Ferreira, quando da solicitação do mandato universitário para o CPA, que era oferecido pelo AN: “É o Arquivo Nacional o órgão natural para a implantação do curso [CPA] em nível superior, e não cabe a sua inclusão naquela Universidade [UFRJ]” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1973b, p. 16).

<sup>266</sup> De acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de (ARQUIVO NACIONAL, 1977a, p. 33) e termo de convênio assinado pelo diretor do AN, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade (ARQUIVO NACIONAL, 1977c, p. 29-31).

<sup>267</sup> Conforme Portaria n. 141, de 31 de março de 1977 (ARQUIVO NACIONAL, 1977d, p. 37-38).

<sup>268</sup> Quanto ao reconhecimento do Curso de Arquivologia da FEFIERJ, o Parecer n. 46, de 25 de janeiro de 1979, do CFE, dizia que “Os cursos criados em estabelecimentos do governo e que deram início a suas atividades em época anterior àquela em que se passou a exigir a formalidade de oficialização, [sic] não estão a ela sujeitos. Insere-se neste caso o Curso de Arquivologia da FEFIERJ que fica portanto, [sic] isento do ato formal de reconhecimento” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979a, p. 21).

**Quadro 24: Cursos de Arquivologia no Brasil (1960-2009)**

UNIVERSIDADE <sup>269</sup>	ESTADO	ANO DE CRIAÇÃO	DEPARTAMENTO	FACULDADE/INSTITUTO/CENTRO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	RJ	1960*	**	Centro de Ciências Humanas e Sociais/Escola de Arquivologia
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	1976	Documentação	Centro de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	1978	**	Instituto de Arte e Comunicação Social
Universidade de Brasília (UnB)	DF	1990	**	Faculdade de Ciência da Informação
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	PR	1997	Ciências da Informação	Centro de Educação, Comunicação e Artes e Centro de Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	1997	**	Instituto de Ciência da Informação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG)	RS	1999	Ciências da Informação	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	ES	1999	Ciências da Informação	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília)	SP	2002	Ciência da Informação	Faculdade de Filosofia e Ciências
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	PB	2006	**	Centro de Ciências Biológicas e Sociais e Aplicadas
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	PB	2007	Ciência da Informação	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Fundação Universidade do Rio Grande do Sul (FURG)	RS	2008	**	Instituto de Ciências Humanas e da Informação
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	2008	**	Escola de Ciência da Informação
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	AM	2008	Biblioteconomia	Instituto de Ciências Humanas e Letras
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	2009	Ciência da Informação	Centro de Ciências da Educação

Fonte: elaboração própria, com base nos sítios eletrônicos das referidas universidades, no questionário encaminhado aos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia em 2005-2006 (MARQUES, 2007) e atualizado conforme a apresentação dos professores desses cursos na I Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Brasília, 7 a 9 de junho de 2010).

\* Ano de criação do CPA no AN. O curso somente seria transferido para a Universidade em 1977. Todavia, considerando a sua relevância e as suas repercussões na institucionalização acadêmica da área, consideramos a primeira data.

\*\* À época da pesquisa, esses Cursos não estavam vinculados, estruturalmente, a qualquer departamento.

<sup>269</sup> A duração média desses cursos é de oito semestres letivos e o diploma concedido é o de bacharel em Arquivologia (o curso da UNIRIO também concede o certificado de licenciatura na área).



Há, portanto, a celebração de convênio entre o AN e a FEFIERJ, em 21 de julho de 1977, para a incorporação do Curso naquela Universidade (ARQUIVO NACIONAL, 1979g). Os cursos de curta duração, por sua vez, permanecem no AN, como alternativas de complementação da formação do pessoal de arquivo.

[...] O aparelhamento material e técnico do Arquivo Nacional, no que se refere [ao] acondicionamento de documentação, cuidados de conservação, prática de restauração e reprografia, atingiu a [sic] nível que permite bem maior capacidade operacional a ser obtida mediante a gradativa profissionalização do funcionalismo público<sup>270</sup> (ARQUIVO NACIONAL, 1979g, p. 25-27).

No final da década de 1970 são criados mais dois cursos de Arquivologia, na UFSM e na UFF. As profissões de arquivista e de técnico de arquivo são regulamentadas pela Lei 6.546, de 04 de julho de 1978 e pelo Decreto 82.590, de 06 de novembro de 1978, como ações sintonizadas ao contexto mundial<sup>271</sup>. Souza afirma que as práticas do arquivista brasileiro hoje extrapolam os limites dessa lei, afastando-se da simples custódia para a gestão de documentos, criando novos espaços de trabalho e inserindo esse profissional na pesquisa. Nessa perspectiva, o arquivista passa a ser o “profissional responsável pela intermediação entre a instituição e a busca pela informação, entre o usuário e o acervo, entre o documento e a representação da informação” (SOUZA, 2010a, p. 32, tradução nossa).

Em outubro de 1979, acontece a “I Semana Internacional de Arquivo”, ideia recomendada no II CBA (São Paulo, 1974), aprovada na 17ª CITRA (Cagliari, 1977) e que se efetiva com a promoção da UNESCO e do ICA, em parceria com o AN e a AAB – Núcleo Brasília (ARQUIVO NACIONAL, 1977e; 1980a; 1978d; ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1979c). No Brasil, como nos demais países membros do ICA, é constituído um comitê organizador nacional, composto pelo Diretor do AN, Presidente da AAB e outros três membros, representantes de instituições interessadas (ARQUIVO NACIONAL, 1979i).

Os eventos, realizados em vinte países, contemplaram: exposições de documentos de arquivos, filmes sobre os arquivos, publicações científicas e educativas, colóquios, congressos, selos de correio, atividades em matéria de formação, cursos de história, jornadas

---

<sup>270</sup> Conforme livro *A ação do Ministério da Justiça no Governo Geisel*, de Armando Falcão (1979).

<sup>271</sup> Em viagem à Europa, o Diretor do AN toma conhecimento da legislação que privilegia a profissão de conservador, que busca a integração dos documentaristas, bibliotecários e arquivistas. Portugal, particularmente, já buscava valorizar o trabalho do arquivista (ARQUIVO NACIONAL, 1980g).

de administração de documentos e de pesquisa, além de atividades abertas ao público para mostrar os laboratórios, depósitos e salas de trabalho (MAN, ano 9, n. 6, 1978)<sup>272</sup>.

No Brasil, o evento aconteceu nas cidades de Brasília, Rio de Janeiro, Belém, São Paulo e Santa Maria. Em Brasília, suas atividades foram realizadas entre 1º e 5 de outubro de 1979, no Ministério da Justiça, contemplando a exposição de documentos históricos de “Arquivos Brasileiros”, cedidos por vários acervos do País; ciclo de conferências com a mesma temática; e painel sobre o “Arquivo-microfilme-automatização” (ARQUIVO NACIONAL, 1979f). Em Santa Maria, as atividades foram promovidas pelo Núcleo Regional da AAB. O prof. Aurelio Tanodi, então Diretor do CIDA e da *Escuela de Archiveros* de Córdoba proferiu conferência (ARQUIVO NACIONAL, 1980g). O IV CBA foi, inclusive, realizado no contexto do evento internacional. Além de promover seus próprios eventos, o Brasil esteve presente em exposições internacionais com documentação brasileira, como no Japão, Iraque e Inglaterra (ARQUIVO NACIONAL, 1979c).

Por meio de uma mensagem, o embaixador Amadou-Mahtar M’Bow, Diretor-geral da UNESCO, dirige-se aos países membros dessa organização, lembrando o compromisso brasileiro na promoção da Semana Internacional de Arquivos, uma vez que foi no II CBA que originou ideia de “motivar a opinião pública do maior número de nações para a importância dos depósitos de documentos que informam a memória de cada uma delas” (ARQUIVO NACIONAL, 1980a, p. 25).

Considerado pelo ICA um país do “terceiro mundo arquivístico”, mesmo com 38% do patrimônio documental situados em nosso território (ARQUIVO NACIONAL, 1979c, p. 30-44), nos anos 1980 o Brasil presencia uma sensível diminuição na alocação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico, o que culmina na degradação da rede de ensino universitário, dos laboratórios de pesquisa e dos salários do pessoal técnico (NUNES, 1994). É, portanto, um período “caracterizado pela estagnação, por crise e dúvidas crescentes sobre as realizações dos anos anteriores” (SCHWARTZMAN, 2001, p.253).

Na contramão desse cenário, o AN ratifica seu reconhecimento acerca da sua responsabilidade como agente do Estado na preservação dos documentos públicos:

Os arquivos públicos, cuidadosamente conservados, são o instrumento indispensável para administração de uma comunidade. Por sua vez, consignam a gestão dos assuntos públicos e a facilitam, ao mesmo tempo que descrevem as vicissitudes da história humana; por conseguinte, são de interesse para pesquisadores e administradores. Quer sejam secretos ou públicos, constituem um patrimônio e uma

---

<sup>272</sup> Informações detalhadas sobre a organização desses eventos podem ser encontradas no documento *Separata do Mensário do Arquivo Nacional, ano 9, n. 6, 1978. Tradução do Boletim n. 9 do ICA, de dezembro de 1977. “Sugestões do VIII Congresso Internacional de Arquivos”*.

propriedade por cuja existência pública inalienável e imprescritível, em geral, zela o Estado<sup>273</sup> (ARQUIVO NACIONAL, 1979a, p. 35).

Mesmo num quadro politicoeconômico desfavorável, essa instituição consegue implementar o seu Projeto de Modernização Institucional Administrativa em 1981, alinhado a essa responsabilidade. Afinal, como nos lembra Santos, “a ciência pertence mais ou menos exclusivamente ao Estado e é produzida em muitos países por um corpo de funcionários do Estado” (1989, p. 155).

Os avanços brasileiros têm repercussão internacional, com a instituição do SINAR, a promoção de cursos para a formação de arquivistas pelo AN e a instalação da Divisão de Pré-arquivo do AN (arquivo intermediário) em Brasília (ARQUIVO NACIONAL, 1980j). Aquele Sistema é elogiado pelo ICA, pela ALA e Inspeção Geral dos Arquivos da França, por meio de Michel Duchein. É nessa época que a AAB cria comitês especiais para “estudar as complexas facetas da Arquivologia” e manter intercâmbio de informações e experiências com essas instituições (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c). A legislação brasileira sobre a organização do AN chega a ser solicitada pelo Arquivo Nacional do Peru, tendo em vista a ampliação da sua estrutura<sup>274</sup>.

O apoio dessas instituições se efetiva na realização do 1º Seminário Nacional de Arquivos Municipais (Niterói, 1977), no qual participam representantes de órgãos especializados de vários países, da UNESCO e da OEA (ARQUIVO NACIONAL, 1976c).

Em 1981 é publicado o anteprojeto de lei que dispõe sobre os arquivos públicos e privados<sup>275</sup>.

Resultado de estudos realizados durante oito meses, sobre as legislações de diversos países e de moções, recomendações e observações apresentadas em seminários e reuniões sobre problemas arquivísticos, entre os quais os de que participaram mestres de renome internacional, como Charles Kecskémeti e Salvatore Carbone, o anteprojeto se fundamenta no art. 180 e parágrafo único da constituição, que assegura “proteção especial do Poder Público aos documentos, obras e locais de valor histórico ou artístico, às paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas” (ARQUIVO NACIONAL, 1981d, p. 39).

Inspirado na legislação francesa, esse anteprojeto visava assegurar a preservação dos documentos públicos, inclusive aqueles privados de interesse público, por meio da integração das atividades de gestão, recolhimento, seleção, conservação e acesso aos documentos de

<sup>273</sup> *Righth Report on Succession of States in Respect of Matters Other than Treaties. Draft Articles with Commentaries on Succession to State Property, by Mohammed Bedjaoui, Special Rapporteur, Document A/DN. 4/292, 8 de abril de 1976, p. 54.*

<sup>274</sup> Carta do Diretor do Arquivo Nacional do Peru para o Diretor do AN, de 25 de fevereiro de 1953.

<sup>275</sup> Diário Oficial da União, de 1º de julho de 1981.

arquivos num Sistema Nacional de Arquivos, constituído pelos órgãos federais, estaduais e municipais (ARQUIVO NACIONAL, 1981d).

Em conversa do Diretor do AN com Elio Lodolini, esse professor afirma que “a intocabilidade dos depósitos do Rio de Janeiro, a criação de um outro Arquivo Nacional em Brasília, o aumento de facilidades de comunicação entre ambas as cidades” (ARQUIVO NACIONAL, 1980a, p. 30) parecem-lhe tão adequados, que julga apropriado pensar num manual de arquivos brasileiro, que contemple essas questões e possa ser utilizado por outros países em situações semelhantes.

Aurelio Tanodi, por sua vez, em um artigo publicado no *Boletín Interamericano de Archivos*<sup>276</sup>, editado pelo CIDA (*Unas consideraciones sobre la enseñanza archivística latinoamericana*) enfatiza o ensino de arquivo em diversos países, referenciando o CPA, que teria alcançado o vínculo universitário, além das iniciativas semelhantes em Brasília e em Belo Horizonte.

No *Boletín de la ANABAD*, revista da *Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos da Espanha*, é publicado um artigo de Vicenta Cortés Alonso, sob o título: “Una experiencia archivística interesante: el pre-arquivo en Brasília”<sup>277</sup>. Nele, a autora menciona o interesse do Ministério da Justiça em obter informações do Arquivo Geral da Administração do Estado da Espanha sobre a construção de um edifício destinado ao arquivo intermediário. Além disso, cita o convênio firmado em junho de 1977, entre esse Ministério e a UnB para a implantação dos serviços de pré-arquivo no DF:

Com este Convênio, pode-se conseguir, uma vez publicado e posto em vigor (Cláusula 4ª), que a documentação que já não pode ser atendida nos arquivos das dependências administrativas, por ser o espaço e pessoal insuficientes, se instale em locais que, conservando sua origem e organização possam continuar apoiando a gestão diária dos organismos originários, ao mesmo tempo em que a Universidade mantém nas melhores condições uma documentação que logo o tempo vai converter em matéria de estudo. A concorrência do assessoramento técnico dos arquivistas do Estado, os fundos públicos e os locais e pessoal da Universidade, são elementos que podem resolver o problema do pré-arquivamento da documentação do Distrito Federal enquanto se constrói um arquivo específico e se designam funcionários para o seu serviço. (ARQUIVO NACIONAL, 1978a, p. 31).

Ao longo de 1982, o AN recebe consultorias e assistência técnica de especialistas reconhecidos internacionalmente, que discutem os projetos em andamento, fornecendo orientações nas suas específicas áreas do conhecimento (ARQUIVO NACIONAL, 1982c). Duchein volta ao Rio de Janeiro e elabora um estudo sobre a instituição, ratificando a

<sup>276</sup> Boletín Interamericano de Archivos, n.2, 1975, p.7-23, conforme Arquivo Nacional (1978f).

<sup>277</sup> Ano 27, n. 3, julho/setembro, 1977, conforme informações do Arquivo Nacional (1978a).

necessidade da legislação arquivística federal, do corpo científico, de um prédio adequado para abrigar seu acervo e do arquivo intermediário no Rio e em Brasília.

A partir de contatos feitos na Europa, dois técnicos do AN vão à França, Espanha, Inglaterra e Holanda, para visitas em arquivos nacionais e instituições similares daqueles países, financiadas pelo Ministério das Relações Exteriores da França e pela CAPES (ARQUIVO NACIONAL, 1982c).

Há notícias de que seria realizado, no Brasil, em março de 1983, o I Curso de Pós-graduação em Arquivo (aperfeiçoamento de professores) contemplando a América Latina, apesar de o Governo brasileiro não ter oferecido bolsas para o pessoal dos outros países. Dentre as finalidades desse curso estavam: o reexame de conceitos e técnicas arquivísticas conforme as concepções mais atualizadas; a atualização de informações a respeito da bibliografia básica arquivística; o estudo das necessidades e tendências de currículos e programas de ensino de matérias arquivísticas em diferentes níveis; o estudo da legislação arquivística e questões éticas relacionadas ao exercício profissional<sup>278</sup>.

De acordo com a Revista ALA (1986-1987), o AN ainda organiza um encontro para discutir e elaborar projeto de curso de especialização em Arquivologia, que aconteceria no Brasil como parte de um projeto piloto da UNESCO, no âmbito da modernização de arquivos tradicionais. Desse encontro participam José Manuel Mata Castellón, então Diretor dos Arquivos da Espanha e Charles Dollar, do Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

José Maria Jardim é indicado para representar o Brasil no Comitê de Arquivos Correntes, criado na Conferência Europeia dos Arquivos sobre a criação e organização dos documentos contemporâneos<sup>279</sup>. Esse professor também participa, como observador da América Latina, da segunda versão dessa Conferência realizada nos Estados Unidos (Michigan, 1989), quando se buscou uma comparação entre as tradições arquivísticas europeia e da norteamericana<sup>280</sup>.

Por sua vez, a ALA organiza o *Curso breve de capacitación archivística para América Latina (CCA)*, sob a responsabilidade de César A. García Belsunce<sup>281</sup>. De caráter

<sup>278</sup> Conforme *Fundo ALA, rolo 36-98, flash 1*. Ainda, não conseguimos confirmar se esse curso realmente aconteceu.

<sup>279</sup> *Fundo ALA, rolo 36-98, flash 4*.

<sup>280</sup> Conforme mensagem eletrônica de Jardim, recebida em 08 nov. 2010.

<sup>281</sup> Em correspondência de 22 de janeiro de 1983, ao argentino César A. García Belsunce, José Pedro Esposel acusa recebimento de convite para elaboração de um plano de estudos arquivísticos para os países latinoamericanos, já demandado nas reuniões de Buenos Aires e de Santo Domingo, ambas de 1981. Em consequência dessa demanda, estabelece, como trabalho final do Curso de Pós-graduação de Professores de Arquivologia, um texto preliminar para um *Manual de enseñanza archivística*. Em correspondência de 13 de maio de 1983, ao argentino, Vicenta Cortés encaminha texto sobre *La formación de archiveros: reflexiones sobre un programa básico*. Nesse texto, ela examina as disciplinas necessárias para a formação de arquivistas,

semiprofissional, esse curso tinha como público alvo o pessoal que trabalhasse em arquivos, particularmente estatais, ou que tivesse aspiração de neles trabalhar. Sua finalidade era propiciar um trabalho eficaz em todas as atividades regulares arquivísticas, além de uma compreensão profunda dos diferentes aspectos e problemas da profissão. Com uma duração de 65 dias, constituía-se das seguintes disciplinas: Introdução à Arquivologia, Gestão de arquivos administrativos, Técnicas de redação, Gestão de arquivos, História da Administração, Noções de Reprografia, Restauração e Difusão, e Línguas estrangeiras. Também com um viés prático, contemplava visitas em instituições arquivísticas. Na bibliografia recomendada, havia, inclusive, uma obra brasileira<sup>282</sup>.

Nos anos 1980, não é criado nenhum curso de graduação em Arquivologia no Brasil, mas, inserido no processo de redemocratização do País (Constituição Federal de 1988)<sup>283</sup>, há um movimento intenso (apesar de pouco divulgado) que culmina na promulgação da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991: a Lei de Arquivos<sup>284</sup>. Essa lei contempla grande parte das preocupações dos profissionais da área (brasileiros e estrangeiros que contribuíram com discussões, trabalhos e reflexões acerca da situação arquivística nacional). Como observamos na dissertação, não seria exagero afirmar que ela marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivologia no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos, ainda que o ambiente de C&T no Brasil passasse por um processo de colapso, naquele período (ROCHA, 1994).

Nos anos 1990 também são criados mais cinco Cursos de Arquivologia (UnB<sup>285</sup>, UEL, UFBA, UFRGS e UFES).

contemplando as necessidades dos arquivos em todas as suas fases e em relação à sua integração com as bibliotecas e centros de documentação. Propõe disciplinas que interrelacionam essas unidades de informação em quatro etapas: produção, recepção/conservação, descrição e serviços de comunicação. Ela analisa o trabalho de Esposel sobre a *Formação de arquivistas: estudo para a harmonização de currículos* (1984), no qual o brasileiro ressalta, dentre os seus objetivos, a necessidade de facilitar o trânsito de estudantes, favorecer a cooperação internacional entre os países latinoamericanos e difundir teorias e técnicas arquivísticas (ESPOSEL, 1994).

<sup>282</sup> Conforme *Fundo ALA, rolo 36-98, flash 1*; SOARES, Nilza Teixeira. Avaliação e seleção de documentos de arquivo: problemas e soluções. *Arquivo & Administração*, v. 3, n. 3, 1975.

<sup>283</sup> A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) defende questões relacionadas aos documentos de forma geral, como o direito ao acesso, a proteção da intimidade e a preservação da memória, que são citados em vários dos seus artigos (5º, XIV, XXXIII, XXXIV, LX, LXXII; 19; 23; 215; 216, IV; 216, § 1º, § 2º; 220). Embora essas questões não se restrinjam aos documentos de arquivo, elas os tangenciam direta ou indiretamente. Informações disponíveis em: <[https://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm](https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso 13 dez. 2006.

<sup>284</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm)>. Acesso em 10 nov. 2009.

<sup>285</sup> Esse curso deveria ter sido implantado em março de 1978 (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1977c), ou no segundo semestre do mesmo ano, no Departamento de Geografia e História (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978c) ou, ainda, no primeiro semestre de 1979, quando o curso fora oficializado (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 1978b). Entretanto, somente seria criado em 1990, depois de vários anos de negociação, conforme apresentamos na dissertação (MARQUES, 2007).

Nesse ínterim, é concebido o CONARQ, acomodando as antigas preocupações do SNA, como órgão colegiado vinculado ao AN, que se responsabiliza por definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o funcionamento do SINAR<sup>286</sup>. Dentre as contribuições desse órgão estão as publicações de várias obras de referência para a área no Brasil, além das suas traduções das normas de descrição arquivística editadas pelo ICA.

Mais recentemente, o cenário brasileiro da virada do século é marcado pelo impulso da Internet na comunidade científica e no setor privado, pela privatização das telecomunicações, pela implantação de base tecnológica avançada e pelo investimento em recursos humanos qualificados. Esses fatores favorecem o acesso aos meios de comunicação e convergem para a “Sociedade da Informação no Brasil”, cuja proposta é apresentada no Livro Verde: “ampliação do acesso, meios de conectividade, formação de recursos humanos, incentivo à pesquisa e desenvolvimento, comércio eletrônico, desenvolvimento de novas aplicações” (TAKAHASHI, 2000).

Nesse contexto, o Plano de Segurança Pública do Governo Federal reestrutura o Ministério da Justiça e há uma mudança no plano politicoinstitucional arquivístico: o AN passa a subordinar-se à Casa Civil da Presidência da República, em 2000.

Também assistimos, a partir daí, à expansão da graduação em Arquivologia, com a criação de mais sete cursos: na UNESP/Marília (2002); UEPB (2006); UFPB (2007); FURG, UFMG e UFAM (2008); e UFSC (2009). Temos notícias, ainda, da proposta de criação de mais um curso, na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em 2006, é concebida, pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA/Conarq), a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), como uma adaptação das normas internacionais à realidade brasileira.<sup>287</sup>

---

<sup>286</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em 10 nov. 2009.

<sup>287</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2010.

**Quadro 25: Avanços e marcos da institucionalização da Arquivologia como disciplina no Brasil por período (século XIX-XXI)**

<b>PERÍODO</b>	<b>CONTEXTO NACIONAL</b>	<b>AVANÇOS E MARCOS</b>
Século XIX	<ul style="list-style-type: none"><li>- Atividade científica precária, com desenvolvimento irregular, que se destacava somente em setores específicos;</li><li>- expedições de pesquisadores estrangeiros, com contribuições isoladas;</li><li>- intenso contato com a Europa, em especial com a França, de onde vêm as ideias de evolução, o positivismo e o materialismo filosófico e político.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Criação do Arquivo Nacional, como <i>Arquivo Público do Império</i> (1838);</li><li>- registro das preocupações do AN nos seus relatórios e regulamentos, quanto à necessidade de formação do pessoal de arquivo e de criação de cursos que propiciassem essa formação (1873; 1876; 1893);</li><li>- determinação do AN acerca da necessidade de formação em cursos específicos, como condição da ocupação dos seus cargos técnicos (1874, 1876).</li></ul>



PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	AVANÇOS E MARCOS
Século XX (primeira metade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Expansão da atividade científica com a criação e expansão da indústria e do comércio, que abre caminho para a revolução intelectual;</li> <li>- início da formação das tradições científicas em várias áreas do conhecimento;</li> <li>- início do desenvolvimento institucional e intelectual das Ciências Sociais no Brasil (1930), com a organização universitária e concessão de recursos estatais para a concepção de centros de debate e investigação fora do ensino superior;</li> <li>- frequentes traduções dos relatos dos viajantes nas produções editoriais;</li> <li>- hierarquia acadêmica de São Paulo conforme os moldes europeus, mais especificamente, franceses;</li> <li>- criação do CFE (1931);</li> <li>- criação da USP (1934) aos moldes franceses;</li> <li>- criação da Universidade do Brasil (1937), como uma tentativa de padronizar o ensino superior do País;</li> <li>- criação da Faculdade Nacional de Filosofia (1939), como modelo nacional;</li> <li>- conversão das atividades de investigação experimental para as associações de especialistas;</li> <li>- liderança do Ministério da Educação e Saúde Pública pelos mentores intelectuais e políticos (1930 a 1945);</li> <li>- racionalização administrativa na Era Vargas, com atuação do DASP;</li> <li>- participação do Brasil na II Guerra Mundial, com contatos com a Inglaterra e EUA e com a conscientização dos cientistas em torno da mobilização política;</li> <li>- criação de algumas instituições de pesquisa e ensino (voltadas para a elite);</li> <li>- criação da SBPC (1948);</li> <li>- destaque de algumas instituições pelos seus resultados práticos;</li> <li>- primeiras iniciativas quanto à criação do Conselho Nacional de Pesquisas (1949).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inquietações mais consistentes quanto ao desenvolvimento da Arquivologia no Brasil, por meio de documentos do AN que insistem na formação especializada dos seus funcionários, pela concepção de cursos (<i>Curso de Diplomática</i>, 1911; <i>Curso Técnico</i>, 1916; <i>Curso Técnico de Arquivos</i>, 1923; <i>Curso Técnico</i>, 1931), cuja frequência e certificado fossem condições para o preenchimento dos seus cargos (regulamento de 1916, projeto de 1926);</li> <li>- esforços pessoais são dispendidos a fim de suprir o aperfeiçoamento do pessoal técnico do AN, com o compartilhamento de experiências por profissionais que tinham viajado para o exterior;</li> <li>- solicitação de inclusão do curso de arquivo na Universidade do Rio de Janeiro (1930);</li> <li>- concepção da carreira de arquivista em alguns quadros da Administração Pública, mas não de forma escalonada (1936);</li> <li>- atuação do DASP, na gênese da documentação no Brasil;</li> <li>- desdobramento da carreira de arquivista com a reforma dos quadros ministeriais (1941);</li> <li>- início da cooperação arquivística internacional, com a vinda de um historiador norte-americano ao AN (1944);</li> <li>- primeiras participações de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais (destaque para o ICA).</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	AVANÇOS E MARCOS
Século XX (década 1950)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Democracia e desenvolvimento;</li> <li>- criação do CNPq e da CAPES (1951);</li> <li>- criação do IBBD (1954).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação da cooperação arquivística internacional, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (norte-americanos e franceses – com destaque para Henri Boullier de Branche);</li> <li>- início da participação de brasileiros no STIA;</li> <li>- participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais;</li> <li>- tradução de obras estrangeiras para o português (destaque para obra de Schellenberg);</li> <li>- mudanças na infraestrutura do AN, aos moldes norte-americanos e ingleses;</li> <li>- insistência do AN quanto à oferta de cursos de formação de pessoal especializado em arquivo, considerando que a instituição não contava com nenhum servidor com essa especialização;</li> <li>- início da oferta dos cursos avulsos, de Técnica de Arquivo, pelo AN, com a colaboração de Branche;</li> <li>- atuação pioneira da FGV na gestão de documentos;</li> <li>- diagnóstico do AN, dos arquivos e da Arquivologia, realizado por José Honório Rodrigues (1959).</li> </ul>
Século XX (década 1960)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação da FAPESP (1961);</li> <li>- período da Ditadura: autoritarismo e novos espaços para a Ciência, a tecnologia e a educação superior;</li> <li>- apoio do Governo à industrialização;</li> <li>- transformação do CNPq em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1964);</li> <li>- criação da FINEP (1967);</li> <li>- reforma universitária de 1968, com inovações à luz do modelo das universidades norte-americanas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação da cooperação arquivística internacional, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (norte-americanos – com destaque para Schellenberg – e franceses);</li> <li>- participação de brasileiros no STIA;</li> <li>- tradução de obras estrangeiras para o português (de Schellenberg, dos holandeses);</li> <li>- oferta dos cursos avulsos e início do CPA no AN (1960), com a colaboração de Branche;</li> <li>- recomendações do professor francês quanto à manutenção regular de cursos para a capacitação do pessoal de arquivo;</li> <li>- participação de brasileiros em cargos e comitês de instituições internacionais (especialmente no ICA e na <i>Asociación Venezolana de Archiveros</i>);</li> <li>- criação de uma comissão, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para estudar a situação dos arquivos brasileiros e as diretrizes adotadas em países estrangeiros (1961);</li> <li>- concepção do SNA e da ENA, a partir dos trabalhos dessa comissão, via anteprojeto de lei (1962);</li> <li>- encaminhamento, pelo AN ao Ministro de Estado da Justiça, de anteprojeto de decreto sobre o estabelecimento de uma política de recolhimento de documentos oriundos dos órgãos da Administração Direta e Autárquica, por aquela Instituição (1967);</li> <li>- instituição do SNA (1968).</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	AVANÇOS E MARCOS
Século XX (década 1970)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ditadura: autoritarismo e novos espaços para a Ciência, a tecnologia e a educação superior;</li> <li>- “milagre econômico”;</li> <li>- criação de uma moderna rede de pesquisa federal e estadual;</li> <li>- concepção do I e II PBDCT (1973 e 1976);</li> <li>- relativa autonomia tecnológica da política nacional de C&amp;T;</li> <li>- criação do SNICT no âmbito do CNPq (1975);</li> <li>- a política nacional de Ciência e Tecnologia (C&amp;T) da época é caracterizada pela “autonomia tecnológica relativa”, relacionada com o “projeto de Brasil potência”;</li> <li>- no entanto, há falhas quanto ao desenvolvimento econômico e social do País;</li> <li>- incentivo à preservação dos arquivos nacionais na Política Nacional de Cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Repercussões da atuação de Branche e Schellenberg nas décadas anteriores;</li> <li>- intensificação da cooperação arquivística internacional, com a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros (franceses, italianos, espanhóis, norteamericanos, mexicanos, argentinos, colombianos, alemães);</li> <li>- participação de brasileiros no STIA e em cargos e comitês de instituições internacionais (UNESCO, ICA e ALA);</li> <li>- filiação do AN ao ICA;</li> <li>- início da participação de brasileiros em cursos da Cursos da OEA, oferecidos em Madri e Córdoba;</li> <li>- aumento significativo dos inscritos no CPA e reforma do seu currículo;</li> <li>- preocupações quanto à transferência desse Curso para a Universidade, por meio de negociações e acordos entre várias instituições públicas;</li> <li>- criação da APHA e da AAB (1971);</li> <li>- realização do I CBA, com a recomendação de um currículo mínimo para os cursos de Arquivologia;</li> <li>- autorização da criação de cursos de Arquivologia em nível superior, pelo CFE;</li> <li>- participação de estrangeiros no CBA;</li> <li>- aprovação do Parecer que reconhece a Arquivologia como habilitação profissional no Ensino Médio (1972);</li> <li>- acordo entre a UFRJ e o AN, regulando o mandato universitário do CPA (1973);</li> <li>- convênio entre a UFF e o AN quanto à cooperação em Arquivologia e pesquisa histórica (1974);</li> <li>- estabelecimento da duração do Curso Superior de Arquivo e do seu currículo mínimo (1974);</li> <li>- iniciativas, mal sucedidas, de implantação de cursos de Arquivologia, em Brasília e Belo Horizonte;</li> <li>- encaminhamento presidencial, ao Congresso Nacional, da proposta do SINAR;</li> <li>- estudo de legislações internacionais para o embasamento da Lei de Arquivos;</li> <li>- intensificação das preocupações quanto à oferta de curso regular no âmbito universitário para a formação de arquivistas;</li> <li>- reconhecimento, pelo AN, da necessidade de intercâmbio entre especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive com o estudo das normas internacionais, para a melhoria da situação arquivística brasileira;</li> <li>- aprovação do currículo mínimo e da duração do curso superior de Arquivologia para o CPA (1975);</li> <li>- aprovação do quadro docente do CPA e dos cursos avulsos do AN (1976);</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	AVANÇOS E MARCOS
Século XX (década 1970)		<ul style="list-style-type: none"> <li>- transferência do CPA, como Curso de Arquivologia, para a Universidade (FEFIERJ, hoje UNIRIO), com a nomeação dos seus professores (1977);</li> <li>- manutenção dos cursos de curta duração no AN, como alternativas de complementação da formação profissional do pessoal de arquivo;</li> <li>- criação dos cursos de Arquivologia na UFSM (1976) e UFF (1978);</li> <li>- regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo (1978);</li> <li>- criação da CONAR (1978-1979) para efetivar o SNA, depois desdobrado no SINAR;</li> <li>- participação do Brasil na I Semana Internacional de Arquivo, com a realização de vários eventos no País;</li> <li>- início das pesquisas com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, no âmbito dos programas de pós-graduação.</li> </ul>
Século XX (década 1980)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diminuição na alocação de recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico;</li> <li>- degradação da rede de ensino universitário, dos laboratórios de pesquisa e dos salários do pessoal técnico;</li> <li>- redemocratização;</li> <li>- reconhecimento do dever do Estado na preservação de documentos e do direito do cidadão de acesso a informações (Constituição Federal de 1988).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação de brasileiros no STIA e em cargos e comitês de instituições internacionais (ICA e ALA);</li> <li>- participação de brasileiros em cursos da Cursos da OEA, oferecidos em Madri e Córdoba;</li> <li>- visitas de estrangeiros (com destaque para Duchein) no âmbito de consultorias e assistência técnica;</li> <li>- participação de estrangeiros no CBA;</li> <li>- viagens de funcionários do AN à Europa para aperfeiçoamento técnico;</li> <li>- implementação do Projeto de Modernização Institucional Administrativa do AN (1981);</li> <li>- publicação do anteprojeto de lei sobre arquivos públicos e privados;</li> <li>- repercussões internacionais dos avanços arquivísticos brasileiros (SINAR, cursos e infraestrutura do AN);</li> <li>- enfraquecimento da atuação da AAB como aglutinadora dos profissionais da área e suspensão da publicação da Revista Arquivo &amp; Administração;</li> <li>- institucionalização progressiva dos arquivos públicos;</li> <li>- criação do Curso de Organização de Arquivos do IEB, que congregaria profissionais com diversas formações em torno da especialização em Arquivologia;</li> <li>- produção de pesquisas com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, nos programas de pós-graduação.</li> </ul>

PERÍODO	CONTEXTO NACIONAL	AVANÇOS E MARCOS
Século XX (década 1990)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Colapso da C&amp;T no Brasil;</li> <li>- desdobramentos do processo de redemocratização, iniciado na década anterior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação de brasileiros no STIA;</li> <li>- participação de estrangeiros no CBA;</li> <li>- promulgação da Lei de Arquivos (8.159/1991);</li> <li>- concepção do CONARQ, acomodando as antigas preocupações do SNA no SINAR e se responsabilizando pela legislação e normalização arquivísticas;</li> <li>- criação dos cursos de Arquivologia na UnB (1990), UEL (1997), UFBA (1997), UFRGS (1999) e UFES (1999);</li> <li>- desenvolvimento progressivo de pesquisas com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, nos programas de pós-graduação.</li> </ul>
Século XXI	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Papel relevante das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento científico, em especial a Internet;</li> <li>- implantação de base tecnológica avançada;</li> <li>- investimento em recursos humanos qualificados;</li> <li>- delineamento da “Sociedade da Informação no Brasil”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Participação de brasileiros no STIA;</li> <li>- participação de estrangeiros no CBA;</li> <li>- vinculação do AN à Casa Civil da Presidência da República (2000);</li> <li>- criação dos cursos de Arquivologia na UNESP (2002), UEPB (2006), UFPB (2007), FURG (2008) e UFMG (2008), UFAM (2008) e UFSC (2009);</li> <li>- crescimento do número das pesquisas com temáticas relacionadas aos arquivos e à Arquivologia, nos programas de pós-graduação;</li> <li>- busca pela autonomia científica da Arquivologia, concomitante ao refinamento das suas parcerias com outras disciplinas;</li> <li>- busca de identidade profissional pelo arquivista, no âmbito da comunidade de profissionais, pesquisadores, professores e estudantes da área.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria, com base em Schwartzman (1979; 2001), Schwartzman, Bomeny e Costa (1984), Azevedo (1994), Fernandes (1990; 1994), Rocha (1994), Nunes (1994), Miceli (2001), Takahashi (2000), Marques (2007), Santos (2010), nos documentos pesquisados no Fundo Arquivo Nacional, anais e cadernos de resumos do CBA e números da Revista Arquivo & Administração.

A partir desse quadro, podemos perceber a relevância do AN na trajetória da Arquivologia brasileira, contemplando aspectos relacionados à formação do arquivista nos seus regulamentos, convidando estrangeiros para contribuírem com suas experiências internacionais, publicando e traduzindo obras de interesse da área e abrigando o CONARQ, órgão de estratégia política.

Apesar de seus esforços iniciarem no século XIX, é nos anos 1970 que se efetivam em ações que definiriam os rumos da Arquivologia no País, como pontua Carvalhêdo, “a década de 70 pode ser considerada um divisor de águas na área”, quando são “criadas instituições, lançados periódicos especializados e realizados eventos importantes para o fortalecimento da instituição arquivo público no Brasil” (2003, p. 53).

É relevante pontuar, portanto, que os avanços das práticas nos arquivos e da Arquivologia como disciplina científica no Brasil são perpassados pela tradução do pensamento arquivístico internacional, sobretudo pelos intercâmbios decorrentes das visitas dos estrangeiros e pela tradução de obras estrangeiras para o português. O Brasil também dá as suas contribuições para a Arquivologia internacional, promovendo e participando de eventos internacionais, integrando comitês de instituições estrangeiras e produzindo obras que, paulatinamente, passariam a ser reconhecidas por outros países (apêndice B).

#### 4.1 Obras arquivísticas no Brasil

Conforme nossa pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN, realizada em abril e maio de 2010, identificamos obras arquivísticas publicadas no exterior e no Brasil, de autores brasileiros e estrangeiros, além de traduções brasileiras. Os livros, livros técnicos e livros raros foram assim mapeados a partir das palavras-chave apresentadas na tabela 1:

**Tabela 1: Descritores utilizados na pesquisa das obras arquivísticas na biblioteca do AN**

DESCRITOR	FREQUÊNCIA	%
<i>arquivos</i>	1.397	66,46
<i>arquivo</i>	265	12,61
<i>arquivologia</i>	126	5,99
<i>arquivística</i>	125	5,95
<i>archivo</i>	75	3,57
<i>archivística</i>	44	2,09
<i>archives</i>	41	1,95
<i>archivistique</i>	12	0,57
<i>arquivístico</i>	11	0,52
<i>archivología</i>	4	0,19
<i>archiviste</i>	2	0,10

DESCRITOR	FREQUÊNCIA	%
<i>archival science</i>	0	0
<i>arquivista</i>	0	0
<i>archivero</i>	0	0
<i>archivólogo</i>	0	0
<b>TOTAL</b>	2.102	100

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do Arquivo Nacional.

Ao comparar as referências das obras identificadas nessa pesquisa com o quadro dos manuais arquivísticos (apêndice A), observamos que 48 desses manuais são encontrados no acervo da biblioteca do AN, utilizando-se esses e outros descritores (como nome do autor e título da obra). Pela sua relevância, incluímos esses manuais no universo da pesquisa.

A partir dessa busca e excluindo as repetições de resultados, chegamos a 1.515 referências bibliográficas arquivísticas, assim distribuídas: 1.001 publicações estrangeiras, 502 brasileiras, duas no País e no exterior e doze traduções.

Das 1.001 obras estrangeiras mapeadas, selecionamos 310 que são obras arquivísticas diversas. Do total inicial, excluimos: as obras de instituições arquivísticas (140)<sup>288</sup>, aquelas relativas a cursos de formação/aperfeiçoamento profissional (33)<sup>289</sup> e a eventos (22), diretriz internacional (1), instrumentos de pesquisa (352), legislações nacionais (18), normas internacionais (7), estudos RAMP (43), obras que dizem respeito à terminologia arquivística (12) e obras que, embora recuperadas como arquivísticas, voltam-se para a História (63). Essa exclusão deve-se às peculiaridades do nosso universo de pesquisa, que contempla os manuais da área, ou seja, as obras relacionadas às experiências práticas (manuais operacionais) e/ou aos avanços teóricos da Arquivologia (manuais científicos). Além disso, os quatro últimos tipos de obras são contemplados em outras partes da tese.

A maioria das 310 obras que nos interessam foi publicada nas décadas de 1970 e 1980 (décadas de grandes avanços da Arquivologia no mundo, sobretudo quanto à visão integrada dos arquivos – quadro 14), nos Estados Unidos, França, Espanha, Canadá, Reino Unido, Itália e México (tabelas 2 e 3). Com exceção deste último país, sabemos que os demais possuem tradições arquivísticas consolidadas e com grande repercussão no mundo por meio de manuais (apêndice A).

<sup>288</sup> Obras sobre a história dessas instituições e demais documentos internos (relatórios, projetos, reformas institucionais, legislação, eventos, notícias, diretrizes, estudos, diagnósticos, cooperação técnica e políticas).

<sup>289</sup> Como, por exemplo, programas e prospectos desses cursos.

**Tabela 2: Período de publicação das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN**

PERÍODO	FREQUÊNCIA	%
séc. XVIII	2	0,65
Séc. XIX	6	1,94
1910-1920	1	0,32
1921-1930	8	2,58
1931-1940	7	2,26
1941-1950	9	2,9
1951-1960	8	2,58
1961-1970	22	7,1
1971-1980	61	19,68
1981-1990	83	26,77
1991-2000	55	17,74
2001-2009	25	8,06
Data imprecisa	11	3,55
Sem data	12	3,87
<b>TOTAL</b>	<b>310</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.

**Tabela 3: Países de publicação das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN**

PAÍS DE PUBLICAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Estados Unidos	79	25,48
França	52	16,77
Espanha	35	11,29
Canadá	22	7,1
México	21	6,77
Reino Unido	21	6,77
Itália	20	6,45
Portugal	8	2,58
Bélgica	6	1,94
Argentina	5	1,61
Peru	5	1,61
Austrália	3	0,97
Colômbia	3	0,97
Equador	3	0,97
Rússia	3	0,97
Alemanha	2	0,65
Costa Rica	2	0,65
República Dominicana	2	0,65
Venezuela	2	0,65
Chile	1	0,32
China	1	0,32
Cuba	1	0,32
Holanda	1	0,32
Malásia	1	0,32
Polônia	1	0,32
Suíça	1	0,32
Publicações multinacionais (2 ou mais países)	3	0,97
País não identificado	6	1,94
<b>TOTAL</b>	<b>310</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.



Quanto aos autores recorrentes, observamos 32 nessa situação. Excluindo as instituições do Brasil ou do exterior, chegamos a 21 autores, cujas origens institucionais são: Estados Unidos (5) Inglaterra (5), Espanha (4), Canadá (3), França (1), Portugal (1), Argentina (1) e Equador (1). Embora nos surpreenda a baixa frequência de autores franceses (considerando o papel da França na trajetória da Arquivologia mundial), a presença de autores norte-americanos, ingleses, espanhóis e canadenses nos remete, respectivamente, aos avanços do pensamento arquivístico internacional quanto à gestão de documentos, ao papel do arquivista e dos arquivos nas instituições, aos estudos de tipologia documental e à integração dos arquivos administrativos e históricos.

**Tabela 4: Autores recorrentes das obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN**

AUTORES RECORRENTES NAS OBRAS INTERNACIONAIS	FREQUÊNCIA	%
DIRECCION DES ARCHIVES DE FRANCE	11	10,48
NARS (Estados Unidos)	9	8,57
PUBLIC ARCHIVES CANADA	8	7,72
ICA	6	5,61
ARCHIVO GENERAL DE LA NACION (México)	5	4,76
ALBERCH I FUGUERAS, Ramón	4	3,81
COOK, Michael	4	3,81
CORTÉS ALONSO, Vicenta	4	3,81
DUCHEIN, Michel	4	3,81
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	4	3,81
ARCHIVI DI STATO (Itália)	3	2,86
EVANS, Frank B.	3	2,86
ARCHIVAL RESEARCH AND EVOLUTION STAFF	2	1,9
ARCHIVES PUBLIQUES DU CANADÁ	2	1,9
BUCHANAN, Sally A.	2	1,9
CAIN, Piers	2	1,9
ESTADOS UNIDOS. War Department	2	1,9
GOMEZ CANEDO, Lino	2	1,9
HILL, Roscoe R.	2	1,9
JENKINSON, Hilary	2	1,9
LANGE, Jane W.	2	1,9
MILLAR, Laura	2	1,9
NARA [Estados Unidos]	2	1,9
PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen	2	1,9
ROBERGE, Michel	2	1,9
ROPER, Michael	2	1,9
ROUSSEAU, Jean Yves	2	1,9
COUTURE, Carol	2	1,9
RIBEIRO, Fernanda	2	1,9
TANODI, Aurélio	2	1,9
THE ROYAL COMMISSION ON HISTORICAL MANUSCRIPTS (Inglaterra)	2	1,9
VASCO DE ESCUDERO, Grecia	2	1,9
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.

Constatamos que 32 das 310 obras arquivísticas estrangeiras foram reeditadas, reimpressas ou traduzidas. Quanto às traduções brasileiras, identificamos as seguintes obras:

**Quadro 26: Traduções brasileiras de obras arquivísticas estrangeiras identificadas na biblioteca do AN**

AUTOR	OBRA	ANO DA TRADUÇÃO
WHITE, Eric Watson	Arquivar e achar	1941
SCHELLENBERG, T. R.	Manual de Arquivos*	1959
SCHELLENBERG, T. R.	A avaliação dos documentos públicos modernos*	1959
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	Manual de arranjo e descrição de arquivos	1960
SCHELLENBERG, T. R.	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*	1963
SABBE, Etienne	Os Arquivos de Estado*	1963
JAMESON, Samuel Haig	Administração de arquivos e documentação	1964
VALETTE, Jean Jacques	O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento	1973
SCHELLENBERG, T. R.	Arquivos Modernos: princípios e técnicas	1973
DUBOSCQ, Guy	Organização do pré-arquivo	1974
[CANADÁ]	Arquivos correntes: organização e funcionamento	1975
CLAYBROOK, Billy G.	Técnicas de gerenciamento de arquivos	1987

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.

\* São publicações técnicas do AN, a exemplo das obras apresentadas no próximo quadro.

Além dessas traduções, mapeadas no catálogo *online* da biblioteca do AN conforme os filtros utilizados, em nossa pesquisa documental no Fundo Arquivo Nacional verificamos que essa instituição traduziu outras obras arquivísticas para o português, como “publicações técnicas” (quadro 27).

**Quadro 27: Traduções brasileiras de obras arquivísticas estrangeiras como Publicações Técnicas do AN (1959-1970)**

AUTOR	OBRA	ANO DA TRADUÇÃO
GROWER, Wagner O.	O preparo de inventários preliminares	1959
SCHELLENBERG, T. R.	Princípios de arranjo	1959
LECRON, Jacques; MADY, Jacqueline	A seleção dos arquivos e a transferência dos documentos	1959
POSNER, Ernest	Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa	1959
DUCHEIN, Michel	A colaboração entre os serviços administrativos e os arquivos	1959
HOLMES, Olivier W.; GILLE, Bertrand	A significação dos arquivos econômicos	1959
MARQUANT, R.	Os arquivos e as modernas pesquisas econômicas e sociais	1960
BAHMER, Robert H.; POSNER, Ernest	Os arquivos nacionais dos Estados Unidos	1960
FILANGIERE, Riccardo	Os arquivos privados	1960
SCHELLENBERG, T. R.	O preparo de listas de maços de documentos	1960
SCHELLENBERG, T. R.	Os problemas arquivísticos do Governo Brasileiro	1960
BAUTIER, R. H.; MADY, J.	Os arquivos e os documentos públicos modernos	1960
SAINT BALNQUAT, Odon de	O problema das transferências nos arquivos das grandes cidades	1960
LAND, Robert H.	O catálogo coletivo nacional das coleções de manuscritos	1960
BRANCHE, Henry Boullier de	Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil	1960
CHERNIER, Henri	As transferências dos documentos das prefeituras para os arquivos departamentais	1960
JENKINSON, Hilary	O arquivista inglês: uma nova profissão	1960
GARRISON, Curtis W.; ARBAUCH, Dorothy	Coleção de manuscritos: documentos de arquivos e filmes	1960; 1969

AUTOR	OBRA	ANO DA TRADUÇÃO
PECKHAM, Howard H.; WILLY, Bell Irvin	O registro nacional de manuscritos	1960; 1969
CHURCH, Randolph W.	Os arquivos públicos e as bibliotecas	1969
MUDEN, Ken	Regras de catalogação da Divisão de Documentos Departamentais	1969
FAVREAU, Robert; VERHOEVEN, F. R. J.	Arquivos na França e na Malásia	1970

Fonte: elaboração própria, com base em documentos do Fundo Arquivo Nacional<sup>290</sup> e pesquisa no catálogo *online* da biblioteca dessa instituição.

Num mapeamento de publicações técnicas do Arquivo Nacional, de 1959 a 1986, Fonseca (1988) identificou 45 publicações: destas, quinze eram brasileiras e, mais da metade, francesas ou norteamericanas. Quanto às publicações brasileiras, o Brasil as expediu para a Europa, América do Norte, América do Sul e América Central (ARQUIVO NACIONAL, 1972c), o que ratifica a sua importância.

Em relação às obras de brasileiros publicadas em outros países, temos uma obra de autor brasileiro<sup>291</sup> e duas obras publicadas simultaneamente no Brasil e em outros países<sup>292</sup>.

Das obras arquivísticas nacionais, identificamos 501 na biblioteca do AN, das quais excluímos: as obras de instituições arquivísticas (90), aquelas relativas a ensino (2) e a eventos (2), instrumentos de pesquisa (239), legislação (2), norma (1), obras diversas sobre história e arquivo (84) e obras sobre terminologia arquivística (5). Restaram, portanto, 77 obras arquivísticas diversas (apêndice B), publicadas predominantemente nos últimos anos.

**Tabela 5: Período de publicação das obras arquivísticas nacionais identificadas na biblioteca do AN**

PERÍODO	FREQUÊNCIA	%
Déc. 1940	1	1,3
Déc. 1950	1	1,3
Déc. 1960	1	1,3
Déc. 1970	10	12,99
Déc. 1980	18	23,38
Déc. 1990	21	27,27
2000-2009	22	28,57
Data imprecisa	1	1,3
Sem data	2	2,6
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.

<sup>290</sup> Documentos identificados como estoque das publicações do Arquivo Nacional e lista das publicações técnicas [196-].

<sup>291</sup> JARDIM, José Maria. *Diagnóstico de los servicios arquivísticos de las Republicas de Guatemala, Colombia y Venezuela*. México: CIA; ALA; IPGH, 1987.

<sup>292</sup> 1) REIS, Gilson Sérgio Matos. *Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Secretaria do Conselho Ultramarino*. Rio de Janeiro; Lisboa: Nórdica; Real Gabinete Português de Leitura; Fundação Calouste Gulbenkian, 2002; 2) FREITAS, Maria José Rabelo de (Coord.); NAGEL, Rolf (Ed.). *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira*. Bonn: Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional; Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

Constatamos que quinze autores dessas obras são recorrentes, dos quais quatro são instituições ou órgãos nacionais. Excluindo essas autorias institucionais, podemos observar que cinco dos onze autores restantes são orientadores de dissertações e/ou teses arquivísticas: Bellotto (7)<sup>293</sup>, Lopes (4), Esposel (3), Jardim (4) e Camargo (8).

**Tabela 6: Autores recorrentes das obras arquivísticas nacionais identificadas na biblioteca do AN**

AUTORES	FREQUÊNCIA	%
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	3	8,82
CASTRO, Astréa de Moraes e	3	8,82
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (DF)	3	8,82
LOPES, Luís Carlos	3	8,82
ALMEIDA, Luíz Fernando Duarte de	2	5,88
ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO	2	5,88
ARQUIVO NACIONAL	2	5,88
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS	2	5,88
ESPOSEL, José Pedro Pinto	2	5,88
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	2	5,88
JARDIM, José Maria	2	5,88
LOPEZ, André Porto Ancona	2	5,88
MACHADO, Helena Correa	2	5,88
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	2	5,88
SILVA, Jaime Antunes da	2	5,88
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, conforme pesquisa no catálogo *online* da biblioteca do AN.

Das 77 obras nacionais identificadas, doze foram reeditadas.

A análise do mapeamento feito na biblioteca do AN nos remete a uma amostra significativa da produção arquivística mundial e brasileira. Embora o número de traduções seja relativamente pequeno, há que se considerar a qualidade e a repercussão dessas obras, como possibilidades de reinscrição do discurso arquivístico, como veremos no próximo capítulo. As reedições e reimpressões refletem essa repercussão.

Verificamos, nos dois contextos, o progressivo aumento dessas publicações, concentradas nos últimos anos, com a atuação de autores pessoais e institucionais, o que nos lembra o importante papel das instituições arquivísticas, conselhos e associações nos avanços da área. Quanto aos autores estrangeiros, observamos as contribuições de vários que aqui estiveram nos visitando (Cortés Alonso, Duchein, Schellenberg, Hill, Ribeiro e Tanodi) a partir do final da década de 1950.

A produção nacional de obras arquivísticas, por sua vez, também já alcança um número significativo, qualitativamente representada por autores que têm repercussão internacional, como podemos constatar na tradução de uma obra brasileira publicada no México. No início dos anos 1980, de um total de 47 publicações periódicas da América

<sup>293</sup> Os números entre parênteses dizem respeito às dissertações e teses orientadas por esses autores, conforme apêndice C.

Latina, no domínio dos arquivos, dezenove eram editadas no Brasil (ARQUIVO NACIONAL, 1982d).

## 5 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL: AVANÇOS NACIONAIS E REPERCUSSÕES DO PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO INTERNACIONAL

*De todos os campos especializados, o campo científico é, sem dúvida, aquele que é menos fechado nas fronteiras nacionais e onde o peso relativo dos “nacionais” é menor: o grau de internacionalização, que podemos medir por diferentes indicadores, como a língua utilizada, os lugares de publicação, nacionais ou exteriores, etc., é um dos bons índices do grau de autonomia. (BOURDIEU, 2001, p. 149, tradução nossa)*

Este capítulo busca identificar as principais tendências históricas do pensamento arquivístico internacional que perpassam a produção científica relacionada à Arquivologia no Brasil. Para isso, mapeia as referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em vários Programas de Pós-graduação brasileiros, conforme os resultados da dissertação (MARQUES, 2007), aqui atualizados e apresentados no apêndice C.

Como assinalamos na metodologia, esse mapeamento partiu de um pré-teste que contemplou a análise de 23 trabalhos apresentados no ENANCIB (2003-2008), conforme apêndice F. No universo das 263 referências<sup>294</sup>, os resultados apontam para a predominância de obras publicadas em português (tabela 7). Todavia, observamos que houve uma concentração de obras publicadas em inglês no V ENANCIB, que pode ser justificada por um artigo que apresentou a revisão de literatura, em língua inglesa e francesa de 1960 até 2000, destacando os aspectos relativos às funções exercidas e a serem exercidas pelo arquivista, bem como os conteúdos curriculares de sua formação<sup>295</sup>. Somente essa comunicação teve 82 referências bibliográficas.

Comparando os autores e obras citadas entre os eventos, há repetição e os mais citados são brasileiros (dez), seguidos dos estrangeiros (nove), com predominância dos autores canadenses. Nos dois casos, alguns estudiosos se destacam como autores ou coautores: dentre os nacionais, José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca, Heloísa Liberalli Bellotto e Georgete Medleg Rodrigues; dentre os estrangeiros, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, Luciana Duranti e Armando Malheiro da Silva.

<sup>294</sup> Não consideramos as referências bibliográficas que não fossem arquivísticas, apesar de se tratarem de obras de outras áreas que, evidentemente, serviram para complementar ou até mesmo para embasar as reflexões dos autores.

<sup>295</sup> SOUSA, Marcos Aurélio Lopes de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais.

**Tabela 7: Idioma das comunicações orais/pôsteres com temáticas relacionadas à Arquivologia, apresentadas no ENANCIB (2003 – 2008)**

ENANCIB	TOTAL DE REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS	IDIOMA DE PUBLICAÇÃO				
		Português	Português (tradução)	Inglês	Francês	Espanhol
V	101	22	1	70	8	-
VI	38	20	3	7	1	7
VII	30	22	2	3	1	2
VIII	18	12	1	4	1	-
IX	76	48	2	15	5	6
<b>TOTAL</b>	263	124	9	99	16	15

Fonte: Elaboração própria, com base nos anais do ENANCIB (2003-2008).

Ao observar os temas dos ENANCIB's (2003-2008), podemos compreender, por sua amplitude e caráter extradisciplinar, a possibilidade de se submeter comunicações com temas arquivísticos nesses eventos. A distribuição das comunicações com temáticas relacionadas à área, em diversos grupos de trabalho, ratifica essa proximidade entre as duas disciplinas: eixos comuns relacionados à epistemologia; à organização e representação do conhecimento; à mediação, circulação e uso da informação; à gestão de unidades de informação; à informação social e ação cultural; à comunicação e produção científica e, até, à política, ética e economia da informação. Essas questões perpassam os propósitos da CI e da Arquivologia, migrando entre suas fronteiras e reforçam as estreitas relações entre elas, constatadas na dissertação (MARQUES, 2007).

Observamos que o ENANCIB que mais contemplou comunicações com temáticas arquivísticas foi o de 2008, com oito trabalhos. Isso parece indicar que, embora timidamente, a Arquivologia vem conquistando espaço nesse evento. Entre o quinto e o sétimo ENANCIB's (2003-2006) foi apresentada uma média de quatro comunicações com essas temáticas em cada evento. A versão do ENANCIB que teve menos trabalhos arquivísticos foi a oitava (2007), o que talvez possa ser explicado pelo tema do Encontro – *Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação* –, aparentemente ainda não muito confortável para a Arquivologia brasileira. Parece-nos que há pouca pesquisa arquivística inserida internacionalmente na CI, o que até corrobora a relevância do desenvolvimento de uma pesquisa aprofundada com esse tema, objeto desta tese.

Pareceu-nos que a ocorrência dos autores brasileiros (inclusive quando simultaneamente referenciados em um mesmo evento) deve-se, sobretudo, ao reconhecimento da relevância dessas obras para a Arquivologia brasileira e à comodidade da leitura em português, considerando que nem todos os pesquisadores têm acesso a outros idiomas. Essa recorrência nos remete a uma produção científica relacionada à Arquivologia ainda concentrada em poucos autores, embora, saibamos, intensa. Além disso, as coautorias também

indicam o desenvolvimento de pesquisas entre orientandos e orientadores, caminho natural no mundo científico.

Na tabela 7, constatamos, nas referências bibliográficas estrangeiras, uma predominância de obras em inglês. Sobressaem os autores canadenses, com obras em francês, inglês, traduções para o português e até em espanhol. O cruzamento dessas informações nos leva a pensar na língua de publicação, o inglês, que provavelmente prevalece devido à sua predominância mundial e na repercussão do pensamento canadense, influenciado pelas vertentes francesa e norteamericana, em outras línguas além do francês do Quebec.

A grande ocorrência dos autores canadenses nas referências bibliográficas das comunicações apresentadas no ENANCIB parece demonstrar, nessa pequena amostra, que os pesquisadores brasileiros acompanham, mesmo que um pouco atrasados, a evolução das tendências históricas internacionais. Observamos, ao longo do tempo, a corrente arquivística europeia (marcada pelo historicismo) dar lugar à corrente norteamericana (mais próxima da gestão da informação) e, mais recentemente, essas duas correntes compartilharem suas preocupações com o pensamento canadense, que propõe uma “Arquivística integrada”, não distinguindo a vertente administrativa e histórica dos arquivos. A proposta canadense parece, portanto, abrigar as reflexões teóricas atuais da Arquivologia brasileira e que não são apenas administrativas ou históricas, mas indistintamente integradas, preocupando-se com todo o ciclo documental, da produção à organização e acesso ou, na terminologia própria da CI, à transferência da informação.

Pontuamos que se trata, em linhas gerais, de um acompanhamento tardio do pensamento arquivístico internacional, porque não identificamos autores australianos no nosso mapeamento<sup>296</sup>. Sabemos que a Austrália tem, ultimamente, avançado e contribuído para o desenvolvimento da teoria arquivística, sobretudo em relação aos desafios decorrentes da descontextualização da informação trazida pelos registros eletrônicos. A ausência desses autores no universo pesquisado pode indicar algumas lacunas teóricas na Arquivologia brasileira. As obras desses autores não estariam sendo traduzidas para o português no Brasil? E/ou não estariam sendo apropriadas pelos profissionais e pesquisadores brasileiros?

Podemos retomar, ainda, os resultados da dissertação quanto à interação dos aspectos disciplinares e extradisciplinares na formação e configuração da disciplina no País: ela parece

---

<sup>296</sup> Embora alguns estudiosos no Brasil já trabalhem com questões aprofundadas pelos australianos, como é o caso de Rondinelli (2004), que desenvolveu uma dissertação sobre o Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos, título do seu livro e o CONARQ tenha se apoiado numa norma australiana para apresentar o seu Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Informações disponíveis em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf>>. Acesso em 31 jan. 2011.



tecer sua trajetória acadêmica ao buscar acompanhar os avanços internacionais da área, atualizando, ainda que vagarosamente, suas leituras e até mesmo traduzindo obras estrangeiras para o português (conforme quadros 26, 27 e tabela 7), buscando sincronizar-se aos movimentos de outras disciplinas que lhe são próximas, sobretudo àqueles da CI, num “olhar extradisciplinar” (MORIN, 2005). E nesse sentido, eventos comuns às duas áreas, como o ENANCIB, são essenciais como espaços de interlocução.

Diante dessas constatações e reflexões, o pré-teste foi satisfatório e antecipou as dificuldades da análise das referências das 101 dissertações e teses com temáticas arquivísticas, sobretudo em relação à origem institucional dos autores. Por outro lado, ratificou a especulação que tínhamos sobre a repercussão do pensamento arquivístico canadense no Brasil.

### **5.1 Dissertações e teses com temáticas arquivísticas no Brasil: presença de autores estrangeiros**

O universo da nossa análise abrange 101 pesquisas arquivísticas (86 dissertações e quinze teses), conforme apêndice C, nas quais identificamos 10.266 referências bibliográficas. Dessas, analisamos 4.216 (41,06 % do total), relativas às referências de obras arquivísticas ou com temáticas de interesse direto da área<sup>297</sup>, verificando: os autores e suas origens institucionais; os países, períodos e idiomas de publicação das obras (tabela 8).

---

<sup>297</sup> Distinguindo-as das referências não arquivísticas, das fontes primárias e das entrevistas. As fontes primárias e entrevistas, na maioria dos casos, documentos estavam incluídas nas referências bibliográficas gerais, o que corrobora a afirmação de Vanz e Caregnato (2008) de que nem sempre o mestrando ou doutorando diferencia os documentos que são fonte de pesquisa e material empírico.

Tabela 8: Referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas (1972-2006)

Universidade	Programa de pós-graduação	Quantidade de dissertações e teses arquivísticas		Referências arquivísticas	Referências não arquivísticas	Fontes primárias	Entrevistas	Total de referências
		Dissertação	Tese					
UNIRIO	Memória Social	6	0	212	274	8	2	496
	Música	1	0	12	30	0	0	42
	Educação	1	0	28	25	1	0	54
UFF	Ciência da Informação*	2	2	240	229	0	0	469
	Comunicação, imagem e informação	2	1	121	66	0	0	187
	História	1	0	9	78	0	0	87
UFMS	Engenharia de Produção	2	0	39	67	0	0	106
	Educação	1	0	3	61	3	0	67
UnB	Ciência da Informação	13	0	568	443	20	8	1039
UFBA	Letras e Linguística	0	1	130	138	0	0	268
	Educação	0	1	23	72	0	1	96
UNESP	Ciência da Informação	4	0	194	332	0	0	526
UFPB	Ciência da Informação	1	0	32	80	0	0	112
UFMG	Ciências da Informação	9	2	523	722	8	1	1.254
	Artes Visuais	1	0	1	79	0	2	82
UFSC	Administração	3	0	87	24	0	0	111
	Ciência da Informação	10	1	458	712	62	6	1238
UFRJ	Arquitetura	1	0	21	31	0	0	52
	Comunicação	1	0	33	17	0	1	51
	Educação	0	1	60	89	0	0	149
	História	0	1	12	109	0	0	121
USP	Ciência da Informação*	1	0	73	9	0	0	82
	História Social	11	4	747	1415	42	13	2217
	Ciência Social (Antropologia Social)	1	0	16	71	0	0	87
	Ciências da Comunicação	3	0	89	133	0	0	222
PUCAMP	Educação	2	1	116	105	0	0	221
	Ciência da Informação	5	0	280	257	0	0	537
CEFET	Tecnologia	1	0	27	31	0	0	58
PUC / SP	Administração	1	0	27	99	0	0	126
Universidade Severino Sombra	História	1	0	20	52	0	0	72
UERJ	Letras	1	0	15	22	0	0	37
<b>TOTAL</b>		<b>86</b>	<b>15</b>	<b>4.216</b>	<b>5.872</b>	<b>144</b>	<b>34</b>	<b>4.266</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

\* Em convênio com o IBICT.

Podemos observar que há uma média de 42,74 referências arquivísticas por dissertação/tese e uma concentração das referências bibliográficas totais e arquivísticas nos programas de pós-graduação de Ciência da Informação e História: USP/História Social (17,71%), UnB/CI (13,47%), UFMG/CI (12,4%) e IBICT-UFRJ/CI (10,86%). Até porque esses programas abrigam grande parte das dissertações e teses em análise.

Quanto aos autores das 4.216 referências arquivísticas, identificamos 4.679 autores e coautores. Desses, 482 são recorrentes: 262 estrangeiros e 220, brasileiros. A exemplo de Vanz e Caregnato (2008), centramo-nos nas trinta maiores frequências de citação, que correspondem a 35 autores: vinte brasileiros e quinze, estrangeiros (apêndice G).

Esses 35 autores relacionam-se a 2.100 referências, ou seja, 49,81% das referências arquivísticas em análise. Estão concentrados na USP/História Social (16,81%), UnB/CI (13%), UFMG/CI (11%) e UFRJ-IBICT/CI (9,38%), onde encontra-se grande parte das referências arquivísticas (tabela 8). Também podemos observar nessa tabela que os dois autores mais citados são brasileiros, o que nos dá indícios da qualidade da produção arquivística nacional.

Temos trinta autorias pessoais (dezesseis brasileiras e quatorze estrangeiras) e cinco institucionais (quatro nacionais e um internacional), o que, como vimos nas autorias das obras arquivísticas da biblioteca do AN, reforça o papel das instituições arquivísticas, conselhos e associações profissionais no desenvolvimento da área, bem representadas pelo AN, ICA e AAB, respectivamente. As autorias que dizem respeito a países/estados, por sua vez nos remetem às referências à legislação arquivística.

Em relação aos autores estrangeiros mais referenciados (os 35 em análise), segundo suas origens institucionais, temos: canadenses (4), franceses (3), norteamericanos (2), espanhóis (2), inglês (1), italiano (1), português (1) e argentino (1).

A maioria dessas referências arquivísticas foi publicada no Brasil (60,89%), na década de 1990 (43,28%)<sup>298</sup>, conforme apresentado nas tabelas 9 e 10.

Acerca do idioma de publicação de todas as referências arquivísticas mapeadas, podemos verificar que a maioria diz respeito a obras publicadas em português (54,93% originais e 9,63 % traduções para essa língua) (tabela 11).

---

<sup>298</sup> Algumas dessas obras foram publicadas em mais de um país e, algumas, em anos diferentes.

**Tabela 9: Países de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)**

<b>País de publicação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Brasil	2572	60,89
França	337	7,98
Espanha	293	6,94
EUA	216	5,11
Canadá	169	4,00
Portugal	142	3,36
Itália	84	1,99
Inglaterra	81	1,92
Austrália	47	1,11
Argentina	46	1,09
Peru	31	0,73
México	24	0,57
Suécia	14	0,33
Alemanha	11	0,26
Holanda	10	0,24
Colômbia	9	0,21
Bélgica	9	0,21
Moçambique	6	0,14
Mais de um país	4	0,09
China	4	0,09
Chile	4	0,09
Hungria	4	0,09
Inglaterra/EUA	3	0,07
Uruguai	3	0,07
Alemanha/EUA/ Inglaterra/França	2	0,05
Áustria	2	0,05
Paraguai	2	0,05
Escócia	1	0,02
Eslovênia	1	0,02
Brasil/Alemanha	1	0,02
Brasil/Portugal	1	0,02
Costa Rica	1	0,02
EUA/França	1	0,02
Grécia	1	0,02
Israel	1	0,02
Roma	1	0,02
Vaticano	1	0,02
Não identificados	85	2,01
<b>TOTAL</b>	<b>4224</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

**Tabela 10: Período de publicação das referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área (1972-2006)**

<b>Período de publicação</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
séc. XIX	6	0,14
1900-1909	1	0,02
1910-1920	4	0,09
1921-1930	10	0,24
1931-1940	8	0,19
1941-1950	11	0,26
1951-1960	70	1,65
1961-1970	148	3,49
1971-1980	474	11,18
1981-1990	1173	27,68
1991-2000	1834	43,28
2001-2009	380	8,97
data imprecisa	4	0,09
não publicado	2	0,05
sem data	113	2,67
<b>TOTAL</b>	<b>4238</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Tabela 11: Idiomas de publicação das referências arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área, por Programa de Pós-graduação (1972-2006)

Universidade	Português	Tradução português	Espanhol	Inglês	Francês	Italiano	Frequência	%
UFF-IBICT CI	124	10	18	65	23	0	240	5,69
UFMG CI	260	64	43	136	17	3	523	12,41
UFRJ-IBICT CI	199	39	63	108	46	3	458	10,86
UNB CI	336	65	30	82	49	5	567	13,45
UNESP CI	90	21	42	19	13	9	194	4,60
USP CI	18	7	24	20	1	3	73	1,73
CEFET TECNOLOGIA	24	2	0	1	1	0	28	0,66
PUC São Paulo Administração	22	5	0	0	0	0	27	0,64
PUCAMP	186	30	16	14	31	3	280	6,64
Severino Sombra-História	17	1	2	0	0		20	0,47
UERJ Letras	5	4	2	0	4	0	15	0,36
UFBA educação	18	1	1	0	3	0	23	0,55
UFBA Letras	71	15	18	14	10	2	130	3,08
UFF Comunicação	62	23	7	11	18	0	121	2,87
UFF História	9	0	0	0	0	0	9	0,21
UFMG Artes Visuais	0	1	0	0	0	0	1	0,02
UFPB	25	3	3	0	1	0	32	0,76
UFRJ Arquitetura	5	2	4	5	4	1	21	0,50
UFRJ Comunicação	27	5	0	1	0	0	33	0,78
UFRJ Educação	29	4	4	15	7	0	59	1,40
UFRJ História	6	2	0	0	4	0	12	0,28
UFSC	71	3	10	0	3	0	87	2,06
UFSC - Engenharia de produção	34	5	0	0	1	0	40	0,95
UFSC educação	3	0	0	0	0	0	3	0,07
Unirio Educação	26	2	0	0	0	0	28	0,66
Unirio Memória social	130	18	37	13	13	1	212	5,03
Unirio Música	10	1	1	0	0	0	12	0,28
USP Antropologia	1	0	2	2	1	10	16	0,38
USP Ciências da Comunicação	44	10	16	12	7	0	89	2,11
USP educação	65	10	27	4	7	3	116	2,75
USP Social	399	53	132	53	76	34	747	17,72
<b>TOTAL</b>	<b>2316</b>	<b>406</b>	<b>502</b>	<b>575</b>	<b>340</b>	<b>77</b>	<b>4216</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

Das 4.216 obras arquivísticas ou de interesse direto da área, 569 são recorrentes no universo analisado (13,49%). As trinta maiores frequências dizem respeito a trinta obras: dezesseis brasileiras, cinco canadenses, três norteamericanas, uma espanhola, uma francesa, uma holandesa, uma inglesa, uma italiana e uma portuguesa (apêndice H). Vinte autores/coautores dessas obras coincidem com as trinta maiores ocorrências de autorias já analisadas. Nesse recorte, os autores que mais têm obras referenciadas são: JARDIM, José Maria (3); COUTURE, Carol (3), DURANTI, Luciana (2), LOPES, Luís Carlos (2) e SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt (2). Ou seja, temos dois brasileiros, dois canadenses e um norteamericano.

Nas trinta obras mais referenciadas, identificamos a predominância do português (dezesseis brasileiras e uma portuguesa) e da tradução para essa língua (seis brasileiras e duas portuguesas). Depois vem o inglês (2), o espanhol (1) e o francês (1). Observamos que algumas dessas obras também foram utilizadas em dois idiomas: inglês / espanhol (1), italiano / espanhol (1), português (tradução) / francês (2) e português (tradução) / inglês (2).

A análise das referências arquivísticas das dissertações e teses com temas na área ou de seu interesse direto nos remete a uma amostra significativa de obras brasileiras e estrangeiras, que ultrapassam os estudos da graduação e são utilizadas em pesquisas de pós-graduação. A partir do quadro 28, verificamos que:

- os programas de Ciência da Informação reúnem o maior número de referências arquivísticas, até porque têm abrigado grande parte da produção das pesquisas sobre Arquivologia e arquivos no Brasil;
- com exceção do Programa de Ciências Sociais (Antropologia da USP), que tem a maioria das referências arquivísticas publicadas na Itália, todos os outros programas o têm no Brasil. Estas informações relacionam-se à predominância do português em todos os programas (menos naquele de Antropologia, no qual prevalece o italiano). Embora quantitativamente pequeno, o percentual de traduções aparece como um indicador qualitativamente considerável da relevância dos autores e obras estrangeiros na formação da Arquivologia no País, mediante a permeabilidade dos seus discursos;
- também com exceção daquele Programa, todos os outros têm a maioria das referências publicadas a partir dos anos 1970, em especial a partir da década de 1990. De fato, aqueles anos são marcantes na trajetória da Arquivologia brasileira, quanto à sua institucionalização na Universidade, o associativismo, a criação de periódico da área, a regulamentação da profissão, e, posteriormente, a promulgação da Lei de Arquivos e a consolidação do SINAR;

- a análise das trinta obras e dos trinta autores mais frequentes nos aponta a predominância de brasileiros (com exceção do Programa de Letras da UERJ, de Arquitetura da UFRJ e de Música da UNIRIO, onde prevalecem autores franceses; de Letras da UERJ, no qual obras norteamericanas têm a mesma frequência daquelas brasileiras; e de Arquitetura da UFRJ, onde obra holandesa tem destaque ao lado de brasileira).

Esse quadro coincide, na maioria dos aspectos verificados, à análise das obras da biblioteca do AN (capítulo anterior). Muitas dessas obras são, inclusive, referenciadas nas dissertações e teses estudadas. Em ambos os casos, temos, portanto, o panorama do delineamento da produção arquivística brasileira, com obras de reconhecida qualidade e aprofundamento teórico e com autores atuantes na configuração científica da disciplina. A circulação dessas obras em programas de pós-graduação corroboram a sua relevância para a pesquisa, imprescindível para os avanços da área.

**Quadro 28: Indicadores predominantes nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas na área por programa de pós-graduação (1972-2006)**

Universidade / Programa	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação %	Período de publicação %	Idioma de publicação %		Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UFF-IBICT CI	60	Brasil (53%)	1991-2000 (47%)	Português (52%)	Tradução (4%)	Brasileiros (14)	Brasileiras (9)
UFMG CI	48	Brasil (59%)	1991-2000 (42%)	Português (50%)	Tradução (12%)	Brasileiros (19)	Brasileiras (14)
UFRJ-IBICT CI	42	Brasil (49%)	1991-2000 (41%)	Português (43%)	Tradução (9%)	Brasileiros (18)	Brasileiras (10)
UNB CI	44	Brasil (70%)	1991-2000 (48%)	Português (59%)	Tradução (11%)	Brasileiros (19)	Brasileiras (13)
UNESP CI	49	Brasil (48%)	1991-2000 (60%)	Português (46%)	Tradução (11%)	Brasileiros (13)	Brasileiras (7)
USP CI	73	Brasil (36%)	1991-2000 (49%)	Português (25%)	Tradução (10%)	-	Brasileiras (4)
CEFET TECNOLOGIA	27	Brasil (89%)	1991-2000 (74%)	Português (86%)	Tradução (7%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (6)
PUC/SP Administração	27	Brasil (96%)	1991-2000 (63%)	Português (81%)	Tradução (19%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (6)
PUCAMP CI	56	Brasil (74%)	1981-1990 (41%)	Português (66%)	Tradução (11%)	Brasileiros (16)	Brasileiras (11)
Severino Sombra História	20	Brasil (90%)	1991-2000 (45%)	Português (85%)	Tradução (5%)	Brasileiros (3)	Brasileiras (2)
UERJ Letras	15	Brasil (53%)	1981-1990 (40%)	Português (33%)	Tradução (27%)	Franceses (2)	Brasileiras (2) Norteamericanas (2)
UFBA Educação	23	Brasil (71%)	1991-2000 (70%)	Português (78%)	Tradução (4%)	Brasileiros (4)	Brasileiras (4)
UFBA Letras	130	Brasil (45%)	1991-2000 (60%)	Português (55%)	Tradução (12%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (11)
UFF Comunicação	61	Brasil (69%)	1991-2000 (52%)	Português (51%)	Tradução (19%)	Brasileiros (9)	Brasileiras (6)
UFF História	9	Brasil (100%)	1991-2000 (78%)	Português (100%)	-	Brasileiros (4)	Brasileiras (3)
UFMG Artes Visuais	1	Brasil (100%)	1991-2000 (100%)	-	Tradução (100%)	-	-
UFPB CI	32	Brasil (84%)	1991-2000 (50%)	Português (78%)	Tradução (9%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (5)
UFRJ Arquitetura	21	Brasil (38%)	1981-1990 (71%)	Português (24%)	Tradução (10%)	Francês (1)*	Brasileira (1) Holandesa (1)
UFRJ Comunicação	33	Brasil (94%)	1991-2000 (58%)	Português (82%)	Tradução (15%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (8)
UFRJ Educação	60	Brasil (52%)	1991-2000 (63%)	Português (49%)	Tradução (7%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (7)
UFRJ História	12	Brasil (58%)	1981-1990 (42%)	Português (50%)	Tradução (17%)	Brasileiros (5)	-
UFSC Administração	29	Brasil (82%)	1991-2000 (77%)	Português (82%)	Tradução (3%)	Brasileiros (11)	Brasileiras (8)
UFSCM Engenharia de produção	20	Brasil (82%)	1981-1990 (85%)	Português (85%)	Tradução (13%)	Brasileiros (7)	Brasileiras (7)
UFSCM educação	3	Brasil (100%)	1981-1990 (100%)	Português (100%)	-	Brasileiros (2)	-



Universidade / Programa	Média de referências arquivísticas por dissertação/tese	País de publicação %	Período de publicação %	Idioma de publicação %		Autores recorrentes (30 maiores frequências)	Obras recorrentes (30 maiores frequências)
UNIRIO Educação	28	Brasil (100%)	1971-1980 (31%)	Português (93%)	Tradução (7%)	Brasileiros (8)	Brasileiras (2)
UNIRIO Memória social	35	Brasil (70%)	1971-1980 (37%)	Português (61%)	Tradução (18%)	Brasileiros (14)	Brasileiras (9)
UNIRIO Música	12	Brasil (92%)	1991-2000 (75%)	Português (83%)	Tradução (8%)	Francês (1)	-
USP Antropologia	16	Itália (69%)	1961-1970 (25%)	Italiano (63%)	-	Brasileiro (1)**	-
USP Ciências da Comunicação	30	Brasil (49%)	1971-1980 (37%) e 1991-2000 (37%)	Português (49%)	Tradução (11%)	Brasileiros (12)	Brasileiras (5)
USP Educação	39	Brasil (56%)	1991-2000 (58%)	Português (56%)	Tradução (9%)	Brasileiros (12)	Brasileiras (9)
USP História Social	50	Brasil (58%)	1991-2000 (42%)	Português (53%)	Tradução (7%)	Brasileiros (17)	Brasileiras (14)

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

\* O mesmo autor aparece duas vezes.

\*\* O mesmo autor aparece quatro vezes.

Além dessa análise geral, gostaríamos de especificar o caso das dissertações e teses arquivísticas produzidas em programas de pós-graduação das universidades que abrigam os Cursos de Arquivologia<sup>299</sup> e o caso daquelas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos programas de pós-graduação em CI.

No primeiro caso, observamos o compartilhamento de espaços institucionais de cursos de graduação em Arquivologia e cursos de pós-graduação em CI. Aí o universo da pesquisa restringe-se a 53 trabalhos, desenvolvidos entre 1986 e 2006 em nove das quinze universidades que possuem cursos de Arquivologia: oito pesquisas na UNIRIO; sete na UFF; três na UFSM; treze na UnB; duas na UFBA; quatro na UNESP; uma na UFPB; doze na UFMG; e três na UFSC.

Nas 47 dissertações e nas seis teses arquivísticas que delimitam esse universo, identificamos 4.998 referências bibliográficas, das quais analisamos 2.224 (44,49%), relativas às referências de obras arquivísticas ou com temáticas de interesse direto da área (tabela 8).

Consideramos as origens institucionais dos autores recorrentes por programa e os idiomas de publicação das obras arquivísticas, observamos tendências híbridas (quadro 29)<sup>300</sup>, embora autores e obras brasileiros apareçam com bastante frequência (quadro 28).

Isoladamente, identificamos um programa sem qualquer tendência (UFMG –Artes Visuais). Essa constatação nos indica que, mesmo que algumas pesquisas contemplem, nos seus títulos, temáticas arquivísticas, não podemos esperar que exista, em todos os casos, aprofundamento teórico sobre esses temas a partir dos autores e obras referenciados, que, em sua maioria são de outras áreas.

Como podemos constatar no quadro 29, em algumas situações, num mesmo programa de pós-graduação coexistem diferentes tendências, o que pode demonstrar o caráter híbrido da Arquivologia no Brasil. Salientamos que essa conclusão deve ser relativizada, uma vez que aqui consideramos apenas as origens institucionais dos autores recorrentes por programa e os idiomas de publicação das obras. Há, portanto, outros aspectos a serem analisados quantitativa e qualitativamente.

---

<sup>299</sup> Esta análise foi feita mediante um trabalho apresentado no último CNA (MARQUES, 2010).

<sup>300</sup> A classificação das tendências arquivísticas foi feita segundo a classificação facetada, proposta pelo bibliotecário indiano Ranganathan. Nessa perspectiva, os conceitos e objetos são ordenados em classes multidimensionais, ou seja, ordenados em função de diversos pontos de vista não excludentes (GUINCHAT; MENO, 1994).

**Quadro 29: Principais tendências arquivísticas mapeadas nas dissertações e teses com temáticas na área, produzidas em universidades que abrigam cursos de graduação em Arquivologia (1986-2006)**

<b>Tendências arquivísticas</b>	<b>Universidades / Programas de Pós-graduação</b>
Anglo-saxã*	UFF/IBICT (CI)
	UnB (CI)
	UFBA (Letras e Linguística)
	UFMG (CI)
Brasileira	UNIRIO (Música)
	UFF (Comunicação, Imagem e Informação)
	UFF (História)
	UFSM (Engenharia de Produção)
	UFSM (Educação)
	UnB (CI)
	UFBA (Letras e Linguística)
	UNESP (CI)
	UFPB (CI)
	UFMG (CI)
	UFSC (Administração)
Espanhola	UNIRIO (Memória Social)
	UFBA (Letras e Linguística)
	UNESP (CI)
	UFSC (Administração)
Francesa	UFF (Comunicação, Imagem e Informação)
	UnB (CI)
	UFBA (Letras e Linguística)
Lusobrasileira	UNIRIO (Educação)
	UFBA (Educação)

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

\* Consideramos, nessa tendência, Estados Unidos e Canadá.

A frequência de autores e obras brasileiras chama-nos a atenção mais uma vez. A exemplo das conclusões decorrentes do nosso pré-teste (MARQUES; RODRIGUES, 2009), da análise das obras arquivísticas da biblioteca do AN e das referências arquivísticas de todas as dissertações e teses analisadas, podemos observar que pelo menos dois fatores podem ocasionar essa frequência: o reconhecimento da relevância dessas obras pelos autores das pesquisas; e a comodidade da leitura em português. De toda forma, a alta ocorrência desses autores e obras nos parece muito positiva, como já afirmamos.

Por sua vez, análise das referências bibliográficas das pesquisas arquivísticas produzidas somente nos programas de pós-graduação em CI corresponde a cinquenta pesquisas (45 dissertações e cinco teses, ou seja, quase 50% de todo o nosso universo de análise), desenvolvidas em oito programas, entre 1972 e 2006: treze na UnB; onze na UFRJ, em convênio com o IBICT; onze na UFMG; cinco na PUCCAMP; quatro na UFF/IBICT; quatro na UNESP; uma na UFPB; e uma na USP. Esses números, por si, já nos indicam as fortes relações, pelo menos institucionais, entre essa disciplina e a Arquivologia no Brasil.

Nesses cinquenta trabalhos, identificamos 5.260 referências bibliográficas (arquivísticas, não arquivísticas, fontes primárias e entrevistas), das quais analisamos 2.371 (45%), relativas às referências arquivísticas ou de interesse direto da área. A quantidade aproximada entre as referências arquivísticas e não arquivísticas (54,92%) parece-nos positiva sob o ponto de vista das interfaces tanto da Arquivologia como da CI com outras áreas. Essa constatação corrobora a hipótese da pesquisa de mestrado, que reconhecia a interação dos campos (ou subcampos) disciplinar e extradisciplinar da Arquivologia na sua configuração como campo (trans)científico no cenário brasileiro (MARQUES, 2007).

No universo das referências arquivísticas, observamos a sua concentração nos programas de pós-graduação em CI da UFMG e UnB. No primeiro caso, temos o desenvolvimento de estudos propriamente arquivísticos no âmbito da pós, numa universidade que, até há pouco tempo, não possuía um curso de graduação na área<sup>301</sup>, talvez, na tentativa de se suprir essa carência. No segundo caso, o grande número de referências arquivísticas pode ser compreendido pelo compartilhamento de espaço institucional desse programa com o Curso de Arquivologia desde 1991, quando este curso entra em funcionamento na UnB. Desse modo, é natural que docentes e egressos do Curso de Arquivologia procurem desenvolver suas pesquisas na CI e referenciem autores e obras da sua área de formação/atuação.

Também verificamos a predominância da publicação das obras arquivísticas referenciadas no Brasil (59,62%), nos anos 1990 (44,46%) e em português (52,25% originais e 10,08 % traduções para essa língua). Há uma aproximação entre o número de autores recorrentes estrangeiros (89) e brasileiros (noventa) mapeado, embora esses últimos sutilmente se destaquem.

As trinta maiores frequências de referências arquivísticas por autor (32 autores: vinte brasileiros e doze, estrangeiros) corroboram esse resultado, apontando a prevalência de brasileiros e de canadenses, o que novamente retoma a relevância da Arquivística Integrada, proposta por esses autores, além das suas preocupações com a preservação dos documentos nos suportes contemporâneos. Esses 32 autores relacionam-se a 1.089 referências, ou seja, 45,92% das referências arquivísticas analisadas no âmbito dos programas de Ciência da Informação. Estão concentrados na UnB (24,08%), UFMG (22,05%) e UFRJ/IBICT (19,31%), onde está grande parte das referências arquivísticas.

---

<sup>301</sup> O Curso de Arquivologia da UFMG foi criado em 2008.

A forte influência de autores brasileiros, como realçamos nos resultados do pré-tese, evidentemente remete à produção de obras de inegável qualidade teórica, sintonizadas aos principais avanços do pensamento arquivístico internacional.

As obras arquivísticas ou de interesse direto da área que são recorrentes por programa de pós-graduação no universo analisado dizem respeito a 154 obras. As trinta maiores frequências, por sua vez, correspondem a 44 obras e se relacionam, majoritariamente, a autores brasileiros. Vinte e três autores dessas obras coincidem com as trinta maiores recorrências de autorias já analisadas. Os autores que mais têm obras referenciadas são: JARDIM, José Maria (7); BELLOTTO, Heloísa Liberalli (3); CAMARGO, Ana Maria de Almeida (3); COSTA, Célia Maria Leite (3); COOK, Michael (2); DOLLAR, Charles (2); FONSECA, Maria Odila (2); e SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt (2). Ou seja, temos cinco brasileiros, dois norteamericanos e um inglês.

Conforme já constatamos anteriormente, o mapeamento desses indicadores, numa análise entrecruzada, reflete os movimentos das tendências internacionais em interlocução com a Arquivologia brasileira, que embora tenha um estatuto híbrido em razão da apropriação dessas tendências, já apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras nacionais citados em dissertações e teses com temáticas arquivísticas. A validação do pensamento arquivístico via circulação internacional reforça a consolidação científica da disciplina no País, remetendo-nos às reflexões de Bourdieu (2001) acerca das estratégias de consagração do campo científico.

Resta-nos verificar a formação de grupos de pesquisa, responsáveis por grande parte dessa produção científica, por sua vez catalisadora dos avanços da Arquivologia, mediante os intercâmbios internacionais decorrentes da formação/titulação de professores, pesquisadores e profissionais da área, além das suas participações em eventos e publicações em periódicos no exterior.

## **5.2 Grupos de pesquisa brasileiros em torno de temáticas arquivísticas**

O mapeamento dos grupos de pesquisa brasileiros com temáticas arquivísticas, no diretório de grupos do CNPq, feito em agosto de 2010, será considerado em três momentos diversos, mediante a análise dos currículos *lattes* dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas; dos currículos dos orientadores e coorientadores dessas pesquisas; e dos grupos de pesquisa em torno dos interesses da Arquivologia e dos arquivos.

### 5.2.1 Currículos *lattes* dos autores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas

Das 109 dissertações e teses com temas arquivísticos às quais tivemos acesso, analisamos 101, que, de fato, relacionavam-se a esses temas, considerando-se não somente seus títulos, como também as referências bibliográficas utilizadas pelos autores. No entanto, localizamos na Plataforma *Lattes* do CNPq apenas 83 currículos, ou seja, 82,17% do total. A partir da análise desses currículos, observamos que os autores desses trabalhos distribuíram-se em 22 graduações diferentes e somente um deles foi no exterior (História na Hungria). A maioria dos cursos foi em História, Arquivologia, Biblioteconomia, Administração e Ciências Sociais (tabela 12), áreas de intensas relações com a Arquivologia.

**Tabela 12: Cursos de graduação dos autores das dissertações e teses arquivísticas**

GRADUAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
História	26	29,21
Arquivologia	18	20,22
Biblioteconomia	13	14,61
Administração de Empresas	4	4,49
Ciências Sociais	4	4,49
Economia / Ciências Econômicas	2	2,25
Letras	2	2,25
Museologia	2	2,25
Música	2	2,25
Pedagogia	2	2,25
Administração Pública	1	1,12
Arquitetura e Urbanismo	1	1,12
Belas Artes	1	1,12
Ciência da Computação	1	1,12
Comunicação Social	1	1,12
Direito	1	1,12
Filosofia	1	1,12
História - Hungria	1	1,12
Jornalismo	1	1,12
Serviço Social	1	1,12
Sociologia	1	1,12
Não informado	3	3,37
<b>TOTAL</b>	<b>89</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Vários desses autores fizeram cursos de especialização, sendo a maioria no Brasil (80%), seguida da França e Itália, conforme apresentado na tabela 13. É interessante observar que aqui não aparecem os Estados Unidos, Canadá e Espanha, países que têm ressonância arquivística no Brasil.

**Tabela 13: Cursos de especialização dos autores das dissertações e teses arquivísticas, por país**

PAÍS DE ESPECIALIZAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Brasil	53	80,30
França	6	9,09
Itália	3	4,55
Alemanha	1	1,52
Hungria	1	1,52
Peru	1	1,52
Não identificado	1	1,52
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Identificamos 45 cursos de especialização (35 no Brasil e dez no exterior), com destaque para o curso de Organização de Arquivos (USP) e Documentação e Informação (UFRJ) (tabela 14).

**Tabela 14: Cursos de especialização dos autores das dissertações e teses arquivísticas**

ESPECIALIZAÇÃO TÍTULO	FREQUÊNCIA	%
Organização de Arquivos (IEB – USP)	13	19,12
Documentação e Informação (UFRJ)	4	5,88
Análise, Descrição e Recuperação da Informação (UNIRIO)	2	2,94
Aperfeiçoamento técnico e didático em Arquivologia (UFF)	2	2,94
Ciência da Informação (UFRJ)	2	2,94
Computação (USP e UFSM)	2	2,94
Cultura e Arte Barroca (UFOP)	2	2,94
Especialização em Pesquisa (Faculdade Imaculada Conceição e Faculdades Franciscanas)	2	2,94
Planejamento, Organização e Direção de Arquivos (UFF)	2	2,94
STIA ( <i>Archives Nationales</i> da França)	2	2,94
Outros*	35	51,47
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de um autor para cada curso.

Quanto aos mestrados, constatamos que somente dois dos autores das dissertações/teses os desenvolveram fora do Brasil: um no Canadá (*Biblioteconomia e Ciência da Informação / Université de Montreal*) e outro na Espanha (*Biblioteconomía y Documentación – Universidad de Salamanca*).

Quatro desses autores fizeram doutorado no exterior, em três cursos diferentes: dois na Espanha (*Documentación: Archivos y Bibliotecas / Universidad Carlos III*) e dois em Portugal (Documentação / Universidade do Porto; Letras / Universidade Nova de Lisboa), o que pode ter relação com a presença do Prof. Armando Malheiro no Brasil, que frequentemente vem ao País. Três fizeram seu pós-doutoramento em outros países: dois na Espanha e um em Portugal.

Conforme mapeamento dos artigos publicados em periódicos estrangeiros, pelos mesmos autores, observamos que a maioria publicou em Portugal, na França, no Peru, no Canadá e na Espanha (tabela 15).

**Tabela 15: Artigos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses arquivísticas, por país/instituição**

ARTIGO / PAÍS	FREQUÊNCIA	%
Portugal	14	34,15
França	4	9,76
Peru	4	9,76
Canadá	3	7,32
Espanha	3	7,32
ALA	2	4,88
Alemanha	2	4,88
Angola	2	4,88
EUA	2	4,88
Alemanha	1	2,44
Brasil/Espanha	1	2,44
Chile	1	2,44
Inglaterra	1	2,44
Venezuela	1	2,44
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Na tabela 16, podemos verificar que a maioria dessas publicações ocorreu em periódicos comuns à Arquivologia, Biblioteconomia e CI. Dos periódicos recorrentes, apenas dois são propriamente arquivísticos (COMMA e Revista da ALA).

**Tabela 16: Periódicos dos artigos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses arquivísticas**

TÍTULO PERIÓDICO	FREQUÊNCIA	%
Cadernos BAD	5	11,36
Páginas a&b. Arquivos & Bibliotecas	4	9,09
<i>Bulletin des Étudiants de Bibliothéconomie et Sciences de L'information</i> (Bebsi)	3	6,82
Cadernos de Estudos Municipais	3	6,82
<i>Boletín de la Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas</i> (ANABAD)	2	4,55
COMMA	2	4,55
Fontes Estudos	2	4,55
Revista da ALA	2	4,55
Outros*	21	47,73
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por periódico.

Também mapeamos a participação desses autores em eventos realizados no exterior, com a consequente publicação de trabalhos nos anais desses eventos. Nesse caso, observamos que a maioria dos trabalhos foi publicada no Chile, Portugal, Argentina e Espanha (tabela 17).



**Tabela 17: Trabalhos publicados no exterior pelos autores das dissertações e teses arquivísticas, em decorrência de eventos científicos, por país**

<b>EVENTO / PAÍS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Chile	18	21,95
Portugal	13	15,85
Argentina	9	10,98
Espanha	8	9,76
Paraguai	5	6,10
Uruguai	5	6,10
México	4	4,88
Bélgica	3	3,66
Canadá	3	3,66
Malásia	3	3,66
Colômbia	2	2,44
Eslovênia	2	2,44
Outros	7	8,54
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por país.

A maioria desses trabalhos foi publicada num evento próprio da área, o Congresso de Arquivologia do Mercosul (CAM), seguida de trabalhos publicados em anais de eventos comuns a essa e outras áreas (tabela 18).

**Tabela 18: Eventos científicos no exterior nos quais foram publicados trabalhos pelos autores das dissertações e teses arquivísticas**

<b>EVENTO / TÍTULO</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
CAM	20	28,17
Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	5	7,04
<i>Colloque La Santé et sa mémoire</i>	3	4,23
<i>Congrès International des Archives</i>	3	4,23
<i>Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana</i>	3	4,23
Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica	3	4,23
<i>Conference on Technical and Filed Related Problems of Traditional and Electronic Archiving</i>	2	2,82
<i>Congreso sobre Gestión y conservación del documento electrónico</i>	2	2,82
<i>Encuentro de Directores y Docentes de Escuelas de Bibliotecología y Ciencia de la Información del Mercosur</i>	2	2,82
Outros	28*	39,44
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por evento.

Quanto aos livros publicados fora do país, pelos autores das dissertações/teses arquivísticas, identificamos somente dois, publicados nos Estados Unidos: um propriamente arquivístico e outro livro cuja temática tangencia os interesses da área. Também verificamos que seis desses autores tiveram capítulos de livros publicados nos seguintes países: Argentina, Colômbia, Espanha, França, Inglaterra e Peru.

Por fim, a participação desses autores em grupos de pesquisa do CNPq: conforme a tabela 19, podemos constatar que, dos 26 grupos identificados, os cinco que mais concentram os autores estão vinculados a universidades que abrigam cursos de graduação em Arquivologia. Suas temáticas transitam, dentre outros assuntos, sobre informação, memória, educação, políticas de informação, patrimônio, gestão de documentos e acervos diversos, embora tenhamos observado que existem outros temas distantes dos interesses da Arquivologia.

**Tabela 19: Grupos de pesquisa do CNPq nos quais participam os autores das dissertações e teses arquivísticas<sup>302</sup>**

GRUPOS DE PESQUISA / UNIVERSIDADE	FREQUÊNCIA	%
Memória, Educação, Cultura e Arquivística (MECA) – UNIRIO	6	16,67
As políticas de informação do Estado e a gestão dos patrimônios documentais – UNB	3	8,33
Gestão de arquivos: acesso e memória – UEL	2	5,56
Grupo de Estudos sobre Cultura, Representação e Informação Digitais (CRIDI) – UFBA	2	5,56
Informação, Estado, Cultura e Sociedade – UFF	2	5,56
Acervos e memória da ciência e da tecnologia em saúde – FIOCRUZ/RJ	1	2,78
Acervos Fotográficos – UnB	1	2,78
Acervos manuscritológicos, bibliográficos, iconográficos, etnográficos: organização, preservação e interfaces das tecnologias da informação e comunicação – UFBA	1	2,78
Análise Documentária – UNESP	1	2,78
Arquivologia e sociedade – UEPB	1	2,78
Cosmopolita – UFMG	1	2,78
Cultura, Tecnologia e Serviços – PUC-Rio	1	2,78
Culturas, Saberes Pedagógicos e Práticas Educativas – USP	1	2,78
Disseminação e Uso da Informação – UFBA	1	2,78
Gênese Documental Arquivística – UFF	1	2,78
Gestão Eletrônica de Documentos (GED) – UFSM	1	2,78
Grupo de Estudos em Memória, Museus e Patrimônio (GEMMUS) – UFRGS	1	2,78
Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ) – UFF	1	2,78
Grupo de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo – UEM	1	2,78
História Política – UNIMONTES	1	2,78
Linguagens e Representação – UDESC	1	2,78
LOGOS – UNIRIO	1	2,78
Memória, Identidade e Patrimônio – UEL	1	2,78
Mercado de trabalho do profissional da informação – UnB	1	2,78
Modelagem Conceitual para Organização Hipertextual de Documentos (MHTX) – UFMG	1	2,78
Saúde e Cidade: arquitetura, urbanismo e patrimônio cultural – FIOCRUZ/RJ	1	2,78
<b>TOTAL</b>	<b>36</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

<sup>302</sup> Os grupos são apresentados conforme descrição do Diretório de grupos de pesquisa do CNPq.

### 5.2.2 Currículos *lattes* dos orientadores e coorientadores das dissertações e teses arquivísticas

Ainda analisamos os currículos *lattes* dos orientadores e coorientadores das 101 pesquisas arquivísticas. De um total de 62, localizamos 52 currículos (83,87%), nos quais constatamos que esses orientadores/coorientadores fizeram 31 cursos de graduação: 26 no Brasil, três no exterior (Filosofia/Argentina; Biblioteconomia/Venezuela; História/Peru) e dois não foram informados. A maioria concentrou-se nos cursos de Biblioteconomia, História, Ciências Sociais, Pedagogia, Direito e Letras (tabela 20). Apenas um deles fez Arquivologia na graduação, sugerindo, talvez, que o aumento dos egressos dos cursos de Arquivologia na pós-graduação poderá repercutir no interesse pelas pesquisas com temas arquivísticos.

**Tabela 20: Cursos de graduação dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

GRADUAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Biblioteconomia	18	22,5
História	17	21,25
Ciências Sociais	4	5
Pedagogia	4	5
Direito	3	3,75
Letras	3	3,75
Administração de Empresas	2	2,5
Ciências Biológicas / Biologia	2	2,5
Ciência da Informação e Documentação	2	2,5
Filosofia (Argentina)	2	2,5
Jornalismo	2	2,5
Psicologia	2	2,5
Administração Escolar	1	1,25
Arquivologia	1	1,25
Bacharelado Em Piano	1	1,25
Biblioteconomia (Venezuela)	1	1,25
Comunicação Social	1	1,25
Economia / Ciências Econômicas	1	1,25
Educação Artística	1	1,25
Enfermagem	1	1,25
Engenharia	1	1,25
Engenharia Civil	1	1,25
Engenharia Elétrica	1	1,25
Engenharia de Produção	1	1,25
Engenharia Metalúrgica	1	1,25
Filosofia - (não identificado)	1	1,25
Geografia	1	1,25
História (Peru)	1	1,25
Matemática	1	1,25
Museologia	1	1,25
Não informado	1	1,25
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Os cursos de especialização, em sua maioria, foram feitos no Brasil (55%), a exemplo dos cursos dos autores das dissertações e teses, e na França (22%), conforme apresentado a seguir.

**Tabela 21: Cursos de especialização dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas, por país**

PAÍS DE ESPECIALIZAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Brasil	25	55,56
França	10	22,22
EUA	3	6,67
Inglaterra	3	6,67
Alemanha	1	2,22
Espanha	1	2,22
Holanda	1	2,22
Não identificado	1	2,22
<b>TOTAL</b>	<b>45</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Observamos 35 diferentes cursos de especialização (23 brasileiros e 12 de outros países). A maioria dos orientadores/coorientadores fez o curso de Documentação Científica (UFRJ).

**Tabela 22: Cursos de especialização dos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

ESPECIALIZAÇÃO	FREQUÊNCIA	%
Documentação Científica – UFRJ	5	11,36
Curso de pesquisa e história política das relações – Instituto Rio Branco	2	4,55
<i>Organización y Administración de Archivos – Escuela de Documentalistas de Madrid</i>	2	4,55
STIA	2	4,55
A Crise da Civilização Ocidental – Associação Nacional de Professores Universitários de História	2	4,55
Outros*	31	70,45
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de um pesquisador por curso.

Daqueles que fizeram mestrado fora do Brasil, observamos seis casos, distribuídos nos seguintes cursos: *Information Science* (Inglaterra), *Sciences de l' Information et de la Communication* (École des Hautes Études en Sciences Sociales / França), Administração Educacional (*The Pennsylvania State University* / Estados Unidos), *Documentation* (École Pratique des Hautes Etudes / França), *Information Science* (*Dalhousie University* / Canadá) e *Master of Arts* (University of London / Inglaterra).

Quanto aos cursos de doutorado no exterior, oito orientadores/coorientadores o fizeram: Arquivologia (*The University of Liverpool* / Inglaterra); História (*Université de Paris*

IV / França); *Information Science (Polytechnic of North London, Council for National Academic Awards / Inglaterra)*; *Information Science (Drexel University / Estados Unidos)*; *História (Freie Universität Berlin / Alemanha)*; *Administração Educacional (The Pennsylvania State University / Estados Unidos)*; *Análise do discurso (Université de Paris-I / França)*; *Information Studies (University of Sheffield / Inglaterra)*.

Quanto ao pós-doutoramento, 27 o fizeram no exterior: França (10), Espanha (5), Canadá (3), Estados Unidos (3), Portugal (3), Inglaterra (2) e Itália (1).

Identificamos 210 artigos publicados em periódicos de outros países, com predomínio da Espanha, Portugal, Argentina, Estados Unidos, México e França (tabela 23).

**Tabela 23: Artigos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses, por país/instituição**

ARTIGO	FREQUÊNCIA	%
Espanha	32	15,24
Portugal	23	10,95
Argentina	20	9,52
EUA	15	7,14
México	15	7,14
França	12	5,71
Inglaterra	10	4,76
Israel	8	3,81
Peru	8	3,81
Chile	7	3,33
Colômbia	7	3,33
Venezuela	7	3,33
Alemanha	6	2,86
Cuba	5	2,38
Canadá	4	1,90
Holanda	3	1,43
Uruguai	3	1,43
Brasil/Espanha	2	0,95
Romênia	2	0,95
ALA	1	0,48
Bolívia	1	0,48
Brasil/Portugal	1	0,48
Dinamarca	1	0,48
Suiça	1	0,48
Não identificado	16	7,62
<b>TOTAL</b>	<b>210</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Muitos desses artigos foram publicados em periódicos estranhos à Arquivologia e não tratam de temáticas de interesse da área. No entanto, mesmo dispersos, vários outros foram publicados em periódicos que abrangem temas arquivísticos (*Archives; Archivum; Boletín de la Comisión de Archivos Universitarios; International Journal on Archives; Revista d' Arxius*) ou comuns às disciplinas da informação (*Cadernos BAD; Páginas a&b; Ciencias de la*

*Información; Investigacion Bibliotecológica; Cuadernos de la Asociacion de Diplomados y Alumnos de Biblioteconomia y Documentación; Journal of the American Society for Information Sciences; Revista de Bibliotecologia, Arquivologia e Informaciones; Revista Ibero-americana de Ciência da Informação).*

**Tabela 24: Periódicos dos artigos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

PERIÓDICO	FREQUÊNCIA	%
Especulo	12	5,71
<i>Anti-Semitism Worldwide</i>	8	3,81
Hipertextos	6	2,86
<i>Lecturas Educación Física y Deportes</i>	5	2,38
<i>Archives</i>	4	1,90
Cadernos BAD	4	1,90
<i>Ciencias de la Información /Cuba</i>	4	1,90
<i>Coloquio sobre Transformaciones Territoriales: nuevas visiones en el inicio del siglo XXI</i>	4	1,90
<i>Investigacion Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información</i>	4	1,90
Páginas a&b. Arquivos & Bibliotecas	4	1,90
Sciences de la Societé	4	1,90
<i>Archivum</i>	3	1,43
<i>Boletín de la Comisión de Archivos Universitarios</i>	3	1,43
<i>International Journal on Archives</i>	3	1,43
<i>Pre Publications Forskning Og Undervisning</i>	3	1,43
<i>Rapport Laas</i>	3	1,43
<i>Revista d' Arxius</i>	3	1,43
Scire	3	1,43
<i>Asamblea Anual Latinoamericana de Escuelas de Administración Cladea</i>	2	0,95
Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra	2	0,95
Contextos	2	0,95
<i>Cuadernos de la Asociacion de Diplomados y Alumnos de Biblioteconomia y Documentación (ADAB)</i>	2	0,95
<i>Global Media Journal</i>	2	0,95
<i>Historia de la Educación</i>	2	0,95
<i>Historiografia Y Bibliografia Americanistas</i>	2	0,95
<i>Information Development</i>	2	0,95
<i>Journal of the American Society for Information Sciences</i>	2	0,95
La Habana	2	0,95
<i>Revista de Bibliotecologia, Arquivologia e Informaciones (Cidade de México)</i>	2	0,95
Revista Ibero-americana de Ciência da Informação	2	0,95
<i>Revista Latina de Comunicación Social</i>	2	0,95
<i>Revista Propuesta Educativa</i>	2	0,95
<i>Seminário Internacional de la Red Iberoamericana de Investigadores en Globalizacion y Territorio</i>	2	0,95
<i>Signo y Pensamiento</i>	2	0,95
The FIEP Bulletin	2	0,95
<i>Victimologia (Fundacion de Cultura Universitaria)</i>	2	0,95
Outros*	94	44,76
<b>TOTAL</b>	<b>210</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por periódico.

A participação dos orientadores/coorientadores em eventos no exterior traz 295 trabalhos apresentados nos seus anais. Nesse caso, predominam os trabalhos decorrentes de eventos realizados em Portugal, na Espanha e no Chile.

**Tabela 25: Trabalhos publicados no exterior pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas, em decorrência de eventos científicos, por país**

EVENTO / PAÍS	FREQUÊNCIA	%
Portugal	44	14,92
Espanha	34	11,53
Chile	28	9,49
Argentina	23	7,80
Canadá	21	7,12
México	16	5,42
EUA	15	5,08
Cuba	14	4,75
França	8	2,71
Uruguai	8	2,71
Bolívia	7	2,37
Inglaterra	5	1,69
Itália	5	1,69
Paraguai	5	1,69
Peru	5	1,69
Venezuela	5	1,69
China	4	1,36
Colômbia	3	1,02
Eslovênia	3	1,02
Hungria	3	1,02
Japão	3	1,02
Alemanha	2	0,68
Dinamarca	2	0,68
Equador	2	0,68
Índia	2	0,68
Israel	2	0,68
Iugoslávia	2	0,68
Polônia	2	0,68
Porto Rico	2	0,68
República Tcheca	2	0,68
Suécia	2	0,68
Tailândia	2	0,68
Não identificados	7	2,37
Outros*	7	2,37
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por país.

Os (co)orientadores das pesquisas arquivísticas tiveram trabalhos publicados em 161 eventos no exterior: a) próprios da Arquivologia; b) de interesse dessa e de outras disciplinas e c) de áreas diversas. No primeiro caso, novamente se destaca o CAM, seguido de outros eventos como o *Congrès International des Archives* e a *Reunión del Sistema Nacional de Archivos*.

**Tabela 26: Eventos científicos no exterior nos quais foram publicados trabalhos pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

EVENTO	FREQUÊNCIA	%
ISKO	12	4,21
Simpósio Iberoamericano de Terminologia	12	4,21
CAM	11	3,86
Congresso Luso-brasileiro de História da Educação	11	3,86
<i>Conference on CAD/CAM, Robotics &amp; Factories of the Future</i>	10	3,51
<i>Encuentro de Docentes de Escuelas de Bibliotecología Y Ciencia de la Información del Mercosur / Encuentro de Directores de Escuelas de Bibliotecología Y Ciencias de la Información Del Mercosur</i>	9	3,16
<i>Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicacion</i>	6	2,11
<i>International Conference on Engineering Education (ICEE)</i>	5	1,75
Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas	4	1,40
<i>International Symposium of Victimology</i>	4	1,40
<i>Congrès International des Archives</i>	3	1,05
<i>Congreso Internacional de Información</i>	3	1,05
Congresso "História da Universidade"	3	1,05
<i>Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana</i>	3	1,05
<i>Convegno Internazionale Gestione dei Documenti e Trasparenza Amministrativa</i>	3	1,05
EDIBCIC	3	1,05
<i>Encuentro Simposio Internacional de Musicología</i>	3	1,05
<i>General Conference for the IFLA</i>	3	1,05
IBERSID	3	1,05
<i>Inform</i>	3	1,05
<i>International Conference Advances in Qualitative Methods</i>	3	1,05
<i>International Conference on Engineering Design and Automation</i>	3	1,05
PLEA	3	1,05
Asemblea Anual de CLADEA	2	0,70
Colóquio Canadá-Brasil em Comunicações	2	0,70
Colóquio Internacional (Música)	2	0,70
Conferência Internacional Bibliotecas para a Vida	2	0,70
Congreso Internacional de Americanistas	2	0,70
<i>Congreso Internacional de Información Científica y Técnica</i>	2	0,70
<i>Congreso Latino Ibero Americano de Investigación de Operaciones</i>	2	0,70
<i>Congress of the International Federation of Information and Documentation</i>	2	0,70
Congresso Iberoamericano de Grafica Digital	2	0,70
Congresso Lusófono do Terceiro Sector	2	0,70
<i>Curso de Actualización: víctimas de delitos contra la integridad sexual</i>	2	0,70
<i>Encuentro de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología y Ciencia de la Información</i>	2	0,70
<i>Encuentro Latino Americano de Ecología Matemática</i>	2	0,70
<i>Encuentro por la Unidad de los educadores latinoamericanos</i>	2	0,70
<i>International Association for Media and Communication Research (IAMCR) Conference</i>	2	0,70
<i>International Conference on Computers &amp; Industrial Engineering</i>	2	0,70
<i>International Conference on Industrial Logistics</i>	2	0,70
<i>International Conference on Multidisciplinary Information Sciences &amp; Technologies</i>	2	0,70
<i>International Conference on Occupation Respiratory Disease</i>	2	0,70
<i>International Federation of Operational Research Societies Seventh International Special Conference</i>	2	0,70
<i>International School Psychology Colloquium: Continuity and Change-Abstracts</i>	2	0,70
<i>International ICOH Conference on Psychol Social Factors at Work</i>	2	0,70
ISCHE	2	0,70
<i>Reunión del Sistema Nacional de Archivos</i>	2	0,70
<i>Seminar on International/Multicultural Education at Universidad Iberoamericana</i>	2	0,70
Seminário Latino-Americano de Publicaciones Oficiales	2	0,70
Outros eventos*	110	38,60
<b>TOTAL</b>	<b>285</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de uma publicação por evento.



A publicação de livros no exterior concentra-se em Portugal (7), Argentina (2), França (2), Uruguai (2) e Venezuela (2). Não identificamos nenhuma publicação propriamente arquivística: onze de outras áreas e quatro de interesse comum da Arquivologia e de outras disciplinas. Quanto aos capítulos de livros publicados em outros países, identificamos 105, predominantemente na Espanha (23), Portugal (17) e Alemanha (15). Somente seis relacionavam-se a temas arquivísticos.

**Tabela 27: Capítulos de livros publicados pelos orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas, por país**

<b>CAPÍTULOS LIVROS / PAÍS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Espanha	23	21,90
Portugal	17	16,19
Alemanha	15	14,29
México	8	7,62
Argentina	7	6,67
EUA	6	5,71
Peru	5	4,76
França	4	3,81
Itália	3	2,86
Venezuela	3	2,86
Colômbia	2	1,90
Equador	2	1,90
Holanda	2	1,90
Polônia	2	1,90
Canadá/EUA/Inglaterra	1	0,95
Croácia	1	0,95
Cuba	1	0,95
Inglaterra	1	0,95
Tailândia	1	0,95
Não identificado	1	0,95
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

Acerca da participação dos orientadores/coorientadores em grupos de pesquisa do CNPq, foram mapeados 99 grupos, cuja concentração relaciona-se às universidades que possuem cursos de graduação em Arquivologia (com exceção da UFF e do IBICT), como verificado no caso dos grupos que congregam os autores das dissertações e teses.

**Tabela 28: Grupos de pesquisa do CNPq nos quais participam os orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

<b>GRUPOS DE PESQUISA</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Grupo TEMMA – USP	4	4,12
Formação e atuação profissional na área de informação – UNESP	3	3,09
Informação, Estado, Cultura e Sociedade – UFF	3	3,09
Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação – IBICT	3	3,09
Análise Documentária – UNESP	2	2,06
Comunicação científica – UNB	2	2,06
Estudos de Mídia – UFF	2	2,06
Filosofia e estudos da informação – IBICT	2	2,06

<b>GRUPOS DE PESQUISA</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>%</b>
Gênese Documental Arquivística – UFF	2	2,06
Heurísticas e Metaheurísticas Desenvolvimento e Estratégias de Ensino-Aprendizagem – UFSM	2	2,06
Memória, Informação, Discurso e Ciência (MIDisC) – UNIRIO	2	2,06
Núcleo Brasileiro de Musicologia (NUBAM) – UNESP	2	2,06
RESNAPAP – UFPA	2	2,06
SCIENTIA – UFPE	2	2,06
Outros grupos*	64	65,98
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

\* Frequência de um orientador/coorientador por grupo.

A análise entrecruzada dos currículos dos autores e dos orientadores/coorientadores das pesquisas arquivísticas nos permite apresentar um quadro sintético acerca das informações pesquisadas (quadro 30). Nele, observamos uma diversidade de cursos de graduação e de especialização realizados no Brasil e no exterior: no primeiro caso temos somente quatro cursos fora do País, embora nos surpreenda o número de pesquisadores que se graduaram em Arquivologia (dezenove em universidades brasileiras) e nos chame a atenção a grande ocorrência de (co)orientadores graduados em Biblioteconomia e História, áreas de fortes relações com a Arquivologia e a baixa ocorrência da sua formação nesta última, diferentemente dos autores analisados; e, no segundo caso, temos a maioria das especializações no Brasil, onde se destacam cursos antigos e cursos na França, que tem uma tradição de acolhimento de profissionais brasileiros desde o início dos anos 1950, como vimos no capítulo anterior. Todavia, é um fato curioso a pouca participação de orientadores/coorientadores no Curso de Organização de Arquivos do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), que já acolheu muitos dos autores das pesquisas arquivísticas que aqueles orientaram.

Poucos foram os cursos de mestrado (8) e doutorado (12) no exterior. Nas duas situações, há uma variedade de países, mas predominam cursos nas áreas de Biblioteconomia/Documentação/CI e História. Um doutoramento em Arquivologia chama-nos a atenção, como o início de investimento na formação específica da área, de forma aprofundada. Muitos cursos de pós-doutorado foram feitos fora do País, sobretudo por orientadores/coorientadores das pesquisas analisadas, novamente com destaque para a França.

As publicações em periódicos estrangeiros e as apresentações de trabalhos em eventos no exterior são feitas em revistas e eventos diversos de Arquivologia, de áreas afins e de áreas distantes. Em ambos os casos, a maioria dos trabalhos foi publicada em países de língua portuguesa ou espanhola. Revistas e eventos propriamente arquivísticos ainda aparecem timidamente dentre aqueles recorrentes. Quanto às revistas, sobressaem aquelas do ICA;

quanto aos eventos, o CAM. Vemos, portanto, a relevância desse Conselho e desse evento na interlocução entre os pesquisadores da área. É importante lembrarmos que o CAM, desde 1996, tem funcionado como um espaço de interlocução entre os profissionais, professores e pesquisadores da Arquivologia, sobretudo da América Latina, de forma a promover a produção, divulgação e intercâmbio do conhecimento arquivístico (SANTOS, 2010).

Quanto às publicações de livros e capítulos de livros, observamos poucas, no caso dos autores das dissertações e teses (8) e menos ainda, se considerarmos as temáticas arquivísticas (4). No caso dos orientadores e coorientadores, esses números aumentam: temos um total de 125 livros e capítulos de livros, em sua maioria publicados na Europa. No entanto, somente seis deles dizem respeito à Arquivologia e/ou aos arquivos.

A participação desses pesquisadores em grupos de pesquisa no CNPq aponta para uma diversidade de grupos, cujas temáticas são bastante variadas. Grande parte desses grupos têm líderes vinculados a universidades que abrigam cursos de graduação em Arquivologia e contemplam, direta ou indiretamente temas de interesse da área. Em todos os grupos que reúnem os autores das dissertações e teses, verificamos a presença de orientadores/coorientadores, o que ratifica o compartilhamento de interesses de pesquisa entre esses atores.

Considerando todos esses indicadores, podemos constatar que a formação e titulação dos pesquisadores que desenvolvem temáticas arquivísticas são híbridas, pulverizada em diversas áreas. O intercâmbio com vários países é observado, sobretudo, a partir dos cursos de especialização e se desdobra nas publicações em periódicos e naquelas decorrentes da participação em eventos. Na maioria das vezes, as interlocuções promovidas por essas publicações não é direta: revistas e eventos comuns às disciplinas do campo da informação têm acolhido grande parte das publicações arquivísticas, remetendo-nos à relevância dos diálogos entre essas disciplinas.

Como a formação dos pesquisadores é diversificada, parece-nos natural que estes participem de grupos de pesquisa com temáticas variadas. Os orientadores e coorientadores, em especial, muitas vezes orientam pesquisas que não são diretamente relacionadas à sua formação/titulação ou mesmo aos seus interesses de pesquisa, suprindo a falta de pesquisadores de Arquivologia na Academia.

A presença de líderes desses grupos em universidades onde funcionam cursos da área poderá favorecer uma mudança nesse quadro, a partir dos possíveis diálogos entre esses líderes e os professores/alunos desses cursos.

**Quadro 30: Indicadores predominantes nos currículos *lattes* dos autores e orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas**

ASPECTO ANALISADO NO CURRÍCULO	AUTORES	ORIENTADORES/COORIENTADORES
Graduação (Brasil e exterior)	22 cursos diferentes (somente um curso no exterior – História na Hungria) Do total, dezoito cursaram Arquivologia	31 cursos diferentes (três no exterior: Filosofia na Argentina; Biblioteconomia na Venezuela; História no Peru) Do total, somente um cursou Arquivologia
Especialização (Brasil e exterior)	45 cursos diferentes (35 no Brasil – destaque para os cursos Organização de Arquivos (USP) e Documentação e Informação da UFRJ) 80% fizeram no Brasil	35 cursos diferentes (23 no Brasil – destaque para o curso Documentação e Informação da UFRJ) 55% fizeram no Brasil e 22%, na França
Mestrado (exterior)	Somente um no Canadá e outro na Espanha, nas áreas de Biblioteconomia/Documentação/CI	Seis no exterior (Inglaterra, França e EUA), nas áreas de Documentação/CI
Doutorado (exterior)	Dois na Espanha e dois em Portugal, na área de Documentação	Oito no exterior (Inglaterra, França, EUA e Alemanha), nas áreas de CI e História Destaque para um curso específico em Arquivologia
Pós-doutorado (exterior)	Dois na Espanha e um em Portugal	27 no exterior (dez o fizeram na França)
Publicação em periódico estrangeiro	29 periódicos diferentes Maioria em Portugal (34,15%), França (9,76%) e Peru (9,76%), comuns à Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação Destaque para as revistas <i>Cadernos BAD</i> (11,36%) e <i>Páginas A&amp;B</i> (9,09%) Dentre os periódicos recorrentes, dois propriamente arquivísticos se destacam: <i>COMMA</i> (4,55%) e <i>Revista da ALA</i> (4,55%)	131 periódicos diferentes Maioria na Espanha (15,24%), Portugal (10,95%) e Argentina (9,52%) Dentre os periódicos recorrentes, cinco propriamente arquivísticos se destacam: <i>Archives</i> (1,9%), <i>Archivum</i> (1,43%), <i>Boletín de la Comisión de Archivos Universitarios</i> (1,43%), <i>International Journal on Archives</i> (1,43%) e <i>Revista d' Arxius</i> (1,43%)
Apresentação de trabalho em evento no exterior	82 trabalhos apresentados em 37 eventos Maioria no Chile (21,95%), Portugal (15,85%) e Argentina (10,98%) Dentre os eventos recorrentes, destaca-se, como evento arquivístico, o CAM	295 trabalhos apresentados em 161 eventos Maioria em Portugal (14,92%), Espanha (11,53%) e Chile (9,49%) Dentre os eventos recorrentes, destacam-se como eventos arquivísticos: o CAM (3,86), o <i>Congrès International des Archives</i> (1,05%) e a <i>Reunión del Sistema Nacional de Archivos</i> (0,70%)
Livros publicados no exterior	Dois nos EUA (um com tema arquivístico e outro de interesse comum da Arquivologia e outras disciplinas)	Vinte publicações (sete em Portugal) Nenhum com temática arquivística
Capítulos de livros publicados no exterior	Seis publicações (Argentina, Colômbia, Espanha, França, Inglaterra e Peru), das quais três são arquivísticas	105 publicações, com destaque para a Espanha (21,90%), Portugal (16,19%) e Alemanha (14,29%) Somente seis com temas de interesse da Arquivologia
Participação em grupo de pesquisa do CNPq	26 grupos diferentes, com temáticas diversas Todos os grupos congregam autores e orientadores/coorientadores A maioria relaciona-se a grupos vinculados às universidades que abrigam cursos de Arquivologia	99 grupos diferentes, com temáticas diversas A maioria relaciona-se a grupos vinculados às universidades que abrigam cursos de Arquivologia

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos *lattes*.

### 5.2.3 Grupos de pesquisa arquivísticos

Podemos observar nas tabelas 20 e 29 que há diversos grupos de pesquisa relacionados a outras áreas e que não se conciliam com os interesses da Arquivologia.

Ao pesquisarmos grupos de pesquisa na Plataforma *Lattes* do CNPq, a partir dos descritores *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo*, restringimos nosso universo e localizamos 63 grupos (apêndice H): 26 de outras áreas, 25 comuns à Arquivologia e a outras disciplinas e somente doze propriamente arquivísticos (19%), cujas linhas de pesquisa permitiram-nos delimitar os interesses diretos dessa área (quadro 31).

Nos 26 grupos que possuem temáticas divergentes daquelas arquivísticas, somente em um deles há a participação de um autor e um orientador de dissertação/tese arquivística. Esse grupo tem uma abordagem histórica.

Nos 25 grupos cujos temas podem contemplar interesses arquivísticos, verificamos a participação de orientadores/coorientadores das dissertações e teses arquivísticas em três grupos de pesquisa voltados para a História e Letras. Também identificamos a participação de professores de cursos de Arquivologia como líderes desses grupos.

As linhas de pesquisa dos doze grupos arquivísticos em análise abrangem temas gerais (memória, informação, patrimônio documental, tecnologias) e específicos da Arquivologia (princípios, conceitos, funções, procedimentos, natureza do documento de arquivo, políticas públicas arquivísticas, gestão, preservação, acesso). Evidentemente, nesses temas mais específicos, são aprofundadas questões relacionadas aos fundamentos e à epistemologia da área, vitais ao seu desenvolvimento.

Os temas gerais são comuns a outras disciplinas e, portanto, reúnem pesquisadores com formações diversas e propiciam a comunicação da Arquivologia com essas disciplinas, sem perder de vista seu objeto e seus métodos particulares. Verificamos que os autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses participam apenas de sete dos doze grupos analisados, nos quais também participam professores de cursos de Arquivologia (em três deles). Sabemos, no entanto, que esses estudiosos participam de outros grupos que não foram recuperados pelos descritores utilizados (tabelas 20 e 29) e que podem abarcar, direta ou indiretamente, questões arquivísticas diversas.

Mesmo num número ainda pequeno, devemos reconhecer o papel aglutinador dos grupos de pesquisa arquivísticos, que vêm agregando interesses e pesquisadores da área (mais de 150) em torno de discussões, reflexões e de uma produção científica, da qual gostaríamos

de salientar os aspectos qualitativos, mais que quantitativos, considerando os temas específicos acima enumerados.

**Quadro 31: Linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa do CNPq de interesse direto da Arquivologia, recuperados com os descritores *Arquivologia*, *Arquivística* e *arquivo***

<b>GRUPO</b>	<b>LINHAS DE PESQUISA</b>
Arquivologia e Sociedade	Cultura, memória e comportamento Informação, comunicação e cognição Linguagem e Arquivística
Arquivos e Arquivologia - limites e configuração disciplinar	Arquivologia e arquivos - princípios, conceitos, funções e procedimentos Políticas públicas arquivísticas - gestão, preservação e acesso
Gestão Eletrônica de Documentos (GED)	Arquivos fotográficos Digitalização de documentos Documentos eletrônicos Gerenciamento eletrônico de documentos Patrimônio Documental Políticas de <i>Software</i> Livre para a Arquivística Tecnologia da informação
Gênese Documental Arquivística	Natureza do documento de arquivo Relações da diplomática contemporânea com as funções arquivísticas (identificação, produção, avaliação e classificação)
Memória, Educação, Cultura e Arquivística (MECA)	Memória, Educação, Cultura e Arquivística
Patrimônio Arquivístico do Espírito Santo	As instituições arquivísticas no Espírito Santo
Acervos e memória da ciência e da tecnologia em saúde	Arquivos, memória e patrimônio documental Gestão de documentos e arquivos em instituições de ciências e saúde
Acervos Fotográficos	Comunicação e usos da informação Gestão documental e gestão da informação
Gestão de arquivos: acesso e memória	Processos de organização e compartilhamento da informação e do conhecimento
Gestão Documental e Memória Institucional	Gestão documental Memória Institucional
História e Igreja no Brasil	História da Arquidiocese do Salvador História, documento e arquivo Restauração documental
Núcleo de Pesquisas Arquivos Contemporâneos	Arquivos digitais Arquivos empresariais Conservação e preservação de acervos

Fonte: elaboração própria, com base no Diretório de grupos do CNPq.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os agentes, com seus sistemas de disposições, sua competência, seu capital, seus interesses, se afrontam no interior desse jogo que é o campo, numa luta para fazer reconhecer uma maneira de conhecer (um objeto e um método), contribuindo, assim, para conservar ou transformar o campo de forças.*  
(BOURDIEU, 2001, p. 123, tradução nossa)

A produção e acumulação de acervos, desde a Antiguidade, culminam na necessidade de profissionalização de pessoal habilitado para organizar e disponibilizar documentos, sobretudo a partir do século XVIII. Essa necessidade se consolida nas escolas de formação, inicialmente com preocupações históricas, diplomáticas e paleográficas e que mais tarde passariam a abrigar pesquisas que dariam uma vertente mais teórica à Arquivologia. Sem perder de vista as suas raízes práticas, que continuamente demandam a habilitação e aperfeiçoamento profissional, abrindo perspectivas promissoras no mundo do trabalho, a área traceja seus caminhos entre a práxis e a teoria. Sua validação científica depende, portanto, do atendimento de demandas práticas.

Nos próximos séculos formar-se-iam correntes do pensamento arquivístico, que priorizariam os arquivos permanentes e/ou correntes. Inspirados em Oliveira (1997), observamos que a trajetória da área combina temporalidade e atemporalidade, considerando a coexistência de “centros irradiadores da disciplina”, escolas, manuais, autores e atores, paradigmas, rupturas e continuidades nas suas variadas conformações contingenciais. Assim identificamos tendências históricas do pensamento arquivístico, mais ou menos acomodadas entre os paradigmas “custodial e “pós-custodial” (SILVA, 2006) ou “historicista” e “informacional” (SILVA, 2009) – somente para citar duas visões –, conforme as demandas e recursos disponíveis em cada país ou região.

Livre da sua submissão tradicional à História, numa configuração recente no mundo da informação, a Arquivologia passa a estabelecer parcerias com outras disciplinas para dar conta das demandas de recuperação da informação. Entre as práticas e as escolas, desenvolvem-se discursos que passam a sustentar o campo (trans)científico da área. De uma atividade eminentemente prática, passando por um movimento associativo, sua institucionalização nas universidades e seu reconhecimento como campo ou subcampo da informação (este último, numa perspectiva mais micro que de submissão), a disciplina faz-se reconhecer também na pesquisa científica.

O percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, até sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardando

certas particularidades. A convergência de esforços do Estado, das suas instituições – sobretudo do AN –, das universidades e das associações de arquivistas para a institucionalização da disciplina no espaço universitário conjuga iniciativas, desde o final do século XIX, em torno de discursos em defesa da relevância da formação especializada na área para a adequada organização e preservação de acervos.

Apesar de não identificarmos na trajetória da Arquivologia nacional uma demarcação pontual das escolas, que pudesse caracterizar determinados períodos como na Biblioteconomia, observamos que, até a década de 1970, o papel e as contribuições do AN desenham a tradição arquivística brasileira (que até então privilegiava o objeto da disciplina, priorizando o tratamento documental e, em certa medida, retardando o desenvolvimento científico da Arquivologia) com uma vertente histórica, no âmbito de estudos diplomáticos e paleográficos e do tratamento e disponibilização de fontes documentais. Na falta de um curso regular de arquivos, o CPA é criado em 1960, num contexto de intensas contribuições francesas que tradicionalmente estiveram presentes na ciência brasileira e marcaram a trajetória dos arquivos, dos museus e das bibliotecas nacionais. A vinda de Boullier de Branche ao Brasil evidencia o problema da formação de arquivistas, explicitando, num relatório técnico, a necessidade da oferta regular de cursos.

A partir daí, o AN receberia professores e pesquisadores de outros países como Estados Unidos (Schellenberg e Evans), França (Duchain e Kecskeméti), Itália (Lodolini e Salvatore Carbone), Espanha (Cortés Alonso) e Argentina (Tanodi), citando os nomes estrangeiros que mais se destacaram na história da Arquivologia brasileira. Suas palestras, cursos, mapeamento e organização de acervos, elaboração de instrumentos de pesquisa, diagnósticos e relatórios técnicos marcam não somente o contexto das suas visitas: dentre outras iniciativas, orientam a construção e implantação de edifícios de arquivo (Cortés Alonso, Evans, Kecskeméti, Carbone e Duchain) e o estabelecimento de uma política de arquivos (Schellenberg e Duchain); divulgam os avanços dos arquivos e da Arquivologia brasileira em outros países (Lodolini); e prestam assistência aos estágios de formação de arquivistas (Duchain).

A situação dos arquivos é diagnosticada e criticada num estudo de um diretor do AN (RODRIGUES, 1959) e estes têm suas demandas intensificadas, em torno do papel do Estado acerca da promoção do acesso à informação. A Arquivologia, por sua vez, um conjunto de técnicas para o efetivo tratamento de documentos de outrora, passa a ser enxergada como uma disciplina, que deve ter consciência do seu objeto e aperfeiçoar seus métodos, conquistando espaços e se aconchegando na Universidade. Sua vinculação acadêmica dar-se-ia em



faculdades, institutos ou centros de diversas áreas do conhecimento, indicando sua volubilidade ou abertura a diálogos enriquecedores.

Se no cenário internacional a área ilumina-se como uma disciplina científica nos séculos XVIII-XIX, no nacional é na década de 1970 que se concentram os grandes avanços do (sub)campo, perpassado pelo capital intelectual e, sobretudo, temporal (BOURDIEU, 2001): é publicado o primeiro periódico arquivístico nacional, o MAN (1970); é criada a AAB (1971); é autorizada a criação de cursos de Arquivologia em nível superior pelo CFE (1972); no mesmo ano é realizado o I CBA, quando é recomendada a definição de um currículo mínimo para esses cursos; é fixado o currículo mínimo e a duração para o curso de arquivo em nível superior, pelo CFE (1974); é aprovado o quadro de professores do CPA e dos cursos avulsos do AN (1976); e o CPA é transferido para a Universidade, com a denominação de Curso de Arquivologia (1977), abrindo caminho para outros quatorze cursos que a partir daí seriam criados em várias universidades brasileiras. É relevante destacarmos que, embora o AN estivesse à frente das iniciativas que culminaram nesses avanços da Arquivologia brasileira, a AAB teve um papel essencial, sobretudo com a realização dos CBA's (desde 1972 e hoje em sua 16ª versão).

Entre as tradicionais fronteiras da História, da Administração e da Biblioteconomia, a Arquivologia passa a buscar, nas últimas décadas, abrigo na CI para o desenvolvimento das suas pesquisas. Esta disciplina, a Biblioteconomia e a Museologia, hierarquizadas, aliadas e confrontadas, compartilham, então, espaços e interesses comuns com a Arquivologia acerca da gênese, organização, comunicação e disponibilização de informações no campo da informação, um campo de forças, palco de alianças e conflitos, expressões das conquistas e lutas que são travadas no seu interior e nos seus limites.

Permeada por vários processos sociais, econômicos, culturais, políticos, simbólicos etc., a vertente histórica arquivística render-se-ia e abrir-se-ia à CI, como uma estratégia de acomodação nesse campo, como previmos no nosso pressuposto. É assim que a maioria dos cursos de Arquivologia passam a vincular-se institucionalmente à CI (considerando os vínculos diretos desses cursos), seus docentes titulam-se nessa área e sua produção científica na pós-graduação encontra nela abrigo para o desenvolvimento de dissertações e teses com temáticas direta e indiretamente relacionadas à Arquivologia e aos arquivos. Evidentemente, essa adesão institucional da Arquivologia à CI no Brasil também se pauta em afinidades teóricas e epistemológicas, embora estas não tenham sido aprofundadas nesta pesquisa.

Esta aproximação, embora singular no País em razão dos estreitos vínculos acadêmicos entre as duas disciplinas, parece sintonizar-se aos movimentos internacionais do

pós-Guerra. Preocupações em torno da gestão de documentos, advindas dos Estados Unidos, voltam-se para os arquivos correntes e contemplam os arquivos intermediários numa visão gerencial que culminaria numa aceção informacional dos arquivos como sistemas, adjacente às abordagens da CI.

As aplicações práticas e as contingências históricas da trajetória da Arquivologia no Brasil apontam-nos uma acomodação e adequação acadêmica, que parece ultrapassar o “consenso apático” referenciado por Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33), em sua busca de configuração científica, acolhida, como vimos, na CI. Fora do espaço acadêmico, mas não alheio a ele, a vinculação das duas disciplinas é reconhecida pelo CNPq, numa abordagem mais política e prática que epistemológica, que caracterizaria uma maior afinidade das duas disciplinas e que ainda deve ser investigada. Além disso, as próprias características interdisciplinares da CI, facilitadoras dos seus diálogos com outras áreas, poderiam explicar, de algum modo, as relações entre esta disciplina e a Arquivologia, que por sua vez poderia não ter tanta abertura por parte das outras áreas mais conservadoras.

Interinstitucionalidade e interdisciplinaridade se somam no campo da informação, estreitando os elos entre a Arquivologia e a CI. Todavia, não podemos confundir as duas disciplinas, que, a exemplo da Biblioteconomia, da Museologia e da própria Documentação, têm trajetórias, fundamentos e princípios particulares, mesmo que entrecruzados nos planos práticos e teóricos. O campo da informação, perpassado por paradigmas comuns a essas disciplinas (subcampos, nessa perspectiva), congrega suas lógicas próprias de funcionamento em abordagens mais ou menos históricas, gerenciais ou informacionais (SILVA, 2009), que por sua vez as individualizam em condições sociocognitivas e politicoinstitucionais, como nos lembram Bourdieu (1983a; 2001; 2004) e Knorr-Cetina (1981).

No caso particular da Arquivologia, sua configuração institucional próxima da CI parece ter sido propícia aos seus avanços, sem, contudo, afetar sua identidade como disciplina científica. Nos caminhos da sua autoafirmação, sua relativa autonomia permite e demanda relações extradisciplinares, por meio de laços e diálogos com outras disciplinas e áreas do conhecimento, combinando o campo disciplinar e o extradisciplinar como dois lados de uma mesma moeda, ou seja, do seu (sub)campo (trans)científico, como constatamos na dissertação (MARQUES, 2007).

Voltando às contribuições de outros países na trajetória arquivística brasileira, obras estrangeiras (aqui entendidas como manuais mais operacionais que teóricos, que sistematizam tradições arquivísticas práticas e teóricas de vários países) são aqui traduzidas como veículos de circulação do pensamento internacional. É assim que autores, destacadamente os

holandeses, franceses, norteamericanos, espanhóis e canadenses têm suas ideias disseminadas no Brasil, como podemos observar nas referências às suas obras feitas nas dissertações e teses analisadas. Por outro lado, avanços de outros países, como a Austrália, demoram a ser divulgados no País (nas pesquisas arquivísticas, não constatamos referências a obras australianas, o que demonstra certo atraso brasileiro em relação a esses avanços), embora já comecem a ser estudados de forma tímida.

Mobilizado pelas iniciativas internacionais (sobretudo da UNESCO, do ICA e da OEA no investimento na formação de arquivistas latinoamericanos a partir dos anos 1970), o Brasil chega a realizar eventos internacionais e brasileiros procuram aperfeiçoar-se no exterior, participando de cursos promovidos especialmente na França, Espanha e Argentina, conforme constatamos na nossa pesquisa documental. Também dão suas contribuições, ao participar de cargos de instituições estrangeiras. Autores e (co)orientadores de dissertações e teses com temas arquivísticos titulam-se e se especializam em outros países, onde publicam artigos e apresentam trabalhos em eventos. A produção nacional de obras arquivísticas alcança um número significativo, qualitativamente representada por autores que chegam a ter repercussão no exterior, o que nos remete aos intercâmbios promovidos entre os contextos internacional e nacional, extrapolando a simples apropriação das tendências arquivísticas estrangeiras no Brasil. Esta constatação assim ratifica nossa hipótese central, assumindo as interlocuções entre a Arquivologia nesses dois contextos como uma realidade que perpassa as suas práticas e a sua institucionalização acadêmica no País.

Corroborando a sua qualidade teórica e relevância para a consolidação científica da área, obras nacionais, alinhadas aos avanços internacionais, são frequentemente referenciadas nas pesquisas arquivísticas brasileiras, nas quais autores nacionais são predominantes. Considerando que ainda não há pós-graduação *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil, esse aspecto parece ser bastante positivo para a conquista de um espaço próprio de produção de pesquisas na área no País.

As interlocuções entre as práticas e as teorias internacionais e nacionais, as contribuições de estrangeiros para os avanços da Arquivologia brasileira e a participação de brasileiros em movimentos da área no exterior nos permitem caracterizá-la com um estatuto híbrido no Brasil: somatório de várias tradições, por sua vez pulverizadas nos vários cursos e práticas profissionais, a Arquivologia aqui se configura em torno de escolas, associações, legislação própria, produção científica que abrange temas relacionados à área e/ou aos arquivos e grupos de pesquisa que começam a se delinear em torno de questões arquivísticas

específicas, permeados por vieses internacionais, decorrentes da atuação dos seus atores no exterior.

Podemos novamente aproveitar as reflexões de Oliveira acerca da Antropologia no Brasil, para retomar um dos desdobramentos da nossa hipótese e pensar na Arquivologia nacional como “o resultado da *nossa* leitura, por certo diligente, de uma matriz disciplinar viva e tensa” (1997, p. 23), que transita entre os diversos paradigmas do pensamento arquivístico internacional. Aqui ressaltamos a necessidade que esse trânsito aconteça de forma consciente e crítica a fim de evitarmos (re)apropriações inadequadas à nossa realidade.

A área parece, assim, estar distante de uma homogeneidade, considerando a coexistência de diferentes noções e orientações teóricas, geralmente impulsionadas por demandas práticas contingenciais, que por sua vez são sintetizadas em manuais e exigem a utilização de noções diversas para a sua satisfação.

É, também, essa permeabilidade que parece caracterizar os contornos da disciplina, permitindo que suas temáticas sejam estudadas em diferentes áreas, sem comprometer a sua identidade. Desse modo, a Arquivologia brasileira se tece com fios de várias correntes teóricas internacionais, entremeando seus traços na sua conformação científica, entrelaçada às disciplinas da informação. Com movimentos diversamente (re)apropriados, diante da sua reinscrição, transcrição e tradução, seus discursos em torno de paradigmas relacionados à gestão, ao acesso aos documentos e à preservação da memória, congregam profissionais, professores e pesquisadores numa comunidade própria, definidora de um (sub)campo científico-transcientífico-discursivo inserido no campo da informação (figura 3). É assim que aspectos mínimos de indícios da universalidade do pensamento arquivístico internacional e das suas práticas são ressignificados no contexto brasileiro, com cortes, rupturas e tentativas de reapropriação, que também devem ser investigados.

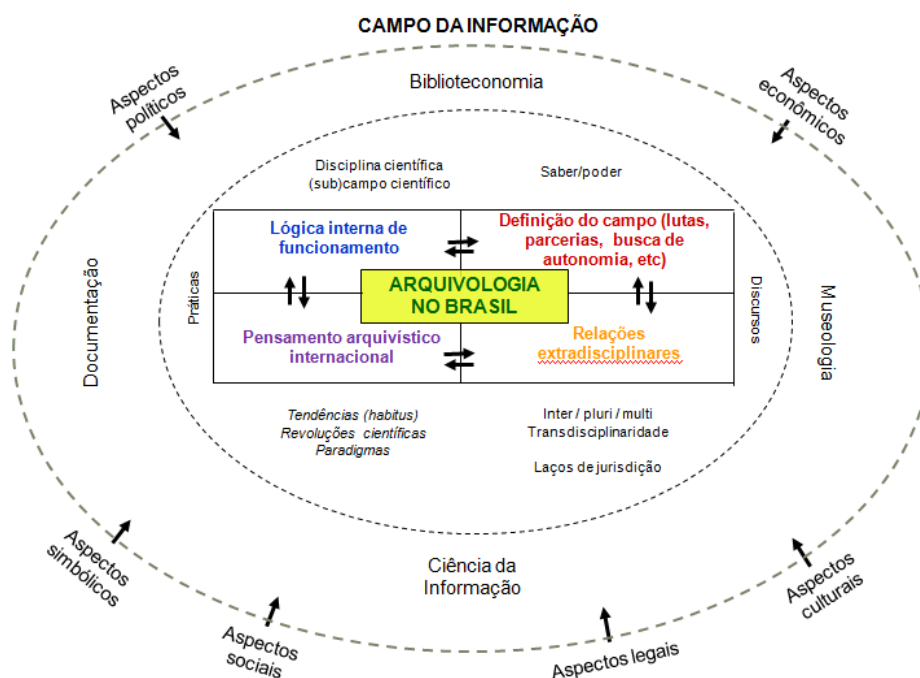


Figura 3: Configuração do (sub)campo científico-transcientífico-discursivo da Arquivologia no campo da informação

Como já assinalamos, a Arquivologia no Brasil é, hoje, uma disciplina interpretativa de si mesma em sua alteridade, ou seja, simultaneamente palmilha os caminhos da sua autonomia e tece relações com outras áreas. Apesar de ainda estar conquistando e se acomodando nos seus contornos científicos, já podemos visualizar a formação de uma disciplina científica no País, mesmo que multiforme e retalhada. Evidentemente contribuições de outros países foram imprescindíveis a essa formação, o que não fragiliza a identidade brasileira. Entendemos, portanto, que a coexistência de diversas tradições internacionais fortalece o estatuto científico da Arquivologia no cenário nacional, permitindo sua interlocução com outros países, sintonizando-se, inclusive, aos seus avanços. As traduções de obras estrangeiras para o português no Brasil ratificam esse intercâmbio e favorecem uma (re)apropriação dos avanços internacionais da área, articulando teorias e práticas diversas numa “constelação discursiva” (FOUCAULT, 2005), adaptada às demandas sociais nacionais.

O mapeamento das obras, pesquisas e grupos de pesquisa arquivísticos, numa análise entrecruzada, reflete os movimentos das tendências internacionais em interlocução com a Arquivologia brasileira, a qual já apresenta uma produção científica consolidada, fortemente comunicada a partir das referências a autores e obras brasileiros citados em dissertações e teses com temáticas arquivísticas. Esses indicadores corroboram a necessidade de criação de

mestrados e doutorados na área<sup>303</sup>, que já deu os primeiros passos para o seu amadurecimento científico e carece, portanto, de espaços próprios para o desenvolvimento e o aprofundamento da investigação das temáticas de seu interesse.

De toda forma, aqui, como na dissertação, defendemos que as parcerias da Arquivologia sejam mantidas e estreitadas na conformação dos seus espaços, das suas alianças e da sua autonomia. Assim, o estatuto social que une várias disciplinas no campo da informação não poderia ser fator de isolamento. Os diálogos entre essas disciplinas dependem, em grande parte, da definição dos seus espaços comuns e particulares, ainda que delimitados por fronteiras fluidas e porosas.

A partir desse quadro, podemos observar que, desde a Antiguidade, relações de poder e saber perpassam os arquivos, lugares destinados à organização e guarda de documentos para a preservação da memória. É no século XVI que vemos despontar aquilo que mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, daria cientificidade à Arquivologia, mesmo que, ainda, numa abordagem centrada na técnica. As obras e o ensino voltados para a Paleografia e Diplomática respondem às demandas por profissionais que deem conta dos muitos arquivos que são criados no contexto da Revolução Francesa. É assim que a profissionalização se posiciona entre essas demandas e as propostas dos cursos que começam a se espalhar pelo mundo, a partir das escolas tradicionais da Europa. O que se constata, a partir daí, são movimentos e avanços no sentido de repensar, criticamente, os fundamentos dessa disciplina, que se forma entre os desafios técnicos do mundo do trabalho e a sua busca por autonomia científica. A sua configuração atual parece ser decorrente desses movimentos e avanços em torno do acesso, da ética e da transparência, que caracterizam os desafios de gestão, por parte do arquivista, e de responsabilidade social, por parte do Estado.

Todavia, qualquer tentativa de esquematização do pensamento arquivístico internacional seria inócua, sobretudo se considerada cronologicamente, como nos lembra Delsalle (1998). A ciranda arquivística, não linear, multidimensionada entre indivíduos, instituições e documentos representativos de saberes e poderes interdiscursivos, é permeada por tendências diversas, conforme as muitas perspectivas dadas por e para esses agentes em interação.

---

<sup>303</sup> O CONARQ, nas suas 59ª e 60ª reuniões plenárias, realizadas nos dias 7 e 8 de dezembro de 2010, apresentou proposta de recomendação à CAPES “com vistas ao desenvolvimento de mecanismos de indução para a implantação de cursos de Mestrado em Arquivologia”. Informações disponíveis em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=596&sid=15&tpl=printerview>>. Acesso em 01 fev. 2011. Resultado, talvez, das recomendações da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, ocorrida na Universidade de Brasília, em junho do mesmo ano.

Temos, assim, uma (extra)disciplinaridade que delinea a Arquivologia a partir do seu domínio material (os arquivos, por si, têm uma essência multidisciplinar, como produtos das atividades individuais e institucionais nas mais diversas áreas) e dos seus diálogos com outras disciplinas para dar conta desse objeto. Reunir e disponibilizar informações são, também, atribuições de bibliotecas, museus e centros de informação na realização do seu papel social. Desse modo, vários estudiosos da CI pontuam que a recuperação da informação, assim como a sua aquisição, produção, armazenamento, tratamento e organização, é uma atribuição de interesse dos profissionais de informação como um todo.

Em suas aproximações com outras disciplinas – História, Administração e, mais recentemente, CI – a Arquivologia então transita em fronteiras porosas, que chegam a mesclá-la, num olhar menos atento, a esta última. Permeada por movimentos que evocam tendências históricas que privilegiam desde a preservação da memória, à gestão de documentos (hoje desdobrada na gestão da informação), a área institucionaliza-se no Brasil para formar arquivistas que, num primeiro momento, atendam a demandas práticas (a exemplo do processo de profissionalização que marca o fim do século XVIII e início do XIX, com as escolas europeias de formação de arquivistas-paleógrafos) e para se autoafirmar como disciplina científica nos últimos anos.

O conhecimento arquivístico tem suas raízes nas atividades do Estado, com as primeiras iniciativas de institucionalização da área tendo em vista a profissionalização do pessoal de arquivo, no exterior e no Brasil. Todavia, a Arquivologia parece hoje ultrapassar essas necessidades práticas, na busca de um pensamento autônomo, deslocado para a universidade no delineamento do seu objeto (e dos seus desdobramentos), da sua produção e comunidade científicas e das suas relações com outras disciplinas.

Entre práticas e pesquisas que a caracterizariam cientificamente, a Arquivologia ocupa espaços e delinea seus traços no Brasil, com rastros singulares: herdeira de esforços individuais e institucionais, particularmente oriundos da História, rompe os muros dos arquivos, alcança a Universidade, onde se aconchega, em grande medida, na CI, na falta de um espaço próprio para o desenvolvimento das suas pesquisas na pós-graduação.

Por razões contingenciais e, em alguns casos, de sobrevivência, a área busca no exterior contribuições que alavancariam seus avanços. Da Europa e dos Estados Unidos vêm profissionais e pesquisadores que visitam nossos arquivos, produzem relatórios técnicos, ministram palestras e cursos e nos deixam recomendações que explicitam nossas necessidades, em especial acerca da formação regular de arquivistas. Essa formação, como

pontua Souza (2010a), passa a assumir um papel essencial para o alcance da visibilidade do arquivista e seu reconhecimento social.

Levado ao e pelo mundo da informação e passando a partilhá-lo num campo politicossocial, a Arquivologia teria múltiplos desafios: repensar seu objeto (da materialidade do documento à dinâmica da informação orgânica registrada), seus espaços (dos arquivos à Universidade e desta aos arquivos), seus diálogos, parcerias e alianças (da História e da Administração à CI), sua identidade e conflitos internos e externos.

Nos movimentos do campo da informação, a informação orgânica registrada retoma o documento no seu sentido tradicional, a formação acadêmica pressupõe as demandas de organização e disponibilização dos arquivos, a gestão de documentos prevê a preservação da memória, a lógica interna de funcionamento do (sub)campo arquivístico congrega profissionais e pesquisadores numa comunidade, identificados por um objeto e lutas comuns, por sua vez portadoras de estratégias e conformadoras de alianças transc científicas. Os arquivos e a Arquivologia nascem das atividades sociais e vivem da sua atuação junto à comunidade.

Essas alianças e estratégias reproduzem e reconduzem as necessidades dos tradicionais “laços de jurisdição” (ABBOTT, 1988) entre os arquivistas, museólogos, bibliotecários e dos novos laços com os cientistas da informação. Suas lutas e parcerias são, antes de tudo, contingenciais, o que parece alinhar-se à coexistência de tendências que tornam o pensamento arquivístico tão heterogêneo em suas sínteses teóricas e técnicas.

Em relação a essas tendências que perpassam a trajetória da Arquivologia no mundo, é importante observarmos, pelo menos, dois aspectos: 1) a sua formação decorrente das demandas práticas contingenciais pela organização e disponibilização de documentos; 2) e a sua coexistência e complementaridade, em circulação internacional, no sentido de responder a essas diversas demandas. Todas essas questões se entrecruzam e retomam as ideias apresentadas nos nossos referenciais teóricos quanto às noções de *paradigma* e *campo científico-transcientífico-discursivo*, ou seja, quanto à trajetória de uma área em formação, com marcos teóricos que vêm sendo relidos, criticados e reapropriados, conforme os movimentos de uma profissão/disciplina e as peculiaridades históricas, sociais e culturais de cada país.

Nesse mundo de reapropriações, reconhecemos o delineamento da Arquivologia brasileira, já com uma trajetória de formação (quinze cursos), uma produção científica (mais de cem dissertações e teses arquivísticas) e uma circulação de saberes acumulados nos contextos nacional e internacional (com dezesseis CBA's e quatro CNA's), além das nove



associações profissionais, dois periódicos especializados (Cenário Arquivístico e Arquivística.net) e mais de 3.600 arquivistas formados (SOUZA, 2010b). A tradução de obras estrangeiras para o português refina essa comunicação, via reconhecimento de autores e manuais legitimados como precursores das diversas tendências em movimento.

Mesmo que inserida num movimento maior, sintonizada aos seus fluxos e refluxos, a Arquivologia nacional é porta-voz de avanços práticos e teóricos singulares do País que constantemente se atualizam em pesquisas de reconhecida qualidade científica.

Em sua (con)formação acadêmica, a Arquivologia empenha-se hoje em reforçar sua autonomia, na busca de um mestrado próprio, com a expansão dos cursos, com o aprimoramento dos seus diálogos, parcerias e alianças no esboço do campo (trans)científico e (inter)discursivo da informação, do qual os arquivos são componentes importantes que demandam a habilitação de profissionais, estudos e reflexões científicas para a sua gestão responsável.

Por fim, embora reconheçamos que a Arquivologia ainda careça de muita articulação, integração, desenvolvimento prático e amadurecimento teórico no Brasil, observamos que muito fora feito pelos esforços de poucos e, hoje, todos podemos, envaidecidos, reconhecer que temos uma Arquivologia brasileira: multiforme, retalhada, colorida. Em movimento. Simplesmente brasileira.

A regulamentação da profissão de arquivista, a concepção do SINAR, a promulgação da Lei de Arquivos, a institucionalização acadêmica da área, a sua conquista de mais espaços na universidade com a expansão dos cursos, a sua produção de pesquisas na pós-graduação, a tradução de obras estrangeiras e a divulgação de obras brasileiras no exterior indicam os avanços das práticas e da disciplina no Brasil, alinhados ao desenvolvimento internacional da área, em contínuos processos de interlocução, catalisadores de relações de poder e saber.

## 7 RECOMENDAÇÕES

Esta pesquisa contempla desdobramentos do seu objeto acerca das interlocuções entre a Arquivologia no contexto internacional e no nacional. Assim, julgamos relevante o desenvolvimento de outros estudos que abordem:

- as relações epistemológicas entre as disciplinas que compartilham o campo da informação;
- o mapeamento dos manuais internacionais publicados depois do ano 2000 e a sua circulação no Brasil;
- o mapeamento de obras arquivísticas nacionais em outros acervos e a sua repercussão no exterior;
- o mapeamento das dissertações e teses com temáticas arquivísticas produzidas nos programas de pós-graduação brasileiros após 2006 e as obras/autores da área nelas referenciados;
- a atuação dos autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses da área no desenvolvimento da Arquivologia brasileira;
- a (re)apropriação dos conceitos da Arquivologia internacional nas teses e dissertações arquivísticas brasileiras;
- a repercussão das obras arquivísticas internacionais traduzidas no Brasil;
- as contribuições de professores e pesquisadores estrangeiros na configuração científica da Arquivologia no Brasil, a partir de outras fontes documentais;
- e a participação mais recente de brasileiros em cargos de instituições arquivísticas no exterior.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago/Londres: Universidade de Chicago, 1988.

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARAÚJO, Carlos A. A. A ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene de (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 29-43.

ARLETTAZ, Gérald. Pour une démarche historique et scientifique des archives. **Archives**, Quebec, v. 35, n. 1-2, 2003-2004.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As ciências no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

BALTAS, Aristides; KOSTAS, Gavroglu; KINDI, Vassiliki. Um debate com Thomas S. Kuhn. In: \_\_\_\_\_. KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993, com entrevista autobiográfica. São Paulo: UNESP, 2006.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Uma elegante esperança. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 7-9, jan./abr. 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/570>>. Acesso em 02 nov. 2009.

BELKIN, N. J. Information concepts for Information Science. **Journal of Documentation**, v. 4, n. 1, p. 55-85, mar./1978.

BENCHETRIT, Sarah Fassa. A história representada: por que refletir sobre o dilema dos museus. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera

Lúcia Bottrel. **História representada**: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 19-24.

BERAQUET, Vera Silvia Marao. **The development and significance of the core curriculum in archives, library and information studies**. 1981. 325 f. Tese – Loughborough University of Technology, Loughborough, 1981.

BERGER, Guy. Opinions e réalités. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 19-24.

BERTINI, Maria Barbara. Les archives en Italie. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1/2, 2002-2003.

BITTENCOURT, José Neves. Uma experiência em processo. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História representada**: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 7-18.

BOISOT, Marcel. Discipline et disciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 90-97.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, jan. 1968.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 23, 1994, p. 12-18.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983a, p. 122-155.

\_\_\_\_\_. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983b, p. 46-81.

\_\_\_\_\_. A economia das trocas linguísticas. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983c, p. 156-183.

\_\_\_\_\_. **Science de la science et réflexivité**: Cours du Collège de France 2000-2001. Paris: Raisons d'agir, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BOUTIER, Jean; PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques. **Qu'est-ce qu'une discipline?** Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2006.

BOWDEN, Russell. **Principes directeurs pour la gestion des associations professionnelles d'archivistes, de bibliothécaires et de documentalistes**. Paris: Unesco, 1989. 122 p.

BRITTO, Maria Teresa Salles Navarro de. **La formation universitaire en Archivistique au Brésil**. 1995. 167 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Especialização em Arquivística) – Université de Montréal, Montreal, 1995.

BURGY, François; ROTH-LOCHNER, Barbara. Les Archives en Suisse ou la fureur du particularisme. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1/2, 2002-2003.

BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic Monthly**, Boston, v. 176, n. 1, Jul./1945, p. 101-108.

CALDEIRA, Cristina Cleide. Conservação preventiva: histórico. **História e-história**, Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=34>>. Acesso em 07 nov. 2010.

CALDIN, Clarice Fortkamp. et al. Os 25 anos do ensino de Biblioteconomia da UFSC. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 4, n. 7, 1999.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte, 2003.

CARNEIRO, Paulo. A UNESCO e a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 3-8, 1977.

CARVALHÊDO, Shirley do Prado. **O Arquivo Público do Distrito Federal**: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística. 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. **O museu**: do sagrado ao segredo. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

CASTRO, Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problemes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, jun./dez. 2004.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. Prefácio. In: Bourdieu, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004, p. 7-15.

COBLANS, Herbert. National bibliographical centre in Brazil. **Ciência da Informação**, Brasília, n. 19, v. 1, p. 91-101, jan./jun. 1990.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Assembléia Geral (10a : 1984 : Bonn). **Xe. Session de l'Assemblée Générale, Bonn, 19 et 21 septembre 1984**. Paris: Secretariat du Cia, 1984.

COOK, Terry. What is past is prologue: a History of Archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, Toronto, n. 43 (primavera de 1997). Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-pastprologue-ar43fnl.htm>>. Acesso em 15 out./2010.

\_\_\_\_\_. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, 1998, v. 1, n. 21.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. **Os usos do computador e a definição do campo da Ciência da Informação em relação à Biblioteconomia no Brasil: uma análise sociotécnica.** 2008. 245 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Diez años de cooperación archivística iberoamericana: Curso sobre Organización y Administración de Archivos de Madrid.** Madrid: Cultura Hispánica, 1985.

COSTA, Evanise Páscoa (org.). **Princípios básicos da Museologia.** Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus / Secretaria do Estado da Cultura, 2006.

COSTA, Larissa Cândida. **Entre a formação e o trabalho: o arquivista diante das novas demandas sociais e organizacionais em matéria de informação.** 2008. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

COUTURE, Carol. **Les études RAMP et la formation: une évaluation d'impact.** UNESCO: Paris, 1993.

\_\_\_\_\_. Un bilan de l'évolution de l'archivistique québécoise. **Archives**, Quebec, v. 32, n. 1, 2000-2001.

\_\_\_\_\_. La formation et la recherche en archivistique. Éléments révélateurs de l'état de développement de l'archivistique contemporaine. Synthèse d'un projet de recherche. **Archives**, Quebec, v. 33, n. 2, p. 21-51, 2001-2002.

\_\_\_\_\_; DUCHARME, Daniel; ROUSSEAU, Jean-Yves. L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? **Argus**, Quebec, juin 1988, v. 17, n. 2, p. 51-60.

\_\_\_\_\_; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: o Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus.** Monografia, 2008. Informações disponíveis em: <<http://www.icom.org.br/Monografia%20Era%20uma%20vez,%20h%C3%A1%2060%20anos%20atr%C3%A1s.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2009.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **La gestión de documentos en las organizaciones.** Madrid: Ediciones Pirámide, 1996.

CUNHA, Angelica Alves da; RODRIGUES, Georgete Medleg. A pesquisa em Arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos...** Brasília: UnB, 2003.

DEFRANCE, Jean-Pierre. La formation archivistique en France : l'exemple du Bureau des métiers et de la formation de la Direction des Archives de France. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1/2, 2002-2003.

DELSALLE, Paul. **Une histoire de l'Archivistique**. Quebec: Université du Québec, 1998.

DEPOORTERE, Rolande. Les archives em Belgique : une réalité éclatée. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1-2, 2002-2003.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: una impresión freudiana**. Madrid: Trotta, 1997.

DÍAZ, Vanessa. Del derecho a la información al derecho de acceso a la información. In: MENDEL, Toby. **El derecho a la información en América Latina: comparación jurídica**. UNESCO: Quito, 2009, p. 62-71.

DINIZ, Marli. **Os donos do poder: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DUCHEIN, Michel. **Obstacles to the Access. Use and Transfer of Information from Archives: a RAMP Study**. Paris: UNESCO, 1983.

\_\_\_\_\_. The history of European Archives and the development of the Archival Profession in Europe. **American Archivist**, Chicago, v. 55, winter, 1992.

\_\_\_\_\_. Archives, archivistes, Archivistique: définitions et problématique. In: FAVIER, Jean. **La pratique archivistique française**. Paris: Archives Nationales, 1993, p. 19-39.

DUMONT, Ligia Maria Moreira. Os cursos de graduação da Escola de Diência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: uma proposta de flexibilização. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.



DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

\_\_\_\_\_. **Diplomática**: usos nuevos para uma antigua ciência. Tradução Manuel Vázquez. Córdoba: Ediciones Carmona, 1995.

ESPOSEL, José Pedro. **Arquivos**: uma questão de ordem. Niterói: Muiquitã, 1994.

EUGÊNIO, Marconi; FRANÇA, Ricardo Orlandi; PEREZ, Rui Campos. Ciência da Informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, jan./jun. 1996.

FAVIER, Jean. **Les archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FERNANDES, Ana Maria. **A construção da ciência no Brasil e a SBPC**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ANPOCS/CNPq, 1990.

\_\_\_\_\_. Por que não avaliar o sistema de Ciência e Tecnologia? In: FERNANDES, Ana Maria; SOBRAL, Fernanda (Orgs.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 101-128.

FERNANDEZ, Rosali. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.

FOLLARI, Roberto. **Interdisciplinarietà**: los avatares de la ideologia. Cidade do México: Casa abierta ao tiempo, 1982.

FONSECA, Edson Nery da. Origem, evolução e estado atual dos serviços de documentação no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: IBICT, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Odila Kahl. Publicações técnicas do Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988, p. 101-110.

\_\_\_\_\_. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares.** 2004. 181 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A gestão de acesso e a representação da informação na revisão teórico metodológica da Arquivologia. In: IV Congresso Nacional de Arquivologia, 2010, Vitória - ES. **Anais...** Vitória: ENARA, 2010.

FONTAINE, France; BERNHARD, Paulette. **Guidelines for writing learning objectives in librarianship, information science and archives administration.** Paris: Unesco, 1988. 111 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 18 ed. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. **História da loucura: na Idade clássica.** 8 ed. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France,** pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 16 ed. Tradução Laura Fraga Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2008b.

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 11, n.1, p.6-19, jan./jun 2006.

FRIEDSON, Eliot. **Professionals Powers: a study of the institutionalization of formal knowledge.** Chicago: University of Chicago, 1986.

GAGNON-ARGUIN, Louise. **L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960.** Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.

GALEANA, Patricia. La ley de archivos y el acceso a la información. MENDEL, Toby. **El derecho a la información en América Latina: comparación jurídica.** UNESCO: Quito, 2009, p. 82-86.

GALLAND, Bruno. L'archivistique française à l'épreuve du temps. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1-2, 2002-2003.

GOMES, Hagar Espanha. Os arquivistas e suas relações com a documentação e a biblioteconomia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1973, p. 19-24.

GOMES, Henriette Ferreira. Interdisciplinaridade e Ciência da Informação: de característica a critério delineador de seu núcleo principal. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, ago/2001. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/ago01/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/ago01/F_I_aut.htm)>. Acesso em 12 out. 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 75-96.

GUINCHAT, Claire & MENOUE, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: IBICT, 1994.

HECKHAUSEN, Heinz. Discipline et interdisciplinarité. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 83-90.

HILL, Roscoe R. **The national archives of Latin America**. Cambridge: Harvard University Press, 1945.

HJØRLAND, Berger. Documents, Memory Institutions and Information Science. **Journal of Documentation**, Bradford, v.56, n.1, jan. 2000.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o Mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 199-231.

JAMESON, Samuel Haig. **Administração de arquivos e documentação**. Rio de Janeiro: FGV/USAID, 1964.

JANTSCH, Erich. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS

L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 98-125.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói : Eduff, 1995.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. A informação como campo interdisciplinar. **Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Informação**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.voy.com/19210/3/242.html>>. Acesso em 17 nov. 2009.

JENKINSON, Hillary. **A manual of archive administration**. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd, 1965.

KARAPETIANTS, Irina; NAHUET, Robert. Problèmes et défis de l'archivistique russe actuelle. **Archives**, Quebec, v. 30, n. 1, 1998-1999.

KECSKEMÉTI, Charles. **La formation professionnelle des archivists**: liste des écoles et des cours de formation professionnelle d'archivistes. Bruxelles: UNESCO, 1966.

KHOUAJA, Bessem. L'archivistique et les archives en Tunisie : aperçu de la situation actuelle. **Archives**, Quebec, v. 34, n. 1/2, 2002-2003.

KNORR-CETINA, Karin D. The scientist as a socially situated reasoned: from scientific communities to transscientific fields. In: \_\_\_\_\_. **The manufacture of knowledge**: an essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science. Oxford: Pergamon, 1981.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 9 ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **O caminho desde a estrutura**: ensaios filosóficos, 1970-1993, com entrevista autobiográfica. Tradução Cesar Mortari. São Paulo: UNESP, 2006.

LACASSE, Danielle; LECHASSEUR, Antonio. Du record group au fonds d'archives. Normalisation du classement et de la description d'archives gouvernementales aux Archives nationales du Canada. **Archives**, Quebec, v. 28, n. 3/4, 1996-1997.

LARA FILHO, Durval. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 3 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

LE MOËL, Michel. **Annuaire des écoles et des cours de formation professionnelle d'archivistes**. ICA: 1984.

LIMON, Marie-Françoise. La poursuite du développement et de la formation en archivistique. **Archives**, Quebec, v. 31, n. 3, 1999-2000.

LOPES, Luís Carlos. Vers une archivistique internationale à l'ère de l'information. **Archives**, v. 29, n. 2, 1997-1998.

\_\_\_\_\_. Le Brésil et ses archives: une étude de l'archivistique brésilienne et les perceptions d'archivistes étrangers. **Archives**, Quebec, v. 32, n. 1, 2000-2001.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro. La evolución de los estudios de archivística en el último cuarto de siglo. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 25, 2002, p. 129-146.

MAIA, Augusto Moreno. **A construção do curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARANHÃO, Tatiana de Pino Albuquerque. **Autonomia reflexiva e produção do conhecimento: o campo da Sociologia no Brasil (1999-2008)**. 2010. 210 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Pesquisas com temáticas arquivísticas na pós-graduação das universidades que abrigam Cursos de Arquivologia: mapeamento das tendências internacionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: AARQES, ENARA, 2010.

\_\_\_\_\_. et al. Relações teórico-epistemológicas entre a Arquivística e a Ciência da Informação na perspectiva social. In: **I Fórum Internacional de Arquivologia**, 2008, João Pessoa. **I Fórum Internacional de Arquivologia - A revolução e significado do conhecimento em Arquivologia**, 2008.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Arquivística nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB's): análise preliminar da influência do pensamento arquivístico internacional. In: ENANCIB, X, 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANCIB, UFPB, 2009.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M<sup>a</sup> Paz. Hacia la formalización de la teoría archivística: el Principio de Procedência en España. In: GENERELO, Juan José; MORENO LÓPEZ, Angeles. **Historia de los archivos y de la Archivística en España**. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998.

MARTÍN POZUELO, M<sup>a</sup> Paz. Ensino de Arquivologia e Biblioteconomia: a experiência de harmonização dos planos de estudo na Iberoamérica. In: EDIBCIC, VII. Marília – SP. **Anais...** Marília: UNESP, 2006.

MASSON, Sílvia Mendes. A Arquivística sob o prisma de uma Ciência da Informação: uma proposta de Silva & Ribeiro. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 85-103, jan./jun. 2006. Disponível em: <www.arquivistica.net>. Acesso em 28 set. 2006.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito; CUNHA, Vanda Angelica da. Notas Acerca da Convergência da Formação Acadêmica e Profissional entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. In: IV CINFORM, 2003, Salvador. **Anais...** Salvador : UFBA/ICI, 2003. p. 167-177.

MATTELART, Armand. **História da utopia planetária: da cidade profética à sociedade global**. Tradução Nicolás Nyimi Campanário. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MENDEL, Toby. **El derecho a la información en América Latina**: comparación jurídica. UNESCO: Quito, 2009.

MENDES, Eliane Manhães. **Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil**: um estudo DELFOS. 1992. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1992.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O museu e o problema do conhecimento. **Anais do IV Seminário sobre Museus-casas**: Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 17-48.

MICELI, Sergio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_ (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. vol. 1. São Paulo: Sumaré, 2001.

MICHAUD, Guy. Conclusions générales. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité**: problemes de l'enseignement et de recherche dans les universités. Paris: OCDE, 1972, p. 293-300.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivística e o processo de tomada de decisão. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 9-19, jan./abr. 2007.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

MUELLER, Suzana P. M. Em busca de uma base comum para a formação profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO. **Revista Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 12, n. 2, jul./dez. 1984, p. 157-165.

\_\_\_\_\_. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott: proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Profissional da Informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54.

\_\_\_\_\_ ; MIRANDA, Antonio; SUAIDEN, Emir J. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: análise de trabalhos apresentados no IV ENANCIB, Brasília, 2000. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 293-308, 1999/2000.

NEHMY, Rosa Maria Quadros. et al. A ciência da informação como disciplina científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-25, jan./jun. 1996.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Sistemas e atores da ciência e tecnologia no Brasil. In: FERNANDES, Ana Maria; SOBRAL, Fernanda (Orgs.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 41-69.

OLIER, Jacques H; DELMAS, Bruno. **La planification des infrastructures nationales de documentation, de bibliothèques et d'archives**: esquisse d'une politique générale. Paris: Unesco, 1974. 328 p.

OLIVA, Alberto. Kuhn: o normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica. In: PORTOCARRERO, Vera. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994, p. 67-102.

OLIVEIRA, Eliane Braga de. **O conceito de memória na ciência da informação no Brasil**: uma análise da produção científica dos programas de pós-graduação. 2010. 194 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

OLIVEIRA, Marlene de. **A investigação científica em Ciência da Informação**: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. 1998. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_ (Coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2005

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. Tempo e tradição: interpretando a Antropologia. **Sobre o pensamento antropológico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out/2004. Informações disponíveis em: <[http://www.dgz.org.br/out04/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm)>. Acesso em: 18 jan. 2007.

OTLET, Paul. **Traité de Documentation**: le livre sur le livre, theorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1934.



PIAGET, Jean. L'epistemologie des relations interdisciplinaires. In: CENTRE POUR LA RECHERCHE ET L'INNOVATION DANS L'ENSEIGNEMENT. **L'interdisciplinarité: problèmes de l'enseignement et de recherche dans les universités**. Paris: OCDE, 1972, p. 131-144.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

\_\_\_\_\_. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 61-86.

\_\_\_\_\_. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Org.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: Editora da UFRN, 2006, p. 111-141.

POMBO, Olga. Dispersão e unidade: para uma poética da simpatia. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT, Johanna Wilhelmina. **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010, p. 31-46.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, Henrique M.; LEVY, Teresa. **A interdisciplinaridade: reflexão e experiência**. Lisboa: Texto, 1994.

PORTOCARRERO, Vera. Foucault: a história dos saberes e das práticas. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994a, p. 43-65.

\_\_\_\_\_. Introdução: panorama acerca do debate das ciências. In: \_\_\_\_\_. **Filosofia, História e Sociologia das Ciências I: abordagens contemporâneas**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994b, p. 17-21.

POSNER, Ernst. **Archives in the Ancient World**. Cambridge: Harvard University Press, 1972.

POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p. 25-62.

PRIMO, Judite Santos. **Documentos básicos de Museologia**: principais conceitos. [s.d.]. Disponível em: <[http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/pdf\\_28/artigo\\_10.pdf](http://cadernosociomuseologia.ulusofona.pt/pdf_28/artigo_10.pdf)>. Acesso em 07 mar. 2009.

RASTAS, Pirkko. **Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Management**: a RAMP Study. UNESCO: Paris, 1992.

RAYWARD, Boyd. The history and historiography of information science: an historical perspective. **Journal of Library History**, Flórida, n. 20, p. 120, 136, 1985.

RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes. **O acesso à informação nos arquivos**. 1998. 851 f. (Dissertação de doutoramento em Arquivística) – Universidade do Porto, Porto, 1998.

ROCHA, Ivan. Evolução ou colapso da ciência no Brasil? In: FERNANDES, Ana Maria; SOBRAL, Fernanda (Orgs.). **Colapso da Ciência & Tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 11-40.

RODRIGUES, Georgete Medleg. O direito de acesso aos documentos arquivísticos públicos: legislação de alguns países e comparação entre o Brasil e a França. In: **Semana do Conhecimento/Encontro Nacional dos Profissionais de Informação e Documentação**, 2005, Brasília, DF. Brasília : CNI/SESI/SENAI/IEL, 2005.

\_\_\_\_\_. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 17-41, 2006.

\_\_\_\_\_; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Archival Science in Brazil: the establishment of a scientific discipline and its impact on training archivists in the era of information and knowledge. **Archival Science**, New York, v. 8, 2008, p. 103-121.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. In: MUELLER, S.; FEITH, A.; FRUIN, R. **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1960.

\_\_\_\_\_. Apresentação da edição brasileira: Theodore R. Schellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

\_\_\_\_\_. In: SCHELLENBERG, T. R. **Documentos públicos e privados:** arranjo e descrição. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos:** uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística.** Tradução Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna.** Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, José Reginaldo Gonçalves dos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

SANTOS, Maria Aparecida. Arquivos: viga mestre da informação. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, dez. 1977, p. 5-20.

SANTOS JÚNIOR, Roberto. Análise da terminologia soviética “Informatika” e da sua utilização nas décadas de 1960 e 1970. In: ENANCIB, XI, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IBICT, ANCIB, 2010.

SANTOS, Paulo Elian dos. **Arquivística no laboratório:** história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral, Faperj, 2010.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 4-62, jan./jun. 1996.

SCHAEFFER, Roy. From craft to profession: the evolution of Archival Education and Theory in North America. **Archivaria**, Toronto, v. 37, Spring 1994.

SCHEINER, Tereza Cristina. O museu, a palavra, o retrato e o mito. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Manual de arquivos**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

\_\_\_\_\_. **Documentos públicos e privados: arranjo e descrição**. Tradução Manoel Adolpho Wanderley. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SCHWARCZ, Lilia K. M. O nascimento dos museus brasileiros: 1870-1910. In: MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 29-90. (vol. 1)

SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979. (vol. 2)

\_\_\_\_\_. **Um espaço para a ciência: formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

\_\_\_\_\_; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SCOTT, Peter J. The record group concept: a case for abandonment. **The American Archivist**, Chicago, v. 29, n. 4, 1966.

SHERA, Jesse H.; EGAN, Margareth E. Exame do estudo atual da documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação**. Tradução M. E. de Mello e Cunha. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Armando Malheiro da. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. IN: INTEGRAR, 1., 2002. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002, p. 573-607.

\_\_\_\_\_. **A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento, 2006.

\_\_\_\_\_. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Eliezer Pires da. **A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil (1996-2006)**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Junia Guimarães e. **Socialização da informação arquivística**: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

SOBRAL, Fernanda A. da Fonseca. Uma leitura da sociologia da ciência em Foucault e Bourdieu. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, jul./dez. 1995, p. 269-275.

\_\_\_\_\_. A Economia e a Física no Brasil: campos científicos ou transcientíficos? In: BAUMGARTEN, Maíra (org.). **A era do conhecimento**: matrix ou agora? Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/Ed. UnB, 2001.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Os arquivos correntes no contexto das três idades documentais**. [200?]. Disponível em: <<http://www.cid.unb.br/publico/setores/000/84/materiais/2007/1/532/M%C3%B3dulo2.doc>>. Acesso em 12 jun. 2007.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2006. CD-ROM.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. et al. O uso do Código de Classificação de Documentos de Arquivo do Conselho Nacional de Arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 2, 2006.

SOUZA, Kátia Isabelli de B. Melo de. **Análisis y evolución del panorama laboral del archivero en Brasil**: el Poder Legislativo Federal en escena. 2010. 378 f. Tese (Doutorado em Biblioteconomia e Documentação) – Universidad Carlos III de Madrid, Madrid, 2010.

\_\_\_\_\_. Visibilidade do arquivista no mundo do trabalho. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. **Anais...** Vitória: AARQUES, ENARA, 2010b.

SOUZA, Rosali Fernandez. Entrevista: Celia Ribeiro Zaher. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

STRENTZ, Herb. El derecho de acceso a la información en los Estados Unidos. In: MENDEL, Toby. **El derecho a la información en América Latina: comparación jurídica**. UNESCO: Quito, 2009, p. 236-244.

TAKAHASHI, Tadao (org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TANODI, Aurélio. Enseñanza archivística en América Latina. **Revue de l'Unesco pour la science de l'information, la bibliothéconomie et l'archivistique**, Paris, v. 1, n. 2, 1979, p. 121-132.

\_\_\_\_\_. **The status of archivists in relation to other information professionals in the public service in Latin America**. Paris: UNESCO, 1985.

TAYLOR, Robert S. Professional aspects of Information Science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 1, p. 15-40, 1966.

TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. Museu Histórico Nacional, A. D. 2002: oito décadas de um projeto museológico em movimento. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel. **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.63-74.

TRIGUEIROS, Florisvaldo dos Santos. **Museu e educação**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Manual do Curso de Bacharelado em Museologia**. Universidade de Brasília: 2010.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa. A constituição do campo da comunicação no sul do Brasil a partir da prática de comunicação científica discente. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez (org.). **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da**

**informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora; Marília: Fundepe Editora, 2008, p. 235-251.

VARINE, Hugues de. A Nova museologia: ficção ou realidade. In: **Museologia Social**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2000.

VLEUGELS, Roger. **Overview of all 86 FOIA Countries**, 2008. Disponível em: <<http://www.statewatch.org/news/2008/sep/foi-overview-86-countries-sep-2008.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2010.

VIVAS MORENO, Agustín. El tiempo de la archivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 76-96, set./dez. 2004.

WAGNER, Alfred. The ZCA: catalyst of International Archival Cooperation and Promotion. **Archivaria**, Toronto, n. 8 (Summer 1979).

\_\_\_\_\_. **Sierra Leone: development of the National Archives and records services**. Paris: UNESCO, 1985.

WASSERMAN, Paul. **The teaching of management as a subject for the preparation of librarians, documentalists, archivists and other information specialists**. Paris: UNESCO, 1984.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a História Cruzada: entre a empiria e a reflexividade. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2 2003.

ZANDONADE, Tarcisio. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. 2003. 320 f. Brasília: Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

## 9 FONTES PRIMÁRIAS

### 9.1 Arquivo Nacional<sup>304</sup>

#### 9.1.1 Fundo Arquivo Nacional

ARQUIVO NACIONAL. **Acervo**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 1986.

\_\_\_\_\_. **Acervo**, v. 2, n. 2, Rio de Janeiro, jul./dez. 1987.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 1, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1970a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 1, n. 10, Rio de Janeiro, out/1970b.

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 1, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1970c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 1, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1970d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 2, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1971a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 2, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1971b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 3, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1972a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 3, n. 4, Rio de Janeiro, abr/1972b.

<sup>304</sup> A pesquisa realizada no AN em 2008 retomou alguns dos documentos apresentados na dissertação (MARQUES, 2007) e contemplou outras fontes primárias, aqui diferenciadas pela identificação da sua localização no acervo.



\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 3, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1972c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 3, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1972d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 4, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1973a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 4, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1973b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 4, n. 8, Rio de Janeiro, ago/1973c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 4, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1973d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 4, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1973e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1974a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1974b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1974c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1974d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 4, Rio de Janeiro, abr/1974e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 9, Rio de Janeiro, set/1974f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1974g.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 10, Rio de Janeiro, out/1974h.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 5, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1974i.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 6, n. 3, Rio de Janeiro, mar/1975a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 6, n. 4, Rio de Janeiro, abr/1975b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 6, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1975c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 6, n. 9, Rio de Janeiro, set/1975d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 6, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1975e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 9, Rio de Janeiro, set/1976a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1976b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1976c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1976d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1976e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1976f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 7, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1976g.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1977a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1977b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1977c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1977d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 8, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1977e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1978a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1978b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1978c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1978d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 9, Rio de Janeiro, set/1978e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 9, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1978f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 8, Rio de Janeiro, ago/1979a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1979b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 10, Rio de Janeiro, out/1979c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 9, Rio de Janeiro, set/1979d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1979e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1979f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 4, Rio de Janeiro, abr/1979g.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1979h.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 10, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1979i.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 1, Rio de Janeiro, jan/1980a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 2, Rio de Janeiro, fev/1980b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 8, Rio de Janeiro, ago/1980c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 9, Rio de Janeiro, set/1980d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1980e.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1980f.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 3, Rio de Janeiro, mar/1980g.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1980h.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 10, Rio de Janeiro, out/1980i.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 11, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1980j.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 12, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1981a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 12, n. 10, Rio de Janeiro, out/1981b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 12, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1981c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 12, n. 7, Rio de Janeiro, jul/1981d.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 11, Rio de Janeiro, nov/1982a.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 6, Rio de Janeiro, jun/1982b.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 12, Rio de Janeiro, dez/1982c.

\_\_\_\_\_. **Mensário do Arquivo Nacional**, ano 13, n. 5, Rio de Janeiro, maio/1982d.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça; Arquivo Nacional, 1975.

BRANCHE, Henri Boullier de. **Archivo: organización y métodos**. Serie: Metodología de la Administración, n. 12. San José, Costa Rica. Julio de 1961. Segunda reimpresion.

Arquivo Nacional. Da Comissão Especial da Reforma do Arquivo Nacional. Ao Ministro da Justiça. Assunto: relatório (1967?). **Identificação: AN 579**.

Carta de Mario Melo (Instituto Archeologico de Pernambuco – funcionário dos Telegraphos em Pernambuco) para Alcides Bezerra (Diretor do Arquivo Nacional), de 24 de junho de 1926. **Identificação: AN 656**.

Carta (n. 411), de 21 de setembro de 1944. Do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor do Archivo Nacional dos Estados Unidos da América.

Carta de 11 de outubro de 1944. Do Assistente Representante do Coordenador dos Negócios Inter-americanos para o Diretor do Arquivo Nacional.

Carta (n. 467), de 28 de outubro de 1944. Do Diretor do Arquivo Nacional para o Assistente Representante do Coordenador dos Negócios Inter-americanos.

Carta (n. 252) do Diretor do Arquivo Nacional para o Secretário Geral do Conselho Internacional de Arquivos, de 28 de junho de 1949.

Carta do Diretor do Arquivo da França/Presidente do Comitê do Programa do Congresso Internacional de Arquivos de 1950 para o Diretor do Arquivo Nacional, de 29 de julho de 1949 (acompanha a Carta (n. 252). **Identificação:** AN 654.

Carta do Diretor do Arquivo da França/Presidente do Comitê de organização do Congresso Internacional de Arquivos de 1950 para o Diretor do Arquivo Nacional, de 4 de outubro de 1949 (acompanha a Carta (n. 252).

Carta do Charles Samaran, membro do Conselho Internacional de Arquivos, para o Diretor do Arquivo Nacional, de 18 de outubro de 1949 (acompanha a Carta (n. 252). **Identificação:** AN 654.

Carta do Diretor do Arquivo Nacional do Peru para o Diretor do Arquivo Nacional do Brasil, de 25 de fevereiro de 1953. **Identificação:** AN 656.

Carta de Pierre Marot (em nome da Revista Internacional publicada pelo ICA) para o Diretor do Arquivo Nacional, de 24 de junho de 1954. **Identificação:** AN 654.

Carta do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (Washington) [1954] (documento rasgado). **Identificação:** AN 656.

Carta do Adido Cultural Adjunto (Embaixada Americana) para o Diretor do Arquivo Nacional, de 11 de abril de 1956. **Identificação:** AN 656.

Carta do Diretor do Arquivo Nacional para o Adido Cultural Adjunto da Embaixada Americana, de 14 de abril de 1956.

Carta do Adido Cultural Adjunto (Embaixada Americana) para o Diretor do Arquivo Nacional, de 20 de abril de 1956. **Identificação:** AN 656.

Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur, adido cultural da Embaixada da França [1958?].

Carta do Diretor do Arquivo Nacional para Kecskémeti (secretário adjunto do ICA), de 23 de março de 1960. **Identificação:** AN 654.

Carta do Diretor do Arquivo Nacional para Kecskemeti (ICA), de 5 de junho de 1961. **Identificação:** AN 654.

Carta do Diretor do Arquivo Nacional para o Presidente da Associação Venezuelana de Arquivistas, de 04 de agosto de 1965. **Identificação:** AN 654.

Carta de Pedro Moniz de Aragão para Wayne Grover, arquivista do National Archives and Records Service (NARS), de 08 de dezembro de 1965. **Identificação:** AN 654.

Carta de Michel Duchein, redator chefe da Revista *Archivum*, de 22 de outubro de 1971. **Identificação:** AN 654.

Carta circular aos membros nacionais do Conselho Internacional de Arquivos, de 25 de junho de 1974. **Identificação:** AN 654.

CIA – Conseil International des Archives. Informações sobre as atividades do ICA (1967?). **Identificação:** AN 1227.

Congresso Internacional de Arquivos (1950) – Relatório geral sobre as publicações bibliográficas relativas aos arquivos, de Emilio Re. **Identificação:** AN 654.

Congresso Internacional de Arquivos (1950): relatório geral sobre o controle de arquivos em formação, de Pierre Caillet. **Identificação:** AN 654.

D. A./S. O./1430, de 17 de fevereiro de 1943. Do serviço de obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores para o Diretor do Arquivo Nacional. **Identificação:** AN 579.

DE 433, da FGV (10 de fevereiro de 1947).

Decreto (s. n.), que “Modifica, no Arquivo Nacional, o curso técnico destinado a habilitar os candidatos ao cargo de amanuense e dá outras providências”(março de 1932).

Decreto de 1968 que institui o Sistema Nacional de Arquivos. **Identificação:** AN 654.

Despacho do Sr. Ministro, de 22 de agosto de 1905. **Identificação:** AN 579

Documento n. 82, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (14 de janeiro de 1914).

Documento solto, incompleto e sem data, aparentemente relacionado à Carta de José Honório Rodrigues à Gabrielle Mineur.



Estoque das publicações do Arquivo Nacional

Informação”(s. d.) – Do assessor (Leandro Tocantins) para o Chefe do Gabinete (?).

**Identificação:** AN 1227.

Instruções para o curso de Diplomática no Arquivo Nacional (s/d.).

Legislação. **Identificação:** AN 579

Lista das publicações técnicas [196-]

Minuta n. 198, do *Arquivo Nacional* (29 de agosto de 1919).

Minuta n. 283, de 16 de agosto de 1928. Do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor Geral da Repartição de Telegraphos. **Identificação:** AN 656.

Minuta n. 222, do *Arquivo Nacional* ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (22 de março de 1932).

Minuta n. 245, do *Arquivo Publico Nacional* (6 de outubro de 1912).

Minuta n. 276, do *Arquivo Nacional* (9 de dezembro de 1913).

Minuta n. 381, do *Arquivo Nacional* (7 de dezembro de 1926).

Minuta n. 459, de 24 de dezembro de 1937. Centenário do Arquivo Nacional. Do Diretor do Arquivo Nacional para o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores. Documento deteriorado (rasgado). **Identificação:** AN 945.

Notícia p/ jornal [1959?].

Ofício do Diretor do Arquivo Nacional para o Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, de 30 de março de 1960. **Identificação:** AN 656.

Ofício do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor Geral dos Arquivos da França, de 5 de agosto de 1960. **Identificação:** AN 656.

Ofício do Diretor do Arquivo Nacional para o Conselheiro Cultural da Embaixada da França, de 5 de agosto de 1960. **Identificação:** AN 656.

Ofício do Diretor do Arquivo Nacional para o Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público, de 8 de agosto de 1962. **Identificação:** AN 656.

Ofício n. 210, do Diretor do Arquivo Nacional para o Ministro de Estado da Justiça, de 24 de maio de 1967. **Identificação:** AN 654.

Portaria 1583-216, de 24 de outubro de 1945. Do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. **Identificação:** AN 650.

Projeto do Elenco das Disciplinas do Concurso Oficial de Arquivologia [1960?]

Rascunho datilografado e manuscrito da publicação “Subsídios para a História do AN”, vol. 2, o Arquivo da República. Autor: Bacharel Pandiá H. de Tautphdeus Castelo Branco. (Continuação da publicação n. 35 s. d.) [196?]. **Identificação:** AN 959.

Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838. **Identificação:** AN 579

Regulamento do AN (1916). **Identificação:** AN 579

Regulamento do AN (1923). **Identificação:** AN 493.

*12éme Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives, Jérusalém, 31 août-3 septembre 1970.* **Identificação:** AN 654.

### 9.1.2 Fundo ALA

*Bolsas Centro Interamericano de Desarrollo de Archivos.*

Fundo ALA, rolo 35-98, flash 1.

Fundo ALA, rolo 36-98, flash 1.

Fundo ALA, rolo 36-98, flash 4.

Fundo ALA, rolo 36-98, flash 7.

Fundo ALA, rolo 36-98, flash 10.

Fundo ALA, rolo 37-98, flash 2.

### *Histórico da ALA*

#### **9.2 AAB**

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro, set. 1973a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1973b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, dez. 1974a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 2, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1974b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 2, ago. 1975a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 3, dez. 1975b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 3, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1975c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 4, n.3,  
Rio de Janeiro, dez. 1976a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 4, n.  
1, abr. 1976b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.  
1, Rio de Janeiro, abr. 1977a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.  
3, Rio de Janeiro, dez. 1977b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 5, n.  
2, Rio de Janeiro, ago. 1977c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 6, n.  
2, Rio de Janeiro, ago. 1978a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 6, n.  
3, Rio de Janeiro, dez. 1978b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 6, n.  
1, Rio de Janeiro, abr. 1978c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n.  
1, Rio de Janeiro, jan./abr. 1979a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n.  
2, Rio de Janeiro, ago. 1979b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 7, n.  
3, Rio de Janeiro, set./dez. 1979c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 8, n.  
1, Rio de Janeiro, abr. 1980a.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 8, n.  
2, Rio de Janeiro, ago. 1980b.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 8, n. 3, Rio de Janeiro, dez. 1980c.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 9, n. 1, Rio de Janeiro, abr. 1981.

\_\_\_\_\_. **Arquivo & Administração**, v. 8, n. 2, Rio de Janeiro, ago. 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasília Arquivística**, ano 1, n. 1, jul./ago./set. 1993.

\_\_\_\_\_. **XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia**: a Arquivologia e a construção social do conhecimento. CD-Rom comemorativo: documentos digitalizados dos Anais e das Revistas Arquivos & Administração. Rio de Janeiro: AAB, 2006.

\_\_\_\_\_. **XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**: A Arquivologia no Brasil – diversidades, desigualdades e perspectivas. Goiânia: AAG, 2008.

\_\_\_\_\_. **XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia**: o lugar do arquivo. Programação geral e resumos. Santos: AAB, 2010.

### 9.3 ANCIB

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA, 1. Belo Horizonte, 8 a 10 de abril de 1994. **Anais...**, 1994.

\_\_\_\_\_, 2. Valinhos, 22 a 24 de novembro de 1995. **Resumos...**, 1995.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 3. Belo Horizonte, 10 a 12 de setembro de 1997. **Resumos...**, 1997.

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4. Brasília, 6 a 10 de novembro de 2000. **Resumos...**, 2000.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. Belo Horizonte, 10 a 14 de novembro de 2003. **Anais...**, 2003.

\_\_\_\_\_, 6.  
Florianópolis, 28 a 30 de novembro de 2005. **Anais...**, 2005.

\_\_\_\_\_, 7. Marília,  
19 a 22 de novembro de 2006. **Anais...**, 2006.

\_\_\_\_\_, 8. Salvador,  
28 a 31 de outubro de 2007. **Anais...**, 2007.

\_\_\_\_\_, 9. São Paulo,  
28 de setembro a 01 de outubro de 2008. **Anais...**, 2008.

#### 9.4 CNPq

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia**, n. 1, jun./1978a.

\_\_\_\_\_. **Avaliação e Perspectivas**, v. 8, Brasília: CNPq, 1978b.

Memória da 1ª reunião da comissão especial de estudos das áreas do conhecimento realizada em Brasília, na sede do CNPq, no dia 18 de março de 2005.

Memória da 2ª reunião da comissão especial de estudos das áreas do conhecimento realizada no Rio de Janeiro, na sede da Academia Brasileira de Ciências, nos dias 30 e 31 de maio de 2005.

Portaria conjunta do CNPq, CAPES e FINEP, de 2 de março de 2005.

## 9.5 UNESCO

COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HARMONISATION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT ET DE FORMATION EN SCIENCES DE L'INFORMATION, BIBLIOTHECONOMIE ET ARCHIVISTIQUE, 1984, Paris. **Declaration liminaire**. Paris: Unesco, 1984a. 12 p.

COLLOQUE INTERNATIONAL SUR L'HARMONISATION DES PROGRAMMES D'ENSEIGNEMENT ET DE FORMATION EN SCIENCES DE L'INFORMATION, BIBLIOTHECONOMIE ET ARCHIVISTIQUE, 1984, Paris. **Rapport final**. Paris: Unesco, 1984b. 5 p.

CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LA PLANIFICATION DES INFRASTRUCTURES NATIONALES EN MATIERE DE DOCUMENTATION, DE BIBLIOTHEQUES ET D'ARCHIVES, 1974, Paris. **Document de travail**. Paris: Unesco, 1974. 56 p.

CONFERENCE INTERGOUVERNEMENTALE SUR LA PLANIFICATION DES INFRASTRUCTURES NATIONALES EN MATIERE DE DOCUMENTATION, DE BIBLIOTHEQUES ET D'ARCHIVES, 1974, Paris. **Rapport final**. Paris: Unesco, 1975. 67 p.

EXPERT CONSULTATION ON THE DEVELOPMENT OF A RECORDS AND ARCHIVES MANAGEMENT PROGRAMME (RAMP) WITHIN THE FRAMEWORK OF THE GENERAL INFORMATION PROGRAMME, 1979, Paris. **Final Report**. Paris: Unesco, 1979. 35 p.

INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON THE PLANNING OF NATIONAL DOCUMENTATION, LIBRARY AND ARCHIVES INFRASTRUCTURES, 1974, Paris. **National Information System (NATIS): objectives for national and international action**. Paris: UNESCO, 1974. 32 p.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **International Archival Development Fund / Les Fonds International pour le developpement des Archives**. [S.l.]: International Council on Archives, 1974. 1v.

*Rigth Report on Succession of States in Respect of Matters Other than Treatices. Draft Articles with Commentaries on Succession to State Property, by Mohmammed Bedjaoui, Special Rapporteur, Document A/DN. 4/292, 8 de abril de 1976, p. 35.*

UNESCO. **Enquiry concerning the professional education of librarians and documentalists**. Final Report presented by Mrs. Suzane Briet to the Joint Committee of the

International Federation of Library Associations and of the International Federation for Documentation. Paris, 1951.

### **9.6 Archives Nationales de France**

ARCHIVES NATIONALES DE FRANCE. *Rapport de CSA*, 22 de outubro de 1980.

\_\_\_\_\_. *Rapport de 1987*.

*STAGE TECHNIQUE INTERNACIONAL D'ARCHIVES. Coordonnes des stagiaires. Anne 1951 à 2008.*

\_\_\_\_\_. *Courants: théories et pratiques archivistiques. Coordonnes des stagiaires. Anne 2001 à 2008.*



## 10 APÊNDICES

APÊNDICE A – Manuais arquivísticos internacionais segundo a literatura da área (1898-2000)<sup>305</sup>

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	<i>Handleiding voor het ordenen en beschrijven van archiven</i> (Manual de Arranjo e descrição de arquivos – Manual dos Arquivistas Holandeses)*	1898	Aponta uma autonomia da Arquivologia em relação ao historicismo. Apresenta uma fundamentação teórica e recomendações ainda utilizadas como referência, na compilação de cem regras de arranjo e descrição arquivística, baseadas no Princípio da Proveniência.	Tradução alemã (1905); italiana (1908, com reimpressão em 1974); francesa (1910); inglesa (1940); brasileira (1960, com reimpressão em 1973)
JENKINSON, Hilary	<i>A Manual of archive administration*</i>	1922	É a primeira obra sobre administração de arquivos em língua inglesa. Avança na proposta do Manual dos Arquivistas Holandeses, dando ênfase na administração de arquivos, considerando a imparcialidade e autenticidade dos documentos compreendidos na sua gênese. Não distingue os documentos administrativos daqueles históricos. Concebe a Arquivologia como uma área distinta da História. Logo, o arquivista deve servir, primeiramente, ao seu arquivo e, somente num segundo momento, ao público; não deve interferir na acumulação/organização “natural” dos documentos; seu papel é manter, não selecionar documentos; a avaliação deve ser de responsabilidade do administrador e não do arquivista. Apresenta o conceito de <i>archive group</i> em distinção ao <i>fonds d'archives</i> , ao se referir a uma administração como um todo orgânico. A exemplo do Manual Holandês, foca-se na documentação medieval, com sua série fechada, estável e seu estatuto como registros herdados do passado.	2ª (1937) 3ª (1965)
CASANOVA, Eugenio	Archivistica*	1928	Aborda questões fundamentais quanto à administração de arquivos, critérios para o arranjo e descrição, história dos arquivos e sua natureza jurídica. Critica a organização temática dos arquivos (arranjo e descrição); não separa o arquivo administrativo do histórico; integra os arquivos públicos e privados.	Reimpressões (1955, 1966)

<sup>305</sup> Aqui inserimos apenas os livros indicados na literatura arquivística como referências da área, a fim de compararmos com o universo pesquisado na Biblioteca do AN. Suas contribuições aparecem conforme descritas na literatura. Nos casos em que as omitimos, a literatura também o fez.

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
KONARSKI, Kazimierz	Nowozytna archiwistyka polska i jej zadania ( <i>Contemporary Polish Archive Science and its Tasks</i> )	1929	O primeiro manual em língua eslava sobre administração de arquivos.	-
DOLGIKH , F.I.; RUDELSON , K.I. (Eds.)	<i>Teoría i praktika arhivnogo delà v SSSR</i> ( <i>Theory and practice of archival work in the USSR</i> )	1946	Voltada para o arranjo dos documentos, na organização do trabalho arquivístico. Suas traduções têm sido utilizadas na maioria dos países do Leste Europeu.	Traduções: polonês, alemão, servo-croata; reimpressão (1980)
BRENNEKE, Adolf	<i>Archivkunde: ein Betrag zur Theorie und Geschichte des Europäuschen Archivwesens</i> ( <i>Archives: a contribution to the theory and history of European Archives</i> )	1953	Teorização da arquivística na corrente de pensamento alemã. Reconhecida como a primeira obra que desenvolve a teoria arquivística como uma ciência. Discorre sobre o Princípio da Proveniência e apresenta o panorama dos arquivos e sua história em diversos países.	-
SCHELLENBERG, Theodore	<i>Modern archives: principles and techniques*</i>	1956 (Ingla- terra)	Sistematização teórica da arquivística americana, concentra-se nos problemas referentes aos documentos modernos, inclusive na sua gestão. Distingue documentos administrativos e documentos de arquivo; valor primário e valor secundário; valor histórico e valor informativo. Preocupa-se com a conservação do máximo de informação, preservando o mínimo de documentos.	2ª (1957 - EUA); tradução espanhola (1958); tradução portuguesa pelo Brasil (1974); reimpressão (1975); 2ª tradução em espanhol (1987, México)
COLLINGRIDGE, J. H.	<i>Le triage des archives</i>	1956 (Itália)	Utilizado no CCA da ALA.	-
CASSESE, Leopoldo	<i>Introduzione allo studio dell'archivistica</i>	1959	Preocupações de caráter científico, para além das visões tecnicistas e pragmáticas.	Reedição (1980)
SCHELLENBERG, T. R.	<i>La importancia de los archivos</i>	1959 (Bolívia)	Utilizado no CCA da ALA.	-
MATILLA TASCÓN, Antonio	<i>Cartilla de organización de archivos</i>	1960	Um guia para a administração de arquivos, considera a Arquivologia como ciência (conceitos, princípios, organização e descrição) e técnica (instalação, materiais e administração). Ainda apresenta questões relacionadas à origem dos arquivos, classificação, descrição e utilização de documentos. Também utilizado no CCA da ALA.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
TANODI, Aurélio	<i>Manual de Archivologia Hispanoamericana: terias e principios*</i>	1961	Distingue a teoria arquivística (conceitos gerais e história dos arquivos), da Arquivoeconomia (aspectos materiais, como a conservação, a restauração e os edifícios) e do serviço. Enfatiza o caráter científico da disciplina, ao discutir problemas conceituais referentes ao seu objeto (arquivalia) e método, ajustado aos fins dos arquivos e da arquivalia. Utilizado no CCA da ALA.	Obra publicada pela <i>Escuela de Archiveros de Córdoba</i> , no âmbito da <i>Collectanea Archivística</i>
BAUTIER, Robert-Henri	<i>Les archives</i>	1961	Traça a evolução dos arquivos desde a Antiguidade e delinea os problemas enfrentados pela Arquivologia em suas novas perspectivas: arquivos administrativos, arquivos privados; arquivos impressos, sonoros, visuais e o microfilme.	-
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Técnicas descriptivas de archivos*</i>	1961	Utilizado no CCA da ALA.	Obra publicada pela <i>Escuela de Archiveros de Córdoba</i> , no âmbito da <i>Collectanea Archivística</i>
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Principios archivísticos de ordenación*</i>	1961 (Washington)	Utilizado no CCA da ALA.	-
SCHELLENBERG, T. R.	<i>Public and private records: their arrangement and description</i>	1963	-	Traduções brasileiras para o português: <i>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição</i> (1973; 1980)
SÁNCHEZ BELDA, Luís	<i>Bibliografía de Archivos españoles y de Archivística</i>	1963	-	-
PEROTIN, Yves	<i>El concepto de archivo y las fronteras archivísticas</i>	1963 (Paris)	Utilizado no CCA da ALA.	-
POSNER, Ernst	<i>American State Archives</i>	1964	Estudo das agências de arquivo estatais dos EUA.	-
SCHELLENBERG, Theodore	<i>The management of archives*</i>	1965	Um manual de arranjo e descrição, comparado com os sistemas de bibliotecas. Apresenta os princípios básicos da avaliação, com suas correspondências terminológicas. Não distingue o tratamento de documentos produzidos por instituições públicas daqueles de instituições privadas.	-
-	<i>Archivni prirucka (Archives Manual)</i>	1965	Contém as principais questões em relação à teoria e à prática arquivística.	Reimpressão (1971)

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
DUCHEIN, Michel	<i>Les bâtiments d'archives, construction et équipements*</i>	1966	Descreve o planejamento, construção e equipamentos dos prédios das instituições arquivísticas.	Reimpressão (1985)
PEROTIN, Yves	<i>Manuel d'archivistique tropicale</i>	1966	Um manual para profissionais de arquivos públicos, especialmente aqueles de países tropicais. Contém aspectos fundamentais da teoria e prática arquivística.	-
ENDERS, Gerhard	<i>Archivverwaltungslehre</i>	1967	Utilizada como um modelo da tradição de organização dos arquivos da Alemanha Ocidental (somente pela Marburg Archives School).	-
TANODI, Aurélio	<i>Guia de los archivos de Córdoba*</i>	1968	-	Obra publicada pela <i>Escuela de Archiveros de Córdoba</i> , no âmbito da <i>Collectanea Archivistica</i>
SANDRI, Leopoldo	<i>La storia degli archivi</i>	1968	Descreve a história dos arquivos, inserindo a pesquisa arquivística na metodologia das ciências históricas	-
BENEDON, William	<i>Records management</i>	1969	-	-
CENCETTI, Giorgio	<i>Scritti archivistici</i>	1970	Coleção de artigos que defende a unidade arquivística, na mesma linha de Casanova.	Reúne artigos concebidos nos anos 1930, republicando-os em 1970
ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS	<i>Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*</i>	1970	Elaborado por mais de quarenta profissionais e especialistas da área, torna-se referência por apresentar uma série de princípios, regras e exemplos, embora ainda de forma prática e descritiva. Evidencia a importância da arquivística francesa desde a Revolução de 1789. Utilizado no CCA da ALA	-
LAROCHE, Carlo	<i>Que signifie Le respect des fonds? Esquisse d'une Archivistique structurale</i>	1971	Apresenta uma visão estruturalista do tema e chega a uma noção de <i>fundo</i> relativa e multiforme, com a ideia de uma ordem original, que dá significado ao arquivamento. Distingue a hierarquia estrutural do arquivo daquela burocrática (das competências). Considera que é a estrutura da ação que define as funções e facetas que organizam o fundo. Caminha para um entendimento científico da Arquivologia.	-
BOOMS, Hans	<i>Society and the formation of a documentary heritage: issues in the appraisal of Archival sources</i>	1972	Defende que a sociedade deve ser autorizada a definir os seus próprios valores e que esses valores devem ser representados e espelhados nas formas de arquivamento. Esta é a base da macroavaliação, implantada no Arquivo Nacional do Canadá no início da década de 1990.	1986
NILSSON, Nils	<i>Arkivkunskap (Learning archives)</i>	1973	Apresenta conceitos da teoria arquivística e sua história, além de orientações práticas para o trabalho arquivístico	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
VILFAN, Sergii; ZONTAR, Joze	<i>Arhivistika</i>	1973	Manual básico sobre a teoria arquivística, com aspectos fundamentais para a administração de arquivos.	-
SAMARAN, Charles	<i>L'Histoire et ses methods: recherche, conservation et critique des témoignages**</i>	1973	Trabalho de referência para trabalhos históricos e suas técnicas.	-
FRANZ, Eckhard G.	<i>Einführung in der Archivkunde (Introduction to the Archives)</i>	1974	-	-
OLIER, J. H.; DELMAS, Bruno	<i>La planification des infrastructures nationales de documentation, de bibliothèques et d'archives: esquisse d'une politique générale*</i>	1974	A primeira parte descreve o planejamento da infraestrutura nacional dos serviços de documentação e bibliotecas e, a segunda, o planejamento da infraestrutura de arquivos (sem comparação entre as duas partes).	Traduções: inglês e espanhol
DUBOSCQ, Guy; MABBS, A. W.	<i>Organisation du préarchivage*</i>	1974	Guia para a organização de depósitos centrais, baseado na pesquisa da situação de diferentes países.	-
DUCKETT, Kenneth W.	<i>Modern manuscripts: a practical manual for their management, care and use*</i>	1975	Manual sobre arranjo, descrição e uso dos arquivos privados.	-
LEISINGER, Albert	<i>La microphotography aux archives*</i>	1975	-	-
PAPRITZ, Johannes	<i>Archivwissenschaft (Archival Science)</i>	1976	Constituída de quatro volumes, representa a Arquivologia da “escola” de Marburgo. Focaliza a análise científica dos arquivos, tipos de documentos, seu arranjo e descrição.	-
DUCHEIN, Michel	<i>Archives buildings and equipament*</i>	1977	-	Reedição ampliada (1988)
COOK, Michael	<i>Archives administration: a manual for intermediate and smaller organizations and for local government</i>	1977	Com objetivos práticos, reapresenta os <i>records</i> e os <i>archives</i> de forma distinta, a exemplo da proposta norteamericana, focando os arquivos intermediários. Embora ressalte a conservação dos documentos históricos, apresenta problemas concernentes à pesquisa e ao acesso à informação.	Reimpressão (1978) Tradução para o chinês (1988)
GRACY II, David B.	<i>Archives &amp; manuscripts: arrangement and description</i>	1977	Manual de arranjo e descrição, preocupado com os limites de aplicação do Princípio de Respeito à Ordem Original.	-
FLECKNER, John	<i>Archives &amp; manuscripts: surveys</i>	1977	Guia para a elaboração de inquéritos.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
BRICHFORD, Maynard T.	<i>Archives &amp; manuscripts: appraisal and accessioning</i>	1977	Apresenta questões concernentes ao processo de avaliação, detalhando como estabelecer o controle físico, legal e intelectual sobre os documentos selecionados para acesso.	-
HOLBERT, Sue E.	<i>Archives &amp; manuscripts: reference and access</i>	1977	Guia para serviços de referência, com regras para acesso a documentos.	-
WALCH, Timothy	<i>Archives &amp; manuscripts: security</i>	1977	Guia para o planejamento e implementação de medidas de segurança em depósitos.	-
SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS	<i>Basic Manual Series I and II</i>	1977	Uma coleção de manuais publicados independentemente, sobre uma função de arquivamento ou prática. Cada série possui cinco publicações.	-
CZESLAW, Biernat	<i>Problemy archiwistyki wspolczesnej Podrecenik (Problems of Modern Archive Science)</i>	1977	Contempla os principais aspectos da administração de arquivos.	-
<i>Savez Drustava Arhivskih Radnika Jugoslavije (União das Sociedades de Arquivistas da Iugoslávia)</i>	<i>Prirucnik iz arhivistike (Manual on archive administration)</i>	1977	Contém os principais tópicos da teoria e prática arquivística da época.	-
-	<i>Arhivska tehnika (Archival Technique)</i>	1977	Coleção de artigos sobre suportes arquivísticos, conservação, restauração, construções de prédios que abrigam arquivos, equipamentos e reprografia.	-
MEURLING, Anna Christina	<i>Arkivhandboken (Handbook on archives)</i>	1977	Manual sobre a gestão de documentos em empresas.	Tradução: inglês
MIJLAND, H. J. M.	<i>Documentkennis der financiele administratie in hoofdzaak van 19e en vroeg 20e eeuwse (Knowledge of financial document mainly administrative records of 19th and early 20th century)</i>	1978	Obra voltada para o arranjo e descrição de documentos financeiros do século XIX e início do século XX.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Archivos de España y América: materiales para un manual*</i>	1979	Compilação de trabalhos que contemplam diferentes aspectos da teoria arquivística e sua aplicação.	-
BELL, L.; FAYE, B.	<i>La conception des bâtiments d'archives en pays tropical*</i>	1979	Obra escrita por um arquivista e um arquiteto, voltada para problemas relacionados à construção de arquivos em países tropicais.	-
CHABORD, Marie-Thérèse; COUGNENC, Marguerite	<i>Les archives des administrations centrales, conseils pratiques*</i>	1979	Instruções para a gestão de documentos da aviação civil.	-
ANTONIELLA, Augusto	<i>L'archivio comunale postunitario. Contributo all'ordinamento degli archivi dei comuni</i>	1979	Manual para arquivos municipais, contemplando legislação, arranjo e preservação de documentos históricos, além da terminologia arquivística.	-
DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves	<i>L'interdependance des archives et de la gestion des documents: une approche globale de l'archivistique</i>	1980	Apresenta novas preocupações, mais teóricas que as anteriores. Destaca a gestão dos documentos no âmbito arquivístico.	-
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Manual de organización de fondos de Corporaciones Locales. El Archivo de la Diputación Provincial de Sevilla</i>	1980	-	-
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Documentación y Documentos*</i>	1980	-	-
CASTERLINE, Gail Farr	<i>Archives &amp; manuscripts: exhibits*</i>	1980	Guia para o planejamento e desenvolvimento de exposições.	-
GUERIN-BROT, Isabelle	<i>Les archives des entreprises: conseils pratiques d'organisation*</i>	1980	Descreve as fases da vida de um documento e sua seleção no âmbito da preservação permanente. Inclui os suportes especiais como os microfílm e registros sonoros.	Reedição: 1989
LODOLINI, Elio	<i>Organizzazione e legislazione archivistica italiana</i>	1980	Traça a história da Arquivologia na Itália e da sua legislação.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
DOLGICH, F. I.; RUDEL, K. I.	<i>Teoria I praktika archivnogo dela v SSSR: Ucebnik (Archival theory and practice in the USSR)</i>	1980	-	Traduzida para o alemão em
TAYLOR, Hugh	<i>The arrangement and description of archival materials</i>	1980	Apresenta questões fundamentais sob o ponto de vista técnico do arranjo e descrição de documentos (elaboração de instrumentos de pesquisa), considerando, inclusive os suportes especiais.	-
	<i>Information ecology and the archives of the 1980s</i> <sup>306</sup>	1984	Inspira muitos arquivistas canadenses e de outros países, na sua perspectiva histórica de cuidar dos registros antigos e, simultaneamente os apresenta a “Era da Informação”. Revitaliza a questão da organicidade, explorando as interconexões entre a sociedade e o registro documental, entre o ato e o documento.	-
DISPUTACION PROVINCIAL DE SEVILLA	<i>Archivística: estudios básicos*</i>	1981	Reunião de artigos de vários autores sobre aspectos teóricos, técnicos e organizacionais da administração de arquivos.	-
HICKERSON, H. Thomas	<i>Archives &amp; manuscripts: an introduction to automated access*</i>	1981	Descreve a implementação de técnicas automatizadas para o acesso a documentos.	-
CONTINOLO, Giuseppe	<i>El archivo en la organización moderna</i>	1981	-	3ª ed. (1973)
CHAULEUR, Andrée	<i>Bibliothèque et archives: comment se documenter?</i>	1981	Guia para os serviços de arquivos e bibliotecas franceses.	-
MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION NATIONALE	<i>Les archives des administrations: conseils pratiques</i>	1981	Adaptação da obra de Chabord e Cougnenc (1979) para a Administração da Educação Nacional.	-
-	<i>Metodicheski kodeks (Methodical Manual)</i>	1982	Um manual que trata da organização das instituições arquivísticas, da administração dos arquivos, da gestão de material de arquivo em novas mídias e da publicação de documentos de arquivos.	-
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Manual de archivos municipales*</i>	1982	Manual para arquivos municipais, contemplando questões relativas à gestão, arranjo, descrição e transferência de documentos.	2ª edição revista e ampliada (1989)
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Manual de instrumentos de descripción documental</i>	1982	Análise da descrição de documentos.	-
CIGREF	<i>L'archivage électronique</i>	1982	-	-

<sup>306</sup> Juntamente de dois outros artigos, de 1982 e 1987, do mesmo autor.



AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
SERVICE CENTRAL D'ORGANISATION ET MÉTHODES	<i>La fonction archives dans les services administratifs publics et privés</i>	1982	Obra básica sobre administração de arquivos de instituições públicas e privadas.	-
COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean- Yves	<i>Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche*</i>	1982	Primeira obra quebequense de síntese em Arquivologia. Destaca a gestão dos documentos no âmbito arquivístico e a descrição do ciclo de vida dos documentos desde a sua criação no âmbito de um programa de gestão. Muito utilizado nos Estados Unidos e, pouco, na França, provavelmente devido às diferenças nas tradições arquivísticas.	Traduzido em inglês e espanhol.
PETERSON, Ann E.; CASTERLINE, Gail Farr	<i>Archives &amp; manuscripts: public programs*</i>	1982	Explica o papel dos programas públicos para uma instituição arquivística.	-
EHRENBERG, Ralph E.	<i>Archives &amp; manuscripts: maps and architectural drawings*</i>	1982	Trabalho de referência sobre avaliação, arranjo, descrição, conservação, armazenamento, identificação e recuperação de mapas, desenhos arquitetônicos e materiais afins.	-
SUNG, Carolyn Hoover	<i>Archives &amp; manuscripts: reprography</i>	1982	Descreve as técnicas e apresenta os equipamentos para reprografia.	-
VÁSQUEZ, Manuel	<i>Manual de selección documental</i>	1982	Defende a cientificidade da Arquivologia e concebe o arquivista como profissional especializado.	2ª edição (1992); 3ª (1995)
<i>Folkrörelsernas arkivförbund, Civildepartment</i>	<i>Folkrörelsernas arkivforbu (Handbook for the archives of national movements)</i>	1982	Escrito por vários autores, o texto volta-se para a gestão e arranjo de documentos de uma associação.	-
BERNER, Richard C.	<i>Archival Theory and practice in the United States: a historical analysis</i>	1983	Síntese do desenvolvimento teórico e prático, sobretudo quanto ao arranjo e descrição de arquivos nos EUA. Revaloriza o Princípio da Proveniência e contempla os sistemas automatizados de arquivos e o desenvolvimento da formação e treinamento em Arquivologia.	-
RITZANTHALER, Mary Lynn	<i>Archives &amp; manuscripts: conservation</i>	1983	Voltado para os problemas de conservação do ponto de vista dos responsáveis administrativamente pelos arquivos e coleções de manuscritos, focando aspectos rotineiros da atividade arquivística.	-
HENSEN, Steven	<i>Archives, personal paper and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscript libraries*</i>	1983	Compilação de regras americanas para a descrição de arquivos, a partir da descrição e catalogação bibliográficas.	Reedição (1989)

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
MATA CASTILLÓN, José Manuel; NÚÑEZ CONTRERAS, Luis; HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística: estudios básicos</i>	1983	-	-
PIAZZALI, Luis	<i>Manual practico sobre técnicas archivísticas</i>	1983	Manual para a gestão de documentos em arquivos de empresas e sua administração.	-
FLIEDER, Françoise; DUCHEIN, Michel	<i>Livres et documents d'archives: sauvgarde et conservation</i>	1983	-	-
COMITTEE ON BUSINESS ARCHIVES OF ICA	<i>Business archives studies on international practices</i>	1983	Com base em uma pesquisa, compara a situação dos arquivos em diferentes países, oferecendo alternativas para a sua organização e manutenção.	-
CARUCCI, Paola	<i>Le fonti archivistiche: ordinamento e conservazione*</i>	1983	Contém os principais tópicos da teoria e prática arquivística, principalmente quanto ao arranjo e descrição. Considerado um texto básico para a formação do pessoal de arquivo na Itália.	-
HORSMAN, P. J.; SIGMOND, J. P.	<i>Het land van herkomst reader van artikelen rond het herkomstbeginsel (Origin reader of articles about the origin principle)</i>	1983	Coleção de artigos sobre o Princípio da Proveniência e o seu desenvolvimento na Holanda.	-
STATE ARCHIVES SCHOOL	<i>Leidraad bij de lessen in het ordenen en beschrijven van archieven (Guide to the lessons in organizing and describing archives)</i>	1983	Guia para o arranjo e descrição de documentos.	-
BRACHMANN, Botho (org.)	<i>Archivwesen der Deutschen Demokratischen Republik: theorie und praxis (Archives of the German Democratic Republic: theory and practice)</i>	1984	Escrita por vários autores, esta obra é concebida como um novo modelo de organização dos arquivos alemães. Contempla a teoria e a prática arquivística, sob uma perspectiva internacional.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
HEREDIA HERRERA, Antonia	<i>Archivística general: teoría y práctica</i>	1984	Considerada uma das significantes obras da Arquivologia espanhola até a década de 1990, ressalta a importância da tradição hispânica. Distingue classificação de ordenação e enuncia os principais níveis de descrição. Discute a metodologia arquivística, terminologia e a descrição de documentos.	3ª edição (1988); 5ª (1991); 7ª (1993)
PESCADOR DEL HOYO, Maria del Carmen	<i>El archivo: instrumentos de trabajo*</i>	1984	Analisa a descrição arquivística.	-
HILDESHEIMER, Françoise	<i>Les archives: pourquoi? Comment?</i>	1984	Guia para usuários, descreve métodos de gestão de arquivos e o acesso a eles.	-
HENDRIKS, Klaus B.	<i>The preservation and restoration of photographic materials in archives and libraries</i>	1984	Guia sobre a preservação e restauração de documentos fotográficos.	Traduções: francês e espanhol
LODOLINI, Elio	<i>Archivística: principi e problemi</i>	1984	Apresenta os problemas teóricos e jurídicos da Arquivologia, comparando as diferentes teorias arquivísticas clássicas. Descreve a natureza dos arquivos, dos documentos e suas origens. Identifica os princípios da Proveniência e Respeito aos Fundos com o conceito operatório de método. Sua leitura historicista de método acaba limitando sua contribuição, baseada na teoria clássica quanto ao aspecto orgânico dos arquivos e ainda essencial para a fundamentação teórica da área.	5ª (1990) Traduções: inglês e espanhol
NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE	<i>A modern archives reader: basic readings on archival theory and practice*</i>	1984	Coleção editada por Maygene F. Daniels e Timothy Walch, teve muitos dos seus artigos publicados primeiramente na <i>The American Archivist</i> . Apresenta textos considerados básicos quanto à teoria e prática arquivística, sendo, por isso, considerada como referência da época.	-
PEACE, Nancy E.	<i>Archival choices: managing the historical record in an age of abundance</i>	1984	Coleção de textos sobre a avaliação de documentos contemporâneos.	-
HEDSTROM, Margaret L.	<i>Archives &amp; Manuscripts: Machine-Readable Records</i>	1984	Descreve a avaliação, arranjo, descrição e preservação de documentos gerados em meio eletrônico.	-
RITZENTHALER, Mary Lynn; MUNOFF, Gerald J.; LONG, Margery S.	<i>Archives &amp; Manuscripts: administration of photographic collections*</i>	1984	Descreve o desenvolvimento dos sistemas de avaliação, coleta, organização e preservação de fotografias.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
VINOGRADOV, V. M. et al	<i>Theoretical problems of archive maintenance from the stand-point of information science</i>	1984	Numa perspectiva interdisciplinar, considera a Arquivologia como uma ciência.	-
GLAVNOE ARHIVNOE UPRAVLENIE PRI SOVETE MINISTROV SSSR	<i>Osnovnye pravila roboty gosudartsvennyh arhivov SSSR (Basic working rules of the state archives in the USSR)</i>	1984	Orientações práticas para os arquivos estatais russos.	-
ZONTAR, Joze	<i>Archivistika</i>	1984	Manual básico de teoria arquivística, com os principais tópicos da administração de arquivos.	-
RASTAS , Pirkko	<i>Arkistotoimi ja asiakirjahallinto (Archives administration and records management)</i>	1984	Introdução ao trabalho prático e à gestão de documentos.	-
CARDINAL, Louis et al	<i>Les instruments de recherche pour les archives</i>	1984	Normalização dos instrumentos de pesquisa	-
BUCKLAND, Y.	<i>Personnel Records</i>	1984	Fruto de um seminário, volta-se para o tratamento dos arquivos pessoais.	-
FAVIER, Jean	<i>Les archives</i>	1985	Descreve a história, a organização e o acesso aos arquivos franceses e europeus.	-
DURAND-ÉVRARD, Françoise; DURAND, Claude	<i>Guide pratique à l'usage de l'archiviste-documentaliste: un exemple concret – les communes</i>	1985	Guia prático voltado para a gestão de arquivos municipais, apresenta as diferentes técnicas utilizadas por arquivistas e documentalistas.	Reimpressão (1987)
GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga	<i>Introducción a la archivística</i>	1985	-	Reedição em castelhano (1989)
GIUFFRIDA, Romualdo	<i>Antologia di Scritti Archivistici</i>	1985	Coleção de artigos sobre os principais tópicos da administração de arquivos.	-
<i>Glavnoe Arhivnoe Upravlenie Pri Sovete Ministrov SSSR</i>	<i>Osnovnye pravila roboty s naucno-... (Basic working rules with the scientific-technical documentation in the state archives in the U S S R )</i>	1985	Descreve o arranjo, avaliação, eliminação e uso de documentos técnicos e cartográficos.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
PROCTER, Margaret; COOK, Michael	<i>The manual of archival description: recent research in archival description in the United Kingdom*</i>	1985/ 1986	Manual prático com padrões, regras e recomendações para a descrição arquivística e a elaboração de instrumentos de pesquisa.	-
MC CRANK, L. J.	<i>Archives and library administration. divergent traditions and common concerns</i>	1986	Voltada para a gestão de arquivos privados e manuscritos de universidades.	-
STIELOW, Frederick J.	<i>The management of oral History Sound Archives</i>	1986	Descreve a criação, organização e gestão de documentos oriundos de trabalhos da história oral, contemplando suas implicações legais, processamento técnico e preservação.	-
COOK, Michael	<i>The management of information from archives*</i>	1986	Situa a Arquivologia no mundo da informação, oferecendo detalhes quanto à gestão de arquivos e os seus desafios no âmbito da gestão da informação. Focaliza o arranjo e a descrição de documentos e a recuperação da informação em sistemas arquivísticos.	-
COOK, Michael	<i>Guidelines on curriculum development in information technology for librarians, documentalists and archivists</i>	1986	-	Traduções: francês e espanhol
COOK, Michael; PROCTER, Margaret	<i>A manual of Archival Description – MAD 2*</i>	1986	Torna-se uma obra clássica, inclusive no mundo anglo-saxão.	1989 (2ª ed.)
BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES.	<i>Les normes de description en Archivistique: une nécessité</i>	1986	Relatório e recomendações sobre a elaboração de normas descritivas	-
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	<i>Bâtiments d'archives. Vingt ans d'architecture française. 1965-1985</i>	1986	Descreve os prédios que abrigam arquivos na França e os métodos utilizados na sua construção.	-
GIESSEL, A.; KETELAAR, F. C. J.; TEULLING, A. J. M.	<i>Archiefbeheer in praktijk (Records management in practice)</i>	1986	Obra publicada em doze suplementos em 1986 e completada em 1991. Utilizada na formação de arquivistas da <i>State Archives School</i> , na Holanda.	-
HORSMAN, P. J.	<i>Ordenen van archieven (Organize archives)</i>	1986	Texto sobre o arranjo de documentos.	-
KONSTANTINOV, Milos	<i>Arhivistika</i>	1986	Apresenta os principais tópicos da teoria e prática arquivística.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
BRUK, Ivanka; POPOVIC, Ljubodrag	<i>Arhivistika</i>	1986	Também apresenta os principais tópicos da teoria e prática arquivística.	-
MELLATT	<i>Les archives dans les administrations centrales et les établissements publics: l'esprit et les methods</i>	1987	Voltado para a administração central e órgãos públicos.	-
MELLATT	<i>Les archives dans les services extérieurs: l'esprit et les methods</i>	1987	Estudo temático escrito para os escritórios locais dos ministérios do Abastecimento e Transportes.	-
HARRISON, Helen P.	<i>The archival appraisal of sound records and related materials*</i>	1987	Apresenta os princípios de métodos de avaliação de documentos sonoros.	-
CHAMPAGNE, Michel; CHOUINARD, Denys	<i>Le traitement d'un fonds d'archives: ses documents historiques</i>	1987	Pequeno manual prático sobre o manuseio de arquivos públicos e privados.	-
DRYDEN, Jean E.; HAWORTH, Kent M.	<i>L'élaboration de normes de description: appel à l'action</i>	1987	Dá continuidade às recomendações da obra <i>Les normes de description en Archivistique: une nécessité</i> (1986)	-
PEDERSON, Ann	<i>Keeping archives*</i>	1987	Escrito por vários autores, focaliza o trabalho prático nas instituições arquivísticas. Diferentemente das abordagens europeia, norteamericana e canadense, entende a série como base para a análise de qualquer arquivo.	Reedição (1988; 1993)
MARTHINSEN, Jorgen H.	<i>Arkivdanning. Veiledning i arkivarbeid (Stock Formation. Guidance on archival work)</i>	1987	Voltado para a gestão de documentos contemporâneos.	-
STATE ARCHIVES SCHOOL	<i>Reader archivistiek en inventarisatie (Reader archiving and inventory of the strate)</i>	1987	Coleção de artigos em sua maioria advindos da <i>Nederlands Archievenblad</i> , além de artigos não publicados da <i>State Archives School</i> .	-
COOK, Michael	<i>Computer-generated records</i>	1987	Fruto de um seminário realizado na <i>University of Liverpool</i> , busca identificar os principais problemas relacionados à criação e disponibilização de documentos produzidos em meio eletrônico.	-
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	<i>Recueils des lois et règlements relatifs aux archives: 1958-1988</i>	1988	Descreve a organização dos arquivos, bem como a teoria, métodos e prática da administração de arquivos.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
CHAMBRE DE COMMERCE ET D'INDUSTRIE DE PARIS	<i>Gérer, organiser vos archives, mémoriser l'information interne</i>	1988	Concebido pelas câmaras de comércio que queriam criar um serviço ou função de arquivo.	-
DUCHEIN, Michel	<i>Archives buildings and equipment*</i>	1988	Detalhado manual prático sobre os locais que abrigam arquivos e seus equipamentos.	-
ULFSPARRE, Anna Christina	<i>The management of business records</i>	1988	Uma nova edição do manual sueco <i>Arkivhandboken</i> (1977) sobre gestão de arquivos.	-
EVANS, Frank B.	<i>Managing archives and archival institutions*</i>	1988	Fruto da parceria entre arquivistas americanos e britânicos, traz capítulos escritos por vários autores, propiciando uma visão geral dos temas essenciais da área. Foca as mudanças ocorridas nas instituições arquivísticas, a gestão dos documentos contemporâneos e os novos materiais (audiovisuais, eletrônicos e objetos da história oral).	Reimpressão ou 2ª ed. (1989 – EUA)
KESNER, Richard M.	<i>Information systems: a strategic approach to planning and implementation</i>	1988	Analisa o papel dos arquivistas e gestores de documentos no desenvolvimento e gestão de sistemas de informação institucional.	-
SCHIE, H. A. J. van	<i>Registratuur van de Nederlandse overheidsadministratie in de negentiende eeuw (Registrar Structure of the Dutch government administration in the nineteenth century)</i>	1988	Descreve os sistemas de registro da administração das empresas holandesas do século XIX.	-
RATSMAN, P.; WILMER, C. C. S.	<i>Handleiding voor net beheer van een topografisch- historische atlas (Guide to managing a network topografisch- historical atlas)</i>	1988	Descreve a prática da gestão de documentos cartográficos em arquivos e bibliotecas utilizada na <i>State Archives School</i> .	-
BUCHANAN, Sally A.; MURRAY, Toby	<i>Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives*</i>	1988	Manual prático sobre planejamento em caso de desastre causado por fogo ou água.	Tradução: árabe e russo

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
PARKER, Thomas A.	<i>Study on integrated pest management for libraries and archives</i>	1988	Apresenta os riscos causados por pestes em arquivos e bibliotecas e as técnicas para preveni-las e controlá-las.	Tradução: espanhol
<i>Archivna Sprava Ministerstva Vnutra SSR (Arquivos do Ministério da Administração Interna SSR)</i>	<i>Qchрана. spristupnovanie a vyuzivanie archivnych dokumentov (Preservation, access to archives and the used of archives documents)</i>	1988	Traz conceitos básicos como pré-arquivamento, registro, publicação de fontes, acesso, proteção aos documentos de arquivo.	-
NORDBERG, Axel	Arkivera ratt (Filing in the right way')	1988	Manual prático que contempla os principais tópicos sobre a gestão de documentos e a administração de arquivos em empresas.	-
CAMPHAUSEN, Walter; REXHEUSER, Rex	<i>Ostdeutsche archivalische Sammlungen. Einleitfadens für Erschliessung und Aufbewahrung (East German archival collections)</i>	1989	Guia para o arranjo, descrição e preservação de arquivos em organizações privadas.	-
LOPEZ GOMEZ, Pedro; GALLEGO DOMINGUEZ, Olga	<i>Introduccion a la Archivista*</i>	1989	A primeira obra arquivística escrita em galego. Uma introdução à teoria arquivística.	Traduções: espanhol e basco
ROBOTKA, Halina; RYSZEWSKI, Bohdan; TOMCZAK, Andrzej	<i>Archiwistyka</i>	1989	Apresenta aspectos centrais da teoria e prática arquivística.	-
GARLAND, S.	<i>Financial records</i>	1989	-	-
EMMERSON, Peter	<i>How to manage your records: a guide to effective practice</i>	1989	Escrito por vários autores, o manual preocupa-se com a criação e manipulação de documentos e informações.	-
PENN, Ira A. ; MORDDDEL , Anne; PENNIX, Gail; SMITH, Kelvin	<i>Records Management Handbook</i>	1989	Contempla questões práticas referentes à gestão de documentos no Reino Unido e nos EUA.	-



AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
ROTZSCH, Helmuth; WACHTER, Wolfgang	<i>Study on mass conservation techniques for treatment of library and archives material</i>	1989	Descreve os avanços em relação à restauração de massa e aos métodos de conservação, considerando os aspectos econômicos, técnicos e estéticos.	1991 (francês)
KEENE, James A.	<i>Manual of archival reprography*</i>	1989	Detalhado manual concebido pelo comitê de reprografia do ICA, sobre a microfilmagem, seus métodos, suas técnicas e aplicações nos arquivos.	-
GLAVNOE ARHIVNOE UPRAVLENIE PRI SOVETE MINISTROV SSSR	<i>Pravila raboty gosudartsvennyh rajonnyh i gorodskih arhivov (Working rules of the state regional and municipal archives')</i>	1989	Orientações para os arquivos regionais e municipais públicos.	-
DURANTI, Luciana	<i>Diplomatics: new uses for an old Science</i>	1989	Visão geral da proposta que fundamentaria uma série de artigos em 1991-1992.	Tradução espanhol (1995)
BAILEY, Catherine	<i>Archival theory and electronic records</i>	1989-1990	Reflexão sobre o impacto da informática nos arquivos e na teorização arquivística	-
BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES	<i>Rules for archival description</i>	1990	Série de publicações que contempla regras gerais de descrição e regras relativas a suportes específicos, bem como aos diversos níveis descritivos, considerando os princípios norteadores da prática arquivística.	-
O'TOOLE, James	<i>Understanding archives and manuscripts</i>	1990	Introdução geral à teoria arquivística.	-
WILSTED, Thomas; NOLTE, William	<i>Managing Archival and Manuscript Repositories</i>	1990	-	-
MILLER, Frederic M.	<i>Arranging and Describing Archives and Manuscripts</i>	1990	Guia básico para o arranjo e descrição de arquivos públicos e privados.	-
ARCHIVES NATIONALES	<i>Le témoignage oral aux archives: de la collecte à la communication</i>	1990	Vários artigos que descrevem experiências de arquivistas com trabalhos de história oral e os métodos utilizados.	-
HILDESHEIMER, Françoise	<i>Les Archives privées: le traitement des archives personnelles, familiales, associatives</i>	1990	Orientações práticas sobre o arranjo de arquivos privados, além da sugestão de um sistema de classificação para associações.	-
HILDESHEIMER, Françoise	<i>Les archives du notaire: de la protection à la connaissance de l'intime</i>	1990	Descreve os arquivos notariais e suas características particulares.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
LAVEDRINE, Bertrand	<i>La conservation des photographies</i>	1990	-	-
HORDER, Alan	<i>Guidelines for the care and preservation of microforms in tropical countries</i>	1990	Guia sobre a aquisição, manipulação e armazenamento de microfímes em países tropicais.	-
CHAPMAN, Patricia	<i>Guidelines on preservation and conservation policies in the archives and libraries heritage</i>	1990	Guia sobre a implementação de política de preservação e gestão de fundos e coleções.	-
<i>Stiftung Deutsche Kinemathek (Foundation German Cinematheque)</i>	<i>Curriculum development for the training of personnel in moving image and recorded sound archives</i>	1990	Contempla programa de treinamento voltado para imagens em movimento e documentos sonoros.	-
FRANZ, Eckhart G.	<i>Einführung in die Archivkunde (Introduction to the Archives)</i>	1990	Apresenta o panorama dos diferentes tipos de arquivos na Alemanha, dos documentos históricos e modernos, da profissão de arquivista e dos usuários dos arquivos.	-
ASSOCIATION OF FINNISH BUSINESS ARCHIVES; HELASTI, H.; HYPPONEN, M.	<i>Arkistotoimen perusteet (Basics of archival work)</i>	1990	Manual de gestão de documentos e arquivos.	-
WARD, Alan	<i>Manual of sound archive administration</i>	1990	Guia prático para criar e gerir arquivos sonoros.	-
FÉDÉRATION HOSPITALIÈRE DE FRANCE	<i>L'archivage</i>	1991	Vários artigos escritos por arquivistas e médicos, voltados para as práticas tradicionais e modernas de gestão de arquivos hospitalares.	-
GAGNON-ARGUIN, Louise	<i>L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960</i>	1992	Apresenta a trajetória da Arquivologia no Quebec de 1960 a 1990.	-
EASTWOOD, Terry	<i>The archival fonds: from theory to practice*</i>	1992	Contempla estudos aprofundados sobre o conceito de <i>função</i> , chamando a atenção para o estatuto científico da Arquivologia.	-
COUTURE, Carol (org.)	<i>La normalization en Archivistique: un pas de plus dans l'évolution d'une discipline</i>	1992	Reune vários estudos, pontuando a vertente teórica da normalização.	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
ROBERGE, Michel	<i>La gestion de l'information administrative: application globale, systémique et systématique</i>	1992	O conceito de <i>arquivo</i> é entendido como sistema de informação.	-
CONDE VILLAVERDE, María Luisa	<i>Manual de tratamiento de archivos administrativos*</i>	1992	-	-
CRUZ MUNDET, J. R.	<i>Archivos Municipales de Euskadi: Manual de organización</i>	1992	-	-
DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE	<i>La pratique archivistique française</i>	1993	Como um guia prático, substitui o <i>Manuel d'Archivistique</i> , atualizando os conhecimentos quanto à evolução dos arquivos (com destaque para os franceses) e da Arquivologia; à profissão do arquivista; aos produtores e serviços de arquivo; ao tratamento dos arquivos; aos arquivos e seus usuários; ao conceito de <i>accountability</i> nos arquivos e à conservação.	-
SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS / ASSOCIATION OF CANADIAN ARCHIVISTS	<i>Canadian archival studies and the rediscovery of provenance</i>	1993	Reúne a produção canadense considerada mais representativa da pesquisa arquivística. Demonstra as diferenças da Arquivologia norte-americana e canadense em relação à europeia. Também se preocupa com o conceito de <i>accountability</i> nos arquivos.	-
TAMBLÉ, Donato	<i>La teoria archivistica italiana contemporanea: profile storico critico (1950-1990)</i>	1993	Traça o desenvolvimento da Arquivologia italiana, de 1950 a 1990.	-
GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga	<i>Manual de archivos familiares</i>	1993	-	-
LODOLINI, Elio	<i>Archivistica: principios y problemas</i>	1993	-	Editado pela ANABAD (Espanha)
LÓPEZ GUTIÉRREZ, A. J.	<i>Los Archivos de las hermandades religiosas. Manual de organización de fondos</i>	1993	-	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol	<i>Les fondements de la discipline archivistique*</i>	1994	Ao retomar estudos anteriores, considera a Arquivologia como uma disciplina integrada, na qual o arquivo é entendido globalmente, contemplando as três idades dos documentos.	Tradução portuguesa (1998)
MCKEMMISH Sue; PIGGOTT, Michael; REED, Barbara. UPWARD, Frank	<i>The records continuum: Ian Maclean and Australian Archives first fifty years</i>	1994	Apresenta, analisa e reflete sobre o conceito de <i>accountability</i> no mundo dos arquivos.	-
CRUZ MUNDET, José Ramón	<i>Manual de Archivística</i>	1994	-	2ª edição (1996)
CARUCI, Paola et al	<i>Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo</i>	1994	-	-
RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel	<i>Manual de Archivística</i>	1995	Apresenta: a evolução histórica dos arquivos até suas aplicações tecnológicas, aspectos técnicos de tratamento documental, arquivos pessoais e de empresas, política e planificação arquivística, formação e ética profissional.	-
MARTIN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz	<i>La construcción teórica en Archivística: el principio de procedencia</i>	1996	Busca a fundamentação teórica para o Princípio da Proveniência	-
MOLINA NORTES, Juana	<i>Técnicas de archivo y tratamiento de la documentación administrativa</i>	1996	-	2ª edição (2000)
LÓPEZ YEPES, José	<i>Manual de información y documentación</i>	1996	-	-
LODOLINI, Elio	<i>Lineamenti di storia dell'archivistica italiana: dalle origini alla metà del secolo XX</i>	1996	Traça o desenvolvimento da Arquivologia italiana, das suas origens até os anos 1950	-
DUPLÁ DEL MORAL, Ana	<i>Manual de Archivos de Oficina para Gestores. Comunidad de Madrid*</i>	1997	Curso de formação.	-
FERNÁNDEZ GIL, Paloma	<i>Manual de organización de archivos de gestión en las oficinas municipales</i>	1997	-	-

AUTOR	OBRA	ANO	CONTRIBUIÇÃO PARA O PENSAMENTO ARQUIVÍSTICO	EDIÇÕES/ IMPRESSÕES/ TRADUÇÕES
CERDÁ DÍAZ, Julio	<i>Los archivos municipales en la España contemporánea</i>	1997	-	-
GENERELO, Juan José; LÓPEZ, Ángeles Moreno (org.)	<i>Historia de los archivos y de la Archivística en España</i>	1998	Apresenta trabalhos de vários estudiosos canadenses sobre a história dos arquivos e da Arquivologia desde a Idade Média até o século XXI	-
CRUZ MUNDET, José Ramón	<i>Información y Documentación Administrativa</i>	1998	-	-
NÚÑEZ FERNÁNDEZ, Eduardo	<i>Organización y gestión de archivos</i>	1999	-	-
ALBERCH FUGUERAS, Ramón	<i>Archívese! Los documentos del poder. El poder de los documentos</i>	1999	-	-
SANCHIS MORENO, Francisco	<i>Los archivos de oficina: una síntesis para su gestión</i>	1999	-	-
SASTRE SANTOS, Eutimio	<i>Manual de archivos. El sistema archivístico diocesano: archivos de la curia y archivos parroquiales</i>	1999	-	-
CRUZ HERRANZ, Luis Miguel de la	<i>Bibliografía archivística española [recurso electrónico]: 1962-2000</i>	2000	Cobre quase meio século no mapeamento da bibliografia arquivística espanhola.	-

Fonte: Elaboração própria, com base em Silva et al (1999), Rastas (1992), Duchein (1993), Cook (1997), Martín-Pozuelo Campillos (1998), López Gómez (2002), Tanodi (1979), Arquivo Nacional (1974i) e nas próprias obras referenciadas conforme a bibliografia.

\* Obras que também foram encontradas no catálogo *online* da biblioteca do AN.

\*\* Mantivemos essa obra, referenciada em Rastas (1992), embora ela pareça ser de temática histórica.

**APÊNDICE B – Obras arquivísticas nacionais conforme pesquisa *online* na biblioteca do AN**

<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>	<b>ANO</b>	<b>(RE)EDIÇÃO</b>
-	Projeto Rondon: operação Arquivo	1974	
-	Diagnóstico sobre a aplicação do sistema de arranjo Boullier de Branche do Arquivo Nacional	1983	
-	Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria	2001	
-	Leituras cartográficas históricas e contemporâneas	2003	
ALMEIDA, Luíz Fernando Duarte de	Ensaio de sistemas de informação em arquivologia & documentação	1986	4.ed.
ALMEIDA, Luíz Fernando Duarte de	Administração de arquivos e documentos	1987	
ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Diagnóstico da situação dos arquivos do governo do Estado de São Paulo: órgãos da administração direta sediados na Capital	1987	
ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO	Manual de procedimentos para tratamento documental	1998	
ARQUIVO NACIONAL (Brasil)	Cadastro Nacional de Arquivos Federais	1990	
ARQUIVO NACIONAL (BRASIL)*	Levantamento sobre arquivos impressos para discussão técnica	198?	
ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL	Diagnóstico dos arquivos do governo do Distrito Federal	1990	
ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Rio Grande do Norte); REGO, Vanilde de Souza	Implantação do Sistema Estadual de Arquivo - Rio Grande do Norte	1979	
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Arquivos permanentes: tratamento documental	1991	
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo (Projeto Como fazer, 8)	2002	
BELLOTTO, Heloisa Liberalli	Diplomática e tipologia documental em arquivos	2008	2.ed.rev.e ampl.
BERTOLETTI, Esther Caldas	Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo (Como Fazer, 7)	2002	
BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; BRASIL. Ministério da Justiça	Assistência técnica para a modernização administrativa do Arquivo Nacional: qualificação técnica	1974	
BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral	Acervo arquivístico: descrição 2008	2009	
CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia (Col.)	Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas	2000	
CASTANHO, Denise Molon (Ed.); PERES, Rosanara Urnanetto (Ed.); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer	Caderno de Arquivologia	2002	2005
CASTANHO, Denise Molon; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; GARCIA, Olga Maria Correa	Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: 25 anos de história: 1977-2002	2002	
CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Coord.)	A sistematização de arquivos públicos	1991	
CASTRO, Astréa de Moraes e	Arquivo no Brasil e na Europa	1973	
CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro	Arquivos: físicos e digitais	2007	
CASTRO, Astréa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro	Arquivística = Técnica, arquivologia = ciência	1985	1988
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL	Procedimentos técnicos em arquivos privados	1986	

AUTOR	OBRA	ANO	(RE)EDIÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil)	Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública	2001	
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil)	Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos: o arquivo municipal a serviço dos cidadãos	s. d.	
CONWAY, Paul; BECK, Ingrid (Coord.)*	Preservação no universo digital (Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos,52)	1997	
DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO (São Paulo)	Arquivos do governo do Estado de São Paulo: problemas e soluções	1977	
ESPOSEL, José Pedro Pinto	Noções prévias para elaboração de um manual de arquivo	1975	
ESPOSEL, José Pedro Pinto	Arquivos: uma questão de ordem	1994	
FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de	Como tratar coleções de fotografias (Como Fazer, 4)	2002	2.ed.
FRANQUEIRA, Ana; GARCIA, Madalena; ANTONIO, Rafael	ARQBASE: metodologia de descrição arquivística para tratamento automatizado de	1989	
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Manual de arquivo da FGV	1977	
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos	1980	
GAGLIARD, Pedro Luiz Ricardo; ALMEIDA, Wilson Cândido Ferreira Lopes de	Arquivos judiciários	1985	
GONCALVES, Janice	Como classificar e ordenar documentos de arquivo (Como Fazer, 2)	1998	
GORBEA, Josefina Q. de	Sistemas de arquivos e controle de documentos	1979	2.ed.
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (Distrito Federal, DF)	Controle e movimentação de processos	1980	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (Distrito Federal, DF)	Plano de arquivamento	1980	
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (Distrito Federal, DF)	Princípios arquivísticos	1980	
JAMBEIRO, Othon (Org.); GOMES, Henriette Ferreira (Org.); LUBISCO, Nídia M. L. (Org.)	Informação: contextos e desafios	2003	
JARDIM, José Maria	Projeto de construção de uma metodologia ibero-americana de gestão de documentos: relatório da situação dos arquivos públicos na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai	1987	
JARDIM, José Maria	Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil	1995	
LASMAR, Denise Portugal	O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio: 1890-1938	2008	
LOPES, Luís Carlos	A informação e os arquivos: teorias e práticas	1996	
LOPES, Luís Carlos	A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	1997	
LOPES, Luís Carlos	A imagem e a sombra da arquivística	1998	
LOPEZ, André Porto Ancona	Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras	1999	
LOPEZ, André Porto Ancona	Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa (Projeto Como fazer, 6)	2002	
LUCK, Esther Hermes; JARDIM, José Maria;	A informação: questões e problemas	1995	

AUTOR	OBRA	ANO	(RE)EDIÇÃO
FREITAS, Lúcia Silva de; LOPES, Luís Carlos; BOTTINO, Mariza; BREGLIA, Vera Lúcia Alves; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca			
MACHADO, Helena Correa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Roteiro para implantação de arquivos municipais	1996	
MACHADO, Helena Correa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Como implantar arquivos públicos municipais (Como fazer, 3)	1999	
MATTAR, Eliana da Silveira (Org.)	Acesso à informação e política de arquivos	2003	
MENDES, Ubirajara Dolácio	Noções de paleografia	2008	2.ed.
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus	2006	
MUSEU EUGÊNIO TEIXEIRA LEAL	Guia de instituições culturais do centro histórico: questionários aplicados aos técnicos responsáveis pelas instituições	1989	
NABUCO, Joaquim	Em defesa do livro: a conservação das nossas bibliotecas e arquivos	1959	2. ed.
NOGUEIRA JUNIOR, Alberto	Cidadania e direito de acesso aos documentos administrativos	2003	
PAES, Marilena Leite	Teoria e prática de arquivo	1978	1982
PRADO, Heloísa de Almeida	A técnica de arquivar	1988	5.ed.
RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação	Manual de avaliação de documentos	2001	
ROLF, Nagel; RICHTER, Eneida Izabel Schirmer	Elementos de arquivologia	s. d.	
RONDINELLI, Rosely Curi	Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica de diplomática arquivística contemporânea	2002	
SILVA, Jaime Antunes da	A política nacional de arquivos: a ação do Conselho Nacional de Arquivos e do Arquivo Nacional	1996	
SILVA, Jaime Antunes da	A política de arquivos no Brasil e a sua inserção na América Latina	1998	
SILVA, Sérgio Conde de Albite	A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil	2008	
SILVA, Zélia Lopes da (Org.)	Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas	1999	
SOARES, Iaponan (Org.)	Arquivos & documentos em Santa Catarina	1985	
STAMATTO, Maria Inês Sucupira	A educação no Rio Grande do Norte: fontes oficiais - Século XIX	1997	
TEXTOS de Arquivologia [UFSM]	Textos de Arquivologia	1997	
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Arquivos paranaenses	1969	
VALERIO, Antônio Carlos Gonçalves; CALOU FILHO, José Ivan; SA, Maria Elisa Noronha de; MARQUES, Regina Celie Simões; SOARES, Sebastião; FIGUEIRA, Vera Moreira	Identificação de documentos em arquivos públicos	1983	1985

Fonte: elaboração própria, com base no catálogo *online* da biblioteca do AN.

\* Obra com autor internacional e nacional.



**APÊNDICE C – Dissertações e teses com temáticas relacionadas à Arquivologia (1972 a 2006)**

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORIENTADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
<b>UFRJ/IBICT Ciência da Informação</b>	FREITAS, Adda Drugg de	FRANCISCONI, Clovis; SOUZA, Paulo Roberto Vauthier de	Processamento de informações de registros médico-hospitalares	M	1972
	KURTZ, Clara Marli Scherer	SOUZA, Rosali Fernandez de; CARVALHO, Katia de	O Usuário do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os serviços oferecidos para a satisfação de suas necessidades de informação	M	1990
	BOTTINO, Mariza	SOUZA, Rosali Fernandez de	Arquivo Universitário: considerações em torno da questão. Panorama da situação no Brasil	M	1994
	JARDIM, José Maria	MARTTELETO, Regina; PESSANHA, Elina	Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos	M	1994
	FONSECA, Maria Odila Kahl	GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nelida	Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais	M	1996
	GOMES, Sandra Lucia Rebel	GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nelida	Lugares de memória e informação: os arquivos e centros de documentação sobre trabalho, trabalhadores e suas organizações	M	1996
	SILVA, Junia Gomes da Costa Guimarães e	CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin	Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência de informação	M	1996
	JARDIM, José Maria	GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nelida	Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado Brasileiro	D	1998
	SOUZA, Rosale de Mattos	PRADO, Geraldo Moreira; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais	A representação do filme documentário institucional: testemunho histórico-científico no espaço informacional/acadêmico	M	2001
	LASMAR, Denise Portugal	FREIRE, Isa Maria; SOUZA, Rosali Fernandez de	Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação	M	2002
RONDINELLI, Rosely Curi	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; JARDIM, José Maria	O gerenciamento do documento eletrônico: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea	M	2002	
<b>UFF/IBICT Ciência da Informação</b>	FONSECA, Maria Odila	GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nelida	Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares	D	2004
	MARIZ, Anna Carla Almeida	JARDIM, José Maria	Arquivos públicos brasileiros: a transferência da informação na Internet	D	2005
	BECK, Ingrid	FONSECA, Maria Odila	O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional	M	2006

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
	OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de	JARDIM, José Maria	O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos	M	2006
<b>UnB Ciência da Informação</b>	MOTTA, Mary Teixeira da	COUTO, Luiz Mário Marques	A produção da documentação diplomática: uma análise preliminar do fluxo da informação embaixada-ministério-arquivo	M	1986
	MENDES, Eliane Manhães	MIRANDA, Antônio Lisboa Carvalho de	Tendências para a harmonização de programas de ensino de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia no Brasil: um estudo Delfos	M	1992
	SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de	LOPES, Luis Carlos	Arquivos ativos e massas documentais acumuladas na Administração Pública Brasileira: busca de novas soluções para velhos problemas	M	1995
	OLIVEIRA, Eliane Braga de	ALVARENGA, Lídia	A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal em Brasília	M	1997
	GOMES, Neide Aparecida	MIRANDA, Antonio Lisboa Carvalho de	O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil	M	2000
	APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda	RODRIGUES, Georgete Medleg / PANTOJA, Selma Alves	O acesso e a utilização da informação arquivística sobre a África no Arquivo do Itamaraty em Brasília	M	2001
	PICCININI, Élvio José	ANTUNES, Walda de Andrade	Impacto da tecnologia da informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso	M	2001
	RAEL, Joacil Basílio	ROBREDO, Jaime	Tratamento da informação: integridade de informações em meios eletrônicos	D	2001
	SANTOS, Vanderlei Batista dos	RODRIGUES, Georgete Medleg	Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos Arquivos públicos brasileiros	M	2001
	ALVIM, Paulo César Rezende de Carvalho	TARAPANOFF, Kira Maria Antonia	Fundamentos de um sistema informacional para o apoio à tomada de decisão de inovação em empresas de base tecnológica	M	2002
	CARVALHÊDO, Shirley do Prado	RODRIGUES, Georgete Medleg	O Arquivo Público do Distrito Federal: contextos, concepções e práticas informacionais na trajetória de uma instituição arquivística	M	2003
	HOTT, Daniela Francescutti Martins	RODRIGUES, Georgete Medleg	O acesso aos documentos sigilosos: um estudo das comissões permanentes de avaliação e de acesso nos arquivos brasileiros	M	2005
	SANTOS, Cristian José Oliveira	RODRIGUES, Georgete Medleg	Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica	M	2005
	FARIA, Wadson Silva	RODRIGUES, Georgete Medleg	A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das resoluções do CONARQ na organização dos arquivos da justiça eleitoral brasileira	M	2006

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
	GUEDES, Mario Augusto Muniz	RODRIGUES, Georgete Medleg	Riscos de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico em uma instituição do poder legislativo: um estudo de caso na Câmara dos Deputados	M	2006
<b>UFMG</b> <b>Ciências da Informação</b>	MOTTA, Vera Maria Rocha V.	FONTES, Lucy Gonçalves / DELGADO, Lucília de Almeida Neves	Arquivos privados de titulares mineiros - 1930/1983: um estudo sobre a localização, composição e uso dos documentos	M	1993
	GOMES, Maria do Carmo Alvarenga Andrade	FONTES, Lucy Gonçalves / BOSCHI, Caio César	A produção do conhecimento histórico e do documento: estudo da relação entre a historiografia mineira e as fontes - 1979/1990	M	1994
	CORTES, Maria Regina Persechini Armond	CARDOSO, Ana Maria Pereira	Arquivo Público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil	M	1996
	NEVES, Marta Eloísa Melgaço	HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes	Em busca da organicidade: um estudo do Fundo da Secretaria de Governo da Capitania de Minas Gerais	M	1997
	COTTA, André Henrique Guerra	CASTAGNA Paulo Augusto; SANTOS, Vilma Moreira dos	O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros	M	2000
	PEDRAS, Beatriz Junqueira	SANTOS, Vilma Moreira dos / ROMEIRO, Adriana	Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo em Salvador: contribuição à construção histórica da Ordem dos Carmelitas na Bahia-Colonial	M	2000
	CRUZ, Emília Barroso	PAIM, Isis	Memória governamental e utilização de documentos eletrônicos pela administração pública do Brasil: o caso da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais	M	2002
	FREITAS, Maria Cristina Vieira de	SANTOS, Vilma Moreira dos	Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma Ciência da Informação	M	2003
	RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach	SANTOS, Vilma Moreira dos	Uma análise da teoria dos arquivos	M	2004
	THOMAZ, Katia de Pádua	ANDRADE, Maria Eugênia Albino	A preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico: novos desafios, velhos problemas	D	2004
MORENO, Nádina Aparecida	SANTOS, Vilma Moreira dos / BARBOSA, Ricardo Rodrigues	A informação arquivística no processo de tomada de decisão em organizações universitárias	D	2006	
<b>UFPB</b> <b>Ciências da Informação</b>	MELO, Josemar Henrique de	SILVA, Sílvia Cortez	Política do silêncio: o Sistema de Arquivos do Estado de Pernambuco	M	1999

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDINADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
<b>UNESP</b> <b>Ciência da Informação</b>	NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	A dimensão diplomática do documento jurídico digital	M	2002
	ALBUQUERQUE, Ana Cristina de	MARAÑON, Eduardo Ismael Murguia	Catálogo e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(g)	M	2006
	MONÇÃO, Jane Lessa	GUIMARÃES, José Augusto Chaves	O conceito assunto na Arquivística: uma reflexão em arquivos permanentes a partir do evento - I SOGGETTI e ALTRI APPARATI di INDICIZZAZIONE IN ARCHIVISTICA: ipotesi di lavoro	M	2006
	REGISTRO, Tânia Cristina	MARAÑON, Eduardo Ismael Murguia	O arranjo de fotografias em unidades de informação: fundamentos teóricos e aplicações práticas a partir do Fundo José Pedro Miranda do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto	M	2005
<b>USP</b> <b>Ciência da Informação</b>	LEÃO, Flávia Carneiro	SMIT, Johanna Wilhelmina	A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)	M	2006
<b>PUCAMP</b> <b>Biblioteconomia e</b> <b>Ciência da Informação</b>	GUIMARÃES, Maria de Fátima	VALIO, Else Benetti Marques; ALENCAR, Maria de Cléofas Faggion	Arquivo: esse obscuro objeto do Desejo - Uma metodologia para recuperação de informação em autos do judiciário	M	1995
	PEREIRA, Sandra Lucia	WITTER, Geraldina Porto; ALENCAR, Maria de Cléofas Faggion	Conceito de arquivo na literatura e na opinião de gestores de arquivos privados	M	1995
	ZANATTA, Marisa Marques	VALIO, Else Benetti Marques	Avaliação de instrumentos de pesquisa de arquivos privados em uma instituição de ensino superior	M	1997
	CARVALHO, Elizabeth Leão de	LONGO, Rose Mary Juliano	Informação orgânica: recursos estratégicos para tomada de decisão pelos membros do Conselho de Administração da Universidade Estadual de Londrina	M	2001
	OLIVEIRA, Luciani Aparecida de	KOBASHI, Nair Yumiko	Aspectos teóricos e metodológicos da elaboração de plano de classificação arquivística para instituição privada de ensino superior	M	2005
<b>UFRJ</b> <b>História</b>	COSTA, Célia Leite	GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado	Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro	D	1997
<b>USP</b> <b>História Social</b>	LOPEZ, André Porto Ancona	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo: proposta de tipologia documental	M	1994
	KARPINSCKI, Silvana	WITTER, José Sebastião	O laboratório do arquivista - FAPESP: a constituição dos arquivos permanente e intermediário, e o processo de avaliação, seleção e descarte	M	1995

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
	RODRIGUES NETO, João Martins	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Caracterização tipológica dos documentos da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil: subsídio para o processamento técnico de arquivos eclesiais regulares	M	1995
	MONTIEL, Rosane	IOKOI, Zilda Márcia Gricoli	Movimento: a janela de uma geração. A organização do fundo de arquivo "Jornal Movimento"	M	1996
	LO SCHIAVO, Rita de Cassia Martinez	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Roteiro para organização de arquivos de entidades de classe	M	1997
	ANDRADE, Ana Célia Navarro de	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Inventário do Fundo Clamor: organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul	M	2000
	LOPEZ, André Porto Ancona	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos	D	2001
	SANTOS, Paulo Roberto Elian dos	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Entre o laboratório, o campo e outros lugares: gênese documental e tratamento técnico em arquivos de cientistas	M	2002
	RODRIGUES, Ana Célia	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)	M	2003
	FERREIRA, Maria de Lourdes	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Os arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista : a busca do fio de Ariadne	M	2005
	HERNANDES, Silvia Coelho	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Mãos para trás e cabeça baixa: tipologia documental dos prontuários das crianças e adolescentes internos na Febem/SP (1938-2004)	M	2005
	PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Produção documental do legislativo no império - gênese e tipologia: o caso da assembleia legislativa provincial de São Paulo (1835 - 1889)	M	2005
	FRAIZ, Priscila	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Coleções em arquivos, museus e bibliotecas: uma abordagem arquivística	D	2005
	GONÇALVES, Janice	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX	D	2006
	RODRIGUES NETO, João Martins	CAMARGO, Ana Maria de Almeida	Guia de fontes para a História da Província Franciscana Imaculada Conceição do Brasil (1675-1911)	D	2006
<b>UFF História</b>	MAESIMA, Cacilda	MARTINS, Ismenia de Lima	Documentação e Pesquisa Histórica Universitários: um estudo de caso no C.D.P.H. da Universidade Estadual de Londrina	M	2003

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
<b>Universidade Severino Sombra/ História</b>	CORDEIRO, Filomena Luciene	GEBRAN, Maria Philomena da Cunha	A cidade sem passado: políticas públicas e bens culturais de Montes Claros/MG: um estudo de caso	M	2004
<b>UFSM Educação</b>	WEISSHEIMER, Astrid	SILVA, Maria Virginia dos Santos	Atitudes dos alunos em relação ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria/RS	M	1982
<b>UFRJ/Educação</b>	GAK, Luiz Cleber	MATA, Speranza França da	Rumos da educação arquivística no Brasil	D	2004
<b>UNIRIO Educação</b>	MAIA, Augusto Moreno	HORA, Dayse Martins	A construção do Curso de Arquivologia da UNIRIO: dos primeiros passos à maturidade universitária?	M	2006
<b>USP Educação</b>	ZAIA, Iomar Barbosa	VIDAL, Diana Gonçalves	A história da Educação em risco: avaliação e descarte de documentos do arquivo da Escola de Aplicação (1958-1985)	M	2003
	BARLETTA, Jacy Machado	VIDAL, Diana Goncalves	O lugar dos objetos no arquivo: materiais escolares	M	2005
	VENDRAMETO, Maria Cristina	MORAES, Carmen Sylvia Vidigal	Da Escola Masculina da Capital (São Paulo) à Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas: uma proposta de gestão documental	M	2005
<b>UFBA Educação</b>	MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto	BOAVENTURA, Edivaldo Machado / JARDIM, José Maria	Memória institucional e gestão universitária no Brasil: o caso da Universidade Federal da Bahia	D	2004
<b>UFAM Faculdade de Educação</b>	FEITOSA, Maria Lenir Oran Fonseca**	PINTO, Ernesto Renan Melo de Freitas	Arquivo Público do Estado do Amazonas: da missão à ação	M	1997
<b>USP Ciências da Comunicação</b>	INOJOSA, Rose Marie	CAMARGO, Nelly de	Comunicação em Arquivologia: análise do arquivo da Prefeitura Paulista como meio de comunicação	M	1980
	FERNANDES, Angela Cristina	GUIDI, Mario Arturo Alberto	Teoria e prática na preservação e conservação de fotografias em pequenos acervos	M	2002
	CALDERON, Wilmara Rodrigues	KOBASHI, Nair Yumiko	Instrumentos de pesquisa nos arquivos públicos permanentes: um estudo sob a ótica da análise documental	M	2003
<b>UFF Comunicação, imagem e informação</b>	CARNEVALE, Maria da Conceição	LOPES, Luís Carlos	Os arquivos históricos e o trabalho arquivístico no Rio de Janeiro	M	2000
	CRESPO, Cláudio Dutra	LOPES, Luís Carlos	O campo da Arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas	M	2000
	PINTO, José Mauro da Conceição**	LOPES, Luís Carlos	A teoria da classificação no campo comunicacional: um olhar sobre a comunicação em bibliotecas, museus e arquivos	M	2001
<b>UFRJ Comunicação</b>	OLIVEIRA, Christianne Rose de Sousa	KOSOVSKI, Ester; JARDIM, José Maria	Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão	M	2000

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
<b>UNIRIO</b> <b>Memória Social e</b> <b>Documento</b>	DOTTO, Elizete Rosa	ESPOSEL, José Pedro Pinto	Arquivos históricos: problemas técnico-administrativos e práticos-morais e os fatores que contribuem para a sua ocorrência	M	1993
	GAK, Luiz Cleber	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Documentação cartorária: da identificação ao uso social	M	1995
	LINS, Júlia Bellesse da Silva	BELLOTTO, Heloísa Liberalli	O profissional arquivista no contexto sócio-cultural	M	1996
	SOUZA, Katia Isabelli de Bethânia Melo de	ESPOSEL, Jose Pedro Pinto / BAETA, Anna Maria Bianchini	Os Arquivos no contexto educacional: novas perspectivas	M	1995
	MARIZ, Anna Carla Almeida	COSTA, Icléia Thiesen Magalhães / ESPOSEL, José Pedro Pinto	O Correio eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos empresariais: estudo dos casos da Shell e do Club Mediterranée	M	1997
	KAMINITZ, Sônia Helena da Costa**	WEHLING, Maria José Mesquita Cavalleiro de Macedo	A necessidade da criação da instituição arquivo na primeira metade do século XIX	M	1998
	SILVA, Flávio Leal da	COSTA Icléia Thiesen Magalhães; WEHLING, Maria José	Arquivo, memória e fragmentação: a construção do acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz	M	1999
<b>UFBA</b> <b>Letras e Linguística</b>	SANTOS, Zeny Duarte de Miranda Magalhães dos	HAZIN, Elizabeth de Andrade Lima / CAMARGO, Ana Maria de / BELLOTTO, Heloísa Liberalli	Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado	D	1999
<b>UERJ</b> <b>Letras</b>	FRAIZ, Priscila Moraes Varella**	MORICONI JÚNIOR, Ítalo	A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema	M	1994
<b>PUC/RJ</b> <b>Letras</b>	NASCIMENTO, Carla**	COCO, Pina Maria Arnoldi	Uma mulher do século XIX disfarçada em século XX - um olhar crítico-biográfico sobre o acervo de Ana Cristina Cesar	D	2004
<b>UFSC</b> <b>Administração</b>	GARCIA, Olga Maria Correa	SCHUCH JÚNIOR, Vitor Francisco	A aplicação da Arquivística Integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação	M	2000
	ROSSATTO, Carlos Aléssio	PATRÍCIO, Zuleica Maria	Percepções de usuário acerca do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: um ambiente a ser descoberto	M	2001
	SILVA, Beatriz Aita da	WITTMANN, Milton Luiz	A preservação documental no Arquivo Geral e no Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura Municipal de Santa Maria	M	2002
<b>PUC/SP</b> <b>Administração</b>	MOREIRA, Ivani Joana D'arc Ferreira	PRATES, Luciano Antonio Junqueira	A informação documental como recurso para a tomada de decisão na sub-unidades da UEL	M	2003

UNIVERSIDADE/ PROGRAMA	AUTOR	ORIENTADOR / COORDENADOR	TÍTULO	M/D*	ANO
<b>Fundação João Pinheiro (Escola de Governos) Administração Pública</b>	SANTANA, Marcelo Leone**	SANTOS, Vilma Moreira dos	A digitalização de documentos de arquivo: o caso das plantas de parcelamento do solo de Belo Horizonte	M	2002
<b>UFSM Engenharia de Produção</b>	FLORES, Daniel	MÜLLER, Felipe Martins	Análise do Programa de Legislação Educacional Integrada – PROLEI: uma abordagem arquivística na Gestão Eletrônica de Documentos	M	2000
	MONTE, Antônio Carlos	LOPES, Luís Felipe Dias	A qualidade dos suportes da informação, uma visão arquivística	M	2003
<b>USP Ciência Social (Antropologia Social)</b>	CONSIGLIO, Vittorio	CUNHA, Manuela Carneiro da	Fontes missionárias e história indígena: um inventário analítico sobre textos jesuítas nos arquivos romanos referentes a missão em Maranhão e Grã-Pará, século XVII-XVIII	M	1997
<b>UFRJ Arquitetura</b>	CARVALHO, Cláudia Suely Rodrigues de	COSENZA, Carlos Alberto Nunes	O controle ambiental para preservação de acervos com suporte em papel na concepção dos edifícios de arquivos e bibliotecas em clima tropical úmido	M	1997
<b>UFMG Artes Visuais</b>	SOARES, Alexandre Martins	NAZARIO, Luiz Roberto Pinto	Memória audiovisual na sociedade informatizada: arquivos físicos e digitais	M	2003
<b>UNIRIO Música</b>	FONSECA, Modesto Flávio Chagas	FIGUEIREDO, Carlos Alberto	Catálogo temático de manuscritos musicais para a Semana Santa e Quaresma em Arquivos de Viçosa (MG)	M	2004
<b>UNESP Música</b>	VIDAL, Denis Tadeu Rajh**	CASTAGNA, Paulo Augusto	A produção musicológica de Clóvis de Oliveira	M	2005
<b>CEFET Tecnologia</b>	PEREIRA, Heloisa Esser dos Reis Tiago	BROCHADO, Marina Rodrigues	Contribuição ao diagnóstico de um Sistema de Informação Arquivística Aplicada	M	2001

Fonte: elaboração própria, com base no Banco de Tese da CAPES, sítios eletrônicos das universidades e nas próprias dissertações e teses.

\* Mestrado ou doutorado.

\*\* Dissertações e teses identificadas como arquivísticas, mas não localizadas.



**APÊNDICE D – Estudos RAMP (1976-1998)**

<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>	<b>ANO</b>
KECSKEMÉTI, Charles	<i>Archival claims: preliminary study on the principles and criteria to be applied in negotiations</i>	1977
MANNING, Raymond; GILBERTE, Perotin; SVEN, Welander	<i>Guide to the Archives of International Organizations. Part 1. The United Nations System. Preliminary version</i>	1979
COOK, Michael	<i>The education and training of archivists: status report of Archival Training Programmes and assessment of manpower needs</i>	1979
DELMAS, Bruno	<i>The training of archivists: analysis of the study programme of different countries and thoughts on the possibilities on harmonization</i>	1979
ROPER, Michael	<i>Democratic Republic of the Sudan: establishment of a technical training centre in archival restoration and reprography</i>	1980
KECSKEMÉTI, Charles; VAN LAAR, Evert	<i>Model bilateral and multilateral agreements and conventions concerning the transfer of archives*</i>	1981
SILVA, G.P.S.H. de	<i>A survey of archives and manuscripts relating to Sri Lanka and located in major london repositories</i>	1981
BORSA, Ivan	<i>Feasibility study on the creation of an Internationally Financed and Managed Microfilm Assistance Fund to facilitate the solution of problems involved in the international transfer of archives and in obtaining access to sources of national history located in foreign archives*</i>	1981
WHITE, Brenda	<i>Archives Journals: a study of their coverage by primary and secondary sources (RAMP Studies and Guidelines)</i>	1981
PIEYNS, Jean	<i>Feasibility study of a Data Base on National Historical Sources in foreign repositories</i>	1981
HULL, Felix	<i>The use of sampling techniques in the retention of records: a RAMP Study with Guidelines. Admissibility of microforms as evidence: a RAMP Study**</i>	1981
CORTÉS ALONSO, Vicenta	<i>Peru: National System of Archives and Record Management: RAMP Pilot Project*</i>	1981
CRESPO, Carmen	<i>Republic of Argentina: development of a regional demonstration and training centre at the School for Archivists, University of Cordoba*</i>	1981
RICKS, Artel	<i>Republic of the Philippines: RAMP Pilot Project for the establishment of a Regional Archives and Records Centre</i>	1981
EVANS, Frank B.	<i>The Republic of Cyprus: development of an Archival and Records Management Programme</i>	1981
WEILL, Georges	<i>The admissibility of microforms as evidence: a RAMP Study</i>	1982
UNESCO. PGI	<i>Survey of Archival and Records Management Systems and Services</i>	1982
RHOADS, James B.	<i>The Applicability of UNISIST Guidelines and ISO International Standards to Archives Administration and Records Management: a RAMP Study</i>	1982
WHITE, Brenda	<i>Directory of audio-visual materials for use in records management and archives administration training</i>	1982
TIRMIZI, A.A.I.	<i>Guide to records relating to science and technology in the National Archives of India: a RAMP Study</i>	1982
COOK, Michael	<i>Guidelines for curriculum development in records management and the administration of modern archives: a RAMP Study</i>	1982
EVANS, Frank B.	<i>Malaysia: development of the archives and records management programme</i>	1982
RICKS, Artel	<i>Philippines: RAMP pilot project for the establishment of a regional archives and records centre (Report N°2)</i>	1982
EVANS, Frank B.	<i>Writings on Archives Published by and with the Assistance of UNESCO: a RAMP Study</i>	1983
EVANS, Frank B.; KETELAR, Eric	<i>A guide for surveying archival and records management systems and services: a RAMP Study</i>	1983
HILDESHEIMER, Françoise	<i>Guidelines for the preparation of general guides to national archives: a RAMP Study**</i>	1983
KULA, Sam	<i>The archival appraisal of moving images: a RAMP Study</i>	1983

AUTOR	OBRA	ANO
MOIDEEN, P.S.M.	<i>A survey of archives relating to India and located in major repositories in France and Great Britain</i>	1983
DUCHEIN, Michel	<i>Obstacles to the access. use and transfer of information from archives: a RAMP Study</i>	1983
RHOADS, James B.	<i>The role of archives and records management in national information systems: a RAMP Study</i>	1983
STARK, Marie C.	<i>Development of records management and archives services within United Nations Agencies</i>	1983
RHOADS, James B.	<i>The role of archives and records management in National Information Systems: a RAMP Study</i>	1983
HENDRIKS, Klaus B.	<i>The preservation and restoration of photographic materials in archives and libraries: a RAMP Study with Guidelines</i>	1984
KATHPALIA, Yash P.	<i>A model curriculum for the training of specialist in document preservation and restoration: a RAMP Study with Guidelines</i>	1984
EVANS, Frank B.; KETELAR, Eric	<i>Japan: development and preservation of the manuscript collections of the National Diet Library</i>	1984
TAYLOR, Hugh A.	<i>Archival services and the concept of the user: a RAMP Study**</i>	1984
SETON, Rosemary E.	<i>Preservation and administration of private archives: a RAMP Study*</i>	1984
WIMALARATHNE, K.D.G.	<i>Scientific and technological information in transactional files in government records and archives: a RAMP Study</i>	1984
KEENE, James A.; ROPER, Michael	<i>Planning, equipping and staffing a document reprographic service: a RAMP Study with Guidelines</i>	1984
JUBB, Michael	<i>Guide to the records relating to science and technology in the public record office: a RAMP Study</i>	1984
CRESCO, Carmen; VIÑAS, Vicente	<i>The preservation and restoration of paper documents and books: a RAMP Study with Guidelines</i>	1984
CHARMAN, Derek	<i>Records surveys and schedules: a RAMP Study with</i>	1984
NAUGLER, Harold	<i>The archival appraisal of machine-readable records: a RAMP Study */ **</i>	1984
D'ORLEANS, Jacques	<i>The status of archivists in relation to other information professionals in the Public Service in Africa: a RAMP Study</i>	1985
VAN LAAR, Evert	<i>The status of archives and records management systems and services in African Member States: a RAMP Study</i>	1985
GUPTIL, Marilla B.	<i>Archival appraisal of records of international organizations: a RAMP Study with Guidelines</i>	1985
KETELAAR, Eric	<i>Archival and records management legislation and regulations: a RAMP Study with Guidelines*</i>	1985
LEARY, William H.	<i>The archival appraisal of Photographs: a RAMP Study with Guidelines*</i>	1985
TANODI, Aurelio	<i>The status of archivists in relation to other information professionals in the public service in Latin America: a RAMP Study</i>	1985
WALNE, Peter	<i>Guide to the Archives of International Organizations: Part II. Archives of International Organizations and their former officials in the custody of national and other archival and manuscript repositories</i>	1985
MABBS, A.W.	<i>Guide to the archives of other international intergovernmental organizations an non-governmental organizations</i>	1985
FISHBEIN, Meyer H.	<i>A model curriculum for the education and training of archivists in automation: a RAMP Study</i>	1985
WALNE, Peter	<i>Modern Archives Administration and Records Management: a RAMP reader</i>	1985
MOSS, William W.; MAZIKANA, Peter C.	<i>Archives. Oral history and oral tradition: a RAMP Study</i>	1986
DOLLAR, Charles M.	<i>Electronic records management and archives in international organizations: a RAMP Study with Guidelines</i>	1986
HILDESHEIMER, Françoise	<i>The processing of architects' records. A case study: France*</i>	1986
COOK, Michael	<i>An introduction to archival automation: a RAMP Study</i>	1986
ROPER, Michael	<i>Directory of national standards relating to archives administration and records management: a RAMP Study</i>	1986
FRANZ, Eckhart G.	<i>Archives and education: a RAMP Study</i>	1986
HACHI, Omar	<i>The status of archivists of public services in the Arab Countries: a RAMP Study</i>	1986
THOMAS, D.L.	<i>Survey on national standards on papers and ink to be used by the administration for records creation: a RAMP Study with Guidelines</i>	1986

AUTOR	OBRA	ANO
THOMAS, D.L.	Study in control of security and storage of holdings: a RAMP Study	1986
ULATE SEGURA, Bodil	Access to the archives of United Nations Agencies: a RAMP Study with Guidelines	1986
COOK, Michael	Guidelines on curriculum development in information technology for librarians, documentalists, and archivists: a RAMP Study	1986
HARRISON, Helen P.	The archival appraisal of sound recordings and related materials: a RAMP Study with Guidelines	1987
SERRANO RIVAS, Andres; SAN MILLAN,	Conservacion y restauracion de mapas y planos, y sus reproducciones: un estudio del RAMP para el Programa General de Informacion y UNISIST***	1987
MCCLEARY, John M.; FREEZE-DRYING, Vaccum	A method used to salvage water-damaged archival and library materials: a RAMP study*	1987
ICA Committee on Automation	International survey regarding machine-readable records in the archives of developing countries. Enquête internationale sur les documents informatiques dans les archives des pays en développement**	1987
CLEMENTS, D.W.G.	Preservation and conservation of library and archival documents: a UNESCO/IFLA/ICA inquiry into the current state of the world's patrimony	1987
BENOIT, Gerard; NEIRINCK, Daniéle	The most cost effective methods of conservation in archival repositories in industrial and tropical countries	1987
VAUGHAN, Anthony	International reader in the management of library, information and archives services	1987
SAVARD, Rêjean	Guidelines for the teaching of marketing in the training of librarians, documentalists and archivists	1988
BUCHANAN, Sally A.	Disaster planning, preparedness and recovery for libraries and archives, with a bibliography by Toby Murray: a RAMP Study with Guidelines	1988
WOOD LEE, Mary	Prevention and treatment of mold in library collections with an emphasis on tropical climates: a RAMP Study	1988
FONTAINE, France; BERNHARD, Pauline	Guidelines for writing learning Objectives in Librarianship, Information Science and Archives Administration	1988
FREDBERG, Birgit; PIEYNS-RIGO, Paulette	Legal implications of the production of machine-readable records by public administrations: a RAMP Study**	1988
CUNHA, George M.	Methods of evaluation to determine the preservation needs in libraries and archives: a RAMP Study with Guidelines**	1988
VIÑAS, Vicente; VIÑAS, Ruth	Traditional restoration techniques: a RAMP Study*	1988
PASCOE, M.W.	Impact of environmental pollution on the preservation of archives and records: a RAMP Study**	1988
PARKER, Thomas A.	Study on integrated pest management for libraries and archives	1988
ROPER, Michael	Planning, equipping and staffing an archival preservation and conservation service: a RAMP Study with guidelines*	1989
BOWDEN, Russell	Guidelines for the management of professional associations in the fields of archives, library and information work	1989
WÄCHTER, Wolfgang	Study on mass conservation techniques for treatment of library and archives material: a RAMP Study	1989
CLEMENTS, D.W.G., MCLLWAIN, J.H.; THURSTON, Ann C.; RUDD, S.A.	Review of training needs in preservation and conservation: a RAMP Study	1989
WALNE, Peter	Selected guidelines for the management of records and archives: a RAMP reader	1990
CHAPMAN, Patricia	Guidelines on preservation and conservation policies on the archives and libraries heritage	1990
MAZIKANA, Peter C.	Archives and records management for decision makers: a RAMP study**	1990
HARRISON, Helen P.	Curriculum development for the training of personnel in moving images and recorded sound archives: A RAMP study	1990
GAVREL, Katherine	Conceptual problems posed by electronic records: a RAMP study	1990
COOK, Terry	The Archival appraisal of records containing personal information: a RAMP Study with Guidelines	1991
KITCHING, Christopher	The impact of computerization on archival finding aids: a RAMP Study with Guidelines**	1991
FORDE, Helen	The education of staff and users for the proper handling of archival materials: a RAMP Study with Guidelines	1991

<b>AUTOR</b>	<b>OBRA</b>	<b>ANO</b>
DOYLE, Murielle; FRÉNIÈRE, André	<i>The preparation of records management handbooks for government agencies: a RAMP study</i>	1991
GREEN, Adam	<i>The elaboration of policies and plans for the automation of archives*</i>	1991
HARRISON, Helen P.	<i>Audiovisual archive literature. Select bibliography</i>	1992
RASTAS, Pirkko	<i>Manuals and textbooks of Archives Administration and Records Management: a RAMP Study</i>	1992
SHEPILOVA, Irina G.; THOMAS, Adriene G.	<i>Main principles of fire protection in libraries and archives: a RAMP study</i>	1992
ROPER, Michael; COUTURE, Carol	<i>Impact evaluation of the Records and Archives Management Programme (RAMP) of the General Information Programme (PGI)</i>	1993
COUTURE, Carol	<i>The impact of Ramps Studies in the field of Education: an assessment report</i>	1993
FAKHFAKH, Moncef	<i>Emergency plan for dealing with accumulations of records and archives in government services: a RAMP Study</i>	1995
BLAIS, Gabrielle	<i>access to Archival Records. A Review of Current Issues: a RAMP Study</i>	1995
HARRISON, Helen P.	<i>Audiovisual archives: a practical reader</i>	1997
AUER, Leopold	<i>Disputed archival claims: analysis of an international survey: a RAMP study</i>	1998

Fonte: elaboração própria, com base no sítio eletrônico da UNESCO<sup>307</sup>.

\* Também publicado em espanhol.

\*\* Também publicado em francês.

<sup>307</sup> Informações disponíveis em: <[http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL\\_ID=21989&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=21989&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em 15 nov. 2010.

**APÊNDICE E – Relação dos ENANCIB's (1994-2008)**

ENANCIB	TEMA DO EVENTO	GRUPOS TEMÁTICOS/ NÚMERO DE COMUNICAÇÕES ORAIS POR GRUPO	NÚMERO TOTAL COMUNICAÇÕES ORAIS
I (Belo Horizonte/MG, 8 a 10 de abril de 1994)	-	1 – Informação Tecnológica – (3) 2 – Informação e Sociedade / Ação Cultural – (1) 3 – Representação do Conhecimento / Indexação/ Teoria da Classificação – (4) 4 – Administração / Gestão / Avaliação e Estudos de usuário – (3) 5 – Formação profissional / Mercado de Trabalho – (3) 6 – Produção científica / Literatura Cinza – (4) 7 – Políticas de Pesquisa dos Cursos de Pós-graduação – (5)	23
II (Valinhos/SP, 22 a 24 de novembro de 1995)	-	1 – Informação Tecnológica e Administração de Serviços – (11) 2 – Representação do Conhecimento / Indexação/ Teoria da Classificação – (12) 3 – Novas Tecnologias / Base de Dados / Fontes de Informação (e a Educação) – (6) 4 - Informação e Sociedade / Ação Cultural – (11) 5 - Produção científica / Literatura Cinzenta – (10) 6 - Formação profissional e Mercado de Trabalho – (6)	56
III (Rio de Janeiro/RJ, 10 a 12 de setembro de 1997)	-	1 – Informação Tecnológica e Administração de Serviços – (30) 2 – Representação do Conhecimento / Indexação/ Teoria da Classificação – (32) 3 – Novas Tecnologias / Redes de Informação / Educação à Distância – (8) 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural – (36) 5 – Produção científica / Literatura Cinzenta – (19) 6 – Formação profissional e Mercado de Trabalho – (9)	134
IV (Brasília/DF, 6 a 10 de novembro de 2000)	Conhecimento para o Século XXI: a Pesquisa na Construção da Sociedade da Informação	1 – Informação Tecnológica e Informação para Negócios – (23) 2 – Representação do Conhecimento / Indexação / Teoria da Classificação – (30) 3 – Novas Tecnologias / Redes de Informação / Educação à Distância – (48) 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural – (44) 5 – Comunicação Científica – (30) 6 – Formação Profissional e Mercado de Trabalho – (17) 7 – Planejamento e Gestão de Sistemas e Inteligência Competitiva – (32) 8 – Epistemologia da Ciência da Informação – (14)	238
V (Belo Horizonte/MG, 10 a 14 de novembro de 2003)	Informação, Conhecimento e Transdisciplinaridade	1 – Informação Tecnológica e para Negócio – (17) 2 – Representação do Conhecimento / Indexação / Teoria da Classificação – (17) 3 – Novas Tecnologias / Redes de Informação / Educação à Distância – (17) 4 – Informação e Sociedade / Ação Cultural – (26) 5 – Comunicação e Produção Científica / Literatura Cinzenta – (13) 6 – Formação Profissional e Mercado de Trabalho – (20) 7 – Planejamento e Gestão de Sistemas / Inteligência Competitiva – (15) 8 – Epistemologia da Ciência da Informação – (14)	139

ENANCIB	TEMA DO EVENTO	GRUPOS TEMÁTICOS/ NÚMERO DE COMUNICAÇÕES ORAIS POR GRUPO	NÚMERO TOTAL COMUNICAÇÕES ORAIS
VI (Florianópolis/SC, 28 a 30 de novembro de 2005)	A política científica e os desafios da sociedade do conhecimento	1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação – (16) 2 – Organização do Conhecimento e Representação da Informação – (26) 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação – (31) 4 – Gestão de Unidades de Informação – (13) 5 – Política, Ética e Economia da Informação – (14) 6 – Informação e Trabalho – (10) 7 – Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação – (15)	125
VII (Marília/SP, 19 a 22 de novembro de 2006)	A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação	1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação – (14) 2 – Organização do Conhecimento e Representação da Informação – (23) 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação – (21) 4 – Gestão de Unidades de Informação – (19) 5 – Política, Ética e Economia da Informação – (11) 6 – Informação e Trabalho – (7) 7 – Informação para Diagnóstico, Mapeamento e Avaliação – (12)	107
VIII (Salvador/BA, 28 a 31 de outubro de 2007)	Promovendo a inserção internacional da pesquisa brasileira em Ciência da Informação	1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação – (20) 2 – Organização e Representação do Conhecimento – (30) 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação – (23) 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações – (15) 5 – Política e Economia da Informação – (17) 6 – Informação, Educação e Trabalho – (6) 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I – (16)	127
IX (São Paulo/SP, 28 de setembro a 01 de outubro de 2008)	Diversidade cultural e políticas de informação	1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação – (21) 2 – Organização e Representação do Conhecimento – (23) 3 – Mediação, Circulação e Uso da Informação – (20) 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações – (16) 5 – Política e Economia da Informação – (23) 6 – Informação, Educação e Trabalho – (18) 7 – Produção e Comunicação da Informação em CT&I – (14) 8 – Informação e Tecnologia – (16)	151

Fonte: Elaboração própria, com base nos anais do ENANCIB (1994-2008) e no sítio da ANCIB.

**APÊNDICE F – Comunicações orais e pôsteres com temáticas arquivísticas apresentadas no ENANCIB (1994-2008)**

ENANCIB	GRUPO TEMÁTICO	AUTOR/ARTIGO
I*	Formação Profissional / Mercado de Trabalho	LOPES, Luís Carlos; RICARTE, Jacqueline; MONAIAR, Laila. O mercado de trabalho para o profissional da informação no Distrito Federal.
II*	Informação e Sociedade / Ação Cultural	JARDIM, José Maria. O Estado (in)visível: a opacidade informacional da Administração Pública Brasileira.
	Formação Profissional / Mercado de Trabalho	GUTIERREZ, Luis W. M. La Archivología: disciplina de las Ciencias de la Documentación.**
III*	Representação do Conhecimento / Indexação / Teoria de Classificação	GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Diplomática como aparato metodológico no processo de análise documentária no âmbito jurídico.
	Representação do Conhecimento / Indexação / Teoria de Classificação	BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Matriz unificadora de arquivo clínico.
	Novas Tecnologias / Redes de Informação / Educação à Distância	MARIZ, Anna Carla Almeida. O correio eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos.
	Informação e Sociedade / Ação Cultural	JARDIM, José Maria. Os saberes informacionais do Estado: a Arquivologia.
IV*	- Representação do Conhecimento / Indexação / Teoria da Classificação - Novas Tecnologias / Redes de Informação e Educação à Distância	NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. A análise diplomática de documento jurídico comprobatório na Internet.
	Informação e Sociedade / Ação Cultural	MONTIEL, Rosane. Estratégias de democratização do acesso e ampliação dos usos do patrimônio arquivístico: a utilização de documentos de arquivo por comunidades em processo de...
	Informação e Sociedade / Ação Cultural	SILVA, Valéria de Sá. Arquivos fotográficos: abordagens sobre uso no ensino e na pesquisa.
	Epistemologia da Ciência da Informação	MONTIEL, Rosane; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A interdisciplinaridade na pesquisa em Arquivística: reflexões epistemológicas sobre a natureza do conhecimento arquivístico.
	Epistemologia da Ciência da Informação	RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Alexandra. Usos e usuários de informações arquivísticas diplomáticas brasileiras: o caso do Arquivo do Itamarati em Brasília.
V	Comunicação e Produção Científica/Literatura Cinzenta / Epistemologia da Ciência da Informação	CUNHA, Angelica Alves da; RODRIGUES, Georgete Medleg. A pesquisa em Arquivística nas Universidades brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de Pós-graduação e de Iniciação Científica.
	Formação Profissional e Mercado de Trabalho	SOUSA, Marcos Aurélio Lopes de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais.
	Comunicação e Produção Científica	CARVLHÊDO, Shirey do Prado; RODRIGUES, Georgete Medleg. Um Olhar para a Trajetória de uma Instituição Arquivística pelas suas Práticas Informacionais.
	Representação do Conhecimento/ Indexação/ Teoria da Classificação	DODEBEI, Vera Lúcia Doyle; GRAU, Isabel Arino. Arquivo Musical: a pesquisa no acervo Vera Janacópulos.
	Informação e Sociedade / Ação Cultural	BRITO, Verônica Martins de. A Preservação da Memória Científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência.
VI	Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Questões sobre o <i>Locus Acadêmico-Institucional da Arquivologia na Ciência da Informação</i> .
	Organização do Conhecimento e Representação da Informação	MURGUÍA, Eduardo Ismael; REGISTRO, Tânia Cristina. O Arranjo Arquivístico como Escrita: uma Reflexão sobre a Narrativa em Imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

ENANCIB	GRUPO TEMÁTICO	AUTOR/ARTIGO
		NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Eficácia Probatória do Documento como Subsídio à Organização da Informação Jurídico-Digital: uma Reflexão acerca dos Avanços Teóricos da Diplomática.
	Política, Ética e Economia da Informação	SILVA, Sérgio Conde de Albite. A Preservação da Informação Arquivística e a Formulação de Políticas Públicas.
VII	Gestão de Unidades de Informação	SANTOS, Cristian José Oliveira. Diagnóstico dos Arquivos das Primeiras Dioceses Católicas Brasileiras (1551-1854).
	Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. Fronteiras Institucionais e de Identidade entre a Arquivística e a Ciência da Informação.
	Organização do Conhecimento e Representação da Informação	LIMA, Maria de Lourdes; MURGUIA, Eduardo Ismael. A Gênese do Arquivo Fotográfico de Leme: uma Leitura Indiciária da Acumulação.
	Mediação, Circulação e Uso da informação	ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; MARAÑON, Eduardo Murguia. Relações Pendulares na Mediação da Informação: Arquivo -Biblioteca Museu.
VIII	Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Constituição do Campo Científico da Arquivística e suas Relações com a Ciência da Informação.
	Organização e Representação do Conhecimento	LIMA, Maria de Lourdes; MURGUIA, Eduardo Ismael. A Fotografia Contemporânea entre o Documento e a Arte.
IX	Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação	MARQUES, Angelica Alves da Cunha et all. Recuperação da Informação (RI): o foco comum entre a Ciência da Informação (CI) e a Arquivística.
		OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. As concepções de memória na Ciência da Informação no Brasil: estudo preliminar sobre a ocorrência do tema na produção científica.
	Organização e Representação do Conhecimento	FEITOZA, Leonina Amanda et all. Arquivos: tratamento, recuperação e disseminação de informação – trajetória de um projeto.
	Política e economia da informação	INDOLFO, Ana Celeste. O uso das normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal.
		SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil.
		JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006).
	CARVALHÊDO, Shirley do Prado; RODRIGUES, Georgete Medleg. A política de informação orgânica no regime militar brasileiro: os arquivos da Guerrilha do Araguaia (1972-1974).	
Informação e Tecnologia	BODÊ, Ernesto C.; MANINI, Miriam P. Formatos de Arquivo para Preservação de Documentos Digitais.	

Fonte: Elaboração própria, com base nos anais do ENANCIB (1994-2008) e no sítio da ANCIB.

\* As referências bibliográficas das comunicações orais desses eventos não foram analisadas devido à publicação somente dos seus resumos.

\*\* Essa comunicação consta na programação do evento, mas não tem seu resumo publicado nos anais.



**APÊNDICE G – Trinta maiores frequências de autores nas referências bibliográficas arquivísticas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas (1972-2006)**

AUTOR	UFRJ Arquitetura	CEFET Tecnologiae cnologia	USP Ciências da Comunicação	UNIRIO Música	UNIRIO Educação	UFRJ História	UFRJ Educação	UFRJ Comunicação	UFF História
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	0	2	14	0	0	0	3	1	2
JARDIM, José Maria	0	2	1	0	2	0	2	6	1
BRASIL	0	3	0	0	11	0	10	2	0
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	1	1	6	0	0	0	1	1	0
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	0	0	2	0	0	0	1	1	2
COUTURE, Carol	0	2	2	0	0	0	2	0	0
LOPES, Luís Carlos	0	5	3	0	0	0	2	0	0
HEREDITA HERRERA, Antonia	1	0	15	0	0	0	2	0	0
DURANTI, Luciana	0	0	2	0	0	0	0	1	0
DUCHEIN, Michel	2	0	2	0	0	3	2	1	0
FONSECA, Maria Odila	0	0	1	0	2	0	1	2	0
ICA	0	1	4	1	0	0	0	0	0
ROUSSEAU, Jean-Yves	0	1	2	0	0	0	0	0	0
ARQUIVO NACIONAL	0	1	2	0	3	1	0	0	0
PAES, Marilene Leite	1	3	0	0	1	1	1	0	0
SILVA, Armando Malheiro	0	0	2	0	2	0	1	0	0
COOK, Terry	0	0	1	0	0	0	4	0	0
COOK, Michel	0	0	4	0	0	0	0	0	0
ESPOSEL, José Pedro	0	1	1	0	0	0	1	1	0
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS	0	1	0	0	1	1	0	1	0
LODOLINI, Elio	0	0	0	0	0	0	1	0	0
CORTÉS ALONSO, Vicenta	0	0	2	0	0	0	0	0	0
DOLLAR, Charles	0	1	0	0	0	0	0	0	0
RODRIGUES, José Honório	0	0	0	0	1	1	0	1	0
COSTA, Célia Maria Leite	0	0	0	0	1	0	1	2	1

AUTOR	UFRJ Arquitetura	CEFET Tecnologia e Inovação	USP Ciências da Comunicação	UNIRIO Música	UNIRIO Educação	UFRJ História	UFRJ Educação	UFRJ Comunicação	UFF História
TESSITORI, Viviane	0	0	1	0	0	0	0	0	0
VÁZQUEZ, Manuel	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MACHADO, Helena Correa	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SOARES, Nilza Teixeira	0	0	1	0	0	0	0	0	0
LOPEZ, André Porto Ancona	0	0	3	0	0	0	0	0	0
CONARQ/CTDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INOJOSA, Rose Marie	0	0	0	0	0	0	1	0	0
BASTOS, Aurélio Wander	0	0	1	0	0	1	1	1	0
SMITH, Johanna W.	0	0	3	0	0	0	0	0	0
FAVIER, Jean	0	0	2	0	0	0	0	1	0
<b>TOTAL</b>	5	24	77	1	24	8	37	23	6

## Continuação apêndice G

AUTOR	UFF Comunicação, imagem e informação	UFBA Letras e Linguística	UERJ Letras	UFBA Educação	Severino Sombra História	UFSM Educação	UFSM Engenharia de Produção	UNIRIO Memória Social
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	5	9	0	1	0	0	2	11
JARDIM, José Maria	0	2	0	3	1	0	2	5
BRASIL	9	1	0	0	0	0	1	12
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	5	5	2	0	0	2	0	7
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	0	9	1	2	0	0	0	2
COUTURE, Carol	6	1	0	1	0	0	3	1
LOPES, Luís Carlos	14	0	0	0	0	0	7	2
HEREDITA HERRERA, Antonia	2	3	0	0	0	1	0	6
DURANTI, Luciana	2	5	0	0	0	0	0	2
DUCHEIN, Michel	5	3	1	0	1	0	0	4
FONSECA, Maria Odila	0	0	0	1	0	0	0	0

AUTOR	UFF Comunicação, imagem e informação	UFBA Letras e Linguística	UERJ Letras	UFBA Educação	Severino Sombra História	UFMSM Educação	UFMSM Engenharia de Produção	UNIRIO Memória Social
ICA	2	5	0	0	0	0	2	4
ROUSSEAU, Jean-Yves	4	1	0	1	0	0	2	1
ARQUIVO NACIONAL	13	0	0	0	0	0	0	0
PAES, Marilene Leite	2	0	0	0	0	1	2	3
SILVA, Armando Malheiro	1	1	0	2	0	0	1	0
COOK, Terry	0	0	0	0	0	0	0	0
COOK, Michel	2	0	0	0	0	0	0	3
ESPOSEL, José Pedro	1	1	0	0	1	1	2	8
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS	2	0	0	0	0	0	1	3
LODOLINI, Elio	2	1	0	0	0	0	0	3
CORTÉS ALONSO, Vicenta	0	1	0	0	1	0	0	1
DOLLAR, Charles	2	1	0	0	0	0	0	2
RODRIGUES, José Honório	1	0	0	0	1	0	0	3
COSTA, Célia Maria Leite	1	1	0	0	0	0	0	3
TESSITORI, Viviane	0	1	0	0	0	0	0	0
VÁZQUEZ, Manuel	2	0	0	0	0	0	0	1
MACHADO, Helena Correa	0	1	0	0	0	0	0	4
SOARES, Nilza texeira	0	0	0	0	0	0	0	5
LOPEZ, André Porto Ancona	0	0	0	0	0	0	0	0
CONARQ/CTDE	0	0	0	0	0	0	0	0
INOJOSA, Rose Marie	0	0	0	0	0	0	0	2
BASTOS, Aurélio Wander	0	0	0	0	0	0	0	1
SMITH, Johanna W.	0	0	0	1	0	0	0	0
FAVIER, Jean	0	1	1	0	0	0	0	3
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>53</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>25</b>	<b>102</b>

Continuação apêndice G

AUTOR	USP Ciência Social (Antropologia Social)	UFSC Adminis- tração	USP História Social	UFF/IBICT CI	UFMG CI	PUCAMP CI	UFPB CI	UNESP CI
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	4	4	59	6	29	29	1	10
JARDIM, José Maria	0	8	14	33	20	4	5	5
BRASIL	0	0	9	2	19	2	2	2
SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt	0	3	24	6	13	8	2	5
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	0	4	44	4	7	9	0	8
COUTURE, Carol	0	7	8	7	4	5	1	9
LOPES, Luís Carlos	0	8	4	1	10	6	1	3
HEREDITA HERRERA, Antonia	0	2	25	4	7	5	1	7
DURANTI, Luciana	0	0	16	13	11	2	1	8
DUCHEIN, Michel	0	1	16	5	11	4	0	3
FONSECA, Maria Odila	0	2	4	23	7	5	1	4
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS	0	1	8	3	21	3	0	0
ROUSSEAU, Jean-Yves	0	5	5	4	4	4	1	7
ARQUIVO NACIONAL	0	3	7	1	3	0	0	1
PAES, Marilene Leite	0	3	6	0	6	4	2	1
SILVA, Armando Malheiro	0	2	2	4	5	0	1	3
COOK, Terry	0	0	8	12	5	0	0	3
COOK, Michel	0	0	0	3	10	0	0	0
ESPOSEL, José Pedro	0	0	3	1	0	6	0	0
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS	0	1	6	0	3	1	0	1
LODOLINI, Elio	1	0	10	2	2	1	0	2
CORTÉS ALONSO, Vicenta	0	0	16	0	0	3	0	2
DOLLAR, Charles	0	0	0	4	4	1	0	2
RODRIGUES, José Honório	0	0	0	1	5	2	1	0
COSTA, Célia Maria Leite	0	0	3	1	1	0	0	0

AUTOR	USP Ciência Social (Antropologia Social)	UFSC Adminis- tração	USP História Social	UFF/IBICT CI	UFMG CI	PUCAMP CI	UFPB CI	UNESP CI
TESSITORI, Viviane	0	0	10	0	2	2	0	3
VÁZQUEZ, Manuel	0	0	14	0	2	2	0	1
MACHADO, Helena Correa	0	1	8	1	1	2	0	2
SOARES, Nilza texeira	0	0	5	1	3	4	0	0
LOPEZ, André Porto Ancona	0	0	8	0	1	2	0	2
CONARQ/CTDE	0	2	0	1	9	2	0	0
INOJOSA, Rose Marie	0	1	3	0	1	7	0	0
BASTOS, Aurélio Wander	0	0	0	4	4	0	1	0
SMITH, Johanna W.	0	0	6	0	0	2	0	5
FAVIER, Jean	0	0	2	1	3	0	0	1
<b>TOTAL</b>	5	58	353	148	233	127	21	100

Continuação apêndice G

AUTOR	UnB CI	UFRJ/IBICT CI	USP Educação	PUC/SP Administração	TOTAL	%
BELLOTTO, Heloísa Liberalli	22	9	15	5	243	11,57
JARDIM, José Maria	30	27	4	1	178	8,48
BRASIL	31	18	3	1	138	6,57
SHELLENBERG, Theodore Roosevelt	10	13	0	1	116	5,52
CAMARGO, Ana Maria de Almeida	6	7	5	0	114	5,43
COUTURE, Carol	24	12	5	1	101	4,81
LOPES, Luís Carlos	20	0	3	2	91	4,33
HEREDITA HERRERA, Antonia	2	3	2	0	88	4,19
DURANTI, Luciana	7	9	2	1	82	3,90
DUCHEIN, Michel	8	8	1	0	81	3,86
FONSECA, Maria Odila	14	7	1	2	77	3,67
CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS	8	6	2	0	71	3,38

<b>AUTOR</b>	<b>UnB CI</b>	<b>UFRJ/IBICT CI</b>	<b>USP Educação</b>	<b>PUC/SP Administração</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
ROUSSEAU, Jean-Yves	10	11	4	1	68	3,24
ARQUIVO NACIONAL	11	9	5	0	60	2,86
PAES, Marilene Leite	5	6	1	0	49	2,33
SILVA, Armando Malheiro	7	4	3	0	41	1,95
COOK, Terry	2	0	1	0	36	1,71
COOK, Michel	8	4	0	0	34	1,62
ESPOSEL, José Pedro	2	4	0	0	34	1,62
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS	2	7	1	1	33	1,57
LODOLINI, Elio	3	2	3	0	33	1,57
CORTÉS ALONSO, Vicenta	0	4	2	0	32	1,52
DOLLAR, Charles	7	5	0	0	29	1,38
RODRIGUES, José Honório	7	4	0	0	28	1,33
COSTA, Célia Maria Leite	6	5	0	0	26	1,24
TESSITORI, Viviane	1	2	3	0	25	1,19
VÁZQUEZ, Manuel	1	1	1	0	25	1,19
MACHADO, Helena Correa	0	0	2	0	23	1,10
SOARES, Nilza texeira	1	2	0	1	23	1,10
LOPEZ, André Porto Ancona	3	1	2	0	22	1,05
CONARQ/CTDE	6	1	0	0	21	1,00
INOJOSA, Rose Marie	3	1	0	2	21	1,00
BASTOS, Aurélio Wander	4	2	0	0	20	0,95
SMITH, Johanna W.	1	1	0	0	19	0,90
FAVIER, Jean	1	2	0	0	18	0,86
<b>TOTAL</b>	<b>273</b>	<b>197</b>	<b>71</b>	<b>19</b>	<b>2100</b>	<b>100</b>

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.



AUTORES	TÍTULO OBRA	UFRJ Arquitetura	CEFET Tecnologia	USP Comunicação	UNIRIO Educação	UFRJ História	UFRJ Educação	UFRJ Comunicação	UFF História	UFF Comunicação imagem e informação
JARDIM, J. M.	Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental	0	0	0	0	0	1	1	0	0
COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V.	Acesso a informação nos arquivos brasileiros	0	0	0	0	0	1	1	0	0
TESSITORE, V.	Arranjo: estrutura ou função	0	0	1	0	0	0	0	0	0
CAMARGO, A. M. de A.	O público e o o privado: contribuição para um debate em torno da caracterização de documentos e arquivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LOPES, L. C.	A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	0	1	0	0	0	0	0	0	2
MIGUEIS, M. A. P.	Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia	0	0	2	0	0	0	0	0	0
CEPAD	A importância da informação e do documento na administração pública	0	0	0	0	0	0	1	0	1
ROPER, M.	A utilização acadêmica dos arquivos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPOSEL, J. P.	Arquivos: uma questão de ordem	0	0	0	0	0	1	1	0	0
ARQUIVO NACIONAL	Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D.	A formação e a pesquisa arquivística no mundo contemporâneo	0	0	0	0	0	1	0	0	1
JENKINSON, H.	A manual of archive administration	0	0	0	0	0	0	0	0	1

Continuação apêndice H

AUTORES	TÍTULO OBRA	UFBA Letras e Linguística	UERJ Letras	UFBA Educação	Severino Sombra História	UFSM Engenharia de Produção	UNIRIO Memória Social	USP Antropologia Social	UFSC Administração	USP História Social
AAB	Dicionário de terminologia arquivística	1	1	1	0	2	3	0	3	14
BELLOTTO, H. L.	Arquivos permanentes: tratamento documental	1	0	1	0	2	4	0	2	11
SCHELLENBERG, T. R.	Arquivos modernos: princípios e técnicas	1	1	0	0	0	4	0	2	11



AUTORES	TÍTULO OBRA	UFBA Letras e Linguística	UERJ Letras	UFBA Educação	Severino Sombra História	UFSM Engenharia de Produção	UNIRIO Memória Social	USP Antropologia Social	UFSC Administração	USP História Social
HEREDIA HERRERA, A.	Arquivística general: teoria e práctica	1	0	0	0	0	6	0	2	9
ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C.	Os fundamentos da disciplina arquivística	1	0	1	0	2	0	0	2	3
DURANTI, L.	Registros documentais contemporâneos como provas de ação	1	0	0	0	0	1	0	0	9
BRASIL	Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados	1	0	0	0	0	4	0	0	3
PAES, M. L.	Arquivo: teoria e prática	0	0	0	1	2	2	0	1	5
SILVA, A. M. da. et al.	Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação	1	0	0	0	1	0	0	2	2
DUCHEIN, M.	O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos	1	0	0	0	0	1	0	1	8
LOPES, L. C.	A informação e os arquivos: teoria e prática	1	0	0	0	2	0	0	2	2
SCHELLENBERG, T. R.	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	1	1	0	0	0	1	0	1	6
JARDIM, J. M.	Sistemas e políticas de arquivos no Brasil	1	0	0	0	0	0	0	2	2
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.	As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	1	0	1	0	0	0	0	0	0
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	Manual de arranjo e descrição de arquivos	0	1	0	0	0	2	0	0	4
DURANTI, L.	Diplomatics: new uses for an old science	1	0	0	0	0	1	0	0	5
LODOLINI, E.	Arquivística: principi e problemi	0	0	0	0	0	0	0	0	6
COUTURE, C.; ROUSSEAU, J-Y.	Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche	0	0	0	0	0	1	0	2	2
JARDIM, J. M.	Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental	0	0	1	0	0	0	0	1	2
COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V.	Acesso a informação nos arquivos brasileiros	1	0	0	0	0	3	0	0	2
TESSITORE, V.	Arranjo: estrutura ou função	1	0	0	0	0	0	0	0	7
CAMARGO, A. M. de A.	O público e o o privado: contribuição para um debate em torno da caracterização de documentos e arquivos	1	1	0	0	0	0	0	0	7

AUTORES	TÍTULO OBRA	UFBA Letras e Linguística	UERJ Letras	UFBA Educação	Severino Sombra História	UFSM Engenharia de Produção	UNIRIO Memória Social	USP Antropologia Social	UFSC Administração	USP História Social
LOPES, L. C.	A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	0	0	0	0	2	0	0	2	0
MIGUEIS, M. A. P.	Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia	1	0	0	0	0	1	0	0	5
CEPAD	A importância da informação e do documento na administração pública	0	0	0	0	0	1	0	0	1
ROPER, M.	A utilização acadêmica dos arquivos	0	0	0	0	0	2	0	0	1
ESPOSEL, J. P.	Arquivos: uma questão de ordem	1	0	0	0	2	4	0	0	1
ARQUIVO NACIONAL	Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos	0	0	0	1	1	1	0	1	2
COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D.	A formação e a pesquisa arquivística no mundo contemporâneo	0	0	0	0	1	0	0	2	0
JENKINSON, H.	A manual of archive administration	0	0	0	0	0	0	0	0	2

## Continuação apêndice H

AUTORES	TÍTULO OBRA	UFF/ IBICT CI	UFMG CI	PUCAMP CI	UFPB CI	UNESP CI	UnB CI	UFRJ/ IBICT CI	USP Educação	PUC/SP Administração	USP CI	TOTAL
AAB	Dicionário de terminologia arquivística	2	6	3	0	4	7	5	4	1	1	65
BELLOTTO, H. L.	Arquivos permanentes: tratamento documental	2	10	3	1	3	7	3	3	1	1	61
SCHELLENBERG, T. R.	Arquivos modernos: princípios e técnicas	3	8	5	1	2	5	7	2	1	1	59
HEREDIA HERRERA, A.	Arquivística general: teoria e prática	2	3	2	1	4	2	3	1	0	1	41
ROUSSEAU, J-Y; COUTURE, C.	Os fundamentos da disciplina arquivística	1	4	2	0	3	6	4	3	1	1	39
DURANTI, L.	Registros documentais contemporâneos como provas de ação Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991.	2	4	2	1	3	5	4	0	1	0	36
BRASIL	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados	1	4	3	1	1	5	5	1	1	0	36
PAES, M. L.	Arquivo: teoria e prática	0	1	5	1	1	3	3	1	1	0	31

AUTORES	TÍTULO OBRA	UFF / IBICT CI	UFMG CI	PUCCAMP CI	UFPB CI	UNESP CI	UnB CI	UFRJ / IBICT CI	USP Educação	PUC/SP Administração	USP CI	TOTAL
SILVA, A. M. da. et al.	Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação	3	3	0	1	2	4	3	3	0	1	30
DUCHEIN, M.	O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos	1	5	1	0	1	1	3	1	0	0	27
LOPES, L. C.	A informação e os arquivos: teoria e prática	0	6	3	0	2	1	0	0	1	0	25
SCHELLENBERG, T. R.	Documentos públicos e privados: arranjo e descrição	2	4	1	0	0	1	3	0	0	1	25
JARDIM, J. M.	Sistemas e políticas de arquivos no Brasil	2	5	0	1	0	4	2	1	0	0	23
JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O.	As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação	4	3	1	1	3	3	4	1	0	0	22
MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R.	Manual de arranjo e descrição de arquivos	2	4	0	0	2	1	1	1	0	0	22
DURANTI, L.	Diplomatics: new uses for an old science	1	1	0	0	2	1	1	2	0	0	15
LODOLINI, E.	Archivística: principi e problemi	1	1	1	0	1	1	1	1	0	0	16
COUTURE, C.; ROUSSEAU, J-Y.	Les archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche	1	0	0	0	2	2	3	1	0	0	16
JARDIM, J. M.	Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental	3	2	0	0	0	5	0	0	0	0	16
COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V.	Acesso a informação nos arquivos brasileiros	1	1	0	0	0	3	2	0	0	0	15
TESSITORE, V.	Arranjo: estrutura ou função	0	0	1	0	2	1	1	1	0	0	15
CAMARGO, A. M. de A.	O público e o o privado: contribuição para um debate em torno da caracterização de documentos e arquivos	0	2	4	0	0	0	0	0	0	0	15
LOPES, L. C.	A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada	0	1	2	0	0	1	0	2	1	0	14
MIGUEIS, M. A. P.	Roteiro para a elaboração de instrumentos de pesquisa em arquivos de custódia	0	3	1	0	0	0	0	0	0	1	14
CEPAD	A importância da informação e do documento na administração pública	1	3	0	0	0	2	3	0	0	0	13

AUTORES	TÍTULO OBRA	UFF / IBICT CI	UFMG CI	PUCAMP CI	UFPB CI	UNESP CI	UnB CI	UFRJ / IBICT CI	USP Educação	PUC/SP Administração	USP CI	TOTAL
ROPER, M.	A utilização acadêmica dos arquivos	1	6	2	0	0	1	0	0	0	0	13
ESPOSEL, J. P.	Arquivos: uma questão de ordem	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	13
ARQUIVO NACIONAL	Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos	0	2	0	0	0	3	1	1	0	0	13
COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D.	A formação e a pesquisa arquivística no mundo contemporâneo	0	0	0	0	1	6	0	0	0	0	12
JENKINSON, H.	A manual of archive administration	0	5	2	0	0	1	1	0	0	0	12

Fonte: elaboração própria, com base nas dissertações e teses consultadas.

**Apêndice I – Grupos de pesquisa do CNPq, recuperados com os descritores *Arquivologia, Arquivística e arquivo***

GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PESQUISADORES	TOTAL DE ESTUDANTES	TOTAL DE TÉCNICOS	ÁREA DO CONHECIMENTO*
Agrometeorologia	IAC	21	15	8	Agronomia
Arquivo, memorial, monumento. Estratégias da arte na era das catástrofes	UFMG	4	3	1	Artes
Cultura, Poder e Representações	PUC GOIÁS	6	10	3	História
Estudo, Pesquisa e Preservação da Cultura Material do Amapá	UNIFAP	4	3	2	Arqueologia
Grupo Interdisciplinar de Estudos em Imagem (GREI)	UFPB	6	5	2	Sociologia
Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Cidades da Região Norte do Estado do Ceará	UVA-CE	10	10	1	Antropologia
Grupo de Estudos e Pesquisa em História e Subjetividade	URCA	2	2	0	História
Grupo de Estudos sobre Cibermuseus (GREC)	UFBA	7	8	5	Museologia
Grupo de Pesquisa sobre o Brasil Contemporâneo	UEM	15	7	0	História
Grupo de Processamento Paralelo e Distribuído	UFRGS	4	42	2	Ciência da Computação
História da ciência e da técnica	UFOP	5	6	0	História
História das Ciências	FIOCRUZ/RJ	9	0	0	História
História e etnografia na Fronteira Amazônica	MPEG	12	6	3	Antropologia / Museologia
Historia e historiografia da literatura brasileira	FCRB	5	2	0	Letras
História Regional: Sociedade e Cultura (HISOCULT)	UFMT	8	4	0	História
História, Ensino, Estudos Culturais e Sociais	UFCG	10	10	0	História
Informação Cultura e Sociedade	UFMG	8	0	0	CI
Intelectuais, instituições e sociedade	UNIVERSO	4	3	0	História
Laboratório de Estudos do Tempo Presente	UFRJ	21	51	2	História
Leituras do presente	UNOCHAPECO	3	10	0	Artes / História
Linguagem, Sociedade e Produção de conhecimento (LINSPI)	UFES	6	6	0	Linguística
América Latina e Marx: Movimentos Sociais, Partidos, Estado e Cultura	UNESP	3	2	2	Sociologia
Métodos Quantitativos Aplicados à Saúde	USP	10	19	0	Medicina
Nordeste Colonial e Imperial	UFCG	8	12	1	História
Percursos literários brasileiros (PERLIT)	CESJF	4	11	1	Letras
Pós-estruturalismo, política e construção de identidades	UFPE	10	13	0	Sociologia
"Liberdade de Expressão: Manifestações no Jornalismo" sequência de "O Poder e a Fala na Cena Paulista" - Eixo de pesquisa de Projeto Temático	USP	1	13	0	História / Comunicação / Arquivologia

GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PESQUISADORES	TOTAL DE ESTUDANTES	TOTAL DE TÉCNICOS	ÁREA DO CONHECIMENTO*
A Censura em Cena – O Arquivo Miroel Silveira	USP	4	4	0	Arquivologia / Biblioteconomia
Acervos pessoais e memória coletiva: organização e tratamento técnico do acervo História da Exibição Cinematográfica no Espírito Santo	UFES	4	4		Arquivologia / História
Centro de Gestão Informacional: Arquivo, Comunicação, Linguagem e Cognição, Políticas Sociais no Contexto Nacional e Internacional	UEPB	8	15	0	Arquivo / Relações Internacionais
Comunicação e Censura: análise teórica e documental de processos censórios a partir do Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da ECA/USP	USP	6	45	3	Arquivologia / Comunicação
Cultura, memória e ensino de história	FURB	5	4	4	História / Arquivologia
Discurso e memória: nos movimentos do sujeito	USP	4	17	0	Linguística / Arquivologia
Discurso, identidade e representações da memória	UFOP	3	5	0	Linguística / Arquivologia
Educação e Cultura Anarquistas: Arquivo João Pentead	USP	3	6	0	Arquivologia / História
Estudos Osmanianos: arquivo, obra, campo literário	UnB	4	7	0	Letras / Arquivologia
Formação e Práxis do Arquivista e do Bibliotecário	UFES	5	0	0	Arquivologia / Biblioteconomia
Grupo de Estudos e Documentação Histórica (GEDOCH)	UNIVAP	3	7	0	História / Arquivologia
Grupo de Pesquisa em Musicologia	UFPEL	6	3	1	Música / História / Arquivologia
História da Imprensa no Espírito Santo	UFES	3	0	0	História / Arquivologia
História e Igreja no Brasil	UCSAL	5	3	0	Arquivologia / História
História Política, Culturas Políticas na História	UFMG	1	11	0	História / Arquivologia
Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (LIAME)	UNISANTOS	11	0	0	História / Educação / Arquivologia
Memória e história dos trabalhadores na região do Alto Paraná	UFMS	2	4	0	História / Arquivologia

GRUPO DE PESQUISA	INSTITUIÇÃO	TOTAL DE PESQUISADORES	TOTAL DE ESTUDANTES	TOTAL DE TÉCNICOS	ÁREA DO CONHECIMENTO*
Memória Operária e Sindicalismo	UFRJ	3	0	0	História / Arquivologia
Música brasileira: estrutura e estilo, cultura e sociedade	UFPR	3	6	6	Abordagem mais voltada para a História e Música
Organização da Informação e do Conhecimento	UEL	3	3	2	Arquivologia / CI
Polifonias urbanas: memória, arquivo e patrimônio	UEL	3	3	1	História / Arquivologia
Registro Patrimonial de Manuscritos do Arquivo de Obras Raras da Biblioteca Alberto Nepomuceno / UFRJ	UFRJ	1	2	0	Biblioteconomia / Arquivologia
Tecnologias da arte: sistemas, dispositivos e fissuras	UERJ	8	26	0	Artes / Arquivologia
Vida literária e história cultural	UERJ	10	15	0	Letras / Arquivologia
Acervos e memória da ciência e da tecnologia em saúde**	FIOCRUZ/RJ	10	1	13	Arquivologia
Acervos Fotográficos**	UnB	5	4	2	Arquivologia
Arquivologia e Sociedade**	UEPB	11	14	0	Arquivologia
Arquivos e Arquivologia - limites e configuração disciplinar	UNIRIO	2	1	0	Arquivologia
Espelho da criação: Arquivo Camargo Guarnieri	USP	1	2	0	Arquivologia
Gênese Documental Arquivística**	UFF	3	3	9	Arquivologia
Gestão de arquivos: acesso e memória**	UEL	7	4	1	Arquivologia
Gestão Documental e Memória Institucional	UDESC	4	3	3	Arquivologia
Gestão Eletrônica de Documentos (GED)**	UFSM	4	21	0	Arquivologia
Memória, Educação, Cultura e Arquivística (MECA)**	UNIRIO	7	2	1	Arquivologia
Núcleo de Pesquisas Arquivos Contemporâneos	UFSC	3	4	0	Arquivologia
Patrimônio Arquivístico do Espírito Santo	UFES	6	1	0	Arquivologia

Fonte: Elaboração própria, com base nos currículos da Plataforma Lattes do CNPq.

\* Classificação das áreas a partir das linhas de pesquisa e da descrição dos grupos.

\*\* Participação de autores, orientadores e coorientadores das dissertações e teses com temáticas arquivísticas.